



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1608

Quarta-feira - 05 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Ipumirim .....	327	Tunápolis.....	601
Alto Bela Vista.....	22	Irineópolis .....	346	Vargem Bonita .....	603
Anchieta .....	23	Itaiópolis .....	347	Vidal Ramos.....	604
Antônio Carlos .....	23	Itapiranga.....	353	Videira.....	605
Arroio Trinta.....	25	Itapoá .....	357	Xavantina .....	625
Ascurra.....	25	Ituporanga .....	363	Xaxim.....	626
Atalanta.....	26	Jacinto Machado .....	364	Zortéa .....	627
Balneário Rincão .....	26	Joaçaba.....	394		
Barra Velha.....	27	Lages .....	404	<b>Associações</b>	
Bela Vista do Toldo.....	27	Lauro Muller .....	404	AMAVI.....	629
Benedito Novo .....	37	Lebon Regis .....	405		
Bom Jesus do Oeste .....	38	Lindóia do Sul .....	413	<b>Consórcios</b>	
Braço do Trombudo.....	39	Luzerna .....	416	AGIR .....	630
Brunópolis .....	58	Macieira.....	422	CIMCATARINA.....	632
Brusque.....	218	Mafra .....	441		
Caçador.....	221	Maravilha.....	442		
Camboriú.....	224	Massaranduba.....	443		
Campo Alegre .....	228	Modelo .....	446		
Campos Novos .....	249	Morro da Fumaça .....	448		
Canoinhas.....	250	Navegantes.....	449		
Capinzal .....	252	Nova Trento .....	462		
Catanduvás.....	252	Novo Horizonte .....	472		
Caxambu do Sul.....	253	Palhoça .....	473		
Chapadão do Lageado .....	254	Papanduva.....	498		
Cocal do Sul.....	256	Penha.....	499		
Concórdia .....	256	Peritiba.....	500		
Cordilheira Alta .....	260	Petrolândia .....	501		
Coronel Freitas.....	260	Pinheiro Preto .....	502		
Coronel Martins.....	261	Pomerode.....	503		
Corupá .....	261	Ponte Serrada .....	505		
Dionísio Cerqueira .....	270	Porto Belo.....	505		
Doutor Pedrinho.....	271	Porto União.....	506		
Erval Velho .....	273	Presidente Castello Branco.....	507		
Faxinal dos Guedes.....	276	Rio do Sul.....	508		
Forquilha.....	281	Salto Veloso .....	517		
Fraiburgo.....	283	Santa Rosa do Sul .....	519		
Frei Rogério .....	293	Santa Terezinha do Progresso .....	520		
Garopaba.....	294	São Bento do Sul.....	523		
Garuva .....	296	São Domingos.....	526		
Gaspar .....	298	São João do Sul .....	528		
Grão Pará .....	300	São José.....	529		
Guaramirim.....	302	São Lourenço do Oeste.....	541		
Guarujá do Sul .....	304	São Miguel do Oeste.....	555		
Herval d'Oeste .....	305	São Pedro de Alcântara.....	556		
Ilhota .....	309	Schroeder .....	557		
Imarui .....	309	Serra Alta .....	578		
Imbituba .....	311	Sombrio.....	579		
Indaial.....	319	Timbé do Sul .....	581		
Iomerê .....	320	Timbó .....	583		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 274/2014

PORTARIA Nº 274/2014 de 31 de Outubro de 2014

"EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE MÉDICO PEDIATRA O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido, VENICIUS GIOVANI SACHET MASSONI, inscrito sob CPF 883.527.730-20, funcionário efetivo no cargo de Médico Pediatra, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 01/11/2014, conforme requerimento em anexo, protocolo 625/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01/11/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 31 de Outubro de 2014

Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

### EDITAL Nº 015/2014

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 015/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA, Novelli Sganzerla, no uso de suas atribuições, torna publica a realização de Concurso Público destinado a prover vagas do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e legislação vigente.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

##### 1.1 Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal nº 58 e 59, e demais Legislação Pertinente, destinando-se ao provimento efetivo das vagas de cargos públicos relacionados em capítulo próprio, formação de cadastro de reserva, podendo também a lista de classificação ser utilizada para contratação temporária sem prejuízo da ordem de classificação para chamamento em caráter efetivo.

1.1.2. O Concurso será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Água Doce - SC e executado pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 212, Bairro Flor da Serra, Joaçaba - SC

1.1.3. Os documentos exigidos pelas normas do presente edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições editalícias, no seguinte endereço:

a) Prefeitura Municipal de Água Doce (SC) - Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, Praça João Macagnan, 322, atendimento nos dias úteis, 13h às 19h.

1.1.3.1. Os atos do concurso, as respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso serão publicadas nos sites: [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como fixado no mural público do município.

1.1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação concernente ao Edital e demais determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br), na opção Legislação.

1.1.6. As inscrições estarão abertas no período compreendido entre 05/11/2014 a 05/12/2014.

1.1.7. O presente concurso é válido pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.

1.1.8. O Concurso Público será realizado em três etapas:

a) Primeira etapa: PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório e classificatório, obrigatória para todos os cargos. Composta de 40 (quarenta) questões objetivas (10 de português, 10 de matemática, 10 de conhecimentos gerais/legislação e 10 de conhecimento específicos), com quatro alternativas de resposta para cada uma delas (A, B, C e D), das quais somente uma será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta.

b) Segunda etapa: PROVA DE TÍTULOS, de caráter unicamente classificatório, para os cargos que exigirem esta prova, relacionados no item 1.2.1.

c) Terceira etapa: PROVA PRÁTICA, de caráter classificatório, para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas.

#### 1.2 Cargos, vagas, carga horária, vencimento e habilitação/escolaridade:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos no ato da inscrição e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

## GRUPO I - SERVIÇOS OPERACIONAIS

Cargo	Nº de Vagas	Salário	Carga horária Semanal	Habilitação/ Escolaridade	Ingresso
Agente Operacional	3	762,90	40 horas	Alfabetizado	Prova escrita objetiva
Agente Operacional Manutenção e Limpeza	2	762,90	40 horas	Alfabetizado	Prova escrita objetiva
Merendeira	Cadastro Reserva	826,48	40 horas	Ensino fundamental 5º ano	Prova escrita objetiva
Auxiliar de Defesa Civil	1	972,72	40 horas	Ensino médio e Curso Formação Bombeiros	Prova escrita objetiva
Agente de Construção e Manutenção	2	972,72	40 horas	Ensino fundamental completo	Prova escrita objetiva
Motorista	3	972,72	40 horas	Ensino fundamental completo e Carteira habilitação categoria "D"	Prova escrita objetiva e Prova prática
Operador de Máquinas	3	1.333,13	40 horas	Ensino fundamental Completo Carteira habilitação categoria "C"	Prova escrita objetiva e Prova prática

## GRUPO III - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Cargo	Nº de Vagas	Salário	Carga horária Semanal	Habilitação/ Escolaridade	Ingresso
Técnico em Vigilância Sanitária	Cadastro Reserva	1.599,78	40 horas	Ensino médio completo	Prova escrita objetiva
Técnico em Enfermagem	3	1.246,09	40 horas	Ensino médio e curso técnico de enfermagem	Prova escrita objetiva
Fiscal de Tributos	1	1.599,78	40 horas	Ensino médio completo	Prova escrita objetiva
Assistente Administrativo	Cadastro Reserva	1.599,78	40 horas	Ensino médio completo	Prova escrita objetiva
Técnico de Informática	Cadastro Reserva	1.246,09	40 horas	Ensino médio completo e curso de técnico em informática	Prova escrita objetiva

## GRUPO IV - SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

Cargo	Nº de Vagas	Salário	Carga horária Semanal	Habilitação/ Escolaridade	Ingresso
Fonoaudiólogo	Cadastro Reserva	1.933,17	20 horas	3º grau fonoaudiologia	Prova escrita objetiva
Assistente Social	1	2.746,51	40 horas	3º grau em serviço social	Prova escrita objetiva
Farmacêutico	1	2.746,51	40 horas	3º grau em farmácia	Prova escrita objetiva
Enfermeiro	1	2.746,51	40 horas	3º grau em enfermagem	Prova escrita objetiva
Odontólogo	1	4.011,68	40 horas	3º grau odontologia	Prova escrita objetiva
Psicólogo	Cadastro Reserva	2.746,51	40 horas	3º grau em psicologia	Prova escrita objetiva
Médico Pediatra	1	6.660,43	20 horas	3º grau em medicina e especialização em pediatria	Prova escrita objetiva
Médico Ginecologista e Obstetra	1	6.660,43	20 horas	3º grau em medicina e especialização em ginecologia e obstetrícia	Prova escrita objetiva
Médico Clínico Geral	Cadastro Reserva	13.320,86	40 horas	3º grau em medicina	Prova escrita objetiva
Médico Veterinário	Cadastro Reserva	1.933,17	20 horas	3º grau em medicina veterinária	Prova escrita objetiva
Contador	Cadastro Reserva	2.746,51	40 horas	3º grau em ciências contábeis	Prova escrita objetiva
Engenheiro Civil	1	1.933,17	20 horas	3º grau engenharia civil	Prova escrita objetiva
Terapeuta Ocupacional	1	1.933,17	20 horas	Nível superior específico na área	Prova escrita objetiva
Nutricionista	1	2.746,51	40 horas	3ª grau específico na área	Prova escrita objetiva

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Cargo	Nº de Vagas	Salário	Carga horária Semanal	Habilitação/ Escolaridade	Ingresso
Professor Ed. Infantil	02	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior pedagogia habilitação em Educação Infantil	Prova escrita objetiva e Prova de título
Professor 1º a 5º ano	01	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior pedagogia habilitação em Séries Iniciais	Prova escrita objetiva e Prova de Título
Professor 1º a 5º ano	Cadastro Reserva	R\$ 1.909,42	40 horas	Profissional com ensino superior pedagogia habilitação em Séries Iniciais	Prova escrita objetiva e Prova de título
Professor Língua Inglesa (Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e Educação Infantil)	1	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior habilitação na área (Letras/ Língua Inglesa)	Prova escrita objetiva e Prova de título
Professor 6º ao 9º ano (Ciências)	Cadastro Reserva	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior habilitação na área	Prova escrita objetiva e Prova de título
Professor 6º ao 9º ano (Artes)	Cadastro Reserva	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior habilitação na área	Prova escrita objetiva e Prova de título
Professor 6º ao 9º ano (Matemática)	Cadastro Reserva	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior habilitação na área	Prova escrita objetiva e Prova de título
Professor 6º ao 9º ano (Língua portuguesa)	Cadastro Reserva	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior habilitação na área	Prova escrita objetiva e Prova de título
Professor 6º ao 9º ano (Geografia)	Cadastro Reserva	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior habilitação na área	Prova escrita objetiva e Prova de título
Professor 6º ao 9º ano (História)	Cadastro Reserva	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior habilitação na área	Prova escrita objetiva e Prova de título

Professor Ed. Física	1	R\$ 1.909,42	40 horas	Profissional com ensino superior habilitação na área (educação Física) com registro no conselho respectivo	Prova escrita objetiva e Prova de título
Professor Ed. Física	Cadastro Reserva	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior habilitação na área (educação Física) com registro no conselho respectivo	Prova escrita objetiva e Prova de título
Segundo professor	1	R\$ 954,71	20 horas	Profissional com ensino superior pedagogia habilitação em Educação Especial	Prova escrita objetiva e Prova de título
Orientador Educacional	Cadastro Reserva	R\$ 2.216,01	40 horas	Profissional com ensino superior habilitação em na área de atuação	Prova escrita objetiva e Prova de título
Adm. Escolar	Cadastro Reserva	R\$ 2.216,01	40 horas	Profissional com ensino superior habilitação em na área de atuação	Prova escrita objetiva e Prova de título
Técnico Esportivo (Instrutor de Judô)	1	R\$ 1.055,36	20 horas	Ensino Médio Faixa Preta 5ª DAN da Confederação Catarinense de Judô, Curso de credenciamento, Registro no CREF Conselho Regional de Educação Física.	Prova escrita objetiva e Prova de título

## AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE

Cargo	Nº de Vagas	Salário	Carga horária Semanal	Habilitação/ Escolaridade	Ingresso
Agente Comunitária de Saúde	05	1.014,00	40 horas	Ensino médio completo	Prova escrita objetiva



1.2.2 O município dispõe também de vale alimentação no valor de R\$ 7,50 por dia trabalhado.

1.2.3 No ato da inscrição o candidato deverá optar por apenas 1 (um) dos cargos ofertados. Em caso de 2 (duas) inscrições para cargos distintos, aplicar-se-á a regra de validade da primeira inscrição confirmada.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições serão feitas exclusivamente via internet, nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br), no período entre 05/11/2014 a 05/12/2014, devendo para tanto o interessado proceder da conforme ANEXO I.

2.1.1 Na sequência imprima o Boleto Bancário para pagamento e recolha o valor correspondente em qualquer banco. O recolhimento do boleto deverá ser feito até vencimento, e respeitando-se, para tanto, o horário da rede bancária, considerando-se para tal o horário de Brasília, sob pena de a inscrição não ser processada e recebida.

2.1.1.1 A inscrição estará confirmada mediante pagamento dos seguintes valores:

Cargo	Carga horária Semanal	Valor da taxa de Inscrição
Agente Operacional	40 horas	R\$ 30,00
Agente Operacional Manutenção e Limpeza	40 horas	R\$ 30,00
Merendeira	40 horas	Isento
Auxiliar de Defesa Civil	40 horas	R\$ 30,00
Agente de Construção e Manutenção	40 horas	R\$ 30,00
Motorista	40 horas	R\$ 30,00
Operador de Máquinas	40 horas	R\$ 30,00
Agente Comunitária de Saúde	40 horas	R\$ 50,00
Técnico em Vigilância Sanitária	40 horas	Isento
Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 50,00
Fiscal de Tributos	40 horas	R\$ 50,00
Assistente Administrativo	40 horas	Isento
Técnico de Informática	40 horas	Isento
Fonoaudiólogo	20 horas	Isento
Assistente Social	40 horas	R\$ 80,00
Farmacêutico	40 horas	R\$ 80,00
Enfermeiro	40 horas	R\$ 80,00
Odontólogo	40 horas	R\$ 80,00
Psicólogo	40 horas	Isento
Médico Pediatra	20 horas	R\$ 80,00
Médico Ginecologista e Obstetra	20 horas	R\$ 80,00
Médico Clínico Geral	40 horas	Isento
Médico Veterinário	20 horas	Isento
Contador	40 horas	Isento
Engenheiro Civil	20 horas	R\$ 80,00
Terapeuta Ocupacional	20 horas	R\$ 80,00
Nutricionista	40 horas	R\$ 80,00
Professor Ed. Infantil	20 horas	R\$ 80,00
Professor 1º a 5º ano	20 horas	R\$ 80,00

Professor 1º a 5º ano	40 horas	Isento
Professor Língua Inglesa (Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e Educação Infantil)	20 horas	R\$ 80,00
Professor 6º ao 9º ano (Ciências)	20 horas	Isento
Professor 6º ao 9º ano (Artes)	20 horas	Isento
Professor 6º ao 9º ano (Matemática)	20 horas	Isento
Professor 6º ao 9º ano (Língua portuguesa)	20 horas	Isento
Professor 6º ao 9º ano (Geografia)	20 horas	Isento
Professor 6º ao 9º ano (História)	20 horas	Isento
Professor Ed. Física	40 horas	R\$ 80,00
Professor Ed. Física	20 horas	Isento
Segundo professor	20 horas	R\$ 80,00
Orientador Educacional	40 horas	Isento
Adm. Escolar	40 horas	Isento
Técnico Esportivo (Instrutor de Judô)	20 horas	R\$ 80,00

2.1.2 - Aqueles que declararem na "inscrição on-line" ser Pessoa com Deficiência deverão encaminhar o respectivo LAUDO MÉDICO constando o CID, bem como o pedido de condição especial para a prova, caso necessite, até o último dia de inscrição na via original ou fotocópia autenticada, para PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE/SC, situada na Praça João Macagnan, nº 322.

2.1.3 A FUNOESC e o Município de Água Doce/SC não se responsabilizarão por erros de dados no preenchimento de ficha de inscrição, sendo a mesma de inteira e total responsabilidade do candidato.

2.1.4 - A inscrição paga por meio de cheque somente será considerada após a respectiva compensação.

2.1.5 - No valor da inscrição já está inclusa a despesa bancária.

2.1.6 - Cabe ao candidato conferir posteriormente sua inscrição na lista de homologação de inscrição.

2.1.7 - A FUNOESC e o Município de Água Doce não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.

2.1.8 - A taxa de inscrição somente será devida para os cargos com previsão de provimento imediato de acordo com o item 2.1.1.1 (os cargos de cadastro de reserva estão dispensados do pagamento de taxa de inscrição).

2.2 - São condições para a inscrição:

2.2.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do art. 12 da Constituição Federal.

2.2.2 - Ter até a data da posse, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.

2.2.3 - Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

2.2.4 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

2.3 - Se aprovado e nomeado, o candidato, por ocasião da posse, deverá apresentar, além dos documentos constantes no presente Edital, os seguintes:

- 2.3.1 Título Eleitoral e comprovante de ter votado nas últimas eleições ou procedido à justificação na forma da lei;
- 2.3.2 Quitação com o Serviço Militar;
- 2.3.3 CPF;
- 2.3.4 Prova de Escolaridade e Habilitação Legal;
- 2.3.5 2 (duas) fotos 3 x 4;
- 2.3.6 Declaração de não ocupar cargo e/ou emprego público e remunerado, exceto os acúmulos permitidos pela Lei;
- 2.3.7 Atestados de antecedentes criminais;
- 2.3.8 Certidão de tempo de contribuição previdenciária e demais necessários que lhe forem solicitados, sob pena de perda do direito à vaga.

2.4. Da isenção do Pagamento Taxa de Inscrição para os doadores de sangue

2.4.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº. 10.567/97 (Doador de Sangue) poderá requer a isenção do pagamento da taxa de inscrição para os cargos que preveem pagamento de taxas neste Concurso Público.

2.4.2. O pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição deverá ser dirigido à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Água Doce nos dias 01 e 02/12/2014, conforme modelo de requerimento (ANEXO VI), juntamente com cópia da carteira de Doador de Sangue e/ou comprovação desta condição, expedida pela entidade coletora oficial, e que comprove a última coleta nos 365 dias anteriores ao término das inscrições do certame.

2.4.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público do município e nos sites: da prefeitura municipal e da empresa executora do certame, no dia 03/12/2014, não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

2.4.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente concurso desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o último dia das inscrições.

2.5. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, não tendo a Prefeitura Municipal de Água Doce ou a empresa contratada para a execução do certame, qualquer responsabilidade pelos dados constantes na inscrição, bem assim por qualquer divergência ou cumprimento das etapas especificadas no item 2.1, deste Edital.

2.6. É vedada a inscrição condicional ou extemporânea, por qualquer motivo.

2.7. Após a efetivação da inscrição não serão aceitos pedidos de alteração de inscrição do cargo/função a que se inscrevera o candidato.

2.8. A Prefeitura Municipal de Água Doce, no prédio da

administração pública na Praça João Macagnan nº 322, disponibilizará durante todo o período de inscrição um computador e um servidor habilitado para auxiliar os candidatos que queiram inscrever-se e não disponham de computador em sua residência, não tenham acesso à internet, ou lhe falta habilidade para efetuar a inscrição.

2.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.), deverá ser dirigido à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Água Doce conforme orientação do item 2.1.2, em caso de necessidades especiais.

2.9.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição.

2.9.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos do concurso, nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br), bem como do mural da prefeitura, do deferimento ou não do pedido.

2.10. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 1 (uma) hora e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.11. Verificada, a qualquer tempo, inexatidão nas informações, irregularidade, inidoneidade ou falta de documentos exigíveis, proceder-se-á a eliminação do candidato, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

### 3. DAS VAGAS RESERVADAS À PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais amparadas na legislação vigente poderão, nos termos do edital, concorrer as vagas correspondentes a 5% do total do Grupo de Cargos e Atribuições ofertado, exclusivamente para cargos que ofereçam mais de 1 (uma) vaga. Havendo somente 1 (uma) vaga para determinado cargo, esta será disputada em igualdade de condições entre os concorrentes, sendo que os portadores de necessidades especiais não serão privilegiados na nomeação.

3.2. O candidato portador de necessidade especial física que desejar concorrer às vagas definidas no item 1.2 deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais e anexar laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no Concurso Público, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pela Prefeitura Municipal de Água Doce (SC), que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não, e sobre o grau de deficiência, com a finalidade de verificar se a necessidade especial (deficiência) de que é portador realmente o habilita a ocupar uma das vagas reservadas (Constituição Federal, art. 37, VIII).

3.2.1. Para cumprimento do exigido no item 3.2, não serão considerados resultados de exames e/ou outros documentos diferentes

dos descritos naquele item.

3.2.2. O candidato que for considerado portador de limitação ou deficiência, após ou concomitante à perícia contida no item 3.2, será submetido à mesma junta médica, podendo está se servir de parecer de outros profissionais e especialidades, para avaliação e certificação da real condição de adaptabilidade do candidato ao exercício das funções do cargo, considerando os critérios legais de segurança no trabalho, eficiência do serviço público e mínima oneração do Município para adaptar equipamentos e meios de comunicação. Concluindo a perícia que a deficiência impede o candidato ao exercício do cargo, o mesmo será desclassificado.

3.3. O Candidato portador de necessidades especiais que no ato da realização da inscrição não apresentar o documento exigido no item 3.2 (laudo médico), ou apresentar documento com dados insuficientes, sua inscrição será indeferida como concorrente inscrito nessa condição.

3.4. O candidato portador de necessidades especiais que tiver sua inscrição indeferida nos termos do item 3.3, não será excluído do Concurso Público, passando, automaticamente, a figurar como candidato não portador de necessidades especiais.

3.5. A não-observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.6. O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais, se classificado, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte.

3.7. As vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais, respeitadas as condições dispostas em lei, participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo da prova escrita, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.9. Caso o candidato portador de necessidades especiais após a aprovação seja considerado inapto para o exercício das atribuições do cargo público, não será nomeado/contratado e será convocado o candidato da mesma condição, classificado imediatamente posterior, na ordem de classificação.

#### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das inscrições.

4.2. Os atos de homologação das inscrições deferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Água Doce (SC), nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br). Da homologação das inscrições deferidas cabe recurso no prazo estabelecido de 2 dias conforme cronograma.

#### 5. DAS PROVAS

##### 5.1. Da prova escrita/objetiva.

5.1.1. A prova escrita objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer

outra condição.

5.1.2. A prova escrita será aplicada no dia 11/01/2015, com início às 9 h e término às 12 h, nas dependências da Colégio Estadual Ruth Lebarbechon, Rua Rui Barbosa nº 81, Centro - Água Doce (SC).

5.1.2.1. A relação de ensalamento, de acordo com os respectivos locais de prova, será publicada, no dia 07/01/2015, nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

5.1.3. A prova escrita/objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 03 (três) horas, incluído o tempo para preenchimento do cartão resposta, e será composta de 40 (quarenta) questões objetivas (10 de português, 10 de matemática, 10 de conhecimentos gerais/legislação e 10 de conhecimento específicos), com quatro alternativas de resposta para cada uma delas (A, B, C e D), das quais somente uma será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta.

5.1.4. Os conteúdos programáticos estão disponíveis no ANEXO III do presente edital.

5.1.5. A prova escrita/objetiva para todos os cargos será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.1.5.1. Será considerado classificado os candidatos concorrente que obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

5.1.6. Ao terminar a prova o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o caderno de questões e cartão-resposta/identificação.

5.1.7. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita/objetiva após 1 (uma) hora do seu início.

5.1.8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização da prova, acompanhado de um fiscal.

5.1.9. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.1.10. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar a prova e o cartão resposta/identificação ao mesmo tempo, e retirarem-se do local, após assinarem, juntamente com os fiscais de sala e um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, o lacre dos envelopes, o verso de todos os cartões-respostas, a lista de presença e a Ata, na qual constará as ocorrências relativas à prova.

5.1.11. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.1.12. A Prefeitura Municipal de Água Doce (SC) e a empresa organizadora do certame, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova escrita/objetiva.

##### 5.2. Do processo de desidentificação e identificação:

5.2.1. Será realizado o processo de desidentificação das provas que consistirá no seguinte:

I. O candidato receberá junto com o caderno de questões o cartão-resposta;

II. O candidato receberá o caderno e deverá preenchê-lo com seu nome legível, cargo pleiteado, número do CPF, número de inscrição e assinar;

III. Um fiscal da Prova e um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, juntamente com os três candidatos que permanecerem no local até a entrega da última prova, lacrarão os envelopes contendo o cartão resposta, ficando os mesmos sob a responsabilidade da empresa executora do Concurso Público;

IV. Para a correção da prova será utilizado apenas os cartões de respostas;

#### 5.3. Normas para a realização da prova escrita:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital, com a antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para o início das provas, munidos de documento de identificação original (com fotografia), pois os portões serão fechados às 8h30 e não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que chegar após o horário determinado para seu início ou que não apresentar a devida identificação.

5.3.2 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo e com foto).

5.3.3 Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.

5.3.4 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

#### 5.3.5 Materiais permitidos no local de prova:

5.3.5.1 O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Caneta esferográfica fabricada com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
- c) Lápis preto e borracha;
- d) Água condicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.3.6 Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala antes do início da prova.

5.3.7 A Prefeitura Municipal de Água Doce e a Unoesc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

#### 5.3.8 Do preenchimento do cartão resposta:

5.3.8.1 As questões da prova escrita/objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova. Os candidatos deverão utilizar

apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8.2 Ao receber o caderno de prova e o cartão-resposta/identificação, o candidato deverá conferir os dados, informações e instruções e verificar se esses não contêm falhas ou defeitos que comprometam a leitura e a resolução da prova.

5.3.8.3 O cartão resposta e cartão de identificação não serão substituídos por erro do candidato.

5.3.8.4 O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

5.3.8.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o Cartão-Resposta, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

5.3.8.6 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões.

#### 5.3.9 Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos;
- b) For descortês para com qualquer dos fiscais executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- c) Não devolver o caderno de questões;
- d) Estiver fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico, como calculadora, celular e similares;

#### 5.4. Da Avaliação de Títulos e Apuração de Tempo de Serviço

5.4.1 Para participar da avaliação de títulos, os candidatos às vagas dos cargos ao magistério Público Municipal, entre os dias 15 de janeiro de 2015 a 16 de janeiro de 2015, devem entregar na Prefeitura Municipal de Água Doce, no prédio da administração pública na Praça João Macagnan nº 322, no seguinte horário, das 13h às 19h, os documentos necessários à avaliação de títulos, conforme se disciplina nesta seção.

5.4.2 Os documentos devem ser entregues em cópia autenticada em cartório ou acompanhada dos respectivos originais, para conferência e autenticação da pessoa responsável pela sua recepção.

5.4.3 Somente serão considerados os documentos (diplomas, certificados, atestados, etc.) que estiverem devidamente identificados no formulário que trata o ANEXO V deste Edital e que atestem a conclusão do curso até o período destinado à entrega de documentos.

5.4.4 À Avaliação de Títulos, valendo de 0,00 (zero) a 10,0 (dez) pontos serão submetidos aos candidatos às vagas dos cargos descritos no item 1.2, deste edital.

5.4.5 Para a avaliação de títulos serão considerados documentos e os valores gradativos que constam dos quadros seguintes:



I – PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO – HABILITADOS		
ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Curso de Pós-graduação na área específica com registro no órgão competente, condicionado a comprovação da graduação na mesma área.	1,60 (um ponto e sessenta centésimos) para a primeira especialização e 0,80 (oitenta centésimos) para a segunda (não aproveitadas às demais).	2,40 (dois inteiros e quarenta centésimos)
b) Graduação com habilitação plena na área.	2,00 (dois inteiros) um ponto para a primeira graduação e 1,00 (um inteiro) para a segunda (não aproveitadas às demais).	3,00 (três inteiros)
c) Cursos de aperfeiçoamento e atualização, na área específica.	0,40 pontos (quarenta centésimos) por curso frequentado ou não presencial, de no mínimo 60h (sessenta horas), realizado a partir de 1º de janeiro de 2012.	2,00 (dois inteiros)
d) Apuração de Tempo de Serviço, exclusivamente em atividades de docência no Magistério.	2,60 (dois pontos e sessenta) para comprovação de atividades de docência de no mínimo 06 meses.	2,60 (dois pontos e sessenta centésimos).

5.4.6 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea “a” do quadro do item “5.4.5” (pós-graduação) serão aceitos somente os diplomas e/ou certificados com registro em órgão competente em que conste a carga horária mínima de 360 horas. Nos documentos que comprovarem a realização de especialização deverá constar que o curso foi realizado de acordo com a Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), ou ainda do Conselho Estadual de Educação (CEE).

5.4.7 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea “b” do quadro do item “5.4.5” (graduação, com licenciatura plena) os candidatos entregarão o diploma e/ou certificado com registro em órgão competente.

5.4.8 A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área da educação ou de ensino e na área a que concorre (alínea “c”, do quadro do item “5.4.5”) será feita através de certificação de cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização, presenciais ou não, ministrados e concluídos no período de 1º de janeiro de 2012 até a data de sua entrega.

5.4.9 Para receber a pontuação relativa aos títulos previstos na alínea “c”, do quadro do item “5.4.5” o candidato deverá comprovar através da apresentação de fotocópia dos diplomas ou certificados devidamente registrados, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas e realizados no período de 1º de janeiro de 2012 até a data da inscrição.

5.4.10 Para receber a pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério o candidato deverá comprovar:

5.4.11 Para exercício de atividade em instituição privada ou instituição pública que adote o Regime Celetista para o quadro funcional será necessária comprovação através de fotocópia dos seguintes documentos:

a) carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; ou

b) original da certidão de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, do tempo de serviço no formato: “ \_\_\_\_ anos, \_\_\_\_ meses, \_\_\_\_ dias”;

5.4.12 O tempo de serviço será válido até a data de 31 de dezembro de 2014.

5.4.13 Para exercício de atividade em instituição pública que adote o regime estatutário será necessária a comprovação através do original do atestado de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, no formato: “ \_\_\_\_ anos, \_\_\_\_ meses, \_\_\_\_ dias”, no atestado ainda deve constar por extenso o nome da(o):

a) Unidade Escolar ou Gerencia Regional de Educação - GERED, quando se tratar de magistério público estadual;

b) Departamento de Recursos Humanos do Município quando se tratar de tempo de serviço municipal;

c) Secretaria da Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público de outros Estados que não Santa Catarina;

d) Setor de Recursos Humanos do Órgão Federal ou de Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público federal e particular, respectivamente.

5.4.14 Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada fração de mês nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

5.4.15 Não será computado para efeito de pontuação a título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

5.4.16 Não será computado também, a título de tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

5.4.17 O resultado da avaliação de títulos será divulgado após o julgamento dos eventuais recursos. A divulgação do resultado da avaliação de títulos se dará por afixação no Mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, no prédio da administração pública na Praça João Macagnan nº 322, e na internet, nos sites: [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

5.4.18 A nota da prova de títulos será somada à da prova escrita para apuração da nota final do candidato.

5.4.19 A apresentação de títulos é de iniciativa do candidato sendo que os títulos poderão ser validados ou recusados conforme especificação no presente Edital.

## 5.5. Da Prova Prática

5.5.1. Os candidatos aos cargos de Motorista e Operador de Máquinas serão submetidos à prova prática que tem por objetivo avaliar a aptidão do candidato para o exercício das atividades inerentes à função para a qual se candidatou.

5.5.1.1 A prova prática será realizada no dia 18/01/2015, na



garagem da Prefeitura Municipal de Água Doce.

5.5.2. A comissão organizadora reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas, alterar as datas e locais das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, será publicado um comunicado no Mural Público, nos sites da [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

5.5.3. Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados:

a) Munidos de documento de identificação e, quando exigir o cargo, a habilitação determinada no edital para dirigir o veículo com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos.

b) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

5.5.4. A prova prática será realizada perante os membros integrantes da Comissão Organizadora do Concurso Público, sendo que o candidato será acompanhado do Instrutor e de um dos membros da comissão no transcorrer de toda a prova.

5.5.5. Os veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser usados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Água Doce, no estado em que se encontrarem.

5.5.6. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

5.5.7. Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

5.5.8. Concluída a prova, o candidato assinará termo de realização da prova prática que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente.

5.5.9. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 20 (vinte) minutos para a execução da prova de Motorista e para a execução da prova de Operador de Máquina.

5.5.10. Os candidatos prestarão a prova prática conforme a ordem de chegada na garagem da Prefeitura Municipal de Água Doce.

5.5.11. Terminado o prazo o candidato interromperá a execução do trabalho determinado, mesmo que não o tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.

5.5.12. Para a prova prática será atribuída nota até 10 (dez) e será avaliado de acordo com as normas.

5.5.13. Critério de pontuação/avaliação para cargos de motorista e operador de máquinas:

5.5.13.1. O candidato será avaliado conforme itens abaixo, tendo como critérios:

I. habilidade/conhecimento (partida/paradas, câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), equipamentos obrigatórios;

II. dirigir veículos leves transportando carga ou passageiros de acordo com o itinerários preestabelecido;  
III. responder pela segurança da carga/passageiros;  
IV. verificar condições de conservação e providenciar manutenção do veículo sob sua responsabilidade;  
V. Realizar percursos na cidade e/ou estrada;  
VI. observar sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem);  
VII. realizar manobras (estacionar, frente e marcha a ré).

a) Antes de iniciar cada um dos testes práticos o avaliador fará um teste, in loco, dos conhecimentos e do domínio prático operacional do candidato, relativamente à máquina/equipamento. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso Público.

b) A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/veículo utilizado.

Fatores a serem avaliados:

I. Verificação do equipamento/veículo (pneus, água, óleo, bateria);  
II. Habilidades ao operar o equipamento;  
III. Aproveitamento do Equipamento;  
IV. Produtividade;  
V. Técnica/Aptidão/Eficiência.

c) O candidato deve operar o equipamento/veículo de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o equipamento deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

5.5.13.2. A Prova Prática consistirá em: percorrer uma rota preestabelecida pelo avaliador onde serão observados as alíneas a, b e c do item 5.2.13.1.

5.5.13.3. Para definir a pontuação o avaliador tomará como referência o tempo de execução do teste e o número de erros cometidos, o aproveitamento do equipamento, as habilidades do Operador, a produtividade e a técnica empregada no equipamento. Caso o candidato ultrapasse o tempo máximo destinado para a realização do teste e não conclua satisfatoriamente referida prova, será considerado inapto.

5.5.13.4. Os candidatos serão avaliados, conforme item 5.5.13.5, todos receberão nota 5 (cinco) e no decorrer da prova serão avaliados.

5.5.13.5. Os candidatos serão avaliados no exame de direção/operação veicular/máquina em função da pontuação negativa por faltas, erros, ou procedimentos inadequados, cometidas durante todas as etapas do exame, sendo que a pontuação terá a escala negativa. Atribuindo-se a seguinte pontuação:

I. uma falta eliminatória: reprovação;  
II. uma falta grave: 01 (um) pontos negativos;  
III. uma falta média: 0,5 (meio) ponto negativo;  
IV. uma falta leve: 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto negativo;

5.5.13.6 O candidato iniciará a prova com pontuação de 10 (dez) pontos e deverá chegar ao final com no mínimo 5.0 (cinco) pontos para ser aprovado.

## 6. MÉDIA FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1. A média final (NF) será obtida conforme fórmulas a seguir:

6.1.2. Para os cargos com prova de títulos a média final será calculada somando a nota da prova escrita com a nota da prova de títulos, conforme fórmula abaixo:

$$NF = ((NPO \times 5) + (NPT \times 5))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva/escrita.

NPT = Nota da prova avaliação de títulos

6.1.3. Para os cargos de, Motorista e Operador de Máquinas a nota final será a soma dos pontos obtidos na prova escrita objetiva com os pontos obtidos na prova Prática, conforme fórmula abaixo:

$$NF = ((NPO \times 5) + (NPP \times 5))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva/escrita.

NPP = Nota da prova prática

6.2. Serão considerados classificados todos candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0 (cinco).

6.3. A lista final de classificação do Concurso Público apresentará todos os candidatos classificados, por cargo, na ordem decrescente, da(s) nota(s) obtida(s).

6.4. Ocorrendo empate na nota final será aplicado para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº. 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idosos nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.5. Para os candidatos não amparados no item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- Tiver obtido o maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Específicos;
- Tiver obtido o maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Gerais;
- Sorteio Público.

## 7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito provisório será divulgado a partir das 17 h do dia 11 de janeiro de 2015 no site da empresa organizadora do certame [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e no site da Prefeitura Municipal de Água Doce, [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br), bem como no mural da prefeitura.

## 8. DOS RECURSOS/REQUERIMENTOS

8.1. Os recursos/requerimentos deverão, obrigatoriamente, dar entrada com protocolo na Prefeitura Municipal de Água Doce (SC), e endereçados à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Água Doce, de acordo com as datas especificadas no cronograma deste Edital.

8.1.1 Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão apreciados pela Banca Examinadora da empresa executora do concurso público.

8.2. Etapas e prazos para formalização de recursos/requerimentos:

8.2.1. Recursos relativos à homologação da inscrição: Os pedidos de inscrição que apresentarem vícios de forma ou que contrariarem o disposto neste edital serão indeferidos, cabendo ao candidato o prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte da publicação do aviso da homologação dos inscritos, para a apresentação do respectivo recurso. A não apresentação do recurso no prazo estabelecido ou o indeferimento do mesmo importará no cancelamento do pedido de inscrição e na consequente eliminação do candidato do certame;

8.2.2. Recursos relativos ao Cartão de Respostas (gabarito provisório) ou às questões da prova objetiva: Havendo discordância quanto à formulação de questões da prova objetiva, quanto à resposta correta para determinada questão ou ainda quanto a resultados divulgados no Cartão Resposta (gabarito provisório), cabe ao candidato de 2 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte da respectiva publicação, para apresentação de recurso;

8.2.3. Recursos relativos às pontuações das provas e classificação final do Concurso Público: Havendo discordância quanto à nota (pontuação) ou classificação final, cabe ao candidato o prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte da respectiva publicação, para apresentação de recurso;

8.2.4. O gabarito provisório será publicado no dia 11/01/2014, a partir das 17 horas, nos endereços eletrônicos nos sites da [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br) e mural da prefeitura.

8.2.5. Somente será apreciado o recurso/requerimento expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique, com fundamentação circunstanciada a respeito da(s) questão(ões) discordantes e pontos reivindicados, desde que cumpridas as especificações a seguir: Identificação do Concurso Público (Prefeitura, Edital, local e data); cargo, nome do candidato, número de sua inscrição, CPF, cargo, endereço para correspondência e assinatura do candidato ou do representante legal apresentado por procuração firma reconhecida, conforme ANEXOS IV-A, IV-B, IV-C.

8.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo;

8.2.7. A íntegra da decisão do recurso exarada pela banca examinadora será enviada ao candidato por e-mail ou para outro endereço válido informado na ficha de inscrição.

8.2.8. A questão anulada será considerada como respondida corretamente para todos os candidatos, do referido Cargo, independente de terem recorrido.

8.2.9. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Banca Examinadora.

8.2.10. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.2.11. A decisão exarada nos recursos pela Banca Examinadora é irrecorrível na esfera administrativa.

8.2.12. Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.

8.2.13. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, nova ata de resultado

final será publicada.

## 9. DO PROVIMENTO

9.1. A admissão é de competência do Prefeito Municipal segundo interesse e conveniência da Administração.

9.2. O provimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

9.3. O candidato será investido no cargo se atender às seguintes exigências:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) o gozo dos direitos políticos;
- c) quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- e) nível de escolaridade, formação e habilitação profissional exigidos para o exercício do cargo;
- f) aptidão física e mental;
- g) condição de estrangeiro, conforme for estabelecido em Lei Federal; e
- h) comprovação de inexistência de condenação criminal.

9.4. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários à época da posse.

9.5. A inexatidão das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão sua exoneração.

9.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Água Doce (SC).

## 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As publicações sobre o Concurso Público serão afixadas no Mural Público da Prefeitura Municipal de Água Doce e nos endereços eletrônicos nos sites da [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e mural da prefeitura.

10.2. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, é facultada a incineração dos cadernos provas e cartões respostas/identificação, salvo determinação administrativa ou judicial em contrário, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os demais registros escritos.

10.3. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Concurso Público é o da Comarca de Joaçaba - SC.

10.4. Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Água Doce - SC.

10.5. Fica delegada competência à UNOESC para deferir, indeferir e homologar as inscrições; publicar o documento da homologação das inscrições; elaborar, aplicar, corrigir e avaliar as provas, escrita apreciar os recursos previstos no item 8. Deste Edital; apresentar o relatório final com a classificação dos candidatos e prestar informações sobre o Concurso Público.

10.6. O Prefeito Municipal poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Concurso Público, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

10.7. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Orientação de Inscrição

Anexo II - Cronograma previsto (sujeito a alterações no decorrer

do certame)

Anexo III - Conteúdo Programático

Anexo IV - Modelo Requerimento para recurso

Anexo V - Requerimento Prova de Títulos e Apuração do Tempo de Serviço

Anexo VI - Requerimento Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição

Água Doce (SC), 03 de novembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

ANEXO I

## ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

- Para acesso ao link de inscrições pelo sistema da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, o candidato deve acessar o endereço: <<https://acad.unoesc.edu.br/academico/portal/modules/evento/eventoInscricaoLogin.jsps?cod=1959>>

- Caso o candidato já tenha efetuado algum cadastro na instituição Unoesc e possua código e senha de acesso (alunos, ex-alunos, professores e funcionários) deve inseri-los no primeiro quadrante.

- Se houver esquecido sua senha, informe seu código e clique em "esqueceu senha?" Informe os dados solicitados e cadastre uma nova senha, que será enviada por e-mail.

- Todavia, se não possuir cadastro siga os próximos passos e, ao final da página, informe seu CPF, no terceiro quadrante.

- No módulo Cadastro de Pessoa o candidato deve informar os dados obrigatórios (documentos, endereço, telefones, e-mail, etc.) para o preenchimento da ficha de inscrição.

- No módulo Programa de inclusão deve selecionar o cargo desejado e clicar incluir. Note-se que o candidato pode optar por apenas 01 (um) cargo.

- Para confirmar a inscrição, o candidato necessita informar duas vezes a senha numérica de 5 (cinco) dígitos, por exemplo: 12345, no campo senha e no campo confirmar senha. Após, clicar em confirmar inscrição abaixo do programa selecionado.

- Para concluir, clicar novamente em confirmar inscrição Ok.

- Neste momento sua inscrição foi efetuada com sucesso.

- Para que a efetivação da inscrição seja confirmada e homologada é necessário que o candidato, na sequência imprima o Boleto Bancário para pagamento e recolha o valor correspondente em qualquer banco. Não serão aceitos recolhimentos, transferências e por agendamento. O recolhimento do boleto deverá ser feito até vencimento, e respeitando-se, para tanto, o horário da rede bancária, considerando-se para tal o horário de Brasília, sob pena de a inscrição não ser processada e recebida.

- OBSERVAÇÃO: Os candidatos que tiverem dificuldades de acesso ao portal devem entrar em contato com o setor de Extensão da Unoesc Joaçaba por meio do telefone (49) 3551-2173 - Marília ou Laudicéia, no horário das 8h às 11h30, das 13h30 às 17h.

## ANEXO II

### CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	05/11/2014	
Recebimento das inscrições	05/11/2014	

Recebimento inscrições para candidatos que requererem isenção do pagamento da taxa de inscrição	01 e 02/12/2014	
Publicação da relação de isenção de taxa de inscrição	03/12/2014	
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa indeferida	05/12/2014	
Resultado da homologação das inscrições	08/12/2014	
Prazo para recursos da homologação das inscrições	09 e 10/12/2014	
Publicação dos resultados dos recursos e homologação definitiva das inscrições	11/12/2014	
Publicação da relação de ensalamento	07/01/2015	
Prova Escrita/Objetiva	11/01/2015	
Divulgação do Gabarito Provisório da Prova Escrita/Objetiva	11/01/2015	A partir das 17 horas
Prazo de recursos do Gabarito Provisório e questões	12 e 13/01/2015	
Divulgação do Gabarito Oficial/definitivo da Prova Escrita/Objetiva	14/01/2015	
Entrega dos Documentos para a Prova de Títulos	15 e 16/01/2015	
Prova prática	18/01/2015	A partir das 8 horas
Divulgação da Classificação Final por cargo.	20/01/2015	
Prazo de recurso da Classificação Final por cargo	21 e 22/01/2015	
Homologação da Classificação Final com os candidatos aprovados por cargo	23/01/2015	

OBS.: O Cronograma acima pode sofrer alterações no decorrer do certame.

### ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdos programáticos de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais/Legislação para os cargos de para os cargos de Agente Operacional, Agente Operacional Manutenção e Limpeza e Merendeira.

#### Português

Ortografia (emprego das letras: s, ss, h, x, c, ç, r, rr); pontuação; acentuação e separação silábica, encontros vocálicos; encontros consonantais; sinônimos, antônimos; sufixos e prefixos, flexões do substantivo (gênero, número e grau); classes de palavras (Advérbio, Substantivo, Adjetivo, Verbo, Preposição, Conjunção, Pronome e Numeral).

#### Matemática

Números naturais, racionais, reais e suas operações, Sequências numéricas, Expressões algébricas, Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano, Sistema de medidas: comprimento, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso, Noções de razão, Números decimais e operações, Interpretação de gráficos e tabelas, Noções de Polígonos e Perímetro, MMC e MDC, Decomposição de números naturais,

Operações básicas: adição, subtração, multiplicação, divisão, Problemas envolvendo operações básicas, Noções de sólidos geométricos e suas planificações, Noções de porcentagem.

#### Conhecimentos Gerais/Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil. Noções de Legislação de Direito Administrativo. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Licitações. Estatuto das Cidades. Lei Orgânica do Município de Água Doce. Estatuto do Servidor Público do Município de Água Doce.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Agente Operacional

Uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções básicas de higiene e limpeza, manutenção e conservação das instalações. Acondicionamento, separação e distribuição de materiais, utensílios equipamentos de trabalho. Execução de trabalhos de alvenaria, concretagem e paisagismo. Noções básicas de revisão de peças de meios de transporte e lubrificação de máquinas. Coleta seletiva do lixo. Comunicação.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza

Noções básicas de higiene, limpeza, manutenção e conservação de materiais e instalações. Higiene e manipulação e conservação de alimentos. Armazenamento de alimentos, utensílios e produtos de limpeza. Uso dos materiais e utensílios de limpeza. Organização no local de trabalho. Comunicação, troca de informações. Uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Jardinagem. Coleta seletiva do lixo.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Merendeira

Noções básicas de higiene e limpeza. Produtos de limpeza e higienização: aplicação, cuidados e segurança. Uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Boas práticas na manipulação, higienização e estocagem dos alimentos. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza, conservação do mobiliário e organização do local de trabalho. Comunicação, postura profissional e apresentação pessoal. Conservação dos equipamentos e utensílios de trabalho.

Conteúdos programáticos de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais/Legislação para os cargos de para os cargos de Auxiliar de Defesa Civil, Agente de Construção e Manutenção, Motorista e Operador de Máquinas.

#### Português

Ortografia (emprego das letras: h, x, g, j, s, ss, c, z, e, i, o, u); acentuação e separação silábica; pontuação; flexões do substantivo (gênero, número e grau); uso dos porquês; classes de palavras (Advérbio, Substantivo, Adjetivo, Verbo, Preposição, Conjunção, Pronome e Numeral); pronomes (possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos, interrogativos); frase, oração, período; vozes dos verbos; concordância verbal e nominal.

#### Matemática

Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e suas operações, Sequências numéricas, Expressões algébricas, Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano, Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso, Razão e proporção, Razões Especiais: Velocidade Média, Densidade Demográfica, Escala, Regra de três simples e composta, Equações e inequações do 1º grau, Números decimais e operações, Sistemas de equação do 1ª grau com duas variáveis, Interpretação de gráficos e tabelas, Área de figuras planas, Números Primos/Decomposição, MMC e MDC, Triângulos e quadriláteros, Retas Paralelas cortadas para uma transversal, Equações do 2º grau, Semelhança, Polígonos, Função do 1º e do 2º grau, Relações Métricas e Trigonometria no triângulo retângulo, Noções de Estatística: Média, mediana



e moda, Operações básicas: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiação, Problemas envolvendo operações básicas, Sólidos geométricos, Porcentagem.

#### Conhecimentos Gerais/Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil. Noções de Legislação de Direito Administrativo. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Licitações. Estatuto das Cidades. Lei Orgânica do Município de Água Doce. Estatuto do Servidor Público do Município de Água Doce.

Conhecimento específico para o Cargo de Auxiliar de Defesa Civil  
Conteúdo programático: Administração Pública. Princípios e Organização. Servidores e

Empregados Públicos, Cargo e Emprego Público. Responsabilidade Civil, Criminal e Administrativa. Ato administrativo. Princípios fundamentais da Constituição da República; Da organização Política - Administrativa. Dos Municípios. Da Segurança Pública. Noções de Direitos Humanos e Cidadania. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos sociais; Direitos Políticos. Identificação e prevenção de desastres naturais. Atendimento pré-hospitalar tático; Brigada de incêndio; Busca e Salvamento (SAR); Defesa civil; Incêndio florestal; Paramédico; Prevenção de incêndios; Salva-vidas; Transporte aeromédico; Estado de calamidade pública.

Conhecimento específico para o Cargo de Agente de Construção e Manutenção

Conteúdo programático: Carpintaria, corte e dobra de armadura, alvenaria, revestimentos, pintura, noções de elétrica, instalações hidrossanitárias, leitura e interpretação de projetos civis (arquitônico, elétrico, hidrossanitário e estrutural), execução de concreto e argamassa, utilização de ferramentas para serviço braçal, andaimes e plataformas fixas e móveis de uso no trabalho, escavações, ferramentas e equipamentos, manutenção predial em alvenarias e madeiras, higiene e segurança de trabalho, drenagem pluvial, execução e manutenção de pontes e vias públicas, manutenção e conservação de cemitérios municipais.

Conhecimento específico para o Cargo de Motorista

Conteúdo programático: Cidadania; Sinalização; Direção defensiva; Transporte de cargas; Direção de ambulâncias; Transporte de urgência e emergência; Condução de veículo da espécie; Conhecimento básico de máquinas leves e/ou pesadas; Conhecimento sobre instrumentos do painel de comando; Noções básicas de lubrificantes e combustíveis; Direção e operação veicular; Manobras; Manutenção e conservação de veículo; Noções de mecânica básica de autos; Primeiros socorros; Proteção ao meio ambiente. Lei Federal 12.527/2011; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar, abrangendo os seguintes tópicos: administração de trânsito, regras gerais para circulação de veículos, os sinais de trânsito, registro e licenciamento de veículos, condutores de veículos, deveres e proibições, as infrações à legislação de trânsito, penalidades e recursos.

Conhecimento específico para o Cargo de Operador de Máquinas

Conteúdo programático: Condução e operação de máquinas da espécie; Conhecimento básico de máquinas pesadas, rolo compactador, britador, mini escavadeira, e outras máquinas de baixa complexidade, motorizadas e não motorizadas; Conhecimento sobre instrumentos do painel de comando; Direção defensiva; Direção e operação veicular; Legislação e sinalização de trânsito; Manobras; Manutenção de veículo; Noções de mecânica básica; Primeiros socorros; Realização de trabalhos operacionais; Cidadania; Meio ambiente; Lubrificantes e combustíveis.

Conteúdos programáticos de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais/Legislação para os cargos de para os cargos de Agente Comunitária de Saúde, Técnico em Vigilância Sanitária,

Técnico em Enfermagem, Fiscal de Tributos, Assistente Administrativo, Técnico de Informática.

#### Português

Ortografia (emprego das letras: h, ch, x, e, i, o, u, g, j, s, ss, c, sc, sc, xc, z); classes de palavras (Advérbio, Substantivo, Adjetivo, Verbo, Preposição, Conjunção e Numeral) pronomes (possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos, interrogativos); emprego de palavras e expressões de acordo com a norma padrão; emprego de sinais de pontuação; acentuação gráfica; emprego da crase e dos porquês; sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos (ênclise, mesóclise e próclise); o processo de coordenação e subordinação (emprego dos conectivos); verbo: tempo, modo, vozes, conjugações; elementos da textualidade: coesão, coerência, clareza (ambiguidade e redundância); compreensão e interpretação de textos.

#### Matemática

Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e suas operações, Sequências numéricas, Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano, Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso, Razão e proporção, Regra de três simples e composta, Equações e inequações do 1º grau, Números decimais e operações, Sistemas de equação do 1ª grau com duas variáveis, Interpretação de gráficos e tabelas, Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano, Geometria plana e área de figuras planas, MMC e MDC, Equações do 2º grau, Noções de probabilidade, Porcentagem, Geometria Espacial e Geometria Analítica, Análise Combinatória, Números complexos, Determinantes, Matrizes e Sistemas Lineares, Função do 1º e do 2º grau, Estatística: Média, mediana e moda, Medidas de Dispersão: Desvio Médio, Variância e Desvio Padrão, Matemática Financeira: Juros simples e compostos, Trigonometria, Progressões Aritméticas e Geométricas, Função Exponencial e Logarítmica.

#### Conhecimentos Gerais/Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil. Noções de Legislação de Direito Administrativo. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Licitações. Estatuto das Cidades. Lei Orgânica do Município de Água Doce. Estatuto do Servidor Público do Município de Água Doce.

Conhecimento específico para o Cargo de Agente Comunitária de Saúde

Visita domiciliar, Atribuições do ACS, Educação em saúde e Promoção da saúde

Conhecimento específico para o Cargo de Técnico em Vigilância Sanitária

Conceitos em Vigilância Sanitária e áreas de atuação, Legislação sanitária, Segurança dos Alimentos; Ferramentas e Programas de Segurança dos Alimentos, Noções de epidemiologia, Inspeção sanitária, Gestão de resíduos médico e hospitalares, Higiene e boas práticas em saúde e Saneamento básico.

Conhecimento específico para o Cargo de Técnico em Enfermagem  
Vigilância Epidemiológica, Diretrizes do SUS e programas de saúde, Procedimentos de enfermagem específicos do Técnico de Enfermagem e Doenças de notificação compulsórias

Conhecimento específico para o Cargo de Fiscal de Tributos

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito e conteúdo; princípios; aplicabilidade. Leis constitucionais e ordinárias. Hierarquia das leis. Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Composição e Atribuições. Os Princípios Fundamentais. Os Direitos e Garantias Fundamentais. O Sistema Constitucional Tributário. Finanças Públicas. Autonomia Municipal. Os princípios gerais da atividade econômica. A política urbana.



**DIREITO ADMINISTRATIVO:** Princípios básicos da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso de poder. Poderes administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos administrativos: conceito e requisitos, atributos, classificação, motivação, invalidação. Servidores públicos: formas de contratação, direitos, deveres e responsabilidades. Lei Orgânica do Município de Água Doce.

**DIREITO TRIBUTÁRIO:** Direito Tributário: Definição e conteúdo. Autonomia do Direito Tributário. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Ingressos Públicos: Receitas Públicas. Receitas Originárias e Derivadas. Princípios Jurídicos da Tributação: Legalidade; Anterioridade, Igualdade, Competência, Capacidade Contributiva, Vedação ao Confisco, Liberdade de Tráfego. Tributos: Conceito e classificação jurídica. Natureza jurídica dos tributos. Espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios. Sistema Tributário Nacional: Previsão Constitucional; Atribuição de Competência Tributária, Princípios Constitucionais Tributários, Limitações da Competência Tributária. Impostos de Competência da União. Impostos de Competência dos Estados e do Distrito Federal. Impostos de Competência dos Municípios. Sistema de Repartição das Receitas Tributária. Fontes formais do Direito Tributário. As fontes formais principais: Leis e decretos. Obrigação Tributária. Conceito e Elementos. Espécies: obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória. Fator gerador da obrigação tributária principal e da obrigação tributária acessória. Aspectos do fato gerador e o momento de sua ocorrência. Sujeição ativa. Sujeição passiva. O crédito tributário. A constituição do crédito tributário: o lançamento como ato jurídico administrativo vinculado, de competência privativa da autoridade administrativa. Modalidades de lançamento: lançamento direto ou de ofício, lançamento por declaração, lançamento por homologação. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Dívida Ativa: conceito e inscrição. Certidões negativas. A contagem dos prazos fiscais na legislação tributária.

Conhecimento específico para o Cargo de Assistente Administrativo

Regras básicas de comportamento profissional no atendimento para com o público interno e externo. Protocolo e arquivamento de documentos. Conhecimentos básicos em informática. Organização, visão e habilidades em serviços rotineiros do setor administrativo. Correspondências Oficiais. Desenvolvimento motivacional, trabalho em equipe, ética, criatividade, flexibilidade, relacionamento interpessoal, administração do tempo, avaliação e feedback.

Conhecimento específico para o Cargo de Técnico de Informática  
Funcionamento básico do computador: hardware e software. Noções básicas de operação de microcomputadores em rede local. Segurança da Informação e Comunicação: Princípios básicos. Dispositivos de armazenamento de dados. Cópias de segurança (backup). Prevenção de vírus de computador. Definições, funções e características de sistemas operacionais. Uso do pacote Microsoft Office (Word 2010, Excel 2010). Noções básicas de Internet. Correio eletrônico. Gerenciamento de arquivos, pastas e programas. Conteúdos programáticos de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais/Legislação para os cargos de para os cargos de Fonoaudiólogo, Assistente Social, Farmacêutico, Enfermeiro, Odontólogo, Psicólogo, Médico Pediatra, Médico Ginecologista e Obstetra, Médico Clínico Geral, Médico Veterinário, Contador, Engenheiro Civil, Terapeuta Ocupacional, Nutricionista, Professor Ed. Infantil, Professor 1º a 5º ano, Professor Língua Inglesa (Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e Educação Infantil), Professor 6º ao 9º ano (Ciências), Professor 6º ao 9º ano (Artes), Professor 6º ao 9º ano (Matemática), Professor 6º ao 9º ano (Língua portuguesa), Professor 6º ao 9º ano (Geografia), Professor 6º ao 9º

ano (História), Professor Ed. Física, Segundo professor, Orientador Educacional, Adm. Escolar e Técnico Esportivo (Instrutor de Judô)

Português

Ortografia (emprego das letras: h, ch, x, e, i, o, u, g, j, s, sc, sç, xc, z); emprego de palavras e expressões de acordo com a norma padrão; emprego de sinais de pontuação; acentuação gráfica; emprego da crase e dos porquês; sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos (ênclise, mesóclise e próclise); o processo de coordenação e subordinação (emprego dos conectivos); análise sintática, sintaxe de concordância: nominal e verbal; sintaxe de regência: nominal e verbal; conjugação verbal, emprego dos modos e tempos; elementos da textualidade: coesão, coerência, clareza (ambiguidade e redundância); semântica e estilística; compreensão e interpretação de textos.

Matemática

Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e suas operações, Sequências numéricas, Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano, Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso, Razão e proporção, Regra de três simples e composta, Equações e inequações do 1º grau, Números decimais e operações, Sistemas de equação do 1ª grau com duas variáveis, Interpretação de gráficos e tabelas, Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano, Geometria plana e área de figuras planas, MMC e MDC, Equações do 2º grau, Noções de probabilidade, Porcentagem, Geometria Espacial e Geometria Analítica, Análise Combinatória, Números complexos, Determinantes, Matrizes e Sistemas Lineares, Função do 1º e do 2º grau, Estatística: Média, mediana e moda, Medidas de Dispersão: Desvio Médio, Variância e Desvio Padrão, Matemática Financeira: Juros simples e compostos, Trigonometria, Progressões Aritméticas e Geométricas, Função Exponencial e Logarítmica.

Conhecimentos Gerais/Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil. Noções de Legislação de Direito Administrativo. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Licitações. Estatuto das Cidades. Lei Orgânica do Município de Água Doce. Estatuto do Servidor Público do Município de Água Doce.

Conhecimento específico para o Cargo de Fonoaudiólogo

Fisiologia, fisiopatologia, avaliação, diagnóstico, prognóstico e tratamento clínico fonoaudiológico da audição e do equilíbrio; da linguagem e dos distúrbios de aprendizagem; da motricidade orofacial e deglutição; e da voz. Desenvolvimento Global da Criança - Desenvolvimento Intra-Uterino. Anatomia e fisiologia do sistema estomatognático. Transtornos da respiração e da deglutição em crianças. Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Transtornos da linguagem e da aprendizagem: conceituação, classificação e etiologia. Avaliação e tratamento fonoaudiológico nos transtornos de linguagem e de aprendizagem. Voz - Anatomia e fisiologia da laringe. Patologias laríngeas: conceituação, classificação e etiologia. Audiologia - Anatomia e fisiologia da audição. Noções de psicoacústica. Audiologia Clínica: avaliação, diagnóstico, prognóstico. Processamento Auditivo Central. Potenciais Evocados Auditivos de curta, média e longa latência. Atuação do Fonoaudiólogo. Saúde Pública - Prevenção e Intervenção Precoce. Próteses auditivas: prescrição, adaptação e acompanhamento do paciente protetizado.

Conhecimento específico para o Cargo de Assistente Social

Política de Assistência Social - fundamentos históricos e conceituais; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estatuto da Criança e do Adolescente. Sistema de Garantia de Direitos: Educação (Lei n.º 9.394); medidas de proteção e medidas socioeducativas; rede de atendimento;

violência doméstica - Lei Maria da Penha. Acolhimento institucional. Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência. Política de Saúde, Sistema Único de Saúde. Lei n.º 8.080/90; Lei n.º 8.142/90. Normatização do exercício profissional: Código de Ética Profissional (CFESS) e Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662 de 07/06/1993). Políticas de atenção social. Instrumentais técnicos do serviço social.

Conhecimento específico para o Cargo de Farmacêutico  
Farmacocinética: vias de administração e formas farmacêuticas; absorção, distribuição, metabolismo e eliminação de fármacos; biodisponibilidade e bioequivalência de medicamentos. Farmacodinâmica: Mecanismo de ação dos fármacos. Farmacologia Clínica da hipertensão, do diabetes, dos anticoncepcionais, dos anti-inflamatórios esteroidais e não esteroidais e dos fármacos utilizados nas patologias do sistema nervoso central. Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998; Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Resolução Nº 596 de 21 de fevereiro de 2014; Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Resolução - RDC Nº 20, de 5 de maio de 2011; Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.

Conhecimento específico para o Cargo de Enfermeiro  
Diretrizes do SUS e Programas de Saúde, Gerenciamento em Enfermagem, Educação Continuada, Consulta de Enfermagem, Vigilância Epidemiológica e Educação em Saúde.

Conhecimento específico para o Cargo de Odontólogo  
Cariologia, Doenças da polpa e dos tecidos periapicais, Distúrbios do desenvolvimento das estruturas bucais e parabucais, Tumores benignos e malignos da cavidade bucal, Tumores das glândulas salivares, Cistos e tumores de origem odontogênica, Alterações regressivas dos dentes, Infecções bacterianas, virais e micóticas, Disseminação das infecções bucais, Lesões físicas e químicas da cavidade bucal, Manifestações bucais das doenças metabólicas, Doenças do periodonto, Doenças dos nervos e músculos, Anestesiologia local e controle da dor, Técnicas de anestesia regional e local, Anatomia das regiões da cabeça e pescoço, Soluções anestésicas, Emergências no consultório, Flúor, Adesão aos tecidos dentários, Radiologia, Oclusão, Periodontia aplicada à dentística, Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas, Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas, Lesões não-cariosas, Restaurações adesivas diretas, Facetas diretas com resinas compostas, Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay, Facetas de porcelana, Restaurações de dentes tratados endodonticamente, Restaurações em dentes fraturados, Materiais odontológicos, Biocompatibilidade dos materiais dentários, Materiais de moldagem, Gesso, Resinas para restauração, Amálgama dental, Cimentos odontológicos, Cerâmicas odontológicas, Materiais de acabamento e polimento, Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil, Dor em Odontopediatria, Tratamento nas Lesões cariosas em dentes decíduos, Terapia endodôntica em dentes decíduos, Desenvolvimento da oclusão, Cirurgia bucal pediátrica, Traumatismo em dentes anteriores, Selantes de fôssulas e fissuras, Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia, Avaliação do paciente e proteção pessoal, Princípios de esterilização e desinfecção, AIDS e a prática odontológica, Controle da infecção cruzada na prática odontológica, Odontologia preventiva e social, odontopediatria.

Conhecimento específico para o Cargo de Psicólogo  
Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução nº 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia. Teorias da personalidade. Transtornos mentais descritos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). Técnicas psicoterápicas infantil,

adulto e familiar. Principais conceitos em Psicologia Social. Trabalho em equipes multiprofissionais. Avaliação psicológica. Conhecimento específico para o Cargo de Médico Pediatra  
Aleitamento materno, icterícia neonatal, Crescimento e desenvolvimento, Doença respiratória do recém-nascido, Pneumonias, Tuberculose na infância, Diarreia e desidratação, Doenças exantemáticas, Desnutrição; Infecção do Trato urinário.

Conhecimento específico para o Cargo de Médico Ginecologista e Obstetra  
Importância médico-social de obstetrícia, Assistência pré-natal, Assistência ao parto, Puerpério, Prematuridade, Propedêutica obstétrica, Crescimento intra-uterino restrito, Hemorragias na gravidez, Hipertensão e gravidez, Hipertensão vascular crônica, pré-eclampsia, Diabetes mellitus na gestação, Cardiopatia e gravidez, Distúrbio da coagulação no ciclo grávido puerperal, Doença hemolítica perinatal, Gravidez prolongada, Sofrimento fetal agudo e crônico, Distócia do trajeto, desproporção céfalo-pélvica; Discinesia uterina, Patologia do terceiro e quarto período do parto; Rotura uterina, laceração do trajeto, Apresentações pélvicas, defletidas (bregma, face, frente) e córmica, Doenças sexualmente transmissíveis durante a gestação, Rubéola, toxoplasmose e citomegalovirose, Operação cesariana: indicações, técnica, complicações e pós-operatório, Fórcepe.

Conhecimento específico para o Cargo de Médico Clínico Geral  
Acolhimento, Avaliação e classificação de risco, Abordagem inicial do paciente grave, Avaliação e abordagem dos principais sinais e sintomas em serviços de pronto atendimento: febre, dispneia, dor torácica, síncope, hemoptise, disfagia, dor abdominal, dor lombar, cefaleia e dor facial, vertigem e tontura, Abordagem das principais emergências clínicas: parada cardiorrespiratória, anafilaxia, urgências e emergências hipertensivas, abordagem ao paciente hipotenso, choque, arritmias cardíacas, síndromes coronarianas agudas e crônicas agudizadas, hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca, endocardite infecciosa, pericardite, miocardiopatias, tratamento da dor aguda, hepatites, hepatopatias agudas e complicações das hepatopatias crônicas, diarreia, hemorragias digestivas, pancreatite, colelitíase, insuficiência renal aguda e crônica, emergências em pacientes sob diálise, nefrolitíase, distúrbios hidro-eletrolíticos e ácido-base, intoxicação exógena aguda, síndrome de abstinência alcoólica, estado confusional agudo, tentativa de suicídio, crise de ansiedade, transtornos mentais comuns, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, tromboembolismo pulmonar, patologias vasculares não traumáticas, acidente vascular cerebral, paralisia facial periférica, crises convulsivas, meningite, encefalite, abscessos cerebrais, paralisias flácidas agudas, tétano, infecções do trato urinário, infecções dos tecidos moles, doenças sexualmente transmissíveis, infecções virais comuns, dengue, leptospirose, influenza, rubéola, sarampo, botulismo, malária, esquistossomose, febre amarela, coqueluche, mononucleose, tuberculose, hanseníase, HIV/Aids, infecções agudas e crônicas do aparelho respiratório, acidentes por animais peçonhentos, notificação de doenças, neutropenia febril, anemia, púrpura trombocitopênica, leucemias, linfomas, transfusão de sangue e terapia por hemoderivados, diabetes mellitus, insuficiência adrenal, hipotireoidismo e hipertireoidismo, crise tireotóxica, coma mixedematoso, rabdomiólise, doenças dermatológicas, artrite reumatoide, lúpus eritematoso sistêmico, artrose, osteoporose, violência sexual, abordagem da exposição ocupacional a material biológico.

Conhecimento específico para o Cargo de Médico Veterinário  
Doenças infectocontagiosas de importância em Saúde Pública Veterinária: determinadas por bactérias: Estreptococíases, Tuberculose, Pasteurelose, Estafilococíases, Brucelose, Salmoneloses, Shigeloses, Peste Bubônica, Vibriose, Leptospirose; determinadas por vírus: Raiva, Encefalites equinas, Aftosa; determinadas por protozoários: Leishmaniose, Toxoplasmose, Tripanossomíase,

determinadas por Nematoides: Triquinelose, Ascariíase, Ancilostomíase, determinadas por trematóides: Esquistossomoses, Cercarioses, determinadas por cestoides: Teníase, Cisticercoses, Equinococoses. Epidemiologia: conceitos; cadeia Epidemiológica. Controle Sanitário de Alimentos: Intoxicações e toxi-infecções de origem alimentar; profilaxia das intoxicações e toxi-infecções alimentares. Zoonoses: conceituação e classificação de zoonoses. Controle da raiva: controle de roedores. Controle de vetores. Controle de produtos de uso médico veterinário. Clínica e cirurgia veterinária. Extensão Rural: conceitos e aplicabilidade. Agronegócio: fundamentos.

Conhecimento específico para o Cargo de Contador

Contabilidade Pública: - Noções Gerais; A Fazenda Pública; A Contabilidade Pública. Patrimônio Público: - Conceito; Aspectos Qualitativos; Aspectos Quantitativos. Gestão Pública: - Conceito; Obtenção e Aplicação de Recursos Financeiros; Exercício Período Administrativo; Regime de Caixa e Competência. Planejamento e Orçamento Público: - Conceito; Princípios Orçamentários; Elaboração do Orçamento; Créditos Adicionais. Receitas Públicas: - Conceitos; classificação; Estágios da Receita; Dívida Ativa. Despesas Públicas: - Conceito; classificação das Despesas Públicas; Licitação Pública; Restos a Pagar. Plano de Contas e Escrituração: - Objeto; Estrutura. Balanços e Prestação de Contas: - Conceito; Balanços Gerais; Apuração de Resultado; Prestação e fiscalização das contas governamentais. Lei de Responsabilidade Fiscal: - Fundamentos; Objetivos.

Conhecimento específico para o Cargo de Engenheiro Civil

Conteúdo programático: Informática; Softwares destinados à área; Legislação de Obras Públicas; Construção Civil; Topografia. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL: Componentes de alvenaria: tijolos cerâmicos e blocos vazados; Concreto armado: dosagem, amassamento, lançamento e cura; Argamassa para revestimento: chapisco, reboco e emboço; Aço para concreto armado: tipos de aço e classificação; Aglomerantes aéreos e hidráulicos: caracterização e procedimentos de ensaios físicos e mecânicos; Agregados: caracterização e procedimentos de ensaios físicos e mecânicos dos agregados graúdos e miúdos; Aditivos, impermeabilizantes e polímeros: classificação, caracterização, propriedades e emprego de aditivos na construção civil. Tipos e aplicações de impermeabilizantes e isolantes. Características e aplicações dos polímeros na construção civil; Vidros: classificação, características, propriedades e emprego na construção civil; Materiais cerâmicos: etapas de fabricação, tipos, especificação da cerâmica vermelha e cerâmica para revestimento; Madeiras e materiais metálicos: classificação, características, propriedades das madeiras e metais. Uso e preservação da madeira, tipos, constituição e emprego. TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES: Estudos preliminares. Levantamento topográfico do terreno. Anteprojetos e projetos. Canteiro de obras. Alvenaria de vedação e alvenaria estruturais. Formas para concreto armado. Sistema de formas de madeira. Cobertura das edificações. Telhados cerâmicos: suporte e telhas. RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS: Tensões, deformações, propriedades mecânicas dos materiais, torção, flexão, cisalhamento, linha elástica, flambagem, critérios de resistência. CONCRETO ARMADO: Materiais, normas, solicitações normais, flexão normal simples, cisalhamento, controle de fissuração, aderência, lajes maciças e nervuradas, punção, torção, deformações na flexão, pilares. TEORIA DAS ESTRUTURAS: Morfologia as estruturas, carregamentos, idealização. Estruturas isostáticas planas e espaciais. Estudo de cabos. Princípio dos Trabalhos Virtuais. Cálculo de deslocamentos em estruturas isostáticas: método da carga unitária. Análise de estruturas estaticamente indeterminadas: método das forças. Análise de estruturas cineticamente indeterminadas: método dos deslocamentos. INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS: Projeto e dimensionamento de instalações prediais de água fria. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de esgotos sanitários. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de águas pluviais.

Projeto e dimensionamento de instalações prediais de combate a incêndio. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: Projeto e dimensionamento de instalações elétricas prediais de baixa tensão. PLANEJAMENTO E CONTROLE DE OBRAS: Estudo de viabilidade do terreno: análise técnica e sintética; Orçamento: quantitativos, composições do custo unitário dos serviços, planilha orçamentária, bonificação e despesas indiretas; Cronogramas: Físico e financeiro de execução, interdependência de serviços, cronograma de aquisição de insumos; Apropriações: dimensionamento de pessoal, medições, análise dos resultados das medições, faturas; Controle de qualidade: de materiais, de serviços e de desperdícios. SANEAMENTO: Drenagem pluvial: estimativas e contribuições, galerias e canais; Limpeza pública: estimativa de contribuições, coleta de resíduos sólidos domiciliares, princípios de compostagem, aterros sanitários e controlados. LEGISLAÇÕES PERTINENTES: Licitações e contratos conforme a Lei n.º 8.666 e atualizações. Análise de contratos para execução de obras. Legislação específica para obras de engenharia civil. Normas técnicas aplicadas à engenharia civil. Vistoria e elaboração de pareceres. Princípios de planejamento e de orçamento público. Legislação profissional. PROJETOS: arquitetônico, estrutural (concreto, aço e madeira), fundações, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, telefonia, lógica e prevenção contra incêndio, análise e compatibilização, Noções de segurança do trabalho. Noções de Ergonomia Acessibilidade (Decreto-lei 5296/2004).

Conhecimento específico para o Cargo de Terapeuta Ocupacional Políticas de Saúde/SUS. Legislação e ética profissional. Indicadores epidemiológicos. Parâmetros pertinentes a Saúde da Família. Constituição Federal 88 (artigo 196 a 200). Intervenção terapêutica e seus pressupostos teóricos. Desenvolvimento sensorial, perceptivo, cognitivo e motor: normal e seus desvios. Bases anatômicas, fisiológicas e cinesiológicas aplicadas a Terapia Ocupacional. Terapia Ocupacional aplicada à neurologia, traumatologia, ortopedia, reumatologia, geriatria, gerontologia e saúde mental. Fundamentos de psicopatologia e psicofarmacologia. Reforma psiquiátrica no Brasil e proposta de desinstitucionalização. Avaliação em Terapia Ocupacional nas diversas áreas de intervenção. Análise de atividades: indicações e aplicação no tratamento ocupacional. Órteses e adaptações: prescrição e aplicação. Reabilitação psicossocial. Adequação postural para usuários de cadeira de rodas. Parâmetros para o funcionamento do SUS. Ações de Biossegurança. Humanização da Assistência.

Conhecimento específico para o Cargo de Nutricionista

Nutrição Fundamental: Digestão, biodisponibilidade, absorção e metabolismo de macronutrientes e micronutrientes. Necessidades nutricionais e deficiências. Avaliação Nutricional: Indicadores antropométricos, bioquímicos, dietéticos e clínicos. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecções, má nutrição proteico-calórica, anemias e carências nutricionais. Alimentação saudável: princípios, atributos e diretrizes para a população brasileira. Ética profissional. Alimentos: propriedades físico-químicas; tecnologia de alimentos, higiene, microbiologia e controle de qualidade; Planejamento, organização, execução de cardápio. Legislação de alimentos: boas práticas de fabricação. Sistema de análise de perigos em pontos críticos de controle - APPCC. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor Ed. Infantil Políticas Públicas para a Educação Infantil: A resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009; Indicadores de Qualidade na educação infantil. Diretrizes nacionais para a Educação Infantil de 2010. Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil: Interação, o brincar, singularidade e individualidade; ambiente e espaços adequados. Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil: Interações e brincadeiras. Música, linguagem oral e escrita, movimento, arte, natureza, sociedade. Registros, planejamento e



avaliações na Educação Infantil. Educação, cultura e infância (Proposta Curricular de Santa Catarina). Formação do professor de Educação Infantil. Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil: Teoria epistemológica de Piaget e teoria histórico-cultural de Vygotski e Wallon.

Referencial Curricular Nacional/RCNEI. (Criança, cuidar e educar, aprendizagens significativas, crianças com necessidades especiais, adaptação e acolhimento)

Conhecimento específico para o Cargo de Professor 1º a 5º ano (20h)

Ensino fundamental de 9 anos. A infância e sua singularidade. As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento. Alfabetização como processo de apropriação das diferentes linguagens: apropriação inicial da leitura e da escrita; Ideia de representação, funções sociais da escrita. Texto: unidade da língua, tipologia textual, produção e reestruturação de textos, análise linguística. Ensino de conceitos matemáticos: Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais, Análise Combinatória; Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística - Gráficos estatísticos. Processo de mediação de conceitos das Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde. Elaboração de conceitos das Ciências humanas e sociais: tempo, tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor 1º a 5º ano (40h)

Ensino fundamental de 9 anos. A infância e sua singularidade. As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento. Alfabetização como processo de apropriação das diferentes linguagens: apropriação inicial da leitura e da escrita; Ideia de representação, funções sociais da escrita. Texto: unidade da língua, tipologia textual, produção e reestruturação de textos, análise linguística. Ensino de conceitos matemáticos: Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais, Análise Combinatória; Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística - Gráficos estatísticos. Processo de mediação de conceitos das Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde. Elaboração de conceitos das Ciências humanas e sociais: tempo, tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor Língua Inglesa (Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e Educação Infantil)

Concepção de Língua. Abordagens de ensino de língua estrangeira. Compreensão de textos. Relação texto-contexto. Estratégias de leitura em língua inglesa. Gramática da língua inglesa. Leitura em língua inglesa. Inglês escrito e falado. Coerência, coesão, referência, substituição, marcadores discursivos, termos da oração e morfossintaxe da língua inglesa.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor 6º ao 9º ano (Ciências)

Terra: Universo; Crosta terrestre; Rochas e solos; Hidrosfera; Atmosfera; Ciclos biogeoquímicos. Seres vivos: características dos seres vivos (bactérias, protistas, fungos, plantas e animais) e dos vírus. Ecologia: Populações e Comunidades; Ecossistemas; Biomas; Relações ecológicas; Componentes Abióticos. Corpo humano: Células, Tecidos, Órgãos e Sistemas; Alimentos; Funcionamento básico do organismo; Noções de Química e Física: Fenômenos físicos e químicos; Matéria; Misturas; Noções de Mecânica, Óptica, Eletricidade e Reatividade.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor 6º ao 9º ano (Artes)

A imagem no ensino das artes. Aprender e ensinar Arte no ensino fundamental. Avaliação em artes.

A expressão artística pela perspectiva do pontilhismo. Artistas brasileiros.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor 6º ao 9º ano (Matemática)

Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e suas operações, Sequências numéricas, Expressões algébricas, Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano, Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso, Razão e proporção, Razões Especiais: Velocidade Média, Densidade Demográfica, Escala, Regra de três simples e composta, Equações e inequações do 1º grau, Números decimais e operações, Sistemas de equação do 1ª grau com duas variáveis, Interpretação de gráficos e tabelas, Área de figuras planas, Números Primos/Decomposição, MMC e MDC, Triângulos e quadriláteros, Retas Paralelas cortadas para uma transversal, Equações do 2º grau, Semelhança, Polígonos, Função do 1º e do 2º grau, Relações Métricas e Trigonometrias no triângulo retângulo, Noções de Estatística: Média, mediana e moda, Operações básicas: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação, Problemas envolvendo operações básicas, Sólidos geométricos, Porcentagem.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor 6º ao 9º ano (Língua portuguesa)

Ortografia; acentuação gráfica; estrutura e formação das palavras; sufixos e prefixos; classificação e flexão das palavras; emprego das classes de palavras; conjunções; homônimos, parônimos, polissemia, denotação e conotação; análise sintática; termos essenciais da oração; orações coordenadas e subordinadas; pontuação; concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal; sintaxe de colocação de pronomes; emprego de tempos e modos verbais; figuras de linguagem; coesão e coerência textual; língua e literatura; literatura brasileira.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor 6º ao 9º ano (Geografia)

Geografia Geral - Hidrografia mundial: rios, lagos, mares e oceanos; bacias hidrográficas e recursos hídricos. Climas, zonas climáticas e temperaturas no planeta. Formações vegetais, recursos naturais, ecossistemas globais. Divisão política mundial. Associações políticas, comerciais e culturais entre países. Geração e distribuição de energia no planeta. Matrizes Energéticas. Evolução política de países e associações. Geografia do Brasil: Relevo, clima, solo, hidrografia, vegetação e recursos naturais brasileiros. Indústria, comércio e geração de energia no Brasil. Política Brasileira. Divisões políticas, culturais e econômicas do território brasileiro. Geografia de Santa Catarina: Relevo, clima, solo, hidrografia, vegetação e recursos naturais catarinenses. Indústria, comércio e geração de energia em Santa Catarina. Divisões regionais do território catarinense.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor 6º ao 9º ano (História)

História Geral: Pré-História da Humanidade, Antiguidade. Civilizações Greco-Romanas. Os grandes impérios da Idade Antiga. Europa Medieval. Idade Moderna, Renascimento. Grandes Navegações, Reforma e Contra Reforma. História Contemporânea. Revoluções e Guerras. História do Brasil: Brasil pré-colonial. O domínio português. Independência, Regências e Império. Brasil Republicano. Períodos de ditadura e reabertura democrática. Cultura, sociedade, formação étnica do Brasil. História de Santa Catarina: Ocupação do território catarinense. Revoltas, Guerras e Revoluções. Aspectos políticos da história de Santa Catarina.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor Ed. Física (40h)

Esportes Coletivos: Regras, aspectos técnicos e táticos. Pedagogia do Esporte. PCNs da Educação Física (séries iniciais e finais). Conteúdo da Educação Física Escolar, Ludicidade, Recreação, Jogos. Didática aplicada à Educação Física.

Conhecimento específico para o Cargo de Professor Ed. Física (20h)

Esportes Coletivos: Regras, aspectos técnicos e táticos. Pedagogia do Esporte. PCNs da Educação Física (séries iniciais e finais). Conteúdo da Educação Física Escolar, Ludicidade, Recreação, Jogos. Didática aplicada à Educação Física.

Conhecimento específico para o Cargo de Segundo professor  
Introdução à educação especial, Histórico e evolução da deficiência e da educação especial, Características das deficiências elegíveis para segundo professor de turma, Paradigmas e princípio norteadores da educação especial: integração, inclusão e exclusão, Legislação vigente, política nacional e estadual de educação especial, Adaptações curriculares, função do segundo professor de turma.

Conhecimento específico para o Cargo de Orientador Educacional  
Noções básicas para ser orientador educacional e administrador escolar. A integração do corpo técnico-administrativo. Comunicação inter-relacionamento pessoal. Construção coletiva da escola: consciência, representação e prática social. A Dimensão Pedagógica do Projeto Político Pedagógico. Avaliação Escolar: mitos e desafios. Função Social da escola. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96. Constituição Federal de 1988 (Art. 205 a 214).

Conhecimento específico para o Cargo de Adm. Escolar  
Noções básicas para ser orientador educacional e administrador escolar. A integração do corpo técnico-administrativo. Comunicação inter-relacionamento pessoal. Construção coletiva da escola: consciência, representação e prática social. A Dimensão Pedagógica do Projeto Político Pedagógico. Avaliação Escolar: mitos e desafios. Função Social da escola. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96. Constituição Federal de 1988 (Art. 205 a 214).

Conhecimento específico para o Cargo de Técnico Esportivo (Instrutor de Judô)

Capacitação dos professores, Técnicas de Projeção, História do Judô no Brasil, Desempenho Competitivo, Sistema de fornecimento de energia para o Judô, Normas e Regras do Judô. Fundamentos do Judô. Desenvolvimento motor no Judô.

#### ANEXO IV - A

##### MODELO DE RECURSO, EM FACE DA HOMOLOGAÇÃO OU NÃO HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 015/2014 MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC.
Recurso em Face da Homologação ou não Homologação de Inscrição
Nome do Candidato: _____
Cargo: _____
Documento de Identidade nº. _____
Razões que fundamentam e justificam o recurso:
Data: ____ de _____ de 20__.
Assinatura do(a) recorrente

#### ANEXO IV-B

##### MODELO DE RECURSO, EM FACE DA PROVA ESCRITA, SUAS QUESTÕES OU DOS GABARITOS

CONCURSO PÚBLICO Nº 015/2014 MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC.	
Recurso em Face de Questões da Prova Escrita ou do Gabarito	
( ) Prova escrita	( ) Gabarito
ÁREA/DISCIPLINA: _____	
Nº. DA QUESTÃO _____	
Razões que fundamentam e justificam o recurso:	
Data: ____ de _____ de 20__.	
Assinatura do(a) recorrente	
Obs.: para cada questão contraditada da prova escrita apresentar um recurso, nos termos deste modelo.	

#### ANEXO IV-C

##### MODELO DE RECURSO, EM FACE DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

CONCURSO PÚBLICO Nº 015/2014 MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC.			
Recursos relativos às pontuações das provas e classificação final do Concurso Público			
( ) Prova Objetiva	( ) Prova Prática	( ) Prova de Títulos e Tempo de serviço	( ) Da Classificação
Nome: _____			
Cargo: _____			
Documento de Identidade nº. _____			
Razões que fundamentam e justificam o recurso:			
Data: ____ de _____ de 20__.			
Assinatura do(a) recorrente			

#### ANEXO V

##### REQUERIMENTO PROVA DE TÍTULOS

##### FORMULÁRIO PARA A RELAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE TÍTULOS

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Área(s)/Disciplina(s): \_\_\_\_\_

Inscrição nº \_\_\_\_\_ (preenchimento pela empresa)

I – Títulos de NÍVEL DE ESCOLARIDADE (Identificar o curso e instituição)
1. ( ) Conclusão de curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas, com apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, que tenha sido aprovado, na Área de Educação ou de Ensino:
2. ( ) Conclusão do curso de Graduação – Licenciatura Plena, na disciplina específica do cargo pretendido:
II – Títulos de CAPACITAÇÃO (Identificar o curso e instituição)



a) Identificação Completa dos Títulos Participante em Cursos, Seminários, Simpósios Congressos e outros de Capacitação, Atualização ou Treinamento Profissional. (Identificar o curso e a instituição promotora – admitidos cursos com carga horária mínima de sessenta horas, expedidos entre 1º de janeiro de 2012 até a data da realização inscrição do interessado).	Nº Horas

III – TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO (público ou privado)			
Identificação da Instituição Emitente	Tempo de Serviço		
	Anos	Meses	Dias

Declaração:

Declaro que todos os títulos identificados são verdadeiros e autênticos, conforme cópias, ou originais anexadas ao presente.

Água Doce, SC, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável pelo Recebimento dos Documentos

#### ANEXO VI REQUERIMENTO PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 015/2014 MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC.
Pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição
Nome: _____
Cargo: _____
Documento de Identidade nº. _____
( ) Cópia da carteira de Doador de Sangue e/ou comprovação desta condição, expedida pela entidade coletora oficial, e que comprove a última coleta nos 365 dias anteriores ao término das inscrições do certame.
Data: ____ de _____ de 20__.
_____
Assinatura do(a) candidato(a)

#### DECRETO Nº 112/2014

DECRETO Nº 112/2014 - DE 24 DE OUTUBRO DE 2014  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.895,50 (dezoito mil oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação do excesso de arrecadação

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0060/52 e 54 Aplicações Diretas e 3.3.90.00.00.0189/227 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

#### 05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

##### 01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

##### 12.306.0010.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.00.0060/52 Aplicações Diretas.....  
R\$ 10.008,80

##### 12.306.0013.2.016 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO infantil

3.3.90.00.00.0060/54 Aplicações Diretas.....  
R\$ 6.960,00

##### 12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.00.0189/227 Aplicações Diretas.....  
R\$ 1.926,70

TOTAL ..... R\$ 18.895,50

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o excesso de arrecadação verificado nas rubricas Outras Transf. FNDE-PNAE e Remun. rendimentos aplic. financ. FNDE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce,  
24 de outubro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 113/2014

DECRETO Nº 113/2014 - DE 29 DE OUTUBRO DE 2014  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 148.350,00 (cento e quarenta e oito mil e trezentos e cinquenta reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação do superávit exercício 2013.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente os elementos de despesas 4.4.90.00.00.0143/233 Aplicações Diretas e 3.3.90.00.00.0110/235 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 DEPTO.DE AGRICULTURA

20.606.0007.1.004 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

4.4.90.00.00.0143/233	Aplicações	Diretas.....R\$ 146.250,00
-----------------------	------------	----------------------------

12.364.0012.2.028 MANUTENÇÃO DE ENSINO 3.GRAU E PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.00.00.0110/235	Aplicações	Diretas.....R\$ 2.100,00
-----------------------	------------	--------------------------

TOTAL ..... R\$ 148.350,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce,  
29 de outubro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 114/2014**

DECRETO Nº 114/2014 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

"NOMEIA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Constitui Comissão denominada de Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis do Município de Água Doce - GTCON, assim formada:

Presidente: JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTTO

Suplente: CLAUDETE ASSIS

Secretário: CÁRMEN PICCOLI NICHETTI

Suplente: MARILIA LINS

Membros: NEUSA MARIA CORREA DA SILVA BISSAN

Suplente: EDIONE FIOREZE

TÂNIA CARON DOS SANTOS

Suplente: CAMILA MACAGNAN

NILZA A. MENDES

Suplente: CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

Suplente: MARINÊS TONIAL

Art. 2º. As atividades a serem desenvolvidas pela comissão devem ser de acordo com decretos nº 054/2014 e nº 055/2014, e conforme portaria STN 753/2012, e demais legislações relativas a matéria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 064/2014 de 21 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Água Doce,  
31 de outubro de 2014  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014.

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014.

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para coordenação e execução de concurso, conforme termo de referência.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na Sala de Licitações do Município de Alto Bela Vista, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 1901/2014, sob a presidência do Senhor Cassiano Martinazzo, membros o Senhor José Luiz Rettore e o Senhor Günther Pöttker, com a finalidade de abrir os envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas para esta etapa, sendo elas, GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME, ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, ICAP INSTITUTO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, OBJETIVA CONCURSOS LTDA, NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA ME e CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA. Após a abertura dos envelopes das propostas de preços, fora analisado o teor formal de todas as empresas, sendo que todas apresentaram a proposta de acordo com o edital, sendo apurado o seguinte resultado. A licitante FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA ME ficou classificada na primeira colocação com o valor global de R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais), a licitante ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais), a licitante GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME ficou na terceira colocação com o valor de R\$ 15.750,00 (Quinze mil setecentos e cinquenta reais), a licitante NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 19.750,00 (dezenove mil setecentos e cinquenta reais), a licitante OBJETIVA CONCURSOS LTDA, ficou na quinta colocação com o valor global de R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais), a licitante CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA ficou na sexta colocação no valor global de R\$ 24.350,00 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta reais) e a licitante ICAP INSTITUTO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, ficou na sétima colocação com o valor global de R\$ 28.500,00 (vinte oito mil e quinhentos reais). Após a apuração do resultado final a Comissão Permanente de Licitações observou que a licitante FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA ME apresentou sua proposta com valor global inferior a média aritmética das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, que correspondia a R\$ 31.500,00 (Trinta e um mil e quinhentos reais), conforme cita a alínea "a" do parágrafo 1º do art. 48 da Lei 8.666/93. De consequência, a comissão permanente de licitações, através de diligência, solicita a licitante FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA ME a comprovar através de planilha de custos no prazo máximo de 3 dias úteis a contar da publicação do extrato desta ata, para que seja analisada sua aceitabilidade. Fica suspenso o julgamento das propostas até a análise da aceitabilidade da proposta da licitante FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA ME, ficando as demais licitantes convocadas a comparecer neste mesmo local na data de 13 de novembro de 2014, às 9h, momento em que será proferido o julgamento final das propostas. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata, que será assinada pela comissão permanente de licitações.

CASSIANO MARTINAZZO  
Presidente da CPL

JOSÉ LUIZ RETTORE  
Vice Presidente da CPL

GÜNTHER PÖTTKER  
Membro da CPL

**Anchieta****PREFEITURA****EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 048\_2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 048/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preço para aquisição de 300 (trezentas) horas de serviço/máquina, tipo escavadeira hidráulica, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 22.000 KG (VINTE DUAS MIL QUILOGRAMAS), para ser utilizada pela secretaria de Infraestrutura, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 18/11/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 04 de novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

**EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 049\_2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 049/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de materiais elétricos/decorativos e prestação de serviços de montagem e desmontagem da iluminação natalina e de sonorização para ornamentação do Natal 2014, na Praça Municipal Oresthes Gueller. Pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 18/11/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 04 de novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

**Antônio Carlos****PREFEITURA****PORTARIA N 501/2014**

PORTARIA Nº 501/2014.

Concede Licença para Tratamento de Saude.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE, ao servidor efetivo ANTONIO MANNES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 03 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 04 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de novembro de 2014.

**DECRETO Nº 113/2014**

DECRETO Nº 113/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 221.400,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 -GABINETE DO PREFEITO

02.01 -GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 26.000,00

03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 5.700,00

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 70.000,00

04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 20.000,00

06 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes

Diretas 53.000,00

07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 42.500,00

07.01.20.606.0009.2.022-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 4.200,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 221.400,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 04 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 114/2014

DECRETO Nº 114/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 68.700,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 50.000,00

04.01.13.392.0005.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.700,00

04.01.13.392.0005.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.000,00

08 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0002.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.011-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 8.700,00

04.01.12.365.0004.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 50.000,00

08 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0002.2.024-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 04 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

## 3º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 001/2014

3º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 05/11/2014 a 05/12/2014 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Anchieta, n.º 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munidos dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 04 de novembro de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
06	Marilhanne Dias Schultz	0418

Cargo: auxiliar administrativo i

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
09	Raquel dos Santos Ribeiro de Jesus Branco	0692

Cargo: ENFERMEIRO - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
03	Suzana Prim	0975

Cargo: FONOAUDIOLOGO

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Mariana Borges Uliano	0241



**Arroio Trinta****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0032/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, 0 KM, TIPO SEDAN, 4 PORTAS, MOTOR 2.0 PARA O GABINETE DO PREFEITO, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Valor máximo R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 18/11/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 18/11/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente ou através do e-mail: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br)

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 04 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

**Ascurra****PREFEITURA****DECRETO Nº 2642, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 2642, de 17 de outubro de 2014.

"Dispõe sobre a interrupção do trânsito na Rua Hermenegildo Poffo, no período de 20 de novembro de 2014 à 20 de janeiro de 2015, objetivando a realização da programação do Natal Trentino 2014.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do Art. 72 da Lei Orgânica do Município de Ascurra/SC e, CONSIDERANDO, o § 1º do art. 33 da Lei Complementar nº 88, de 12 de novembro de 2008 - Código de Posturas, que disciplina as interrupções totais e parciais de trânsito, provenientes da execução de obras na via pública ou qualquer solicitação de alteração temporária de trânsito;

CONSIDERANDO, que a presente Rua liga as Ruas Benjamin Constant e a Rua Mamãe Margarida, abrangendo toda a Lateral da Praça Poeta Vicente Cechelero;

CONSIDERANDO, que aos finais de semana nos termos do Decreto nº 2630, de 25/09/2014 que regulamenta a interrupção parcial da Rua Hermenegildo Poffo;

CONSIDERANDO, que a interrupção parcial não acarreta prejuízo ao tráfego e ao fluxo normal do trânsito na área central do Município;

CONSIDERANDO, que haverá sinalização informando a interrupção nos termos do § 1º do Art. 33, da já citada Lei:

CONSIDERANDO, o requerimento da Comissão organizadora do Natal Trentino, para que seja montado a PIAZZA DEI PINI (Praça dos Pinheiros) no período de 20/12/2014 a 20/01/2015, para a realização da programação do Natal Trentino 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica interrompido o tráfego na Rua Hermenegildo Poffo, no período de 20/12/2014 a 20/01/2015, para a realização do Natal Trentino 2014.

Parágrafo Único: Findo este período, a interrupção na referida via, retorna ao estabelecido no Decreto nº 2630 de 25/09/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em,  
17 de outubro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 17 de outubro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

**Atalanta****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL 17/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 17/2014, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR A CESTA NATALINA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 17 de novembro de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail [compras@atalanta.sc.gov.br](mailto:compras@atalanta.sc.gov.br) ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 03 de novembro de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

**Balneário Rincão****CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 001/CMBR/2014; CONTRATADA: POSTO FERREIRA LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículos, pertencente à Câmara Municipal de Balneário Rincão, durante o exercício de 2014; VIGENCIA: 31/12/2014, ASSINATURA: 02/10/2014; CONTRATANTE: pela Câmara Municipal o Sr. Edmilson Braz Carlos - Presidente e pela Empresa: o Sr. Antonio Valvito Ferreira.

## Barra Velha

### PREFEITURA

#### PP 012/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 023/2014 - FUMTEC  
Pregão Presencial nº 012/2014 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote serviço de reforma de deck e construção de rampa de acesso. Conforme especificações detalhadas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 17/11/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 17/11/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 04 de novembro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

#### PP 067/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 095/2014 - Pregão Presencial nº 067/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE prestação de serviço para revitalização do Morro do Cristo, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 18/11/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 18/11/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 04 de novembro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

## Bela Vista do Toldo

### PREFEITURA

#### LEI Nº 1067/2014

LEI Nº 1.067/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

#### I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo, para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita em R\$ 26.346.505,00 (vinte e seis milhões, trezentos e quarenta e seis mil e quinhentos e cinco reais), e fixa a Despesa em R\$ R\$ 26.346.505,00 (vinte e seis milhões, trezentos e quarenta e seis mil e quinhentos e cinco reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

#### II - DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Art. 2º. O orçamento do Município de Bela Vista do Toldo (Prefeitura, Fundos, Fundações e Câmara de Vereadores) para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 26.346.505,00 (vinte e seis milhões, trezentos e quarenta e seis mil e quinhentos e cinco reais), fixa as Despesas para a Câmara Municipal em R\$ 851.500,00 (oitocentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais), e fixa as despesas da Prefeitura Municipal, Fundos e Fundações em R\$ 25.495.005,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e cinco reais). Estima as transferências financeiras da Prefeitura Municipal ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ao FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, ao FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, e ao PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL em R\$ 4.132.019,00 (quatro milhões, cento e trinta e dois mil e dezenove reais).

§ 1º: A Receita Consolidada da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES .....	19.036.505,00
2.RECEITAS DE CAPITAL .....	7.310.000,00
3.RECEITA TOTAL .....	26.346.505,00

§ 2º: A Despesa Consolidada da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Cód	ORGÃO	VALOR R\$
02.00	Gabinete do Prefeito	570.000,00
03.00	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	2.284.900,00
06.00	Secretaria Municipal de Educação	9.955.921,00
04.00	Secret. Mun. de Agric Meio Amb e Des Rural	1.311.500,00
07.00	Secret Mun. de Infraestr. e Serv. Públicos	3.674.365,00
13.00	Secretaria Municipal de Plan e Desenv Econ.	826.550,00
14.00	Secretaria Municipal de Cult Esp e Turismo	413.500,00
99.00	Reserva de Contingência	22.000,00
08.00	Fundo Municipal de Saúde	4.849.469,00
09.00	Fundo Municipal de Assistência Social	1.320.100,00
10.00	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	67.800,00
11.00	Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	158.900,00
16.00	Fundo Mun. Defesa Civil	40.000,00
01.00	Poder Legislativo Municipal	851.500,00
TOTAL		26.346.505,00
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos e ao Poder Legislativo Municipal.	R\$ 4.132.019,00
TOTAL		R\$ 4.132.019,00

## II CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$	
01	LEGISLATIVA	851.500,00	
04	ADMINISTRAÇÃO	2.868.450,00	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	40.000,00	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.387.900,00	
10	SAÚDE	4.794.469,00	
12	EDUCAÇÃO	9.925.921,00	
13	CULTURA	104.500,00	
15	URBANISMO	3.674.365,00	
20	AGRICULTURA	1.470.400,00	
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	204.500,00	
27	DESPORTO E LAZER	104.500,00	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	898.000,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	
TOTAL		26.346.505,00	
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos e ao Poder Legislativo Municipal.	R\$ 4.132.019,00	
TOTAL		R\$ 4.132.019,00	6.773.260,00

## III - CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
032	CONTROLE EXTERNO	851.500,00
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	826.550,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.041.900,00
182	DEFESA CIVIL	40.000,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	67.800,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.320.100,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	4.161.019,00
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	439.300,00
303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	128.150,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	32.450,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	33.550,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	7.643.821,00
363	ENSINO PROFISSIONAL	8.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	2.274.100,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	104.500,00
452	SERVIÇOS URBANOS	3.674.365,00
606	EXTENSÃO RURAL	1.470.400,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	104.500,00
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	600.000,00
695	TURISMO	204.500,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	298.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00
TOTAL		26.346.505,00
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos e ao Poder Legislativo Municipal.	R\$ 4.132.019,00
TOTAL		R\$ 4.132.019,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

CÓDIGO	PROGRAMAS	VALOR (R\$)
0001	LEGISLATIVO EFICIENTE	851.500,00
0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR EFICIENTE	570.000,00
0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2.284.900,00
0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1.470.400,00
0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	10.369.421,00
0006	AÇÕES EFICIENTES EM OBRAS E URBANISMO	3.674.365,00



0007	PLANEJAMENTO MUNICIPAL EFICIENTE	826.550,00
0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS BELAVISTENSES	4.849.469,00
0009	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	67.800,00
0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEL	1.320.100,00
0011	ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	40.00,00
0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00
TOTAL		26.346.505,00
	Transferências Financeiras concedidas aos Fundos e ao Poder Legislativo.	R\$ 4.132.019,00
TOTAL		R\$ 4.132.019,00

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.3.0.00.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	21.968.305,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	4.356.200,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	22.000,00
TOTAL		26.346.505,00
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos e ao Poder Legislativo Municipal	R\$ 4.132.019,00
TOTAL		R\$ 4.132.019,00

## III - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Art. 3º. O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 23.190.755,00 (vinte e três milhões, cento e noventa mil e setecentos e cinquenta e cinco reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal aos Fundos, Fundações e ao Poder Legislativo Municipal em R\$ 4.132.019,00 (quatro milhões, cento e trinta e dois mil e dezenove reais) e fixa as Despesas em R\$ 19.058.736,00 (dezenove milhões, cinquenta e oito mil e setecentos e trinta e seis reais).

§ 1º: A Receita será realizada mediante a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	19.036.505,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	7.310.000,00
3. RECEITA TOTAL .....	26.346.505,00

§ 2º: A Despesa da entidade PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
04	ADMINISTRAÇÃO	2.654.550,00
12	EDUCAÇÃO	9.925.921,00
13	CULTURA	104.500,00
15	URBANISMO	3.674.365,00
20	AGRICULTURA	1.470.400,00
23	COMERCIO E SERVIÇOS	204.500,00
27	DESPORTO E LAZER	104.500,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	898.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00
TOTAL		19.058.736,00
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos e ao Poder Legislativo Municipal	R\$ 4.132.019,00
TOTAL		R\$ 4.132.019,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.3.0.00.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	15.439.436,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	3.597.300,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	22.000,00
TOTAL		19.058.736,00

Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos e ao Poder Legislativo Municipal.	R\$ 4.132.019,00
TOTAL GERAL	R\$ 4.132.019,00

## IV - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BELA VISTA DO TOLDO

Art. 4º. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) e fixa as despesas em R\$ 158.900,00 (cento e cinquenta e oito mil e novecentos reais).

§ 1º: A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	20.900,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00
3. RECEITA TOTAL .....	20.900,00

§ 2º: A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BELA VISTA DO TOLDO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
20	AGRICULTURA	158.900,00
TOTAL		158.900,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	142.400,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	16.500,00
TOTAL		158.900,00

## V - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLDO

Art. 5º. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 2.251.900,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil e novecentos reais) as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 2.597.569,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quinhentos e sessenta e nove reais) e fixa as Despesas em R\$ 4.849.469,00 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e sessenta e nove reais).

§ 1º: A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	1.491.900,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	760.000,00
3. RECEITA TOTAL .....	2.251.900,00

§ 2º: A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLDO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
10	SAÚDE	4.849.469,00
TOTAL		4.849.469,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	4.528.169,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	321.300,00
TOTAL		4.849.469,00

## VI - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE BELA VISTA DO TOLDO

Art. 6º. O Orçamento da entidade Fundo Municipal da Infância e Adolescência para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 67.800,00 (sessenta e sete mil e oitocentos reais).

§ 1º: A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	8.800,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00
3. RECEITA TOTAL .....	8.800,00

§ 2º: A Despesa da entidade do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE BELA VISTA DO TOLDO, será realizada

segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	67.800,00
TOTAL		67.800,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	56.800,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	11.000,00
TOTAL		67.800,00

## VII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELA VISTA DO TOLDO

Art. 7º. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Toldo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 874.150,00 (oitocentos e setenta e quatro mil e cento e cinquenta reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 445.950,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.320.100,00 (um milhão, trezentos e vinte mil e cem reais).

§ 1º: A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	254.150,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	620.000,00
3. RECEITA TOTAL .....	874.150,00

§ 2º - A Despesa da entidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Toldo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.320.100,00
TOTAL		1.320.100,00

## II- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	926.500,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	393.600,00
TOTAL		1.320.100,00

## VIII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE BELA VISTA DO TOLDO

Art. 8º. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Defesa Civil de Bela Vista do Toldo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 0,00 ( ), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) fixa as Despesas em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

§ 1º: Os recursos disponíveis serão realizados mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminado no quadro

anexo, com os seguintes desdobramentos:

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS .....	40.000,00
2. TOTAL .....	40.000,00

§ 2º: A Despesa da entidade do Fundo Municipal de Defesa Civil será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
16	DEFESA CIVIL	40.000,00
TOTAL		40.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
TOTAL		40.000,00

#### IX - DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DE BELA VISTA DO TOLDO

Art. 9º. O Orçamento da entidade Poder Legislativo Municipal de Bela Vista do Toldo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 0,00 (), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 851.500,00 (oitocentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais) fixa as Despesas em R\$ 851.500,00 (oitocentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais).

§ 1º: Os recursos disponíveis serão realizados mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminado no quadro anexo, com os seguintes desdobramentos:

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS .....	851.500,00
2. TOTAL .....	851.500,00

§ 2º: A Despesa da entidade Poder Legislativo Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
01	LEGISLATIVA	851.500,00
TOTAL		851.500,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	835.000,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	16.500,00
TOTAL		851.500,00

Art. 10. Os recursos da Reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme segue:

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

RESERVA DE CONTINGÊNCIA		22.000,00
3.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	22.000,00

§ 1º: A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º: Não se efetivando até o dia 20/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, descritos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 11. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação em conformidade com a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e suas alterações, e normas editadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC.

§ 1º: Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar por Decreto, dotações, de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

§ 2º: Durante a execução orçamentária de 2015, autorizado por Lei, o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos fiscais, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2015.

Art. 12. Poderá o Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, abrir créditos adicionais até o limite de um quarto do montante das respectivas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observados os valores disponíveis por fontes de recursos;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;

V - convênios não previstos no orçamento geral da prefeitura.

Parágrafo único: excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 13. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operação de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º: A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º: O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de

recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 14. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais de projetos, atividades ou operações especiais, mediante Lei específica.

Art. 15. Durante o exercício de 2015 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei ou por créditos adicionais.

Art. 16. Através de Lei específica autorizativa e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Município poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 18. Ficam consignadas nas dotações de pessoal previsão para concessão de revisão, reposição e/ou correção salarial.

Parágrafo Único: As dotações de pessoal do orçamento poderão ser suplementadas sempre que necessário para fazer frente às despesas geradas com a reposição e/ou correção salarial, conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de subvenção ou auxílio, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art.20. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 21. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante Lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 22. A presente Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## LEI Nº 1068/2014

LEI Nº 1.068/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1o. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 17.751,93 (Dezessete mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	11.00	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	11.01	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
02-20.606.0004-2.006	2.006	AÇÕES VOLTADAS A MELHORIA DA AGRICULTURA	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0950	Aplicações Diretas	17.751,93
TOTAL GERAL	17.751,93		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor R\$ 17.751,93 (Dezessete mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos) por conta de excesso de arrecadação apurado até o mês de setembro/2014 conforme relatório em anexo.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



**LEI Nº 1069/2014**

LEI Nº 1.069/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

**"ESTABELECE ATRIBUIÇÕES AOS CARGOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. As atribuições dos cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública são os seguintes:

**I - ADVOGADO MUNICIPAL:** Assessorar e orientar as chefias nos assuntos relacionados com os conhecimentos técnicos especializados da categoria. Emitir pareceres de natureza jurídica. Programar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas com o assessoramento jurídico em geral. Lavar e analisar contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos. Representar o Município em Juízo. Propor e contestar ações em geral. Acompanhar permanentemente o andamento de processos e ações judiciais. Elaborar anteprojeto de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas internas. Organizar e manter atualizada coletânea de leis e decretos, bem como o repositório da jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente as ligadas ao Município. Participar de comissões disciplinares ou de sindicância. Desempenhar outras atividades afins.

**II - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS -** Exercer as Atividades de combate e prevenção de endemias, mediante a notificação de focos endêmicos, vistoria e detecção de locais suspeitos, eliminação de focos, orientações gerais de saúde; Prevenir a dengue, conforme orientação do Ministério da Saúde, fazendo orientação sobre o mosquito Aedes Aegypti e como evitar a doença em todas as visitas; Visitar residências, estabelecimentos comerciais, industriais e outros; Acompanhar, por meio de visita domiciliar todas as famílias sob sua responsabilidade, acordo com as necessidades definidas pela equipe; Verificação de caixa d'água, calhas e telhados; Vistoriar terrenos baldios; Localizar, eliminar focos e criadouros; Realizar tratamento focal: aplicação de larvicida em vasos de plantas, pneus, tambores e outros; Realizar tratamento focal em pontos estratégicos; Participar de reuniões e treinamentos; Realizar palestras e outras atividades de educação em saúde; Emitir relatórios, preenchendo formulários, atualizando mapeamento; Outras atividades inerentes à função.

**III - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:** Protocolar a entrada e saída de documentos, autuar os documentos recebidos, preencher e arquivar fichas de registro de processos. Receber, conferir e registrar o expediente, distribuir e expedir a correspondência e preparar documentos para expedição. Atender o público interno e externo e informar, consultando fichários e documentos. Digitar textos e tabelas simples, fichas, formulários e outros documentos simples. Digitar minutas de documentos, tais como: exposições de motivos, projetos de leis, decretos, etc. Auxiliar na conferência dos trabalhos digitados. Redigir expedientes sumários, segundo normas preestabelecidas. Encaminhar os processos às unidades competentes e registrar sua tramitação. Encaminhar, despachos e informações que devem ser submetidos à consideração superior. Recortar e arquivar, sob supervisão, documentos de interesse da unidade administrativa onde exerce suas funções e controlar o empréstimo e devoluções de documentos. Registrar sob supervisão, os processos e petições destinadas a arquivamento e localizar documentos arquivados. Efetuar cálculos simples, empregando ou não máquinas de calcular. Executar outras atividades afins que lhe forem determinadas.

**IV - ASSISTENTE SOCIAL:** Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicado a indivíduos, grupos e comunidades. Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando à implantação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário. Participar no desenvolvimento de pesquisa médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família. Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial. Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde. Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das implicações sociais, culturais, econômicas e emocionais, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais. Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possa proporcionar os benefícios necessários a população. Participar de programas de treinamento de pessoal e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde. Desempenhar outras atividades afins.

**V - AUXILIAR DE ODONTOLOGIA:** Preparar os pacientes para as consultas; Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; Participar de atividades de educação individual e coletiva em saúde bucal, como escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental, entre outros sob supervisão do odontólogo; Preparar e organizar o instrumental e materiais necessários para o trabalho; Instrumentar o cirurgião dentista durante a realização de procedimentos clínicos; Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; Agendar o paciente e orientá-lo quanto ao retorno e a preservação do tratamento; Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe em relação à saúde bucal; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

**VI - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO:** Zelar pela conservação dos utensílios e equipamentos utilizados nos trabalhos de limpeza pública, recolhendo-os e mantendo-os limpos; Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas; Percorrer as dependências da prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, Preparar e servir café aos visitantes e servidores da prefeitura; Manter limpos os utensílios de cozinha; Verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; Manter limpo e arrumado o material sob sua guarda; Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; Fazer o serviço de faxina em geral; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes.

**VII - ENGENHEIRO CIVIL:** Dirigir e fiscalizar a construção de obras da Administração Pública Municipal. Indicar falhas em projetos e propor soluções na obra; Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica; Vistoriar, orçar, dar parecer e avaliar bens imóveis do Município. Orientar técnicos e estagiários em obras; Responsabilizar-se pelas medições para fins de liberação de parcelas; Participar de comissões técnicas; Receber processos e encaminhá-los aos setores competentes; Providenciar a compra e transporte de materiais para as obras; Desempenhar outras atividades afins.

**VIII - FISCAL DE OBRAS E TRIBUTOS:** proceder à verificação e

orientação do cumprimento da regulamentação urbanística concernente a edificações particulares; orientar, inspecionar e exercer a fiscalização de construções irregulares e clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos; verificar imóveis recém construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se"; verificar o licenciamento de obras de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado; intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas aos violadores da legislação urbanística; efetuar a fiscalização de terrenos baldios, verificando a necessidade de limpeza, capinação, construção de muro e calçadas, bem como fiscalizar o depósito de lixo em local não permitido; efetuar a fiscalização em construções; acompanhar o engenheiro da prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas no município; efetuar levantamento de terrenos e loteamentos para execução de serviços, bem como efetuar levantamentos dos serviços executados; fiscalizar os serviços executados por empreiteiras e pelo município; orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; expedir notificações preliminares e autos de infração referentes ao cumprimento da legislação do Código Tributário do Município; verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, face aos artigos que expõem, vendem ou manipulam, e os serviços que prestam; verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida; verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias; realizar vistorias para fins de acompanhamento e manutenção do sistema tributário e para fins de renovação do licenciamento; verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal; Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais; Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; Atender consultas de caráter tributário; Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária; Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do crédito tributário municipal; Fiscalizar o transporte coletivo municipal; desempenhar outras tarefas afins.

**IX - FISIOTERAPEUTA:** Atender e analisar os aspectos sensório-motores; percepto-cognitivos e socioculturais; Traçar planos e preparar ambiente terapêutico; Estimular o desenvolvimento neuro-psicomotor (dnpm) normal e cognição; Ensinar técnicas de autonomia e independência; participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais; Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; Desenvolver atividades educativas de saúde na área de sua competência; Participar de treinamento do pessoal de nível auxiliar, médio e superior; Fornecer dados estatísticos de suas atividades.

**X - MÉDICO CLÍNICO GERAL:** Dirigir equipes e prestar socorros urgentes; Efetuar exames médicos; Fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar os métodos da Medicina preventiva; Providenciar ou realizar tratamento especializado; Praticar intervenções cirúrgicas; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir, pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão; Atender casos urgentes de internados no hospital, nos impedimentos dos Titulares de plantão; Preencher os boletins de socorro urgente, mesmo os provisórios, com diagnósticos

provisórios, com diagnósticos provável ou Incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiro socorro; Preencher as fichas dos doentes atendidos a domicílio; Preencher relatórios comprobatórios de atendimento.

**XI - MÉDICO GINECOLOGISTA:** Atender a pacientes que procuram a unidade sanitária, procedendo exame geral e obstétrico; Solicitar exames de laboratório e outros que o caso requeira; Controlar a pressão arterial e o peso da gestante; dar orientação médica à gestante e encaminhá-la à maternidade; Preencher fichas médicas das clientes; Atender ao parto e puerpério; Dar orientação relativa à nutrição e higiene da gestante; Prestar o devido atendimento às pacientes encaminhadas por outro especialista; Prescrever tratamento adequado; Participar de programas voltados para a saúde pública; de acordo com sua especialidade; Realizar procedimentos específicos tais como: colposcopia, cauterização de colo uterino, biopsias, colocação de DIU ou implante contraceptivo. Encaminhar os pacientes que necessitam para outros níveis do sistema, garantindo a referência.

**XII - MÉDICO PEDIATRA:** Atender crianças que necessitam de serviços médicos, para fins de exames clínicos, educação e adaptação; Examinar pacientes em observação; Avaliar as condições de saúde e estabelecer o diagnóstico; avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento dos pacientes; Estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático prescrevendo medicação, tratamento e dietas especiais; prestar pronto atendimento a pacientes externos sempre que necessário ou designado pela chefia imediata; Orientar a equipe multiprofissional nos cuidados relativos a sua área de competência; Participar da equipe médico-cirúrgica quando solicitado, Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e local de trabalho; Comunicar ao seu superior imediato, qualquer irregularidade; participar de projetos de treinamento e programas educativos; Cumprir e fazer cumprir as normas; Propor normas e rotinas relativas a sua área de competência; Classificar e codificar doenças, operações e causa de morte, de acordo com o sistema adotado; Manter atualizados os registros das ações de sua competência; Atender crianças desde o nascimento até a adolescência, prestando assistência médica integral; Executar outras tarefas correlatas a sua área de competência, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

**XIII - MONITOR EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Atuar diretamente com o aluno com Múltiplas Deficiências, Graves Comprometimentos Mentais ou Condutas Típicas de Síndromes incluídos, contribuindo para sua interação e socialização com os pares, favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia em suas atividades de vida diária e social no contexto escolar e nas atividades extra classe, auxiliando o aluno no que for necessário; Acompanhar o aluno com o comportamento adaptativo a outros espaços e atividades pedagógicas sob a orientação do professor e outros técnicos promover em conjunto com o professor regente, o avanço contínuo das habilidades do aluno incluído, através da utilização e organização de atividades pedagógicas e AVD (Atividades de Vida Diária); Atuar como mediador do processo de ensino/aprendizagem seguindo as orientações recebidas do professor regente ou outros técnicos, contribuindo na aquisição de conhecimentos. Participar de formação continuada e/ou reuniões organizadas pela Gerência de Educação Especial. Auxiliar o professor regente, no que diz respeito a inclusão, promovendo a aprendizagem do aluno com Múltiplas Deficiências, Graves Comprometimentos Mentais ou Condutas Típicas de Síndromes e consequentemente na aprendizagem coletiva da turma.

**XIV - MOTORISTA:** Dirigir automóveis, caminhonetes, veículos leves de transporte de passageiros, caminhões, micro-ônibus, ônibus escolar ou ambulâncias; Verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem,

nível de combustível entre outros, para o transporte de cargas; Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; Zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; Efetuar transporte de pacientes que necessitam de atendimento urgente, dentro ou fora do município; Realizar transporte de estudantes da rede municipal de educação; Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo; Conduzir os servidores da prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas; Anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências; Recolher ao local apropriado o veículo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado.

**XV - ODONTÓLOGO:** Realizar exame clínico com finalidade epidemiológica; Realizar procedimentos clínicos básicos; Encaminhar e orientar os usuários que apresentarem problemas mais complexos; Realizar atendimentos nas urgências; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Executar ações de assistência integral; Coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção à Saúde Bucal; Realizar ações educativas e preventivas em Saúde Bucal.

**XVI - OPERADOR DE MÁQUINAS:** Operar máquinas e equipamentos pesados, montados sobre rodas, pneumáticas ou não, realizando trabalhos de terraplanagem, aterros, nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes, remoção e compactação de terra. Relatar, em caderneta de registros, os serviços executados pela máquina, de acordo com o hodômetro, para efeitos de controle; Controlar o consumo de combustível e lubrificantes, para levantamento do custo da obra, bem como para a manutenção adequada da máquina; Zelar pela conservação da máquina, informando quando detectar falhas e solicitando sua manutenção; Efetuar o abastecimento da máquina, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar seu bom funcionamento durante a execução da obra; Operar outras máquinas rodoviárias ou veículos de qualquer porte quando exigido pela chefia imediata.

**XVII - PSICÓLOGO:** Prestar escuta qualificada, individual ou grupal, visando à identificação da necessidade dos indivíduos e famílias, promovendo o encaminhamento adequado a cada caso específico; Trabalhar com as famílias as relações interpessoais, objetivando identificar a existência de conflitos individuais e grupais com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários; Realizar atendimento psicossocial, individual e familiar; Realizar visitas domiciliares, conforme cada caso específico; Definir em conjunto com a equipe as intervenções necessárias, acompanhamento de casos e encaminhamentos para a Rede de Proteção, visando à superação da situação de violação de direitos evidenciada; Elaborar e encaminhar ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, relatório técnicos informando sobre a violação de direitos dos usuários e/ou para subsidiar decisões sócio jurídicas, quando solicitados; Proceder a registros de dados dos atendimentos realizados para fins de sinopse estatística da unidade. Executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo.

**XVIII - TÉCNICO AGRÍCOLA:** Elaborar, orientar estudos ou programas para a recuperação e desenvolvimentos de propriedades rurais, observando a técnica conveniente; Dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agrícola, a tendendo ao seu aperfeiçoamento e as condições sociais do homem do campo; Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de

projetos respectivos; Prestar assistência e orientação aos agricultores; Atender a consultas feitas por lavradores; Orientar a produção, administração e planejamento agrícola. Organizar e inspecionar pomares, hortas e plantações em geral; Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo; Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural; Orientar trabalhos de conservação de solo; Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo adulação variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas; Participar de previsão de safras; Orientar a produção de sementes e mudas; Executar outras tarefas semelhantes.

**XIX - TÉCNICO EM ENFERMAGEM:** Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade visando a Promoção, proteção e recuperação da saúde; Fazer previsão de equipamento e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas; Fazer atendimento de enfermagem, de acordo com programação estabelecida pela Instituição; Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade; Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população; Executar outros procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas; Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização a normas técnicas; Participar na execução de programas de vacinação, de acordo com o esquema adotado pela secretaria da saúde; Fazer coleta de material para exames complementares e proceder a sua identificação e registro; Fazer notificação de doenças transmissíveis; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Fazer visita domiciliar; Supervisionar e coordenar o pessoal de enfermagem na ausência do enfermeiro, quando designado, na execução de tarefas estabelecidas; Realizar cortes histológicos e inclusão; Controlar o estoque de material, visando a provisão das necessidades; Requisitar material de laboratório e verificar a sua correta especificação e condicionamento; Receber e encaminhar para análise as amostras de alimentos, bem como acondicionar e armazenar adequadamente as contraprovas; Orientar e supervisionar as atividades de coloração de lâminas desenvolvidas pelos Auxiliares do setor; Participar na organização dos arquivos das lâminas e de laudos, orientando os responsáveis; Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor; Preparar reagentes, soluções, corantes e meios de cultura utilizados em laboratórios; Executar etapas intermediárias de análises laboratoriais, sob supervisão e orientação do profissional responsável.

**XX - TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA:** Atuar na área de vigilância sanitária em geral, no cumprimento dos regulamentos municipais, estaduais e federais; Prestar assistência aos municípios e estabelecimentos comerciais quanto às normas de Vigilância e saúde ambiental; Executar todas as atividades inerentes ao cargo, no cumprimento dos preceitos legais; Preparar as amostras de alimento para análise.

Art. 2º. As atribuições dos Empregos Públicos são as seguintes:

**I - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:** Realizar mapeamento de sua área; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Identificar área de risco; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básicas; Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a



educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites.

II - ODONTÓLOGO - ESF: Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; Realizar os procedimentos clínicos da atenção básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais; Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolutividade; Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento; Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da unidade de saúde na família.

III - ORIENTADOR SOCIAL: Recepção e oferta de informações as famílias usuárias do CRAS; Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, ofertados no CRAS; Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS; Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

IV - PEDAGOGO: Acolher, ofertar informações e realizar encaminhamento às famílias usuárias do CRAS; Mediar os processos grupais do serviço socioeducativo para famílias; Realizar atendimento individualizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; Desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território de abrangência do CRAS; Assessorar os serviços socioeducativos desenvolvidos no território de abrangência do CRAS; Acompanhar as famílias em descumprimento de condicionalidades; Alimentar o sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articular ações que potencializam as boas experiências no território de abrangência.

V - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NASF: Identificar, em conjunto com as Equipes Saúde da Família e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas; Identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações; Atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Internação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos; Acolher os usuários e humanizar a atenção; Desenvolver coletivamente, com vistas a intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras; Promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde; Elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades do NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, e outros veículos de informação; Avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implantação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos; Elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção do NASF; Elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação

coletiva pelas ESF e o NASF do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada.

VI - PSICÓLOGO - NASF: Realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional; Apoiar as Equipes PSF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psíquicas, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar; Discutir com as Equipes PSF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas; Criar em conjunto com as Equipes PSF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando a redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade; Evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatrização e à medicalização de situações individuais e sócias, comuns à vida cotidiana; Desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, associações de bairro, grupos de autoajuda etc.; Priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; Possibilitar a integração dos agentes redutores de danos aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família; Ampliar o vínculo com as famílias, tornando-as como parceiras no tratamento e buscando construir redes de apoio e integração; Outras atividades inerente à função.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 212/2014

DECRETO N.º 212/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1.068/2014, de 30 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 17.751,93 (Dezessete mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO		FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	11.01	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
02-20.606.0004-2.006	2.006	AÇÕES VOLTADAS A MELHORIA DA AGRICULTURA	



Dotação	3.3.90.00.00.00. 00.00.00.0950	Aplicações Diretas	17.751,93
TOTAL GERAL	17.751,93		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor R\$ 17.751,93 (Dezessete mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos) por conta de excesso de arrecadação apurado até o mês de setembro/2014 conforme relatório em anexo.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de outubro de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Benedito Novo

### PREFEITURA

#### INEXIGIBILIDADE Nº 72/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Processo Licitatório nº 72/2014

Inexigibilidade de licitação nº 72/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO  
(83.102.780/0001-08).

CONTRATADO: SERGIO GRUNDMANN (11.989.947/0001-93).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTISTICA MUSICAL DA DUPLA "MUSICAL DUPLO ENCANTO", NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2014 NA FESTA DAS TRADIÇÕES - EDIÇÃO 2014.

VALOR TOTAL: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25, INCISO III, DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06/11/2014 a 30/11/2014.

Benedito Novo, 05 de novembro de 2014.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito.

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 223/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 223/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SRA. SIRLEI CANTELE SCHMITZ AO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. SIRLEI CANTELE SCHMITZ, portadora do CPF sob nº. 824.252.309-63, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para ocupar o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, aprovada em Concurso Público nº 001/2014, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei nº 755/2010 de 08 de dezembro de 2010, sendo sua contratação a partir de 04/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de Novembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 224/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 224/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. CATIANI STORCK, matrícula nº 518-5, portadora do CIC sob nº 072.482.819-21, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de Inseminadora, período aquisitivo de 04 de abril de 2013 a 03 de abril de 2014, período de concessão de 04 de novembro de 2014 a 03 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de novembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 225/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 225/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. JEFERSON PERSCH, matrícula nº 425-1, portador do CIC sob nº 034.734.559-03, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Agente de Administração, período aquisitivo de 17 de outubro de 2012 a 16 de outubro de 2013, período de concessão de 06 de novembro de 2014 a 20 de novembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de novembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 226/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 226/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. JAIME OMAR ZIMMERMANN, matrícula nº 390-5, portador do CIC sob nº 000.150.099-63, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de Operador, período aquisitivo de 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, período de concessão de 10 de novembro de 2014 a 09 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de novembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO 06/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 06/2014 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Raquel Faller

CPF 041.750.579-51, sito a Rua Bulcão Viana, 66 - AP 503

Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: A Contratação de serviços farmacêuticos, pois de acordo com a Lei n. 5.991/73, é exigido a presença e atuação do farmacêutico na assistência farmacêutica, onde se aplica, inclusive às unidades de dispensação das instituições de caráter filantrópico ou beneficentes, sem fins lucrativos, que é o caso das Prefeituras e em específico o do município de Braço do Trombudo  
Valor: R\$ 5.390,00 (cinco mil trezentos e noventa reais)

Vigência até 31.12.2014.

Data da assinatura: 09.10.2014

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

#### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 43 2014 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 53/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 43/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 17.11.2014, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 04 de novembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

#### Decreto 0125/2014

DECRETO Nº 0125/2014.

Decreta Turno Único no Serviço Público Municipal, especificamente na Secretaria de Obras, Estr. Serv. Urbanos e Agropecuários e Departamento de Agricultura e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando, que a expectativa da receita orçada provavelmente não se realizará;

Considerando, a necessidade de providências para adequação da movimentação financeira;

Considerando, a necessidade do cumprimento de metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamento Anual;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído turno único, contínuo, ininterrupto, de seis (6) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido no período compreendido entre 7h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º O turno único instituído no artigo 1º deste Decreto entrará em vigor no dia 10.11.2014 até dia 31.03.2015.

Parágrafo Primeiro - O Poder Executivo poderá por interesse público e mediante ato próprio, revogar a sua vigência a qualquer tempo, sem necessidade de prévio aviso.

Parágrafo Segundo: Não se aplica este horário à Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer, mantendo seu horário de acordo com o que dispõe do Decreto nº 098/2014 de 08.09.2014.

Art. 3º O turno único não se aplica às atividades essenciais de educação, saúde, agricultura, ETA (Estação de Tratamento de Água) e CME que manterão seu funcionamento nos moldes atuais.

Parágrafo único - Entende-se como atividades essenciais:

I - Na área da educação, o funcionamento normal das escolas e do transporte escolar;

II - Na área da saúde, os serviços de plantões, Estratégia de Saúde da Família, incluído o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Combate à Endemias;

III - Na área de agricultura, funcionamento somente para serviços prestados nas propriedades rurais;

IV - Na Estação de Tratamento de Água, funcionamento normal na captação, tratamento, distribuição de água e conserto de rede;

V - Na CME, funcionamento das atividades esportivas.

Art. 4º Cessado o turno único, os servidores retornarão ao cumprimento da jornada de trabalho especificada em lei para seus cargos, cujo cumprimento ficará apenas suspenso temporariamente em decorrência deste Decreto.

Art. 5º Poderá o chefe do poder executivo, na vigência do turno único, convocar servidores para prestação de serviço extraordinário em casos de situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 6º O refeitório municipal funcionará em horário normal, somente para os servidores constantes no Art. 2º, parágrafo segundo e Art. 3º, deste decreto até o dia 30.11.2014.

Parágrafo Primeiro: A partir do dia 01.12.2014 até dia 01.02.2015 não haverá funcionamento no refeitório, após esta data somente funcionará para os servidores constantes no Art. 2º parágrafo segundo e Art. 3º, deste Decreto.

Parágrafo Segundo: A partir de 01 de abril, o refeitório municipal voltará a funcionar em horário normal.

Art. 7º O presente Decreto aplica-se aos serviços internos e externos, ressalvado o disposto no art. 3º.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 04 de novembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4 2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 1/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Amaciante de roupas, aspecto físico líquido viscoso, fragrância diversas, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água - frasco de 2lt. (4472)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	sempre viva	0	4,3647	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sequinel	0	4,3627	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Grande Sol	0	4,3640	3
2	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragancia (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar. funcionamento a pilha. Acompanha pilhas AA+ um refil aerosol de 250 ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (3505;	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	air clik	0	34,6432	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	34,6085	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bom Ar	0	34,6343	3
3	Água Sanitária 2 litros. (3506)	FR	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	flex cean	0	3,4586	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sequinel	0	3,4551	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Grande Sol	0	3,4577	3
4	Balde plástico com alça de metal, capacidade de 10 lt. (3508)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	Arq Plast	0	8,0732	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	arquiplast	0	8,0651	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	CDK	0	8,1571	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014**

Página: 2/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif	
5	Bota PVC branca cano médio com forro, numeração 38. (4473)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	vulcabras	0	45,0859	1	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	zuc bras	0	45,0406	2	
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Robusta	0	45,0743	3	
6	Bota PVC branca cano médio com forro, numeração 36. (4474)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	vulcabras	0	45,0859	1	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	zuc bras	0	45,0406	2	
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Robusta	0	45,0743	3	
7	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90 mm de diâmetro. (3515)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	flabon	0	1,7388	1	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	zanella	0	1,7371	2	
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Jota	0	1,7384	3	
8	Copo descartável, estriado branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180ml, que atende a norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes com 100 unidades. (4475)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	coposul	0	3,8025	1	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	copo sul	0	3,7987	2	
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Copobras	0	3,8016	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/17

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
9	Desinfetante líquido - frasco de 2lt. Fragrância diversas. (4476)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	flex clean	0	3,7070
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sequinel	0	3,7033
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Grande Sol	0	3,7080
10	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contem CFC (clorofluorcarboto), com 400 ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresch, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (3522)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	criviale	0	7,7197
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	dom line	0	7,7120
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bom Ar	0	7,7177
11	Desodorizador sanitário (pedra). (3523)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	sany	0	1,9490
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sany bril	0	1,9471
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sani Box	0	1,9485
12	Detergente de louça - frasco de 500 ml. (3524)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	brilho sul	0	1,4427
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sequinel	0	1,4412
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Ype	0	1,4423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 4/17

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
13	Escova sanitária para banheiro de plástico, resistente com suporte, cores diversas, altura 35cm, profundidade 12,30cm, largura 14cm. (4477)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	arq plast	0	4,3089	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	4,3046	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Saniprin	0	4,3078	3		
14	Espanja de louça (espuma) dupla face. (3525)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	betanin	0	1,7580	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bettanin	0	1,7562	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Tinindo	0	1,7575	3		
15	Fósforo (maço a/10und). (3526)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	queluz	0	2,5701	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	parana	0	2,5675	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Parana	0	2,5694	3		
16	Guardanapo de papel branco de mesa 33x33cm, Pct a/ 50 unds. (3527)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	pomme	0	1,6433	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	dalmata	0	1,6417	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Log	0	1,6429	3		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 5/17

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Grampo de roupa pct, c/12unidades. (3529)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	reluz	0	1,8726	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	1,8707	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Cristal	0	1,8721	3
18	Lã de aço (pct c/ 8 und). (3530)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	ki brilho	0	1,4236	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	inove	0	1,4221	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bombril	0	1,4232	3
19	Limpa vidros 500 ml. (3531)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	pratik	0	4,6529	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	4,6482	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Gioca	0	4,6517	3
20	Lustra moveis (200 ml). (3532)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	pratik	0	4,0796	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pratik	0	4,0755	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Brilhol	0	4,0786	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 6/17

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
21	Luva de borracha tamanho M, para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antialérgica. De 1º qualidade (4478)	PAR	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	dany	0	4,2984	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	talge	0	4,2950	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Jokatix	0	4,2982	3		
22	Mop pop completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm. (3536)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	betamn	0	37,1082	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	37,0710	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	37,0986	3		
23	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12 ml. (3537)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	air click	0	6,1720	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bom air	0	6,1658	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	No Ar	0	6,1704	3		
24	Óleo de peroba (200 ml). (3538)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	indio	0	6,5159	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	peroba	0	6,5094	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Peroba	0	6,5142	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 7/17

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Pano de chão alvejado (trama bem chamada), (3539)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	gabelei	0	3,8885	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	martins	0	3,8846	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Martins	0	3,8875	3
26	Pano multuso (pct c/ 5unidades), (3540)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	gabelei	0	3,3917	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	martins	0	3,3883	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Martins	0	3,3908	3
27	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas 42x70cm. (3541)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	gabelei	0	3,6592	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bompack	0	3,6556	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Copa	0	3,6583	3
28	Papel alumínio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (4479)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	bom pack	0	4,4618	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bompack	0	4,4573	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Wyda	0	4,4606	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 8/17

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
29	Papel higiênico, com branco, folha dupla, toque suave, picotado, neutro, embalagem de 24 rolos de 30 metros x 10cm. (4480)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	fofinho	0	15,7070	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	fofinho	0	15,6912	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Dueto	0	15,7029	3		
30	Papel toalha, para cozinha, branco, macio, absorvente, folha suave, picotado - pacote dom 2 rolos de 60 folhas de 22cmx20cm cada. (4481)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	gulpel	0	4,3662	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	dalmata	0	4,3618	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Log	0	4,3651	3		
31	Prato plástico descartável 21 cm, com 10 unidades. (3548)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	coposul	0	2,9331	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	copo sul	0	2,9302	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Copobras	0	2,9324	3		
32	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13 kg. (3500)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Supergasbras	0	48,7500	1		
33	Refil de 250 ml para aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus. (3550)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	air clik	0	23,3025	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	23,2791	2		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 9/17

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Refil de 12 ml. para mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (3551)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bom Ar	0	23,2965	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	air clik	0	6,1720	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	glade	0	6,1658	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	No Ar	0	6,1704	3
35	Refil para super-rodó absorvente em espuma feita a base de álcool polivinílico (PVA) de baixos micra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500 ml de água. (3552)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	betamin	0	12,0668	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bettanin	0	12,0547	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	12,0637	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	betamin	0	8,9044	1
36	Refil para Mop pó de 40 cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação e através do encaixe na armação de aço galvanizado. (3553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	8,8955	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	8,9021	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	desafo	0	6,7739	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	6,7671	2
37	Rodo passa cera, espuma de alta densidade, colada em base plástico com cabo de madeira, plastificado, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes. (4482)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)				

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Rodo de borracha com EVA duplo de 1,5 mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30cm,com cabo plastificado. (4483)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	6,7721	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	desafio	0	10,4140	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	10,4035	2
39	Sabão em pó. (pct/cx 1kg), para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (4484)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Forta	0	10,4113	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	girando sol	0	6,6879	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	girando sol	0	6,7003	2
40	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e laranja com chá verde- frasco de 5 lt. (3557)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Brilhante	0	6,7053	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	flex	0	20,6273	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	max	0	20,6066	2
41	Saco plástico descartável 5kg. 28x42cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote. (4485)	PCT	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Brasday	0	20,6220	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	giopack	0	4,2229	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	mega mil	0	4,2187	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014**

Página: 11/17

<b>Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015</b>									
<b>Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.</b>									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Multi Fort	0	4,2218	3		
42	Saco plástico descartável 8kg, 35x50cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote. (4486)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	giopack	0	5,7325	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	mega mil	0	5,7363	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Frizer	0	5,7405	3		
43	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 15 litros, pacote com 50 unidades Composição: 39 cm x 58 cm, material sintético e reciclável. Pigmentos e aditivos biodegradáveis. De 1º qualidade. (4487)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	oeste	0	7,8821	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	biukin	0	7,8742	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Rolo	0	7,8801	3		
44	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (4488)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	oeste	0	8,7134	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	biukin	0	8,7142	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Rolo	0	8,7207	3		
45	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (4489)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	oeste	0	8,9044	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 12/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (4490)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	blukin	0	8,9050	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Rolo	0	8,9117	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	oeste	0	8,1879	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	blukin	0	8,1797	2
47	Super-rodó absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita a base de álcool polimílico (PVA) de baixos micra com 28 cm largura e capacidade de absorver ate 500 ml de água. (3566)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Rolo	0	8,1858	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	sendor	0	31,5190	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	betanin	0	31,4874	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	31,5109	3
48	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300ml. Especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (4491)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	pratik	0	3,2866	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pratik	0	3,2833	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony Mix	0	3,2858	3		
49	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanho 22.5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo, que seca com duas folhas. De 1ª qualidade. (4492)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	gupel	0	7,4713	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	tubarão	0	7,4638	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Danas	0	7,4694	3		
50	Vassoura Nylon - cerdas macias, cepo plástico de 22cm, cerdas de 11,5 cm, com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (4493)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	desafo	0	7,4904	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	7,4829	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bettarin	0	7,4885	3		
51	Vassoura de palha, material de cerdas, palha avermelhadas, cabo de madeira, compriment das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arame a cada 3 cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza geral. (4494)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	colonial	0	12,4203	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	16,4261	2		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Colonial	0	16,4384	3		
52	Vassoura tipo escova com cabo. (3573)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	desafo	0	5,7325	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 04/11/2014      Válido até: 04/11/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	8,3515	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Condor	0	8,3577	3
53	Lixeira plástica 15 litros com tampa e pedal, basculante. (3581)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	arq plast	0	12,0764	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	arquplast	0	12,0643	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Jaguar	0	12,0733	3
54	Lixeira plástica com tampa e pedal - 30 litros. (3582)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	arq plast	0	20,9235	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	arquplast	0	20,9025	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Plasral	0	20,9181	3
55	Lixeira plástica com tampa vasculante, 50 litros. (3583)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	arq plast	0	66,5731	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	capovil	0	66,5063	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Tritec	0	66,5559	3
56	Varal de chão com abas 1,50cm em aço branco. (4495)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	coral	0	66,8788	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 15/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	orion	0	68,0811	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 16/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Mor	0	68,1320	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 17/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014  
PROCESSO Nº 9/2014

- (6228) - COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C
- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (6773) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Novembro de 2014.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### **RESOLUÇÕES CONSELHO ASSISTÊNCIA SOCIAL 003-2014**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-  
BRUNOPOLIS SC

RESOLUÇÃO Nº 03/2014.

“APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTENCIA SOCIAL NO EXERCICIO DE 2013”

Eu LUCIANE FLEMING Presidente do Conselho Municipal de Assis-  
tência Social de Brunópolis SC.

FAÇO SABER a todos os Munícipes, que este Conselho, aprovou a  
seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1o - Em Reunião Ordinária do dia 03 de novembro de 2014,  
nas dependências do Centro de Referencia de Assistência Social as  
nove horas da manhã, este conselho aprovou a prestação de con-  
tas do demonstrativo físico financeiro 2013 dos recursos federais  
e a prestação de contas dos recursos municipais aplicados neste  
fundo municipal.

Art. 2o - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

LUCIANE FLEMING  
Presidente do CMAS



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Mostrar fonte de recurso; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/7  
 Data: 09/09/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Fonte de Recurso	Previsão - R\$ 1,00		
			Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS					
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB		3.000,00	1.500,00	1.500,00
		00.01.0018	1.800,00	900,00	900,00
		00.01.0019	1.200,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE		4.320,00	1.920,00	1.920,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Sal. Educação		1.800,00	1.200,00	1.200,00
		00.01.0036	1.800,00	1.200,00	1.200,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Ensinc		200,00	360,00	360,00
		00.01.0037	200,00	360,00	360,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE		1.800,00	360,00	360,00
		00.01.0037	1.800,00	360,00	360,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-PDDE		120,00	0,00	0,00
		00.01.0037	120,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Creche		200,00	0,00	0,00
		00.01.0037	200,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Pré-Es		200,00	0,00	0,00
		00.01.0037	200,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. Remun. Dep. CIDE		120,00	120,00	120,00
		00.01.0007	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS		2.640,00	2.400,00	2.400,00
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS Piso Básic		600,00	2.400,00	2.400,00
		00.01.0035	600,00	2.400,00	2.400,00
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS SCFV		1.200,00	0,00	0,00
		00.01.0035	1.200,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-SUAS		120,00	0,00	0,00
		00.01.0035	120,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-BF		120,00	0,00	0,00
		00.01.0035	120,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.99.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Outras Transf SL		600,00	0,00	0,00
		00.01.0035	600,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEP		600,00	0,00	0,00
		00.01.0039	600,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Transferências SUAS/Estado		120,00	0,00	0,00
		00.01.0065	120,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Assistência Soc		120,00	0,00	0,00
		00.01.0061	120,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Educação		1.200,00	120,00	120,00
		00.01.0062	1.200,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec. de Remun. Convênios Estado Outros		600,00	120,00	120,00
		00.01.0064	600,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. COSIP		120,00	120,00	120,00
		00.01.0008	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienações Outros		120,00	720,00	720,00
		00.01.0089	120,00	720,00	720,00
4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Outros		120,00	120,00	120,00
		00.01.0034	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Educ		120,00	120,00	120,00
		00.01.0032	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - ConvTrâns.Prefeit		120,00	120,00	120,00
		00.01.0012	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv.Trâns Civil		120,00	120,00	120,00
		00.01.0011	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trâns.Militar		120,00	120,00	120,00
		00.01.0010	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados		42.000,00	42.000,00	42.000,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança		6.000,00	18.000,00	18.000,00
		00.01.0000	6.000,00	18.000,00	18.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Mostrar fonte de recurso; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/7

Data: 09/09/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Fonte de Recurso	Previsão - R\$ 1,00		
			Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS					
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósito Recursos não Vinculados		36.000,00	24.000,00	24.000,00
		00.01.0000	36.000,00	24.000,00	24.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		600,00	3.000,00	3.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		600,00	3.000,00	3.000,00
		00.01.0000	600,00	3.000,00	3.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		42.880,00	61.560,00	61.560,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos		1.440,00	12.240,00	12.240,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos		1.200,00	120,00	120,00
		00.01.0000	1.200,00	120,00	120,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	120,00	120,00	120,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos		120,00	12.000,00	12.000,00
		00.01.0000	120,00	12.000,00	12.000,00
4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários		1.200,00	6.000,00	6.000,00
		00.01.0000	1.200,00	6.000,00	6.000,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água		40.120,00	43.200,00	43.200,00
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Residencial		32.000,00	24.000,00	24.000,00
		00.01.0000	32.000,00	24.000,00	24.000,00
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Comercial/Industrial		5.000,00	18.000,00	18.000,00
		00.01.0000	5.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água		3.000,00	1.200,00	1.200,00
		00.01.0000	3.000,00	1.200,00	1.200,00
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa Consumo de Água - Pública		120,00	0,00	0,00
		00.01.0000	120,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	120,00	120,00	120,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		10.291.500,00	10.084.120,00	10.785.720,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		10.101.380,00	9.899.120,00	10.600.720,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União		5.955.780,00	5.579.720,00	5.835.720,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União		5.144.000,00	5.136.000,00	5.384.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios		6.400.000,00	6.400.000,00	6.710.000,00
		00.01.0000	3.840.000,00	3.840.000,00	4.026.000,00
		00.01.0001	1.600.000,00	1.600.000,00	1.677.500,00
		00.01.0002	960.000,00	960.000,00	1.006.500,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB		(1.280.000,00)	(1.280.000,00)	(1.342.000,00)
		00.01.0001	(1.280.000,00)	(1.280.000,00)	(1.342.000,00)
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural		30.000,00	20.000,00	20.000,00
		00.01.0000	18.000,00	12.000,00	12.000,00
		00.01.0001	7.500,00	5.000,00	5.000,00
		00.01.0002	4.500,00	3.000,00	3.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR		(6.000,00)	(4.000,00)	(4.000,00)
		00.01.0001	(6.000,00)	(4.000,00)	(4.000,00)
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat		101.000,00	92.000,00	96.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP		86.000,00	77.000,00	81.000,00
		00.01.0039	86.000,00	77.000,00	81.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan. - FEX		15.000,00	15.000,00	15.000,00
		00.01.0039	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS		266.200,00	166.200,00	166.200,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	IGD-BF		8.400,00	12.000,00	12.000,00
		00.01.0035	8.400,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SCFV		108.000,00	24.000,00	24.000,00
		00.01.0035	108.000,00	24.000,00	24.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Piso Básico Fixo - PBF		72.000,00	54.000,00	54.000,00
		00.01.0035	72.000,00	54.000,00	54.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Mostrar fonte de recurso; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/7  
 Data: 09/09/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Fonte de Recurso	Previsão - R\$ 1,00		
			Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS					
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD-SUAS		7.800,00	75.000,00	75.000,00
		00.01.0035	7.800,00	75.000,00	75.000,00
4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Outras Transferências do SUAS/União		70.000,00	1.200,00	1.200,00
		00.01.0035	70.000,00	1.200,00	1.200,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE		212.580,00	166.120,00	170.120,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação		102.000,00	92.000,00	96.000,00
		00.01.0036	102.000,00	92.000,00	96.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE		6.000,00	6.000,00	6.000,00
		00.01.0037	6.000,00	6.000,00	6.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE		30.460,00	23.000,00	23.000,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	PNAE Ensino Fundamental		9.060,00	9.200,00	9.200,00
		00.01.0037	9.060,00	9.200,00	9.200,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	PNAE Creche		12.000,00	8.050,00	8.050,00
		00.01.0037	12.000,00	8.050,00	8.050,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	PNAE Pré-Escolar		9.400,00	5.750,00	5.750,00
		00.01.0037	9.400,00	5.750,00	5.750,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE		74.000,00	45.000,00	45.000,00
		00.01.0037	74.000,00	45.000,00	45.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE		120,00	120,00	120,00
		00.01.0037	120,00	120,00	120,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Outras Transf. da União		12.000,00	14.400,00	14.400,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96		15.000,00	18.000,00	18.000,00
		00.01.0000	9.000,00	10.800,00	10.800,00
		00.01.0001	3.750,00	4.500,00	4.500,00
		00.01.0002	2.250,00	2.700,00	2.700,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96		(3.000,00)	(3.600,00)	(3.600,00)
		00.01.0001	(3.000,00)	(3.600,00)	(3.600,00)
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União		220.000,00	5.000,00	5.000,00
		00.01.0000	220.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados		3.175.600,00	3.369.400,00	3.699.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados		3.149.600,00	3.369.400,00	3.699.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS		3.700.000,00	3.950.000,00	4.340.000,00
		00.01.0000	2.220.000,00	2.370.000,00	2.604.000,00
		00.01.0001	925.000,00	987.500,00	1.085.000,00
		00.01.0002	555.000,00	592.500,00	651.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB		(740.000,00)	(790.000,00)	(868.000,00)
		00.01.0001	(740.000,00)	(790.000,00)	(868.000,00)
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA		180.000,00	193.000,00	213.000,00
		00.01.0000	108.000,00	115.800,00	127.800,00
		00.01.0001	45.000,00	48.250,00	53.250,00
		00.01.0002	27.000,00	28.950,00	31.950,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV/		(36.000,00)	(38.600,00)	(42.600,00)
		00.01.0001	(36.000,00)	(38.600,00)	(42.600,00)
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação		54.000,00	50.000,00	52.000,00
		00.01.0000	32.400,00	30.000,00	31.200,00
		00.01.0001	13.500,00	12.500,00	13.000,00
		00.01.0002	8.100,00	7.500,00	7.800,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB		(10.800,00)	(10.000,00)	(10.400,00)
		00.01.0001	(10.800,00)	(10.000,00)	(10.400,00)
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico		2.400,00	15.000,00	15.000,00
		00.01.0007	2.400,00	15.000,00	15.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados		26.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Assistência Social		26.000,00	0,00	0,00
		00.01.0065	26.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais		970.000,00	950.000,00	1.066.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Mostrar fonte de recurso; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/7  
 Data: 09/09/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Fonte de Recurso	Previsão - R\$ 1,00		
			Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS					
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB		970.000,00	950.000,00	1.066.000,00
		00.01.0018	582.000,00	570.000,00	639.600,00
		00.01.0019	388.000,00	380.000,00	426.400,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		190.120,00	185.000,00	185.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.		190.120,00	185.000,00	185.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação		190.000,00	180.000,00	180.000,00
		00.01.0062	190.000,00	180.000,00	180.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados		120,00	5.000,00	5.000,00
		00.01.0064	120,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		9.160,00	16.330,00	11.530,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		5.880,00	5.640,00	5.640,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos		1.560,00	1.560,00	1.560,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU		1.200,00	1.200,00	1.200,00
		00.01.0000	720,00	720,00	720,00
		00.01.0001	300,00	300,00	300,00
		00.01.0002	180,00	180,00	180,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	72,00	72,00	72,00
		00.01.0001	30,00	30,00	30,00
		00.01.0002	18,00	18,00	18,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos		600,00	360,00	360,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	72,00	72,00	72,00
		00.01.0001	30,00	30,00	30,00
		00.01.0002	18,00	18,00	18,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	72,00	72,00	72,00
		00.01.0001	30,00	30,00	30,00
		00.01.0002	18,00	18,00	18,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos		360,00	120,00	120,00
		00.01.0000	360,00	120,00	120,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas		2.400,00	2.400,00	2.400,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora		2.400,00	2.400,00	2.400,00
		00.01.0000	2.400,00	2.400,00	2.400,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens		1.200,00	1.200,00	1.200,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito		1.200,00	1.200,00	1.200,00
		00.01.0010	390,00	390,00	390,00
		00.01.0011	390,00	390,00	390,00
		00.01.0012	420,00	420,00	420,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		240,00	240,00	240,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES		240,00	240,00	240,00
4.1.9.2.2.01.00.00.00.00	Restituições de Convênios		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	120,00	120,00	120,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.560,00	2.760,00	2.760,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária		1.440,00	2.640,00	2.640,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU		1.200,00	2.400,00	2.400,00
		00.01.0000	720,00	1.440,00	1.440,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Mostrar fonte de recurso; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/7  
 Data: 09/09/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Fonte de Recurso	Previsão - R\$ 1,00		
			Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS					
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU		1.200,00	2.400,00	2.400,00
		00.01.0001	300,00	600,00	600,00
		00.01.0002	180,00	360,00	360,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	72,00	72,00	72,00
		00.01.0001	30,00	30,00	30,00
		00.01.0002	18,00	18,00	18,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária		120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.		120,00	120,00	120,00
		00.01.0000	120,00	120,00	120,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.480,00	7.690,00	2.890,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas		1.480,00	7.690,00	2.890,00
		00.01.0000	1.480,00	7.690,00	2.890,00
Total entidade:			10.750.720,00	10.571.950,00	11.281.950,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS					
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		614.280,00	558.050,00	558.050,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		614.280,00	558.050,00	558.050,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		7.200,00	1.800,00	1.800,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		7.200,00	1.800,00	1.800,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		7.200,00	1.800,00	1.800,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados		7.200,00	1.800,00	1.800,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude		7.200,00	1.680,00	1.680,00
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB		2.400,00	120,00	120,00
		00.01.0038	2.400,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF		600,00	120,00	120,00
		00.01.0038	600,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS		120,00	120,00	120,00
		00.01.0038	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal		120,00	120,00	120,00
		00.01.0038	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Alienação Saúde		120,00	120,00	120,00
		00.01.0088	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist Farm Basic		240,00	120,00	120,00
		00.01.0038	240,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC		120,00	120,00	120,00
		00.01.0038	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ECD		120,00	120,00	120,00
		00.01.0038	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vig Sanitar		1.800,00	600,00	600,00
		00.01.0038	1.800,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NASF União		120,00	0,00	0,00
		00.01.0038	120,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.11.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ		600,00	0,00	0,00
		00.01.0038	600,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios Es		120,00	0,00	0,00
		00.01.0063	120,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Transf. SUS/f		600,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.13.01.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - NASF		600,00	0,00	0,00
		00.01.0067	600,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios Ui		120,00	120,00	120,00
		00.01.0033	120,00	120,00	120,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Mostrar fonte de recurso; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/7  
 Data: 09/09/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Fonte de Recurso	Previsão - R\$ 1,00		
			Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS					
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.		0,00	120,00	120,00
		00.01.0923	0,00	120,00	120,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		607.080,00	556.250,00	556.250,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		577.080,00	544.250,00	544.250,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União		534.960,00	481.850,00	481.850,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS		534.960,00	481.850,00	481.850,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO		77.820,00	70.350,00	70.350,00
		00.01.0038	77.820,00	70.350,00	70.350,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde		109.560,00	102.600,00	102.600,00
		00.01.0038	109.560,00	102.600,00	102.600,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmácia Básica SUS		15.000,00	15.010,00	15.010,00
		00.01.0038	15.000,00	15.010,00	15.010,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Programa Saúde da Família - PSF		48.000,00	85.560,00	85.560,00
		00.01.0038	48.000,00	85.560,00	85.560,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Saúde Bucal		26.760,00	26.760,00	26.760,00
		00.01.0038	26.760,00	26.760,00	26.760,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças		1.920,00	1.800,00	1.800,00
		00.01.0038	1.920,00	1.800,00	1.800,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Vigilância Sanitária		12.000,00	18.000,00	18.000,00
		00.01.0038	12.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Compensação Especificidades Regionais		120,00	20.050,00	20.050,00
		00.01.0038	120,00	20.050,00	20.050,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulat		9.660,00	9.600,00	9.600,00
		00.01.0038	9.660,00	9.600,00	9.600,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	PMAQ		132.000,00	132.000,00	132.000,00
		00.01.0038	132.000,00	132.000,00	132.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	NASF - Complementação União		96.000,00	0,00	0,00
		00.01.0038	96.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Outras Transferências SUS p/ Atenção Básica		6.000,00	0,00	0,00
		00.01.0038	6.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outras Transferências do SUS/União		120,00	120,00	120,00
		00.01.0038	120,00	120,00	120,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados		42.120,00	62.400,00	62.400,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde		42.120,00	62.400,00	62.400,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica		18.000,00	1.200,00	1.200,00
		00.01.0067	18.000,00	1.200,00	1.200,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Incentivo a Atenção Básica		120,00	1.200,00	1.200,00
		00.01.0067	120,00	1.200,00	1.200,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	NASF		24.000,00	60.000,00	60.000,00
		00.01.0067	24.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		30.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.		30.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS		30.000,00	12.000,00	12.000,00
		00.01.0063	30.000,00	12.000,00	12.000,00
Total entidade:			614.280,00	558.050,00	558.050,00
Total geral:			11.365.000,00	11.130.000,00	11.840.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

Página: 1/1  
 Data: 28/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
<b>1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	7.384.210,00	6.479.826,00	6.785.646,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.205.330,00	3.483.990,00	3.658.390,00
Transf. a Consórcios Públicos	14.550,00	3.240,00	3.240,00
Aplicacoes Diretas	4.190.780,00	3.480.750,00	3.655.150,00
Transferencias a Uniao	3.178.880,00	2.995.836,00	3.127.256,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	202.000,00	149.000,00	155.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	22.910,00	10.964,00	10.964,00
Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	81.830,00	74.376,00	74.376,00
Aplicacoes Diretas	2.865.180,00	2.761.496,00	2.886.916,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	6.960,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	914.510,00	1.385.162,00	1.870.162,00
INVESTIMENTOS	884.510,00	1.380.162,00	1.865.162,00
Transferências a Consórcios Públicos	7.520,00	10.082,00	10.082,00
Aplicacoes Diretas	876.990,00	1.370.080,00	1.855.080,00
Amortização da Dívida	30.000,00	5.000,00	5.000,00
Aplicacoes Diretas	30.000,00	5.000,00	5.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Total da entidade:	8.313.720,00	7.879.988,00	8.670.808,00
<b>2 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	590.000,00	595.000,00	625.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	463.000,00	486.000,00
Aplicacoes Diretas	450.000,00	463.000,00	486.000,00
Transferencias a Uniao	140.000,00	132.000,00	139.000,00
Aplicacoes Diretas	140.000,00	132.000,00	139.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	40.000,00	67.000,00	70.000,00
INVESTIMENTOS	40.000,00	67.000,00	70.000,00
Aplicacoes Diretas	40.000,00	67.000,00	70.000,00
Total da entidade:	630.000,00	662.000,00	695.000,00
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	2.365.120,00	2.220.512,00	2.331.692,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.169.880,00	1.048.242,00	1.098.422,00
Aplicacoes Diretas	1.169.880,00	1.048.242,00	1.098.422,00
Transferencias a Uniao	1.195.240,00	1.172.270,00	1.233.270,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	100.000,00	97.000,00	102.000,00
Aplicacoes Diretas	1.095.240,00	1.075.270,00	1.131.270,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	56.160,00	367.500,00	142.500,00
INVESTIMENTOS	56.160,00	367.500,00	142.500,00
Aplicacoes Diretas	56.160,00	367.500,00	142.500,00
Total da entidade:	2.421.280,00	2.588.012,00	2.474.192,00
Total geral:	11.365.000,00	11.130.000,00	11.840.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1  
Data: 28/10/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	10.412.680,40	10.412.680,40	9.900.000,00	11.365.000,00	11.130.000,00	11.840.000,00
Receta Tributária	596.730,40	596.730,40	319.920,00	263.620,00	278.320,00	287.520,00
Receta de Contribuição	90.000,00	90.000,00	70.000,00	85.000,00	77.000,00	81.000,00
Receta Patrimonial	86.250,00	86.250,00	53.420,00	65.160,00	53.420,00	53.420,00
Aplicações Financeiras (II)	86.250,00	86.250,00	51.420,00	62.760,00	51.420,00	51.420,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	2.000,00	2.400,00	2.000,00	2.000,00
Transferências Correntes	9.591.400,00	9.591.400,00	9.373.770,00	10.898.580,00	10.640.370,00	11.341.970,00
Demais Receitas Correntes	48.300,00	48.300,00	82.890,00	52.640,00	80.890,00	76.090,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I+II)</b>	10.326.430,40	10.326.430,40	9.848.580,00	11.302.240,00	11.078.580,00	11.788.580,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	2.878.000,00	970.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (V)	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	2.173.000,00	865.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV+V+VI+VII)</b>	2.173.000,00	865.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)</b>	12.499.430,40	11.191.430,40	9.848.580,00	11.302.240,00	11.078.580,00	11.788.580,00
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	8.297.350,00	8.900.480,40	8.417.338,00	10.359.330,00	9.295.338,00	9.742.338,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.718.450,00	3.818.450,00	4.519.142,00	5.845.210,00	4.995.232,00	5.242.812,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.578.900,00	5.082.030,40	3.898.196,00	4.514.120,00	4.300.106,00	4.499.526,00
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	8.297.350,00	8.900.480,40	8.417.338,00	10.359.330,00	9.295.338,00	9.742.338,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	4.953.330,40	2.442.200,00	1.467.662,00	990.670,00	1.819.662,00	2.082.662,00
Investimentos	4.903.330,40	2.392.200,00	1.462.662,00	960.670,00	1.814.662,00	2.077.662,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	50.000,00	50.000,00	5.000,00	30.000,00	5.000,00	5.000,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII+XIV)</b>	4.903.330,40	2.392.200,00	1.462.662,00	990.670,00	1.814.662,00	2.077.662,00
<b>RESERVA LEGAL RPPS (XVI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)</b>	40.000,00	40.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)</b>	13.240.680,40	11.332.680,40	9.895.000,00	11.335.000,00	11.125.000,00	11.835.000,00
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)</b>	(741.250,00)	(141.250,00)	(46.420,00)	(32.760,00)	(46.420,00)	(46.420,00)

**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/1

**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**

Data: 09/09/2014

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal**

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	512.000,00	450.000,00	10.950,00	5.850,00	750,00	0,00
Outras dívidas	512.000,00	450.000,00	10.950,00	5.850,00	750,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	300.000,00	300.000,00	160.950,00	185.850,00	60.750,00	60.750,00
Ativo disponível	300.000,00	300.000,00	160.950,00	185.850,00	60.750,00	60.750,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	212.000,00	150.000,00	(150.000,00)	(180.000,00)	(60.000,00)	(60.750,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	212.000,00	150.000,00	(150.000,00)	(180.000,00)	(60.000,00)	(60.750,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	246.000,00	(62.000,00)	(300.000,00)	(30.000,00)	120.000,00	(750,00)

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2012 no resultados\_nominais\_valor de R\$ (34.000,00).

**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/1

**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**

Data: 09/09/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	512.000,00	450.000,00	10.950,00	5.850,00	750,00	0,00
Outras dívidas	512.000,00	450.000,00	10.950,00	5.850,00	750,00	0,00
DEDUÇÕES(II)	300.000,00	300.000,00	160.950,00	185.850,00	60.750,00	60.750,00
Ativo disponível	300.000,00	300.000,00	160.950,00	185.850,00	60.750,00	60.750,00
DCL (III) = (I - II)	212.000,00	150.000,00	(150.000,00)	(180.000,00)	(60.000,00)	(60.750,00)

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 Demonstrativo I - Metas Anuais  
 Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1  
 Data: 09/09/2014

LRF, art 4º, § 1º R\$ 1,00

Especificação	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	11.365.000,00	11.365.000,00	—	11.130.000,00	11.130.000,00	—	11.840.000,00	11.840.000,00	—
Receitas Primárias (I)	11.302.240,00	11.302.240,00	—	11.078.580,00	11.078.580,00	—	11.788.580,00	11.788.580,00	—
Despesa Total	11.365.000,00	11.365.000,00	—	11.130.000,00	11.130.000,00	—	11.840.000,00	11.840.000,00	—
Despesas Primárias (II)	10.705.000,00	10.705.000,00	—	10.463.000,00	10.463.000,00	—	11.140.000,00	11.140.000,00	—
Resultado Primário III = (II)	597.240,00	597.240,00	—	615.580,00	615.580,00	—	648.580,00	648.580,00	—
Resultado Nominal	(30.000,00)	(30.000,00)	—	120.000,00	120.000,00	—	(750,00)	(750,00)	—
Dívida Pública Consolidada	5.850,00	5.850,00	—	750,00	750,00	—	0,00	0,00	—
Dívida Consolidada Líquida	(180.000,00)	(180.000,00)	—	(60.000,00)	(60.000,00)	—	(60.750,00)	(60.750,00)	—



**Natureza Jurídica não encontrada**

**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 09/09/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	11.382.680,00	—	10.882.099,00	—	(500.581,00)	(4,398)
Receitas Primárias (I)	11.191.430,00	—	10.766.077,85	—	(425.352,15)	(3,801)
Despesa Total	11.382.680,00	—	9.586.812,93	—	(1.795.867,07)	(15,777)
Despesas Primárias (II)	11.332.680,00	—	9.584.688,08	—	(1.747.991,92)	(15,424)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(141.250,00)	—	1.181.389,77	—	1.322.639,77	(936,382)
Resultado Nominal	(62.000,00)	—	(867.916,92)	0,000	(805.916,92)	1.299,866
Dívida Pública Consolidada	450.000,00	—	0,00	0,000	(450.000,00)	(100,000)
Dívida Consolidada Líquida	150.000,00	—	(2.012.888,50)	0,000	(2.162.888,50)	(1.441,926)

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Página: 1/1  
Data: 09/09/2014

**Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

LRF, art. 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	10.762.050,00	13.290.680,40	23,500	11.382.680,40	(14,360)	11.365.000,00	(0,160)	11.130.000,00	(2,070)	11.840.000,00
Receitas Primárias (I)	10.240.800,00	12.499.430,40	22,060	11.191.430,40	(10,460)	11.302.240,00	0,990	11.078.580,00	(1,980)	11.788.580,00
Despesa Total	10.762.050,00	13.290.680,40	23,500	11.382.680,40	(14,360)	11.365.000,00	(0,160)	11.130.000,00	(2,070)	11.840.000,00
Despesas Primárias (II)	10.712.050,00	13.240.680,40	23,610	11.332.680,40	(14,410)	11.335.000,00	0,020	11.125.000,00	(1,850)	11.810.000,00
Resultado Primário III = (I-II)	(471.250,00)	(741.250,00)	57,290	(141.250,00)	(80,940)	(32.760,00)	(76,810)	(46.420,00)	41,700	(21.420,00)
Resultado Nominal	246.000,00	246.000,00	0,000	(62.000,00)	(125,200)	(30.000,00)	(51,610)	120.000,00	(600,000)	(750,000)
Dívida Pública Consolidada	266.000,00	512.000,00	92,480	450.000,00	(12,110)	5.850,00	(98,700)	750,00	0,00	(100,630)
Dívida Consolidada Líquida	(34.000,00)	212.000,00	(723,530)	150.000,00	(29,250)	(180.000,00)	(220,000)	(60.000,00)	(66,670)	(60.750,00)

Especificação	Valores a Preços Constantes									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	10.762.050,00	13.290.680,40	23,500	11.382.680,40	(14,360)	11.365.000,00	(0,160)	11.130.000,00	(2,070)	11.840.000,00
Receitas Primárias (I)	10.240.800,00	12.499.430,40	22,060	11.191.430,40	(10,460)	11.302.240,00	0,990	11.078.580,00	(1,980)	11.788.580,00
Despesa Total	10.762.050,00	13.290.680,40	23,500	11.382.680,40	(14,360)	11.365.000,00	(0,160)	11.130.000,00	(2,070)	11.840.000,00
Despesas Primárias (II)	10.712.050,00	13.240.680,40	23,030	11.332.680,40	(14,410)	11.335.000,00	0,020	11.125.000,00	(1,850)	11.810.000,00
Resultado Primário III = (I-II)	(471.250,00)	(741.250,00)	57,290	(141.250,00)	(80,940)	(32.760,00)	(76,810)	(46.420,00)	41,700	(21.420,00)
Resultado Nominal	246.000,00	246.000,00	0,000	(62.000,00)	(125,200)	(30.000,00)	(51,610)	120.000,00	(500,000)	(750,000)
Dívida Pública Consolidada	266.000,00	512.000,00	92,480	450.000,00	(12,110)	5.850,00	(98,700)	750,00	(87,180)	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(34.000,00)	212.000,00	(723,530)	150.000,00	(29,250)	(180.000,00)	(220,000)	(60.000,00)	(66,670)	(60.750,00)

**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Página: 1/1

Data: 09/09/2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	10.155.492,00	100,00	7.974.644,00	100,00	6.312.792,00	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.155.492,00	100,00	7.974.644,00	100,00	6.312.792,00	100,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Patrimônio Líquido	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeto de Lei nº 828/2014, de 10 de setembro de 2014

**DEMONSTRATIVO IX  
RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	0,00
Dívidas em proc. de reconhecimento	0,00		
Assistências Diversas	15.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	15.000,00
<i>Assistência a Enchentes</i>	4.500,00	<i>Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência</i>	15.000,00
<i>Assistência a Vendavais</i>	4.500,00		
<i>Assistência a Secas</i>	4.500,00		
<i>Assistência a Epidemias</i>	1.500,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>15.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>15.000,00</b>
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	50.000,00	Limitação de Empenho	50.000,00
Discrepância de Projeções	10.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	10.000,00
<i>Taxa de juros</i>	5.000,00	<i>Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias</i>	10.000,00
<i>Salário Mínimo</i>	5.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>60.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>60.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>75.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>75.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

**ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos**

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 09/09/2014

RECEITAS REALIZADAS	2013 (a)	2012 (d)	2011
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	16.000,00	128.050,00	71.000,00
Alienação de Bens Móveis	16.000,00	128.050,00	71.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.000,00</b>	<b>128.050,00</b>	<b>71.000,00</b>
DESPESAS EMPENHADAS	2013 (b)	2012 (e)	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	16.000,00	55.221,10	87.247,39
Investimentos	16.000,00	55.221,10	87.247,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.000,00</b>	<b>55.221,10</b>	<b>87.247,39</b>
	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>56.581,51</b>	<b>56.581,51</b>	<b>-16.247,39</b>



Projeto de Lei nº 828/2014, de 10 de setembro de 2014

**DEMONSTRATIVO VI**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
	<i>Anistia</i>		0,00	0,00	0,00	
	<i>Isenção</i>		0,00	0,00	0,00	
	<i>Remissão</i>		0,00	0,00	0,00	

Projeto de Lei nº 828/2014, de 10 de setembro de 2014

**DEMONSTRATIVO VII**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DA DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000

EVENTOS	2015
<b>Aumento Permanente de Receita</b>	<b>1.465.000,00</b>
(-) Transf. Constitucionais	860.000,00
(-) Transf. ao FUNDEB	210.000,00
<b>SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)</b>	<b>395.000,00</b>
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
<b>Margem Bruta (III) = (I+II)</b>	<b>395.000,00</b>
Saldo utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	395.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 1779  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	CAMARA DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BRUNOPOLIS	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR, MELHORAR O CONTROLE INTERNO, QUALIDADE DOS SERVIÇOS DO LEGISLATIVO, MANTER O CONTROLE DOS ATOS E GASTOS COM PESSOAL, PRODUIR RELATÓRIOS GERENCIADOS E EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, CUMPRIR O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL DE CONTROLE INTERNO, PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DOS ATOS DE COMPETÊNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, PRODUZINDO INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A TOMADA DE DECISÕES E DEFESA DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, COMPOSTO DE NOVE VEREADORES, EM SEDE ALUGADA, COM AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA, COM APOIO DE QUATRO SERVIDORES.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3 A	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	SESSÕES LEGISLATIVAS (SES)	48,000	630.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES

**III - Detalhamento das Ações**

Corta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.000 - Recursos Ordinários	450.000,00	0,00	450.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.000 - Recursos Ordinários	140.000,00	0,00	140.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			630.000,00	0,00	630.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)**

Página: 2/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0012

Objetivo do programa:  
PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Justificativa do programa:

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	3 A	MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	605.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER O FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITA, COM ASSESSORIAS.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	490.000,00	0,00	490.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	45.000,00	0,00	45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
Total:			605.000,00	0,00	605.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 3/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0012

Objetivo do programa:  
PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Justificativa do programa:

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	3 P	CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	EDIFICAÇÃO (OBR)	0,000	200.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (C)**

Página: 4/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0012

Objetivo do programa:  
PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Justificativa do programa:

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	3 A	CONTROLE INTERNO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	38.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	36.000,00	0,00	36.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			38.000,00	0,00	38.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 5/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativa do programa:

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	1 A	CONSÓRCIO CINCATARINA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	17.200,00

**II - Descrição das Ações**  
**CONSÓRCIO CINCO**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	11.700,00	0,00	11.700,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.500,00	0,00	3.500,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>17.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.200,00</b>

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativa do programa:

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	3 A	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	6,960,00

II - Descrição das Ações

CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.00000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.00000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.00000 - Recursos Ordinários	6,960,00	0,00	6,960,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.00000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			6,960,00	0,00	6,960,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7179  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativa do programa:

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	3 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.104.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, OS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO, DE FINANÇAS E DEMAIS ATIVIDADES RELACIONADAS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	540.000,00	0,00	540.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	114.000,00	0,00	114.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	360.000,00	0,00	360.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.104.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.104.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (C)**

Página: 8/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0011

Objetivo do programa:  
GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativa do programa:

O MUNICIPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	3 0	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	AMORTIZAÇÃO (ANO)	1,000	5.000,00

**II - Descrição das Ações**  
**PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (C)**

Página: 9/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0011

Objetivo do programa:  
GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativa do programa:  
O MUNICIPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	3 0	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO (ANO)	48.000	110.000,00

**II - Descrição das Ações**  
CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	110.000,00	0,00	110.000,00
Total:			110.000,00	0,00	110.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)**

Página: 10/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0011

Objetivo do programa:  
GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativa do programa:  
O MUNICIPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	3 0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	AMORTIZAÇÃO (ANO)	48.000	30.000,00

**II - Descrição das Ações**  
PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA, PAGAMENTO DOS JUROS INCIDENTES.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 11/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policciamento	181
Programa:	BRUNÓPOLIS MAIS SEGURO	0006

Objetivo do programa:

PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE, E PROMOVER O APOIO ÀS PESSOAS VÍTIMAS DE INTEMPÉRIES, DESASTRES NATURAIS E CALAMIDADES PÚBLICAS.

Justificativa do programa:

MANTER O BEM-ESTAR, A INTEGRIDADE, PREVENIR DOENÇAS, PRESTAR ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS VÍTIMAS DE DESASTRES, PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	3	A	SEGURANÇA PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	25.560,00

II - Descrição das Ações

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	24.000,00	0,00	24.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0010 - Convênio Trânsito - Militar	0,00	510,00	510,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0011 - Convênio Trânsito - Civil	0,00	510,00	510,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0012 - Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	540,00	540,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0954 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0955 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0956 - Convênio de Trânsito - Prefeitur	0,00	0,00	0,00
Total:			24.000,00	1.560,00	25.560,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 12/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA, HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	3 A	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	120.120,00

II - Descrição das Ações

MANTER E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PÚBLICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0008 - Contribuição Custeio Serviços II	0,00	85.120,00	85.120,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0917 - Contribuição Custeio Serviços II	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0917 - Contribuição Custeio Serviços II	0,00	0,00	0,00
Total:			35.000,00	85.120,00	120.120,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 13/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA, HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	3 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.151.730,00

II - Descrição das Ações

MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	540.000,00	0,00	540.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	506.890,00	0,00	506.890,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção do	0,00	2.520,00	2.520,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo e T	0,00	101.600,00	101.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Transferências de Convênios - t	0,00	720,00	720,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0916 - Contribuição de Intervenção do	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0944 - FEP	0,00	0,00	0,00
Total:			1.046.890,00	104.840,00	1.151.730,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 14/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA, HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.039	3 P	CONTRUÇÃO DE PORTAIS	OBRAS (OBR)	0,000	5.000,00

**II - Descrição das Ações**  
**CONTRUÇÃO DE PORTAIS**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 15/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	3 P	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS (OBR)	4,000	90.120,00

II - Descrição das Ações

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - l	0,00	120,00	120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0924 - Transferências de Convênios - l	0,00	0,00	0,00
Total:			90.000,00	120,00	90.120,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 16/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Lazer	813
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA, HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.021	3 P	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	OBRAS (OBR)		1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00



Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 17779  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA, HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	3 A	COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	100.610,00

II - Descrição das Ações

COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO RESIDENCIAL EM ATERRO SANITÁRIO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.350,00	0,00	2.350,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	11.410,00	0,00	11.410,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	81.830,00	0,00	81.830,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.020,00	0,00	5.020,00
Total:			100.610,00	0,00	100.610,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 18/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	3 P	CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	PONTE (OBR)	4,000	0,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E PONTES DE ALVENARIA EM SUBSTITUIÇÃO AS EXISTENTES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0924 - Transferências de Convênios - (	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 19/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA, HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	3 P	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM	EDIFICAÇÃO (OBR)	1,000	75.000,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAR, REFORMAR A PARTE EXISTENTE E MELHORAR AS INSTALAÇÕES.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	75.000,00	0,00	75.000,00
Total:			75.000,00	0,00	75.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 20/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	3 P	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	8,000	85.120,00

II - Descrição das Ações  
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	85.000,00	0,00	85.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a	0,00	120,00	120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.02.0089 - Alienação de Bens destinados a	0,00	0,00	0,00
Total:			85.000,00	120,00	85.120,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 21/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico	04.02
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Recursos Hídricos	544
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA, HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	1 A	CISAM - MEIO OESTE SC	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	9,000,00

II - Descrição das Ações

CISAM - MEIO OESTE SC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	8.000,00	0,00	8.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
Total:			9.000,00	0,00	9.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 22/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico	04.02
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Recursos Hídricos	544
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA, PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO, DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA, HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	3 A	MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	175.000,00

II - Descrição das Ações

MANTER, MELHORAR E AMPLIAR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			175.000,00	0,00	175.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 23/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANter e DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	3 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	90.000,00

II - Descrição das Ações  
MANter AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	70.000,00	0,00	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			90.000,00	0,00	90.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 24/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	3 A	MERENDA ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	49.260,00

**II - Descrição das Ações**  
MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE MERENDA ESCOLAR.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	9.260,00	9.260,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0960 - PNAE - Programa Nacional de /	0,00	0,00	0,00
Total:			40.000,00	9.260,00	49.260,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 25/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	3 A	TRANSPORTE ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	876.200,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	210.000,00	0,00	210.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 4(	0,00	97.300,00	97.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036 - Salário-Educação	0,00	51.900,00	51.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	75.800,00	75.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0062 - Transferências de Convênios - I	0,00	191.200,00	191.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0922 - Transferências de Convênios - I	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0958 - Salário Educação	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0961 - PNATE - Programa Nac. de Apr	0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 26/79  
Data: 28/10/2014

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			460.000,00	416.200,00	876.200,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 27179  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	3 A	ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.243.700,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	360.000,00	0,00	360.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 6(	0,00	700.560,00	700.560,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 4(	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	110.000,00	0,00	110.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036 - Salário-Educação	0,00	51.900,00	51.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	6.240,00	6.240,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0958 - Salário Educação	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0959 - Transferências referentes ao - F	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0962 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)**

Página: 28/79  
Data: 28/10/2014

III - Detalhamento das Ações				
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	15.000,00	0,00
Total:			485.000,00	758.700,00
				1.243.700,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 29/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.028	3 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	CARRO (VEI)	4,000	5.120,00

**II - Descrição das Ações**  
**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00001 - Receitas Impostos e Transf. de	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00032 - Transferências de Convênios - l	0,00	120,00	120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0922 - Transferências de Convênios - f	0,00	0,00	0,00
Total:			5.000,00	120,00	5.120,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 30/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	3 P	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM	EDIFICAÇÃO (OBR)	0,00	0,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAR, REFORMAR A PARTE EXISTENTE E MELHORAR AS INSTALAÇÕES.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 31/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	3 P	EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	OBRAS (OBR)	1,000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 32/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Profissional	363
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	3 A	ENSINO PROFISSIONALIZANTE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 33/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	3 A	AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	110.000,00

II - Descrição das Ações

CONCESSÃO DE BOLSAS E AUXÍLIOS A ESTUDANTES DO MUNICÍPIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	110.000,00	0,00	110.000,00
Total:			110.000,00	0,00	110.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 34/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	3 A	EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	197,340,00

II - Descrição das Ações

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00001 - Receitas Impostos e Transf. de	69,000,00	0,00	69,000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00018 - Transferências do FUNDEB - 6(	0,00	96,340,00	96,340,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00001 - Receitas Impostos e Transf. de	30,000,00	0,00	30,000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00001 - Receitas Impostos e Transf. de	2,000,00	0,00	2,000,00
Total:			101,000,00	96,340,00	197,340,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 35/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	3 A	EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	162.800,00

**II - Descrição das Ações**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00001 - Receitas Impostos e Transf. de	56.000,00	0,00	56.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00018 - Transferências do FUNDEB - 6(	0,00	78.800,00	78.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00001 - Receitas Impostos e Transf. de	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00001 - Receitas Impostos e Transf. de	3.000,00	0,00	3.000,00
Total:			84.000,00	78.800,00	162.800,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 36/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	3 A	MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	20.600,00

**II - Descrição das Ações**  
**MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	11.000,00	0,00	11.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	9.600,00	9.600,00
Total:			11.000,00	9.600,00	20.600,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 37179  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	3 A	MERENDA ESCOLAR - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	31.200,00

**II - Descrição das Ações**  
MERENDA ESCOLAR - CRECHE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	19.000,00	0,00	19.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	12.200,00	12.200,00
Total:			19.000,00	12.200,00	31.200,00



Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 38/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	3 A	EDUCAÇÃO INFANTIL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	0,00

II - Descrição das Ações

MANTERA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00001 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00019 - Transferências do FUNDEB - 4(	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00001 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 39/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	3 A	MERENDA ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	0,00

**II - Descrição das Ações**  
**MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE MERENDA ESCOLAR.**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0960 - PNAE - Programa Nacional de /	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 40/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	3 P	EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	OBRAS (OBR)	1,000	10.000,00

II - Descrição das Ações  
CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 41/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	3 A	FESTIVIDADES MUNICIPAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	45.000,00

II - Descrição das Ações

FESTIVIDADES MUNICIPAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	45.000,00	0,00	45.000,00
Total:			45.000,00	0,00	45.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 42/79

Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.025	3 P	AQUISIÇÃO DE TERRENO	TERRENO (TER)	0,000	0,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE TERRENO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 43/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	3 A	DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

DIFUNDIR A CULTURA E REALIZAR EVENTOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.00000 - Recursos Ordinários	5,000,00	0,00	5,000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00000 - Recursos Ordinários	15,000,00	0,00	15,000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 44/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.041	3 P	AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	TERRENO (TER)	1,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 45/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.037	3 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	OBRAS (OBR)	0,000	5,000,00

II - Descrição das Ações  
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5,000,00	0,00	5,000,00
Total:			5,000,00	0,00	5,000,00



Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 46/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:  
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	3 A	ESPORTE AMADOR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	65,000,00

II - Descrição das Ações

MANTER ATIVIDADES ESPORTIVAS, ESCOLINHAS DE ESPORTES E INSTALAÇÕES ESPORTIVAS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30,000,00	0,00	30,000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5,000,00	0,00	5,000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30,000,00	0,00	30,000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			65,000,00	0,00	65,000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 47779  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	0007

Objetivo do programa:

AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	3 P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	8,000	5,000,00

II - Descrição das Ações

ADQUIRIR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5,000,00	0,00	5,000,00
Total:			5,000,00	0,00	5,000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 48/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	0007

Objetivo do programa:

AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	3 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND MANUTENÇÃO (ANO) E COMERCIO		4,000	421,000,00

II - Descrição das Ações

MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	315,000,00	0,00	315,000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	31,000,00	0,00	31,000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	70,000,00	0,00	70,000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5,000,00	0,00	5,000,00
Total:			421,000,00	0,00	421,000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 49/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	0007

Objetivo do programa:

AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	3 P	CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	EDIFICAÇÃO (OBR)	1,000	0,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 50/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Industria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	0007

Objetivo do programa:

AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.025	3 P	AQUISIÇÃO DE TERRENO	TERRENO (TER)	0,000	40.000,00

**II - Descrição das Ações**  
**AQUISIÇÃO DE TERRENO**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 51/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	TURISMO	0010

Objetivo do programa:  
DIVULGAR AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO, PROMOVER A DIVULGAÇÃO DAS BELEZAS NATURAIS E DA CULTURA LOCAL.

Justificativa do programa:  
O MUNICÍPIO FOI PALCO DA GUERRA DO CONTESTADO, POSSUINDO MUITA HISTÓRIA E CULTURA. EXISTEM MUITAS BELEZAS NATURAIS COMO RIOS, CACHOEIRAS E AS ILHAS DO RAMO VERDE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	3 A	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1,000,00

II - Descrição das Ações  
DESENVOLVER E DIVULGAR AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1,000,00	0,00	1,000,00
Total:			1,000,00	0,00	1,000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 52/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	07.00
Unidade:	Secretaria de Saúde	07.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS; POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	3	P	CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	SISTEMA DE ESGOTO (OBR)	0,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 53/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	08.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	08.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO BÁSICA	0008

Objetivo do programa:  
OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DÍGNAS DE HABITABILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	3 P	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	CASAS POPULARES (OBR)	16,000	30.000,00

**II - Descrição das Ações**  
CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30,000,00	0,00	30,000,00
Total:			30,000,00	0,00	30,000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 54/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	08.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	08.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO BÁSICA	0008

Objetivo do programa:  
OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORÁDIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DÍGNAS DE HABITABILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.025	3 P	AQUISIÇÃO DE TERRENO	TERRENO (TER)	0,000	5.000,00

**II - Descrição das Ações**  
**AQUISIÇÃO DE TERRENO**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 55/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS; POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	3 A	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

III - Detalhamento das Ações

Corta Despesa	Descrição da Corta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			0,00	100.000,00	100.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 56/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS; POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	3 A	FARMÁCIA BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	223.240,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

III - Detalhamento das Ações

Corta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	190.000,00	190.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	15.240,00	15.240,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	18.000,00	18.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0923 - Transferências de Convênios - ;	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0967 - SUS - Assistencia Farmacêutica	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	223.240,00	223.240,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 57179  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS; POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	3 A	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.872.960,00

II - Descrição das Ações  
ATENDIMENTO BÁSICO DE SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Corta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	700.000,00	700.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	281.280,00	281.280,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	24.600,00	24.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0923 - Transferências de Convênios - ;	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0964 - SUS - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	585.000,00	585.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	213.840,00	213.840,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0063 - Transferências de Convênios - f	0,00	30.120,00	30.120,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	120,00	120,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0923 - Transferências de Convênios - ;	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 58/79  
Data: 28/10/2014

III - Detalhamento das Ações				
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0964 - SUS - Atenção Básica	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0965 - MAC - Atenção de Média e Alta	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0971 - Outras Transferências do SUS	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	23.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0964 - SUS - Atenção Básica	0,00	0,00
Total:			0,00	1.872.960,00
				1.872.960,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 59/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTOAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS; POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	3 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	137.000,00

II - Descrição das Ações

MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Corta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	112.000,00	112.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	25.000,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	137.000,00	137.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 60/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS Córregos e Rios, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTOAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS Córregos e Rios; POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	3 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	CARRO (VEI)	4,000	120,00

II - Descrição das Ações

ADQUIRIR UMA AMBULÂNCIA E UM AUTOMÓVEL PARA A SAÚDE.

III - Detalhamento das Ações

Corta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0088 - Alienação de Bens destinados a	0,00	120,00	120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.02.0088 - Alienação de Bens destinados a	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	120,00	120,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 61/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS; POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	3 P	UNIDADES DE SAÚDE	OBRAS (OBR)	4,000	10.120,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Corta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0033 - Transferências de Convênios - l	0,00	120,00	120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0923 - Transferências de Convênios - l	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	10.120,00	10.120,00



Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 62/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS; POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	3 A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	75.800,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	52.000,00	52.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	6.900,00	6.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	6.900,00	6.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	75.800,00	75.800,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 63/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS; POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	3 A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	2.040,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	1.020,00	1.020,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	1.020,00	1.020,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	2.040,00	2.040,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 64/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

criar alternativas de renda para as famílias carentes; integração do idoso à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida; oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar, afastar os jovens das situações de risco e encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os a sociedade.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	3 A	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	91.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			91.000,00	0,00	91.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 65/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

criar alternativas de renda para as famílias carentes; integração do idoso á sociedade e melhoria da sua qualidade de vida; oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar, afastar os jovens das situações de risco e encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os a sociedade.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	3 A	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	2.000,00

II - Descrição das Ações

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0065 - Transferências do SUAS/Estad	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			1.000,00	1.000,00	2.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 66/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES; INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA; OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA, TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	3 A	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	750,00

**II - Descrição das Ações**

FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	250,00	250,00
Total:			500,00	250,00	750,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 67179  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES; INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA; OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA, TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	3 A	BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	8.670,00

II - Descrição das Ações

BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	3.960,00	3.960,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	3.710,00	3.710,00
Total:			1.000,00	7.670,00	8.670,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 68/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

criar alternativas de renda para as famílias carentes; integração do idoso á sociedade e melhoria da sua qualidade de vida; oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar, afastar os jovens das situações de risco e encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os a sociedade.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	3 A	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	820,00

II - Descrição das Ações

FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	320,00	320,00
Total:			500,00	320,00	820,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 69/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES; INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA; OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA, TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	3 A	BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	9.200,00

II - Descrição das Ações

BLOCO DE GESTÃO - IGDBF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	3.400,00	3.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	4.800,00	4.800,00
Total:			1.000,00	8.200,00	9.200,00



Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 70/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração do idoso á sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa, troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar, afastar os jovens das situações de risco e encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os a sociedade.

Justificativa do programa:

No município há famílias carentes que necessitam da atenção do poder público municipal, grupos de idosos e clubes de mães, para assistir os menores em situação de risco. O município conta com a estrutura da secretaria municipal da saúde e assistência social, o conselho municipal da criança e do adolescente, conselho tutelar e os recursos alocados no fundo municipal da criança e do adolescente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	3 A	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	2.000,00

II - Descrição das Ações

BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			2.000,00	0,00	2.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 71/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração do idoso á sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa, troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar, afastar os jovens das situações de risco e encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os a sociedade.

Justificativa do programa:

No município há famílias carentes que necessitam da atenção do poder público municipal, grupos de idosos e clubes de mães, para assistir os menores em situação de risco. O município conta com a estrutura da secretaria municipal da saúde e assistência social, o conselho municipal da criança e do adolescente, conselho tutelar e os recursos alocados no fundo municipal da criança e do adolescente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.051	3 A	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)		1,000	2.000,00

II - Descrição das Ações

BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			2.000,00	0,00	2.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (O)

Página: 72/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

criar ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES; INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA; OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA, TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	3 A	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	285.920,00

**II - Descrição das Ações**

BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.000 - Recursos Ordinários	78.000,00	0,00	78.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.035 - Transferências do SUAS/União	0,00	109.080,00	109.080,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.035 - Transferências do SUAS/União	0,00	72.720,00	72.720,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.065 - Transferências do SUAS/Estad	0,00	25.120,00	25.120,00
Total:			79.000,00	206.920,00	285.920,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 73/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES; INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA; OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA, TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	3 A	PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	70.600,00

II - Descrição das Ações

PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	70.600,00	70.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	70.600,00	70.600,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 74/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

criar alternativas de renda para as famílias carentes; integração do idoso á sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar, afastar os jovens das situações de risco e encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os a sociedade.

Justificativa do programa:

No município há famílias carentes que necessitam da atenção do poder público municipal, grupos de idosos e clubes de mães, para assistir os menores em situação de risco. O município conta com a estrutura da secretaria municipal da saúde e assistência social, o conselho municipal da criança e do adolescente, conselho tutelar e os recursos alocados no fundo municipal da criança e do adolescente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.038	3 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	OBRAS (OBR)	0,000	5.120,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061 - Transferências de Convênios - I	0,00	120,00	120,00
Total:			5.000,00	120,00	5.120,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 75/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES; INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA; OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA, TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	3 A	CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	0,00

II - Descrição das Ações

CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 76/79  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração do idoso á sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar, afastar os jovens das situações de risco e encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os a sociedade.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	3 A	MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	271.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	232.000,00	0,00	232.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	7.000,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0963 - Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			271.000,00	0,00	271.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 77179  
Data: 28/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	11.00
Unidade:	Fundo Municipal da Criança e Adolescente	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES; INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA; OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA, TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	3 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	42.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			42.000,00	0,00	42.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (O)**

Página: 78/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	12.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação	12.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO BÁSICA	0008

Objetivo do programa:  
OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORÁDIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DÍGNAS DE HABITABILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			1.000,00	0,00	1.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
**Saleção: Alteração em 01/01/2015 (C)**

Página: 79/79  
Data: 28/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	Reserva de Contingência	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0013

Objetivo do programa:  
ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Justificativa do programa:  
ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	3 R	RESERVA DE CONTINGENCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (ANO)	4,000	15.000,00

**II - Descrição das Ações**  
**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00		15.000,00
Total:			15.000,00		15.000,00

Projeto de Lei nº 828/2014, de 10 de setembro de 2014

**DEMONSTRATIVO X**  
**PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OBRAS EM ANDAMENTO E CONSERVAÇÃO DO**  
**PATRIMÔNIO PÚBLICO**

Art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000

R\$	
<b>OBRAS EM ANDAMENTO</b>	<b>VALOR</b>
Construção do Paço Municipal e Câmara de Vereadores	200.000,00
<b>CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO</b>	<b>VALOR</b>
Pavimentação de Vias Urbanas	90.120,00
Construção de Portais	5.000,00
Construção de Praças Esportivas e de Lazer	80.000,00
Manutenção e Melhorias do Sistema de Água	5.000,00
Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	5.000,00
Edificações para o Ensino Fundamental	10.000,00
Edificações para a Educação Infantil	10.000,00
Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Esportivos	5.000,00
Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Sócio-Assistenciais	5.000,00
Unidades de Saúde	10.120,00

**LEI Nº 817, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.**

**“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências”.**

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.  
Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

**I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Orçamento do Município de **BRUNÓPOLIS**, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I -** as metas fiscais
- II -** as prioridades e metas da administração municipal;
- III -** a estrutura e organização do orçamento;
- IV -** as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;
- V -** as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI -** as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII -** as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII -** as disposições gerais.

**II. DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

- I -** Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II -** Demonstrativo II – Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2013;
- III -** Demonstrativo III – Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV -** Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;
- V -** Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI -** Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

- VII - Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Demonstrativo VIII – Prioridades e Metas;
- IX - Demonstrativo IX – Riscos Fiscais e Providências;
- X - Demonstrativo X – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.
- XI - Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
- XII - Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;
- XIII - Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XIV - Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XV - Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

**Art. 3º** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

**Art. 4º** Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei e identificadas no **Demonstrativo VIII**, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

### **III. DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Art. 5º** Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - **programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - **ação**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - **atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - **projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - **operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - **unidade orçamentária**, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - **receita ordinária**, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

**VIII - execução física**, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

**IX - execução orçamentária**, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

**X - execução financeira**, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

**§ 1º** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 437/2012.

**§ 2º** A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

**Art. 6º** O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

**§ 1º** Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA integrarão o orçamento do Poder Executivo como unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

**§ 2º** O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

**Art. 7º** A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Portaria STN nº 437/2012, na forma dos seguintes Anexos:

**I -** Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 1, da Lei 4.320/64 e adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

**II -** Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

**III -** Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

- IV -** Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- V -** Programa de trabalho (adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VI -** Programa de trabalho de governo – Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais (anexo 6 da Lei 4.320/64 e adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VII -** Demonstrativo da despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 7, da Lei 4.320/64 e adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VIII -** Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos (anexo 8, da Lei 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IX -** Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (anexo 9, da Lei 4.320/64 e adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);
- X -** Demonstrativo da evolução da receita por fontes (art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);
- XI -** Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (art. 14 da LRF);
- XII -** Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II da LRF);
- XIII -** Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (art. 22 da Lei 4.320/64);
- XIV -** Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF);
- XV -** Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais e físicas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (art. 5º, I da LRF);
- XVI -** Demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2015 (art. 5º, III);
- XVII -** Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 44 da LRF);
- XVIII -** Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos para o exercício de 2015 (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);
- XIX -** Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para 2015 (art. 8º e 50, I da LRF).

**Parágrafo único -** Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

**Art. 8º** A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015 conterá o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

**AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

**Art. 9º** Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas **em cada destinação**, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

**Art. 10** O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

**Art. 11** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

**Art. 12** Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

**Art. 13** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

**I -** Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

**II -** Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas;

**III -** Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

**IV -** Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo único -** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

**Art. 14** A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA,



observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

**Art. 15** Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do **Demonstrativo IX** desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

**§ 1º** Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

**§ 2º** Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

**Art. 16** Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

**§ 1º** Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX (art. 5º, III, "b" da LRF).

**§ 2º** Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 17** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 18** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (art. 8º, 9º e 13 da LRF).

**Art. 19** Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito,

alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

**Parágrafo único** - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Art. 20** A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do **Demonstrativo VI** desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

**Art. 21** A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização na própria lei orçamentária ou em lei específica (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

**Parágrafo único** - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

**Art. 22** Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 23** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

**Parágrafo único** - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no **Demonstrativo X** desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

**Art. 24** Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 25** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

**Art. 26** A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

**Parágrafo único -** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 25% do total da despesa e será autorizado por Lei e executado por Decreto (art. 167, VI da Constituição Federal combinado com art. 120, § 8º, I da Constituição Estadual).

**Art. 27** Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei (art. 167, I da CF).

**Art. 28** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, “e” e 50, § 3º da LRF).

**Art. 29** Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” e 9º, § 4º da LRF).

**Art. 30** Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 31** A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50%

das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

**Art. 32** A contratação de operações de crédito dependerá de existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

**Art. 33** Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 12 desta lei. (art. 31, § 1º, II da LRF)

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 34** O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF).

**§ 1º** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

**§ 2º** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

**Art. 35** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

- I -** eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II -** eliminação das despesas com horas extras.
- III -** exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV -** demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 36** Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Brunópolis, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo único -** Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização”.

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 37** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

**Parágrafo único -** O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

**Art. 38** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (art. 14, § 3º da LRF).

**Art. 39** O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 40** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

**§ 1º** A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

**§ 2º** Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

**Art. 41** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

**Art. 42** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 43** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

**Art. 44** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Brunópolis/SC, em 24 de outubro de 2014.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro  
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrado e publicado no DOM.

## LEI 827 PPA

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/8  
Data: 09/09/2014

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
1	4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana				9.341.950,00	10.750.720,00	10.571.950,00	11.281.950,00	41.946.570,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		4.200,00	4.800,00	4.200,00	4.200,00	17.400,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		2.520,00	2.880,00	2.520,00	2.520,00	10.440,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		1.050,00	1.200,00	1.050,00	1.050,00	4.350,00
2	4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho				630,00	720,00	630,00	630,00	2.610,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		72.000,00	104.000,00	79.200,00	82.800,00	338.800,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		43.200,00	62.400,00	47.520,00	49.680,00	202.800,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		18.000,00	26.000,00	19.800,00	20.700,00	84.500,00
14	4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos				10.800,00	15.600,00	11.880,00	12.420,00	50.700,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		8.400,00	12.000,00	9.600,00	10.200,00	40.200,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		5.040,00	7.200,00	5.760,00	6.120,00	24.120,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		2.100,00	3.000,00	2.400,00	2.550,00	10.050,00
3	4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir				1.260,00	1.800,00	1.440,00	1.530,00	6.030,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		120.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	300.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		72.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	180.000,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		30.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00
4	4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza				18.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	45.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		105.000,00	65.000,00	115.000,00	120.000,00	405.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		63.000,00	39.000,00	69.000,00	72.000,00	243.000,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		26.250,00	16.250,00	28.750,00	30.000,00	101.250,00
19	4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária				15.750,00	9.750,00	17.250,00	18.000,00	60.750,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		120,00	1.500,00	120,00	120,00	1.860,00
15	4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços				6.000,00	9.000,00	6.000,00	6.000,00	27.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		6.000,00	9.000,00	6.000,00	6.000,00	27.000,00
20	4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras				2.400,00	600,00	2.400,00	2.400,00	7.800,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		2.400,00	600,00	2.400,00	2.400,00	7.800,00
41	4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia				600,00	120,00	600,00	600,00	1.920,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		600,00	120,00	600,00	600,00	1.920,00
16	4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
42	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
17	4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Public				70.000,00	85.000,00	77.000,00	81.000,00	313.000,00
		00.01.0008	00.00.00	100,00		70.000,00	85.000,00	77.000,00	81.000,00	313.000,00
46	4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguéis				2.000,00	2.400,00	2.000,00	2.000,00	8.400,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		2.000,00	2.400,00	2.000,00	2.000,00	8.400,00
45	4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB				1.500,00	3.000,00	1.500,00	1.500,00	7.500,00
		00.01.0018	01.02.00	60,00		900,00	1.800,00	900,00	900,00	4.500,00
		00.01.0019	01.02.00	40,00		600,00	1.200,00	600,00	600,00	3.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 2/8  
Data: 09/09/2014

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
58	4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Sal. Educação				1.200,00	1.800,00	1.200,00	1.200,00	41.946.570,00
		00.01.0036	01.03.01	100,000		1.200,00	1.800,00	1.200,00	1.200,00	5.400,00
59	4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Ensino Fundamental				360,00	200,00	360,00	360,00	1.280,00
		00.01.0037	01.03.99	100,000		360,00	200,00	360,00	360,00	1.280,00
60	4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE				360,00	1.800,00	360,00	360,00	2.880,00
		00.01.0037	01.04.99	100,000		360,00	1.800,00	360,00	360,00	2.880,00
114	4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-PDDE				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0037	01.03.95	100,000		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
121	4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Creche				0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
		00.01.0037	01.03.98	100,000		0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
122	4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Pré-Escolar				0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
		00.01.0037	01.03.98	100,000		0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
61	4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. Remun. Dep. CIDE				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
48	4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS Piso Básico Fixo PBF				120,00	600,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0035	04.00.00	100,000		2.400,00	600,00	2.400,00	2.400,00	7.800,00
127	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS SCFV				0,00	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00
		00.01.0035	04.00.00	100,000		0,00	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00
128	4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-SUAS				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0035	04.00.00	100,000		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
129	4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-BF				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0035	04.00.00	100,000		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
130	4.1.3.2.5.01.10.99.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Outras Transf SUAS/União				0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
		00.01.0035	04.00.00	100,000		0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
115	4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEP				0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
		00.01.0039	04.00.00	100,000		0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
125	4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Transferências SUAS/Estado				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0065	04.00.00	100,000		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
123	4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Assistência Social				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0061	04.00.00	100,000		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
62	4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Educação				120,00	1.200,00	120,00	120,00	1.560,00
		00.01.0062	01.06.50	100,000		120,00	1.200,00	120,00	120,00	1.560,00
65	4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec. de Remun. Convênios Estado Outros				120,00	600,00	120,00	120,00	960,00
		00.01.0064	04.03.00	100,000		120,00	600,00	120,00	120,00	960,00
66	4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. COSIP				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0008	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
70	4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienações Outros				720,00	120,00	720,00	720,00	2.280,00
		00.01.0089	04.01.01	100,000		720,00	120,00	720,00	720,00	2.280,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 3/8  
Data: 09/09/2014

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
69	4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Outros				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0034	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
67	4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Educação				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0032	01.06.50	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
107	4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trans.Prefeitura				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0012	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
106	4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trans Civil				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0011	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
105	4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trans Militar				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0010	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
50	4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança				18.000,00	6.000,00	18.000,00	18.000,00	60.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		18.000,00	6.000,00	18.000,00	18.000,00	60.000,00
71	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósito Recursos não Vinculados				24.000,00	36.000,00	24.000,00	24.000,00	108.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		24.000,00	36.000,00	24.000,00	24.000,00	108.000,00
18	4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias				3.000,00	600,00	3.000,00	3.000,00	9.600,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		3.000,00	600,00	3.000,00	3.000,00	9.600,00
72	4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos				120,00	1.200,00	120,00	120,00	1.560,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	1.200,00	120,00	120,00	1.560,00
73	4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
74	4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos				12.000,00	120,00	12.000,00	12.000,00	36.120,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		12.000,00	120,00	12.000,00	12.000,00	36.120,00
75	4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários				6.000,00	1.200,00	6.000,00	6.000,00	19.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		6.000,00	1.200,00	6.000,00	6.000,00	19.200,00
76	4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Residencial				24.000,00	32.000,00	24.000,00	24.000,00	104.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		24.000,00	32.000,00	24.000,00	24.000,00	104.000,00
77	4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Comercial/Industrial				18.000,00	5.000,00	18.000,00	18.000,00	59.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		18.000,00	5.000,00	18.000,00	18.000,00	59.000,00
78	4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água				1.200,00	3.000,00	1.200,00	1.200,00	6.600,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		1.200,00	3.000,00	1.200,00	1.200,00	6.600,00
116	4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa Consumo de Água - Pública				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
79	4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
5	4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios				5.800.000,00	6.400.000,00	6.400.000,00	6.710.000,00	25.310.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		3.480.000,00	3.840.000,00	3.840.000,00	4.026.000,00	15.186.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		1.450.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.677.500,00	6.327.500,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		870.000,00	960.000,00	960.000,00	1.006.500,00	3.796.500,00

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

### ANEXO I - Metas de Receitas

Selção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 4/8  
Data: 09/09/2014

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
26	9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	00.01.0001	01.01.00	100,000		<b>9.341.950,00</b>	<b>10.750.720,00</b>	<b>10.571.950,00</b>	<b>11.281.950,00</b>	<b>41.946.570,00</b>
						-1.160.000,00	-1.280.000,00	-1.280.000,00	-1.342.000,00	-5.062.000,00
6	4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	00.01.0000	00.00.00	60,000		-1.160.000,00	-1.280.000,00	-1.280.000,00	-1.342.000,00	-5.062.000,00
		00.01.0001	00.00.00	25,000		20.000,00	30.000,00	20.000,00	20.000,00	90.000,00
		00.01.0002	01.01.00	15,000		12.000,00	18.000,00	12.000,00	12.000,00	54.000,00
			02.01.00			3.000,00	7.500,00	3.000,00	5.000,00	22.500,00
						3.000,00	4.500,00	3.000,00	3.000,00	13.500,00
27	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	00.01.0001	01.01.00	100,000		-4.000,00	-6.000,00	-4.000,00	-4.000,00	-18.000,00
						-4.000,00	-6.000,00	-4.000,00	-4.000,00	-18.000,00
108	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	00.01.0039	04.00.00	100,000		70.000,00	86.000,00	77.000,00	81.000,00	314.000,00
21	4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan. - FEX	00.01.0039	00.00.00	100,000		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
43	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00 IGD-BF	00.01.0035	04.00.00	100,000		12.000,00	8.400,00	12.000,00	12.000,00	60.000,00
44	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00 SCFV	00.01.0035	04.00.00	100,000		24.000,00	108.000,00	24.000,00	24.000,00	44.400,00
82	4.1.7.2.1.34.06.00.00.00 Piso Básico Fixo - PBF	00.01.0035	04.00.00	100,000		24.000,00	108.000,00	24.000,00	24.000,00	180.000,00
83	4.1.7.2.1.34.07.00.00.00 IGD-SUAS	00.01.0035	04.00.00	100,000		54.000,00	72.000,00	54.000,00	54.000,00	234.000,00
84	4.1.7.2.1.34.09.00.00.00 Outras Transferências do SUAS/União	00.01.0035	04.00.00	100,000		54.000,00	72.000,00	54.000,00	54.000,00	234.000,00
22	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	00.01.0036	01.03.01	100,000		75.000,00	7.800,00	75.000,00	75.000,00	232.800,00
85	4.1.7.2.1.35.02.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	00.01.0037	01.03.99	100,000		75.000,00	7.800,00	75.000,00	75.000,00	232.800,00
23	4.1.7.2.1.35.03.01.00.00 PNAE Ensino Fundamental	00.01.0037	01.03.99	100,000		1.200,00	70.000,00	1.200,00	1.200,00	73.600,00
112	4.1.7.2.1.35.03.02.00.00 PNAE Creche	00.01.0037	01.03.99	100,000		1.200,00	70.000,00	1.200,00	1.200,00	73.600,00
113	4.1.7.2.1.35.03.03.00.00 PNAE Pré-Escolar	00.01.0037	01.03.99	100,000		84.000,00	102.000,00	92.000,00	96.000,00	374.000,00
24	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	00.01.0037	01.03.99	100,000		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
110	4.1.7.2.1.35.99.00.00.00 Outras Transferências Diretas do FNDE	00.01.0037	01.03.99	100,000		9.200,00	9.060,00	9.200,00	9.200,00	36.660,00
						8.050,00	12.000,00	8.050,00	8.050,00	36.150,00
						5.750,00	9.400,00	5.750,00	5.750,00	26.650,00
						45.000,00	74.000,00	45.000,00	45.000,00	209.000,00
7	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	00.01.0000	04.00.00	100,000		45.000,00	74.000,00	45.000,00	45.000,00	209.000,00
		00.01.0001	00.00.00	60,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0002	01.01.00	25,000		18.000,00	15.000,00	18.000,00	18.000,00	69.000,00
			02.01.00	15,000		10.800,00	9.000,00	10.800,00	10.800,00	41.400,00
						4.500,00	3.750,00	4.500,00	4.500,00	17.250,00
						2.700,00	2.250,00	2.700,00	2.700,00	10.350,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO I - Metas de Receitas  
 Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 5/8  
 Data: 09/09/2014

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
28	9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96				<b>9.341.950,00</b>	<b>10.750.720,00</b>	<b>10.571.950,00</b>	<b>11.281.950,00</b>	<b>41.946.570,00</b>
		00.01.0001	01.01.00	100,000		-3.600,00	-3.000,00	-3.600,00	-3.600,00	-13.800,00
86	4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União				-3.600,00	-3.000,00	-3.600,00	-3.600,00	-13.800,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		5.000,00	220.000,00	5.000,00	5.000,00	235.000,00
8	4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS				5.000,00	220.000,00	5.000,00	5.000,00	235.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		3.260.000,00	3.700.000,00	3.950.000,00	4.340.000,00	15.250.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		1.956.000,00	2.220.000,00	2.370.000,00	2.604.000,00	9.150.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		815.000,00	925.000,00	987.500,00	1.085.000,00	3.812.500,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		489.000,00	555.000,00	592.500,00	651.000,00	2.287.500,00
29	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB				-652.000,00	-740.000,00	-790.000,00	-868.000,00	-3.050.000,00
		00.01.0001	01.01.00	100,000		-652.000,00	-740.000,00	-790.000,00	-868.000,00	-3.050.000,00
9	4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA				160.000,00	180.000,00	193.000,00	213.000,00	746.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		96.000,00	108.000,00	115.800,00	127.800,00	447.600,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		40.000,00	45.000,00	48.250,00	53.250,00	186.500,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		24.000,00	27.000,00	28.950,00	31.950,00	111.900,00
30	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA				-32.000,00	-36.000,00	-38.600,00	-42.600,00	-149.200,00
		00.01.0001	01.01.00	100,000		-32.000,00	-36.000,00	-38.600,00	-42.600,00	-149.200,00
10	4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação				46.000,00	54.000,00	50.000,00	52.000,00	202.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		27.600,00	32.400,00	30.000,00	31.200,00	121.200,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		11.500,00	13.500,00	12.500,00	13.000,00	50.500,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		6.900,00	8.100,00	7.500,00	7.800,00	30.300,00
31	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB				-9.200,00	-10.800,00	-10.000,00	-10.400,00	-40.400,00
		00.01.0001	01.01.00	100,000		-9.200,00	-10.800,00	-10.000,00	-10.400,00	-40.400,00
90	4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Intervno Domínio Econômico				15.000,00	2.400,00	15.000,00	15.000,00	47.400,00
		00.01.0007	04.00.00	100,000		15.000,00	2.400,00	15.000,00	15.000,00	47.400,00
131	4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Assistência Social				0,00	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
		00.01.0065	04.00.00	100,000		0,00	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
13	4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB				760.000,00	970.000,00	950.000,00	1.066.000,00	3.746.000,00
		00.01.0018	01.02.00	60,000		456.000,00	582.000,00	570.000,00	639.600,00	2.247.600,00
		00.01.0019	01.02.00	40,000		304.000,00	388.000,00	380.000,00	426.400,00	1.498.400,00
25	4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação				180.000,00	190.000,00	180.000,00	180.000,00	730.000,00
		00.01.0062	01.06.00	100,000		180.000,00	190.000,00	180.000,00	180.000,00	730.000,00
64	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados				5.000,00	120,00	5.000,00	5.000,00	15.120,00
		00.01.0064	04.03.00	100,000		5.000,00	120,00	5.000,00	5.000,00	15.120,00
91	4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
11	4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU				1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		720,00	720,00	720,00	720,00	2.880,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		300,00	300,00	300,00	300,00	1.200,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		180,00	180,00	180,00	180,00	720,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO I - Metas de Receitas  
 Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 6/8  
 Data: 09/09/2014

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
92	4.1.9.1.1.40.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS				9.341.950,00	10.750.720,00	10.571.950,00	11.281.950,00	41.946.570,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
93	4.1.9.1.1.99.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos				18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
94	4.1.9.1.3.11.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
95	4.1.9.1.3.13.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
96	4.1.9.1.3.99.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos				120,00	360,00	120,00	120,00	720,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	360,00	120,00	120,00	720,00
97	4.1.9.1.5.99.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
98	4.1.9.1.8.99.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora				2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
111	4.1.9.1.9.15.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito				1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
		00.01.0010		32,500		390,00	390,00	390,00	390,00	1.560,00
		00.01.0011		32,500		390,00	390,00	390,00	390,00	1.560,00
		00.01.0012		35,000		420,00	420,00	420,00	420,00	1.680,00
99	4.1.9.2.2.01.00.00.00	Restituições de Convênios				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
100	4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
12	4.1.9.3.1.11.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU				2.400,00	1.200,00	2.400,00	2.400,00	8.400,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		1.440,00	720,00	1.440,00	1.440,00	5.040,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		600,00	300,00	600,00	600,00	2.100,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		360,00	180,00	360,00	360,00	1.260,00
101	4.1.9.3.1.13.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
102	4.1.9.3.1.99.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
103	4.1.9.3.2.99.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

### ANEXO I - Metas de Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 7/8  
Data: 09/09/2014

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
104	4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas				9.341.950,00	10.750.720,00	10.571.950,00	11.281.950,00	41.946.570,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		9.690,00	1.480,00	7.690,00	2.890,00	21.750,00
						9.690,00	1.480,00		2.890,00	21.750,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>										
47	4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB				558.050,00	614.280,00	558.050,00	558.050,00	2.288.430,00
		00.01.0038				120,00	2.400,00	120,00	120,00	2.760,00
52	4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF	02.04.00	100,000		120,00	2.400,00	120,00	120,00	2.760,00
		00.01.0038				120,00	600,00	120,00	120,00	960,00
51	4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS	02.04.00	100,000		120,00	600,00	120,00	120,00	960,00
		00.01.0038				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
53	4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal	02.04.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0038				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
49	4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Alienação Saúde	02.04.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0088				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
54	4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist Farm Basica	02.03.00	100,000		120,00	240,00	120,00	120,00	600,00
		00.01.0038				120,00	240,00	120,00	120,00	600,00
55	4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC	02.04.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0038				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
56	4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ECD	02.04.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0038				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
57	4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vig Sanitar	02.04.00	100,000		600,00	1.800,00	600,00	600,00	3.600,00
		00.01.0038				600,00	1.800,00	600,00	600,00	3.600,00
119	4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NASF União	02.04.00	100,000		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0038				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
120	4.1.3.2.5.01.03.11.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	02.04.00	100,000		0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
		00.01.0038				0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
124	4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios Estado/Saúde	02.04.00	100,000		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0063				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
126	4.1.3.2.5.01.03.13.01.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - NASF	02.06.00	100,000		0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
		00.01.0067				0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
68	4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios União/Saúde	02.06.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0033				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
63	4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	02.00.00	100,000		120,00	0,00	120,00	120,00	360,00
		00.01.0923				120,00	0,00	120,00	120,00	360,00
32	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	02.06.00	100,000		70.350,00	77.820,00	70.350,00	70.350,00	288.870,00
		00.01.0038				70.350,00	77.820,00	70.350,00	70.350,00	288.870,00
33	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	02.04.00	100,000		102.600,00	109.560,00	102.600,00	102.600,00	417.360,00
		00.01.0038				102.600,00	109.560,00	102.600,00	102.600,00	417.360,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 8/8  
Data: 09/09/2014

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>										
34	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmácia Básica SUS				<b>558.050,00</b>	<b>614.280,00</b>	<b>558.050,00</b>	<b>558.050,00</b>	<b>2.288.430,00</b>
		00.01.0038	02.04.00	100,000		15.010,00	15.000,00	15.010,00	15.010,00	60.030,00
35	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Programa Saúde da Família - PSF				15.010,00	15.000,00	15.010,00	15.010,00	60.030,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		85.560,00	48.000,00	85.560,00	85.560,00	304.680,00
36	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Saúde Bucal				85.560,00	48.000,00	85.560,00	85.560,00	304.680,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		26.760,00	26.760,00	26.760,00	26.760,00	107.040,00
37	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças				1.800,00	1.920,00	1.800,00	1.800,00	7.320,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		1.800,00	1.920,00	1.800,00	1.800,00	7.320,00
38	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Vigilância Sanitária				18.000,00	12.000,00	18.000,00	18.000,00	66.000,00
39	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Compensação Especificidades Regionais				18.000,00	12.000,00	18.000,00	18.000,00	66.000,00
80	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulat				20.050,00	120,00	20.050,00	20.050,00	60.270,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		20.050,00	120,00	20.050,00	20.050,00	60.270,00
81	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	PMAQ				9.600,00	9.660,00	9.600,00	9.600,00	38.460,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		9.600,00	9.660,00	9.600,00	9.600,00	38.460,00
117	4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	NASF - Complementação União				132.000,00	132.000,00	132.000,00	132.000,00	528.000,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		132.000,00	132.000,00	132.000,00	132.000,00	528.000,00
118	4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Outras Transferências SUS p/ Atenção Básica				0,00	96.000,00	0,00	0,00	96.000,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		0,00	96.000,00	0,00	0,00	96.000,00
109	4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outras Transferências do SUS/União				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
87	4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica				1.200,00	18.000,00	1.200,00	1.200,00	21.600,00
89	4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Incentivo a Atenção Básica				1.200,00	18.000,00	1.200,00	1.200,00	21.600,00
		00.01.0067	02.06.00	100,000		1.200,00	120,00	1.200,00	1.200,00	3.720,00
88	4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	NASF				1.200,00	120,00	1.200,00	1.200,00	3.720,00
		00.01.0067	02.06.00	100,000		60.000,00	24.000,00	60.000,00	60.000,00	204.000,00
40	4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS				60.000,00	24.000,00	60.000,00	60.000,00	204.000,00
		00.01.0063	02.06.00	100,000		12.000,00	30.000,00	12.000,00	12.000,00	66.000,00
						12.000,00	30.000,00	12.000,00	12.000,00	66.000,00
<b>Total geral:</b>						<b>9.900.000,00</b>	<b>11.365.000,00</b>	<b>11.130.000,00</b>	<b>11.840.000,00</b>	<b>44.235.000,00</b>

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO II - Identificação dos Programas  
Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/1  
Data: 09/09/2014

Programa	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Macroobjetivo: 1 - PROMOVER A MANUTENÇÃO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIME</b>						
0001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	600.000,00	630.000,00	662.000,00	695.000,00	—	<b>44.235.000,00</b>
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.039.000,00	1.128.160,00	1.045.000,00	1.096.000,00	—	2.587.000,00
0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	2.192.176,00	2.971.220,00	2.825.466,00	2.986.286,00	0,00	4.308.160,00
0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	2.224.702,00	2.421.280,00	2.788.012,00	2.674.192,00	0,00	10.975.148,00
0005 - BEM ESTAR SOCIAL	712.700,00	791.080,00	663.100,00	870.100,00	—	10.108.186,00
0006 - BRUNÓPOLIS MAIS SEGURO	25.560,00	25.560,00	28.560,00	29.560,00	—	3.036.980,00
0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	463.000,00	466.000,00	644.000,00	481.000,00	—	109.240,00
0008 - HABITAÇÃO BÁSICA	30.000,00	36.000,00	30.000,00	230.000,00	0,00	2.054.000,00
0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	1.619.862,00	1.891.700,00	1.717.862,00	2.015.862,00	0,00	326.000,00
0010 - TURISMO	2.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	—	7.245.286,00
0011 - ENCARGOS ESPECIAIS	125.000,00	145.000,00	137.000,00	144.000,00	—	7.000,00
0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	851.000,00	843.000,00	572.000,00	601.000,00	—	551.000,00
0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	—	2.867.000,00
<b>Total Geral:</b>	<b>9.900.000,00</b>	<b>11.365.000,00</b>	<b>11.130.000,00</b>	<b>11.840.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>44.235.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

**ANEXO III - Identificação das Ações**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1 / 2

Data: 09/09/2014

Ação Título da ação	Tipo	Produto (Unidade de medida)	Origem
0.001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	Operação especial	AMORTIZAÇÃO(ANO)	Continuação
0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Operação especial	CONTRIBUIÇÃO(ANO)	Continuação
0.003 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Operação especial	AMORTIZAÇÃO(ANO)	Nova
1.001 EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.002 EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.003 UNIDADES DE SAÚDE	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.004 EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Continuação
1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	Projeto	CARRO(VEI)	Continuação
1.007 MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	Projeto	BANHEIRO(OBR)	Continuação
1.008 CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Continuação
1.009 CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Continuação
1.010 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Continuação
1.014 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Nova
1.015 CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	Projeto	SISTEMA DE ESGOTO(OBR)	Continuação
1.018 AMPLIAÇÃO DA GARAGEM	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Nova
1.019 CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	Projeto	PONTE(OBR)	Continuação
1.020 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	Projeto	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS(OBR)	Continuação
1.021 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.022 CENTRO COMUNITÁRIO	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Continuação
1.023 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	Projeto	CASAS POPULARES(OBR)	Continuação
1.025 AQUISIÇÃO DE TERRENO	Projeto	TERRENO(TER)	Continuação
1.028 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	Projeto	CARRO(VEI)	Continuação
1.029 SANEAMENTO BÁSICO	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.030 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Continuação
1.032 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.033 ACADEMIA DA SAÚDE	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Nova
1.035 EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Nova
1.036 CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.037 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.038 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SOCIO-ASSISTENCIAIS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.039 CONTRUÇÃO DE PORTAIS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.040 AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
1.041 AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
2.001 MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	Atividade	SESSÕES LEGISLATIVAS(SES)	Continuação
2.002 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.003 MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.004 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.005 CONTROLE INTERNO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.006 MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.007 ENSINO FUNDAMENTAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.008 TRANSPORTE ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.009 MERENDA ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.011 EDUCAÇÃO INFANTIL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.013 DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.014 ESPORTE AMADOR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.015 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.016 SEGURANÇA PÚBLICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.017 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.018 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.019 MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova



**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

**ANEXO III - Identificação das Ações**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 2 / 2

Data: 09/09/2014

Ação Título da ação	Tipo	Produto (Unidade de medida)	Origem
2.020 ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.021 COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.022 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.023 MANUTENÇÃO DO PETI	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.025 AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.026 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.027 FARMÁCIA BÁSICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.028 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.029 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.033 CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.034 NASF - NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.035 PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.036 ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.037 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.038 CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.039 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.040 CISAM - MEIO OESTE SC	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.041 PROINFANCIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.042 MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.043 CONSÓRCIO CINCATARINA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.044 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.045 MERENDA ESCOLAR - CRECHE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.046 MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.047 EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.048 EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.049 FESTIVIDADES MUNICIPAIS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.050 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.051 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.052 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.053 BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.054 FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.055 BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.056 FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.057 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva de contingência	RESERVA DE CONTINGÊNCIA(ANO)	Continuação

Total de ações: 87

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**

0001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

**Objetivos**

DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR, MELHORAR O CONTROLE INTERNO, QUALIDADE DOS SERVIÇOS DO LEGISLATIVO, MANter O CONTROLE DOS ATOS E GASTOS COM PESSOAL, PRODUIR RELATÓRIOS GERENCIADOS E EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, CUMPRIR O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL DE CONTROLE INTERNO, PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DOS ATOS DE COMPETÊNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, PRODUZINDO INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A TOMADA DE DECISÕES E DEFESA DO MUNICÍPIO.

**Justificativas**

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, COMPOSTO DE NOVE VEREADORES, EM SEDE ALUGADA, COM AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA, COM APOIO DE QUATRO SERVIDORES.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

REALIZAÇÃO DE SESSÕES ORDINÁRIAS CONFORME REGIMENTO INTERNO; REALIZAÇÃO DE SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS QUANDO CONVOCADAS; REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PELAS DIVERSAS COMISSÕES, PARA ESTUDO E ANÁLISES DOS PROCESSOS LEGISLATIVO; RECEBIMENTO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS LEIS; APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEIS, PROJETOS DE RESOLUÇÕES E INDICAÇÕES; DISCUSSÃO, VOTAÇÃO; ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA INTERNO E FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO; JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DO PREFEITO E OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	SESSÕES LEGISLATIVAS (SES)	00.01.0000	48,000	2.587.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.587.000,00</b>	

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 2/18  
Data: 09/09/2014

Programa  
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Objetivos  
PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativas  
ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Diretrizes (Forma de implementação)  
GERENCIAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO, FREQUÊNCIA, REMUNERAÇÃO E ASSENTAMENTO FUNCIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS; CONTROLE DA LOTAÇÃO DOS CARGOS, CÁLCULO DA FOLHA MENSAL E DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS; CADASTRO, IDENTIFICAÇÃO E LOTAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS; INVENTÁRIO PERIÓDICO DOS BENS; ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DO VALOR DOS BENS; CONTROLE DOS PROCESSOS; CONTROLE DA FROTA, DO ALMOXARIFADO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO; ELABORAÇÃO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	4.278.000,00
2.038 - CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	12.960,00
2.043 - CONSÓRCIO CINCATARINA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	17.200,00
Total:			4.308.160,00	

Legenda:  
00.01.0000 - Recursos Ordinários

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 3/18  
Data: 09/09/2014

Programa				
0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL				
Objetivos				
MANTER E DESENVOLVER ATIMDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.				
Justificativas				
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.				
Diretrizes (Forma de implementação)				
GARANTIR O ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA, NOS TERMOS CONSTITUCIONAIS. APROFUNDAR O CONHECIMENTO DA CULTURA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO. INCENTIVAR O INTERCÂMBIO MUNICIPAL. AMPLIAR O CONHECIMENTO ATRAVÉS DA LEITURA E DA ARTE, CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS, PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS.				
Ações		Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas
			Física	Financeira
1.001 -	EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	OBRAS (OBR)	00.01.0000	3,000
			00.01.0001	325.000,00
				10.000,00
1.002 -	EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	OBRAS (OBR)	00.01.0000	1,000
			00.01.0001	0,000
				10.000,00
1.018 -	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM	EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	1,000
1.025 -	AQUISIÇÃO DE TERRENO	TERRENO (TER)	00.01.0000	1,000
				150.000,00
1.028 -	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	CARRO (VEI)	00.01.0000	200.000,00
			00.01.0000	0,000
			00.01.0001	5,000,00
			00.01.0032	120,00
			00.01.0922	360,00
1.037 -	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	OBRAS (OBR)	00.01.0000	1,000
1.041 -	AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	TERRENO (TER)	00.01.0000	1,000
				20.000,00
2.007 -	ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000
			00.01.0001	180.928,00
			00.01.0001	1,055.620,00
			00.01.0018	2,368.860,00
			00.01.0019	333.660,00
			00.01.0036	51.900,00
			00.01.0037	6.240,00
			00.01.0958	137.800,00
			00.01.0959	18,000,00
			00.01.0962	360,00
2.008 -	TRANSPORTE ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000
				332.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 4/18  
Data: 09/09/2014

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
		00.01.0001		1,464,540,00
		00.01.0019		375,350,00
		00.01.0036		51,900,00
		00.01.0037		75,800,00
		00.01.0062		191,200,00
		00.01.0922		540,360,00
		00.01.0958		137,800,00
		00.01.0961		136,080,00
2.009 - MERENDA ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	281,000,00
		00.01.0037		9,260,00
		00.01.0960		70,080,00
2.011 - EDUCAÇÃO INFANTIL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	7,500,00
		00.01.0001		206,000,00
		00.01.0019		500,490,00
2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	350,000,00
		00.01.0001		90,000,00
2.013 - DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	125,000,00
2.014 - ESPORTE AMADOR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	155,000,00
		00.01.0924		0,00
2.025 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	338,000,00
2.036 - ENSINO PROFISSIONALIZANTE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	52,000,00
2.041 - PROINFANCIA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0001	1,000	0,00
2.045 - MERENDA ESCOLAR - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	19,000,00
		00.01.0037		12,200,00
2.046 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	11,000,00
		00.01.0037		9,600,00
2.047 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0001	1,000	84,000,00
		00.01.0018		78,800,00
2.048 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0001	1,000	101,000,00
		00.01.0018		96,340,00
2.049 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	45,000,00
<b>Total:</b>			<b>Total:</b>	<b>10.975.148,00</b>

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários  
00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-EDUCAÇÃO

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 5/18  
Data: 09/09/2014

**Legenda:**

- 00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%
- 00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%
- 00.01.0032 - Transferências de Convênios - União/Educação
- 00.01.0036 - Salário-Educação
- 00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE
- 00.01.0062 - Transferências de Convênios - Estado/Educação
- 00.01.0922 - Transferências de Convênios - Educação
- 00.01.0924 - Transferências de Convênios - Outros
- 00.01.0958 - Salário Educação
- 00.01.0959 - Transferências referentes ao - PDDE
- 00.01.0960 - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- 00.01.0961 - PNATE - Programa Nac. de Apoio ao Transporte Escolar
- 00.01.0962 - Outras Transferências do FNDE

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 6/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**

0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS

**Objetivos**

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

**Justificativas**

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPOEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES DE SAÚDE, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA. CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DA INSTALAÇÃO DE FOSSA E FILTRO ANAERÓBIO NAS RESIDÊNCIAS E EXIGÊNCIA DESSE EQUIPAMENTOS NAS NOVAS CONSTRUÇÕES. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO URBANO E DO COINCO, VISANDO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS. MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.003 - UNIDADES DE SAÚDE	OBRAS (OBR)	00.01.0000 00.01.0002 00.01.0033 00.01.0923 00.01.0000 00.01.0002 00.01.0088 00.01.0923 00.02.0088 00.03.0984	4,000	150.000,00 10.000,00 120,00 360,00 68.500,00 81.500,00 120,00 0,00 360,00 0,00
1.005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	CARRO (VEI)	00.01.0000 00.01.0002 00.01.0038 00.01.0063 00.01.0067 00.01.0923 00.01.0984	4,000	400.000,00 100.000,00 386.756,00 341.000,00 4.878.000,00 510.120,00 30.120,00 24.720,00 219.960,00 1.313.400,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 7/18  
Data: 09/09/2014

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
		00.01.0965		29.160,00
		00.01.0971		360,00
		00.03.0002		0,00
2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	130.000,00
		00.01.0002		62.000,00
		00.01.0038		15.840,00
2.027 - FARMÁCIA BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0966		61.560,00
		00.01.0002	4,000	825.000,00
		00.01.0038		15.240,00
		00.01.0067		18.000,00
		00.01.0923		3.600,00
2.037 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0967		45.390,00
2.042 - MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0002	4,000	387.000,00
		—	1,000	—
Total:			10.108.186,00	

Legenda:

- 00.01.0000 - Recursos Ordinários
- 00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE
- 00.01.0033 - Transferências de Convênios - União/Saúde
- 00.01.0038 - Transferências do SUS/União
- 00.01.0063 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde
- 00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado
- 00.01.0088 - Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde
- 00.01.0923 - Transferências de Convênios - Saúde
- 00.01.0964 - SUS - Atenção Básica
- 00.01.0965 - MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
- 00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde
- 00.01.0967 - SUS - Assistência Farmacêutica Básica
- 00.01.0971 - Outras Transferências do SUS
- 00.02.0088 - Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde
- 00.03.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE
- 00.03.0964 - Atenção Básica - Superávit Financeiro



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 8/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**

0005 - BEM ESTAR SOCIAL

**Objetivos**

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

**Justificativas**

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO, O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

MANUTENÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENVOLVIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS CARENTES; FORTALECIMENTO DOS GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, EXPLORAÇÃO DE SUAS POTENCIALIDADES; ENVOLVENDO O MUNICÍPIO, OS CONSELHOS E AS FAMÍLIAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.038 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SOCIO-ASSISTENCIAIS	OBRAS (OBR)	00.01.0000	1,000	155.000,00
2.019 - MANUTENÇÃO DA SEQR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0061		120,00
		00.01.0000	4,000	1.075.500,00
		00.01.0952		82.800,00
2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0963		36.000,00
		00.01.0000	4,000	122.000,00
		00.01.0000	4,000	424.600,00
2.033 - CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0952		162.000,00
		00.01.0035	4,000	70.600,00
		00.01.0952		225.000,00
2.035 - PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	372.000,00
		00.01.0000	1,000	79.000,00
		00.01.0035		181.800,00
2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0065		25.120,00
		00.01.0000	1,000	2.000,00
		00.01.0000	1,000	2.000,00
2.050 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	1.000,00
		00.01.0035		8.200,00
		00.01.0000	1,000	500,00
2.051 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)			
2.052 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)			
2.053 - BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)			
2.054 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)			

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 9/18  
Data: 09/09/2014

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.055 - BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0035 00.01.0000 00.01.0035	1,000	320,00 1.000,00 7.670,00
2.066 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000 00.01.0035	1,000	500,00
2.057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0035 00.01.0000 00.01.0065	1,000	250,00 1.000,00 1.000,00
<b>Total:</b>				<b>3.036.980,00</b>

- Legenda:**  
00.01.0000 - Recursos Ordinários  
00.01.0035 - Transferências do SUAS/União  
00.01.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social  
00.01.0065 - Transferências do SUAS/Estado  
00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS  
00.01.0963 - Bolsa Família

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 10/18  
Data: 09/09/2014

Programa  
0006 - BRUNÓPOLIS MAIS SEGURO

Objetivos

PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE, E PROMOVER O APOIO ÀS PESSOAS VÍTIMAS DE INTEMPÉRIES, DESASTRES NATURAIS E CALAMIDADES PÚBLICAS.

Justificativas

MANTER O BEM ESTAR, A INTEGRIDADE, PREVENIR DOENÇAS, PRESTAR ASSISTÊNCIA A PESSOAS VÍTIMAS DE DESASTRES, PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE.

Diretrizes (Forma de implementação)

APOIO ÀS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E PROJETOS EDUCACIONAIS. PROMOVER APOIO ÀS PESSOAS QUE VENHAM A SOFRER DANOS POR VENDAVAS, GRANIZOS, GEADAS, INUNDAÇÕES, DESLIZAMENTOS, RAIOS E TEMPESTADES, ETC.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.016 - SEGURANÇA PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4.000	103.000,00
		00.01.0010		510,00
		00.01.0011		510,00
		00.01.0012		540,00
		00.01.0954		1.530,00
		00.01.0955		1.530,00
		00.01.0956		1.620,00
Total:			109.240,00	

Legenda:

- 00.01.0000 - Recursos Ordinários
- 00.01.0010 - Convênio Transito - Militar
- 00.01.0011 - Convênio Transito - Civil
- 00.01.0012 - Convênio Transito - Prefeitura
- 00.01.0954 - Convênio de Transito - Militar
- 00.01.0955 - Convênio de Transito - Civil
- 00.01.0956 - Convênio de Transito - Prefeitura

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 11/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**  
0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL

**Objetivos**  
AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

**Justificativas**  
O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
PROMOVER ASSISTÊNCIA TÉCNICA, AMPLIAR A PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA, DESENVOLVER NOVAS ATIVIDADES PRODUTIVAS, PROFISSIONALIZAR A POPULAÇÃO, TRAZER EMPREENDIMENTOS QUE GEREM RENDA E EMPREGOS A POPULAÇÃO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.009 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	2,000	50.000,00
1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO	TERRENO (TER)	00.01.0000	1,000	140.000,00
1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	00.01.0000	8,000	445.000,00
2.018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	1.419.000,00
Total:				2.054.000,00

**Legenda:**  
00.01.0000 - Recursos Ordinários

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 12/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**  
0008 - HABITAÇÃO BÁSICA

**Objetivos**  
OPORTUNIZAR ÀS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

**Justificativas**  
NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, MELHORIA DAS HABITAÇÕES EXISTENTES, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS, COMPRA DE ÁREA DE TERRAS PARA CRIAÇÃO DE LOTEAMENTO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.023 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	CASAS POPULARES (OBR)	00.01.0000	16,000	120.000,00
1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO	TERRENO (TER)	00.01.0000	1,000	205.000,00
2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	1.000,00
		00.01.0924		0,00
<b>Total:</b>				<b>326.000,00</b>

**Legenda:**  
00.01.0000 - Recursos Ordinários  
00.01.0924 - Transferências de Convênios - Outros

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 13/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**  
0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

**Objetivos**  
MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO; OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

**Justificativas**  
O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
CASCA LHAMENTO, PAVIMENTAÇÃO E PATROLAMENTO E LIMPEZA DAS ESTRADAS VICINAIS. CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PONTES E BUEIROS. ABERTURA DE NOVAS ESTRADAS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS. MELHORAR E CONSERVAR A SINALIZAÇÃO EXISTENTE NAS VIAS URBANAS SOB JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO. PROSSEGUIR COM A URBANIZAÇÃO DAS RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, MANTER AS PRAÇAS, CANTEIROS CENTRAIS DE AVENIDAS, SINALIZAÇÃO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.010 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	00.01.0000 00.01.0089 00.02.0089	8,000	795.000,00 120,00 2.160,00
1.018 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM	EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	1,000	75.000,00
1.019 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	PONTE (OBR)	00.01.0000 00.01.0924	4,000	75.000,00 15.360,00
1.020 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS (OBR)	00.01.0000 00.01.0034 00.01.0924	4,000	460.000,00 120,00 360,00
1.021 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	OBRAS (OBR)	00.01.0000	1,000	80.000,00
1.037 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	OBRAS (OBR)	00.01.0000	1,000	0,00
1.039 - CONTRUÇÃO DE PORTAIS	OBRAS (OBR)	00.01.0000	2,000	105.000,00
2.003 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000 00.01.0924	4,000	613.000,00 0,00
2.004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	140.000,00
		00.01.0008		85.120,00
		00.01.0917		228.360,00
2.017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000 00.01.0007 00.01.0039	4,000	3.792.890,00 2.520,00 101.600,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 14/18  
Data: 09/09/2014

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
		00.01.0064		720,00
		00.01.0916		45.360,00
		00.01.0924		0,00
		00.01.0944		228.000,00
2.021 - COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	390.596,00
2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	9.000,00
Total:			7.245.286,00	

Legenda:

- 00.01.0000 - Recursos Ordinários
- 00.01.0007 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
- 00.01.0008 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP
- 00.01.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros
- 00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo e Transf. Compens. Financieira Explor. recursos naturais
- 00.01.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros
- 00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas
- 00.01.0916 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
- 00.01.0917 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP
- 00.01.0924 - Transferências de Convênios - Outros
- 00.01.0944 - FEP
- 00.02.0089 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 15/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**  
0010 - TURISMO

**Objetivos**  
DIVULGAR AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO, PROMOVER A DIVULGAÇÃO DAS BELEZAS NATURAIS E DA CULTURA LOCAL.

**Justificativas**  
O MUNICÍPIO FOI PALCO DA GUERRA DO CONTESTADO, POSSUINDO MUITA HISTÓRIA E CULTURA. EXISTEM MUITAS BELEZAS NATURAIS COMO RIOS, CACHOEIRAS E AS ILHAS DO RAMO VERDE.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
PROMOVER O RESGATE HISTÓRICO E CULTURAL, DIVULGAR AS POTENCIALIDADES LOCAIS, INFRAESTRUTURAR O MUNICÍPIO PARA RECEBER OS TURISTAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4.000	7.000,00
<b>Total:</b>				<b>7.000,00</b>

**Legenda:**  
00.01.0000 - Recursos Ordinários



Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 16/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**  
0011 - ENCARGOS ESPECIAIS

**Objetivos**  
GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

**Justificativas**  
O MUNICÍPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
AMORTIZAR A DÍVIDA FUNDADA DO MUNICÍPIO E CONTRIBUIÇÃO AO PASEP.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	AMORTIZAÇÃO (ANO)	00.01.0000	48,000	45.000,00
0.002 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO (ANO)	00.01.0000	48,000	501.000,00
0.003 - PAGAMENTO DE PRECATORIOS	AMORTIZAÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>551.000,00</b>	

**Legenda:**  
00.01.0000 - Recursos Ordinários

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 17/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**

0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

**Objetivos**

PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

**Justificativas**

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS, DESPESAS CORRENTES, ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.008 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	1,000	460.000,00
2.005 - CONTROLE INTERNO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	157.000,00
2.006 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	2.250.000,00
<b>Total:</b>				<b>2.867.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 18/18  
Data: 09/09/2014

**Programa**  
0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Objetivos**  
ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

**Justificativas**  
ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (ANO)	00.01.0000	4.000	60.000,00
<b>Total:</b>				<b>60.000,00</b>

**Legenda:**  
00.01.0000 - Recursos Ordinários

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO V - Metas de Despesas  
 Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/12  
 Data: 28/10/2014

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>						<b>7.075.298,00</b>	<b>8.313.720,00</b>	<b>7.879.988,00</b>	<b>8.670.808,00</b>	<b>31.939.814,00</b>
<b>Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO</b>						<b>851.000,00</b>	<b>843.000,00</b>	<b>572.000,00</b>	<b>601.000,00</b>	<b>2.857.000,00</b>
<b>Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito</b>						<b>851.000,00</b>	<b>843.000,00</b>	<b>572.000,00</b>	<b>601.000,00</b>	<b>2.857.000,00</b>
2 1.008 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREDORES	P	3	04.122.0012	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	260.000,00	200.000,00	0,00	0,00	460.000,00
EDIFICAÇÃO(OBR)										
3 2.005 - CONTROLE INTERNO	A	3	04.124.0012	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	33.000,00	36.000,00	36.000,00	38.000,00	143.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
4 2.006 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	A	3	04.122.0012	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	425.000,00	490.000,00	468.000,00	492.000,00	1.875.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	54.000,00	45.000,00	59.000,00	62.000,00	220.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	140.000,00
<b>Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA</b>						<b>1.164.000,00</b>	<b>1.273.160,00</b>	<b>1.182.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>4.859.160,00</b>
<b>Unidade: 03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda</b>						<b>1.164.000,00</b>	<b>1.273.160,00</b>	<b>1.182.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>4.859.160,00</b>
5 2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	A	3	04.122.0002	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	487.000,00	540.000,00	537.000,00	563.000,00	2.127.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	90.000,00	114.000,00	99.000,00	104.000,00	407.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	365.000,00	360.000,00	402.000,00	422.000,00	1.549.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	95.000,00	90.000,00	5.000,00	5.000,00	195.000,00
6 2.038 - CIGA - CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	A	3	04.122.0002	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	1.100,00	0,00	1.100,00	1.100,00	3.300,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	600,00	0,00	600,00	600,00	1.800,00
				3.3.93.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	6.960,00	0,00	0,00	6.960,00
				4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	300,00	0,00	300,00	300,00	900,00
7 0.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA AMORTIZAÇÃO(ANO)	O	3	28.846.0011	4.6.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	30.000,00	5.000,00	5.000,00	45.000,00
8 0.002 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP CONTRIBUIÇÃO(ANO)	O	3	28.846.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	120.000,00	110.000,00	132.000,00	139.000,00	501.000,00
63 2.043 - CONSÓRCIO CINCATARINA MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	04.122.0002	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	11.700,00	0,00	0,00	11.700,00
				3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 2/12  
Data: 28/10/2014

Planej./Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
<b>Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA</b>										
<b>Unidade: 03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda</b>										
				44.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
<hr/>										
65 0.003 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS AMORTIZAÇÃO(ANO)	O	3	28.846.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
<hr/>										
<b>Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO</b>										
<b>Unidade: 04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo</b>										
9 2.016 - SEGURANÇA PÚBLICA										
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0010	0,00	510,00	0,00	0,00	510,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0954	510,00	0,00	510,00	510,00	1.530,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0956	540,00	0,00	540,00	540,00	1.620,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	24.000,00	24.000,00	27.000,00	28.000,00	103.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0955	510,00	0,00	510,00	510,00	1.530,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0011	0,00	510,00	0,00	0,00	510,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0012	0,00	540,00	0,00	0,00	540,00
<hr/>										
10 1.020 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	P	3	15.451.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0034	0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS(OBR)										
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0924	120,00	0,00	120,00	120,00	360,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	120.000,00	90.000,00	50.000,00	200.000,00	460.000,00
<hr/>										
11 1.039 - CONTRUIÇÃO DE PORTAIS OBRAS(OBR)	P	3	15.451.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	100.000,00	105.000,00
<hr/>										
12 2.017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	A	3	15.451.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	467.000,00	540.000,00	515.000,00	540.000,00	2.062.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0916	15.120,00	0,00	15.120,00	15.120,00	45.360,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	380.000,00	506.890,00	413.000,00	431.000,00	1.730.890,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0944	70.000,00	0,00	77.000,00	81.000,00	228.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0924	0,00	2.520,00	0,00	0,00	2.520,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0007	0,00	101.600,00	0,00	0,00	101.600,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0039	0,00	720,00	0,00	0,00	720,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0064	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>										
13 2.021 - COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	A	3	17.512.0009	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.140,00	2.350,00	2.140,00	2.140,00	8.770,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	10.364,00	11.410,00	10.364,00	10.364,00	42.502,00
				3.3.72.00.00.00.00.00	00.01.0000	74.376,00	81.830,00	74.376,00	74.376,00	304.958,00
				4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	9.782,00	5.020,00	9.782,00	9.782,00	34.366,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 3/12  
Data: 28/10/2014

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>												
<b>Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO</b>												
<b>Unidade: 04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo</b>												
15	2.004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		A	3	15.451.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0917	65.120,00	0,00	72.120,00	76.120,00	213.360,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
16	1.010 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		P	3	26.782.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0089	0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
EQUIPAMENTOS(EQU)												
17	1.018 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM		P	3	26.782.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
EDIFICAÇÃO(OBR)												
18	1.019 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS		P	3	26.782.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0924	5.120,00	0,00	5.120,00	5.120,00	15.360,00
PONTE(OBR)												
35	1.037 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS		P	3	15.451.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00	75.000,00
OBRAS(OBR)												
66	1.021 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER		P	3	15.813.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
OBRAS(OBR)												
<b>Unidade: 04.02 - Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico</b>												
14	2.003 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA		A	3	17.544.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	135.000,00	0,00	148.000,00	155.000,00	622.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
60	2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC		A	1	17.544.0009	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
60	2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC		A	1	17.544.0009	3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
60	2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC		A	1	17.544.0009	4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
<b>Valor não detalhado: 0,00</b>												

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 4/12  
Data: 28/10/2014

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS												
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO												
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo												
19	1.001 - EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL OBRAS(OBR)	P	3	12.361.0003		4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	75.000,00	250.000,00	325.000.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
20	1.018 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM EDIFICAÇÃO(OBR)	P	3	12.361.0003		4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000.000,00
21	1.002 - EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL OBRAS(OBR)	P	3	12.365.0003		4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000			Valor não detalhado:		0,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
22	1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO TERRENOTER	P	3	12.361.0003		4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000			Valor não detalhado:		0,00
23	1.028 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO CARRO(VEI)	P	3	12.361.0003		4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000			Valor não detalhado:		0,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0922	120,00	0,00	120,00	120,00	360.000
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0032	0,00	120,00	0,00	0,00	120.000
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
24	2.007 - ENSINO FUNDAMENTAL MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003		3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018	456.900,00	700.590,00	570.900,00	640.500,00	2.368.860,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	156.620,00	360.000,00	95.000,00	52.000,00	663.620,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	91.380,00	0,00	114.180,00	128.100,00	333.660,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	60.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	19.276,00	0,00	28.616,00	28.036,00	75.928,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	6.240,00	0,00	0,00	6.240,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0962	120,00	0,00	120,00	120,00	360,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	81.000,00	110.000,00	90.000,00	96.000,00	377.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0959	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00	18.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0958	42.600,00	0,00	46.600,00	48.600,00	137.800,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0036	0,00	51.900,00	0,00	0,00	51.900,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00	45.000,00
25	2.008 - TRANSPORTE ESCOLAR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003		3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	152.000,00	250.000,00	170.000,00	180.000,00	752.000,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00	90.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	75.800,00	0,00	0,00	75.800,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0062	0,00	191.200,00	0,00	0,00	191.200,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 5/12  
Data: 28/10/2014

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS												
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO												
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo												
26	2.009 - MERENDA ESCOLAR	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0036	7.075.298,00	8.313.720,00	7.879.988,00	8.670.808,00	31.939.814,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0961	45.360,00	0,00	45.360,00	45.360,00	136.080,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	76.150,00	97.300,00	95.150,00	106.750,00	375.350,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0922	180.120,00	0,00	180.120,00	180.120,00	540.360,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	71.000,00	210.000,00	177.570,00	253.970,00	712.540,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0958	42.600,00	0,00	46.600,00	48.600,00	137.800,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	100.000,00	0,00	69.000,00	13.000,00	182.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	60.000,00
27	2.009 - MERENDA ESCOLAR	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0960	9.560,00	0,00	9.560,00	9.560,00	28.680,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	9.260,00	0,00	0,00	9.260,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	39.000,00	40.000,00	44.000,00	46.000,00	169.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0960	13.800,00	0,00	13.800,00	13.800,00	41.400,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	34.000,00	0,00	38.000,00	40.000,00	112.000,00
28	2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CULTURA E DESPORTO	A	3	12.361.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	70.000,00	0,00	77.000,00	81.000,00	228.000,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	38.000,00	0,00	41.000,00	43.000,00	122.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	14.000,00	10.000,00	14.000,00	14.000,00	52.000,00
29	2.036 - ENSINO PROFISSIONALIZANTE	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.363.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	14.000,00	10.000,00	14.000,00	14.000,00	52.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	70.000,00	110.000,00	77.000,00	81.000,00	338.000,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	137.070,00	0,00	171.270,00	192.150,00	500.490,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	43.000,00	0,00	27.000,00	16.000,00	86.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00
30	2.025 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.364.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.500,00	0,00	2.500,00	2.500,00	7.500,00
						3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	20.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	65.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
31	2.011 - EDUCAÇÃO INFANTIL	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	20.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	65.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
32	2.013 - DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	13.392.0003	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	20.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	65.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 6/12  
Data: 28/10/2014

Planej./Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>											
<b>Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO</b>							<b>7.075.298,00</b>	<b>8.313.720,00</b>	<b>7.879.988,00</b>	<b>8.670.808,00</b>	<b>31.939.814,00</b>
<b>Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo</b>							<b>2.192.176,00</b>	<b>2.971.220,00</b>	<b>2.825.466,00</b>	<b>2.986.286,00</b>	<b>10.975.148,00</b>
33 1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO	P	3	3	13.392.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
TERRENO(TER)											
34 2.014 - ESPORTE AMADOR	A	3	3	27.812.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	30.000,00	5.000,00	5.000,00	45.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	23.000,00	30.000,00	23.000,00	23.000,00	99.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0924					
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
Valor não detalhado: 0,00											
36 1.037 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	P	3	3	27.812.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	150.000,00	0,00	155.000,00
OBRAS(OBR)											
61 2.041 - PROINFANCIA	A	1	1	12.365.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0001					
MANUTENÇÃO(ANO)											
67 2.045 - MERENDA ESCOLAR - CRECHE	A	3	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	19.000,00	0,00	0,00	19.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	12.200,00	0,00	0,00	12.200,00
68 2.046 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	A	3	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	9.600,00	0,00	0,00	9.600,00
69 2.047 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	A	3	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	56.000,00	0,00	0,00	56.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018	0,00	78.800,00	0,00	0,00	78.800,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
70 2.048 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	A	3	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	69.000,00	0,00	0,00	69.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018	0,00	96.340,00	0,00	0,00	96.340,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
71 2.049 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS	A	3	3	13.392.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
72 1.041 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	P	3	3	27.812.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
TERRENO(TER)											

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 7/12  
Data: 28/10/2014

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>												
<b>Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO</b>												
<b>Unidade: 06.01 - Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio</b>												
37	1.009 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES		P	3	20.606.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>EDIFICAÇÃO(OBR)</b>												
38	2.018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO		A	3	20.606.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	240.000,00	315.000,00	264.000,00	278.000,00	1.097.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>												
						3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	73.000,00	70.000,00	70.000,00	73.000,00	286.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
39	1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS		P	3	20.606.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	150.000,00	5.000,00	160.000,00	130.000,00	445.000,00
<b>EQUIPAMENTOS(EQU)</b>												
40	1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO		P	3	22.661.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	40.000,00	100.000,00	0,00	140.000,00
<b>TERRENO(TER)</b>												
41	2.026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL		A	3	23.695.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	7.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>												
<b>Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SAÚDE</b>												
<b>Unidade: 07.01 - Secretaria de Saúde</b>												
42	1.015 - CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO		P	3	17.512.0004	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	400.000,00
<b>SISTEMA DE ESGOTO(OBR)</b>												
<b>Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO</b>												
<b>Unidade: 08.01 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação</b>												
48	1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO		P	3	16.482.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	200.000,00	205.000,00
<b>TERRENO(TER)</b>												
49	1.023 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES		P	3	16.482.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
<b>CASAS POPULARES(OBR)</b>												
<b>Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>												
<b>Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>												
43	2.019 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO		A	3	08.244.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	687.700,00	749.080,00	636.100,00	842.100,00	2.914.980,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>												
						3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0963	12.000,00	0,00	12.000,00	12.000,00	36.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	103.000,00	30.000,00	117.000,00	124.000,00	374.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0952	27.600,00	0,00	27.600,00	27.600,00	82.800,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 8/12  
Data: 28/10/2014

Planej. Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>											
<b>Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>											
<b>Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>											
					44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.500,00	2.000,00	2.500,00	32.500,00	39.500,00
44	2.033 - CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	3	08.244.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0952	32.400,00	0,00	32.400,00	32.400,00	97.200,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	97.600,00	0,00	110.000,00	117.000,00	324.600,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0952	21.600,00	0,00	21.600,00	21.600,00	64.800,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
45	2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	A	3	08.243.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	86.000,00	90.000,00	95.000,00	100.000,00	371.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
46	1.038 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS OBRAS(OBR)	P	3	08.244.0005	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	150.000,00	155.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0061	0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
47	2.035 - PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0952	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	70.600,00	0,00	0,00	70.600,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0952	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00	75.000,00
73	2.050 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	A	3	08.244.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	109.080,00	0,00	0,00	109.080,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	72.720,00	0,00	0,00	72.720,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0065	0,00	25.120,00	0,00	0,00	25.120,00
74	2.051 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
75	2.052 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
76	2.053 - BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)											
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	3.400,00	0,00	0,00	3.400,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 9/12  
Data: 28/10/2014

Planej./Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
<b>Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>										
<b>Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>										
77 2.054 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	7.075.298,00	8.313.720,00	7.879.988,00	8.670.808,00	31.939.814,00
78 2.055 - BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	687.700,00	749.080,00	636.100,00	842.100,00	2.914.980,00
79 2.056 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	687.700,00	749.080,00	636.100,00	842.100,00	2.914.980,00
80 2.057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0065	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE						25.000,00	42.000,00	27.000,00	28.000,00	122.000,00
Unidade: 11.01 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente						25.000,00	42.000,00	27.000,00	28.000,00	122.000,00
50 2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.243.0005	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	23.000,00	40.000,00	25.000,00	26.000,00	114.000,00
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
Unidade: 12.01 - Fundo Municipal de Habitação						0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
64 2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	16.482.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0924	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência						15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
59 9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA RESERVA DE CONTINGÊNCIA(ANO)	R	3	99.999.0013	9.9.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 10/12  
Data: 28/10/2014

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS</b>												
<b>Órgão: 01.00 - CAMARA DE VEREADORES</b>												
<b>Unidade: 01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BRUNOPOLIS</b>												
1	2.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	A	3	01.031.0001		3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	420.000,00	450.000,00	463.000,00	486.000,00	1.819.000,00
SESSÕES LEGISLATIVAS(SSES)												
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	120.000,00	140.000,00	132.000,00	139.000,00	531.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	60.000,00	40.000,00	67.000,00	70.000,00	237.000,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>												
<b>Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>												
<b>Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde</b>												
51	1.003 - UNIDADES DE SAÚDE	P	3	10.301.0004		4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0033	0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
OBRAS(OBR)												
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0923	120,00	0,00	120,00	120,00	360,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>52 1.005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE</b>												
CARRO(VEI)												
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.02.0088	120,00	0,00	120,00	120,00	360,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	34.000,00	0,00	47.500,00	0,00	81.500,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.03.0964			Valor não detalhado:		
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	41.000,00	0,00	27.500,00	0,00	68.500,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0088	0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0923			Valor não detalhado:		
												0,00
<b>53 2.015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE</b>												
MANUTENÇÃO(ANO)												
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	51.652,00	112.000,00	40.962,00	94.142,00	298.756,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	36.000,00	0,00	56.000,00	8.000,00	100.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	15.000,00	25.000,00	16.000,00	17.000,00	73.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00
<b>54 2.020 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE</b>												
MANUTENÇÃO(ANO)												
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	281.280,00	0,00	0,00	281.280,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	24.600,00	0,00	0,00	24.600,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0964	215.280,00	0,00	215.280,00	215.280,00	645.840,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0923	54.000,00	0,00	54.000,00	54.000,00	162.000,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	569.000,00	700.000,00	649.000,00	692.000,00	2.610.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0063	0,00	30.120,00	0,00	0,00	30.120,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0965	9.720,00	0,00	9.720,00	9.720,00	29.160,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0971	120,00	0,00	120,00	120,00	360,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 11/12  
Data: 28/10/2014

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>												
<b>Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>												
<b>Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde</b>												
55	2.027 - FARMÁCIA BÁSICA	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	10.301.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	2.224.702,00	2.421.280,00	2.588.012,00	2.474.192,00	9.708.186,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.03.0002	2.224.702,00	2.421.280,00	2.588.012,00	2.474.192,00	9.708.186,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0923	490.000,00	585.000,00	565.000,00	605.000,00	2.245.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	19.320,00	0,00	19.320,00	19.320,00	57.960,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	213.840,00	0,00	0,00	213.840,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0964	212.520,00	0,00	212.520,00	212.520,00	637.560,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0923	107.000,00	0,00	117.000,00	117.000,00	341.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0964	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
56	2.037 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	10.301.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	15.240,00	0,00	0,00	15.240,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0967	15.130,00	0,00	15.130,00	15.130,00	45.390,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0923	1.200,00	0,00	1.200,00	1.200,00	3.600,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	190.000,00	190.000,00	215.000,00	230.000,00	825.000,00
						3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0002	88.000,00	100.000,00	97.000,00	102.000,00	387.000,00
57	2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E	EPIDEMIOLÓGICA	A	3	10.304.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	0,00	33.000,00	35.000,00	98.000,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	0,00	52.000,00	0,00	0,00	52.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	6.900,00	0,00	0,00	6.900,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	10.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00	32.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	9.300,00	0,00	9.300,00	9.300,00	27.900,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	6.900,00	0,00	0,00	6.900,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	9.300,00	0,00	9.300,00	9.300,00	27.900,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	960,00	0,00	960,00	960,00	2.880,00
58	2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E	EPIDEMIOLÓGICA	A	3	10.305.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	960,00	0,00	960,00	960,00	2.880,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 12/12  
Data: 28/10/2014

Planej.	Ação	/	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS													
Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde													
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	960,00	2.421.280,00	2.588.012,00	2.474.192,00	9.708.186,00
									960,00	2.421.280,00	2.588.012,00	2.474.192,00	9.708.186,00
									0,00	2.421.280,00	2.588.012,00	2.474.192,00	9.708.186,00
											960,00	960,00	2.880,00
Total geral:									9.900.000,00	11.365.000,00	11.130.000,00	11.840.000,00	44.235.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

**ANEXO VI - Resumo das Receitas e Despesas por Fontes de Recurso**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/1

Data: 09/09/2014

Recurso	Descrição do Recurso	2014 à 2017		Diferença
		Receita	Despesa	
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>		<b>41.946.570,00</b>	<b>31.939.814,00</b>	<b>10.006.756,00</b>
00.01.0000	Recursos Ordinários	26.402.402,00	22.194.174,00	4.208.228,00
00.01.0001	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-EDUCAÇÃO	2.362.280,00	3.026.160,00	-663.880,00
00.01.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	6.417.408,00	0,00	6.417.408,00
00.01.0007	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	47.880,00	2.520,00	45.360,00
00.01.0008	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	313.480,00	85.120,00	228.360,00
00.01.0010	Convênio Trânsito - Militar	2.040,00	510,00	1.530,00
00.01.0011	Convênio Trânsito - Civil	2.040,00	510,00	1.530,00
00.01.0012	Convênio Trânsito - Prefeitura	2.160,00	540,00	1.620,00
00.01.0018	Transferências do FUNDEB - 60%	2.252.100,00	2.544.000,00	-291.900,00
00.01.0019	Transferências do FUNDEB - 40%	1.501.400,00	1.209.500,00	291.900,00
00.01.0032	Transferências de Convênios - União/Educação	480,00	120,00	360,00
00.01.0034	Transferências de Convênios - União/Outros	480,00	120,00	360,00
00.01.0035	Transferências do SUAS/União	774.640,00	268.840,00	505.800,00
00.01.0036	Salário-Educação	379.400,00	103.800,00	275.600,00
00.01.0037	Outras Transferências do FNDE	337.620,00	113.100,00	224.520,00
00.01.0039	Fundo Especial do Petróleo e Transf. Compens. Financeira Explor. recursos i	374.600,00	101.600,00	273.000,00
00.01.0061	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	120,00	120,00	0,00
00.01.0062	Transferências de Convênios - Estado/Educação	731.560,00	191.200,00	540.360,00
00.01.0064	Transferências de Convênios - Estado/Outros	16.080,00	720,00	15.360,00
00.01.0065	Transferências do SUAS/Estado	26.120,00	26.120,00	0,00
00.01.0089	Alienação de Bens destinados a Outros Programas	2.280,00	120,00	2.160,00
00.01.0916	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	45.360,00	-45.360,00
00.01.0917	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	0,00	228.360,00	-228.360,00
00.01.0922	Transferências de Convênios - Educação	0,00	540.720,00	-540.720,00
00.01.0924	Transferências de Convênios - Outros	0,00	15.720,00	-15.720,00
00.01.0944	FEP	0,00	228.000,00	-228.000,00
00.01.0952	Outras Transf. do FNAS	0,00	469.800,00	-469.800,00
00.01.0954	Convênio de Trânsito - Militar	0,00	1.530,00	-1.530,00
00.01.0955	Convênio de Trânsito - Civil	0,00	1.530,00	-1.530,00
00.01.0956	Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	1.620,00	-1.620,00
00.01.0958	Salário Educação	0,00	275.600,00	-275.600,00
00.01.0959	Transferências referentes ao - PDDE	0,00	18.000,00	-18.000,00
00.01.0960	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	0,00	70.080,00	-70.080,00
00.01.0961	PNATE - Programa Nac. de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	136.080,00	-136.080,00
00.01.0962	Outras Transferências do FNDE	0,00	360,00	-360,00
00.01.0963	Bolsa Família	0,00	36.000,00	-36.000,00
00.02.0089	Alienação de Bens destinados a Outros Programas	0,00	2.160,00	-2.160,00
<b>Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS</b>		<b>0,00</b>	<b>2.587.000,00</b>	<b>-2.587.000,00</b>
00.01.0000	Recursos Ordinários	0,00	2.587.000,00	-2.587.000,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>		<b>2.288.430,00</b>	<b>9.708.186,00</b>	<b>-7.419.756,00</b>
00.01.0000	Recursos Ordinários	0,00	789.500,00	-789.500,00
00.01.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	0,00	6.630.256,00	-6.630.256,00
00.01.0033	Transferências de Convênios - União/Saúde	480,00	120,00	360,00
00.01.0038	Transferências do SUS/União	1.991.070,00	541.200,00	1.449.870,00
00.01.0063	Transferências de Convênios - Estado/Saúde	66.120,00	30.120,00	36.000,00
00.01.0067	Transferências do SUS/Estado	229.920,00	42.720,00	187.200,00
00.01.0088	Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	480,00	120,00	360,00
00.01.0923	Transferências de Convênios - Saúde	360,00	223.920,00	-223.560,00
00.01.0964	SUS - Atenção Básica	0,00	1.313.400,00	-1.313.400,00
00.01.0965	MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	29.160,00	-29.160,00
00.01.0966	SUS - Vigilância em Saúde	0,00	61.560,00	-61.560,00
00.01.0967	SUS - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	45.390,00	-45.390,00
00.01.0971	Outras Transferências do SUS	0,00	360,00	-360,00
00.02.0088	Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	360,00	-360,00
00.03.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	0,00	0,00	0,00
00.03.0964	Atenção Básica - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00
<b>Total Geral:</b>		<b>44.235.000,00</b>	<b>44.235.000,00</b>	<b>0,00</b>



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/6  
 Data: 09/09/2014

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 1 - Legislativa</b>						<b>2.587.000,00</b>
<b>Subfunção: 31 - Ação Legislativa</b>						<b>2.587.000,00</b>
<b>Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO</b>						<b>2.587.000,00</b>
2.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	600.000,00	630.000,00	662.000,00	695.000,00	0,00	2.587.000,00
<b>Função: 4 - Administração</b>						<b>7.175.160,00</b>
<b>Subfunção: 122 - Administração Geral</b>						<b>7.018.160,00</b>
<b>Programa: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>						<b>4.308.160,00</b>
2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	1.037.000,00	1.104.000,00	1.043.000,00	1.094.000,00	0,00	4.278.000,00
2.038 - CIGA - CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	2.000,00	6.960,00	2.000,00	2.000,00	0,00	12.960,00
2.043 - CONSORCIO CINCATARINA	0,00	17.200,00	0,00	0,00	0,00	17.200,00
<b>Programa: 0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR</b>						<b>2.710.000,00</b>
1.008 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	260.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00
2.006 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	554.000,00	605.000,00	532.000,00	559.000,00	0,00	2.250.000,00
<b>Subfunção: 124 - Controle Interno</b>						<b>157.000,00</b>
<b>Programa: 0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR</b>						<b>157.000,00</b>
2.005 - CONTROLE INTERNO	37.000,00	38.000,00	40.000,00	42.000,00	0,00	157.000,00
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>						<b>109.240,00</b>
<b>Subfunção: 181 - Policiamento</b>						<b>109.240,00</b>
<b>Programa: 0006 - BRUNÓPOLIS MAIS SEGURO</b>						<b>109.240,00</b>
2.016 - SEGURANÇA PÚBLICA	25.560,00	25.560,00	28.560,00	29.560,00	0,00	109.240,00
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>						<b>3.036.980,00</b>
<b>Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente</b>						<b>494.000,00</b>
<b>Programa: 0005 - BEM ESTAR SOCIAL</b>						<b>494.000,00</b>
2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	25.000,00	42.000,00	27.000,00	28.000,00	0,00	122.000,00
2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	86.000,00	91.000,00	95.000,00	100.000,00	0,00	372.000,00
<b>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</b>						<b>2.542.980,00</b>
<b>Programa: 0005 - BEM ESTAR SOCIAL</b>						<b>2.542.980,00</b>
1.038 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS	0,00	5.120,00	0,00	150.000,00	0,00	155.120,00
2.019 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E	275.100,00	271.000,00	302.100,00	346.100,00	0,00	1.194.300,00
2.033 - CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	251.600,00	0,00	164.000,00	171.000,00	0,00	586.600,00
2.035 - PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	75.000,00	70.600,00	75.000,00	75.000,00	0,00	295.600,00

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção

Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 2/6  
Data: 09/09/2014

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>						<b>3.036.980,00</b>
<b>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</b>						<b>2.542.980,00</b>
<b>Programa: 0005 - BEI ESTAR SOCIAL</b>						<b>2.542.980,00</b>
2.050 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	285.920,00	0,00	0,00	0,00	285.920,00
2.051 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.052 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.053 - BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	0,00	9.200,00	0,00	0,00	0,00	9.200,00
2.054 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	0,00	820,00	0,00	0,00	0,00	820,00
2.055 - BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	0,00	8.670,00	0,00	0,00	0,00	8.670,00
2.056 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	750,00
2.057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
<b>Função: 10 - Saúde</b>						<b>9.708.186,00</b>
<b>Subfunção: 301 - Atenção Básica</b>						<b>9.438.786,00</b>
<b>Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS</b>						<b>9.438.786,00</b>
1.003 - UNIDADES DE SAÚDE	120,00	10.120,00	150.120,00	120,00	0,00	160.480,00
1.005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	75.120,00	120,00	75.120,00	120,00	0,00	150.480,00
2.015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	107.652,00	137.000,00	117.962,00	124.142,00	0,00	486.756,00
2.020 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	1.886.960,00	1.872.960,00	1.851.960,00	1.934.960,00	0,00	7.346.840,00
2.027 - FARMÁCIA BÁSICA	206.330,00	223.240,00	231.330,00	246.330,00	0,00	907.230,00
2.037 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	88.000,00	100.000,00	97.000,00	102.000,00	0,00	387.000,00
<b>Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária</b>						<b>261.600,00</b>
<b>Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS</b>						<b>261.600,00</b>
2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	58.600,00	75.800,00	62.600,00	64.600,00	0,00	261.600,00
<b>Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica</b>						<b>7.800,00</b>
<b>Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS</b>						<b>7.800,00</b>
2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	1.920,00	2.040,00	1.920,00	1.920,00	0,00	7.800,00
<b>Função: 12 - Educação</b>						<b>10.275.148,00</b>
<b>Subfunção: 361 - Ensino Fundamental</b>						<b>8.595.818,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>8.595.818,00</b>
1.001 - EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	10.000,00	75.000,00	250.000,00	0,00	335.000,00
1.018 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO	—	—	—	—	0,00	0,00
1.028 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	120,00	5.120,00	120,00	120,00	0,00	5.480,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 3/6  
Data: 09/09/2014

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 12 - Educação</b>						<b>10.275.148,00</b>
<b>Subfunção: 361 - Ensino Fundamental</b>						<b>8.595.818,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>8.595.818,00</b>
2.007 - ENSINO FUNDAMENTAL	888.896,00	1.243.700,00	986.416,00	1.034.356,00	0,00	4.153.368,00
2.008 - TRANSPORTE ESCOLAR	727.230,00	876.200,00	843.800,00	857.800,00	0,00	3.305.030,00
2.009 - MERENDA ESCOLAR	48.560,00	49.260,00	53.560,00	55.560,00	0,00	206.940,00
2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	108.000,00	90.000,00	118.000,00	124.000,00	0,00	440.000,00
<b>Subfunção: 363 - Ensino Profissional</b>						<b>52.000,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>52.000,00</b>
2.036 - ENSINO PROFISSIONALIZANTE	14.000,00	10.000,00	14.000,00	14.000,00	0,00	52.000,00
<b>Subfunção: 364 - Ensino Superior</b>						<b>338.000,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>338.000,00</b>
2.025 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	70.000,00	110.000,00	77.000,00	81.000,00	0,00	338.000,00
<b>Subfunção: 365 - Educação Infantil</b>						<b>1.289.330,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>1.289.330,00</b>
1.002 - EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.009 - MERENDA ESCOLAR	47.800,00	0,00	51.800,00	53.800,00	0,00	153.400,00
2.011 - EDUCAÇÃO INFANTIL	222.570,00	0,00	240.770,00	250.650,00	0,00	713.990,00
2.041 - PROINFANCIA	—	—	—	—	0,00	0,00
2.045 - MERENDA ESCOLAR - CRECHE	0,00	31.200,00	0,00	0,00	0,00	31.200,00
2.046 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	0,00	20.600,00	0,00	0,00	0,00	20.600,00
2.047 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	0,00	162.800,00	0,00	0,00	0,00	162.800,00
2.048 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	0,00	197.340,00	0,00	0,00	0,00	197.340,00
<b>Função: 13 - Cultura</b>						<b>370.000,00</b>
<b>Subfunção: 392 - Difusão Cultural</b>						<b>370.000,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>370.000,00</b>
1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
2.013 - DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	35.000,00	20.000,00	35.000,00	35.000,00	0,00	125.000,00
2.049 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 4/6  
Data: 09/09/2014

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 15 - Urbanismo</b>						<b>5.270.050,00</b>
<b>Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana</b>						<b>5.190.050,00</b>
<b>Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>						<b>5.190.050,00</b>
1.020 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	120.120,00	90.120,00	50.120,00	200.120,00	0,00	460.480,00
1.037 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	—	—	—	—	0,00	0,00
1.039 - CONTRUÇÃO DE PORTAIS	0,00	5.000,00	0,00	100.000,00	0,00	105.000,00
2.004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	105.120,00	120.120,00	112.120,00	116.120,00	0,00	453.480,00
2.017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	932.120,00	1.151.730,00	1.020.120,00	1.067.120,00	0,00	4.171.090,00
<b>Subfunção: 813 - Lazer</b>						<b>80.000,00</b>
<b>Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>						<b>80.000,00</b>
1.021 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
<b>Função: 16 - Habitação</b>						<b>326.000,00</b>
<b>Subfunção: 482 - Habitação Urbana</b>						<b>326.000,00</b>
<b>Programa: 0008 - HABITAÇÃO BÁSICA</b>						<b>326.000,00</b>
1.023 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	120.000,00
1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO	0,00	5.000,00	0,00	200.000,00	0,00	205.000,00
2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
<b>Função: 17 - Saneamento</b>						<b>1.412.596,00</b>
<b>Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano</b>						<b>790.596,00</b>
<b>Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS</b>						<b>400.000,00</b>
1.015 - CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	400.000,00
<b>Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>						<b>390.596,00</b>
2.021 - COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	96.662,00	100.610,00	96.662,00	96.662,00	0,00	390.596,00
<b>Subfunção: 544 - Recursos Hídricos</b>						<b>622.000,00</b>
<b>Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>						<b>622.000,00</b>
2.003 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	135.000,00	175.000,00	148.000,00	155.000,00	0,00	613.000,00
2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
<b>Função: 20 - Agricultura</b>						<b>1.914.000,00</b>
<b>Subfunção: 606 - Extensão Rural</b>						<b>1.914.000,00</b>
<b>Programa: 0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL</b>						<b>1.914.000,00</b>
1.009 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 5/6  
Data: 09/09/2014

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 20 - Agricultura</b>						<b>1.914.000,00</b>
<b>Subfunção: 606 - Extensão Rural</b>						<b>1.914.000,00</b>
<b>Programa: 0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL</b>						<b>1.914.000,00</b>
1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	150.000,00	5.000,00	160.000,00	130.000,00	0,00	445.000,00
2.018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO	313.000,00	421.000,00	334.000,00	351.000,00	0,00	1.419.000,00
<b>Função: 22 - Indústria</b>						<b>140.000,00</b>
<b>Subfunção: 661 - Promoção Industrial</b>						<b>140.000,00</b>
<b>Programa: 0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL</b>						<b>140.000,00</b>
1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO	0,00	40.000,00	100.000,00	0,00	0,00	140.000,00
<b>Função: 23 - Comércio e Serviços</b>						<b>7.000,00</b>
<b>Subfunção: 695 - Turismo</b>						<b>7.000,00</b>
<b>Programa: 0010 - TURISMO</b>						<b>7.000,00</b>
2.026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	2.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	7.000,00
<b>Função: 26 - Transporte</b>						<b>962.640,00</b>
<b>Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário</b>						<b>962.640,00</b>
<b>Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>						<b>962.640,00</b>
1.010 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	200.720,00	85.120,00	260.720,00	250.720,00	0,00	797.280,00
1.018 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
1.019 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	30.120,00	0,00	30.120,00	30.120,00	0,00	90.360,00
<b>Função: 27 - Desporto e Lazer</b>						<b>330.000,00</b>
<b>Subfunção: 812 - Desporto Comunitário</b>						<b>330.000,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>330.000,00</b>
1.037 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	0,00	5.000,00	150.000,00	0,00	0,00	155.000,00
1.041 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.014 - ESPORTE AMADOR	30.000,00	65.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	155.000,00
<b>Função: 28 - Encargos Especiais</b>						<b>551.000,00</b>
<b>Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais</b>						<b>551.000,00</b>
<b>Programa: 0011 - ENCARGOS ESPECIAIS</b>						<b>551.000,00</b>
0.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	5.000,00	30.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	45.000,00
0.002 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	120.000,00	110.000,00	132.000,00	139.000,00	0,00	501.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 6/6  
Data: 09/09/2014

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 28 - Encargos Especiais</b>						<b>551.000,00</b>
<b>Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais</b>						<b>551.000,00</b>
<b>Programa: 0011 - ENCARGOS ESPECIAIS</b>						<b>551.000,00</b>
0.003 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>Função: 99 - Reserva de Contingência</b>						<b>60.000,00</b>
<b>Subfunção: 999 - Reserva de Contingência</b>						<b>60.000,00</b>
<b>Programa: 0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						<b>60.000,00</b>
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	60.000,00
<b>Total Geral:</b>	<b>9.900.000,00</b>	<b>11.365.000,00</b>	<b>11.130.000,00</b>	<b>11.840.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>44.235.000,00</b>

**LEI Nº 816, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.**

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 747/2013  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII da Lei Municipal nº 747/2013, de 22 de agosto de 2013, os quais passam a vigorar conforme os respectivos anexos desta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Brunópolis/SC, em 24 de outubro de 2014.

**Ademil Antonio da Rosa**  
**Prefeito Municipal**

**José Thieres Alves Ribeiro**  
**Secretário de Administração Planejamento e Fazenda**

**Registrado e publicado no DOM.**

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 9.407, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.407, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Eduardo da Silva, matrícula 10000000942-1, ocupante do cargo efetivo de Monitor Escolar II, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque,  
em 29 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 9.408, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.408, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Joanilsa Heidemann Junglos, matrícula 4116399-1, ocupante do cargo efetivo de Monitor Escolar II, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 9.409, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.409, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Leandro Bósio, matrícula 473685-3, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque,  
em 29 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 9.410, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.410, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Rodrigo Oliveira Freaza Garcia, matrícula 4116780-1, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque,  
em 29 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.411, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.411, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Andreia de Souza dos Santos, matrícula 1000005493-1, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 23/09/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque,  
em 29 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.412, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.412, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Taís do Nascimento Spotte, matrícula 1027301-0, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 26/09/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.413, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.413, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Cintia Rachel Damo Bertoli Diegoli, matrícula 5037-1, do cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Obras, a partir de 28/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.419, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**  
PORTARIA Nº 9.419, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de EDUCADOR FÍSICO, conforme abaixo nominados:

EDUCADOR FÍSICO
JAQUELINE MARCOS DOS SANTOS

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 9.420, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**  
PORTARIA Nº 9.420, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, conforme abaixo nominados:

FISIOTERAPEUTA
VANESSA KUME

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**EXTRATOPROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014**  
PROCESSO LICITATORIO Nº 036/2014  
MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA

OBJETO: Fornecimento E Instalação De Estruturas Metálicas E Telhados No SAMAE.

RESULTADO: Da Análise dos documentos a Comissão deliberou por habilitar todos os licitantes. Em prosseguimento foi procedida a abertura dos envelopes propostas. Sendo considerada vencedora a empresa Ancora Metal Ltda EPP, para os itens 01, 02, e 03 com um valor global de R\$ 64.485,43; por ter atendido a todas as exigências do edital, nos termos da ata de licitação.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

04/11/2014  
Silviane Studnicka  
Presidente Comissão Permanente de Licitações

# Caçador

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2014 - PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014, OBJETO - ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS, CONTRATADA: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.891.805/0001-37, com sede na cidade de Chapecó/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 32/2014, datado em 05 de Maio de 2014, O presente aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativos e serviços inicialmente pactuados de acordo com solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal da Educação, e mediante parecer jurídico favorável nº 366/2014, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade Conforme segue abaixo o seguinte resumo dos serviços a serem aditados:

DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
EMEB Alcides Tombini	R\$ 650,00	R\$ 4.311,67
EMEB Castelhana	R\$ 650,00	R\$ 4.311,67
EMEB Irmão Venâncio José	R\$ 650,00	R\$ 4.311,67
EMEB Nossa Senhora Salete	R\$ 650,00	R\$ 4.311,67
EMEB Padre José Chamot	R\$ 650,00	R\$ 4.311,67
EMEB Pierina Santin Perret	R\$ 980,00	R\$ 6.500,67
EMEB Tabajara	R\$ 980,00	R\$ 6.500,67
EMEB Walsin Bnes Garcia	R\$ 650,00	R\$ 4.311,67
EMEB Maria Luisa Barbosa	R\$ 980,00	R\$ 6.500,67
TOTAL GERAL		R\$ 45.372,03

### DECRETO Nº 6.189/2014

DECRETO nº 6.189, de 31 de outubro de 2014.

Revoga o Decreto nº 6.144, de 02 de outubro de 2014, que convoca a X Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente - DCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Resolução nº166, de 05 de junho de 2014, do CONANDA,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº6.144, de 02 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de outubro de 2014.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

### AVISO DATA 2º SESSÃO CC-03-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

AVISO DATA 2º SESSÃO CC-03-2014

CONCORRÊNCIA Nº 03/2014, OBJETO - Contratação de agência especializada para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, para a Prefeitura Municipal de CAÇADOR, SC. Tendo em vista que a subcomissão técnica, ainda não nos deu retorno do material enviado para análise; Esta comissão julgadora através de seu Presidente transfere a data da próxima reunião que estava marcada, para o dia 05 de novembro de 2014, FICANDO PARA O DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2014 as 9:00(nove horas), na sede da Prefeitura de Caçador - SC na Av. Santa Catarina nº 195, Maiores Informações, poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no e-mail: pregoeiro@cacador.sc.gov.br no horário de expediente em vigor.

Caçador - SC, 04 de novembro de 2014

Leonardo Antunes

Presidente

### ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – CC 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - CC 01/2014

Ref. Processo Licitatório Nº 85/2014

Concorrência Pública Nº 01/2014

Na data de 14/10/2014, às 14:30h, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador, procedeu-se o recebimento dos envelopes de Habilitação e Propostas das licitantes Auto Coletivo Caçador Ltda e Stadtbu Transportes Ltda, sendo os envelopes nº 01 e nº 02, nos termos em que fixou o Edital de Concorrência Pública Nº 01/2014. A Comissão de Licitação, presente ao ato, foi designada pelo Decreto Municipal nº 5.938, de 21 de março de 2014. Ao serem recebidos os envelopes, os mesmos foram rubricados pelos presentes e, em seguida, aberto o envelope nº 01 das licitantes, nos termos do item 17.1.1 do referido Edital, relativo aos documentos de habilitação, os quais foram verificados e vistados pela comissão e pelos representantes das empresas licitantes. Estiveram presentes nesta sessão, na qualidade de representante das licitantes, o Sr. Gerson Luis Luedke, representante da empresa Stadtbu Transportes Ltda os Srs. Marcelo Beal Córdova e Rony Cardoso dos Santos, representantes da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, devidamente credenciados. Acompanhou a abertura o Sr. Valmor de Paula, representando os vereadores deste Município. Após a abertura dos envelopes, a comissão designada e os licitantes credenciados passaram a rubrica dos documentos habilitatórios apresentados pelas licitantes. Em seguida lavrou a Ata de Recebimento e Abertura de Documentação, na qual foi colhida a assinatura dos representantes das licitantes e da Comissão de Licitação e lacrados os envelopes nº 02, "propostas". As licitantes requisitaram cópia dos documentos umas das outras. Na data de 20 de outubro de 2014, a Comissão iniciou o procedimento de análise de documentos e relatou o que consta em anexo nas Listas de Verificação da Documentação de Habilitação, extraídos do Edital de Concorrência Pública nº 01/2014 pela Comissão de Licitação, assessorada pela empresa contratada para a Consultoria e Assessoria Técnica (item 4.6 do contrato 01/2013), com o fim de analisar a documentação de habilitação das licitantes, conteúdo do envelope nº 1. Em 03 de

novembro, concluiu o trabalho de verificação da conformidade dos documentos de habilitação e deliberou o que segue com relação à documentação da empresa:

**1. Auto Coletivo Caçador Ltda:**

Considerando que a licitante Auto Coletivo Caçador Ltda, cumpriu integralmente as exigências para habilitação, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 01/2014, cuja evidência segue acostada em anexo na forma de Lista de Verificação da Documentação de Habilitação. Assim, a Comissão de Licitação declara que a licitante Auto Coletivo Caçador Ltda, encontra-se habilitada no presente procedimento licitatório.

**2. Stadtbust Transportes Coletivos Ltda:**

Analisando a documentação da licitante Stadtbust Transportes Coletivos Ltda, a Comissão de Licitação fez as constatações que passa a relatar:

**1. Metodologia de Organização dos Serviços:**

A Comissão de Licitação constatou que os procedimentos a seguir relacionados não atendem aos requisitos enumerados no Edital de Concorrência Pública nº 01/2014 e Anexo IV - Modelos de Declarações, Procurações e Atestados. Cabe destacar que a metodologia de organização dos serviços, segundo o item 27.2.1.1, do referido Edital, deveria atender:

"Apresentação dos principais processos de trabalho, relacionados com a operação, manutenção e a administração dos serviços, bem como os recursos materiais necessários e a organização da empresa, abrangendo:

Processos de Trabalho: Para cada um dos processos de trabalho a seguir relacionados, deverão ser apresentados os procedimentos de forma a demonstrar como a licitante organizará a execução dos serviços objeto da licitação. (grifou-se)

Principais procedimentos de operação dos serviços:

1. Programação de linhas;
2. Escala de serviços dos operadores;
3. Despacho da frota e seu controle ao longo do dia;
4. Controle operacional das viagens em campo (fiscalização);
5. Atendimento de ocorrências (acidentes e incidentes);
6. Controle de desempenho da operação;
7. Atendimento de Reclamações de Passageiros;
8. Operação do Serviço de Retirada do carro (motorista);
9. Operação do Serviço de Execução de Viagens (motorista);
10. Operação do Serviço de Execução de Viagens (cobrador).

Principais procedimentos de manutenção da frota:

1. Serviços de manutenção corretiva;
2. Serviços de manutenção preventiva;
3. Serviços de abastecimento;
4. Serviços de lubrificação;
5. Serviços de borracharia;
6. Serviços de lavagem dos ônibus;
7. Serviço de limpeza dos ônibus;
8. Serviços de funilaria e pintura;
9. Serviços de socorro e manutenção da frota em via pública;
10. Controle da manutenção.

Descrição dos principais procedimentos de administração, arrecadação e Atendimento ao Passageiro:

1. Seleção de Pessoal;
2. Treinamentos aplicados aos motoristas, cobradores e demais colaboradores;
3. Administração de Pessoal;
4. Atendimento ao Público no Terminal;
5. Sistema de Controle de Serviço Não Conforme;
6. Controle das Atividades e Respektivos Resultados;
7. Administração de Atendimento em Geral;
8. Procedimentos de Cadastro de Passageiros;
9. Rotinas de Venda de Passagens aos Usuários;
10. Fechamento dos acertos de cobradores.

Nota: Os itens acima citados são de apresentação obrigatória, a não apresentação dos mesmos implica na inabilitação da licitante. Os processos de trabalho e demais procedimentos não necessariamente deveriam ser apresentados dentro do formato apontado

e disponibilizado pelo Município no Anexo IV - Modelos de Declarações, Procurações e Atestados, mas minimamente deveriam atender aos requisitos enumerados pelo Anexo IV.11 - Modelos de Procedimentos, visando a formulação e apresentação de cada procedimento. A licitante, ora em análise, deixou de apresentar em sua documentação o detalhamento dos procedimentos relacionados acima, deixando de informar os seguintes elementos requeridos pelo Anexo IV.11 - Modelos de Procedimentos:

Modelo de Preenchimento - Procedimento Operacional - Instruções

Campo	Instrução
1	Informar o código do padrão
2	Identificar o setor a que pertence o padrão
3	Identificar quem tem autoridade e/ou responsável pela execução da atividade
4	Informar a data da elaboração do padrão
5	Informar a data da revisão do padrão
6	Informar o número da revisão
7	Identificar o número da página/número total de páginas
8	Informar o título do padrão
9	Identificar o(s) item(s) que foram alterados
10	Assinatura do responsável pela aprovação do procedimento
11	Identificar a sequência de operações
12	Descrever a tarefa passo a passo, podendo utilizar desenhos, fotos, fluxogramas, gráficos, etc.
2	Informar o nome do registro
14	Informar onde o registro será arquivado e a forma
15	Informar a ordem que os registros serão arquivados
16	Informar quem tem acesso aos registros
17	Informar o tempo de retenção de registro
18	Informar o que será feito com os registros após o tempo retenção

O texto apresentado pela licitante não permite constatar os requisitos enumerados no anexo IV.11 - Modelos de Procedimentos, restando prejudicado o entendimento metodológico exigido para prestação do serviço. A exegese legal normatizada pelo art. 30, §8º, da Lei 8.666/93:

§8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos. Dessa forma, a licitante encontra-se irregular em relação à exigência metodológica exigida, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 01/2014. Por tal razão, resta inabilitada em razão de não atendimento ao presente item editalício.

2.Tabela de Serviço dos Veículos e Escala de Operação da Tripulação

A Comissão de Licitação verificou a apresentação inadequada dos respectivos documentos, nos seguintes termos.

O Edital de Concorrência Pública nº 01/2014, Anexo II - Especificação do Serviço, item 5.5:

**5.5 Programação Operacional**

A Programação da Operação de cada linha do Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Caçador, considerado indispensável para o gerenciamento, execução e controle do serviço público de transporte coletivo, compreende a Matriz de Programação da Operação, a Tabela de Serviço de cada veículo da frota operacional para os dias úteis, sábados, domingos/feriados, juntamente com a Tabela de Escala de Serviço dos operadores (motoristas, cobradores e demais funções de apoio operacional). (grifou-se)



A Tabela de Serviço de cada veículo da frota operacional deverá conter:

- Dia da semana;
- Identificação da tabela de serviço;
- Linha;
- Número de ordem da escala;
- Hora de saída da garagem ou local de estacionamento prolongado;
- Hora de início de viagem;
- Horário de término da viagem;
- Local de Saída ou Chegada (Itinerário, Terminal, Garagem ou Local de estacionamento prolongado);
- Intervalos de descanso da tripulação;
- Horário de rendição ou horário de recolhida à garagem ou local de estacionamento prolongado.

A Escala de Serviço de cada tripulação (motorista, cobrador (quando houver)) deverá conter:

- Dia da Semana;
- Identificação da Escala;
- Número da linha;
- Identificação da linha;
- Número do carro;
- Horário de início da jornada ou ponto de rendição;
- Horário de início das viagens;
- Horário de término das viagens;
- Intervalo de Descanso;
- Término da Jornada.

Na elaboração da programação da operação deverão ser observados os horários de viagem definidos no Projeto Básico. (grifou-se). A licitante apresentou tabela de serviço do veículo e escala de serviço da tripulação, ambas relativas ao Município de Cachoeirinha/RS, (fls. 9 e 10 dos documentos do volume II dos documentos de habilitação), inobstante ao que estabeleceu o Edital de Concorrência Pública nº 01/2014, descumprindo o que exige o item 5.5, acima, pois o mesmo define que a elaboração da programação da operação deve basear-se nos horários de viagem definidos pelo Projeto Básico, Anexo II do Edital de Concorrência Pública nº 01/2014. Assim, o material apresentado não condiz com a realidade do Município de Caçador, encontrando-se a licitante irregular em relação à apresentação de Tabelas de Serviço dos Veículos e Escala de Serviço da Tripulação, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 01/2014, pelo que se considera inabilitada também com relação ao presente aspecto. Diante das constatações acima relacionadas, DECIDE esta Comissão de Licitação que a licitante Stadtbust Transportes Coletivos Ltda, encontra-se inabilitada no procedimento licitatório nº 85/2014, referente ao Edital de Concorrência Pública nº 01/2014, pelos fatos e fundamentos suscitados acima.

Caçador/SC, 04 de novembro de 2014.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

SAMARA APARECIDA ROARIS - Presidente da Comissão de Licitação

LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA - Membro

MARIA APARECIDA BOSCATTO - Membro

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER - Membro

CAROLINA FRUET DE LIMA - Membro

## AVISO DE LICITAÇÃO PR 88-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA A SEREM UTILIZADOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR CONFORME PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO - CAÇADOR, SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 19/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h 05min do dia 19/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 04 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

## AVISO DE LICITAÇÃO PR 17-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS AOS GRUPOS DE IDOSOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 20/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 20/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 04 de novembro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

# Camboriú

## PREFEITURA

### TP 07/14 - FME

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2014 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA DO C.E.I NEIDE MERÍSIO MORELLI, COM ÁREA TOTAL A SER CONSTRUÍDA DE 640,30 M2, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO..

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 20 (Vinte) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 20,00 (VINTE REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 03 de Novembro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

### PR 27/14 - FME

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2014-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUIR A INFRAESTRUTURA DE REDE LÓGICA E FÍSICA PARA NOVA SEDE DO CENTRO INTEGRADO DE CAPACITAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 19, (Dezenove) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 04 de Novembro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

### IL 06/14 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 006/2014 - PMC  
Data: 04/11/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS - AVISOS DE LICITAÇÃO, NO FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS, ATENDENDO A LEI 8.666/93, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DE LEIS, DECRETOS, AVISOS DE LICITAÇÕES E DEMAIS ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Secretaria: Administração

Contratado: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 04 de Novembro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

### PR 09/14 - FMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2014-FMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DOS EVENTOS FESTIVAL DA CULTURA E " NATAL LUZ" DE CAMBORIÚ COM O SLOGAN: PAPAÍ NOEL EXISTE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 04 de Novembro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1294/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1294/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BIO7437	54950163E	6599/2	23/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
BIO7437	54950164E	5045/0	23/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYZ1041	55373372C	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYZ1041	55373373C	5118/0	26/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDJ4488	54949500E	6769/1	27/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MEF4418	54950420E	5010/0	27/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGP2327	54950433E	6599/2	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGP2327	54950434E	6637/2	07/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHR0130	54949946E	5010/0	26/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHR0130	54949947E	6599/2	26/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHW7116	54950383E	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHW7116	54950384E	5045/0	05/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHW7116	54950385E	6610/2	05/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MIR7231	54948434E	5010/0	28/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJI0182	54950374E	6556/1	02/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MJI0182	54950377E	5274/1	02/08/2014	R\$ 191,53	175
MJI0182	54950379E	6637/2	02/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MJI1612	54949498E	5045/0	26/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJI1612	54949499E	6912/0	26/07/2014	R\$ 53,20	232
MJR6541	54949493E	5010/0	20/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1295/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1295/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAS1300	54948494E	5380/0	20/07/2014	R\$ 85,12	181 * I
ASR1124	54949199E	6858/0	14/07/2014	R\$ 85,12	231 * VII
DBY3146	54949692E	5185/1	10/06/2014	R\$ 127,69	167
JEP4802	54457227E	5525/0	03/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MBS0456	54949955E	5460/0	27/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MCF7232	54950315E	5568/0	06/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MCZ1533	54950427E	5525/0	07/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MDU7909	54949366E	6050/1	05/06/2014	R\$ 191,53	208
MJI0182	54950375E	5835/0	02/08/2014	R\$ 127,69	195
MJI0182	54950376E	6050/1	02/08/2014	R\$ 191,53	208
MJI0182	54950378E	5819/1	02/08/2014	R\$ 574,61	193
MQB6202	54950368E	5541/6	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 859 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 859 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

#### NOMEAR:

ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente Administrativo I - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

### DECRETO Nº 858 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 858 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

#### NOMEAR:

RENY DE FÁTIMA FERREIRA REISER, para exercer a função de Auxiliar Administrativo I - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

### DECRETO Nº 857 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0857  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - RAQUEL BENTA PEREIRA NA FUNÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO II - C, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao

primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

### DECRETO Nº 856 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0856  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - PEDRO PIRES DO PRADO NA FUNÇÃO DE MOTORISTA - C, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

### DECRETO Nº 855 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0855  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - PEDRO MAURO MACHADO NA FUNÇÃO DE MOTORISTA - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

### DECRETO Nº 854 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0854  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - PAULO MILCHEWSKY NA FUNÇÃO DE PEDREIRO - M, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 853 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 853 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

NOELI TEREZINHA DE FARIAS, para exercer a função de Professor - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 852 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 852 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO, para exercer a função de Professora, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 851 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 851 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

NAIR ALEXANDRE, para exercer a função de Professora, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 850 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 850 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MERI ENGLER NERGHERBON, para exercer a função de Professora, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 849 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 849 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MAURENE TEREZA CUBAS, para exercer a função de Professora, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 848 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 848 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARIO OSVALDO ATNER, para exercer a função de Auxiliar Serviços Gerais - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 847 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0847

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - MARIO FELECIANO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 846 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0846

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - MARLETE DUMS CRUZ NA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 845 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 845 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARLENE OSOVSKIYI, para exercer a função de Professora, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 844 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 844 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARILENA PISKE RUDNICK, para exercer a função de Auxiliar Administrativo I - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 843 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 843 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARIA OSNILDA MARTINS, para exercer a função de Agente Administrativo I - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 842 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 842 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARIA ORINDA FERNANDES, para exercer a função de Auxiliar Administrativo I - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta

Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **DECRETO Nº 841 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0841

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - MARIA JOANA ROSÁRIO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **DECRETO Nº 840 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 840 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARIA IVONE MUNHOZ, para exercer a função de Professora, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **DECRETO Nº 839 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 839 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARIA ELIANE FRIEDRICH, para exercer a função de Agente Administrativo II - C, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **DECRETO Nº 838 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0838

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - MARIA AUGUSTA AMARAL NA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **DECRETO Nº 837 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0837

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - MÁRCIA APARECIDA DA ROCHA NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE BERÇÁRIO I - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **DECRETO Nº 836 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0836

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - MÁRCIA R. SLOMINSKI NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE BERÇÁRIO - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 835 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 835 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARGARIDA LOPES HORNIG, para exercer a função de Atendente de enfermagem - E, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 834 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 834 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

LUIZ SILDONIR CARDOSO, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais - E, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 833 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 833 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

LUIZ CARLOS COTHOVISKY, para exercer a função de Almoxarife - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 832 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0832

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - LADIR MARIA KERSCHER NA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 831 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0831

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - JÚLIA MARIA MONEY LINZMEYER NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 830 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 830 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JOSÉ SENILDO GODOY, para exercer a função de Auxiliar de serviços gerais - F, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças



**DECRETO Nº 829 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0829

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - JOSÉ PEDRO CUNHA NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - E, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 828 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 828 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JOSÉ MAURO SCHWARZ, para exercer a função de Agente Administrativo II - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 827 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 828 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JOSÉ MAURO SCHWARZ, para exercer a função de Agente Administrativo II - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 826 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 827 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JOSÉ LUIS SILVA, para exercer a função de Agente Administrativo I - F, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 825 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 825 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JOÃO FRANCISCO DE LIMA, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais - C, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 824 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 824 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JOÃO EURIDES CORDEIRO DA CRUZ, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais - D, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 823 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 823 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei; Decreta:

**NOMEAR:**

JOÃO DE PAULA MUNHOZ, para exercer a função de Motorista - F,  
regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secre-  
taria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 822 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 822 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei; Decreta:

**NOMEAR:**

JOSÉ CHAVES VIEIRA, para exercer a função de Tratorista - D,  
regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secre-  
taria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 821 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0821  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - JOÃO CANDIDO NA FUNÇÃO DE  
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - G, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 820 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0820  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - JOÃO ARNOLDO DA SILVA FRANCO  
NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - A, REGIME  
ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 819 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 839 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei; Decreta:

**NOMEAR:**

MARIA ELIANE FRIEDRICH, para exercer a função de Agente Ad-  
ministrativo II - C, regida pelo Regime Estatutário a partir desta  
data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secre-  
taria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 818 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0818  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - JAIME FRANCO DOS SANTOS NA  
FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - C, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças



**DECRETO Nº 817 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0817

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - IVONETE TEIXEIRA NA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 816 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0816

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - GIOVANI FERNANDES NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 815 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0815

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - FRANCISCO VILMAR MUNHOZ NA FUNÇÃO DE TÉCNICO DE CONTABILIDADE, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 814 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 814 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

FRANCISCO OSNI DE LIMA, para exercer a função de Tratorista - C, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 813 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 813 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

EVANILDA TOMAZ CARVALHO, para exercer a função de Auxiliar Administrativo I - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 812 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0812

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - ELOI MILCHESWSKY NA FUNÇÃO DE MOTORISTA - D, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 811 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0811

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - AIRTON CESAR NENEVÊ CORDEIRO  
NA FUNÇÃO DE MOTORISTA - A, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 810 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 810 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

EDITE FERREIRA DA ROCHA, para exercer a função de Atendente de enfermagem - C, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 809 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0809

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - DORILDA DE SOUZA FREITAS NA  
FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - C, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**PORTARIA Nº 11.312 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.312 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 28 (vinte) dias de férias ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, EDILSON PRUCKNESKI, Registro no Sistema sob nº 955164, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2014 á 30 de Novembro de 2014.

Art.2º) O Secretário gozará férias no período de 03 de Novembro de 2014 á 30 de Novembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
31 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 31/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.313 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.313 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Enfermeira, CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA TREML, Matrícula Funcional nº 000729, Registro no Sistema sob nº 955243, referente ao período aquisitivo 16 de Abril de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 04 de Novembro de 2014 á 13 de Novembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
31 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 31/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 808 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0808  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - DAVI FARI NA FUNÇÃO DE TRATORISTA - F, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 807 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 807 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:  
DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, para exercer a função de Professora, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 806 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0806  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - CÉLIO FELICIANO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - E, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 805 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 805 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:  
CÉLIA REGINA DRANKA, para exercer a função de Auxiliar de Berçário - E, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 804 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0804  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - CARLOS TELMA DE LIMA NA FUNÇÃO DE PEDREIRO - M, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 803 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 803 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:  
CARLOS GUILHERME STOLBERG, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**ERRATA PREGÃO 100/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2014 - PREGÃO ELETRÔNICO

Considerar como valor estimado para o item 09 o seguinte:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
9	3000	M	Tubo PVC PBA classe 12 DN 50 de 60	R\$ 8,00	R\$ 24.000,00

As demais informações contidas no edital permanecem inalteradas

Campo Alegre, 04 de novembro de 2014.

Maria Cristina Marciniak Munhoz  
Pregoeira Municipal

**DECRETO Nº 802 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0802

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - BENJAMIN SCHULTZ NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 801 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0801

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - BARBARA LANG NA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - B, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 800 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0800

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - ARI RONSKA NA FUNÇÃO DE PEDREIRO - G, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 799 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0799

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - ANTONIO VILMAR MACHADO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - E, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 798 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 798 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, para exercer a função de Motorista - F, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 797 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 797 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

**NOMEAR:**

ANAZILDA CORDEIRO, para exercer a função de Auxiliar Administrativo I - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 796 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0796

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - ALBERTO EGON LENHERDT NA FUNÇÃO DE MOTORISTA - C, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**PREGÃO ELETRÔNICO 105/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2014

A licitação tem como objeto a aquisição de computadores, notebook e impressora para a Delegacia de Polícia Civil e 1º Grupo de Bombeiros Militares do município, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	1	CJ	Computador, tipo "desktop", dotada de processador de núcleo duplo i3 de última geração de 3.4 GHz ou superior, memória RAM de no mínimo 8GB DDR3, HDD SATA III de 2TB. Com drive leitor e gravador DVD-RW, placa de rede, placa de som, teclado alfanumérico ABNT 2, mouse óptico com scroll wheel e leitor de cartões. Sistema operacional: Windows 7 PRO. Com monitor de LED 21" incluso.	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
02	1	CJ	Computador, tipo "desktop", dotada de processador i3 3240 BOX LGA 1155 5GTS 3MB, placa mãe P8H61M P8H61-M LE/BR 1155, memória RAM de no mínimo 4GB DDR3, HDD SATA III 7200 RPM/64MB de 500 GB. Gabinete ATX com drive leitor e gravador DVD-RW, placa de rede, placa de som, teclado alfanumérico ABNT 2, mouse óptico com scroll wheel e leitor de cartões. Com monitor de LED 19" incluso.	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
03	1	UN	Notebook, tela de 14", HD de 500GB, 4 GB de memória RAM e processador i3 - 3110M.	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
04	1	UN	Multifuncional laser, monocromática. Com impressão, cópia e scanner. Velocidade de impressão: tamanho carta até 19 ppm e tamanho A4 até 18 ppm. Digitalização em cores de até 1200 pixels por polegada (ppi) a partir do scanner de mesa e até 300 ppi a partir do alimentador de documentos.	R\$ 780,00	R\$ 780,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 6.780,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 05/11/2014, às 09h45min do dia 17/11/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 17/11/2014 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão:



08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 06 - Segurança Pública; Subfunção: 181 - Policiamento; Programa: 50 - Convênio com Polícia Militar e Civil; Projeto: 2.040 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 152 - Recursos Polícia Civil; Código Reduzido: 240.

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 09.00 - FUNREBOM; Unidade: 09.01 - Serviço de Manutenção do FUNREBOM; Função: 06 - Segurança Pública; Subfunção: 182 - Defesa Civil; Programa: 71 - FUNREBOM; Projeto: 2.717 - Manutenção e Coordenação do FUNREBOM; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 757 - Taxa FUNREBOM; Código Reduzido: 247.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 05 de novembro de 2014.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

#### **DECRETO Nº 795 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 795 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

##### **NOMEAR:**

ADRIANA APARECIDA PYKOCSZ, para exercer a função de Agente Administrativo I, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **DECRETO Nº 794 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0794

DECRETA PONTO FACULTATIVO DIA 01 DE NOVEMBRO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de outubro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **DECRETO Nº 793 DE 30 DE OUTUBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0793

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de outubro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **DECRETO Nº 792 DE 17 DE OUTUBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0792

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de outubro de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 791 DE 17 DE OUTUBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0791

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de outubro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 790 DE 17 DE OUTUBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0790

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de outubro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 789 DE 25 DE SETEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0789

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 788 DE 18 DE SETEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0788

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 787 DE 13 DE SETEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0787

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 786 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0786

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 785 DE 04 DE SETEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0785

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 784 DE 04 DE SETEMBRO DE 1990**

DECRETO Nº 0784

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
quatro dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 783 DE 28 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 0783

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e oito dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 782 DE 21 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 0782

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 781 DE 21 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 0781

ALTERA PORCENTAGEM DE DIÁRIAS DOS MOTORISTAS DESTA  
PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 780 DE 21 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 0780

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 779 DE 21 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 0779

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 778 DE 21 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 0778

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças



**DECRETO Nº 777 DE 21 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 0777

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 776 DE 21 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 0776

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 775 DE 21 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 775 DE 21 DE AGOSTO DE 1990

REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Francisco Koehler, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina ao uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.344/90 de 14 de agosto de 1990; DECRETA:

## Capítulo I

Da finalidade

Art.1º) O Fundo Municipal de Saúde - FMS, instituído pela Lei Municipal 1344/90, de 14 de agosto de 1990 destina-se ao desenvolvimento dos programas de trabalhos relacionados com a saúde individual e coletiva e com o meio ambiente, coordenados pela Secretaria Municipal ou equivalente:

## Capítulo II

Dos recursos financeiros

Art.2º) Constituem recurso financeiros do fundo:

- I- As dotações constantes do orçamento geral do Município;
- II - As contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da administração Direta, Indireta, Estadual e Municipal.
- III- As receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o município e instituições públicas e privadas cuja execução seja de competência da Secretaria Municipal de Saúde

ou equivalente;

IV- As dotações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos nacionais ou estrangeiros.

V- O produto de alimentação, digo o produto de alienação de material ou equipamento inservíveis;

VI- Outras receitas especificamente destinados no fundo;

Art.3º) O Departamento Municipal de Saúde ou equivalente, poderá transferir para o FMS recursos orçamentários, créditos adicionais e recursos extra-orçamentários, observada a legislação vigente.

## Capítulo III

Da aplicação

Art. 4º) As disponibilidades financeiros do FMS, mediante expressa autorização do Diretor Municipal de Saúde ou a outra autoridade competente, serão aplicadas:

I- Nos programas de promoção, proteção e recuperação da saúde, desenvolvidas ou coordenadas pelo Departamento Municipal da saúde ou equivalente;

II- Na promoção e financiamento de estudos e pesquisas em saúde pública;

III- Nos programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos.

IV- no custeio, parcial ou total, de despesas de viagem de pessoal envolvidas nos diversos programas de saúde, obedecido a que dispõe a lei e o regulamento.

V- Nos trabalhos de comunicação e divulgação de materiais relativos ao FMS;

VI- Na aquisição de equipamento, materiais permanentes e de consumo para rede de unidades, de prestação de serviços do Departamento Municipal de saúde ou equivalente, bem como na manutenção e conservação das instalações;

VII - Na execução de obras e ampliações, bem como nas melhorias e adaptações das demais áreas físicas integrantes da rede de prestação de serviços do Departamento Municipal de Saúde ou equivalente;

VIII - Naqueles casos que exijam ações imediatas de saúde visando a solução de emergências que afetam o meio ambiente, o indivíduo e a comunidade.

## Capítulo IV

Da supervisão

Art.5º) A supervisão do Fundo Municipal de Saúde cabe ao Diretor Municipal de Saúde ou equivalente, a quem compete:

I - Delegar competências para a prática de atos comuns às atividades específicas do Fundo;

II- Fixar diretrizes operacionais do FMS,

III Baixar normas e instruções disciplinares para aplicação das disponibilidades do Fundo;

IV- Autorizar previamente, a execução do orçamento ou aplicação dos recursos do FMS mediante planos, projetos técnicos e estudo de viabilidade dos mesmos;

V- Propor alterações na programação financeira durante sua execução, de acordo com as prioridades estabelecidas;

VI- Firmar acordos, contratos, convênios e outros atos indispensáveis a consecução dos objetivos do fundo;

VII- Propor alterações neste regulamento, obedecida a legislação em vigor.

VIII- movimentar juntamente com o chefe da Unidade de Administração financeira, os recursos financeiros;

IX- Fiscalizar a arrecadação ou recolhimento dos recursos financeiros, bem como a emissão de empenhos, liquidações de contas e pagamentos das despesas do fundo;

X- Exercer outras atribuições relacionadas com a supervisão de administração do FMS.

#### Capítulo V Das operações

Art.6º) A administração dos recursos financeiros do fundo será exercida através de Administração Financeira, sob a supervisão direta do Diretor a quem compete:

I - Elaboração submeter à aprovação do Diretor da Saúde, a proposta orçamentária do FMS e a sua programação financeira:

II - Encaminhar mensalmente ao órgão central do Sistema Municipal de Administração Financeira contabilidade e auditoria ou equivalente, após aprovação do Diretor, os balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis, nos prazos estabelecidos;

III - Efetuar pagamentos e adiantamentos, autorizados pelo Diretor, necessários de aplicação do Fundo;

IV - Movimentar através de seu diretor de Administração financeira do Fundo;

V - Estudar e analisar relatórios de prestação de contas de recursos recebidos pelo FMS, de pessoas físicas e jurídicas;

VI - Participar da formulação da política econômica - financeira do Fundo;

VII - Coordenar, orientar e controlar a execução orçamentária do Fundo.

VIII - Registrar e controlar o saldo financeiro do fundo, bem como os suprimentos, pagamentos, arrecadação e recolhimentos;

IX - Emitir empenhos, sub-empenhos, guias de recolhimento e cheques normativos, em conjuntos Diretos de Saúde ou equivalente.

X - Apreciar e dar parecer sob as contas anuais pessoais físicas ou jurídicas, beneficiados com recursos do fundo determinado sua tomada quando não observado o prazo fixado para a comprovação;

XI - Organizar e manter atualizado coletânea de Leis Decretos e outros documentos de interesse do Fundo;

XII - Desenvolver outras atividades relacionadas com a administração financeira do Fundo;

Art.7º) O saldo positivo do Fundo Municipal de Saúde, apurado em balanço será determinação em contrário do chefe do Poder Executivo, transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

#### Capítulo VI Das disposições gerais e finais.

Art.8º) O Diretor Municipal de Saúde, e decidirá em cada caso, sob a mesma forma condições e assistência financeira a ser concedida, bem como, se necessário, sobre as garantias operacionais exigíveis.

Art.9º) O Fundo Municipal de Saúde, deve atender às disposições estabelecidas na Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964 e a Lei nº 5.164 de 27 de novembro de 1975, bem como as normas baixadas pelo órgão central do Sistema Estadual de Administração Financeira, contabilidade e auditoria.

Art.10) O Diretor Municipal de Saúde ou equivalente fica autorizado a baixar os atos complementares necessários ao fiel cumprimento e aplicação imediata do presente regulamento.

Art.11) Esta decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 21 de agosto de 1990.  
FRANCISCO KOHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

#### **DECRETO Nº 774 DE 20 DE AGOSTO DE 1990**

DECRETO Nº 774 DE 20 DE AGOSTO DE 1990  
CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E  
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Francisco Koehler, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal faz saber a todos os habitantes deste Município que resolve Decretar:

Art.1º) Fica criado o Conselho Municipal de Saúde, que tem, por finalidade colaborar no desenvolvimento dos programas de Saúde executados na rede Pública de Saúde, fazendo com que atendam as aspirações da comunidade.

Art.2º) Ao Conselho Municipal de Saúde, como órgão consultivo e de assessoramentos, compete:

Acompanhar e avaliar a política Municipal de saúde, propondo medidas que julgar necessárias ao desenvolvimento de seus princípios e diretrizes.  
Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Saúde.

Reunir-se e discutir a situação de Saúde local, com objetivo identificar as necessidades de Saúde, procurando estabelecer caminhos mais adequados para as respectivas soluções;

Dentre as necessidades reconhecidas procurar estabelecer prioridade.

Analisar todas as questões atinentes à implantação do Sistema Unificado e Descentralizado da Saúde - SUPS, emitindo parecer sobre o assunto.

Colaborar no Processo de Educação Sanitária, procurando agir nos clubes, escolas e outras instituições locais, levando a população

conhecimentos sobre Saúde Pública.

Reunir-se periodicamente com a comissão Interinstitucional Municipal de Saúde (CIMS), para analisar as ações desenvolvidas no período anterior, revendo suas folhas, na tentativa de corrigi-las;

Sugerir modificações dos trabalhos quando julgar conveniente.

Colaborar na divulgação dos serviços de Saúde;

Procurar integrar as instruções de saúde entre si e na comunidade;

Participar dos planejamentos e execução de campanhas de saúde;

Promover campanhas de defesa do Meio Ambiente;  
Colaborar na fiscalização de alimentos e saneamento do município, conscientizar a comunidade com relação a tal fato;

Apreciar quanto à sua eficiência, toda medida relacionada ao desenvolvimento da política Municipal de Saúde.

Art.3º) O Conselho Municipal de Saúde é constituição pelos seguintes membros:

- Um representante da Prefeitura
- Um representante do IPESC
- Um representante da Câmara Municipal
- Um representante da ACARESC
- Um representante da ACIACA
- Um representante do LIONS CLUBE
- Um representante do ROTARY
- Um representante da Associação de Moradores de Campo Alegre
- Um representante da CASAN
- Um representante da CIDASC

§1º) Nas faltas e impedimentos eventuais do Diretor Municipal de Saúde ou equivalente presidirá as sessões aquele que for escolhido pelos demais membros presentes.

§2º) Os membros titulares serão substituídos em suas ausências ou impedimentos, por suplentes previamente designados.

§3º) Outros membros, serão convocados de acordo com a necessidade.

§4º) Caso determinados membros tornarem-se ociosos ou incompatíveis com os demais poderão ser afastados após Consenso do Conselho.

Art.4º) O apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Saúde, será prestado por um Secretário Executivo, designado pelo Diretor Municipal de Saúde, ou equivalente, e por grupos técnicos constituídos com finalidade específica;

Parágrafo Único: Incube especialmente ao Secretário Executivo;

I - Orientar articular, acompanhar e avaliar o andamento dos trabalhos técnicos e administrativos cuidando para que os objetivos, metas e cronogramas sejam executados e alcançados nos prazos estabelecidos.

II - Elaborar relatórios trimestrais de trabalho, submetendo-os à consideração do conselho;

III - Secretariar as reuniões do Conselho, lavrando as respectivas atas em livros próprios;

Art.5º) O Conselho Municipal de Saúde se reunirá uma vez a cada dois meses, ou extraordinariamente quantas vezes forem

necessárias,

Art.6º) As reuniões do Conselho realizar-se-ão com a presença da maioria de seus membros;

Art.7º) As reuniões ordinárias far-se-ão em data fixada pelo conselho, em determinado dia do mês.

Parágrafo Único - sempre que houver assuntos a serem tratados na "ordem do dia" seus membros deverão ter conhecimento com antecedência.

Art.8º) A reunião extraordinária far-se-á, mediante a convocação ao Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros, observando o seu disposto no parágrafo único do Artigo anterior.

Art.9º) Verificada a presença de número legal o presidente abrirá a reunião que será iniciada pela leitura, discussão e votação da ata reunião anterior.

§1º) Havendo discussão da ata cada membro poderá falar até 05 minutos, prorrogáveis a critério do Presidente.

§2º) Aprovada a ata, será ela assinada pela Presidente, pelo secretário e pelos demais membros presentes.

Art.10º) As deliberações e aprovações do conselho, serão transmitidas a quem de direito por cópias de inteiro teor das respectivas atas.

Art.11º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.12º) Revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de agosto de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

## **DECRETO Nº 772 DE 30 DE JULHO DE 1990**

DECRETO Nº 0772

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de julho de 1990.  
FRANCISCO KOEHLER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de julho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 771 DE 17 DE JULHO DE 1990**

DECRETO Nº 0771

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de julho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dezessete dias do mês de julho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 770 DE 16 DE JULHO DE 1990**

DECRETO Nº 0770

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA  
PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de julho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dezesesseis dias do mês de julho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 769 DE 10 DE JULHO DE 1990**

DECRETO Nº 0769

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de julho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dez dias do mês de julho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 768 DE 05 DE JULHO DE 1990**

DECRETO Nº 0768

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de julho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
cinco dias do mês de julho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 767 DE 02 DE JULHO DE 1990**

DECRETO Nº 0767

NOMEIA COORDENADORA DA "CRECHE ALEGRE INFÂNCIA" -  
MAURENE TEREZA CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dois dias do mês de julho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 766 DE 02 DE JULHO DE 1990**

DECRETO Nº 0766

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dois dias do mês de julho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 765 DE 27 DE JUNHO DE 1990**

DECRETO Nº 0765

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e sete dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 764 DE 26 DE JUNHO DE 1990**

DECRETO Nº 0764

EXONERA SECRETÁRIO DO GABINETE DO PREFEITO - JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 763 DE 26 DE JUNHO DE 1990**

DECRETO Nº 0763

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 762 DE 20 DE JUNHO DE 1990**

DECRETO Nº 0762

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**DECRETO Nº 761 DE 19 DE JUNHO DE 1990**

DECRETO Nº 0761

NOMEIA DIRETORA DA CASA DA CULTURA - SANDRA REGINA LEPECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**ERRATA LEILÃO 98/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ERRATA LEILÃO Nº 98/2014

No item 09, Fiat Uno Mille Fire Flex 2006, do edital referente Leilão 98/2014, onde se lê "quatro portas", leia-se "duas portas".

Campo Alegre, 04 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

**TOMADA DE PREÇOS 109/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº. 109/2014 - TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo empreitada por preço unitário, cujo objeto é o Fornecimento de material e mão de obra, para ampliação e reforma do prédio da Escola Bela Vista, Rua das Azaléias, Bairro Cascatas, neste Município.

Julgamento: menor preço global, com fixação de valor máximo unitário. Valor estimado: R\$ 153.764,04. Recursos Salário Educação. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 20/11/2014, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre - SC, 04 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz.

Secretária Municipal de Administração.

**TOMADA DE PREÇOS 107/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº. 107/2014 - TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo empreitada por preço unitário, cujo objeto é o Fornecimento de material e mão de obra, ampliação do prédio da Creche Chapeuzinho Vermelho, Rua Profº Rufino Blaskovsky Bateias de Baixo, neste Município. Julgamento: menor preço global, com fixação de valor máximo unitário. Valor estimado: R\$ 126.968,76. Recursos Salário Educação. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 21/11/2014, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre - SC, 04 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz.

Secretária Municipal de Administração.



**PREGÃO 106/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 106/2014

A licitação tem como objeto "Aquisição árvores naturais da espécie Araucária Columnaris (pinheiro alemão) com 2,5 metros de altura e vasos plásticos para acondicionamento das árvores, conforme Termo de Referência (Anexo I deste Edital), visando a decoração natalina do Município de Campo Alegre/SC.", conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	65	Unid	Pinheiro alemão (araucária columnaris), 2,5m de altura	160,00	10.400,00
02	65	Unid	Vaso plástico preto 9	40,00	2.600,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.
- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 17/11/2014, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.
- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 17/11/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.
- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.01	Coordenadoria de Cultura
Função	13	Cultura
Subfunção	392	Difusão Cultural
Programa	0082	Cultura Descentralizada e Democratizada
Projeto	2.017	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais
Elem. de Despesa	3.90.3.00.00.00.00	Material de consumo

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.
- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 106/2014".
- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 04 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 23/2014 SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Município de Campos Novos, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 17 de novembro de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE JAQUETAS, CALÇAS, CAMISETAS ENTRE OUTROS VENTUÁRIOS PARA OS USUÁRIOS DO SERVIÇO DO CREAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 04 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 7.173/14 DE 04/11/2014 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.173/2014 DE 04/11/2014

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos-SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art.100, VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,  
DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

1 - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal De Assistência Social

Titular: Maria Eliane de Moraes Lima

Suplente: Diandra Maria Mazo

Secretaria Municipal De Educação

Titular: Vera Lucia Vargas

Suplente: Mairi Suzana Ribeiro

Secretaria Municipal De Saúde

Titular: Marcilene Guimarães Delfino

Suplente: Alzimar Dalloglio

Secretaria De Administração E Finanças

Titular: Melissa Thais Gehrke

Suplente: Jurema Terezinha Rayzel

Instituto Nacional De Seguridade Social

Titular: Daiane Moreira Bagatini

Suplente: Raquel Gonçalves Do Nascimento Ribeiro

2 - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL GESTÃO

2.1- Representantes dos Usuários ou de Organizações de Usuários da Assistência Social:

Centro de Convivência do Idoso

Titular: Odete Varela De Matos

Usuária do Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Suplente: Luciana Santos Kemer

2.2- Representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social:

Associação Dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campos Novos-APAE

1ª. Titular: Rose Bernadete Bittencourt Da Silva

Associação Corpo de Bombeiros Comunitário

2º Titular: Ironi Antunes De Oliveira

Lar dos Meninos João Didomênico

3º Titular: Rosângela Padilha Zoldan

Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais- ACADAV

1º. Suplente: Claudete Ozório

Associação de Pais e Amigos dos Autistas de campos Novos-AMA

2º. Suplente: Ana Paula Macedo Petry

3 - REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Representante do Núcleo de Psicologia - NUPSI

Titular: Gleice Aparecida Dos Santos

Suplente: Jaciara Rodrigues Koffemam

MESA DIRETORA

PRESIDENTE - Diandra Maria Mazo

VICE-PRESIDENTE - Maria Eliane De Moraes Lima

SECRETÁRIA - Gleice Aparecida Dos Santos

Art. 2º. O mandato dos membros nomeados será pelo período de dois anos, de novembro de 2014 a novembro de 2016;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 04 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 33/2014**

Portaria Nº 33/2014

NOMEIA A SERVIDORA MARIA GORETE LOPES CORDEIRO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE RECEPCIONISTA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomeia a Senhora MARIA GORETE LOPES CORDEIRO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.817.452 - SSP/SC, CPF nº 014.455.469-06, para o cargo em comissão de Recepcionista da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 04 de Novembro de 2014.

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)
-------------------------------------

Presidente da Mesa e.e.
-------------------------

**Canoinhas****PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 115/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/14

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/14

CONTRATADO: INVIOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DO C.E.I CECÍLIA MEIRELES, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

DATA: 04/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

**PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2014**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 176/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º 21/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR REINALDO KRUGER, LOCALIZADO NA RUA OTTO KOHLER, Nº 662, BAIRRO INDUSTRIAL I, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

Aos 03 (três) dias do mês de novembro, do ano de 2014, às 09h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Cleison Tarcisio Fuck e Sr. Cláudio Henrique Mathias, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de decidir quanto a habilitação das empresas J.LUMA CONSTRUTORA LTDA ME, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA ME, JRD - A CONSTRUTORA LTDA, SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA e J. LOPES CONSTRUTORA LTDA, conforme previsto na ata do dia 24/10/2014. A Comissão de Licitação analisou a documentação apresentada e ponderações da empresa ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA ME, efetuando as seguintes análises, com relação a empresa Implantest, o fato do Capital Social da empresa, no contrato social estar divergente daquele demonstrado na Certidão simplificada da Junta Comercial, tal fato não pode ser considerado para inabilitar a empresa em função de que a alteração contratual foi registrada na Junta Comercial no dia 05/09/2014, estando portanto a alteração informada à Junta Comercial; com relação a falta da certidão de pessoa física dos seus responsáveis técnicos, é de entendimento desta comissão que a apresentação da certidão de pessoa jurídica supre a necessidade de apresentação da certidão de Pessoa física, em função de que a CPJ, comprova a responsabilidade técnica do profissional com a empresa e ainda, comprova o seu registro junto ao CREA ou CAU, conforme o caso; Com relação ao acervo técnico da arquiteta Ana Paula Schroeder, que entregou a relação dos acervos da mesma, porém sem os atestados de capacidade técnica, tal falta não afeta a habilitação da empresa, pois a mesma comprova sua capacidade técnica com o Atestado da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, registrado no CAU-SC, sob o n.º 94097/2013, com relação ao atestado de capacidade técnica de reforma da cobertura da sede da Prefeitura de Rio Negrinho, da mesma forma, tal falta não afeta a habilitação da empresa, pois a mesma comprova sua capacidade técnica como já dito anteriormente. Com relação a



empresa JRD - A. CONSTRUTORA LTDA, não resta dúvida na inabilitação da empresa, pois a mesma não apresentou a certidão negativa de contribuições previdenciárias. Com relação as empresas J.LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME e SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA que não apresentaram a Certidão de Pessoa Física do seu responsável técnico e ainda não apresentaram a ART de cargo e função, é de entendimento desta comissão que a apresentação da certidão de pessoa jurídica supre a necessidade de apresentação da certidão de pessoa física, em função de que a cpj, comprova a responsabilidade técnica do profissional com a empresa, e ainda, comprova o seu registro junto ao CREA OU CAU. Com relação a empresa J. LOPES CONSTRUTORA LTDA que não apresentou a Certidão Simplificada da Junta Comercial, conforme já afirmou a empresa Rocha Empreendimentos, a empresa J. LOPES CONSTRUTORA LTDA, devido a não apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, não poderá obter os benefícios da Lei Federal 123; e por entender que a documentação apresentada (dirimidas as dúvidas) são suficientes para comprovar a habilitação, declarou as empresas J.LUMA CONSTRUTORA LTDA ME, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA ME, SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA e J. LOPES CONSTRUTORA LTDA, habilitadas no certame e a empresa JRD - A CONSTRUTORA LTDA. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação. Caso não haja interposição de recursos, a Comissão de Licitação procederá, às 11h00min do dia 14/11/2014, a abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Paulo Cesar Safanelli  
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck  
Secretário

Cláudio Henrique Mathias  
Membro

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 26/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 42/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 26/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 21/11/2014, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. Recebimento das propostas até às 09h00min do dia 21/11/2014. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito /Presidente do fundo.

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 131/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 194/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 131/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/11/2014, às 12h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E FINAIS). Recebimento de propostas até as 12h10min do dia 17/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 130/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 193/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 130/2014  
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 13/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
COMUNICADO RESPOSTA RECURSO E,  
ABERTURA DE PROPOSTAS  
RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO, protocolado pela empresa ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Protocolo n.º 6151 de 29/10/2014.  
Processo de licitação n.º PMC 121/2014 na modalidade de Tomada de Preços n.º PMC 13/2014.

O teor da resposta da comissão está disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo. O recurso foi acolhido, no entanto foi NEGADO PROVIMENTO ao requerido pela empresa ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA. As propostas das licitantes habilitadas serão abertas às 12h00min do dia 05/11/2014, conforme previsto anteriormente na resposta referente recurso protocolado n.º 5645, publicado no DOM/SC do dia 27/10/2014.

PAULO CESAR SAFANELLI  
Presidente da Comissão de Licitação

**Capinzal****PREFEITURA****PMC CONTRATO 0236/2014**

Contrato Nº.: 0236/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada....: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Valor .....: 19.990,00 (dezenove mil novecentos e noventa reais)

Vigência ..... : Início: 03/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 0014/2014

Processo ..... : Nº.: 0148/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de Instituição de Ensino ou Entidade sem fins lucrativos para a prestação de serviços públicos para elaboração de Processo Seletivo para contratação de pessoal do Quadro da Secretaria de Saúde e do Quadro Geral do Município de Capinzal.

**Catanduvas****CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO N. 026, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

RESOLUÇÃO N. 026, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores:

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica determinado o início do processo de elaboração de projeto e construção da sede própria da Câmara Municipal de Vereadores, cumprindo-se as etapas de planejamento e licitação necessários, previsto no Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013 e 2014/2017, nos termos da Lei nº 2.231 de 11 de novembro de 2009 e da Lei nº 2.417 de 02 de outubro de 2013, respectivamente, na Lei nº 2.425 de 18 de novembro de 2013 de Diretrizes Orçamentária para 2014 e na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2014, consoante Lei nº 2432 de 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas - SC, em 30 de outubro de 2014.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI  
Presidente

ADEMIR JOSÉ SPASSINI  
Vice-Presidente

SALETE RIBEIRO CHIARELLO  
Primeira Secretária

LUCIMAR MIGUEL CORREA  
Segundo Secretário

Registrado em Secretaria em 30.10.2014

ODAIR JOSÉ GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SALETE RIBEIRO CHIARELLO  
Primeira Secretária

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 50/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 50/2014
Edital: Pregão Presencial Nº.: 39/2014
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADORES DE AR E EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO A DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
Entrega dos Envelopes: 08h55min do dia 17 de Novembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 17 de Novembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 04 DE NOVEMBRO DE 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

### ADITIVO 01 CONTRATO 37/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL	
Aditivo 01	/ Contrato nº 37/2014.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada..:	LEANDRO PAGLIARI - ME.
Objeto.....:	PROROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO REFERIDO CONTRATO POR MAIS 60 DIAS.
Vigência.....:	Início : 03/11/2014      Término : 30/12/2014.
Licitação.....:	Processo Licitatório nº 30/2014- TP P/ Obras e Serviços de Engenharia nº 05/2014.
CAXAMBU DO SUL, 27 de Outubro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EXTRATO CONTRATO 47/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	47/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada...:	ALINE CÂNDIDO DE SOUZA.
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORA DE ACORDEOM, NA REALIZAÇÃO DE CURSO COM CARGA HORÁRIA DE 8 (OITO) HORAS SEMANAIS TOTALIZANDO 192 (CENTO E NOVENTA E DUAS) HORAS.
Valor.....:	R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).
Vigência.....:	Início : 31/10/2014      Término : 30/05/2014.
CAXAMBU DO SUL, 31 de Outubro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 92/2014  
- PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2014 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.  
Contratado/Credenciado: PLANO E OBRA CONSTRUTORA LTDA ME  
Vigência: 03/11/2014 à 15/12/2014.  
Processo Licitatório nº 92/2014 - PM  
Fundamento Legal: art. 24, inciso I, da Lei n. 8.666/1993;  
Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais);  
Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de projetos de: instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, preventivas contra incêndio, estrutural, bem como, para elaboração de Memorial Descritivo / Especificações Técnicas, Quadro de Composição de Investimento - QCI, Orçamento Discriminativo, de conformidade com a Tabela SINAPI, Memória de Cálculo (quantitativo de orçamento e dimensionamentos), Cronograma Físico-Financeiro e emissão de ART(s) de Projeto e Orçamento autenticados pelo CREA à obra do Mirante no Parque Ecológico "Cachoeira Rio Saltinho";

DATA DA ASSINATURA: 03 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

### PORTARIA Nº 429 DE 04.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 429/2014

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 50, Inciso VII e pelo Art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do servidor, MARCELO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria da Saúde para exercer suas funções junto ao Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 04 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 83/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 83/2014.

Vigência: 05/11/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 82/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Valor/Remuneração: R\$ 526.777,90 (quinhentos e vinte e seis mil setecentos e setenta e sete reais e noventa centavos); dos quais: R\$ 76.311,11 (setenta e seis mil trezentos e onze reais e onze centavos) - Rua Otavio Satino da Silveira; R\$ 153.776,96 (cento e cinquenta e três mil setecentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos) - Rua Cecília Korb Scheidt; R\$ 82.383,83 (oitenta e dois mil trezentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos) - Rua Antonio Sativo da Silveira; R\$ 214.306,00 (duzentos e quatorze mil trezentos e seis reais) - Rua Augusto Kraus; Objeto: O presente contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS SEGUINTE RUAS:

- RUA OTÁVIO SATINO DA SILVEIRA - Extensão 89,70 M;
- RUA CECÍLIA KORB SCHEIDT - Extensão - 180,00 M;
- RUA ANTONIO SATIVO DA SILVEIRA - Extensão - 100,00 M; e
- RUA AUGUSTO KRAUS - Extensão - 229,00 M.

As referidas Ruas localizam-se no Centro do MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC e, deverão ser executadas de acordo com os projetos, memorial descritivo, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros anexos

DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 84/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 84/2014.

Vigência: 05/11/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 86/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA Valor/Remuneração: R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais);

Objeto: O presente contrato tem por objeto à aquisição de 1 (um) veículo automotor do tipo caminhão novo Iveco TCTOR 170E22, 0 (zero) km, ano/modelo 2014, de conformidade Contrato/Convênio SICONV nº 29040/2013, para uso do Município de Chapadão do Lageado, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	Veículo automotor tipo caminhão novo (o KM) de fabricação nacional, com as seguintes especificações: tração 4x2, ano/modelo 2014/2014, equipado com motor a diesel euro V de 4 cilindros e potência de 218cv, caixa de câmbio de 06 (seis) marchas à frente e 01 (uma) a ré, direção hidráulica, PBT 16 toneladas, rodas de aço com medidas de 7,5x22,5 em polegadas, pneus radiais 275 x 80R22,5, distância entre eixos de 4800mm, freio a ar com tambor nas rodas dianteiras e traseiras; O veículo deve estar de acordo com as normas e exigências do código de trânsito brasileiro;	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 85/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 85/2014.  
Vigência: 05/11/2014 à 31/12/2014  
Processo Licitatório nº 86/2014  
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.  
Contratado/Credenciado: FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA EPP  
Valor/Remuneração: R\$ 18.650,00 (dezoito mil seiscentos e cinquenta reais);  
Objeto: O presente contrato tem por objeto à aquisição de 1 (uma) carroceria basculante, de conformidade Contrato/Convênio SICONV nº 29040/2013, para uso do Município de Chapadão do Lageado, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
2	Carroceria basculante com as seguintes especificações: Comprimento de 4000mm, Largura de 2400mm, Altura de 560mm, capacidade de carga de 6M³, ângulo de basculamento de 45 graus, assoalho e laterais em chapa de 4,75mm reforçadas com vigas em "U", tampa traseira com abertura normal e lateral, protetor da cabine, 01 (uma) tomada de força, 01 (uma) bomba hidráulica, mangueiras e conexões, reservatório de óleo, escada lateral, suporte para fominha de madeira, suporte para pá, para choque e protetores ciclísticos, apara barro traseiros, pintura em fundo anti-corrosivo, corote da água, faixas refletivas, caixa de ferramentas e para choque traseiro;	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 27/2014 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 27/2014.  
Vigência: 05/11/2014 à 31/12/2014  
Processo Licitatório nº 83/2014  
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.  
Contratado/Credenciado: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA  
Valor: R\$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais);  
Objeto: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA À AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PEDRO ROMEU BATISTI, localizado na Rua Geremias Pedro de Medeiros, Centro, do Município de Chapadão do Lageado-SC, que deverá ser executada de acordo com os projetos, memorial descritivo, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros anexos.

DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

MARCIO MACIEL  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### ERRATA DA PORTARIA Nº 421/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1605 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 31.10.2014, Portaria nº 421,

Onde se lê:

Art.1º Prorrogar a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família em favor da Servidora Pública LIDIA TEREZINHA PALHANO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora 40 horas, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o nº 231/05, no período de 31.10.14 a 19.10.2014 (50 dias), com remuneração integral de acordo com o §10, I, do art. 64 da LC n. 008/99.

Leia-se:

Art.1º Prorrogar a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família em favor da Servidora Pública LIDIA TEREZINHA PALHANO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora 40 horas, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o nº 231/05, no período de 31.10.14 a 19.12.2014 (50 dias), com remuneração integral de acordo com o §10, I, do art. 64 da LC n. 008/99.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício



**Cocal do Sul****PREFEITURA****AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/FMS/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/FMS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/FMS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Tomada de Preços nº. 02/FMS/2014, que objetiva a contratação de empresa para fornecimento de material e serviço para construção de prédio para Estratégia Saúde da Família (ESF), no Bairro Horizonte, no Município de Cocal do Sul, por meio da Proposta nº 10423151000113001, firmado entre o Município de Cocal do Sul e a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde. A entrega dos envelopes da Tomada de Preços será até as 08h45min do dia 21 de novembro de 2014 e abertura será as 09h00min do mesmo dia. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 04 de novembro de 2014.  
Ademir Magagnin  
Prefeito Municipal

**Concórdia****PREFEITURA****PORTARIA Nº 54/2014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014-IPRECON**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 54/2014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Concede abono de permanência à servidora ONEIDE BERTOLINI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no § 5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 7º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e alterações e no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 3 de novembro de 2014, à servidora ONEIDE BERTOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 3 de novembro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL  
Administradora

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 68/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 68/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 250.665,91 (duzentos e cinquenta mil seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos).

Concórdia SC, 04 de novembro de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 69/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 69/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 15.765,47 (quinze mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Concórdia SC, 04 de novembro de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 70/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 70/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.478,23 (dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos).

Concórdia SC, 04 de novembro de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 71/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 71/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 5.894,55 (cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Concórdia SC, 04 de novembro de 2014  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 72/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 72/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).

Concórdia SC, 04 de novembro de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 73/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 73/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 34.190,00 (trinta e quatro mil cento e noventa reais).

Concórdia SC, 04 de novembro de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 74/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 74/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 16.960,00 (dezesseis mil novecentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 04 de novembro de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 75/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 75/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais).

Concórdia SC, 04 de novembro de 2014  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 76/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 76/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais).

Concórdia SC, 04 de novembro de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2014 - PMC**

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA

PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2014 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.808.754/0001-22, com sede na Rua Marechal Deodoro,777, centro, no município de Concordia - SC, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura da Ata de Registro de Preços através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 14.1.2 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 15 do Edital.

Concórdia, SC, 03 de novembro de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração



**CÂMARA MUNICIPAL****BALANCETE FINANCEIRO 10/2014****SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	224.807,08
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	216.851,25
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	156.162,76
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.560,49
		INVESTIMENTOS	2.128,00
		Despesas Intra-orçamentárias	7.955,83
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.955,83
Receita Extra - Orçamentária	520.976,89	Despesa Extra - Orçamentária	249.656,87
DEPÓSITOS	29.169,81	DEPÓSITOS	24.849,79
CONSIGNAÇÕES	29.169,81	CONSIGNAÇÕES	24.849,79
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.964,94	PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.964,94
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.172,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.172,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.701,47	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.701,47
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉ	4.931,01	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	4.931,01
PLANOS DE SEGUROS	68,79	PLANOS DE SEGUROS	68,79
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	4.331,60	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	11,58
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	224.807,08	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	224.807,08
OBRIGAÇÕES A PAGAR	224.807,08	OBRIGAÇÕES A PAGAR	224.807,08
FORNECEDORES	60.688,49	FORNECEDORES	60.688,49
PESSOAL A PAGAR	139.478,95	PESSOAL A PAGAR	139.478,95
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	24.639,64	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	24.639,64
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	267.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	267.000,00		
REPASSE RECEBIDO	267.000,00		
Saldos anteriores	531.975,57	Saldos atuais	578.488,51
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	510.857,85	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	575.177,87
BANCO C/ MOVIMENTO	21.117,72	BANCO C/ MOVIMENTO	3.310,64
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	1.052.952,46	Total	1.052.952,46

CONCORDIA, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ROGERIO LUCIANO PACHECO  
Presidente

\_\_\_\_\_  
DELAIR M. S. DALLEGRAVE  
Contador CRC SC 022.843/O-5

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****DECRETO N. 492/2014**

DECRETO Nº 492/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento.  
Modalidade de Aplicação: 339000 - 06  
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente. - R\$ 10.000,00.

Art. 3º - Fica remanejado o valor de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

DA: Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.  
02.01 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito  
04.122.2505.2.002 - 02 R\$ 50.000,00

PARA: Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.  
02.01 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito  
04.122.2505.2.002 - 01 R\$ 50.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 28/10/2014.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de outubro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Coronel Freitas****PREFEITURA****PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 38**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

3º TERMO ADITIVO nº 38/2014 AO CONTRATO DE Nº 142/2013

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Fica acrescido no objeto do contrato 142/2013, o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, de uso do(s) aplicativos(s) de Betha Estoque com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional, com fundamento na Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 18/10/2017

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 025/2014**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 025/2014

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2014 NÚMERO CONTRATO: 025/2014

#### VALOR DO CONTRATO:

a) O Município pagará a Contratada o valor mensal de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), em moeda corrente nacional, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal.

b) O Município pagará a Contratada o valor unitário de RS 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por cada consulta do plantão de sobre aviso, em moeda corrente nacional, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/11/2014

#### DESCRIÇÃO:

a) Contratação de serviços médicos, em caráter emergencial e temporário, no âmbito da Unidade Básica de Saúde Central e/ou Posto de Atendimento de Linha Calliari, para a manutenção e desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, seno que ficará responsável além de seus deveres profissionais, verificar e atestar óbito, pequenos procedimentos, realizar palestras educativas, a serem definidas no calendário da Secretaria de Saúde conforme escala determinada pela Secretaria Municipal de Saúde;

b) Atendimento Médico para prestar serviços na área de Clínica Médica Geral, em regime de plantão, sobre aviso, caracterizados por atendimentos de urgência e emergência para consultas e/ou pequenos procedimentos possíveis de realização em consultório médico, sem limites quantitativos, no horário das 17h00 (dezesete horas) até as 07h45min (sete horas e quarenta e cinco minutos) de segunda-feira a domingo, em consultório disponibilizado pela contratada numa distância máxima de 50Km da sede da contratante.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 08.779.523/0001-90  
CONTRATADO: LUIZ CARLOS THEOBALDO PEREIRA

VENCIMENTO CONTRATO: 31 de dezembro de 2014.

## Corupá

### PREFEITURA

#### **LEI Nº 2168/14**

LEI Nº 2168/14

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, em consonância com o Plano Plurianual 2014/2017;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas respectivas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida e ao endividamento público municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições sobre política tarifária; e

VIII - as disposições finais.

Art. 2º - A proposta orçamentária, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, e compreenderá:

a) a estimativa da receita será a preços de julho de 2014 e serão consideradas as tendências de arrecadação e os efeitos das modificações na legislação tributária, que serão objeto de Projeto de Lei específico, a ser encaminhado à apreciação e aprovação da Câmara Municipal de Vereadores de Corupá, até 60 (sessenta) dias do encerramento do exercício legislativo;

b) as unidades orçamentárias projetarão suas despesas a preços de julho de 2014, considerando as competências estabelecidas em Lei;

c) o pagamento do serviço da dívida, de pessoal e de encargos, incluídas as contribuições ao INSS Instituto Nacional de Seguridade Social, terão prioridade sobre as demais despesas;

d) os projetos em execução não poderão ser paralisados e terão prioridade sobre os novos projetos.

Art. 3º - O Poder Executivo, no exercício de 2015, poderá realizar:

a) operações de crédito em longo prazo, com destinação específica e vinculada;

b) operações de crédito por antecipação da receita, nos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente.

I - A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo orientando a contratação de operações de crédito por antecipação da receita.

Art. 4º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2015 são as estabelecidas no Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017, devendo observar os eixos e objetivos estratégicos estabelecidos pela administração municipal, os quais terão precedência na alocação de recursos no Orçamento de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Os eixos estratégicos que nortearão a formulação de programas são os seguintes:

I - desenvolvimento sustentável, com inclusão social;

II - democratização da gestão pública; e

III - defesa da vida e respeito aos direitos humanos.

§ 2º - Os objetivos estratégicos que orientarão a definição de prioridades e metas são os seguintes:

I - contribuir para a formação de uma cultura de cidadania e valorização dos direitos humanos no município, bem como promover a igualdade racial e de gênero, mantendo e procurando ampliar o apoio às ações que visem preservar as tradições, em todas as suas formas de manifestação;

II - promover a universalização do acesso à educação infantil e ao ensino fundamental com qualidade;

III - ampliar o acesso da população aos serviços de saúde de forma equânime, resolutiva e humanizada;

IV - promover ações preventivas de segurança e de incentivo à cultura da paz, integrando-se às demais esferas de governo nas ações de segurança pública;

V - estimular o desenvolvimento cultural e o acesso da população aos produtos e equipamentos culturais do município;

VI - estimular a prática esportiva pela população e a formação e desenvolvimento de atletas;

VII - viabilizar, no que for possível, o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e ao mundo digital;

VIII - promover o desenvolvimento do potencial econômico do município de Corupá, a partir da identificação de atos e ações que visem a melhoria de suas potencialidades, para o desenvolvimento da sua vocação econômica e do fomento ao turismo;

IX - promover a articulação e estimular a integração de políticas públicas municipais no âmbito das macro regiões estaduais, bem como em associações municipais;

X - promover a educação e a responsabilidade ambiental, visando a formação de uma cultura para o desenvolvimento sustentável no município;

XI - fomentar o desenvolvimento econômico e cultural e a preservação das tradições e ao patrimônio histórico do município;

XII - estimular as empresas, em especial a micro e pequena empresa, o empreendedorismo, a formação e desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda no município;

XIII - promover a qualidade ambiental e urbanística do município, a partir de ações de saneamento, gestão e controle do espaço urbano;

XIV - promover a regularização fundiária e a melhoria das condições de vida da população moradora das áreas de ocupação espontânea;

XV - promover ações de manutenção urbana que garantam a limpeza e a conservação das vias e equipamentos públicos;

XVI - propiciar condições favoráveis à circulação e deslocamento de pessoas, priorizando o pedestre, o ciclista e o usuário de transporte coletivo;

XVII - promover a participação da população na gestão pública e estimular o controle social a partir da transparência das ações da administração municipal;

XVIII - promover a valorização dos servidores municipais oportunizando a estes melhores condições de vida e de trabalho;

XIX - garantir a melhoria dos níveis de eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população; e

XX - fortalecer as finanças públicas municipais e expandir a capacidade de financiamento e investimento público.

§ 3º - Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Os Orçamentos discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial, respectivas metas e valores da despesa por grupo e modalidade de aplicação.

§ 1º - A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria nº 42, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14/04/1999.

§ 2º - Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes da do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2014-2017.

§ 3º - Na indicação do grupo de natureza de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

1 - pessoal e encargos sociais;

2 - juros e encargos da dívida;

3 - outras despesas correntes;

4 - investimentos;

5 - inversões financeiras; e

6 - amortização da dívida.

§ 4º - A reserva de contingência, prevista no art. 26 desta Lei, será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, a subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, aos quais se vinculam.

Art. 9º - As categorias de programação, de que trata esta Lei, serão identificadas no Projeto de Lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 10 - As metas físicas serão indicadas em nível de projetos e atividades.

Art. 11 - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que

recebam recursos do Tesouro Municipal.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12 - O Orçamento do Município para o exercício de 2015 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimento.

§ 1º - Os processos de elaboração e definição do Projeto de Lei Orçamentária para 2015 e sua respectiva execução, deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, inclusive por meio eletrônico, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se dessa forma, o acesso da sociedade às informações relativas a essas etapas.

§ 2º - A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

§ 3º - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal, na conformidade dos Anexos que dispõem sobre as Metas Fiscais.

§ 4º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a adição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal; e
- V - a atualização do cadastro mobiliário fiscal.

§ 5º - As taxas administrativas, do poder de polícia e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 6º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal municipal, sendo a mesma indexada pelo IGP-M, Índice Geral de Preços - Mercado, da Fundação Getúlio Vargas.

§ 7º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação do desembolso, e a inscrição de restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

§ 8º - A liberação das dotações às unidades orçamentárias será efetuada pela Secretaria de Administração e Fazenda, obedecendo ao comportamento da receita arrecadada pelo Município.

§ 9º - A receita poderá ser acrescida mediante atualização da base de cálculo e revisão das alíquotas dos tributos municipais.

§ 10 - No caso de ocorrer queda ou insuficiência na arrecadação, em relação à orçada, a Secretaria de Administração e Fazenda informará às unidades orçamentárias, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo, às entidades da Administração Direta, Indireta, Fundacional e os Fundos instituídos pelo Município, para que promovam a adequação em seus orçamentos, visando manter o princípio do equilíbrio financeiro.

Art. 13 - No projeto de lei orçamentário anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2015.

Art. 14 - Na programação da despesa, serão observadas as seguintes restrições:

- I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;
- II - não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração municipal

direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 15 - A Lei Orçamentária não destinará recursos para custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação.

§ 1º - A vedação disposta no caput deste artigo não se aplica às ações decorrentes dos processos de municipalização, desde que observados os critérios legais.

§ 2º - Igualmente não se inclui nessa vedação a cessão para outros entes federados, mediante convênio, de servidores do quadro efetivo do município.

Art. 16 - A transferência de recursos a qualquer título por parte do Tesouro Municipal, quando destinados a entidades públicas ou privadas obedecerá ao seguinte:

- a) quando públicas, dependerá de convênio autorizado por Lei específica;
  - b) quando associativas, federativas, confederativas, ou congêneres, somente após a propositura e aprovação de lei específica; e
  - c) quando entidades privadas, somente será possível quando estas sejam de caráter educativo, assistencial, cultural, desportiva ou de cooperação técnica e que sejam obrigatoriamente sem fins lucrativos, declaradas por Lei de Utilidade Pública e que comprovadamente existam, tenham sede, administração e atividade regular.
- Parágrafo Único - São excetadas do disposto no presente artigo, as transferências financeiras realizadas à administração do Poder Legislativo já reguladas por legislação específica.

Art. 17 - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira, aos seguintes entes integrantes da administração municipal:

I - Águas de Corupá.

Art. 18 - O município, de acordo com a Lei 4.320/64, poderá repassar recursos ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por ato próprio e específico as suplementações orçamentárias, quando houver:

I - insuficiências nas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes:

- a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por Lei orçamentária, desde que limitada a 40% (quarenta por cento) do valor total da receita estimada para cada unidade gestora, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- b) do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e
- c) da reserva de contingência, até o limite total de 50% (cinquenta por cento), do seu valor fixado, e o seu saldo ficando reservado para contingenciamentos derivados de situações configuradas como risco fiscal, de emergência ou calamidade pública.

II - insuficiência de recursos relativos aos grupos de natureza de despesa: "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", objetos da suplementação, desde que os recursos para esse fim sejam oriundos de anulação de dotações dos mencionados grupos de natureza de despesa;

III - do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e

IV - para incorporar aos Orçamentos do Município os créditos suplementares e as transferências concedidas pela União ou pelo Estado, bem como os recursos oriundos de convênios e operações de crédito, durante o exercício financeiro, respeitado os valores e a destinação programática.

Art. 20 - Durante a execução orçamentária do exercício de 2015, o Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos ou atividades



no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

Art. 21 - Somente serão incluídas, na Lei Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas por Lei específica.

Art. 22 - Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios:

I - novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária depois de atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito;

II - somente serão incluídos, na Lei Orçamentária, os investimentos para os quais tenham sido previstas, na Lei do Plano Plurianual (2014-2017), ações que assegurem sua manutenção; e

III - os investimentos deverão, quando for o caso, apresentar sucessivamente, meios, formas ou métodos que comprovem sua viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 23 - O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual (2014-2017), que tenham sido objeto de Projetos de Lei.

Art. 24 - A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2015, terá como limite máximo, a folga resultante da combinação das Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal e, ainda, da Medida Provisória nº 2.185-35/01.

Art. 25 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 26 - A Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a até 5% (cinco por cento), da receita corrente líquida estimada.

Art. 27 - As alterações do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD, em nível de elemento de despesa, observados os mesmos grupos de natureza de despesa, categoria econômica, modalidade de aplicação, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação de Portaria pelo Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Parágrafo Único - As alterações, para os efeitos do caput deste artigo, compreendem exclusivamente, a transferências de saldos orçamentários.

Art. 28 - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

Parágrafo Único - As dotações insuficientemente dotadas, ou as com excesso de previsão, somente poderão ser alteradas ou transferidas de uma unidade orçamentária para outra, por ato específico e exclusivo do Chefe do Poder Executivo, cuja publicação na imprensa oficial é obrigatória.

Art. 29 - A destinação de recursos do Município a qualquer título, para atender necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, observará o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 2000.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 30 - No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, § 1º, do art. 31, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na Lei Orçamentária anual, no conjunto de "outras despesas correntes", de "investimentos e de inversões financeiras".

Parágrafo Único - O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal/88 fica incluído na limitação prevista no caput deste artigo.

Art. 31 - Fica excluída da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101, a contratação de hora-extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público.

Art. 32 - A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas em anexo, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33 - No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19, 20 e 71, da Lei Complementar 101/00.

Art. 34 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/00, aplicar-se-á a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 35 - Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/00, a contratação de hora-extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde, assistência social e de saneamento.

Art. 36 - No exercício de 2015, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 33, desta Lei, somente poderão ser nomeados servidores se houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 37 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 15, 16, 17 e 71 da Lei Complementar no 101/00.

Art. 38 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2014, acrescida de até 10% (dez pontos percentuais), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos de pontos percentuais) e 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos de pontos percentuais), da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento), do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar 101/00 - Lei de

Responsabilidade Fiscal, conforme previsão do art. 22, § único, V, do mesmo diploma legal.

Art. 40 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - dispensa de funcionários de outras pessoas de direito público cedidos com ônus para o município;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - eliminação das despesas com horas-extras;
- IV - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- V - demissão de servidores admitidos em caráter temporário; e
- VI - rescisão dos contratos de terceirização de mão-de-obra de que trata o artigo 42.

Art. 41 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Pessoal e Encargos Sociais", elemento do elemento de despesa - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no art. 20 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, deduzidos os valores inerentes a utilização de materiais e equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, desde que especificados em contrato.

Art. 42 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43 - O Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício fiscal contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 44 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 45 - O Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou

benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101/00. Parágrafo Único - Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput.

Art. 46 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de Projeto de Lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 47 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança, sejam muito próximos ou superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 48 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, a qualquer título, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação, se for o caso, e inclusive:

- I - indiquem a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas;
- II - definam os limites de prazo e valor; e
- III - tenham período de vigência igual ao da Lei que aprovar o Plano Plurianual.

Art. 49 - A política tarifária dos serviços públicos, de responsabilidade exclusiva do Município, compatibilizará os princípios de:

- I - cobertura dos custos de operação e manutenção, com justa remuneração do capital investido;
- II - capacidade de pagamento em relação a cada segmento sócio-econômico de usuários; e
- III - concentração de esforços no aumento da eficiência com redução de custos.

Parágrafo Único - Quaisquer subsídios tarifários incluídos no orçamento ficarão expressamente vinculados às categorias específicas de usuários de baixa renda, ressalvados os casos previstos em Lei específica.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50 - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 51 - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 52 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2015 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2014, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva Lei não for sancionada.

§ 1º - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º - Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao Projeto de Lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência do município;

III - serviço da dívida;

IV - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação, assistência social e prestação de serviços essenciais;

V - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado;

VI - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior;

VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2014 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2015; e

VIII - pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada.

Art. 53 - O Poder Executivo disponibilizará no site [www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br), no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da Despesa - QDD, discriminando a despesa por modalidade, conforme a unidade orçamentária e respectivas categorias de programação.

Art. 54 - Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2014 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2015 conforme o disposto no § 2º, do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 55 - O Poder Executivo promoverá o desenvolvimento de estudos visando à definição e implantação de sistemas de custos e avaliação de resultados de ações de governo.

Art. 56 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/00, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 57 - Cabe à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração dos orçamentos municipais.

Art. 58 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, por grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 59 - O Executivo Municipal enviará no prazo definido pela Lei Orgânica do Município, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 60 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com os Governos Federal, Estadual e ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de sua competência, ou de competência transferida.

Art. 61 - O Poder Executivo no exercício de 2015 poderá realizar:  
I - operações de Crédito de longo prazo, com destinação específica e vinculação ao projeto;  
II - operações de Crédito por antecipação de receita, respeitada a

legislação específica;

III - celebrar convênios, ajustes ou contratos, com outras pessoas de direito público ou privado com o objetivo de desenvolver programas prioritários, que atendam interesses da população do município, nas áreas de ação da administração pública municipal; e  
IV - os recursos recebidos de operações de crédito de longo prazo e de convênios, contratos ou ajustes com qualquer outra esfera de governo, ou particulares, servirão de fonte de receita para a abertura de créditos adicionais, podendo sua formalização ser feita por decreto, e deverão ser integralmente aplicados no programa específico.

Art. 62 - O Poder Executivo, através da administração direta e indireta, poderá conceder contribuição, subvenção, auxílio ou ajuda financeira a outras pessoas de direito público e privado, estas sem fins lucrativos e declaradas por Lei de Utilidade Pública, para a manutenção, prestação de serviços ou execução de obras com o objetivo de atender as necessidades comunitárias, de acordo com o projeto de aplicação dos recursos apresentados por cada beneficiário, que deverá obrigatoriamente participar, a suas despesas com até 20% (vinte por cento), do valor de cada projeto específico.

Parágrafo Único - Somente está desobrigado da participação de até 20% (vinte por cento), àquela entidade ou pessoa que for declarada isenta em Lei específica.

Art. 63 - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar por Decreto as dotações de pessoal civil e obrigações patronais até o limite dos reajustes concedidos por Lei, utilizando-se para tanto de recursos de eventual excesso de arrecadação, do superávit financeiro do exercício anterior, ou de saldos de programas ou projetos que serão postergados ou que não tiveram mais utilização prevista.

Art. 64 - Os Secretários Municipais, Gestores de Fundos Municipais, Fundações e Autarquias, ficam autorizados e obrigados a ordenarem as despesas de suas unidades orçamentárias respectivas, passando a ter as prerrogativas e responsabilidades de ordenadores primários destas.

Art. 65 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
31 de outubro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta e um dias do mês de outubro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## **LEI Nº 2169/14**

LEI Nº 2169/14

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

### **DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Corupá para o exercício



de 2015 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 44.746.784,41 (Quarenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

#### DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 44.746.784,41 (Quarenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos), fixa as Despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 1.155.000,00 (Um milhão e cento e cinquenta e cinco mil reais) e R\$ 43.591.784,41 (quarenta e três milhões, quinhentos e noventa e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos) respectivamente.

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	42.253.208,76
1.1. Receita Tributária	6.630.845,13
1.2. Receita de Contribuições	242.550,00
1.3. Receita Patrimonial	232.601,25
1.4. Receita Agropecuária	30.318,75
1.5. Receita de Serviços	2.006.025,00
1.7. Transferências Correntes	32.260.342,38
1.9. Outras Receitas Correntes	850.526,25
Deduções da Receita Corrente	(4.408.474,35)
2. Receitas de Capital	6.902.050,00
2.1. Operações de Crédito	1.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	262.500,00
2.4. Transferências de Capital	5.587.050,00
2.5. Outras Receitas de Capital	52.500,00
TOTAL	44.746.784,41

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal	1.155.000,00
02. Gabinete do Prefeito	651.000,00
03. Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	2.365.935,00
04. Secretaria Mun. de Desenvol. Rural e Meio Ambiente	1.136.940,00
06. Secretaria Municipal de Saúde	6.445.218,78
07. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	11.452.017,75
08. Secretaria Municipal de Educação	14.779.668,75
09. Secretaria de Assist. Social, Trabalho e Habitação	1.044.750,00
10. Encargos Gerais do Município	2.544.204,13
11. Secretaria de Ind. Com. Tur. Esporte e Lazer	652.050,00
99. Reserva de Contingência	525.000,00
16. Águas de Corupá	1.995.000,00
TOTAL	44.746.784,41

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

Código	Especificação	VALOR
006	Gestão Administrativa Superior	651.000,00
009	Administração Geral e Financeira	2.365.935,00
039	Estradas Vicinais e DMER	5.646.592,75
040	Serviços de Utilidade Pública	5.805.425,00
047	Criança na Escola	14.622.168,75
049	Educação para Todos	94.500,00
063	Pequeno Produtor Assistido	968.100,00
064	Assistência Social	782.250,00
065	Trabalho e Habitação	157.500,00
072	Água para Todos	1.995.000,00
073	Meio Ambiente Educação Ambiental	84.000,00
080	Saúde para Todos	3.996.355,65
081	Prevenção de Doenças	1.275.089,13
090	Encargos Gerais do Município	2.544.204,13
091	Consórcio Interm. Saneamento Básico Vale Itapocú	84.840,00
999	Reserva de Contingência	525.000,00
1001	Processo Legislativo	1.155.000,00
1002	Programa Atenção à Família	105.000,00
1003	Desenvolvimento Ind. Com. Tur. Esporte e Lazer	652.050,00
1004	Bloco Atenção Básica-ACS	586.614,00
1005	Bloco Atenção Básica-SF	393.750,00
1006	Bloco Atenção Básica-SB	35.700,00
1007	Bloco de Atenção Básica- PMAQ	99.750,00
1008	Vigilância em Saúde-Epidemiologia	57.960,00
1009	Desenvolvimento da Cultura no Município	63.000,00
	TOTAL	44.746.784,41

Art. 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

RISCOS FISCAIS	
Descrição	Valor
1. Outros Riscos Fiscais	485.000,00
1.1. Intempéries	300.000,00
1.2. Frustração Cobrança Dívida Ativa	10.000,00
1.3. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	75.000,00

1.4. Sentenças Judiciais	100.000,00
2. Eventos Fiscais Imprevistos	40.000,00
2.1. Ocorrência Fatos não Previstos em Execução de Obras ou serviços	30.000,00
2.2. Campanhas de Saúde	10.000,00
TOTAL	525.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Processo de Desapropriação; Intempéries; Sentenças Judiciais; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar o identificador de uso e as dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% da Receita estimada para o orçamento de cada unidade gestora, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício; e

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Art. 6º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF e Portaria da STN nº 340/2006.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria STN nº 340/2006.

Art. 7º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
31 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta e um dias do mês de outubro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## LEI Nº. 2170/14

LEI Nº. 2170/14

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000 03.001 004.122.0009.2003		Secretaria de Administração e Fazenda Divisão de Administração e Fazenda Manut. Ativ. Divisão de Pessoal, Admin. E Compras Aplicações Diretas	
3.1.90.00.00.00.00 3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00 0.1.00.00	Aplicações Diretas	70.000,00 30.000,00
03.000 03.001 004.122.0009.2008 3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Secretaria de Administração e Fazenda Divisão de Administração e Fazenda Manut. da Divisão de Desenv. Munic. E Planej. Aplicações Diretas	50.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1005.2044		Saúde da Família - PSF	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	120.000,00

08.000 08.001 012.306.0047.2017 3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Secretaria Municipal de Educação e Cultura Divisão de Educação Manutenção da Merenda Escolar Aplicações Diretas	80.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas	190.000,00

TOTAL 540.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1004.2043		Agentes Comunitárias de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00 08.000 08.001 012.365.0047.1004	0.1.02.00	Aplicações Diretas  Secretaria Municipal Educação e Cultura Divisão de Educação Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Infantil	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	80.000,00
08.000 08.001 012.361.0047.2018 3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Secretaria Municipal de Educação e Cultura Divisão de Educação Manutenção do Ensino Fundamental Aplicações Diretas	150.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	

08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.1005		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas	190.000,00
		TOTAL	540.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
29 de outubro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### DECRETO 5286 2014

DECRETO Nº 5286/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 14 DA QUADRA Nº 48, COM ÁREA DE 4.040,00M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLAVIO BERTE, Prefeito Municipal em Exercício de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº. 14 da Quadra nº. 48, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 15.342, de propriedade de Maria Lurdes Rocha Costa.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 14 da Quadra nº. 48, nesta cidade, com área de 4.040,00m2 (quatro mil e quarenta metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 48, com área de 544,79m2 (quinhentos e quarenta e quatro metros e setenta e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote nº. 14-B, medindo 15,60m;

SUL : com o a Avenida Washington Luiz, medindo 15,00m;

LESTE : com o Lote Urbano nº.13, medindo 5,00m e 31,00m respectivamente;

OESTE : com o Lote nº. 14-A, medindo 31,36m.

b) Lote Urbano nº. 14-A (quatorze-A) da Quadra nº. 48, com área de 535,32m2 (quinhentos e trinta e cinco metros e trinta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote nº. 14-B, medindo 23,17m;

SUL: com o a Avenida Washington Luiz, medindo 15,00m;

LESTE: com o Lote Urbano nº.14, medindo 31,36m;

OESTE: com o Lote nº. 16, medindo 27,80m.

c) Lote Urbano nº.14-B (quatorze-B) da Quadra nº. 48, com área de 1.121,48m2 (um mil cento e vinte um metro e quarenta e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote nº.14-C, medindo 70,07m;

SUL: com os Lotes nºs. 13, 14 e 14-A, medindo 35,00m, 15,60m e 23,17m respectivamente;

LESTE : com a Rua Almirante Barroso, medindo 15,26m;

OESTE : com o Lote nº. 16, medindo 12,00m.

d) Lote Urbano nº.14-C (quatorze-C) da Quadra nº. 48, com área

de 927,65m2 (novecentos e vinte sete metros e sessenta e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote nº.14-D, medindo 67,83m;

SUL: com o Lote nº.14-B, medindo 70,07m;

LESTE : com a Rua Almirante Barroso, medindo 15,27m;

OESTE : com os Lotes nºs. 16 e 18, medindo 9,20m e 2,80m respectivamente.

d) Lote Urbano nº.14-D (quatorze-D) da Quadra nº. 48, com área de 910,76m2 (novecentos e dez metros e setenta e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote nº.08, medindo 66,90m;

SUL: com o Lote nº.14-C, medindo 67,83m;

LESTE : com a Rua Almirante Barroso, medindo 15,27m;

OESTE : com o Lote nº.18, medindo 12,00m.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário e o Decreto Municipal nº. 5279 de 13 de Outubro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

FLAVIO BERTE  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.  
Data 03/11/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS  
Secretario Municipal

### DECRETO 5287 2014

DECRETO Nº 5287/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 02 DA QUADRA Nº 12-A, COM ÁREA DE 551,81M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLAVIO BERTE, Prefeito Municipal em Exercício de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº. 02 da Quadra nº. 12-A, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 15.368, de propriedade de Heleodoro Diaz Nunes e Terezinha dos Santos Nunes.

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 02 da Quadra nº. 12-A, nesta cidade, com área de 551,81m2 (quinhentos e cinquenta e um metros e oitenta e um centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 12-A, com área de 251,81m2 (duzentos e cinquenta e um metros e oitenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o a Avenida Washington Luiz, medindo 22,92m;

SUDESTE: com o Lote nº. 01, medindo 28,61m;

NOROESTE: com o Lote nº. 02-A, medindo 11,00m e 11,93m.

b) Lote Urbano nº. 02-A (dois-A) da Quadra nº. 12-A, com área de 300,00m2 (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a Avenida Washington Luiz, medindo 10,78m;

SUDESTE: com o Lote nº. 02, medindo 11,93m, 11,00m e com o Lote nº. 01, medindo 5,10m;

SUDOESTE: com o Lote nº. 15, medindo 24,37m;

NOROESTE: com o Lote nº. 03, medindo 11,20m.

Art. 3.º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

FLAVIO BERTE

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.  
Data 03/11/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS  
Secretario Municipal

## Doutor Pedrinho

### PREFEITURA

#### PORTARIA 129/2014

PORTARIA no 129, de 17 de Outubro de 2014.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve:

#### EXONERAR

O servidor ALÍCIO GIACOMOZZI, ocupante do cargo em comissão de Secretário de Agricultura, Meio-Ambiente e Turismo (DAS-01), para o qual foi nomeado pela Portaria nº 001, de 01/01/2013, a contar de 19/08/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

#### PORTARIA 130/2014

PORTARIA no 130, de 28 de Outubro de 2014.

Concede licença para tratar de interesses particulares ao servidor efetivo lotado na Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 89 da Lei Complementar no 50, de 16/10/2006; e  
Considerando-se o requerimento formulado pelo interessado e a comprovação dos requisitos pertinentes; resolve:

#### CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Ao servidor do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificado, pelo período de 06 meses; a contar desta data:

Nome do(a) Servidor(a)	Emprego Público	Base de Cálculo Salarial
Sergio Luiz dos Santos	Motorista de Carga	Sem remuneração

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 28 de outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.



**PORTARIA 131/2014**

PORTARIA no 131, de 31 de Outubro de 2014.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve:

**EXONERAR**

O servidor VENÂNCIO JANKE, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Obras (DAS-2), para o qual foi nomeado pela Portaria nº 007, de 24/01/2014, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 31 de outubro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA 132/2014**

PORTARIA no 132, de 31 de Outubro de 2014.

Concede auxílio financeiro ao aluno de curso técnico e profissional não existente no município.

O PREFEITO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 1º da Lei no 414, de 02/10/2000, alterada pela Lei no 584, de 23/03/2005, a Lei nº 626 de 14/03/2006 e a Lei nº 648, de 17/08/2006,

Considerando-se o requerimento formulado pelo interessado e a comprovação dos requisitos pertinentes; resolve:

**CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO**

Ao aluno abaixo identificado, matriculado em cursos técnico e/ou profissional (graduação) não existente neste município, a partir de outubro de 2014, na forma que segue:

Aluno	Instituição	Curso	Valor	Processo nº	A contar de:
Ederson Schikorski	UNIAS-SELVI	Design Moda	R\$ 118,00	67/2014	29/10/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 31 de outubro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA 133/2014**

PORTARIA no 133, de 31 de outubro de 2014.

Exclui auxílio financeiro aos alunos de cursos técnicos e profissionais não existente no Município.

O PREFEITO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 1º da Lei no 414, de 02/10/2000, alterada pela Lei no 584, de 23/03/2005, a Lei nº 626 de 14/03/2006 e a Lei nº 648, de 17/08/2006,

Considerando que, os alunos abaixo relacionados não frequentam

mais seus respectivos cursos, a partir de outubro de 2014; RESOLVE;

**CANCELAR O AUXÍLIO FINANCEIRO**

Nº	Aluno	Instituição	Curso	Valor	Processo nº
11	Janaina Goes	UNIAS-SELVI	Pedagogia	R\$ 45,00	20/2012
14	Elizangela dos Santos	UNIAS-SELVI	Pedagogia	R\$ 45,00	26/2012
14	Ronei Lach	FURB	Ciências da Computação	R\$ 80,00	58/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 31 de outubro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA 134/2014**

PORTARIA no 134, de 31 de outubro de 2014.

Concede Promoção por Qualificação Profissional aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e

Considerando-se o requerimento formulado pelos servidores com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados;

Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito dos requerentes; resolve:

**CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Aos servidores do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificados, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Matilde Judith Doemer	Professor II	17/10/2014	6 - V	6 - X
Marli Lewin Schurt	Professora I	17/10/2014	5 - C	5 - D
Mérci Franke Gessner	Professora II	17/10/2014	6 - AG	6 - AH
Mônica Koglin Poeta	Professora II	17/10/2014	6 - AL	6 - AM
Izabel Cristina Saldanha Packer	Professora I	17/10/2014	5 - Z	5 - AA

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 31 de outubro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

# Erval Velho

## PREFEITURA

### DECRETO 1896/2014

DECRETO 1896, de 21 de outubro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 22.200,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV - 2.010 - CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES MUNICIPA-  
LISTAS

3.3..50.00.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 22.200,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1896 /2014, de 21 de outubro de 2014

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinário

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846//2014	45.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00

Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Decreto n.º 1872/2014	17.500,00
Decreto n.º 1875/2014	265.000,00
Decreto n.º 1877/2014	204.000,00
Decreto n.º 1879/2014	50.000,00
Decreto n.º 1880/2014	45.000,00
Decreto n.º 1893/2014	5.700,00
Decreto n.º 1893/2014	22.200,00
Total Decretos	1.181.400,00
Saldo	298.485,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### DECRETO 1897/2014

DECRETO 1897, de 30 de outubro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 8.200,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE

3.1..90.00.00.00.00.03.0364.00 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 8.200,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).PMAQ

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 30 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1897 /2014, de 30 de outubro de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0064- Recursos PMAQ

Ativo Financeiro	266.785,95
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	266.785,95
Deduções	
Decreto n.º 1846/2014	55.000,00
Decreto n.º 1885/2014	70.000,00
Decreto n.º 1886/2014	16.000,00
Decreto n.º 1897/2014	8.200,00
Total Decretos	149.200,00
Saldo	117.585,95

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### DECRETO 1898/2014

DECRETO 1898, de 30 de outubro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autorizada conforme Lei nº 1352 de 18 de dezembro de 2014.  
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval Velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a SUPLEMENTAÇÃO da dotação abaixo;  
ÓRGÃO - 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE - 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV. - 2.016 - Manutenção do Transporte Escolar  
59 - 3.3.90.00.00.00.0019 .....  
..... R\$ 50.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0018 Transferências do FUNDEB e 0019 Transferências do FUNDEB - Outras Despesas, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - Estado de Santa Catarina, em 30 de outubro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 1899/2014

DECRETO 1899, de 03 de novembro de 2014.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL QUE ESPECIFICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO PÚBLICA.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de regularização de rua para uso público na Cidade de Erval Velho e com fundamento no DECRETO-LEI Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente no artigo 5º, alínea "i,"

Decreta:

Artigo 1º- Fica desapropriado parte da matrícula nº 3.575, com área total de 1.356,60 m², conforme memorial descritivo, mapa e matrícula em anexo, o que faz parte integrante da presente decreto, a qual foi denominada de Rua Francisco Fattori pela Lei Municipal 1.364/2014.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 03 de novembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 2998/2014

PORTARIA 2998, de 23 de outubro de 2014.  
Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora ANA PAULA BISCHOFF DA SILVA, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2915, de 05 de março de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 23 de outubro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA 2999/2014**

PORTARIA 2999, de 24 de outubro de 2014.

Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora GIOVANA SORAIA PAZINI DIEHL, ocupante do cargo temporário de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2877, de 03 de fevereiro de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 24 de outubro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3000/2014**

PORTARIA 3000, de 28 de outubro de 2014.

Altera Composição da Comissão Especial para acompanhamento do Concurso Público nº 001/2014 Designada pela Portaria n. 2997 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar a servidora GIZELLE FORNARI para integrar a Comissão Especial do Concurso Público nº 001/2014 na qualidade de presidente em substituição à servidora Cristiane Bordin Camaroto, ficando a comissão assim constituída:

1. Gizelle Fornari
2. Silvia Letícia Correa
- 3 .Fábio Trombetta
4. Francine Assmann
5. Cristian Tonial Anacleto

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 28 de outubro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3001/2014**

PORTARIA 3001, de 03 de novembro de 2014.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de novembro à 02 de dezembro de 2014, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Ivan Carlos Camilo	Operador de Máquinas	22/08/2013	A	21/08/2014

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 03 de novembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3002/2014**

PORTARIA 3002, de 03 de novembro de 2014.

Exonera servidor e declara vacância do cargo em virtude de aposentadoria e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de Aposentadoria por Idade ao servidor Olice Vitorazzi, conforme benefício n. 164.578.591-0, e carta de concessão de aposentadoria datada de 10 de setembro de 2014.

**RESOLVE:**

Art.1o. Exonerar o servidor OLICE VITORAZZI, do cargo de Agente de Serviços Externos, nível 02-B, matrícula n.261, nomeado pela Portaria n.1018/2002, de 02 de maio de 2002, lotado no Quadro de Pessoal do Município, em virtude de ter sido aposentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 03 de novembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI 1373/2014**

Lei n. 1374, de 28 de outubro de 2014.

Autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento vigente do Fundo Municipal de Erval Velho:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE 1.035 - Construção de Academia de Saúde  
Modalidade 44900000000001.0000.0023-54 - Aplicações diretas  
.....R\$ 86.200,00

Modalidade 44900000000001.0000.0064-38 - Aplicações diretas  
.....R\$ 6.278,55

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, nas Fontes de Recursos 01.0023.54 - Outras Transferências de Convênios da União e 01.0064-38 - PMAQ.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 28 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 28 de outubro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

**Faxinal dos Guedes****PREFEITURA****LO - 2.344 - ORÇAMENTO**

LEI nº 2.344/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Educação e Cultura

12.365.2003.2.007	Manutenção da Educação Infantil		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0001	38	120.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Educação e Cultura

12.365.2003.1.003	Ampliação da Rede Física da Educação Infantil		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0001	33	120.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes SC, 04 de Novembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

**LO - 2.343 - BAIXA BENS**

LEI nº 2.343/2014

AUTORIZA A BAIXA DE BEM PATRIMONIAL INSERVÍVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município do bem que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foi considerado inservível, conforme lista abaixo:

Código 50005 - Parque Infantil em Ferro

Art. 2º. Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos da Lei, a doar tal bem a entidades sem fins lucrativos, a qual realizará o aproveitamento ou comercialização de tais bens.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,  
em 04 de Novembro de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

## **LO - 2.342 - LDO 2015**

LEI Nº 2.342/2014

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - das disposições gerais.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000 são as identificadas nos anexos desta Lei.

### **CAPÍTULO II**

#### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015**

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o

objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;  
IV - Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;  
V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V - Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da

Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);  
VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);  
IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);  
X - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;  
XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;  
XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);  
XIII - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Conjunta nº. 2 de 08 de agosto de 2007 e outras legislações pertinentes.

§ 2º - Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, admitido o remanejamento por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º - As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º - Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detêm a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º - Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poderes Legislativo, Executivo e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais de Assistência Social, da Infância e Adolescência, Habitação e da Cultura para fins de contabilização de seus atos e fatos serão incorporados à contabilidade da Prefeitura como um Órgão e Unidade Orçamentária.

Art. 9º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;
- II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa;
- III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, do exercício de 2013 e fixada para 2014 e 2015;
- IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;
- V - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;  
VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;  
VII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/08/2014.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 - Os Fundos Municipais Terão suas Receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta Lei.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14 - Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art.15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º - Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente



arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista na presente, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nos anexos desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e do excesso de arrecadação do exercício de 2015 e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 - O Orçamento para o exercício de 2015 poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 - O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015 não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e

voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do município.

§ 2º. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24 - Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridade local, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 25 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2015 a preços correntes.

Art. 29 - O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 30 - Durante a execução orçamentária de 2015 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício corrente e constante desta Lei.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de

empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 10 desta lei.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 35 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 37 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 46 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 47 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de outubro de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

**LO - 2.341 - DESAFETAÇÃO IMÓVEL CAMARA**

LEI nº 2.341/2014

AUTORIZA PROMOVER A DESAFETAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a promover a desafetação do imóvel matriculado sob n. AV.2\21.718 constante do Registro de Imóveis de Xanxerê com as seguintes especificações: "Parte dos lotes 01 e 02 da chácara n. 04 da quadra 05, com área de 600m2 cada", conforme memorial descrito e certidão da matrícula anexos.

Art. 2º. O imóvel desafetado será alienado através da modalidade de Concorrência Pública sendo precedido de Laudo de Avaliação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,  
em 01 de Outubro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Oriundo Projeto de Lei Legislativo 001/2014

**Forquilha****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 205/PMF/2014.****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 205/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de Sistema Pedagógico para alunos da rede Municipal de Ensino, com fornecimento de material pedagógico e de apoio para alunos, pais e professores do Município de Forquilha/SC para o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de novembro de 2014 às 09:00 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, por e-mail [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) e [licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:licitacoes@forquilha.sc.gov.br) ou pelo site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br).

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

**DECRETO Nº 123, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 123, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO VALOR E DO SISTEMA DE RODÍZIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.014, de 29 de setembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º A tabela de preços referente à prestação de serviços funerários no Município de Forquilha, cujos valores são fixados pelo Poder Executivo municipal, passa a ser a seguinte:

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 1	Urna de madeira simples, sem visor, quatro alças duras	195,00
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	641,25

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 2	Urna de madeira, simples, sem visor, na cor branca, quatro alças duras	412,00
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	858,25

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 3	Urna de madeira, envernizada, com desenho na tampa, sem visor, quatro alças duras	647,50
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	1.093,75

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 4	Urna de madeira envernizada, com desenho na tampa, seis alças duras, sem visor	871,88
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	1.318,13

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 5	Urna de madeira com visor, envernizada, tampa lisa, seis alças	1.311,28
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	1.757,53

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 6	Urna de madeira com visor, envernizada, semi-luxo, com desenho na tampa, seis alças com detalhes	1.625,00
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Ornamentação de urna	230,00
	Total	2.301,25

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 7	Urna de madeira envernizada, com visor, semi-luxo, tampa e laterais em relevo, seis alças com detalhe	1.988,95
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Ornamentação de urna	230,00
	Total	2.665,20

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 8	Urna de madeira envernizada, com visor, semi-luxo, com bíblia ou cruz, alças varão.	2.422,75
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Ornamentação de urna	230,00
	Placa de luto ou bandeira para velório	187,90
	Total	3.286,90



GRUPO 9	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
	Urna envernizada de madeira, luxo, entalhada, com visor inteiro, tampa e laterais em relevo, seis alças com detalhes	3.020,00
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tampomamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Ornamentação de urna	230,00
	Placa de luto ou bandeira para velório	187,90
	Total	3.884,15

Parágrafo único. Os demais serviços classificados como facultativos e não relacionados na tabela acima, e que eventualmente sejam oferecidos pela concessionária, deverão seguir a tabela referencial da ABREDIF - Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários.

Art. 2º Para garantir a divisão equitativa, os serviços funerários serão prestados, em forma de rodízio, entre as empresas concessionárias.

§ 1º O funcionamento do rodízio e os demais itens relativos à Central de Luto do Serviço Funerário poderão ser estabelecidos em regulamento próprio, ficando, desde já, considerados como casos excepcionais ao sistema de rodízio, com exclusão da escolha aleatória:

I - o caso de acidente com mais de 1 (um) óbito quando da mesma família;

II - O caso de óbito de parente até o segundo grau consanguíneo em linha reta ou colateral dos sócios de concessionária do serviço funerário do município de Forquilha, sendo da sua responsabilidade a comprovação do parentesco, sob pena de aplicação de multa e exclusão de realização de funerais por 3 (três) vezes.

§ 2º Fica determinado que, para a garantia de divisão equitativa dos serviços, em qualquer hipótese de exclusão da escolha aleatória, será, a concessionária escolhida, eliminada do próximo serviço de funeral da escolha aleatória.

Art. 3º As empresas concessionárias do serviço público funerário municipal poderão criar planos funerários com vistas a facilitar o acesso ao serviço e/ou complementá-lo.

§ 1º Às empresas concessionárias de serviços funerários não é assegurado o direito de exclusividade no oferecimento de planos funerários, mas somente em relação à prestação dos serviços, sendo facultado a outras empresas o oferecimento de planos que garantam o custeio do serviço funeral a ser prestado pelas empresas concessionárias do município.

§ 2º As relações decorrentes da contratação de planos funerários com ex-concessionárias de serviço público deverão ser regidas pelas regras de direito privado, e as relações jurídicas controvertidas deverão ser compostas entre as partes interessadas, sem intervenção do Poder Público Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0137/2014-PMF RP 0073

Aviso do Pregão Presencial nº 0137/2014 - PMF

Registro de Preços Nº 0073/2014

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa objetivando a prestação de serviços de colocação e retirada de enfeites natalinos e de páscoa, para decoração de diversas ruas e avenidas do município. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2014 a abril de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 17.11.2014. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 04 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

#### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0138/2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0138/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para recuperação da cobertura dos ginásios de esportes do Centro de Educação Municipal Pe. Biagio Simonetti, localizado na Rua Maria Salete de Oliveira e do Centro de Educação Faxinal dos Carvalhos, localizado na comunidade do Faxinal dos Carvalhos, com fornecimento de todo material necessário. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 17.11.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 04 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 2007/2014

PORTARIA N.º 2.007, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021 de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01166/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEUZA DIAS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 848.903.559-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de

05 de novembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## PUBLICAÇÃO DE TRANSF. DE RECURSOS

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
16/09/2014	Ministério da Saúde	VIG.SANITÁRIA	400,35
16/09/2014	Ministério da Saúde	VIG.SANITÁRIA	1.380,55
04/11/2014	Ministério da Saúde	SAMU	12.500,00
04/11/2014	Ministério da Saúde	SAMU	9.419,00
04/11/2014	Ministério da Saúde	PACS	55.770,00
04/11/2014	Ministério da Saúde	PSF	46.345,00
04/11/2014	Ministério da Saúde	Saúde Bucal	6.690,00
04/11/2014	Ministério da Saúde	PSF	20.000,00

Secretaria de Finanças

## DECRETO Nº 0286/2014

DECRETO Nº 0286, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.1.0400 (10)	R\$	300.000,00
Total		
	R\$	300.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 – Cota Parte do ICMS	R\$	300.000,00	
TOTAL		R\$	300.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0287/2014**

**DECRETO Nº 0287, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**DIVULGA A NOVA CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA  
CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0032, DE 01 DE  
SETEMBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a nova classificação do código 1 e 2 do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0032 de 01 de setembro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: - Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Educação Infantil

Disciplina: -

**Critérios de Desempate**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	195	MARCIA EULINA LUCIANO	22	4	5	6	NÃO	05/01/1970
2	117	SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ	21	6	5	4	NÃO	04/01/1979
3	255	LUCI DOS SANTOS	21	6	5	3	NÃO	09/12/1974
4	1	LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RE	21	6	5	3	NÃO	30/07/1981
5	247	MARIA CAROLINA PRATES ZENERE	20	6	5	6	NÃO	31/01/1975
6	87	NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA	19	6	5	4	NÃO	22/06/1966
7	7	ELENICE MELLO PHILIPPUS	17	6	5	2	NÃO	10/07/1982
8	107	ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA	17	4	5	3	NÃO	06/08/1983
9	36	IVANIR BENKE	17	4	5	2	NÃO	04/04/1973
10	201	NEIVA CUSTÓDIA DE OLIVEIRA	16	6	5	3	NÃO	14/03/1963
11	90	JOECELI DE SOUZA	16	6	5	3	NÃO	23/06/1982
12	123	IVETE FATIMA SEGALA PUHL	16	6	5	2	NÃO	21/09/1957
13	51	MARIA ROSELI LEITE FERNANDES	16	6	5	2	NÃO	25/05/1963
14	103	MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA	16	6	5	1	NÃO	25/12/1972
15	147	RITA PRATES RIBEIRO	16	6	5	0	NÃO	07/07/1978
16	12	MARILI APARECIDA DO PRADO	16	6	5	0	NÃO	02/11/1981
17	111	GIANE COELHO DE ALMEIDA	15	6	5	4	NÃO	23/10/1973
18	33	VANESSA BRANDT	15	6	5	1	NÃO	07/05/1982
19	182	ROSANGELA DORNELLES	15	4	5	2	NÃO	26/09/1981
20	288	EDIANE MOLIM BITENCOURT	15	4	5	1	NÃO	19/11/1989
21	109	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS	14	6	5	3	NÃO	12/04/1964
22	140	ELIZIANE ANDRADE BARRETTI	14	6	5	3	NÃO	16/08/1978

terça-feira, 4 de novembro de 2014

Página 1 de 3



23	231	ANA CLAUDIA RIBEIRO	14	6	5	3	NÃO	10/02/1982
24	139	NANDINE DE FATIMA GUEDES	14	6	5	2	NÃO	19/07/1976
25	11	MARILENE DE FATIMA DO PRADO	14	6	5	0	NÃO	22/02/1989
26	281	ROZENIDE FATIMA GAIO	14	4	5	3	NÃO	04/11/1968
27	244	IARA APARECIDA ANDRADE WEBER	14	4	5	3	NÃO	22/08/1969
28	34	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	14	4	5	3	NÃO	15/02/1973
29	121	MAGALI DOS SANTOS ROCHA	14	4	5	1	NÃO	07/02/1971
30	248	JOEDNA APARECIDA DA SILVA	14	4	5	1	NÃO	05/10/1984
31	80	FABIANA TELLE	14	4	5	1	NÃO	21/02/1989
32	19	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	13	6	5	2	NÃO	23/11/1969
33	114	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	13	6	5	2	NÃO	20/03/1973
34	76	IRACI PEREIRA DA CRUZ	13	6	5	2	NÃO	22/06/1981
35	204	JACINTA PEREIRA	13	6	5	2	NÃO	21/07/1983
36	268	FABIANA DE FREITAS	13	6	5	0	NÃO	23/08/1980
37	272	LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA	13	6	1	4	NÃO	13/08/1979
38	38	VERA LUCIA DEDOMENICO PRIGOL	13	4	5	2	NÃO	09/04/1965
39	82	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	13	4	5	2	NÃO	30/10/1979
40	249	ROSALINA MUNIZ	13	4	5	1	NÃO	31/10/1965
41	145	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	13	4	5	1	NÃO	13/11/1979
42	39	DIANE DINO DOS SANTOS PRADO	13	4	5	0	NÃO	23/07/1981
43	25	KELLY MORAES ANTUNES	13	4	5	0	NÃO	19/02/1989
44	100	RENICE PRATES	12	6	5	1	NÃO	19/08/1979
45	29	JACIRA KERVALL REZZADORI	12	4	5	3	NÃO	22/01/1964
46	221	FERNANDA APARECIDA FERREIRA DE DEUS	12	4	5	1	NÃO	11/02/1987
47	27	LÚCIA MAINARD DE OLIVEIRA	12	0	5	2	NÃO	09/09/1971
48	185	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS	12	0	5	1	NÃO	03/02/1980
49	74	LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS	12	0	5	0	NÃO	19/09/1977
50	129	ANA CAROLINI GOMES VANZ	11	4	5	2	NÃO	01/03/1986
51	6	GRAZIELE BOGO	11	4	5	2	NÃO	07/11/1988
52	186	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	11	4	5	1	NÃO	14/11/1974
53	46	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	11	4	5	0	NÃO	27/06/1979
54	35	MARLI APARECIDA DA ROSA	10	4	5	1	NÃO	02/07/1970
55	192	MARLENE PEREIRA	10	4	5	1	NÃO	21/03/1971
56	59	LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA	10	4	5	1	NÃO	17/03/1983
57	30	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	10	4	5	1	NÃO	17/04/1984
58	308	ANDREIA RINALDI	10	4	5	1	NÃO	13/04/1986
59	173	MARISA RODRIGUES	10	0	5	1	NÃO	05/11/1966

terça-feira, 4 de novembro de 2014

Página 2 de 3

60	188	LUCIANE GERLACH DE MORAES	10	0	5	0	NÃO	14/12/1985
61	162	SALETE IVANIR MAITELI DE OLIVEIRA	9	6	1	0	NÃO	20/08/1958
62	223	NEUSA TERESINHA TREI	9	4	5	0	NÃO	01/03/1959
63	44	GEISA KARINE SOLIGO	9	4	5	0	NÃO	05/02/1986
64	229	CRISTIANE MICHELON	9	4	0	0	NÃO	28/03/1987
65	155	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	9	0	5	0	NÃO	30/05/1977
66	58	LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA	9	0	5	0	NÃO	24/01/1991
67	119	MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN	8	0	5	0	NÃO	28/04/1979
68	18	DILCE ZAGO DA SILVA	7	0	5	2	NÃO	11/11/1969
69	112	NILSEIA APARECIDA LEMOS	7	0	5	2	NÃO	21/11/1976
70	75	DEJANIRA MOREIRA	7	0	5	1	NÃO	08/09/1984
71	120	ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES	7	0	2	1	NÃO	12/05/1991
72	101	EVELIZE CRISTINA GARCIA	7	0	2	0	NÃO	07/07/1990
73	42	NEIVA DÓRIS BARTEL	6	0	5	1	NÃO	23/05/1967
74	169	SABRINA VERONA	6	0	5	1	NÃO	08/07/1988
75	267	MARILZA BILIK	6	0	4	0	NÃO	23/05/1985
76	289	TACIANA BOGO	5	0	5	0	NÃO	20/03/1990
77	326	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA	5	0	3	0	NÃO	14/09/1982
78	245	KÁTIA FRANCIELLE FELTRIN	4	4	0	0	NÃO	26/03/1989
79	254	FRANCIELE BUENO SCOPEL PAVARIN	4	0	2	2	NÃO	11/05/1978
80	297	CLAIR DA FONSECA	3	0	0	1	NÃO	04/09/1983
81	40	rita de cassia simões	3	0	0	0	NÃO	31/05/1988
82	260	TÂNIA DIAS DE ALMEIDA	2	0	0	2	NÃO	23/11/1985
83	136	CLAUDETE DE FATIMA PELISSARI	1	0	1	0	NÃO	12/07/1967
84	161	DANIELA DE BAIRROS CERON DE MERA	1	0	0	1	NÃO	25/01/1981
85	143	SILMARA APARECIDA OLIVIO BARBOSA	0	0	0	0	NÃO	27/09/1982
86	315	SUSAN CORRÊA	0	0	0	0	NÃO	03/01/1988

terça-feira, 4 de novembro de 2014

Página 3 de 3



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

**Critérios de Desempate**

**1º 2º 3º 4º 5º**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	72	GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHABERLE	22	6	5	6	NÃO	05/01/1965
2	152	ROSE DORINI RIBEIRO	22	6	5	4	NÃO	21/06/1975
3	253	ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA	21	6	5	4	NÃO	24/07/1978
4	290	JUCENI MELLO CAREGNATTO	20	6	5	3	NÃO	28/07/1978
5	118	ALMERÍ APARECIDA KADES MORSOLETTTO	19	6	5	3	NÃO	01/03/1967
6	196	MARINÉZ DA ROSA	18	4	5	2	NÃO	14/07/1975
7	200	CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL	17	6	5	3	NÃO	12/08/1961
8	64	ANDREA VICENTE	17	4	5	3	NÃO	02/04/1979
9	93	MARICLEIA PIROLA	17	4	5	2	NÃO	11/04/1984
10	184	EVA MARISTELA TELES REZENDES	16	4	5	2	NÃO	09/10/1973
11	153	GISLAINE DA SILVA CARACHO	16	4	5	0	NÃO	10/06/1986
12	322	ROSANA APARECIDA COMACHIO	15	6	5	2	NÃO	30/07/1978
13	220	LUCIANE DA ROSA	14	6	5	3	NÃO	17/02/1986
14	115	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON	13	6	5	2	NÃO	26/05/1974
15	219	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	13	6	5	2	NÃO	30/06/1976
16	180	JOSIANE GHELLER	13	6	5	2	NÃO	03/03/1987
17	305	ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE	13	4	5	3	NÃO	26/04/1969
18	84	IRIA LEONI BEAL	13	4	5	2	NÃO	06/04/1958
19	218	IVANA REGINA BELLINCANTA	13	4	5	2	NÃO	21/11/1968
20	239	ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI	13	4	5	2	NÃO	25/05/1977
21	205	JUSSARA BRIDI DE OLIVEIRA	13	4	4	3	NÃO	31/10/1980
22	301	TEREZINHA FERREIRA	13	4	4	1	NÃO	08/10/1967

terça-feira, 4 de novembro de 2014

Página 1 de 2



23	252	CARLA TATIANE MARTINS	12	4	5	3	NÃO	08/01/1978
24	304	ROSENILDA APARECIDA FERREIRA	11	6	2	3	NÃO	05/08/1977
25	291	ROSENI DE FATIMA MARCONDES	11	4	5	2	NÃO	15/06/1975
26	52	LUCIANE DOS SANTOS AMARAL	11	4	5	2	NÃO	29/09/1981
27	68	MARCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	11	4	3	1	NÃO	21/01/1981
28	16	JUCÉLIA DAS GRAÇAS RIBEIRO	10	4	5	1	NÃO	28/07/1983
29	37	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	10	0	5	3	NÃO	14/10/1983
30	159	MARIA SALETE DA SILVA LUCIANO	10	0	5	0	NÃO	22/04/1975
31	149	ROSELI DOS SANTOS	9	0	5	0	NÃO	18/10/1978
32	285	ANGELA DOS SANTOS	9	0	5	0	NÃO	02/07/1984
33	158	JULIANA LOPES DE SOUZA	9	0	4	0	NÃO	13/11/1988
34	302	KÁTIA REGINA DOS SANTOS	8	0	5	3	NÃO	20/07/1973
35	181	LUZIA RIBEIRO HUBAR FERREIRA	8	0	5	0	NÃO	05/09/1979
36	144	JANICE HAMMES	8	0	2	2	NÃO	30/07/1969
37	8	EVA SIMONE THOMAS DA SILVA	6	6	0	0	NÃO	25/08/1977
38	282	MARIA DE JESUS DE ALMEIDA GOMES	6	0	5	1	NÃO	25/12/1966
39	94	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	6	0	5	1	NÃO	26/11/1976
40	206	MARINÊS TELLES	6	0	5	1	NÃO	10/04/1979
41	105	JOSIANE APARECIDA DE PAULA PEREIRA	6	0	4	2	NÃO	23/10/1973
42	154	CARMEN TEREZINHA MARI	6	0	0	1	NÃO	26/06/1958
43	55	ROSEMARI DE FÁTIMA CAMARGO GARCIA	5	0	5	0	NÃO	29/08/1969
44	269	ANA PAULA MORAES	5	0	5	0	NÃO	03/01/1981
45	321	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	5	0	5	0	NÃO	19/03/1988
46	97	MARCIA HELENA HERMES RIBEIRO	4	0	0	2	NÃO	16/04/1975
47	17	RODRIGO DOS ANJOS MOTTA	3	0	0	1	NÃO	30/08/1979
48	266	EDERLEY CRUZ SOBRINHO PARISE	2	0	2	0	NÃO	05/05/1976

terça-feira, 4 de novembro de 2014

Página 2 de 2



DECRETO Nº 0288/2014



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0035 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Instrutor de Trabalhos Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Manuais

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
----	----	----	----	----

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	23	3,73
2	1	SANTINA LOURENÇO	11	6,98

Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	0	1	NÃO	02/03/1989
0	0	3	NÃO	01/11/1976

**DECRETO Nº 0288, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**DIVULGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0035, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0035, de 30 de setembro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº.671 /2014 DEFINE ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DE CADA FASE DO (PMGIRS)**

DECRETO Nº.671 /2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
DEFINE ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E HOMOLOGAÇÃO DO PRODUTOS REFERENTES A CADA FASE DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - (PMGIRS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o a Lei Orgânica do município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Comitê Diretor Local destinado a acompanhar e homologar os produtos referentes a cada fase da elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deste Município.

Art. 2º - O Comitê Diretor Local será composto por: (6 PESSOAS)

1) (Eduardo Mello) - Representante da Secretária Municipal de Obras;

2) (Ciro Novelo) - Representante da Secretária Municipal de Meio Ambiente;

3) (Roseni Alves Borges Ribeiro) - Representante da Secretária Municipal de Saúde;

4) (Hélio Oki) - Representante da Secretária Municipal de Administração;

5) (Ilete Sueli Pilon Cordeiro) - Representante da Secretária Municipal de Educação;

6) (Adriana Francisco) - Representante da EPAGRI;

§ 1º O Comitê Diretor Local será presidido pelo representante da Secretária de Administração (Hélio Oki).

§ 2º São atribuições específicas do presidente do Comitê:

I - representar o comitê ou delegar sua apresentação

II - convocar as reuniões do Comitê sempre que solicitado por qualquer dos seus membros;

III - coordenar as reuniões e proferir o voto de qualidade nos casos de empate.

Art. 3º - Ao Comitê Diretor Local compete:

a) Acompanhar e cooperar no processo de mobilização social;

b) Deliberar sobre estratégias e mecanismos que assegurem a implantação do trabalho;

c) Propor e garantir locais para realização das reuniões técnicas e audiências públicas;

d) Sugerir alternativas sobre o ponto de vista local;

e) Validar os conteúdos técnicos que serão apresentados nas audiências públicas;

f) Participar das audiências públicas.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Frei Rogério (SC), 03 de Novembro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Plano Municipal De Gerenciamento Integrado De Resíduos Sólidos Do Contestado - PMGIRS

#### Composição Comitê Diretor Local - Frei Rogério

Nome	Orgão/ Secretaria	E-Mail	Telefone
Hélio Oki	Administração	gabinete@freirogerio.sc.gov.br	3257-0000
Eduardo Mello	Obras	gabinete@freirogerio.sc.gov.br	3257-0000
Ciro Novelo	Meio Ambiente	gabinete@freirogerio.sc.gov.br	3257-0000
Roseni Alves Borges Ribeiro	Saúde	gabinete@freirogerio.sc.gov.br	3257-0000
Ilete Sueli Pilon Cordeiro	Educação	gabinete@freirogerio.sc.gov.br	3257-0000
Adriana Francisco	EPAGRI	gabinete@freirogerio.sc.gov.br	3257-0000

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com artigo 24, inciso X da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 178/2014; DL nº. 27/2014; Contratada: JOSE ADILSON MARTINS, CPF: 521.058.309-00; Objeto: Locação do imóvel no bairro Campo Duna pra instalação do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos para crianças e adolescentes. Valor: R\$ 3.000,00 (Três mil reais). Data da Assinatura: 30/10/2014

### PORTARIA N.º 922/2014.

PORTARIA N.º 922, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SETOR DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

Considerando que os serviços do Setor de Marcação de Consultas da Secretaria Municipal de Saúde necessitam de horário diferenciado para suas atividades, desenvolvendo 06 (seis) horas de atendimento ao público e 02 (duas) horas de expediente para serviços internos,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do § 1º, do artigo n.º 60, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica estabelecido para o Setor de Marcação de Consultas da Secretaria de Saúde, a partir de 20/10/2014, horário de funcionamento para ATENDIMENTO AO PÚBLICO de 09:00 h às 17:00 h, com EXPEDIENTE INTERNO das 08:00 h às 09:00 h e das 17:00 h às 18:00 h.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 20/10/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 68/2014. Processo nº 178/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: JOSE ADILSON MARTINS; CPF: 521.058.309-00; Objeto: Locação do imóvel no bairro Campo Duna pra instalação do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos para crianças e adolescentes. Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais). Data da Assinatura: 30/10/2014.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 09 AO CONTRATO Nº 35/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo; Contrato nº 35/2011; Processo nº. 77/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: M & L EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. CNPJ: 10.789.611/0001-14. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 35/2011 por mais 45 (quarenta e cinco) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, anexo a este termo; Data da Assinatura: 11/10/2014.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº56/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Ata de registro de preço nº 56/2014; Processo nº. 098/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS. CNPJ: 04.217.590/0001-60. Objeto: O presente aditivo tem por objeto equilíbrio econômico - financeiro; Data da Assinatura: 15/10/2014.

### HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO N.º 014/2014

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

#### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 014/2014

FICA HOMOLOGADO o Resultado do Processo Seletivo, Edital n.º 014/2014, para o seguinte cargo:

CARGO: Psicólogo CREAS

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO		
001	Juliana Ribeiro Arantes		
002	Cláudia Regina Martins		
003	Valquiria Domingues de Faria		
004	Bruna da Silva		

005	Mariana Silva Pires		
006	Daniela Bernardo João		

Garopaba, 04 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 05/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### **LEI Nº 1.847, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014**

LEI Nº 1.847, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

“DENOMINA RUAS E SERVIDÃO NO BAIRRO CAMPO D’UNA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua existente situada na localidade do Bairro Campo D’Una partindo-se do Ponto A, junto ao alinhamento do lado par da Rua Ary Sanseverino, segue em direção ao noroeste, com largura de 10,00 metros por uma distância de 68,40 metros por um azimute de 291º51’03” até o Ponto B, junto ao início da Rua Emilian da Silveira, passa a ser denominada Rua OLÁVIO VITÓRIO RICARDO, Conforme croqui e Memorial Descritivo em anexo.

Art. 2º - A Rua existente situada na localidade do Bairro Campo D’Una partindo-se do Ponto C, junto ao alinhamento ao lado ímpar no final da Rua Olávio Vitorio Ricardo, segue em direção ao sudeste, com largura de 10,00 metros por uma distância de 27,95 metros por um azimute de 215º, 37’06”, até Ponto D; segue ainda em direção ao sudoeste, por uma distância de 51,53 metros por um azimute de 223º02’18”, até o Ponto E; segue ainda em direção ao sudoeste, por uma distância 76,54 metros, por um azimute de 210º55’38”, até o Ponto F; segue por fim ainda em direção ao sudoeste, por uma distância de 112,21 metros, por um azimute de 213º28’16”, até o Ponto G; passa a ser denominada Rua EMI- LIANO DA SILVEIRA, Conforme croqui e Memorial Descritivo em anexo.

Art. 3º - A Rua existente situada na localidade do Bairro Campo D’Una partindo-se do Ponto I, junto ao alinhamento do lado par da Rua Ary Sanseverino, segue em direção ao noroeste com largura de 10,00 metros por uma distância 87,99 metros por um azimute de 293º 37’30”, até o Ponto J, no alinhamento do lado ímpar da Rua Emilian da Silveira, passa a ser denominada Rua CARLA CRISTINA SANTOS DE BARCELLOS. Conforme croqui e Memorial Descritivo em anexo.

Art. 4º - A Servidão existente situada na localidade do Bairro Campo D’Una partindo-se do Ponto. K junto ao alinhamento do lado par no final da Rua Ary Sanseverino, segue em direção ao noroeste com largura de 5,80 metros por uma distancia de 28,89 metros, por um azimute de 295º18’00”, até o Ponto L, no portão de acesso à propriedade existente, passa a ser denominada Servidão SABIÁ. Conforme croqui e Memorial Descritivo em anexo.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 075/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 075/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de caixa de transporte de peixe, oxímetros, rede de arrasto, cilindros de oxigênio, manômetros para cilindro de oxigênio e carretinha tipo reboque, para uso na piscicultura do município de Garuva através da Secretaria de Estratégias Rurais, conforme convênio nº 2014TR1812, firmado entre o município e o Estado de Santa Catarina através da SD R - Joinville.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 20/11/2014 as 08:30 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 03 de novembro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 082/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 082/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preços para Contratação de jornal diário de grande circulação para a publicação dos avisos contendo os resumos dos editais de licitação e demais atos oficiais de interesse da Administração Direta do Município de Garuva.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 19/11/2014 as 08:30 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 03 de novembro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO FMA Nº 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMA nº 005/2014  
Modalidade: Pregão  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item - Registro de Preços

Objeto: registro de preços para a aquisição de saibro, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades do Programa Caminho da Roça, conforme Lei nº 1686, de 30 de abril de 2013 e Decreto nº 158, de 25 de junho de 2013.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 18/11/2014 as 08:30 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 03 de novembro de 2014.  
José Chaves  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO FUNREBOM Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FUNREBOM nº 002/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Contratação de empresa para transformação de veículo tipo furgão em ambulância, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 14/11/2014 as 11:30 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 31 de outubro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 081/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 081/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço Unitário



Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa de mão de obra na construção civil para recuperação de pavimentação com lajota sextavada, conforme memorial descritivo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 18/11/2014 as 11:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 03 de novembro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 441/2014

PORTARIA Nº. 441, de 23 de outubro de 2014

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal por avaliação positiva, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas tão logo seja verificado o cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 20 e 22, Parágrafo Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 23 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 441/2014

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
NEUSA ALVES VIEIRA	PROFESSOR	III	D	E
PEDRO CIZ	OPERACIONAL IV	I	M	N
VANESSA MARILYNG BACKES NAGEL	ADMINISTRATIVO I	I	F	G

#### PORTARIA Nº 442/2014

PORTARIA Nº. 442, de 23 de outubro de 2014

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal, por avaliação positiva e por qualificação profissional, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas tão logo seja verificado o cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 20 e 22, Parágrafo Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 23 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 442/2013

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
ALINE KRAUSE TONDORF	ADMINISTRATIVO II	II	C	E
CECÍLIA ZAWODINI PETERS	PROFESSOR	III	D	F
MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA	ESPECIALISTA	JUNIOR	L	N

#### PORTARIA Nº 443/2014

PORTARIA Nº. 443, de 23 de outubro de 2014

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 046/2009 DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal por avaliação positiva, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas tão logo seja verificado o cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 20 e 22, Parágrafo Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 23 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

## ANEXO 1 DA PORTARIA 443/2014

## LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 046/09 DE 16/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
ADRIANA CAMILINA RODRIGUES	SUORTE	I	A	B
ANGELITA DE JESUS DAMASCENO PEREIRA	SUORTE	I	A	B
CRISTIANE MARIA FISCHER HASCKEL	SUORTE	I	A	B
CLEIDE FERREIRA DO VALE FALCÃO	AUXILIAR	I	B	C
DEJANIRA SOARES DE FARIAS	TÉCNICO	I	B	C
ELISETTE RODRIGUES ALVES	SUORTE	I	B	C
ELIZANGELA VENDOLIM DA SILVA	AUXILIAR	I	B	C
FRANCISCA ALRILEIDE MESQUITA GUERRA	ESPECIALISTA SUPERIOR	I	B	C
GISELE CAROLINE LEANDRO	AUXILIAR	I	B	C
IVONETE DOS SANTOS	SUORTE	I	A	B
JANETE APARECIDA DOS SANTOS	OPERACIONAL I	I	C	D
JOCIANE HEIN	TECNICO	I	B	C
KARINE HELOUISA EBERHARDT ZEHNPFENNIG	ESPECIALISTA SUPERIOR	I	B	C
LUCEMAR KRUEGER ALVES	SUORTE	I	A	B
MARIA LUCIA DE FREITAS	TÉCNICO	I	B	C
NOELI DA SILVA LIMA	AUXILIAR	I	B	C
PRISCILA CHAVES MARMITT	AUXILIAR	I	B	C
RAQUEL RODER LIMA	AUXILIAR	I	B	C
ROSE DAIANE LIMA MENEZES	AUXILIAR	I	B	C
ROSICLEIA LEMOS	AUXILIAR	I	B	C
SILMARA DE FARIAS	TÉCNICO	I	B	C

## Gaspar

## PREFEITURA

**EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 01/2014-FIA**  
EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 01/2014-FIA

CONVENIENTES - O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar - CMDCA e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar - APAE.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 23.995,00 (vinte e três mil novecentos e noventa e cinco reais), para o desenvolvimento do Projeto "PEDIA-SUIT", conforme plano de trabalho aprovado pela Resolução nº. 07/2014 - CMDCA.

DESPESA - O pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Valor: R\$ 23.995,00 (vinte e três mil novecentos e noventa e cinco reais)

Programa: 0027 Gestão do Fundo da Infância e da Adolescência  
Atividade: 1.100175 Criar e manter programa, projetos, serviços e ações com entidades.

Elemento da Despesa: 3.3.3.5.0.43.00.00.00

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - a partir da publicação no DOM/SC. até 31/12/2014.

DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 06 de outubro de 2014 - Camila Schreiber, pelo CMDCA, e Rogério Alves de Andrade pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar - APAE.

**DECRETO Nº 6.125, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 6.125, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 SAÚDE	
SubFunção: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200138 (2138) Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Despesa: 244 3.3.90Aplicações Diretas	R\$ 103.000,00



Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	
Atividade: 2.200022 (2022) Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
Despesa: 401 3.3.90 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Projeto: 1.100029 (1029) Construção, Ampliação e Ref.da SEMED,Escolas,Quadras Esp., Lab. e Salas M.Func.	
Despesa: 629 4.4.90Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 2º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 813 LAZER	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Atividade: 2.200068 (2068) Gaspar Natal em Festa	
Despesa: 590 4.4.90 Aplicações Diretas	R\$ 7.735,00

Art. 3º Por conta da anulação do art. 2º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 813 LAZER	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Atividade: 2.200068 (2068) Gaspar Natal em Festa	
Despesa: 79 3.3.90 Aplicações Diretas	R\$ 7.735,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de novembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 231/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 231/2014

OBJETO: Contratação de empresa para futura locação de veículo automotor para transporte de pessoas - repetição. ENVELOPES até às 9h do dia 24/11/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 04/11/2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## SAMAE - GASPAR

## AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº. 59/2014

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de tubos e conexões.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 19/11/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 19/11/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 30 de outubro de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60/2014 - SAMAE

EXTRATO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 60/2014

OBJETO: Aquisição de tanque para armazenamento de hidróxido de cálcio em suspensão.

CONTRATADO: KEVEL INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELE. (85.352.623/0001-86).

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 19.840,00 (dezenove mil oitocentos e quarenta reais)

DATA VIGÊNCIA: 04/11/2014

DATA VENCIMENTO: 31/12/2014

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 04 de novembro de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

# Grão Pará

## PREFEITURA

### JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA GILVANE COSTA KOCK-ME

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos que integram o rol de produtos da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: GILVANE COSTA KOCK-ME  
Empenhos: 424, 336, 1347, 1678, 1827, 1831, 1829, 2122, 1882, 2277, 2280, 2629,.

Valor: R\$ 6.147,04

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 04 de novembro de 2014.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA HELTON BLAZIUS GUISTI

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos que integram o rol de produtos da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: HELTON BLAZIUS GUISTI  
Empenhos: 77, 560, 558, 955, 937, 936, 1009, 765, 763, 935, 764, 1010, 840, 1280, 1281, 1375, 1376, 1424, 1440, 1283, 1374, 1423, 1576, 1579, 1578.

Valor: R\$ 5.733,93

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 04 de novembro de 2014.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA QUIMIGRAP

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos necessários ao serviço de copa e higiene da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: QUIMIGRAP COM. E REP. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA  
Empenhos: 437, 451, 453, 492, 575, 529, 736, 775, 779, 854, 934, 945, 1278, 1243, 1244, 1241, 1304, 1372, 1442, 1430, 1688, 1726, 1825, 1967, 2181, 2182, 2212, 2362, 2272, 2432, 2413, 2592, 2724, 2723, 2912, 3034, 3050, 3114, 3134, 3376, 3460, 3626, 3624, 3623, 3625.

Valor: R\$ 7.240,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 04 de novembro de 2014.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA TM SCHLICKMANN

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos necessários ao serviço de copa e higiene da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: TM Schlickmann & Cia Ltda ME  
Empenhos: 1367, 2029, 2719, 2634, 2626, 2862, 3154, 3128, 2722, 3033, 2865, 3155, 2658, 3813.

Valor: R\$ 4.510,31

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 04 de novembro de 2014.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

**DECRETO N 22-2014 COMISSÃO INTERSETORIAL-PLANO MUN. EDUCAÇÃO**

DECRETO Nº 22/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SOB A COORDENAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, PROFESSORA MARILEI MORGAN VERONEZI BRATTI"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

**CONSIDERANDO:**

A necessidade de elaboração do Plano Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014, assegurando estratégias que:

- I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;
- II - considerem as necessidades específicas da população, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
- III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
- IV - promovam a articulação Inter federativa na implementação das políticas educacionais.

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento em Educação é uma construção coletiva e exige definição de uma "comissão intersectorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública,

**DECRETA**

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação, por um período de 7 meses, a contar de novembro/2014 conforme segue:

JANE BLASIUS FAUST - Representante da Educação de Jovens e Adultos;  
ELAINE NIHEUS BOEING ASTE - Representante das Séries Iniciais do Ensino Fundamental;  
NEIDE LEAL WEBER PERIN - Representante da Educação Infantil;  
CARLOS ALBERTO MEURER MÜLLER - Representante da Secretaria Municipal de Esporte e Turismo;  
DENIZE REDIVO BUSSOLO - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;  
VIVIANE MACIESKI KAFKA - Representante da Educação Especial;  
VALMIR JACINTO BALLMANN - Representante da Câmara de Vereadores;  
ROSILDA PERIN BÖGER - Representante da Secretaria de Administração e Fazenda;  
IVANEIDE HENKEL PICKLER PERIN - Representante da Escola técnica;  
FABIANO GHIZONI KAFKA - Representante das APPs;  
ALEXANDRA MICHELS JUNKES - Representante dos anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;  
MERI TERESINHA KÜLKAMP SCHLICKMANN - Representante da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social;  
ANA PAULA AVELINO LÚCIO - Representante da Educação Infantil;  
ALINE PAZETTO DE OLIVEIRA SILVA - Representante da Educação Infantil;  
JULIANA MIRIAN MACIESKI KAFKA - Representante da Educação Infantil;  
JANE BONIN - Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;  
EDINARA HERECK BUSSOLO - Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;  
GREICY DE OLIVEIRA PEDROSSO - Representante da Alimentação

Escolar.

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Educação, com ênfase na participação social.

Parágrafo único. A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um Coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
29 de outubro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29 de outubro de 2014.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

# Guaramirim

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR N. 65/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 65/2014

Cria cargos e altera dispositivos da Lei Complementar nº 007/2001 de 23/11/2001.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Cria os cargos abaixo relacionados que passam a integrar os Anexos: III - Quadro Permanente, e ficam acrescentados ao anexo VI - definição dos cargos da Lei Complementar nº 007/2001, de 23 de novembro de 2001.

Código	Nome do Cargo	Vagas	Horas semanais	Nível de Vencimentos
30204	Professor de Música com especialização em trompete e trompa	01	20	038-IB ao 48
30203	Professor de Música com especialização em Tuba, Eufonio e Trombone de Vara	01	20	038-IB ao 48
30085	Professor de Dança com habilitação em Balé	01	20	038-A ao 49A

Art. 2º. As demais disposições da Lei Complementar nº 007/2001 e suas alterações permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de outubro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretario de Administração e Finanças

### ANEXO

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2001  
ANEXOVI - DEFINIÇÃO DOS CARGOS

GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS  
TÍTULO DO CARGO: Professor de Música com habilitação em trompete e trompa.

#### Descrição do Cargo:

Docência nas turmas de música (especificamente trompete e trompa) da Casa da Cultura e ainda as seguintes atribuições:  
Participar na elaboração da proposta pedagógica da Casa da Cultura; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta

pedagógica da entidade; zelar pela aprendizagem dos alunos; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; cumprir as determinações da Casa da Cultura; atuar na estruturação e manutenção da Banda Municipal escolhendo repertório, organizando ensaios e disponibilizando-a a participar de eventos abertos ao público

#### Responsabilidade:

Pelo serviço executado;

Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

#### Requisitos:

- Bacharel em Trompete ou Trompa, e/ou Licenciatura Plena em Música com habilidade comprovada nos instrumentos de sopro de metal, trompete ou trompa.
- Experiência comprovada com regência de Banda Marcial.
- Experiência na composição de arranjos musicais e softwares de edição de partituras.

#### Promoção ou Acesso:

Conforme estabelecido neste Plano.

#### Atividades Típicas:

Exercício das atribuições inerentes ao ensino de musicalização e dos instrumentos específicos descritos no cargo.  
Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.  
Ministrar aulas de Teoria Musical, trompete e trompa para turmas da Casa da Cultura.  
Trabalhar as técnicas instrumentais dos instrumentos, incentivar o estudo específico do instrumento, fazer arranjos musicais e trabalhar diversos repertórios.  
Incentivar a formação de grupo, promover eventos e apresentações em benefício do município.

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2001  
ANEXOVI - DEFINIÇÃO DOS CARGOS

GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS  
TÍTULO DO CARGO: Professor de Música com habilitação em Tuba, Eufonio e Trombone de Vara.

#### Descrição do Cargo:

Docência nas turmas de música (especificamente Tuba, Eufônio e Trombone de Vara) da Casa da Cultura e ainda as seguintes atribuições:

Participar na elaboração da proposta pedagógica da Casa da Cultura; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da entidade; zelar pela aprendizagem dos alunos; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; cumprir as determinações da Casa da Cultura; atuar na estruturação e manutenção da Banda Municipal escolhendo repertório, organizando ensaios e disponibilizando-a a participar de eventos abertos ao público

#### Responsabilidade:

Pelo serviço executado;

Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

**Requisitos:**

- Bacharel em Trombone, Tuba ou Eufônio, e/ou Licenciatura Plena em Música com habilidade comprovada nos instrumentos de sopro de metal, Trombone, Tuba ou Eufônio.
- Experiência comprovada com regência de Banda Marcial.
- Experiência na composição de arranjos musicais e softwares de edição de partituras.

**Promoção ou Acesso:**

Conforme estabelecido neste Plano.

**Atividades Típicas:**

Exercício das atribuições inerentes ao ensino de musicalização e dos instrumentos específicos descritos no cargo.  
Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.  
Ministrar aulas de Teoria Musical, Tuba, Eufônio e Trombone de Vara para turmas da Casa da Cultura.  
Trabalhar as técnicas instrumentais dos instrumentos, incentivar o estudo específico do instrumento, fazer arranjos musicais e trabalhar diversos repertórios.  
Incentivar a formação de grupo, promover eventos e apresentações em benefício do município

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2001  
ANEXOVI - DEFINIÇÃO DOS CARGOS

GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS  
TÍTULO DO CARGO: Professor de Dança com habilitação em Balé

**Descrição do Cargo:**

Docência nas turmas de dança (especificamente Balé e Balé infantil) da Casa da Cultura e ainda as seguintes atribuições:  
Participar na elaboração da proposta pedagógica da Casa da Cultura; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da entidade; zelar pela aprendizagem dos alunos; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

**Responsabilidade:**

Pelo serviço executado;  
Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

**Requisitos:**

Formação Técnica em Dança com especialização em Balé.

**Promoção ou Acesso:**

Conforme estabelecido neste Plano.

**Atividades Típicas:**

Exercício das atribuições inerentes ao ensino de dança e das categorias específicas descritas no cargo.  
Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.  
Ministrar aulas de Dança, Balé e Balé infantil para turmas da Casa da Cultura.  
Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; cumprir as determinações da Casa da Cultura; atuar na estruturação e manutenção de um grupo de Balé Infantil escolhendo coreografias, organizando ensaios e disponibilizando-a a participar de eventos abertos ao público em benefício do município.

**DECRETO Nº. 386/2014**

DECRETO Nº. 386/2014.

Cancela Ponto de Táxi nº. 48 e transfere taxista ao Ponto nº. 19.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Transfere o taxista Leonidas Feder do Ponto de Estacionamento de Táxi nº. 048, localizado na Gerônimo Corrêa, em frente ao cartório, Bairro Centro, ao Ponto nº. 019, localizado na Rua 28 de Agosto, em frente à Secretaria de Educação, neste Município.

Art. 2º. Revoga-se o Decreto nº. 231/2013, que cria o Ponto de Táxi nº. 048, localizado na Rua Gerônimo Corrêa, em frente ao cartório.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de outubro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 425/2014**

PORTARIA Nº 425/2014

PRORROGA Processo Administrativo Disciplinar instaurado através das Portarias nº. 374/2014 e 375/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a não conclusão dos processos administrativos disciplinares instaurados pelas Portarias nº. 374/2014 e 375/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar os Processos Administrativos Disciplinares instaurados através das Portarias nº. 374/2014 e 375/2014, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças



**AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL 109/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 109/2014
Tipo : Menor Preço - pelo total geral
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO A REALIZAÇÃO DE COBERTURA AEROFOTOGRAFÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO E GERAÇÃO DE ORTOFOTOCARTAS AO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM-SC
Entrega dos Envelopes: 21/11/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 21/11/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08h00min às 14h00min, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 04/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº02/2014 - FMA**

Estado de Santa Catarina
FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 2/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA, EM ATENDIMENTO AO TAC, INSTITUÍDO PELO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2013.00010962-7, FIRMADO EM 21 DE NOVEMBRO DE 2013.
Entrega dos Envelopes: 17/11/2014 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 17/11/2014 as 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 16:30 horas, ou pelo fone 3373-0247.
GUARAMIRIM, 04(quatro) de novembro de 2014(dois mil e quatorze) de 2008
ELISANGELA FENRICH
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**Guarujá do Sul****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREF 55**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Conforme Ata nº. 01/2014 - PL nº 55/2014 - TP 07/2014 para Contratação de empresa para execução de Rede de Abastecimento de Agua Potável no Loteamento Industrial Alcides Volkweis, município de Guarujá do Sul. ENCERRAMOS O REFERIDO PROCESSO LICITATORIO POR NÃO HAVER NENHUM INTERESSADO EM PARTICIPAR DO EVENTO OCASSIONANDO UMA LICITAÇÃO DESERTA.

Guarujá do Sul, 31 de outubro de 2014.  
Jose Carlos Foiatto;  
Presidente

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.354/2014.

DECRETO Nº 3.354/2014.

"NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NO CONCURSO DE REMOÇÃO DE QUE TRATA O EDITAL Nº 013/2/2014/SMECE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EVERTON PARISENTI, Prefeito em Exercício de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos municipais Geisa Trombetta Bernardi (Presidente), Sadir Rovêa, Paulo César Dolejal Berté e Mara Terezinha Ribeiro dos Santos Kühl, para comporem a Comissão que irá realizar a análise dos documentos apresentados e necessários, para o Concurso de Remoção de que trata o Edital nº 013/2/2014/SMECE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de novembro de 2014.

EVERTON PARISENTI

Prefeito em Exercício

### DECRETO Nº 3.355/2014.

DECRETO Nº. 3.355/2014.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 013/1/2014/SMECE.

EVERTON PARISENTI, Prefeito em Exercício de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº. 013/1/2014/SMECE,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do concurso de remoção regulamentado pelo Edital nº. 013/1/2014/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de novembro de 2014.

EVERTON PARISENTI

Prefeito em Exercício

### ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 3.355/2014.

#### CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO - EDITAL 013/1/2014/SMECE

Cargo: Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Remoção – Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
01	Mari-zete Coma-retto	Ves-pertino	20h	CME Pequeno Príncipe (Matutino)	EBM Cruz e Sousa (Matutino)	-	EBM Cruz e Sousa (Matutino)	Maior Idade
02	Lariane A. X. S. de Carvalho	Ves-pertino	20	CME Pequeno Príncipe (Vespertino)	-	-	CME Pequeno Príncipe (Vespertino)	Tempo de Serviço
03	Naiara Segalin	Ves-pertino	20h	EBM Cruz e Sousa (Matutino)	CME Pequeno Príncipe (Matutino)	-	-	Menor Idade
04	Aline Alves Cabral	Ves-pertino	20h	CME Pequeno Príncipe (Vespertino)	CME Pequeno Príncipe (Matutino)	-	CME Pequeno Príncipe (Matutino)	Tempo de Serviço

### PORTARIA Nº 1207/2014

PORTARIA Nº 1207/2014

Everton Parise, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora LIDIA SALETE CERVELIN (Matr. 1300), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 04 de novembro de 2014 a 07 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2014.  
Everton Parisenti  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1208/2014**

PORTARIA Nº 1208/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE,

CONCEDER o benefício de Pensão por Morte aos dependentes legais do ex-servidor ARY CHATEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional do Quadro Geral de Carreira deste Município, matrícula nº 136, Nível 4, Classe "M", 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, em decorrência de óbito ocorrido em 16 de outubro de 2014; à Senhora JURACY DE SOUZA CHATEL, pensionista de alimentos (conforme Autos nº 037.99.005894-4), e ao filho menor, LUCAS RAFAEL DOS SANTOS CHATEL, requerentes e beneficiários provisórios do servidor instituidor supramencionado; com fundamento no art. 40, inciso II do § 7º da Constituição Federal, com redação dada pela E.C. nº 41/2003. A distribuição de cotas aos dependentes, deverá ser objeto de decisão judicial, sendo que o valor da pensão por morte e as verbas oriundas da rescisão contratual e do auxílio funeral decorrente, deverão ser depositados em contas espólio pela municipalidade e pelo IPREVI-HO.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2014.  
Everton Parisenti  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1209/2014**

PORTARIA Nº 1209/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Servidora ODETE MARIA DEITOS (Matr. 4013), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 04 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2014.  
Everton Parisenti  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1210/2014**

PORTARIA Nº 1210/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Servidora MARIZETE DE FÁTIMA NUNES (Matr. 4002), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 04 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2014.  
Everton Parisenti  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1211/2014**

PORTARIA Nº 1211/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Servidor TIAGO ZANATTA (Matr. 4015), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 04 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2014.  
Everton Parisenti  
Prefeito em Exercício

**EDITAL DE REMOÇÃO Nº 013\_02\_2014**

EDITAL Nº 013/2/2014/SMECE

Considerando as vagas novas oriundas do Concurso de Remoção referente ao Edital nº 013/1/2014/SMECE, ABRE inscrições por intermédio de requerimento e baixa normas para o concurso de REMOÇÃO aos membros do Magistério Público Municipal.

O Prefeito em Exercício no de Herval d'Oeste, torna público que se encontram abertas as inscrições para o concurso de Remoção aos membros do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar Nº 316, de 20 de dezembro de 2013 e regulamentação do presente Edital.



**1. DO CONCURSO**

1.1 Poderão participar do Concurso de remoção os ocupantes do cargo de professor das áreas 1 (1º a 5º ano), 2 (6º a 9º ano), 3 (educação infantil), conforme as necessidades de cada unidade escolar, respeitada a carga horária semanal de trabalho.

**2. DA REMOÇÃO**

2.1 A Remoção é o deslocamento voluntário do membro do magistério de sua lotação para outra unidade educacional, sem modificação de sua situação funcional.

2.2 A remoção não modifica cargo, nível e carga horária do servidor, podendo ser alterado apenas o turno de trabalho, desde que existam vagas previstas em edital.

2.3 Para solicitar remoção o candidato deverá observar os seguintes critérios:

2.3.1 No ato da escolha para remoção, o professor poderá optar por uma ou mais Unidades Escolares para onde deseja ser removido, desde que estas apresentem vagas excedentes.

2.3.2 As opções do candidato devem ser compatíveis com a carga horária de trabalho do mesmo, uma vez que não será permitido alterá-la através deste concurso.

2.3.3 O preenchimento das vagas disponíveis obedecerá a ordem de classificação, obtida mediante a apresentação dos títulos:

1º. Curso de pós-graduação, mestrado na área específica;

2º. Curso de pós-graduação, especialização na área específica da educação ou do ensino;

3º. Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, na área de atuação.

2.3.4 No caso de concorrentes a mesma vaga e que possuam qualificação profissional equivalente, os critérios para classificação obedecerão ao disposto no artigo 50 da Lei Complementar nº 316/2013:

1º. Maior qualificação profissional;

2º. Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

3º. Melhor resultado na avaliação de desempenho;

4º. Em caso de empate dar-se-á preferência ao mais idoso.

**3. DAS INSCRIÇÕES**

3.1 As inscrições estarão abertas no período de 06 e 07 de novembro de 2014, das 13h às 18h, no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

3.2 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação - mestrado;

b) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação- especialização;

c) Original e fotocópia do Diploma de graduação;

d) Atestado de tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

e) Original e fotocópia da Carteira de Identidade;

f) Procuração, quando for o caso.

3.3 O tempo de serviço solicitado deve ser apresentado através de atestado emitido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste, expresso em anos, meses e dias, contados até 30 de setembro de 2014.

3.4 A inscrição constará do preenchimento de Requerimento, constante no anexo I deste edital.

3.5 O candidato deverá verificar a exatidão das informações contidas no requerimento, tornando-se após sua assinatura, inteiramente responsável pelas mesmas.

3.6 Não será admitido requerimento condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração.

**4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1 O requerimento do candidato implicará no conhecimento do presente Edital.

4.2 O candidato que no ato da inscrição por intermédio de requerimento prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos alterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

4.3 O quadro com as vagas disponíveis para Remoção consta no anexo II deste Edital.

4.4 O concurso de que trata o presente Edital terá validade restrita ao período de sua realização e seus efeitos efetivar-se-ão no primeiro dia letivo de 2015, previsto no calendário escolar da respectiva área.

4.5 O professor terá o prazo de 01 (um) dia útil, a partir do último dia da inscrição, para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação do seu requerimento, que deverá ser protocolado na Secretaria de Educação do Município, setor administrativo, das 13h às 18h.

4.6 A lista com a classificação final será divulgada no dia 11 de novembro de 2014.

4.7 Os casos omissos serão resolvidos por comissão própria.

Herval d'Oeste, 04 de novembro de 2014.

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Sec. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

EVERTON PARISENTI

Prefeito em Exercício

**ANEXO I**

Ilma Sr<sup>a</sup>

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Pelo Deferimento

Pelo Indeferimento

Motivo: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Responsável: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, lotado(a)  
no(a) \_\_\_\_\_

(Nome)

\_\_\_\_\_, em exercício no(a)

(Escola) (Escola)

\_\_\_\_\_, localizado(a) no município  
de Herval d'Oeste, SC, com regime de trabalho de \_\_\_\_ horas  
semanais, vem requerer a Vossa Senhoria REMOÇÃO para a (as)

Unidade(s) Escolar(es) abaixo relacionada(s):

1ª opção: \_\_\_\_\_

\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

2ª opção: \_\_\_\_\_

\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

3ª opção: \_\_\_\_\_

\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

NESTES TERMOS  
PEDE DEFERIMENTO

Herval d'Oeste \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Requerente

ANEXO II

## QUADRO DE VAGAS

## Educação Infantil - Pré Escolar

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Matutino	20h	01
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	01
GEM Nossa Senhora de Fátima	Vespertino	20h	02
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	01
CME Pequeno Príncipe	Vespertino	20h	01
Total			06

## Educação Infantil - Creche

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CMEI Profª Tania Regina Piovesan Bortoluz	Mat/Vesp	40h	04
CMEI Criança Feliz	Mat/Vesp	40h	01
Total			05

## Ensino Fundamental Anos Iniciais

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Matutino	20h	01
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	02
GEM Nossa Senhora de Fátima	Vespertino	20h	01
Total			04

## Ensino Fundamental Anos Finais

Unidade Escolar	Disciplina	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Ciências	Matutino	20h	01
EBM Estação Luzerna	Geografia	Matutino	20h	01
EBM Estação Luzerna	Língua Portuguesa	Matutino	20h	01

Educação Física (pré-escolar/anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental)

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Mat/Vesp	40h	01
CME Pequeno Príncipe	Mat/Vesp	10h	01
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	10h	01
Total			03

**Ilhota****PREFEITURA****AVISO CHAMADA PÚBLICA 003 - 2014 FME (DESERTA)**  
AVISO

CHAMADA PÚBLICA 003/2014 - FME

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DECLARA DESERTA A CHAMADA PÚBLICA 003/2014 FME, PELO NÃO COMPARECIMENTO DE NENHUM LICITANTE PARA O CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

04 de Novembro de 2014.  
VALMOR BERTELLI JÚNIOR  
Presidente de Comissão

**Imarui****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IMARUÍ

O Município de Imaruí tona público os seguintes procedimentos:  
Publicação de Extrato de Contrato

Contrato N. 065/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público. Objeto: Contrato de Rateio relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Crédito Orçamentário: dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e 4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2014, nos termos da Lei Municipal nº 1.761, de 23 de dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual).

Despesas correntes:

60% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70

30% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70

Despesas de capital:

10% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70.

Valor Total do contrato: o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 340,00, totalizando o valor de R\$ 4.080,00. Dispensa de Licitação. Fundamento Legal: artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 29/08/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 29/08/2014. Signatários: Pelo Município, Sr. Manoel Viana de Sousa. Pelo Consorcio, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADM Nº 055/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IMARUÍ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO PMI Nº 055/2014

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar.

Legislação: Incisos IV e V, Art. 24 da Lei 8.666/93.

Contrato: PMI Nº 077/2014

Assinatura: 15/10/2014

Vigência: 15/10/2014 a 31/12/2014

Valor global do contrato: R\$ 53.947,20 (cinquenta e três mil novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

Contratante: Município de Imaruí (82.538.851/0001-57)

Contratada: Oseias de Oliveira 00973651903 (17.580.256/0001-18)

Signatários, pelo Município o Senhor Manoel Viana de Sousa; Pela empresa o Senhor Oseias de Oliveira.

Créditos orçamentários:

Órgão 07 - Sec. de Educação, Cult, Desp, e Juventude

Unidade 02 - Diretoria de Ensino

Proj./Ativ.: 2.031 - Manutenção do Fundeb

Cod. Res.: 238 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.019 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Proj./Ativ.: 2.030 - Manutenção do Transporte Escolar

Cod. Res.: 229 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.0.1.058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.  
Proj./Ativ.: 2.032 - Manutenção do PEJA  
Cod. Res.: 246 - Dotação 3.3.90.39.00.00.00.0.1.046 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Justificativa: Considerando que no dia 09 de outubro de 2014 realizou-se Pregão Presencial Nº 017/2014 para contratação de empresas prestadoras de serviço de transporte escolar, e que as linhas 04 (Sertão da Cangueri X Escola Cangueri de Fora), 06 (Cang. De Fora X Escola Cangueri de Fora) e 09 (Portal de Imarui X Escola Portinho Bittencourt) restaram fracassadas, e que as linhas 05 (Tamborete X Itapeva X Itaguaçu X Escola Rib. Cangueri), 07 (Barreiros X Escola Forq. Rio Duna) e 08 (Laranjal X Aguas Mornas X Escola Forq. Rio Duna) restaram desertas, o Município de Imaruí, buscando priorizar o acesso à educação para todos, está buscando realizar dispensa de licitação para contratação emergencial das linhas mencionadas.

Portanto, no caso em tela, a situação emergencial está totalmente fora dos planos da Administração Municipal, uma vez que não poderíamos intervir ou evitar que a situação ocorresse.

Por isso, em razão da ineficácia da licitação anterior, baseado no artigo 24, incisos IV e V, da Lei 8.666/93, e tendo em vista tamanha importância do Transporte Escolar para o acesso à educação, opta-se pela dispensa de licitação, uma vez que não há tempo hábil para publicação de novo edital de licitação para o mesmo objeto.

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

Contrato N. 066/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Aldo & Marcelo Promoções e Eventos LTDA. Objeto: Locação de infraestrutura para eventos.

Crédito Orçamentário:

Órgão 08 - Sec. de Ind. Com. e Turismo; Unidade 01 - Sec. de Ind. Com. e Turismo; Proj./Ativ. 2.046 - Apoio e Realização de Eventos; Cód. Res. 298; 3.3.90.39.00.00.00.0.1.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Valor Total do contrato: R\$ 6.000,00. Dispensa de Licitação. Fundamento Legal: Inciso II, Art. 24 da Lei 8.666/93. Vigência: 29/08/2014 a 02/09/2014. Assinatura: 29/08/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Aldo Soares Duarte.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N. 067/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

Contrato N. 067/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: Aquisição de combustível.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 09 - Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário  
Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário  
Proj./Ativ.: 2.050 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário

Dotação: 304 - 3.3.90.30.00.00.00.0.1.000.000000 - Material de Consumo.

Valor Total do contrato: R\$ 7.537,50 (Sete mil e quinhentos e sete reais e cinquenta centavos). Processo licitatório nº. 003/2014 - PREGÃO ELETRÔNICO PMI nº. 003/2014, homologado em 12/02/2014. Vigência: 03/09/2014 a 12/05/2015. Assinatura:

03/09/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Márcia Rocha Medeiros da Silveira.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N. 068/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

Contrato N. 068/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: Aquisição de combustível.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 09 - Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário

Proj./Ativ.: 2.050 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário

Dotação: 304 - 3.3.90.30.00.00.00.0.1.000.000000 - Material de Consumo.

Valor Total do contrato: R\$ R\$ 10.835,44 (Dez mil oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos). Processo licitatório nº. 003/2014 - PREGÃO ELETRÔNICO PMI nº. 003/2014, homologado em 12/02/2014. Vigência: 08/09/2014 a 12/05/2015. Assinatura: 08/09/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Márcia Rocha Medeiros da Silveira.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N. 069/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

Contrato N. 069/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: Aquisição de combustível.

Crédito Orçamentário:

Órgão: 11 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Urbanos

Unidade: 01 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Urbanos

Proj./Ativ.: 2.060 - Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Urbanos

Dotação: 337 - 3.3.90.30.00.00.00.0.1.000.000000 - Material de Consumo.

Valor Total do contrato: R\$ 31.839,75 (Trinta e um mil e oitocentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos). Processo licitatório nº. 003/2014 - PREGÃO ELETRÔNICO PMI nº. 003/2014, homologado em 12/02/2014. Vigência: 11/09/2014 a 12/05/2015. Assinatura: 11/09/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Márcia Rocha Medeiros da Silveira.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N. 070/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

Contrato N. 070/2014. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Inno Informática Ltda. Objeto: locação de máquinas copiadoras/impressoras para atender as necessidades da prefeitura municipal de Imaruí.

Crédito Orçamentário:

- ÓRGÃO - 05 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

UNIDADE - 01 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROJ/ATIV. - 2.009 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Código Resumido 128; 3.3.90.39.00.00.00.0.1.000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

- ÓRGÃO - 06 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE - 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJ/ATIV. - 2.012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Código Resumido 142; 3.90.39.00.00.00.00 1.000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

- ÓRGÃO - 07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

UNIDADE - 01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

PROJ/ATIV. - 2.020 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código Resumido 166; 3.3.90.39.00.00.00.00 1.000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

- ÓRGÃO - 07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

UNIDADE - 01 DIRETORIA DE ENSINO

PROJ/ATIV. - 2.009 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Código Resumido 215 - 3.3.90.39.00.00.00.00 1.000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

- ÓRGÃO - 09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA

UNIDADE - 01 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA

PROJ/ATIV. - 2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA

Código Resumido 307 3.90.39.00.00.00.00.00 1.000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

- ÓRGÃO - 13 FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

UNIDADE - 01 FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROJ/ATIV. - 2.060 MANUT. DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Código Resumido 369; 3.3.90.39.00.00.00.00.00 1.000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Valor Total do contrato: R\$ R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor global de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais). Processo licitatório nº. 020/2014 - PREGÃO ELETRÔNICO PMI nº. 016/2014, homologado em 10/09/2014. Vigência: 11/09/2014 a 31/12/2014. Assinatura: 11/09/2014. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Vilson José Innocenti.

## Imbituba

### PREFEITURA

#### DECRETO PMI Nº 269.2014

DECRETO PMI Nº 269, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.

Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projeto de Parcerias Público-Privadas, nas modalidades patrocinada e administrativa, e em projetos de concessão comum e permissão, no âmbito do Município de Imbituba e dá outras providências.

CONSIDERANDO a previsão legal contida na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Público a solicitar estudos de projetos que envolvam eventual contratação na modalidade de concessão ou parceria público-privada;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 962, de 8 de maio de 2012, institui e regulamenta o Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI e a Manifestação de Interesses da Iniciativa Privada - MIP, no âmbito do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI tem se revelado importante instrumento de desenvolvimento e apoio aos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, uma vez que permite ao particular, por sua conta e risco, propor estudos e soluções de alto nível técnico para o desenvolvimento da infraestrutura pública;

CONSIDERANDO que o recebimento de estudos pelo Poder Público não implicará em qualquer custo adicional aos cofres públicos, bem como não vinculará o Poder Público a qualquer obrigação para com o particular, sendo autorizada a rejeição integral de todo o material produzido;

CONSIDERANDO que o presente Decreto tem caráter complementar ao instituído na Legislação Federal e Estadual pertinentes;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no artigo 31 da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995, e no artigo 1º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004,

DECRETA:

TÍTULO I

DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PMI

Art. 1º Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, que tem por objetivo orientar a participação de particulares na estruturação de projetos de parcerias público-privadas, nas modalidades patrocinada e administrativa, de concessão comum e de permissão, no âmbito da administração pública direta e indireta do Poder Executivo, nos termos do disposto neste Decreto.

Art. 2º Para fins deste Decreto, considera-se PMI o procedimento instituído por órgão ou entidade da administração municipal, por intermédio do qual poderão ser obtidos estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres de interessados em projetos de concessão patrocinada, concessão administrativa, concessão comum e de permissão.

Parágrafo único. Poderão fazer uso do PMI os órgãos e entidades



da administração pública direta e indireta do Poder Executivo que tiverem interesse em obter as informações mencionadas no caput para a realização de projetos de sua competência.

Art. 3º Os estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres de que trata o artigo 2º, a critério exclusivo do órgão ou entidade solicitante, poderão ser utilizados, total ou parcialmente na elaboração de editais, contratos e demais documentos referentes aos projetos de concessão patrocinada, administrativa, comum ou de permissão, objeto do PMI.

§ 1º A realização do PMI pelo órgão ou entidade solicitante não implicará na abertura de processo licitatório, salvo disposição expressa em contrário.

§ 2º A realização de eventual processo licitatório não está condicionada à utilização de dados ou informações obtidos por meio dos interessados participantes do PMI.

§ 3º Os direitos autorais sobre as informações, levantamentos, estudos, projetos e demais documentos solicitados no PMI, salvo disposição em contrário, prevista no instrumento de solicitação de manifestação de interesse, serão cedidos pelo interessado participante, podendo ser utilizados incondicionalmente pelo órgão ou entidade solicitante.

§ 4º O órgão ou entidade solicitante assegurará o sigilo das informações cadastrais dos interessados, quando solicitado, nos termos da legislação.

§ 5º A utilização dos elementos obtidos com o PMI não caracterizará nem resultará na concessão de qualquer vantagem ou privilégio ao particular, em eventual processo licitatório posterior.

§ 6º O descumprimento do disposto no § 5º sujeita os responsáveis às sanções administrativas previstas na legislação vigente.

Art. 4º O PMI inicia-se com a publicação, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, do aviso respectivo, com a indicação do objeto, do prazo de duração do procedimento, o endereço e, se for o caso, a respectiva página da rede mundial de computadores

em que estarão disponíveis as demais normas e condições definidas, consolidadas no instrumento de solicitação.

Art. 5º A manifestação dos interessados participantes do PMI deverá ser apresentada mediante protocolo, encaminhada via correio, ou, quando expressamente previsto no instrumento de solicitação de manifestação de interesse, por meio eletrônico, no prazo e condições estabelecidos pelo órgão ou entidade solicitante.

Art. 6º Deverá ser assegurado a qualquer interessado solicitar informações por escrito a respeito do PMI, em até dez dias úteis antes do término do prazo estabelecido para a apresentação das respectivas manifestações.

§ 1º Não serão analisados pedidos de informações realizados posteriormente ao término do prazo previsto no caput.

§ 2º As solicitações de informações a respeito do PMI serão respondidas pelo órgão ou entidade solicitante, por escrito, em cinco dias úteis do recebimento, pelo meio indicado no instrumento de solicitação de manifestação de interesse.

Art. 7º O órgão ou entidade solicitante, a seu critério, poderá realizar sessões públicas destinadas a apresentar informações ou características do projeto sobre o qual se pretende obter as

manifestações dos interessados.

§ 1º A divulgação do local, data, hora e objeto da sessão pública de que trata o caput, sem prejuízo de outros meios, deverá ser efetuada pelo órgão ou entidade solicitante no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, até dez dias antes da sua realização.

§ 2º A sessão de que trata o caput não se confunde, nem substitui a realização de audiências ou consultas públicas exigidas nas demais normas da legislação pertinente.

Art. 8º O órgão ou entidade solicitante poderá se valer de modelos e formulários próprios, a serem preenchidos pelos particulares, com o objetivo de orientar a padronização das manifestações encaminhadas.

Art. 9º Poderão participar do PMI pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, individualmente ou em grupo, neste último sem necessidade de vínculo formal entre os participantes.

Parágrafo único. A participação no PMI, bem como o fornecimento de estudos, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres pelos interessados não impedirá a sua participação em futura licitação promovida pelo órgão ou entidade solicitante.

Art. 10. Os particulares interessados em participar do PMI deverão:

I - fornecer as informações cadastrais solicitadas pelo órgão ou entidade solicitante, seu endereço completo, área de atuação, e, na hipótese de pessoa jurídica, o nome de um

representante, com dados para contato, devendo, em todos os casos, responsabilizar-se pela veracidade das declarações que fizer; e

II - enviar as informações em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal vigentes.

Art. 11. Os particulares interessados serão responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes de sua manifestação de interesse, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenizações ou reembolsos por despesa incorrida, nem a qualquer remuneração pelo órgão ou entidade solicitante, salvo disposição expressa em contrário.

§ 1º Quando expressamente previstas no PMI hipóteses de ressarcimento, reembolso, indenização ou remuneração, deverão ser observadas as normas da legislação pertinente.

§ 2º É admitida a transferência do ônus do pagamento dos valores decorrentes das hipóteses previstas no § 1º ao futuro concessionário ou permissionário do projeto sobre o qual ocorrer o PMI, observados os termos e condições do instrumento de solicitação de manifestação de interesse, bem como as disposições relativas à aplicação do artigo 31 da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995, e do artigo 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 12. O órgão ou entidade solicitante poderá, a seu critério e a qualquer tempo:

I - solicitar dos particulares interessados informações adicionais para retificar ou complementar sua manifestação;

II - modificar a estrutura, o cronograma, a abordagem e o conteúdo ou os requisitos do PMI; e

III - considerar, excluir ou aceitar, parcialmente ou totalmente, as informações e sugestões advindas do PMI.

Art. 13. O órgão ou entidade solicitante deverá consolidar as

informações obtidas por meio do PMI, podendo combiná-las com as informações técnicas disponíveis em outros órgãos e entidades da Administração, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a outras entidades e a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.

Art. 14. Os órgãos ou entidades da administração municipal que pretenderem instituir o procedimento regulamentado pelo presente Decreto deverão encaminhar ofício contendo todos os detalhes e justificativas do projeto para análise e deliberação da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, cuja autorização se reveste de requisitos essencial de sua validade.

§ 1º A proposta de solicitação de procedimento será submetida à análise do Poder Executivo Municipal e deverá:

- I - demonstrar o interesse público na realização dos trabalhos;
- II - estudos preliminares que permitam a apreciação técnica do procedimento com relação aos custos, benefícios, prazos e viabilidade;
- III - minuta do instrumento a ser publicado incluindo os documentos a serem produzidos pelos interessados autorizados e os critérios objetivos para a seleção dos estudos de que trata o art. 2º deste Decreto;
- IV - delimitar o escopo dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações, pesquisas, soluções tecnológicas, dados, informações técnicas ou pareceres, podendo se restringir a indicar

tão somente o problema que se busca resolver com a parceria, deixando à iniciativa privada a possibilidade de sugerir diferentes meios para solução;

V - indicar prazo máximo para apresentação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações, pesquisas, soluções tecnológicas, dados, informações técnicas ou pareceres, e o valor nominal máximo para eventual ressarcimento;

VI - indicar o valor máximo da contraprestação pública admitida para a parceria público-privada, sob a forma de percentual do valor das receitas totais do eventual parceiro privado; e

VII - ser objeto de ampla publicidade, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em jornal diário de grande circulação e na página na rede mundial de computadores.

§ 2º O valor máximo para eventual ressarcimento pelo conjunto de projetos, estudos, levantamentos ou investigações, pesquisas, soluções tecnológicas, dados, informações técnicas ou pareceres, caso haja previsão no edital, não poderão ultrapassar três e meio por cento do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação da respectiva parceria público-privada.

§ 3º Os prazos para apresentação de projetos, estudos, levantamentos ou investigações serão fixados de acordo com a complexidade do escopo dos trabalhos.

Art. 14-A. A avaliação e a seleção dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações a serem utilizados, parcial ou integralmente, na eventual licitação, serão realizadas justificadamente e observando-se entre outros critérios específicos os seguintes:

- I - consistência das informações que subsidiaram sua realização;
- II - adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;
- III - compatibilidade com as normas técnicas emitidas pelos órgãos normatizadores;
- IV - indicadores positivos e satisfatórios das viabilidades econômica e financeira do projeto ou do empreendimento;
- V - capacidade da administração pública em aportar eventuais contrapartidas, garantias, patrimônios e recursos fiscais em estrita obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal;

VI - razoabilidade dos valores apresentados para eventual ressarcimento, considerando projetos, estudos, levantamentos ou investigações similares;

VII - compatibilidade com a legislação aplicável ao setor;

VIII - impactos sociais e ambientais;

IX - impacto do empreendimento no desenvolvimento socioeconômico da região e sua contribuição para a integração nacional, se aplicável; e

X - demonstração comparativa de custo e benefício do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes, se existentes.

Art. 15. Recebida a proposta do procedimento, a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP procederá à análise e avaliação do caráter prioritário do projeto, segundo as diretrizes governamentais vigentes e decidirá sobre a conveniência e oportunidade de se autorizar o procedimento, sugerir alterações e indicar a estruturação e a modelagem do projeto apresentado ou determinar o seu arquivamento, mediante comunicação das conclusões ao titular do órgão ou da entidade solicitante para as providências.

## CAPITULO II

### DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSES DA INICIATIVA PRIVADA MIP

Art. 16. Poderão os particulares, pessoas físicas ou jurídicas, através de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada-MIP, efetivar a apresentação espontânea de propostas, estudos, levantamentos, investigações, pesquisas, soluções tecnológicas, dados, informações técnicas ou pareceres e projetos, para a utilização em modelagens de parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 17. A MIP será dirigida ao Poder Executivo Municipal, devendo conter obrigatoriamente:

I - as linhas básicas do projeto, com a descrição do objeto, sua relevância e os benefícios econômicos e sociais dele advindos;

II - a estimativa dos investimentos necessários e do prazo de implantação do projeto;

III - as características gerais do modelo de negócio, incluindo a modalidade de PPP considerada mais apropriada, previsão das receitas esperadas e dos custos operacionais envolvidos;

IV - a projeção, em valores absolutos ou em proporção, da contraprestação pecuniária eventualmente demandada do parceiro público; e

V - outros elementos que permitam avaliar a conveniência, a eficiência e o interesse público envolvidos no projeto.

Art. 18. Recebida a MIP, a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP deliberará sobre seu encaminhamento, ou não, à Secretaria Municipal competente para proceder à análise e avaliação do caráter prioritário do projeto, segundo as diretrizes governamentais vigentes.

Art. 19. A qualquer tempo, poderá ser solicitada ao autor da MIP a adequação desta ao conteúdo estabelecido no art. 3º deste Decreto, para fins de subsidiar a análise e posterior deliberação pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 20. Caso a MIP não seja aprovada pela Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, o interessado será cientificado dessa deliberação.

Art. 21. Caso aprovada pela Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, a MIP apresentada espontaneamente por pessoa física ou jurídica privada, será recebida como proposta preliminar de projeto de PPP, cabendo ao Comitê dar ciência da deliberação ao proponente e solicitar as informações necessárias para o desenvolvimento do projeto e publicar o aviso respectivo

para a apresentação, por eventuais interessados, de manifestação de interesses sobre o mesmo objeto, na forma do PMI constante deste Decreto.

### CAPITULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Fica criada a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP -, vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Administração Gestão Pública.

§1º A Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP será presidida pelo Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública e terá em sua composição, como membros efetivos, o Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, o Secretário de Governo, um Procurador, representando a Procuradoria-Geral do Município e, como membro eventual, o titular da Secretaria diretamente relacionada com o serviço ou a atividade objeto de parceria público-privado.

§ 2º O funcionamento da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP será disciplinado por atos internos após deliberação e aprovação pela maioria simples de seus membros.

Art. 23. Os procedimentos internos relativos ao presente Decreto serão disciplinados por meio de Portaria específica a ser expedido pela Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, que estabelecerá as normas e conceitos correlatos, a serem obedecidos pelos parceiros privados e pela Administração.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 3 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### **LEI Nº 4.467.2014**

LEI Nº 4.467, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a autorização para alienação de bens móveis, veículos inservíveis e/ou obsoletos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar bens móveis, veículos inservíveis e/ou obsoletos, todos integrantes do patrimônio do Município de Imbituba, conforme as descrições e características constantes dos anexos I e II, parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. Todo o patrimônio mencionado no "caput" será alienado na forma prescrita pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º A importância apurada com a alienação dos bens referidos no artigo 1º será obrigatoriamente empregada na aquisição de bens de capital.

Art. 3º A alienação de que trata esta Lei será precedida de avaliação pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis, do Patrimônio Público Municipal, criada pela

Lei nº 2.483, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a tomar as providências necessárias, para formalizar legalmente o disposto nesta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### ANEXO I

(Lei nº 4.467/2014 ).

Leilão Público de bens móveis inservíveis ou obsoletos

1. Automóvel FORD/Fusion, ano modelo 2009/2010, à gasolina, cor preta, placa MGA-5936, RENAVAL 164977406, GABINETE
2. Automóvel FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano modelo 2005/2006, FLEX, cor branca, placa MCQ-1675, RENAVAL 858723441, SAUDE
3. Automóvel FIAT/Palio EX, ano modelo 2002, à gasolina, cor branca, placa MEC-0728, RENAVAL 867477903, SAUDE
4. Automóvel FIAT/Palio EX, ano modelo 2002, à gasolina, cor branca, placa MGJ-9169, RENAVAL 118295993, SAUDE
5. Automóvel GM/CELTA, ano modelo 2004/2005, à gasolina, cor branca, placa MDI-7988, RENAVAL 838379460, SEINFRA
6. DUCATO/FIAT th amb, ano modelo 2006, à DIESEL, cor branca, placa MDE-5893, RENAVAL 884958868, SAUDE
7. DUCATO/FIAT, ano modelo 2005/2006, à DIESEL, cor branca, placa MHP-2880, RENAVAL 872240037, EDUCAÇÃO
8. ONIBUS M/BENS/OF 1315, ano modelo 1989, à DIESEL, cor branca, placa CGS-4326, RENAVAL 315375922, EDUCAÇÃO
9. Caminhão basculante VW 12.170 ano modelo 1997/1998, à DIESEL, cor branca, placa LZC-9598, RENAVAL 685414817, SDR-SUL
10. Moto HONDA/CG 125 CARGO, ano modelo 2000, à gasolina, cor branca, placa MBE-8562, RENAVAL 734319100, SAUDE
11. Moto HONDA/CG 125 FAN, ano modelo 2007, à gasolina, cor vermelha, placa MHB-6632, RENAVAL 914892371, SAUDE
12. Moto DAFRA/SUPER 100, ano modelo 2008, à gasolina, cor Preta MHE-4214 RENAVAL 144960001 - PROCURADORIA
13. Moto DAFRA/SUPER 100, ano modelo 2008, à gasolina, cor Preta MHE-4354 RENAVAL 144962780 - PROCURADORIA
14. Rolo Compactador DYNAPAC - SEINFRA

### ANEXO II

( Lei nº 4.467/2014 ).

Leilão Público de bens móveis inservíveis ou obsoletos  
SUCATAS DIVERSAS



**LEI Nº 4.468.2014**

LEI Nº 4.468, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Ministério da Educação, por intermédio do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o com o Ministério da Educação, por intermédio do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

§1º A celebração do convênio previsto no "caput" tem como objetivo a Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Creches.

§2º Fica o Município autorizado a receber do Ministério da Educação, por intermédio do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o valor Total de R\$ 147.905,69 (Cento e quarenta e sete mil, novecentos e cinco reais e sessenta e nove centavos). Sendo que o valor de R\$ 41.086,00 (quarenta e um mil, oitenta e seis reais) refere-se ao Termo de Compromisso PAR Nº 201406902/2013 e o valor de R\$ 106.819,69 (Cento e seis mil oitocentos e dezenove reais e sessenta e nove centavos), refere-se ao Termo de Compromisso PAR Nº 201401550.

Art. 2º Fica autorizado por acordo e interesse das partes, a prorrogação do convênio, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da funcional programática 12.365.009 2.008 44.90.00.00.00.00.0788 (Recurso Vinculado), do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 4.469.2014**

LEI Nº 4.469, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera a redação e suprime dispositivos da Lei nº 3.001, de 13 de dezembro de 2006, que dispõe sobre atendimento ao público nos estabelecimentos financeiros e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suprimido o § 2º do Art. 7º da Lei nº 3.001, de 13 de dezembro de 2006, criado pela Lei nº 4.132, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre atendimento ao público nos estabelecimentos financeiros.

Art. 2º O Art. 13-B da Lei nº 3.001, de 13 de dezembro de 2006, criado pela Lei nº 4.132, de 19 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13B. Os estabelecimentos financeiros ou congêneres ficam obrigados a instalar biombos que impossibilitem a visão de terceiros do atendimento realizados pelos caixas."

Art. 3º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei nº 3.001, de 13 de dezembro de 2006.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

**PORTARIA PMI/DGP Nº 488/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 488, de 03 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 15.189, de 25 de agosto de 2014, e Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 158829314,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DENISE RIBEIRO, inscrita no CPF sob o n.º 520.886.009-06, Assistente Social, matrícula n.º 113, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 14 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de novembro de 2014.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**LEI Nº 4.470.2014**

LEI Nº 4.470, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.950,00 (vinte e três mil e novecentos e cinquenta reais) para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR			
Calendário Anual de Eventos			
23.695.0008-2.024			
3.3.90.00.00.00.00.0.10000	Aplicações Diretas	17.950,00	
Promoção e Divulgação de Imbituba			
23.695.0008-2.027			
3.3.90.00.00.00.00.0.10000	Aplicações Diretas	6.000,00	
Total		23.950,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR			
Campeonatos Esportivos			
23.695.0008-2.025			
3.3.90.00.00.00.00.0.10000	Aplicações Diretas	23.950,00	
Total		23.950,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo**LEI Nº 4.471.2014**

LEI Nº 4.471, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a realização de despesas com a realização do Concurso para Escolha da Rainha e Princesas do 16º Festival Nacional do Camarão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a realização do concurso "Escolha da Rainha e Princesas do 16º Festival Nacional do Camarão".

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo**LEI Nº 4.472.2014**

LEI Nº 4.472, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental		
12.361.0009-2.012		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0049)	Aplicações Diretas	180.000,00
Total		180.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações totais e/ou parciais das dotações orçamentárias abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Reequipamento de CEIS – Creches		
12.365.0009-1.004		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0017)	Aplicações Diretas	14.114,00
Projeto Educa-Ação		
12.361.0009-1.007		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0020)	Aplicações Diretas	15.000,00
Reequipamento de CEIS – Pré-Escola		
12.365.0009-1.048		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0023)	Aplicações Diretas	50.000,00
Qualificação do Atendimento a Educação Especial		
12.367.0009-2.010		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0046)	Aplicações Diretas	14.412,00
Convênio Escola Balé Bolshoi		
12.366.0009-2.011		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0047)	Aplicações Diretas	19.250,00
Implementação do Pro-Jovem		
12.363.0009-2.130		

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0058)	Aplicações Diretas	53.500,00
Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola		
12.365.0009-2.147		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0069)	Aplicações Diretas	13.724,00
Total		180.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

### DECRETO PMI Nº 270.2014

DECRETO PMI Nº 270, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para nova dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Civil		
06.181.0017-2.046		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3000 (0013)	Aplica- ções Diretas	50.000,00
Total		50.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro de recursos próprios apurados até o exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

### DECRETO 271.2014

DECRETO PMI Nº 271, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 147.905,69 (cento e quarenta e sete mil e novecentos e cinco reais e sessenta e nove centavos), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Reequipamento de CEIS – Creches		
12.365.0009-1.004		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0788 (0216)	Aplicações Diretas	147.905,69
Total		147.905,69

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta do Excesso de Arrecadação conforme TERMO DE COMPROMISSO PAR nº 201406902/2013 e PAR nº 201401550 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

### DECRETO 272.2014

DECRETO PMI Nº 272, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.470, de 4 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.950,00 (vinte e três mil e novecentos e cinquenta reais) para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR		
Calendário Anual de Eventos		
23.695.0008-2.024		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.10000	Aplicações Diretas	17.950,00
Promoção e Divulgação de Imbituba		
23.695.0008-2.027		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.10000	Aplicações Diretas	6.000,00
Total		23.950,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR		
Campeonatos Esportivos		
23.695.0008-2.025		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	23.950,00
Total		23.950,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

## DECRETO 273.2014

DECRETO PMI Nº 273, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.472, de 4 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental		
12.361.0009-2.012		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0049)	Aplicações Diretas	180.000,00
Total		180.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações totais e/ou parciais das dotações orçamentárias abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Reequipamento de CEIS – Creches		
12.365.0009-1.004		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0017)	Aplicações Diretas	14.114,00
Projeto Educa-Ação		
12.361.0009-1.007		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0020)	Aplicações Diretas	15.000,00
Reequipamento de CEIS – Pré-Escola		
12.365.0009-1.048		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0023)	Aplicações Diretas	50.000,00

Qualificação do Atendimento a Educação Especial		
12.367.0009-2.010		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0046)	Aplicações Diretas	14.412,00
Convênio Escola Balé Bolshoi		
12.366.0009-2.011		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0047)	Aplicações Diretas	19.250,00
Implementação do Pro-Jovem		
12.363.0009-2.130		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0058)	Aplicações Diretas	53.500,00
Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola		
12.365.0009-2.147		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0069)	Aplicações Diretas	13.724,00
Total		180.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1132/14

. DECRETO Nº 1132/14

. De 04 de novembro de 2014

Cria e Denomina Unidade de Educação Infantil

Professora Loreni Graziela Bittelbrunn

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo e artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criada e denominada a UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL CENTRO - PROFESSORA LORENI GRAZIELA BITTELBRUNN, localizada na Rua São Francisco, nº 121, bairro Centro, município de Indaial/SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 1124/14.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 27 de outubro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 27 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2014

MUNICIPIO DE INDAL

Licitatório nº 239/2014.

Pregão Presencial nº 088/2014-10430

Objeto: Aquisição de material elétrico para construção.

Entrega dos envelopes: 18/11/2014 as 14:15h.

Abertura das propostas: 18/11/2014 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2014

MUNICIPIO DE INDAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

Licitatório nº 240/2014.

Inexigibilidade nº 020/2014-28983

Objeto: Contratação da produção, direta e apresentação do espetáculo "auto de natal.

Entrega dos envelopes: 05/11/2014

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WANSER RIBEIRO

Diretora Executiva da FIC



# Iomerê

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 14/081

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE MÁQUINA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MIRANDA & MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS EM MÁQUINAS PESADAS LTDA - EPP

CT14/081

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MIRANDA & MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS EM MÁQUINAS PESADAS LTDA - EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Prefeito Normélio Zilio, nº 73, Bairro Distrito Industrial, cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.193.860/0001-41, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a recuperação da máquina abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente contrato tem como objeto a recuperação da máquina pá carregadeira, conforme descrições abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
01	Unid.	Peças para recuperação – conforme proposta	21.170,05
02	Serv.	Serviços mecânicos para recuperação – conforme proposta	40.640,75

Conforme relação em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 - O valor a ser pago pela CONTRATANTE será de R\$ 61.810,80 (sessenta e um mil oitocentos e dez reais e oitenta centavos), conforme proposta efetuada no Pregão Presencial nº 0032/2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento do objeto da presente licitação será feito em parcela única a favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento do equipamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal, e recebimento do Convênio TR 2517 com o Estado de Santa Catarina.

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014 e terão a seguinte classificação

orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto/atividade	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA
Comp. Elemento	33.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	0.1.24 - RECURSOS DE CONVÊNIO
Reduzido	121

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir do dia da assinatura, com duração até 31.12.2014, podendo ser renovado caso não ocorra a liberação dos recursos financeiros por parte do Governo do Estado de Santa Catarina neste período.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0051/2014 - Pregão Presencial nº 0032/2014.

#### CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

9.1 - Da Contratada:

- arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil, trabalhista ou criminal;
- Todas as peças substituídas obrigatoriamente deverão ser originais ou de qualidade igual (1ª linha), e estas antes de montadas poderão ser submetidas a vistoria de profissional indicado pelo município;
- oferecer garantia de no mínimo 1 (um) ano, contados da data da entrega das peças e serviços;
- entregar as peças e realizar os serviços, em prazo não superior a 90 (noventa) dias após a liberação dos recursos do convênio, ou seja, o município recebe o recurso e autoriza o início do trabalho;
- durante o período da garantia, todas as despesas com revisões correrão por conta do vencedor do certame;
- demais obrigações previstas no edital.

## 9.2 - Da Contratante:

- a) efetuar o pagamento conforme especificado neste Edital;  
b) fiscalizar, através do setor competente, os trabalhos da Contratada.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 06 de outubro 2014.

MUNICÍPIO MIRANDA & MIRANDA COM. DE PEÇAS  
CONTRATANTE CONTRATADO

## Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

		RECUPERAÇÃO TOTAL do "H"
Seq.	QTD	PRODUTO
1	30	ARRUELA LISA
2	30	ARRUELA PRESSAO
3	3	DISCO DE CORTE
4	3	DISCO DESBASTE
5	160	ELETRODO CARVAO 1/4
6	150	LIBRAS GAS CO <sup>2</sup>
7	140	LIBRAS OXIGENIO
8	6	MICRO LIXA
9	30	PARAFUSO SEXTAVADO
10	10	PONTA MONTADA
11	30	PORCA COMUM
12	15	QUILO ARAME MIG
13	5	QUILO DE GRAXA
14	2	TUBO LOCTITE ALTO TORQUE
15	2	TUBO LOCTITE BAIXO TORQUE
16	1	TUBO MECANICO
17	2	PINO BRAÇO ARTICULAÇÃO CAÇAMBA
18	2	PINO CENTRAL CHASSI
19	2	BUCHA BERÇO
20	2	PINO SUP. CONCHA
21	2	PINO OLHAL CHASSI
22	2	BUCHA OLHAL INF.CHASSI
23	2	BUCHA OLHAL DT.H

24	2	PINO INF CONCHA
25	1	EIXO SUP H
26	2	BUCHA OLHA CHASSI
27	2	PINO ART.CONCHA
28	2	PINO BRACO ART CONCHA
29	4	BUCHA DO VARAO
30	2	BUCHA CENTRO ART
31	2	BUCHA HASTE CIL.ELEVAÇÃO
32	2	BUCHA HASTE CIL.CAÇAMBA
33	2	PINO CENTRAL ART.CONCHA
34	1	EIXO INF CHASSI
35	2	BUCHA OLHAL EIXO SUP CHASSI
36	2	REPARO CIL.BASCULAÇÃO
37	2	REPARO CIL.LEVANTE
38		SERV.DE TORNIO PARA AJUSTAGEM DE PINOS
		E BUCHAS DO EMBUCHAMENTO
39		SERV.PARA RECUPERAR DUAS PONTEIRAS TRA-
		SEIRA DO "H"
40		SERV.PARA RECUPERAR DUAS PONTEIRAS DIAN-
		TEIRA DO "H"
41		SERV.PARA RECUPERAR DOIS OLHAIS SUPERIOR
		DO "H"
42		SERV.PARA RECUPERAR DOIS OLHAIS DO PISTÃO
		DE BASCULAMENTO
43		SERV.PARA AJUSTAR OLHAIS CILINDRO LEVANTE
44		SERV.PARA EMBUCHAR TUBO "H" E AJUSTAR EIXO
45		SERV.PARA ENDEREITAR E ALINHAR "H"
46		SERV.PARA FAZER DOIS OLHAIS HASTE CIL. LEVANTE
		CORTAR E SOLDAR
47		SERV.PARA FAZER OITO OLHAIS CONCHA
48		MAO DE OBRA PARA TROCAR QUATRO PONTEIRAS DO
		"H",QUATRO SUPORTE DOS PISTOES DO LEVANTE
		SOLDAR TRINCOS DO "H",TROCAR OITO OLHAIS DA



		CONCHA E SOLDAR TRINCOS,TROCAR DOIS OLHAIS
		DO CHASSI DOS PISTOES DO DESLOCAMENTO DA
		CONCHA,TROCAR TUBO SUPERIOR DO CHASSI,SOL-
		DAR TRINCOS NO CHASSI,ENDEREITAR "H",TROCAR
		REPAROS DOS CILINDROS HIDRAULICOS,TROCAR
		EMBUCHAMENTO DO "H" E CONCHA
		RECUPERAÇÃO TOTAL DO SISTEMA DE FREIOS, TRANSMIÇÃO,
		EMBUCHAMENTOS E EIXOS.
	QTD	PRODUTO
49	6	ARRUELA PRESSAO 5/16
50	20	ARRUELA PRESSAO PESADA 1/2
51	4	ARRUELA PRESSAO PESADA 3/8
52	2	BRONZE FUNDIDO
53	3	COLA ARAIDITE 24hs
54	2	COLA SILICONE
55	2	CONTRA PINO 3/16 X 2.1/2
56	2	ELETRODO CROMONIQUEL
57	2	ELETRODO OK 46 2.50mm
58	5	ELETRODO OK 48 2.50mm
59	1	EMBOLO CIL.DIREÇÃO
60	2	LIQUIDO DE FREIO DOT04 ESPECIAL LF500
61	32	LITROS OLEO LUBRAX GL-5 SAE 90
62	1	LIXA FERRO 60
63	4	PARAFUSO MA 14mm X 45mm
64	4	PARAFUSO UNF 3/8 X 2"
65	1	PORCA UNF 3/4
66	1	PORCA UNF 5/8
67	2	LITRO QUEROSENE
68	3	RETENTOR HASTE CILINDRO
69	1	LITRO THINNER
70	4	EXCENTRICO PINO GUIA
71	7	TRAVA PINO SAPATA FREIO
72	20	PARAFUSO SUPORTE CUBO
73	4	ANEL TRAVA CUBO
74	7	TRAVA EXENTRICO
75	1	BARRA DE TORÇÃO
76	2	PORCA PRISIONEIRO CUBO
77	1	MOLA SAPATA FREIO
78	2	ARRUELA FELTRO BARRA
79	2	RETENTOR BARRA DIREÇÃO
80	1	DEFLETOR FLANGE CUBO
81	2	JUNTA FLANGE CUBO
82	1	RETENTOR FLANGE CUBO
83	3	MOLA FLANGE CUBO
84	1	RETENTOR FLANGE CUBO
85	2	ANEL TRAVA FLANGE CUBO

86	4	CALÇO EIXO DIF.
87	2	PINO SUP.PLANETARIA
88	4	ARRUELA PLANETARIA EIXO DT
89	100	ROLETE PLANETARIA
90	7	PINO GUIA SAPATA FREIO
91	2	PINO SAPATA FREIO
92	1	ENGRENAGEM PLANETARIA
93	1	RETENTOR DIF.DT.
94	2	RETENTOR CUBO DT
95	1	EIXO SASPATA FREIO
96	1	ELO PINO SAPATA
97	2	CILINDRO FREIO DT
98	1	TAMBOR FREIO DT
99	2	PORCA PINO BARRA
100	4	ANEL O'RING TAMPA CUBO
101	4	PINO REGULAGEM FREIO
102	20	PRISIONEIRO EIXO DT
103	1	MOLA SAPATA FREIO
104	2	JOGO LONA DE FREIO TR
105	2	JOGO LONA DE FREIO DT
106	1	SEMI EIXO
107	2	PRISIONEIRO RODA DT
108	2	PORCA PRISIONEIRO DT
109	2	CILINDRO FREIO TR
110	2	RETENTOR CUBO TR
111	1	ROLAMENTO CONV.TORQUE
112	1	CUBO IMPULSOR TORQUE
113	1	PORCA UNF 5/8
114	2	PINO BARRA DIR.
115	2	PLACA RET.BARRA
116	1	LUVA ALAV.FREIO
117	1	TIRANTE ACEL.
118	4	ARRUELA VED.14MM
119	4	ARRUELA VED.16MM
120	2	ANEL TRAVA BARRA DIR.
121	4	ANEL TRAVA FREIO
122	1	ROLAMENTO COV.TORQUE
123	5	BUCHA HASTE DIR.
124	1	PARAFUSO CIL.FREIO
125	4	MOLA FREIO
126	1	CRUZETA CARDAN
127	1	PARAFUSO OCO CILINDRO
128	1	RETENTOR EIXO DIF.TR
129	1	PLACA CIL.DIR.
130	1	TAMPA CIL.DIR.
131	2	HASTE CIL.DIR.
132	1	ANEL TRAVA CIL.DIR.
133	1	TUBO RETORNO DIESEL
134	2	REPARO CIL.DIR.
135	1	REPARO HIDROSTATICA
136	2	RETENTOR TORQUE
137	2	ENGRAXADEIRA 3/8
138	2	PARAFUSO UNF 3/4 X 4 1/2

139	3	PORCA UNF 3/4
140	4	ARRUELA PRESSAO 3/8
141	2	PARAFUSO 1/2 X 5
142	4	PARAFUSO 3/8 X 1 1/4
143	2	PORCA 1/2
144	1	ROLAMENTO EIXO TR
145	2	ROLAMENTO CUBO TR
146		RECUPERAR EIXO
147		FAZER EMBUCHAMENTO PATINS
148		FAZER MANGUEIRA HIDRAULICA
149		SERV. FURAR E FAZER 04 TUCHOS TAMPA
150		MAO DE OBRA EM VERIFICAR VAZAMENTO TRANS -
		MISSÃO ,TROCAR GAXETAS DO CILINDRO HIDRAU -
		LICO DA CAÇAMBA ,DESMONTAR OS CUBOS,TRO -
		CAR LONAS D E FREIO,REPARO CILINDRO MESTRE
		DE FREIO,CILINDROS DE FREIO DAS RODAS,LONAS
		DE FREIO,VEDAÇÕES DOS CUBOS,MONTAR E RE -
		GULAR CUBOS,REGULAR FREIOS,TROCA DE REPA -
		RO E HASTE DA DIREÇÃO HIDROSTATICA,REPARO
		HASTE,TAMPA E EMBOLO DO CILINDRO DIREÇÃO
		COMPLETAR OLEO DIFERENCIAL,TIRAR TOCOS DE PRISIONEIRO DOS CUBOS E SOLDAS CHAPA PRO-
		TEÇÃO LONA
		PINTURA TOTAL DA MÁQUINA
	QTD	PRODUTO
151	40	DISCO LIXA 50 4"
152	40	DISCO LIXA 80 4"
153	2	FITA CREPE
154	15	FOLHA LIXA FERRO 60
155	20	FOLHA LIXA SECA 150
156	10	FOLHA LIXA SECA 400
157	20	FOLHA LIXA SECA 80
158	2	FUNDO OXIDO - LATA DE 3,6 LITROS
159	16	MANGUEIRA AR 3/8
160	1	MASSA POLIESTER - LATA
161	15	THINNER - LITRO
162	6	TINTA AMARELO CAT - LATA DE 3,6 LITROS

163	1	TINTA BRANCA - LATA DE 3,6 LITROS
164	2	TINTA PRETA - LITROS
165		SERV.LAVAGEM GERAL DA MAQUINA
166		SERV. PARA PREPARAÇÃO DA MAQUINA PARA
		PINTURA COM REOMOÇÃO TOTAL DA PINTURA
		ATUAL, APLICAÇÃO DE FUNDO OXIDO, PINTURA
		TOTAL E LETREIROS
		RECUPERAÇÃO TOTAL DA CABINE, PARTE ELETRICA, CONCHA, MOTOR E SOLDAS EM GERAL.
	QTD	PRODUTO
167	1	BARRA CHATA 1" X 1/4 X 400MM
168	1	BARRA CHATA 2" X 5MM X 1500MM
169	1	CHAPA 2MM X 2" X 1300MM
170	1	CHAPA ASSOALHO 600MM X 300MM
171	1	CHAPA DEFLETORA 1/8 X 1300MM X 400MM
172	3	DISCO DE CORTE 7"
173	1	DISCO DESBASTE 7"
174	10	ELETRODO CARVAO 1/4
175	22	ELETRODO OK46 2,5
176	30	LIBRAS DIOXIDO CARBONO
177	3	QUILO ARAME MIG
178	1	TUBO 1" X 2500MM X 3MM
179		SERV. EM REVISAR PARTE ELETRICA COM TROCA DE
		SINALEIRAS,FAROIS E FIOS
180		SERV.EM ENDEREITAR TETO CABINE E TROCAR TUBO
181		SERV. EM TROCAR CHAPA DEFLETORA DE CALOR E
		REFAZER SOLDA CANTONEIRA DE APOIO
182		SERV.EM TROCAR CHAPA ASSOALHO E BARRA CHATA DE FERRO
183		SERV.EM ENDEREITAR E SOLDAR ESTRIVOS E PARA -
		LAMAS DA CABINE
184		SERV.EM RETIRAR REMENDO DO CHASSI E SOLDAR

185		SERV. EM RECUPERAR SOLDAS NOS CANTOS, REA -
		BRIR FURO ACESSO TAMPA RADIADOR
186		SERV. EM RECUPERAÇÃO DA CHAPA SUPERIOR DA
		CONCHA, SOLDAR PARTES TRINCADAS E ENDIREITAR
		BRAÇO
187		MAO DE OBRA EM TIRAR MOTOR E CARTER P/ TROCA
		DE JUNTA

### CONTRATO Nº 14/082

CONTRATO N.º 082/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ Iomerê E A IVECO LATIN AMERICA LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos 20 dias do mês outubro de 2014, de um lado o Município de Iomerê, com sede e foro em Iomerê - SC, localizada à Rua João Rech, 500 - Centro - CEP 89.558-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado Sr. Luciano Paganini nomeado por meio de eleições diretas, portador da Carteira de Identidade nº 2.249.279, CPF nº 868.603.139-00, no uso da atribuição que lhe confere o Município de Iomerê, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa IVECO LATIN AMERICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.844.555/0005-06, estabelecida à ROD. MG 238 - KM 73,5 - Zona Rural, Sete Lagoas/MG, neste ato representada por seu representante legal, Srº. Davi Mondin, portador da carteira de identidade nº 10.149.884-6, expedida pela SSP/SP, CPF nº 880.364.058-49, doravante denominada CONTRATADA, em vista o constante e decidido no processo administrativo nº 23034.005578/2013-93, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 63/2013, para Registro de Preços, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e pelo Decreto n.º 7.892. de 23 de janeiro de 2013, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Opção	Item	Qtde	Descrição do Ônibus Escolar Rural
	2	01	Ônibus Escolar Rural – ORE 1 – Marca IVECO, Modelo CityClass – com comprimento máximo de 7.000mm e capacidade de carga útil líquida de no mínimo 2.000kg com plataforma elevatória.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 157.740,00 (Cento e Cinquenta e Sete Mil, Setecentos e Quarenta Reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2014 na classificação abaixo:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Número de Empenho	Data de Empenho	Valor (R\$)
12.361.1201	1.22	4.4.90.52.48	1310/14	10/10/2014	147.420,00
12.361.1201	1.89	4.4.90.52.48	1311/14	10/10/2014	10.320,00

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Para habilitar-se ao pagamento a Contratada deverá apresentar ao Contratante a 1ª via da Nota Fiscal de Vendas/Fatura juntamente com a comprovação de entrega.

4.2. O pagamento será efetuado, pela Contratante, no prazo de até 20 (vinte) dias após apresentação da cobrança prevista no item 4.1, após o atesto do recebimento do produto pelo fiscal e aprovação da documentação comprobatória pelo gestor do contrato e uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

4.3. Qualquer dos documentos citados no item 4.1 acima que apresentar incorreção, será devolvido à empresa contratada, para regularização, reiniciando-se novos prazos para pagamentos, a contar da reapresentação devidamente corrigida.

4.4. A CONTRATANTE pagará as faturas somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

4.5. O não pagamento nos prazos previstos nesta Cláusula acarretará multa à CONTRATANTE, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

EM = I x N x VP, onde:

I = índice de atualização financeira

EM = encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

I = (TX/100)/365

TX = Percentual da taxa anual do IPCA - índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

4.6. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1. Como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, a CONTRATADA se obriga a prestar garantia no valor correspondente a 5% (Cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato, pela modalidade de II - Seguro Garantia.

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

II - Seguro Garantia;  
III - Fiança Bancária.

5.2. O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual, ficará na responsabilidade da CONTRATANTE e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

5.3. Se a garantia prestada pela CONTRATADA for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pelo CONTRATANTE, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas na Cláusula Nona deste contrato.

5.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros ou pagamento de multas contratuais, a CONTRATADA se compromete a fazer a respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, mediante ofício entregue contra recibo.

5.5. Na hipótese de rescisão do Contrato com base no inciso I do artigo 79 da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do art. 80, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os veículos descritos no Termo de Referência - Anexo I do Edital, deverão ser entregues aos CONTRATANTES, em prazos diferenciados, conforme especificado abaixo. O início do prazo será contado a partir da assinatura do instrumento contratual e da disponibilização dos endereços de entrega pelo CONTRATANTE, prevalecendo a data do evento que ocorrer por último.

CRONOGRAMA DE ENTREGA	
Região	Prazo Máximo de Entrega (dias)
Norte	160
Nordeste	130
Centro-Oeste	110
Sudeste	110
Sul	110

6.2. Os veículos deverão ser entregues no endereço informado pelo Contratante, dentro do prazo definido no item 6.1.

6.3. Em função da distância entre os locais de produção e os endereços dos CONTRATANTES, os veículos poderão ser entregues com a quilometragem máxima, por Unidade da Federação, conforme constante do Encarte C do Caderno de Informações Técnicas.

6.4. A quilometragem indicada no Encarte C do Caderno de Informações Técnicas poderá ter uma tolerância de até mais 20% na quilometragem para entrega, desde que o percurso racional do "Trajeto da Entrega" assim o requeira.

6.5. O transporte e a entrega dos veículos objeto deste Termo são de responsabilidade da CONTRATADA, e deverá ser realizado conforme quantitativos e endereços dos destinatários a serem fornecidos pelos CONTRATANTES, por ocasião da assinatura do instrumento contratual.

6.6. A entrega será efetuada após a aprovação do protótipo conforme descrito no CIT, em etapas, conforme segue:

Etapas 1: Os representantes da RBMLQ-I, localizados o mais próximo do endereço comercial dos CONTRATANTES, e que estejam no percurso do "Trajeto de Entrega", realizarão a inspeção de recebimento dos ORE, conforme procedimento estabelecido pelo Inmetro. Quando das suas aprovações, será aplicado o Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro (Encarte F do CIT), e entregue 01 (uma) cópia da Ficha de Inspeção e Aceitação do ORE preenchida.

Etapas 2: Os CONTRATANTES, mediante a conferência dos itens de avaliação constantes do

Encarte D deste Termo de Referência, e caso o ORE não tenha apresentado nenhuma irregularidade, emitirá o Termo de

Recebimento Definitivo, conforme Encarte E do CIT. No caso de haver alguma irregularidade, o respectivo Termo de Recebimento Definitivo somente será emitido após regularização da pendência.

6.7. Fica assegurado aos CONTRATANTES o direito de rejeitar os veículos entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e neste instrumento contratual.

6.8. Caso a substituição dos veículos não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Termo.

6.9. A efetiva entrega dos veículos será feita e comprovada mediante a apresentação, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, no ato da cobrança, da documentação pertinente.

6.10. O aceite ou aprovação dos veículos pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos veículos ou disparidades com as especificações estabelecidas no Caderno de Informações Técnicas.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O acompanhamento e a fiscalização dos instrumentos contratuais firmados com as CONTRATADAS serão feitos por servidores designados por Portaria, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATANTE.

7.2 Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos serviços contratados.

7.3 Os CONTRATANTES se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de agente técnico credenciado ou de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo fabricante. Para tal, o mesmo deverá garantir ao agente técnico credenciado livre acesso às dependências pertinentes da fábrica.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. Compete ao CONTRATANTE:

8.1.1 Utilizar o Sistema de Gerenciamento de Adesão de Registro de Preços - SIGARPWEB, para solicitar adesões e acompanhar os pedidos efetuados;

8.1.2 Contratar os veículos, obedecendo o quantitativo registrado, por meio de instrumento contratual hábil, em até noventa dias, contados da autorização do Órgão Gerenciador, observado o prazo de vigência da ata;

8.1.3 Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.1.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

8.1.5 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos veículos, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

8.1.6 Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.7 Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas.

8.1.8 Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA antes dos atos relativos a assinatura e gestão contratual, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

8.2. Compete a CONTRATADA:

8.2.1 Envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;

8.2.2 Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, no Edital



e na Ata de Registro de Preços, inclusive quanto ao compromisso de fornecimento dos quantitativos registrados, atendendo às solicitações de compras dos governos federal, estadual, distrital e municipal;

8.2.3 Entregar o(s) veículo(s) no(s) prazo(s) máximo(s) determinado(s) neste Contrato e Termo de Referência;

8.2.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste Contrato, Edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços;

8.2.5 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

8.2.6 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

8.2.7 Manter durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos;

8.2.8. Informar ao Órgão Gerenciador ou ao Beneficiário, a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

8.2.9 Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação objetos do presente Termo, no que couber;

8.2.10. Assinar e cumprir o Termo de Compromisso (ENCARTE A) de utilização do Sistema de Gerenciamento de Adesões de Registro de Preços - SIGARPEWEB, para conceder anuência às solicitações encaminhadas e prestar informações quanto aos contratos firmados, de acordo com os seguintes prazos:

a) 5 (cinco) dias para concessão/recusa de anuência, contados a partir do encaminhamento da solicitação à empresa;

b) 100 (cem) dias para inserção das informações sobre os contratos firmados, contados a partir da data em que foi autorizada a adesão;

c) 15 (quinze) dias para inserção das informações sobre entregas e emissões de notas fiscais, contados a partir da data em que se encerrou o prazo para entrega dos materiais, de acordo com o contrato firmado;

8.2.11. Encaminhar laudos e demais informações requisitadas pelo Órgão Gerenciador, inclusive referentes ao planejamento da produção e atendimento aos pedidos decorrentes do pregão eletrônico.

#### 9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos veículos entregues com atraso.

Decorridos 30 (trinta) dias de atraso a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

b) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor global do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas.

c) 5 % (cinco por cento) por dia sobre o valor do Contrato, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantia estabelecido

no contrato.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 10 % (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de rescisão contratual por inexecução parcial do contrato.

f) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais -, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a".

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Luciano Paganini

Representante Legal Município de Iomerê

RG: 2.249.279

CPF: 868.603.139-00

Davi Mondin

Representante Legal

RG: 10.149.884-6

CPF: 880.364.058-49

#### TESTEMUNHAS

1. \_\_\_\_\_

Nome: Leandro José Stefani

RG: 3.680.124

CPF: 039.280.329-17

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF:

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 343/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

#### EXONERA

CLECI SALETE TEDESCO, Matrícula 2319-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.461.515 e do CPF 020.673.309-77, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 323/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03 de novembro de 2014.

Ipumirim - SC, 03 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### PORTARIA Nº. 344/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

REVOGA PORTARIA Nº.252/2014 QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

#### REVOGA

Art. 1º - Fica revogada a portaria 252/2014 que concedeu à MILANIA MARIA ZUCHI, ocupante do cargo de Enfermeira, portadora da cédula de identidade nº. 3.747.935 e CPF sob o nº. 024.222.759-74, admitida por concurso público pela portaria 381/2010 de 03 de setembro de 2010, gratificação de função de 80% (oitenta por cento) sobre o piso salarial do município. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produza efeitos retroativos a partir de 03 de Novembro de 2014.

Ipumirim - SC, 03 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 345/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

PRORROGA PORTARIA 078/2014 QUE CONTRATOU EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE DIRETORA DE ESCOLA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

#### P R O R R O G A

Fica prorrogada a portaria 078/2014 que contratou MARILIA FRANCIELA FARINA, sob a Matrícula 2221-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.958.967 e do CPF 053.976.069-28, para ocupar o cargo em caráter temporário de SECRETÁRIO DE ESCOLA, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 50, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, até o termino das aulas em dezembro de 2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Novembro de 2014.

Ipumirim - SC, 10 de fevereiro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito

### PORTARIA Nº. 346/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCÍCIO DE CARGO COMISSONADO DE DIRETORA TECNICO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 e seu § 2º da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

#### NOMEIA

ADRIANA ONGARATTO HILLESHEIN, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade sob o nº.3.922.049 e CPF sob o nº. 053.858.439-46, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETORA TECNICO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DIRE - CC-030, constante do Anexo I -C, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, da Lei Complementar nº 18/2005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do Quadro de Pessoal e dá outras providências.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Novembro de 2014.

Ipumirim - SC, 03 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 347/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2.014.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A ANELIRIA TECHIO, matrículas 1311-0, Licença Prêmio de 45 (quarenta e cinco) dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013 e gozo de 03/11/2014 a 17/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Novembro de 2014.

Ipumirim - SC, 03 de Novembro de 2.014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº. 348/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2.014.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A MELITA BEDIN, matrículas 1045-6, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativa ao período aquisitivo de 2007 a 2012 e gozo de 29/10/2014 a 27/11/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Novembro de 2014.

Ipumirim - SC, 03 de Novembro de 2.014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº. 349/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE PROFESSORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

ROSANE WEISS KERN, sob a Matrícula 2325-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.877.291-0 e do CPF 026.284.399-48, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor *Latu Sensu*, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Isidoro Giacomio Savaris, para o período de 03/11/2014 até a volta da titular Aneliria Techio que esta em licença Premio.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03/11/2014.

Ipumirim - SC, 03 de novembro de 2014.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 350/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2.014.**

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

RESOLVE.

Art. 1º - Conceder à MIRELE ANDREIA FRIGERI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, portadora da cédula de identidade nº. 3.958.178 e CPF sob o nº. 048.400.019-52, admitida por concurso público pela portaria 278/2012 de 22 de Maio de 2012, gratificação de função de 30% (trinta por cento) sobre o piso salarial do município. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 01 de Novembro de 2014.

Ipumirim - SC, 03 de Novembro de 2.014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 351/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PARA EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS, EM CARATER TEMPORARIO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA,

Adriana Ongaratto Hilleshein, Ione Farina e Paulo Roberto de Bortoli, sob a presidência da primeira e secretariado da segunda para comporem a Comissão Municipal para execução do Processo



Seletivo para preenchimento de vagas, em Caráter Temporário no quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, nos termos da Lei Complementar nº. 004/2002.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Novembro de 2014.

Ipumirim, 03 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PL 67, PP 37/2014/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2014  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 67/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2014, do PROCESSO Nº 67/2014, homologado aos 03 de novembro de 2014, cujo objeto é: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.67.6021 de 04 de novembro de 2014

FORNECEDOR: COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA, situada na RUA TIRADENTES, Nº 80, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.573.212/0003-57 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.321.319, representado pela Senhora DRIANE MURARO, CPF: 026.108.519-01.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são,	KG	200,00	Souza e Filhos	4,60	920,00
3	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, 750ml	UN	200,00	Koller	2,69	538,00
4	CARNE BOVINA FILÉ 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VE	KG	400,00	Frigorífico Dri	16,50	6.600,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	CARNE BOVINA COSTELA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	400,00	Frigorífico Dri	11,50	4.600,00
6	CARNE BOVINA ALCATRA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	300,00	Frigorífico Dri	15,40	4.620,00
7	SALAME DE CARNE SUÍNA COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA	KG	100,00	Afrib	23,00	2.300,00
8	Refrigerante 02 litros sabores, pepsi cola, laranja e limão	L	800,00	Quipo	4,29	3.432,00
9	Erva Mate, produzido com folhas selecionadas, acondicionado	PCT	1.000,00	Eko Feliz	9,90	9.900,00
10	LINGÜIÇA SUÍNA PARA CHURRASCO COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM	KG	100,00	Arabutã	13,99	1.399,00
11	CARNE SUÍNA MISTA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	150,00	Frigolaste	12,00	1.800,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	CEBOLA -de boa qualidade (que não esteja batida e estragada)	KG	150,00	Souza e Filhos	1,50	225,00
13	SAL GROSSO TEMPERADO 1 KILO	PCT	50,00	Cerutti	4,25	212,50
14	Pepino em conserva	V	200,00	Cantu	4,89	978,00
15	AÇUCAR REFINADO 5 KG	PCT	250,00	Alto Alegre	8,99	2.247,50
16	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - 500G , COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA	CX	300,00	Melita	10,29	3.087,00
17	Repolho novo de 1ª qualidade, folhas sãs, tamanho médio	KG	50,00	Souza e Filhos	1,80	90,00
18	Óleo de soja lt 900 ml	UN	150,00	Soya	2,90	435,00
19	Refresco pacote de 350 gramas	PCT	400,00	Piko	2,25	900,00
20	SAL REFINADO IODADO 1KG	KG	60,00	Apolo	1,35	81,00
21	Café Solúvel Granulado vidro de 200 gramas	UN	100,00	Amigo	8,49	849,00
22	Coador de café Grande Nº 103 cx/30 unidades	CX	100,00	Brigitta	2,80	280,00
23	Farinha de Trigo Especial -pct 5 Kg.	PCT	100,00	Amandy	10,15	1.015,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
24	ARROZ PCT. 5 KG	PCT	60,00	Caçarola	10,99	659,40
25	Salsicha de carne bovina tipo Hot Dog, pct com 03 kg	PCT	50,00	Peperi Aurora	29,49	1.474,50
26	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000ML. VALIDADE MÍNIMA DE	UN	3.000,00	Aurora	2,29	6.870,00
27	Açúcar Cristal pct 5Kg.	PCT	50,00	Minasçucar	7,99	399,50
28	CESTA BÁSICA	UN	600,00		65,00	39.000,00
Valor Total Registrado					94.912,40	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.67.6091 de 04 de novembro de 2014

FORNECEDOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO, 500, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 81.004.541/0001-90 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.718.395, representado por ROSMARI CHIOCHETTA LOCATELLI, CPF: 445.531.379-68.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial.	KG	500,00		6,92	3.460,00
Valor Total Registrado					3.460,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

#### PORTARIA Nº. 352/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal nº 1644 de 19 de Outubro de 2010, ficam nomeados os seguintes representantes para

comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Ipumirim - SC

I) Representante do Poder Executivo:

Titular: Jucilene Goldoni Caliar

Suplente: Mireli Andreia Frigeri

II) Representante de Docentes, Discentes ou Trabalhadores na Área de Educação:

Titular: Adriane Gedoz Raimundi

Suplente: Eliane Regina Bonissoni Rossetto

Titular: Dilviana Cason

Suplente: Rosimar Ferrazzo

III) Representante de Pais de Alunos:

Titular: Raquel Evangelista

Suplente: Maria Salete Cristani

Titular: Neusa Schvierk

Suplente: Gelson Antunes

IV) Representante da Sociedade Civil:

Titular: Werenise S. Ludescher

Suplente: Noeli Debastiani

Titular: Odair de Andrade

Suplente: Osmar Boelter

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzira efeitos a partir de 04 de Novembro de 2014.

Ipumirim-SC, 04 de novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 67, PP 37-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 37/2014 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 67/2014</b> <b>Data do Processo: 14/10/2014</b>
	Folha: 1/4

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 29 de Outubro de 2014, às 14:06 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 67/2014, Licitação nº 37/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de 2014, às quatorze horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliarí, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA - EPP e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, a Srª. ROSMARI CHIOCHETTA LOCATELLI, sócia proprietária da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA - EPP e a Srª DRIANE MURARO representante credenciado da empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa, somente a empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA não se credencia como microempresa, as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**LOTE: 1**

**Participante: 6091 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	500,00		0,0000	6,92	3.460,00

**Total do Participante -----> 3.460,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 37/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 67/2014  
 Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 2/4

**LOTE: 2**
**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são, sem rupturas, TOMATE - boa qualidade (que não esteja murcho, estragado e batido) Tomate, semimaduro, 1ª qualidade, classe média ou grande, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	200,00	Souza e Filhos	0,0000	4,60	920,00
3	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	200,00	Koller	0,0000	2,69	538,00
8	Refrigerante 02 litros sabores, pepsi cola, laranja e limão e guaraná	L	800,00	Quipo	0,0000	4,29	3.432,00
9	Erva Mate, produzido com folhas selecionadas, acondicionado em embalagem de 1kg, sem a presença de produtos estranhos, com registro no Ministério da Saúde.	PCT	1.000,00	Eko Feliz	0,0000	9,90	9.900,00
12	CEBOLA -de boa qualidade (que não esteja batida e estragada)	KG	150,00	Souza e Filhos	0,0000	1,50	225,00
13	SAL GROSSO TEMPERADO 1 KILO	PCT	50,00	Cerutti	0,0000	4,25	212,50
14	Pepino em conserva	V	200,00	Cantu	0,0000	4,89	978,00
15	AÇUCAR REFINADO 5 KG	PCT	250,00	Alto Alegre	0,0000	8,99	2.247,50
16	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - 500G , COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DO PRODUTO DE 45 DIAS obs: somente marca melitta	CX	300,00	Melita	0,0000	10,29	3.087,00
17	Repolho novo de 1ª qualidade, folhas sãs, tamanho médio	KG	50,00	Souza e Filhos	0,0000	1,80	90,00
18	Óleo de soja Lt 900 ml	UN	150,00	Soya	0,0000	2,90	435,00
19	Refresco pacote de 350 gramas	PCT	400,00	Piko	0,0000	2,25	900,00
20	SAL REFINADO IODADO 1KG, COM VÁLIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 120 DIAS.	KG	60,00	Apolo	0,0000	1,35	81,00
21	Café Solúvel Granulado vidro de 200 gramas	UN	100,00	Amigo	0,0000	8,49	849,00
22	Coador de café Grande Nº 103 cx/30 unidades	CX	100,00	Brigitta	0,0000	2,80	280,00
23	Farinha de Trigo Especial - pct 5 Kg.	PCT	100,00	Amandy	0,0000	10,15	1.015,00
24	ARROZ PCT. 5 KG	PCT	60,00	Caçarola	0,0000	10,99	659,40
27	Açúcar Cristal pct 5Kg.	PCT	50,00	Minasçucar	0,0000	7,99	399,50

**Total do Participante -----> 26.248,90**
**LOTE: 3**
**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	CARNE BOVINA FILÉ 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA , PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS	KG	400,00	Frigorifico Dri	0,0000	16,50	6.600,00
5	CARNE BOVINA COSTELA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA , PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS	KG	400,00	Frigorifico Dri	0,0000	11,50	4.600,00
6	CARNE BOVINA ALCATRA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA , PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS	KG	300,00	Frigorifico Dri	0,0000	15,40	4.620,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 37/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 67/2014  
 Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 3/4

**LOTE: 3**
**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	SALAME DE CARNE SUÍNA COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM, COM CERTIFICADO SANITÁRIO, NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES.	KG	100,00	Afrib	0,0000	23,00	2.300,00
10	LINGUIÇA SUÍNA PARA CHURRASCO COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM, COM CERTIFICADO SANITÁRIO, NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES.	KG	100,00	Arabutã	0,0000	13,99	1.399,00
11	CARNE SUÍNA MISTA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS	KG	150,00	Frigolaste	0,0000	12,00	1.800,00
25	Salsicha de carne bovina tipo Hot Dog, pct com 03 kg	PCT	50,00	Peperi Aurora	0,0000	29,49	1.474,50

**Total do Participante ----->** 22.793,50

**LOTE: 4**
**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000ML. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 60 DIAS.	UN	3.000,00	Aurora	0,0000	2,29	6.870,00
28	CESTA BÁSICA- equipada com os seguintes Items	UN	600,00		0,0000	65,00	39.000,00
	01-pct arroz 05 kg						
	01-pct Farinha de trigo especial 05 kg						
	01- Pct açúcar cristal 05 kg						
	01-pct fubá milho de 02 kg						
	01-pct Feijão Preto pct 02 kg						
	01- lata óleo de soja 900 ml						
	01-vidro café granulado 200 gramas						
	01- doce de frutas pote de 400 gramas						
	01- bolacha doce sortida pacote 800 gramas						
	01-kg sal						
	01 pct achocolatado 400 gramas						

**Total do Participante ----->** 45.870,00

**Total Geral ----->** 98.372,40

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 37/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 67/2014 Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 29 de Outubro de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO

- ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- ..... - Equipe de Apoio



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 67, PP 37-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 37/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 67/2014 Data do Processo: 14/10/2014
	Folha: 1/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 67/2014  
b ) Licitação Nr.: 37/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 03/11/2014  
e ) Objeto da Licitação aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada , destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**LOTE: 1****INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP (6091)**

1 Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - Marca:	KG	500,00	0,0000	6,92	3.460,00
--	----	--------	--------	------	----------

**Total do Fornecedor: 3.460,00**

Ipumirim, 3 de Novembro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 37/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 67/2014  
 Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 2/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**
**LOTE: 2**
**COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)**

2	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são, sem rupturas, TOMATE - boa qualidade (que não esteja murcho, estragado e batido) Tomate, semimaduro, 1ª qualidade, classe média ou grande, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. - Marca: Souza e Filhos	KG	200,00	0,0000	4,60	920,00
3	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: Koller	UN	200,00	0,0000	2,69	538,00
8	Refrigerante 02 litros sabores, pepsi cola, laranja e limão e guaraná - Marca: Quipo	L	800,00	0,0000	4,29	3.432,00
9	Erva Mate, produzido com folhas selecionadas, acondicionado em embalagem de 1kg, sem a presença de produtos estranhos, com registro no Ministério da Saúde. - Marca: Eko Feliz	PCT	1.000,00	0,0000	9,90	9.900,00
12	CEBOLA -de boa qualidade (que não esteja batida e estragada) - Marca: Souza e Filhos	KG	150,00	0,0000	1,50	225,00
13	SAL GROSSO TEMPERADO 1 KILO - Marca: Cerutti	PCT	50,00	0,0000	4,25	212,50
14	Pepino em conserva - Marca: Cantu	V	200,00	0,0000	4,89	978,00
15	AÇUCAR REFINADO 5 KG - Marca: Alto Alegre	PCT	250,00	0,0000	8,99	2.247,50
16	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - 500G , COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DO PRODUTO DE 45 DIAS obs: somente marca melitta - Marca: Melitta	CX	300,00	0,0000	10,29	3.087,00
17	Repolho novo de 1ª qualidade, folhas sãs, tamanho médio - Marca: Souza e Filhos	KG	50,00	0,0000	1,80	90,00
18	Óleo de soja Lt 900 ml - Marca: Soya	UN	150,00	0,0000	2,90	435,00
19	Refresco pacote de 350 gramas - Marca: Piko	PCT	400,00	0,0000	2,25	900,00
20	SAL REFINADO IODADO 1KG, COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 120 DIAS. - Marca: Apolo	KG	60,00	0,0000	1,35	81,00
21	Café Solúvel Granulado vidro de 200 gramas - Marca: Amigo	UN	100,00	0,0000	8,49	849,00
22	Coador de café Grande Nº 103 cx/30 unidades - Marca: Brigitta	CX	100,00	0,0000	2,80	280,00
23	Farinha de Trigo Especial - pct 5 Kg. - Marca: Amandy	PCT	100,00	0,0000	10,15	1.015,00
24	ARROZ PCT. 5 KG - Marca: Caçarola	PCT	60,00	0,0000	10,99	659,40
27	Açúcar Cristal pct 5Kg. - Marca: Minasçucar	PCT	50,00	0,0000	7,99	399,50

**Total do Fornecedor: 26.248,90**

Ipumirim, 3 de Novembro de 2014.

-----  
 VALDIR ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 37/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 67/2014  
 Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 3/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**
**LOTE: 3**
**COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)**

4	CARNE BOVINA FILÉ 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: Frigorífico Dri	KG	400,00	0,0000	16,50	6.600,00
5	CARNE BOVINA COSTELA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: Frigorífico Dri	KG	400,00	0,0000	11,50	4.600,00
6	CARNE BOVINA ALCATRA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: Frigorífico Dri	KG	300,00	0,0000	15,40	4.620,00
7	SALAME DE CARNE SUÍNA COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM, COM CERTIFICADO SANITÁRIO. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES. - Marca: Afrib	KG	100,00	0,0000	23,00	2.300,00
10	LINGÜIÇA SUÍNA PARA CHURRASCO COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM, COM CERTIFICADO SANITÁRIO, NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES. - Marca: Arabutã	KG	100,00	0,0000	13,99	1.399,00
11	CARNE SUÍNA MISTA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: Frigolaste	KG	150,00	0,0000	12,00	1.800,00
25	Salsicha de carne bovina tipo Hot Dog, pct com 03 kg - Marca: Peperi Aurora	PCT	50,00	0,0000	29,49	1.474,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>22.793,50</b>

**LOTE: 4**
**COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)**

26	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000ML. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 60 DIAS. - Marca: Aurora	UN	3.000,00	0,0000	2,29	6.870,00
----	---	----	----------	--------	------	----------

Ipumirim, 3 de Novembro de 2014.

-----  
 VALDIR ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 37/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 67/2014  
Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 4/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOTE: 4****COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)**

28	CESTA BÁSICA- equipada com os seguintes Items	UN	600,00	0,0000	65,00	39.000,00
	01-pct arroz 05 kg					
	01-pct Farinha de trigo especial 05 kg					
	01- Pct açúcar cristal 05 kg					
	01-pct fubá milho de 02 kg					
	01-pct Feijão Preto pct 02 kg					
	01- lata óleo de soja 900 ml					
	01-vidro café granulado 200 gramas					
	01- doce de frutas pote de 400 gramas					
	01- bolacha doce sortida pacote 800 gramas					
	01-kg sal					
	01 pct achocolatado 400 gramas - Marca:					

**Total do Fornecedor: 45.870,00****Total Geral: 98.372,40**

Ipumirim, 3 de Novembro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 68, PP 38-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.:</b> 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 68/2014 <b>Data do Processo:</b> 14/10/2014
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa para prestação de serviço e aquisição de material para montagem de estruturas e decorações, destinadas a abertura das Festividades natalina, conforme especificações e modelo anexo ao edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 51/2014 (Sequência: 2)**

Ao(s) 29 de Outubro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 68/2014, Licitação nº 38/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliri, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: ELÉTRICA JLB LTDA ME e EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA LTDA - ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº GILVANO BERNDT sócio proprietário da empresa: ELÉTRICA JLB LTDA ME e a Srª JANAINA SCHMIDT KRAKECKER sócia proprietária da empresa: EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA LTDA - ME. Indagados sobre o credenciamento pelo pregoeiro as empresas acima transcritas se credenciam como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro sua equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**Participante: 8803 - EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Arvore de natal com 05 mts de altura, decorada com os seguintes materiais: - 100 mts de festão aramado fugi 50m. - 08 bolas vermelhas brilhante 250mm - 150 bolas vermelhas brilhante 100mm - 150 mts de fita veludo vermelha 11cm largura p/laço aramado	UN	1,00		0,0000	3.633,00	3.633,00

**Total do Participante ----->** 3.633,00

**Participante: 9410 - ELETRICA JLB LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ROTULA CENTRAL - 01 Arvore de natal contendo: estrutura de ferro com medidas de 04, 50 metros de altura por 04 metros de largura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar; 03 arabescos de chão contendo: estrutura de ferro com medidas de 01 metro de altura por 60 cm de largura, contornados com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar.	UN	1,00		0,0000	5.569,00	5.569,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 38/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 68/2014  
 Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 2/3

**Participante: 9410 - ELETRICA JLB LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	PRAÇA CENTRAL- 01 Portal de entrada contendo: estrutura de ferro com medidas de 03,05 metros de comprimento por 0,60 cm de altura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar; 01 Figura natalina em formato Papai Noel com trenó e renas contendo: estrutura de ferro com medidas de 04,05 metros de comprimento por 01,20 metros de altura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar, montado acima do túnel de madeira 01; 5 arabescos de chão contendo: estrutura de ferro com medidas de 01 metro de altura por 60 cm de largura, contornados com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar; 04 Figuras natalinas em formato de bolas contendo: estrutura de ferro com medidas de 03,70 metros de comprimento por 80 cm de largura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar; 02 Figuras natalinas em formato de sinos contendo: estrutura de ferro com medidas de 01,80 metros de altura por 01,50 de diâmetro, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar.	UN	1,00		0,0000	5.229,60	5.229,60
3	PONTE CENTRAL - 02 Portais com desenhos natalinos contendo: estrutura de ferro com medidas de 8 metros de comprimento por 3,20 metros de altura, contornados com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura; 01 Figura natalina em formato de anjos contendo: estrutura de ferro com medidas de 04,05 metros de comprimento por 01 metro de altura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar; 02 Figuras natalinas em formato de pingente contendo: estrutura de ferro com medidas de 0,40 cm de largura por 01,20 metros de altura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar.	UN	1,00		0,0000	5.768,00	5.768,00
4	TREVO SECUNDARIO - Reforma de um Chafariz de PVC contendo: estrutura de PVC com medidas de 03, 50 metros de altura por 05 metros de diâmetro, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar e mini lâmpadas azuis, 08 funções de piscar, reforma de 10 arabescos de chão contendo: estrutura de ferro com medidas de 01 metro de altura por 60 cm de largura, contornados com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar, 300 metros de mangueira luminosa em led 13 mm, diversas cores, para reforma de material já existente e aplicação nas arvores da praça central, 150 Cabos de força com controle 08 funções para efetuar a ligação das figuras e mangueiras.	UN	1,00		0,0000	4.230,00	4.230,00
6	Serviço Mão de obra para reformar o material já existente, montagem de toda a iluminação de natal, assistência técnica e manutenções necessária durante a permanência, ART da iluminação, projeto de apresentação e de execução e desmontagem da mesma. OBS: A empresa vencedora deverá repor o material quando necessário, sem custo para o Município.	SER	1,00		0,0000	5.398,00	5.398,00

**Total do Participante -----> 26.194,60**
**Total Geral -----> 29.827,60**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 38/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 68/2014  
Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 29 de Outubro de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO

- ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- ..... - Equipe de Apoio



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 68, PP 38-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2014 - PR</b>
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 68/2014 Data do Processo: 14/10/2014
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 68/2014  
b ) Licitação Nr.: 38/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 03/11/2014  
e ) Objeto da Licitação contratação de empresa para prestação de serviço e aquisição de material para montagem de estruturas e decorações, destinadas a abertura das Festividades natalina, conforme especificações e modelo anexo ao edital.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME (8803)**

5 Arvore de natal com 05 mts de altura, decorada com os seguintes materiais: - 100 mts de festão aramado fugi 50m. - 08 bolas vermelhas brilhante 250mm - 150 bolas vermelhas brilhante 100mm - 150 mts de fita veludo vermelha 11cm largura p/laço aramado	UN	1,00	0,0000	3.633,00	3.633,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>3.633,00</b>

**ELETRICA JLB LTDA ME (9410)**

1 ROTULA CENTRAL - 01 Arvore de natal contendo: estrutura de ferro com medidas de 04, 50 metros de altura por 04 metros de largura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar; 03 arabescos de chão contendo: estrutura de ferro com medidas de 01 metro de altura por 60 cm de largura, contornados com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar.	UN	1,00	0,0000	5.569,00	5.569,00
---	----	------	--------	----------	----------

Ipumirim, 3 de Novembro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 38/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 68/2014  
 Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 2/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**ELETRICA JLB LTDA ME (9410)**

- |   |    |      |        |          |          |
|---|----|------|--------|----------|----------|
| <p>2 PRAÇA CENTRAL- 01 Portal de entrada contendo: estrutura de ferro com medidas de 03,05 metros de comprimento por 0,60 cm de altura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar;<br/>           01 Figura natalina em formato Papai Noel com trenó e renas contendo: estrutura de ferro com medidas de 04,05 metros de comprimento por 01,20 metros de altura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar, montado acima do túnel de madeira 01;<br/>           5 arabescos de chão contendo: estrutura de ferro com medidas de 01 metro de altura por 60 cm de largura, contornados com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar;<br/>           04 Figuras natalinas em formato de bolas contendo: estrutura de ferro com medidas de 03,70 metros de comprimento por 80 cm de largura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar;<br/>           02 Figuras natalinas em formato de sinos contendo: estrutura de ferro com medidas de 01,80 metros de altura por 01,50 de diâmetro, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar.</p> | UN | 1,00 | 0,0000 | 5.229,60 | 5.229,60 |
| <p>3 PONTE CENTRAL - 02 Portais com desenhos natalinos contendo: estrutura de ferro com medidas de 8 metros de comprimento por 3,20 metros de altura, contornados com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura;<br/>           01 Figura natalina em formato de anjos contendo: estrutura de ferro com medidas de 04,05 metros de comprimento por 01 metro de altura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar;<br/>           02 Figuras natalinas em formato de pingente contendo: estrutura de ferro com medidas de 0,40 cm de largura por 01,20 metros de altura, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar.</p>   | UN | 1,00 | 0,0000 | 5.768,00 | 5.768,00 |
| <p>4 TREVO SECUNDARIO - Reforma de um Chafariz de PVC contendo: estrutura de PVC com medidas de 03, 50 metros de altura por 05 metros de diâmetro, contornado com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar e mini lâmpadas azuis, 08 funções de piscar, reforma de 10 arabescos de chão contendo: estrutura de ferro com medidas de 01 metro de altura por 60 cm de largura, contornados com mangueira 24 led por metros - 13 mm de espessura, 08 funções de piscar, 300 metros de mangueira luminosa em led 13 mm, diversas cores, para reforma de material já existente e aplicação nas arvores da praça central, 150 Cabos de força com controle 08 funções para efetuar a ligação das figuras e mangueiras.</p>   | UN | 1,00 | 0,0000 | 4.230,00 | 4.230,00 |

Ipumirim, 3 de Novembro de 2014.

-----  
 VALDIR ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 38/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 68/2014  
Data do Processo: 14/10/2014

Folha: 3/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****ELETRICA JLB LTDA ME (9410)**

6 Serviço Mão de obra para reformar o material já existente, montagem de toda a iluminação de natal, assistência técnica e manutenções necessária durante a permanência, ART da iluminação, projeto de apresentação e de execução e desmontagem da mesma. OBS: A empresa vencedora deverá repor o material quando necessário, sem custo para o Município.	SER	1,00	0,0000	5.398,00	5.398,00
---	-----	------	--------	----------	----------

**Total do Fornecedor: 26.194,60****Total Geral: 29.827,60**

Ipumirim, 3 de Novembro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PÓRTARIA Nº 489/2014

PORTARIA N.º. 489/2014.

NOMEIA SERVIDORA SOB O REGIME DA CLT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe a Lei Complementar 035/2007 de 19/12/2007 e alterações posteriores,

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar n.º035/07 de 19/12/2007, DAIANE PAVARIN, nascida em 23/11/1995, portadora do CPF n.º 094.718.999-82, RG. n.º 6.612.475 SSP/SC, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde (40/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com atuação na área da de São Pascoal, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04-2014

Contrato nº 004/2014

Contratante : CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Contratado: Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a Câmara de Vereadores de Irineópolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Objeto do Contrato: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação.

Valor Total: R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais).

Vigência : 01 de outubro à 31 de Dezembro de 2014.

## Itaiópolis

## PREFEITURA

## EDITAIS DE NOTIFICAÇÕES OUTUBRO 2014 - ITAIÓPOLIS SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 350 928/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAS3873	54960393E	5185/1	24/08/2014	167
ANA1688	54960282E	6530/0	22/09/2014	228
LWU9792	54960397E	5487/0	23/09/2014	181 * XI
MBX4978	54960380E	5010/0	24/08/2014	162 * I
MBX4978	54960408E	6599/2	24/08/2014	230 * V
MCV2938	54960469E	5835/0	21/09/2014	195
MCV2938	54960470E	6530/0	21/09/2014	228
MCV2938	54960471E	5185/1	21/09/2014	167
MCV2938	54960472E	5185/2	21/09/2014	167
MCV2938	54960473E	5193/0	21/09/2014	168
MCV2938	54960474E	5274/1	21/09/2014	175
MDG3744	54960280E	6653/2	01/09/2014	230 * XI
MDN4364	54960145E	5835/0	07/09/2014	195
MDN4364	54960146E	7030/2	07/09/2014	244 * I
MDN4364	54960147E	5215/1	07/09/2014	170
MJW9944	54960142E	5479/0	23/08/2014	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIÓPOLIS/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR  
DELEGADO DE POLÍCIA

1 / 1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 929/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABA3102	54960266E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
ABC7379	54960260E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
AMR3342	54960367E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233
AQY3742	54960362E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233
IEE6513	54960325E	6920/0	27/05/2014	R\$ 127,69	233
IZS4050	54960130E	5185/1	30/06/2014	R\$ 127,69	167
LWR2659	54960219E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
LXP5427	54960374E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZQ9543	54960172E	5452/2	27/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBW9063	54960357E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233
MFJ9515	54960404E	6726/1	04/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGL8121	54960368E	6599/2	09/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGL8121	54960371E	5010/0	09/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGZ2659	54960119E	5185/1	27/06/2014	R\$ 127,69	167
MHD4773	54960359E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233
MJS9749	54960265E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
MJU2448	54960402E	5010/0	04/06/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 930/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHF6596	54960073E	5398/0	25/05/2014	R\$ 53,20	181 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 350 931/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFQ3988	54960095E	5010/0	25/09/2014	162 * I
AFQ3988	54960096E	6599/2	25/09/2014	230 * V
HOG4492	54960176E	5452/2	17/09/2014	181 * VIII
MAU0477	54960467E	5010/0	21/09/2014	162 * I
MAU0477	54960468E	6599/2	21/09/2014	230 * V
MDG3744	54960281E	6653/2	22/09/2014	230 * XI
MLK3986	54960090E	5169/1	13/09/2014	165
MLK3986	54960091E	6599/2	13/09/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 932/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJS2974	54960344E	6769/1	26/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LZA5948	54960075E	6599/2	15/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZA5948	54960077E	5010/0	15/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****LICITAÇÃO Nº 37/2014**

Processo Licitatório nº 37/2014, Pregão Presencial nº 22/2014; Objeto: Registro de Preços para aquisição de produtos de limpeza, higiene e gêneros alimentícios para uso na SMS e nas Unidades Sanitárias e ESF's da SMS. Entrega dos Envelopes; Até às 08:45 horas do dia 19 de novembro de 2014; Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 19 de novembro de 2014. Local: Secretaria Municipal da Saúde - AUDITORIO. Endereço: Avenida Tancredo Neves, 234, centro. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima mencionado, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:00 à 17:00 horas ou no site [www.itaipolis.sc.gov.br](http://www.itaipolis.sc.gov.br) - Fone 047 3652 1163.

Itaipolis, 04/11/2014.  
Gervasio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

**Itapiranga****PREFEITURA****TOMADA DE PREÇOS Nº 156/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 156/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 156/2014, cujo objeto é a execução em regime de empreitada global do projeto para pintura (com fornecimento de materiais e mão de obra) da edificação do quartel do Corpo de Bombeiros, localizado na Rua Soldado Elo, na cidade de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 20 de novembro de 2014. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 04 de novembro de 2014  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**PREGÃO Nº 157/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 157/2014, cujo objeto é a aquisição de 01 fachada com estrutura de alumínio, destinada para o quartel do Copo de Bombeiros de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 17 de novembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 04 de novembro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 001/ 2014**

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ITAPIRANGA - SC

RESOLUÇÃO Nº 001/ 2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, no uso de atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 14/2007.

- Considerando as deliberações da reunião ordinária deste Conselho, do dia 04 de Novembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade o Relatório de Gestão do FLHIS - 2013, onde consta os objetivos e metas que foram alcançadas na habitação em nosso município.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na presente data.

Itapiranga/SC, 04 de Novembro de 2014.  
Roque Matte  
Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FLHIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FLHIS  
2013

Itapiranga/SC, Outubro 2014.

### **1. Comentário/Apresentação**

Itapiranga situa-se no extremo Oeste Catarinense, o município possui 15.430 habitantes, conforme IBGE 2010, desses, 7.868 são homens e 7.562 mulheres, 7.635 residem na zona urbana e 7.795 residem na zona rural. Situa-se entre os Rios Uruguai e Peperi-Guaçu, que faz divisa com a República Argentina. Ao sul do Município, encontra-se o Rio Uruguai, sendo que os municípios vizinhos são: Caiçara, Barra da Guarita, Derrubadas, Pinheirinho do Vale, todos esses do Estado do Rio Grande do Sul. Ao leste, o Município faz divisa com o Município de Mondai. Ao nordeste, com o Município de São João do Oeste e Tunápolis, e ao oeste, encontra-se o Rio Peperi-Guaçu que faz divisa com a República Argentina. Itapiranga fica distante de São Miguel do Oeste, 70 km, Chapecó, 180 km e da Capital do Estado, 800 km.

A economia do Município está baseada na produção agropecuária. Na agricultura a distribuição de renda está diretamente ligada a fatores climáticos, dependendo da diversidade da cultura pode-se considerar que, em média, a renda mensal familiar pode estar próxima a um salário mínimo, considerando-se que a colheita acontece uma vez por ano.

A estrutura fundiária, formada por minifúndios, na sua quase totalidade, constitui-se num diferencial das demais regiões do país, pois a população rural ainda é superior à população urbana, e a agricultura de minifúndios é destinada apenas à subsistência destas famílias. Dessa maneira a agricultura familiar envolve o trabalho de todos os membros da família independentemente de idade, tanto na atividade agrícola como na pecuária leiteira e avicultura, que atualmente é movimentada, devido à industrialização de embutidos e empanados através da JBS - Aves e JBS Suínos, indústria de médio porte instalada neste município.

No âmbito do Município existe o Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Transito, Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Desenvolvimento, Conselho Municipal de Agricultura, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Merenda Escolar, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itapiranga, todos com atuante participação nas decisões comunitárias.

Em 1998, a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social implantaram o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS/PSF. Atualmente contamos com um quadro de Agentes Comunitários de Saúde que possui como meta essencialmente um acompanhamento sistemático e preventivo das famílias do município, realizando reuniões periódicas com gestantes, hipertensos e diabéticos. Igualmente, possui os Agentes a incumbência de despertar nas pessoas a necessidade da saúde preventiva e alternativa. Na área da educação, há 04 creches municipais, localizadas na cidade. Existem 12 escolas municipais, localizadas nas comunidades de: Linha Dourado, Soledade, Popi, Santo Antônio, Cede Capela, Conceição, Aparecida, Becker, e outras quatro na cidade. Também existem outras 06 escolas estaduais, localizadas na cidade:

Porto Novo, São Vicente e nas comunidades de Linha Santo Antônio, Sede Capela, Popi e Conceição. A Prefeitura disponibiliza o transporte escolar à totalidade dos 1.297 estudantes (663 na rede municipal e 634 na rede estadual). Ainda, auxilia no transporte de alunos as universidades situadas em municípios próximos.

Em Itapiranga cultivam-se muito as tradições germânicas, culminando com a realização anual da Oktoberfest, a mais antiga festa alemã do país. Da mesma forma, são realizados encontros de grupos folclóricos infantis e adultos, além de encontros entre corais e outros grupos. Também é realizada a Semana Farroupilha, no mês de setembro, onde são cultivadas as tradições gaúchas, visto que os imigrantes de origem vieram do Rio Grande do Sul, principalmente da região de Santa Cruz do Sul e São Leopoldo.

Na área de Assistência Social em 2010 foi criada e implantada a Secretaria Municipal de Assistência Social. Durante a implantação e aprimoramento dos programas e serviços, sentiu-se a necessidade de criar o CRAS - Centro de Referência em Assistência Social que aconteceu em outubro de 2010, com equipe de profissionais concursados. Além disso o município conta, em diversas localidades, com Clubes de Mães; 32 Grupos da Terceira Idade; Associação de Agricultores; Clubes de Futebol com campo próprio; salões comunitários, onde as famílias se encontram nos finais de semana, e os jovens divertem-se em reuniões dançantes. Existe ainda, no âmbito do município a Igreja Católica, além da Assembleia de Deus, Igreja Protestante, Igreja Quadrangular e Igreja Luterana.

O município está dotado com cinco estações de tratamento de água mantidos pela Prefeitura Municipal. Todo o tratamento tem acompanhamento técnico, para que a qualidade de água fornecida a população seja a melhor possível. Podemos afirmar que na sede municipal as ligações de água atingem 100% das famílias na zona urbana e também na zona rural, o que foi conquistado com muito custo e empenho até o final do ano de 2012. As estações de tratamento de água foram recolocadas e aumentado o volume de tratamento ficando 05 estações localizadas em Sede Capela, Conceição, São Sebastião, Linha Glória e na Cidade. Ficando assim todo o município coberto com atendimento, captação, tratamento e rede de distribuição de água tratada para a população.

O sistema de coleta de lixo é realizado por empresa terceirizada, pela Prefeitura Municipal, que dispõe de um caminhão para tal finalidade. Diariamente este trabalho é realizado a partir das 18 horas, coletando em média a quantidade de 9.000 Kg de lixo/dia, cujo destino é Estação de Triagem de Resíduos Sólidos, em Iporã do Oeste/SC, onde os materiais são reciclados.

A preocupação na preservação do meio ambiente é uma constante, através de atos concretos como a cima já exposta, com relação às águas servidas a população e canalização de redes de esgoto, bem como, através da Secretaria de Agricultura na distribuição de mudas de árvores nativas e exóticas, incentivando com isso, o reflorestamento. Assim como, a orientação quanto ao manejo correto do solo, evitando assim a erosão e a poluição dos rios e dos riachos. Desenvolve-se um amplo trabalho de conscientização a favor da vida, das águas, do ar e do meio ambiente em que se vive, juntamente as audiências públicas na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, que foi aprovado pelo poder legislativo.

O município possui uma rede rodoviária de 760 km de estradas, mais de 300 km de acesso secundário, em boas condições de trafegabilidade. Na sede do município as ruas em sua grande maioria são asfaltadas e algumas com calçamento.

A rede de esgoto atende as famílias da zona urbana. Este benefício atinge a população do centro da cidade, dos Bairros Santa Tereza Alto, Bairro Floresta, Bairro do Parque, Bairro Jardim Bela Vista e Bairro Santa Teresa Baixo. O Município de Itapiranga conseguiu aprovar na FUNASA o projeto de Estação de Tratamento do Esgoto, contemplado no PAC II do Governo Federal. Na área rural, o destino de dejetos predominante é o tratamento individual pelo sistema fossa séptica/sumidouro. Quanto à rede de energia

elétrica, 98% das residências urbanas, e propriedades da zona rural são beneficiadas.

A situação habitacional de Itapiranga atualmente atinge um déficit de aproximadamente 240 famílias, conforme levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que não possuem terreno e que necessitam de casa, sendo que mais 50 famílias já possuem terreno e precisariam de financiamento para a construção da casa.

A realidade social do município de Itapiranga não se distingue muito da realidade existente no país. As diferenças sociais são geradas em função da raça e da cultura que, na maioria das vezes, determinam as condições socioeconômicas da população.

Baseado na realidade social do Município percebe-se que, do contingente de famílias carentes, 80% destes são brasileiros, descendentes de indígenas, residentes em sua maior parte na zona rural; pequenos agricultores, meeiros, arrendatários que exercem suas atividades através da mão de obra familiar.

## 2. Justificativa da Intervenção Social

O presente relatório destina-se à prestação de contas referente à inclusão social de famílias com menor poder aquisitivo a melhores condições e acesso à habitação digna. Assim, com essa disponibilidade proporciona-se aos munícipes de Itapiranga uma melhor qualidade de vida.

Assim sendo, estes projetos/programas de atendimento propiciou grande melhoria na qualidade de vida da população beneficiária, contribuindo para diminuição de problemas sociais, e auxiliando na redução do déficit habitacional do município.

## 3. Conceitos

### 3.1 Geral

Promover o acesso à moradia, com vistas à melhoria de habitabilidade e preservação ambiental para uma melhor qualidade de vida dos munícipes, vinculando também processos de desenvolvimento social e acesso as políticas públicas, além da criação de legislações específicas e prestações de contas através dos relatórios de gestão.

### 3.2 Específicos:

- Intensificar a parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na construção de casas através do Programa minha casa, minha vida e outros.
- Construção de banheiros;
- Manter todos os demais programas habitacionais e de infraestrutura.

## 4. Descrição dos Objetivos Alcançados

Durante o ano de 2013, metas traçadas foram alcançadas, pois a Empresa Construtora das casas e executora da infraestrutura paralelamente com a construção das casas, concluíram as obras em sua totalidade.

- Foram realizadas diversas reuniões com as famílias contempladas com sua casa própria com o intuito de orientar ao uso adequado, a manutenção do novo espaço de moradia e da vida comunitária.
- Foi também definido nas reuniões todos os detalhes da grande inauguração das 95 casas no Loteamento Morada Feliz, entre Caixa Econômica Federal, Município de Itapiranga e famílias contempladas que aconteceu dia 08 de dezembro de 2013, com pleno êxito.

- Foram construídos banheiros e pequenas reformas de casas em parceria com os mutuários;
- Prestado serviços de orientação e auxílio a população especialmente a de baixa renda a ter acesso a Programas Habitacionais Municipais, Estaduais e Federais;
- A parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais: com Acompanhamento e realização pela Assistente Social da municipalidade o Trabalho Técnico Social com as 180 famílias contempladas com Habitação Rural, através dos programas do Governo Federal.

- O Projeto de Regularização Fundiária da área de terra pertencente a União, situada na Linha Laranjeira, Itapiranga/SC, ocupa irregularmente por trinta e duas (32) famílias em situação de vulnerabilidade social está em andamento, aguardando aprovação do Patrimônio da União dos objetivos de ocupação da área pelo Município e após encaminhamento para aprovação da Câmara de Vereadores.

## Serviços Públicos e Infra-Estrutura Social

- Fornecimento de pedra brita prevista pela lei Municipal Nº 1.111/85;
- Prestação de serviços com máquina para implantação de praças esportivas.
- Nos últimos anos inúmeras ruas foram pavimentadas com pedras irregulares ou asfalto. O Município criou programas de incentivo para implantação e melhorias dos passeios público, Lei Nº 2.036/2001, Lei Nº 2.687/2011 e Decreto Nº 138/2009. Aproximadamente três quilômetros lineares de passeios foram construídos em parceria com os proprietários de lotes e em áreas públicas.
- A manutenção da Iluminação Pública é um processo constante. O Município assumiu este serviço com a contratação por processo licitatório de empresa para fazer a manutenção. Inúmeros projetos novos de Iluminação Pública foram elaborados por profissionais da área e após aprovados pela Celesc, ocorreu a licitação e implantação dos mesmos.

- O Município adquiriu, em 2010, uma área de 60.000 metros quadrados para a implantação da estação de tratamento de esgoto. O projeto da estação está tramitando na FUNASA - Fundação Nacional da Saúde, para posterior liberação de recursos para execução da obra.

- Os loteamentos novos são interligados na rede de esgoto existente ou instalação coletivo próprio. No perímetro urbano as residências que não podem ser ligados a rede coletora de esgoto já existente, deve seguir a regra da instalação de fossa, filtro e sumidouro individuais. Na zona rural o município não exerce fiscalização sobre construção de residências. Casas financiadas por programas do governo federal para a zona rural seguem critérios estabelecidos nestes programas.

- O Município de Itapiranga atende todas as propriedades da cidade e do interior com água tratada, que queiram ou necessitam da mesma, principalmente para o consumo humano.

- O Município possui hoje cinco modernas Estações de Captação e Tratamento de Água conforme determinam as normativas, sendo: ETA Cidade - Captação Rio Uruguai.
- ETA Sede Capela - Captação Rio Uruguai.
- ETA Linha Escondida - Captação Rio Peperi Guaçu.
- ETA Linha Glória - Captação Rio Peperi Guaçu.
- ETA Linha Guabiroba - Captação Rio Macaco Branco.

Estas ETAs fornecem água tratada que é distribuída para todas as propriedades do Município de Itapiranga.

- O setor de urbanismo resolveu inúmeros problemas pontuais de drenagem pluvial, com a colocação de tubos dos diversos diâmetros em novas redes ou em substituição as redes antigas.

- O Programa de Coleta Seletiva de Lixo, veio a melhorar o armazenamento e a classificação do lixo, foram instaladas lixeiras novas, nos últimos anos, no Centro, Bairros e Interior.
- Todas as comunidades do interior são contempladas com roteiro mensal para coleta de materiais recicláveis. Além de campanhas específicas para atender os itens da logística reversa conforme prevê a legislação.
- O Município de Itapiranga firmou parceria com o Instituto Federal



de Santa Catarina - IFSC; Instituto Catarinense de Educação - ICEU; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com implantação definitiva de Núcleo em Itapiranga, para oferecer cursos profissionalizantes e de qualificação profissional. Lei Nº 2.697/2011, Lei Nº 2.711/2011.

No que se refere ao Aspecto Institucional:

- Toda estrutura pública municipal está constantemente sendo adequada conforme as necessidades.
- A todos os servidores é constantemente oportunizada a qualificação profissional, conforme necessidade e interesse.
- Não foi feito Recadastramento Imobiliário no município de Itapiranga. A equipe de tributos e fiscalização acompanha constantemente os novos projetos que são executados. Os valor venal dos imóveis está estabelecido em lei (Código Tributário) e é corrigido anualmente pelo IGPM.
- O Município possui equipe técnica distribuída em diferentes setores que orientam e aplicam a legislação em vigor.

#### 5. Metas para ano 2014

- Intensificar a parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outras empresas e entidades interessadas na construção e reformas de casas na zona rural e urbana;
- Viabilizar em parceria com empresas construtoras um novo Projeto de Loteamento para disponibilizar terrenos a baixo custo, para população com menor renda e dificuldades de acesso a financiamentos para habitação;
- Continuar programa de reformas e auxílios de materiais e com mão-de-obra;
- Dar continuidade ao Projeto de Regularização Fundiária na área União;
- Construir e reformar passeios públicos;
- Fazer pavimentação com pedra irregular e asfáltica;
- Construção da Estação de Tratamento do Esgoto;
- Fazer a manutenção das ruas, praças e prédios públicos.

#### 6. Indicadores ou Parâmetros de Gestão

Os acompanhamentos dos programas habitacionais ficam sobre responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, mas ressaltamos que todas as demandas emergentes serão levadas a conhecimento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como o Conselho deverá emitir parecer e este será sempre levado em consideração, para assim podermos desenvolver um trabalho eficiente e eficaz conforme a necessidade dos usuários para sua melhor qualidade de vida.

#### 7. Análise dos Resultados Alcançados

No que tange aos resultados obtidos no ano de 2013, estes mesmo que não alcançados em sua totalidade, podem ser considerados positivos, sendo que muito se conquistou na área habitacional, bem como no que se refere às Leis, Planos e Projetos. O término de implantação da obra do Loteamento Morada Feliz, e a inauguração do mesmo gerou grande satisfação as famílias beneficiadas porque é um bairro nobre com boa localização, com infraestrutura completa inclusive asfalto nas ruas.

Foram várias reuniões, visitas, dentre outras situações vivenciadas até a conclusão desta fase, como também o empenho da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Poder Executivo Municipal primando pelo bem estar e a qualidade de vida da população.

A parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais auxiliou muito na conquista de casas e reformas no meio rural, deixando uma grande marca de satisfação.

#### 8. Avaliação do Conselho Gestor FLHIS

Na avaliação do conselho os resultados alcançados foram muito positivos uma vez que tem auxiliado a população a melhorar a sua qualidade de vida, na satisfação pessoal e comunitária. Foram realizadas visitas, entrevistas, enfim tudo para que estes trabalhos

sejam feitos da melhor forma possível, e assim termos um grau de satisfação considerável em todos os programas implantados.

#### 9. Medidas adotadas ou a serem adotadas para aprimorar os mecanismos de gestão

Dentre os instrumentais adotados para realização dos trabalhos, todos foram tidos como importantes no processo de construção de novas e reformas de moradias e instalação dos equipamentos públicos. Porém, fica como sugestão o aumento de vagas e de recursos a Fundo Perdido para acesso da população de baixa renda ou sem renda, aos programas que futuramente virão, e colocar em prática o Plano Local de Habitação de Interesse Social. Assim podendo diminuir o déficit habitacional de Itapiranga/SC.

Itapiranga/SC, Outubro 2014.

MILTON SIMON

PREFEITO MUNICIPAL

ELISABETH HELENA RAUSCH FRANTZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

### EXTRATO DO DISTRATO Nº 127/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 127/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e AURORA GRASIELA MUNEVECK  
OBJETO: Distrato do Contrato de Prestação de serviço temporário nº 026/2014/RH de 04/02/2014, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 40 horas semanais.

Itapiranga - SC. 03 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e Thanara Petry.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 03/11/2014 a 12/12/2014

Itapiranga - SC, 03 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal



# Itapoá

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 77/2014-MOVEIS UBS DE ITAPOÁ

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2014  
PROCESSO Nº143/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 17 de novembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de móveis para equipar as Unidades básicas de Saúde de Itapoá, conforme especificações técnicas descritas no anexo v do edital. O Edital poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Saúde/ Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 04 de novembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

### EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 78/2014-EQUIPAMENTOS DE INFORTICA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2014  
PROCESSO Nº 144/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 20 de novembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de Equipamentos e materiais de informática, para uso das Escolas da Rede Municipal de Ensino, Centro de Preparação da alimentação Escolar, Centro de Formação, Ampliação da Jornada Escolar e Secretaria de Educação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 04 de novembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

### EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 79/2014- AQUISIÇÃO TINTAS E MATERIAIS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº79/2014  
REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2014  
PROCESSO Nº145/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até as 10h30min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h00min, do dia 17/11/2014, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de tintas e materiais para serem utilizados na pintura de vias pavimentadas do Município, conforme especificações constantes no Anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 04 de novembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

JEFERSON RUBENS GARCIA  
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

### SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 022/2014 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2014  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 022/2014  
TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata CLAUDIA REGINA DUTRA DOS SANTOS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;

11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 04 de Novembro de 2014.

**SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO  
Nº 009/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
- EDITAL Nº 022/2014 TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2014  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 022/2014  
TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata ANDREIA MIRIAN ANDRADE DE ARRUDA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 04 de Novembro de 2014.

**SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO  
Nº 010/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
- EDITAL Nº 022/2014 TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2014  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 022/2014  
TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata CAMILA DA SILVA PINHEIRO para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 04 de Novembro de 2014.

**IPESI: EDITAL Nº 02/2014**

EDITAL 02/21014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E REGIMENTO PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI

**Seção I  
Dos Cargos e Eleição**

Art. 1º - A Comissão Eleitoral, instituída pela Resolução 01/2014 do Conselho Administrativo e Decreto Municipal nº 2245/2014 de 23 de julho de 2014, no uso das atribuições que lhe compete, nos termos da Lei Complementar nº 41/2014, torna público que estão abertas às inscrições para a escolha de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que serão eleitos em processo eleitoral de conformidade com as determinações contidas neste Edital.

§1º - As eleições serão realizadas no dia 25 de novembro de 2014, terça-feira, entre as 08h30min e às 13:30, na Sede da Prefeitura Municipal, Site: Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Itapoá-SC.

Art. 2º - O presente regimento regula o processo eleitoral de Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o

exercício de 2015 a 2018.

Art.3º - Para os cargos de Conselho Administrativo e Fiscal, serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos entre os candidatos inscritos, em ordem decrescente de classificação, iniciando-se o preenchimento das vagas pelos titulares e depois pelos suplentes.

Art. 4º - Ocorrendo empate entre dois ou mais candidatos, a Comissão Eleitoral fará o desempate, utilizando-se dos seguintes critérios:

a) Considera-se eleito o candidato com maior tempo de serviço público;

b) Se ainda assim persistir o empate considera-se eleito o candidato com maior idade.

Art.5º - A eleição será coordenada por Comissão Eleitoral nomeada por meio do Decreto Municipal 2245/2014 e da Resolução 01/2014 do Conselho Administrativo.

Art.6º - Serão garantidos todos os meios democráticos para a lisura dos pleitos eleitorais, assegurando-se condições de igualdade aos candidatos concorrentes, especialmente no que se refere à paridade de indicação de mesários, tanto na coleta quanto na apuração de votos.

## Seção II

### Do Eleitor

Art. 7º - É eleitor todo servidor público municipal segurado do IPESI e que tenha ingressado no serviço público municipal até a data da publicação do Edital de Convocação das Eleições.

## Seção III

### Da Publicidade do Edital

Art.8º - A Cópia deste Edital deverá ser afixada na sede da Prefeitura, na sede do IPESI, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, bem como será publicada nos sites: [www.ipesi.sc.gov.br](http://www.ipesi.sc.gov.br), [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e [www.camaraaitapoa.sc.gov.br](http://www.camaraaitapoa.sc.gov.br).

## Seção IV

### Candidaturas e Inelegibilidades

Art. 9º - São condições para candidaturas:

I - Para o Conselho de administração:

a) ser servidor público municipal aposentado, todo vinculado ao RPPS/Itapoa;

I - Para o Conselho Fiscal

a) ser servidor público aposentado, todo vinculado ao RPPS/Itapoa;

## Seção V

### Inscrições

Art. 10º - As inscrições serão realizadas no período de 19 de novembro de 2014, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais-IPESI - das 08h30min às 13h30min.

I - No ato da inscrição, os candidatos aos cargos a seguinte documentação:

a) Preencher a ficha de inscrição fornecida pelo setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoa

b) Cópia do documento de identidade

c) Comprovação de aposentadoria (cópia do comprovante de recebimento de aposentadoria emitido pelo IPESI).

§ 2º - No ato da inscrição, o candidato deverá entregar um envelope lacrado, identificado com o seu nome e contendo todas as documentações necessárias a inscrição, e a ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada fora do envelope (Anexo I).

§ 3º - São considerados os seguintes documentos de identidade:

☐ Cédula de identidade;

☐ Carteira nacional de habilitação (modelo novo com foto);

c) documentos de identidade profissional emitido pelas entidades competentes, com foto (ex.: OAB, CRC, CREA, CRM, CRF, CRP, CRESS, COREN, entre outros...)

§4º - As condições de elegibilidade serão averiguadas pela

Comissão Eleitoral que poderá verificar junto ao cadastro do IPESI §5º - A efetivação da inscrição implicará no conhecimento e aceitação de todas as disposições deste Edital.

§6º - A inscrição das candidaturas será endereçada à Comissão Eleitoral .

§8º - Para efeito do disposto neste artigo a Comissão Eleitoral prestará informações concernentes ao processo eleitoral, nos seguintes locais:

LOCAL	FUNCIONÁRIO	CONTATO
Secretaria de Educação	Valci Terezinha de Souza	3443.88.48
	Thays Nascimento Vieira	3443.88.49
Secretaria de Saúde	Janayna Gomes	3443.88.52
IPESI	Carlito Joaquim Custódio Junior	3443.63.37
Câmara Mun.de Vereadores	Leonice Marli Riskowski	3443.61.46

Art. 11 - Os candidatos inscritos não poderão ser membros da Comissão Eleitoral.

Art. 12 - No encerramento do prazo para inscrição das candidaturas, a Comissão Eleitoral providenciará a lavratura da ata correspondente, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as candidaturas.

Art. 13 - No dia 20 de novembro de 2014, a Comissão Eleitoral afixará a relação nominal das candidaturas registradas na sede da Prefeitura, na Sede do IPESI e da Câmara Municipal de Vereadores e declarará aberto o prazo de um (um) dia útil para a apresentação impugnação ou recurso, que se encerra em 21 de novembro de 2014, às 13h30 min no IPESI.

§1º Cientificado da impugnação, o candidato terá o prazo de 1 (um) dia útil para apresentar defesa, no IPESI, das 08h30min às 13h30min.

§2º Após o prazo estabelecido no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a Comissão Eleitoral julgará a impugnação por maioria de votos.

Art. 14 - Após o julgamento dos recursos e impugnações, a Comissão Eleitoral publicará a relação final dos Candidatos no mural da Prefeitura Municipal de Itapoa e do IPESI no site do IPESI: [www.ipesi.sc.gov.br](http://www.ipesi.sc.gov.br), bem como as decisões dos recursos e das impugnações, se houver.

Art. 15 - Ocorrendo renúncia formal de candidato após o registro da candidatura, a Comissão Eleitoral afixará cópia desse pedido no mural da Prefeitura Municipal, no site do IPESI: [www.ipesi.sc.gov.br](http://www.ipesi.sc.gov.br) para conhecimento dos segurados.

Art. 16 - A relação dos servidores em condições de votar será elaborada pelo IPESI, Câmara de Vereadores de Itapoa e Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itapoa. Parágrafo Único - Os Eleitores cujos nomes não constarem na lista de votantes, identificando-se como segurados do IPESI através da folha de pagamento do mês imediatamente anterior ao da eleição e assinando lista própria, poderão votar.

## Seção VI

### Da Comissão Eleitoral

Art. 17 - O processo eleitoral será coordenado e conduzido por comissão Eleitoral nomeada por meio do Decreto Municipal nº 2245/2014 possibilitando-se aos candidatos o acompanhamento dos trabalhos, nos termos da Lei Complementar nº41/2014.

Art. 18 - O Presidente da Comissão Eleitoral será eleito entre os integrantes da Comissão, em havendo empate será definido por sorteio entre os mais votados.



**Seção VII****Voto Secreto**

Art. 19 - O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

a) uso de cédula única, contendo campo específico para assinalar em frente aos nomes dos candidatos.

d) emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

Art. 20 - A cédula única será confeccionada em papel branco, com tipos uniformes e de maneira que, dobrada, resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.

Parágrafo único - A disposição seqüencial dos nomes dos candidatos na cédula de votação obedecerá à ordem alfabética com respectivo número de inscrição.

**Seção VIII****Composição das Mesas Coletoras**

Art. 21 - As mesas coletoras de votos funcionarão sob a responsabilidade de um dos membros Comissão Eleitoral ou servidor designado por resolução da comissão.

Art. 22 - Os Servidores indicados para operar nas mesas coletoras terão abonadas as suas faltas no dia da eleição.

Art. 23 - Será instalada mesa coletora fixa na Sede Prefeitura Municipal, sito: Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Itapoá-SC.

**Seção IX****Coleta de Votos**

Art. 24 - A coleta dos votos far-se-á em 1 (um) dia.

Art. 25 - Somente poderão permanecer no recinto da coleta de votos o membro da mesa coletora, e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

Parágrafo único - Nenhuma pessoa estranha poderá intervir nos trabalhos.

Art. 26 - Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão a duração de acordo com o estabelecido neste Edital.

Art. 27 - Os trabalhos de votação somente poderão ser encerrados antecipadamente se todos os eleitores constantes da folha de votação já tiverem votado.

Art. 28 - Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará folha de votantes, receberá uma cédula única rubricada pelo Presidente e mesários, e na cabine indevassável, após consignar a sua preferência, a dobrará, depositando-a na urna colocada na mesa coletora.

Art. 29 - São válidos para identificação do eleitor qualquer um dos documentos abaixo:

a) Cédula de identidade;

b) Carteira nacional de habilitação (modelo novo com foto);

c) Documentos de identidade profissional emitido pelas entidades competentes com foto (ex.: OAB, CRC, CREA, CRM, CRF, CRP, CRESS, COREN, entre outros...).

Art. 30 - A hora determinada no Edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar serão convidados em voz alta, a fazer entrega aos mesários da mesa coletora, do documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor, em não existindo eleitor a votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos.

§ 1º - Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada, com a aposição de tiras de papel gomado, rubricadas pelos membros da mesa, devendo as mesmas permanecer fechadas até o início da contagem dos votos.

§ 2º - O Presidente da Mesa fará lavrar a ata que será também assinada pelos mesários, registrando a data e horário de início e encerramento dos trabalhos, total de votantes e dos segurados em condições de votar, bem como, resumidamente, os protestos apresentados.

§ 3º - O Presidente da mesa coletora fará entrega à Comissão Eleitoral, mediante recibo, de todo o material utilizado durante o processo de votação.

**Seção X****Mesa Apuradora de Votos**

Art. 31 - A sessão eleitoral de apuração será instalada em local

apropriado, imediatamente após o encerramento da votação, sob a coordenação da Comissão Eleitoral, a qual receberá as atas de instalação e encerramento das mesas coletoras de votos, as listas de votantes e as urnas devidamente lacradas e rubricadas pelos mesários.

§ 1º - As mesas Apuradoras de Votos serão compostas de escrutinadores indicados pela Comissão Eleitoral.

§ 2º - Fica assegurado o acompanhamento dos trabalhos pelos candidatos em todas as mesas apuradoras.

Art. 32 - Na contagem das cédulas da urna será verificado se o seu número coincide com o da lista de votantes.

Art. 33 - Finda a apuração, a Comissão Eleitoral proclamará eleito o candidato que obtiver o maior número de votos para o respectivo cargo, e fará lavrar ata dos trabalhos eleitorais.

§ 1º - A ata mencionará obrigatoriamente:

a) o dia e hora da abertura e de encerramento dos trabalhos;

b) o local em que funcionaram as mesas bem como nomes dos respectivos componentes;

c) resultado da urna apurada, especificando-se o número de votantes, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada candidato e votos em branco e votos nulos;

d) número total de eleitores que votaram;

e) resultado geral da apuração;

f) proclamação do eleito.

§ 2º - A ata geral de apuração será assinada pelos Membros da Comissão Eleitoral e da Mesa Apuradora.

Art. 33 - A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob guarda da Comissão Eleitoral até a proclamação final do resultado das eleições.

Art. 34 - Será proclamado eleito o candidato que, obtido o quorum legal, for o mais votado para o respectivo cargo.

**Seção XI****Quorum**

Art. 35 - Será eleito ao cargo a que se candidatou, o servidor que obtiver o maior número de votos válidos.

**Seção XII****Anulação e Nulidade do Processo Eleitoral.**

Art. 36 - Será anulada a eleição quando, mediante recurso formalizado nos termos deste Regimento, ficar comprovado:

a) Que foi realizada em dia, hora e local diversos dos informados no Edital de convocação ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada, sem que tenham votado todos os eleitores relacionados na folha de votação;

b) Que foram preteridas quaisquer formalidades essenciais estabelecidas neste Edital;

c) Que não foram cumpridos quaisquer dos prazos essenciais estabelecidos neste Edital;

d) Ocorrência de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade.

Parágrafo único - O voto considerado nulo não implicará anulação de urna, nem tampouco na anulação de eleição.

Art. 37 - Não poderá a nulidade ser invocada por quem tenha lido a causa.

Art. 38 - Anuladas as eleições, outras serão convocadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do despacho anulatório.

**Seção XIII****Material Eleitoral**

Art. 39 - A Comissão Eleitoral cabe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral, constituindo os documentos sempre em duas vias, sendo a primeira original.

§ 1º - São peças essenciais do processo eleitoral:

a) Edital de Convocação com a comprovação de sua publicação;

b) cópia dos requisitos dos registros de candidaturas e as respectivas fichas de qualificação individual dos candidatos;

c) edital onde se publicou a relação nominal dos candidatos registrados;

d) cópias dos expedientes relativos à composição das mesas

eleitorais;

- e) lista de votação dos segurados em condição de votar;
- f) atas das seções eleitorais de votação e de apuração dos votos;
- g) exemplar da cédula única de votação;
- h) cópias das impugnações e dos recursos e respectivas contra - razões, se houverem;
- i) comunicação oficial das decisões da Comissão Eleitoral;

#### Seção XIV

Recursos Art. 40 - O prazo para interposição de recurso é de 2 (dois) dias úteis contados da declaração oficial do resultado do pleito, que se dará através da publicação por edital do resultado final da eleição.

§ 1º - Os recursos poderão ser interpostos por quaisquer dos candidatos não eleitos.

§ 2º - Os recursos e os documentos de prova serão entregues em 03 (três) vias sendo 01 (uma) via à Comissão Eleitoral, 01 (uma) via ao recorrido e outra via que servirá de contra - recibo.

§3º. A via do recorrido ser-lhe-á entregue em 1 (um) dia útil que terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para oferecer contra - razões.

§ 4º - Findo o prazo estipulado e recebidas ou não as contra - razões do recorrido, a Comissão Eleitoral decidirá em 2 (dois) dias úteis.

Art. 41- O recurso não suspenderá a posse do eleito.

Art. 42 - Os prazos constantes desta seção serão computados, excluído o dia do começo incluído o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil se o vencimento cair no sábado, domingo ou feriado.

#### Seção

Das vagas para a candidatura

Art. 43 - Os candidatos poderão ser inscritos para os seguintes cargos:

I - Conselho de Administração: 01(um) representantes dos aposentados, para suplência do conselho de administração, eleitos em processo eleitoral.

II - Conselho Fiscal: 02 (dois) representantes dos aposentados, sendo um na condição de titular e outro na condição de suplente.

#### Seção XV

Da posse para os candidatos eleitos

Art. 49 - No ato da posse os candidatos eleitos deverão apresentar as seguintes documentações:

I - Dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal: por ocasião da posse, os membros indicados e os eleitos dos Conselhos de Administração e Fiscal deverão apresentar, por sua conta, documentos que comprovem as condições previstas nos art.11, incisos I e II, e §1º desta lei.

#### Seção XV

Das Disposições Gerais

Art. 50 - A posse do eleito ocorrerá após homologação da eleição por ato do Prefeito Municipal.

Art. 52 - Os candidatos interessados em compor qualquer um dos Conselhos poderão inscrever-se somente para um órgão, não sendo permitido exercer concomitantemente as funções de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 53- Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 54 - O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 03 de novembro de 2014.

Leonice Marli Riskowski

Presidente do Conselho Eleitoral.

#### ANEXO I

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, servidor publico municipal, residente e domiciliado nessa cidade, inscrito no RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado venho através do presente, requerer minha inscrição para o cargo de:

( ) Conselho Administrativo

( ) Conselho Fiscal

nos termos do Art.11º do Edital de Convocação e Regimento Eleitoral para o processo eletivo de 2014.

Para tanto, anexo ao presente requerimento os seguintes documentos:

( ) Cópia do documento de identidade;

Sendo o que se apresenta, nesses termos pede Deferimento.

Itapoá, \_\_\_\_ novembro de 2014.

Assinatura do candidato

#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2306/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.**

DECRETO MUNICIPAL NO2306/2014

Data: 30 de outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/112/2014, de 30 de outubro de 2014,

#### DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, referente à DR 10.000, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme segue:

#### Suplementação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

0103010013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

33390 Aplicações Diretas (347) DR 10200 .....

..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de outubro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº76/2014- PEÇAS RETROESCAVDEIRA RANDON RD-406**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014

PROCESSO Nº 142/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 21 de novembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de peças originais de 1ª linha para manutenção da Retroescavadeira Randon RD-406, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 04 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº. 79/2014**

DECRETO LEGISLATIVO nº 79/2014

Data: 20 de outubro de 2014.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TITULAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DE ITAPOÁ/SC.

OSNI OCKER, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais prevista no inciso II do art. 30 da Constituição Federal, bem como nos termos do art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39 do Regimento Interno da Casa, e para cumprir o disposto no § 5º, art. 22, da Resolução Legislativa nº 07/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída no Poder Legislativo do município de Itapoá/SC a Comissão de Avaliação de Titulação.

Art. 2º A Comissão de Avaliação de Titulação será composta dos servidores efetivos abaixo:

Ana Paula Kogg Stephani - Presidente  
Francisco Xavier Soares Filho - Secretário  
Lilian das Graças Maoski - Membro  
Fernanda Luzia Gutoski Duarte - Membro  
Patrícia Carneiro Braz Guerra de Souza - Membro

Art. 3º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 54/2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 20 de outubro de 2014.

Osni Ocker

Presidente

**CLASSIFICAÇÃO - EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO - 01/2014**

Relação dos candidatos classificados e aprovados, após a realização da prova prática realizada das 09h30 às 12h30 do dia 31 de outubro de 2014, na sala das comissões, da Câmara Municipal de Itapoá.

Edital de Seleção para Contrato Temporário nº 01/2014

7.1 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será publicado no Diário Oficial dos Município de Santa Catarina, relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.2 - A divulgação da classificação será realizada no dia 31 de outubro de 2014 a partir das 13h através de Edital que será divulgado no site da Câmara Municipal de Itapoá e também com a publicação no Diário Oficial dos Município de Santa Catarina.

Classificação	Nome completo do candidato	Situação do candidato
1º	Daniele Cristina Pereira	CLASSIFICADA
-	Airton de Araújo Roslin-do Junior	Candidato desclassificado, nos termos do item 6.7 do Edital
-	Andressa Lilian Paese Soares	Candidata desclassificada, nos termos do item 6.7 do Edital

**7 - DOS RECURSOS**

7.3 - A interposição de recursos poderá ser feita através de Protocolo na Recepção da Câmara Municipal de Itapoá, no dia 03 de novembro de 2014 das 07h45min às 10h30min. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido e horário estabelecido.

7.4 - A divulgação da classificação final será dia 03 de novembro de 2014, a partir das 13h através de Edital que será publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC e no site da Câmara Municipal de Itapoá [www.camaraitapoa.sc.gov.br](http://www.camaraitapoa.sc.gov.br).

Câmara Municipal de Itapoá, 31 de outubro de 2014.

Osni Ocker

Presidente

**RESULTADO FINAL - EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO - 01/2014**

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 01/2014

A Câmara Municipal de Itapoá torna público, nos termos do item 7.4 do Edital nº 01/2014, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária do cargo de Técnico em Contabilidade, para substituição temporária de servidor efetiva em gozo de licença maternidade.

Após o período de recursos definido no item 7.3 do Edital, com a ausência de interposição de recursos dos candidatos e/ou munícipes, a candidata Daniele Cristina Pereira, CPF 061.930.549-52, contadora, devidamente inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina, foi classificada na 1ª colocação.

Classificação	Nome completo do candidato	Situação do candidato
1º	Daniele Cristina Pereira	APROVADA

Câmara Municipal de Itapoá, 03 de novembro de 2014.

Osni Ocker

Presidente

### **CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO - EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO - 01/2014**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014

REFERENTE AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 01/2014

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Osni Ocker, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 39 do Regimento Interno da Casa, no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e no Processo de Seleção para Contrato Temporário nº 01/2014, torna pública a CONVOCAÇÃO da candidata DANIELE CRISTINA PEREIRA, portadora do CPF nº 061.930.549-52, para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, na sede da Câmara Municipal de Itapoá, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet site do TRE);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Duas fotos recentes 3x4;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Apresentação da carteira de identidade profissional CRC/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos;
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (Câmara fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (Câmara fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
17. Laudo médico;
18. Conta corrente no Banco do Brasil. Nº: \_\_\_\_\_;

Câmara Municipal de Itapoá, 03 de novembro de 2014.

Osni Ocker

Presidente

## **Ituporanga**

### **PREFEITURA**

#### **DECRETO Nº 318, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 318 de 04 de novembro de 2014

“INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL PARA JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 65 da lei Orgânica do Município de Ituporanga, Lei Federal nº 8.666/93;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica instituída a comissão e nomeados seus membros para compor à COMISSÃO ESPECIAL PARA JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Previsto no Edital nº ADM 01/2014, a qual será composta pelos seguintes membros: Bruna Rudolfo, Nilo Antônio Schwartz e Alesandra Hoffmann Moratelli, sob a presidência da Senhorita Bruna Rudolfo.

Art. 2º. O relatório da Comissão será anexado no Processo Licitatório ADM nº 01/2014.

Art 3º . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º . Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 04 de novembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 116 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 116 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), como segue:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (13) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior correrão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Modalidade de Aplicação: (11) - 3.3.50.00.00.00.0080 - Transf. a Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 29 de outubro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### DECRETO Nº. 117 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 117 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária do SAMAE, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), distribuído da seguinte forma:

Órgão 13: SAMAE

Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Projeto/Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0040(08) - Aplicações Diretas....R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior, ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0040) do SAMAE, creditados nas suas contas correntes.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 29 de outubro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

(Incluindo Retificação 01)

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vagas de cargos efetivos do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Jacinto Machado, contratados sob o regime estatutário conforme Lei Complementar Municipal 245/2000 e suas alterações e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./ fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e-mail [concursos@iobv.com.br](mailto:concursos@iobv.com.br), sob a supervisão da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pela Portaria Número 430/2014.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	03/11/14 a 02/12/14
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	03/12/14
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento.	02/12/14
Prova de títulos, prazo final para protocolo ou envio por sedex de certificado de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) para pontuação de títulos dos cargos de professores.)	02/12/14
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	05/12/2014
Recursos contra indeferimento das inscrições	08 e 09/12/14
Locais das Provas divulgação dos locais de provas	10/12/14
Homologação das inscrições	10/12/14
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	14/12/14
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	15/12/14
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	16 e 17/12/14
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	09/01/15
Classificação Preliminar.	13/01/15
Recursos contra a classificação preliminar	14 e 15/01/15
Classificação Final	20/01/15
Homologação do resultado final	Após 20/01/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Concurso Público Jacinto Machado Edital 01/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site do Concurso Público na Internet: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

1.6. O Edital do concurso público também será publicado no site da Prefeitura de Jacinto Machado na Internet: <http://www.jacintomachado.sc.gov.br/> e no órgão oficial de imprensa ([www.diariomunicipal.sc.gov.br/](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/)), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores e sede dos entes da Administração Municipal Indireta; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Jacinto Machado - SC.

**2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS**  
2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma do art. 269 da Lei Complementar nº 020/08;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

**3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.**

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

**4. DA INSCRIÇÃO**

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço

eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), em "concursos abertos" selecionar o município de JACINTO MACHADO Edital 01/2014 ADM;
- b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- c) Preencher o Requerimento de Inscrição;
- d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências da Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.6. O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem reais);
- b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio completo: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);
- c) Para cargos com exigência de ensino fundamental e alfabetizado: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13 Demais disposições referente às inscrições

4.13.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.13.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.13.3 A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.13.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.13.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a

impressão dos documentos relacionados.

4.13.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 00190.

4.13.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.13.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.13.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.13.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

4.13.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

- a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;
- b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.13.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.13.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.13.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e <http://www.jacinto-machado.sc.gov.br>.

4.14. Das condições especiais para realizar a prova

4.14.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.14.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.14.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.14.3 O IOBV publicará, no endereço do concurso [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

4.15. Da isenção da taxa de inscrição

4.15.1. Por falta de previsão legal municipal não haverá nenhuma



forma de isenção de taxa de inscrição.

## 5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Os cargos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais cargos não contemplados com vaga para deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

- a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.
- b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.
- c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo

expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9 Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

## 7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

- a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.
- b) Prova de títulos, de caráter classificatório para os cargos de professores nível superior.

7.2 As provas serão realizadas no município de Jacinto Machado-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

**7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS**

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br) na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
Todos os cargos (Matutino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	10 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Jacinto Machado eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

**8. DA PROVA ESCRITA**

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com até 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.1. Escolaridade: Nível Alfabetizado e Fundamental Incompleto

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,60	6,00
		Total	20		10,00

**8.2.2. Escolaridade: Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto**

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,25	2,50
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,50	7,50
		Total	25		10,00

**8.2.3. Escolaridade: Ensino Médio Completo**

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	4,00
		Matemática	5		
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,30	6,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	15		
		Total	40		10,00

**8.2.4. Escolaridade: Ensino Superior Completo**

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	20		
		Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível alfabetizado e fundamental incompleto:

$$NPE = (NACG \times 0,40) + (NACE \times 0,60)$$

b) Cargos com exigência de nível fundamental completo e ensino

médio incompleto:  $NPE = (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,50)$

c) Cargos com exigência de nível médio completo:  $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,30)$

d) Cargos com exigência de nível superior:  $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

Sendo:

NPE= Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado para os cargos de Nível Alfabetizado, Fundamental Incompleto, Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 4,00 (quatro); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 4,00 (quatro) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.5.1 À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado para os cargos de Nível Médio Completo e Superior:

e) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

f) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;

g) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

h) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

## 8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho

e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.

c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13 As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15 Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16 O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;

b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;

d) Não estiver assinalada no cartão resposta;

e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.

f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.6.20 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23 Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.6.24 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.6.25 Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.

8.6.29 O IOBV e o Município de Jacinto Machado não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32 Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 10. DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROFESSORES

10.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos aos cargos de professores que forem aprovados na prova escrita objetiva e comprovem a sua titulação.

10.2. A prova de títulos consistirá na avaliação dos DIPLOMAS e CERTIFICADOS de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e de Doutorado, relacionados à área do cargo escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição e devidamente registrado.



10.2.1. O candidato deverá comprovar a conclusão do curso de pós-graduação através de fotocópia autenticada, da frente e do verso do certificado ou diploma expedido por instituição credenciada pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação - CEE, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

- a) 1,5 (um e meio) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Doutorado relacionado à área da função pretendida;
- b) 1,00 (um) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Mestrado relacionado à área da função pretendida;
- c) 0,50 (meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Especialização, com no mínimo 320h/a, relacionado à área da função pretendida.

10.3. A pontuação da Prova de Títulos não é cumulativa, sendo computado os pontos referente ao título de maior grau dentre os títulos relacionados nas alíneas "a", "b" e "c" do item 10.2.1.

10.4. Nos casos de inobservância do item anterior, onde o candidato apresentar mais de um documento para comprovação de título, a comissão avaliadora escolherá ALEATORIAMENTE apenas 1 (um) único documento para a avaliação.

10.4.1 A graduação (certificado de nível superior) não será computado em hipótese alguma, pois já é requisito obrigatório para provimento do cargo.

10.5. Não serão aceitos como comprovação de títulos documentos tais como: certidões, atestados, declarações, histórico escolar, comprovante de matrícula, entre outros, a não ser o certificado de conclusão devidamente autenticado em cartório, em que conste o rol de disciplinas com a respectiva carga horária, a fim de verificar a relação do título com o cargo escolhido.

10.5.1 Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino, assinado e autenticado em cartório.

10.6. Os certificados em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.

10.7. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

10.8. Serão avaliados somente os títulos dos candidatos que forem aprovados na prova escrita objetiva.

10.9. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

10.10. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

10.11. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

10.12. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso.

10.13. Da entrega dos títulos

10.13.1 Os certificados podem ser protocolados pessoalmente ou por procuração simples na sede do IOBV ou ainda, enviados através das agências dos correios obrigatoriamente por meio de SEDEX/AR, devendo o protocolo seja pessoalmente ou no correio até a data prevista no cronograma.

10.13.2 Os certificados devem ser protocolados ou enviados em envelope lacrado e ser preenchido obrigatoriamente da seguinte forma, sob pena de não serem avaliados:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Prova de Títulos Concurso Público Jacinto Machado Edital 01/2014

Candidato:

Cargo:

Número de Inscrição:

Avenida Luis Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 -TAIÓ - SC

10.13.3. Entregue o envelope com os títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

10.13.4 A pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita (NF = NPE + NPT)

## 11. DOS RECURSOS

11.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

11.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

11.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2014 de Jacinto Machado;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

11.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

11.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

11.5.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

11.6 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

11.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

11.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

11.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

11.10. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

11.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

11.11.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

11.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

11.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

## 12. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

12.1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final dos cargos de professores com prova escrita e prova de títulos:  $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para todos os demais cargos:  $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NF = Nota Final

12.2 Será considerado aprovado os cargos de nível alfabetizado, fundamental incompleto e completo e ensino médio incompleto o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 4,00 (quatro).

12.2.1 Será considerado aprovado os cargos de nível médio completo e superior o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

12.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

12.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 12.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.5 Para o efeito do item 12.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

12.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;
- Maior titulação no caso dos cargos de professor.
- Maior Idade.
- Sorteio público.

## 13 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

13.2 Os atos e resultados serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

## 14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Jacinto Machado, sendo a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

14.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Jacinto Machado.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação,

nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Jacinto Machado.

14.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

14.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

14.6. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

14.7. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Jacinto Machado, até a data, estabelecida conforme item 14.5, será excluído deste Concurso Público.

14.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Gestão de Pessoas de JACINTO MACHADO.

14.8.1. A inobservância do subitem 13.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

14.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

14.10 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

## 15 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- Responder, em conjunto com o município de JACINTO MACHADO eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

15.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada através da Portaria Número 2897/2014.

15.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de JACINTO MACHADO.

## 16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Concurso Público.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço,

e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Jacinto Machado, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexatidão ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. O Município de JACINTO MACHADO e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

16.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de JACINTO MACHADO como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

16.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

16.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.13 A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de JACINTO MACHADO e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de JACINTO MACHADO e do IOBV.

16.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Jacinto Machado/SC.

16.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Requerimento de Isenção de Inscrição - Anexo VI - Formulário de Recurso.

JACINTO MACHADO, 03 de novembro de 2014  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**  
**DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.**

**CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO e FUNDAMENTAL INCOMPLETO**

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/ HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
1. Auxiliar de Serviços Gerais	13	40 horas	R\$ 738,37	Escolaridade dispensada. Qualificação com habilitação para o exercício da função.	Escrita objetiva	35,00
2. Motorista	11	40 horas	R\$ 918,07	Ensino Fundamental incompleto e habilitação mínima categoria "D" de motorista profissional	Escrita objetiva	35,00
3. Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	02	40 horas	R\$ 993,75	Ensino Fundamental incompleto. Qualificação para o exercício da função de operador de máquinas.	Escrita objetiva	35,00
4. Operador de Máquinas Pesadas	10	40 horas	R\$ 1.013,62	Ensino Fundamental incompleto. Qualificação para o exercício da função de operador de máquinas.	Escrita objetiva	35,00
5. Servente	19	40 horas	R\$ 738,37	Escolaridade dispensada. Qualificação para o exercício da função.	Escrita Objetiva	35,00

**CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO e ENSINO MÉDIO INCOMPLETO**

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
6. Agente de Defesa Civil	01	40 horas	R\$ 1.311,23	Ensino Médio incompleto.	Escrita objetiva	35,00
7. Auxiliar de Mecânico	02	40 horas	R\$ 738,37	Ensino Médio incompleto. Qualificação para o exercício da função.	Escrita objetiva	35,00
8. Borracheiro	02	40 horas	R\$ 865,12	Ensino Médio incompleto. Qualificação para a função.	Escrita objetiva	35,00
9. Carpinteiro	01	40 horas	R\$ 799,23	Ensino Médio incompleto. Qualificação para a função.	Escrita objetiva	35,00
10. Mecânico	02	40 horas	R\$ 1.013,62	Ensino Médio incompleto. Qualificação para a função.	Escrita objetiva	35,00
11. Pedreiro	02	40 horas	R\$ 799,23	Ensino Médio incompleto. Qualificação para a função.	Escrita objetiva	35,00
12. Vigia	04	40 horas ou regime de 12 horas trabalhada por 36 horas de descanso	R\$ 738,37	Ensino Fundamental séries iniciais. Qualificação para o exercício da função.	Escrita Objetiva	35,00

## CARGOS DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
13. Auditor Fiscal	02	40 horas	R\$ 1.506,19	Portador de Diploma de Nível Médio. Qualificação com habilitação para o exercício da função de Auditor Fiscal.	Escrita objetiva	75,00
14. Auditor Sanitário	01	40 horas	R\$ 1.506,19	Portador de Diploma de Nível Médio. Qualificação com habilitação para o exercício das atividades e funções que o cargo exige.	Escrita objetiva	75,00
15. Auxiliar Administrativo	09	40 horas	R\$ 753,14	Ensino Médio Completo. Qualificação com habilitação para o exercício da função Administrativa e noções de informática.	Escrita objetiva	75,00
16. Auxiliar de Biblioteca	01	40 horas	R\$ 904,65	Habilitação de nível médio.	Escrita objetiva	75,00
17. Auxiliar de Ensino	27	40 horas	R\$ 904,65	Habilitação de nível médio e/ou Magistério.	Escrita objetiva	75,00
18. Fiscal de Desenvolvimento Municipal	01	40 horas	R\$ 1.506,19	Portador de Diploma de Nível Médio. Qualificação com habilitação para o exercício das atividades e funções que o cargo exige.	Escrita objetiva	75,00
19. Fiscal Sanitário	01	40 horas	R\$ 753,14	Ensino Médio Completo.	Escrita objetiva	75,00
20. Técnico de Enfermagem	07	40 horas	R\$ 1.119,12	Ensino Médio Completo na Área de Enfermagem Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de técnico de enfermagem.	Escrita objetiva	75,00

## CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
21. Assistente Social	02	30 horas	R\$ 1.800,03	Portador de Diploma Nível Superior, em Serviço Social, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Assistente Social.	Escrita objetiva	100,00

22.	Contador	01	40 horas	R\$ 3.325,72	Portador de Diploma Nível Superior, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Executor Contábil.	Escrita objetiva	100,00
23.	Enfermeiro	01	40 horas	R\$ 1.872,76	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Enfermagem e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Enfermeiro.	Escrita objetiva	100,00
24.	Engenheiro Agrimensor	01	20 horas	R\$ 2.238,12 R\$ 1.119,06	Portador de Diploma Nível Superior, em Engenharia de Agrimensura, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Engenheiro Agrimensor.	Escrita objetiva	100,00
25.	Engenheiro Civil	01	20 horas	R\$ 2.238,12 R\$ 1.119,06	Portador de Diploma Nível Superior, em Engenharia, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Engenheiro.	Escrita objetiva	100,00
26.	Fisioterapeuta	02	40 horas	R\$ 2.109,03	Portador de Diploma Nível Superior, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de Fisioterapeuta.	Escrita objetiva	100,00
27.	Fonoaudiólogo	01	20 horas	R\$ 2.471,06 R\$ 1.235,53	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Fonoaudiologia e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de fonoaudiólogo.	Escrita objetiva	100,00



28. Médico Veterinário	01	20 horas	R\$ 2.471,06 R\$ 1.235,53	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Medicina, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de médico.	Escrita objetiva	100,00
29. Nutricionista	01	40 horas	R\$ 2.067,67	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Nutrição e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de nutricionista.	Escrita objetiva	100,00
30. Nutricionista	01	20 horas	R\$ 1.033,84	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Nutrição e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de nutricionista.	Escrita objetiva	100,00
31. Odontólogo	02	40 horas	R\$ 2.520,48	Portador de Diploma Nível Superior, em Odontologia, com registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de dentista.	Escrita objetiva	100,00
32. Professor de Artes	01	20 horas	R\$ 848,68	Habilitação em nível superior de Licenciatura Plena na área específica.	Escrita e títulos	100,00
33. Professor de Artes	01	10 horas	R\$ 424,34	Habilitação em nível superior de Licenciatura Plena na área específica.	Escrita e títulos	100,00
34. Professor de Espanhol	01	10 horas	R\$ 424,34	Habilitação em nível superior de Licenciatura Plena na área específica.	Escrita e títulos	100,00
35. Professor Educação Infantil	03	20 horas	R\$ 848,68	Habilitação em nível superior de Licenciatura Plena na área específica.	Escrita e títulos	100,00
36. Psicólogo	02	40 horas	R\$ 1.910,21	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Psicologia e registro no órgão competente. Especialização, qualificação com habilitação para o exercício da função de psicólogo.	Escrita objetiva	100,00



## ANEXO II

### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### ALFABETIZADO

##### Auxiliar de Serviços Gerais

Executar serviços de manutenção e limpeza em repartições públicas e áreas públicas pertencentes ao Município.  
Executar trabalhos de limpeza das repartições e áreas públicas, praças, ruas, ou local para onde for designado, bem como dos demais bens públicos como veículos, monumentos etc.;  
Executar trabalhos de manutenção de repartições e áreas públicas, praças, ruas, pontes, drenagens etc.  
Manter vigilância e guarda dos materiais produtos de limpeza que estiver em sua posse;  
Zelar pelo patrimônio público municipal;  
Comunicar a autoridade competente qualquer ocorrência ou dano observado no patrimônio público municipal;  
Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aqueles que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal a qual estiver lotado.

##### Servente

Executar trabalhos de manutenção e limpeza das repartições, praças, ruas, ou local para onde for designado;  
Manter vigilância e guarda dos materiais produtos de limpeza que estiver em sua responsabilidade;  
Atendimento a crianças, limpeza de escolas, bibliotecas, museus;  
Preparação de merenda e demais atividades correlatas;  
Zelar pelo patrimônio público municipal;  
Comunicar a autoridade competente qualquer ocorrência ou dano observado no patrimônio público municipal;  
Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aqueles que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal a qual estiver lotado.

#### ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

##### Motorista

Dirigir veículos oficiais, ônibus e caminhão, transportando materiais e passageiros;  
Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;  
Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;  
Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidade ou avarias com sua viatura;  
Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;  
Proceder ao mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e entradas; Tratar os passageiros com respeito;  
Manter atualizada sua carteira nacional de habilitação e documentação do veículo;  
Atender as necessidades de deslocamento a serviço, seguindo determinações dos usuários.  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

##### Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas

Operar máquinas e implementos agrícolas;  
Verificar os itens de manutenção periódica e de desgaste das máquinas e equipamentos, comunicando a necessidade de substituição ao setor responsável.  
Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após a execução, efetuar testes necessários;  
Por em prática as medidas de segurança, recomendadas para a operação e estacionamento das máquinas e equipamentos;  
Anotar dados e informações sobre consumo de combustível e conservação;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

##### Operador de Máquinas Pesadas

Executar serviços de escavação, terraplanagem e nivelamento de solos;  
Executar serviços de construção, pavimentação e conservação de vias;  
Efetuar carregamento e descarregamento de materiais;  
Verificar os itens de manutenção periódica e de desgaste das máquinas e equipamentos, comunicando a necessidade de substituição ao setor responsável.  
Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após a execução, efetuar testes necessários;  
Por em prática as medidas de segurança, recomendadas para a operação e estacionamento da máquina;  
Anotar dados e informações sobre consumo de combustível e conservação;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

##### Agente de Defesa Civil

Atender ao público no seu local de trabalho e nas atividades operacionais em campo;  
Registrar ocorrências verificadas, inclusive em regime de plantão, preenchendo formulário interno de acordo com o sinistro ocorrido;  
Operar rádios portáteis e/ou estações fixas e móveis, recebendo e transmitindo mensagens de interesse da Defesa Civil;  
Participar de vistorias em imóveis, encostas, árvores, bem como outros locais que poderão colocar em risco a segurança da comunidade redigindo formulário interno de acordo com cada sinistro;  
Identificar e cadastrar locais públicos ou privados para utilização de abrigo em caso de situação emergencial;  
Atuar em caso de emergência ou incidentes de pequeno, médio e grandes proporções, calamidade pública, incêndio, acidentes em instalações industriais, desabamentos, enchentes, deslizamentos, vendavais, acidentes químicos, nuclear e radiológico, acidentes em via pública, entre outros, apresentando-se prontamente, mesmo não havendo comunicação formal;  
Recepcionar e cadastrar famílias em abrigos organizando o espaço físico de acordo com o sexo e faixa etária, solicitando alimentação, atendimento médico, social e outras necessidades afins;  
Ministrar palestras para a comunidade em geral, a fim de informar à sociedade as ações da Defesa Civil e medidas de proteção civil;  
Zelar pela manutenção de máquinas, equipamentos e seus implementos, limpando-os lubrificando-os de acordo com as instruções de manutenção do fabricante, comunicando ao chefe qualquer irregularidade ou avaria.  
Registrar solicitações e notificações;  
Executar outras atividades compatíveis com a função.

##### Auxiliar de Mecânico

Revisar e consertar sistemas mecânicos de veículos e máquinas pesadas sob a orientação de um mecânico;  
Auxiliar a montar e desmontar motores;  
Substituir peças avariadas;  
Auxiliar a regular motores, freios e demais componentes mecânicos;  
Auxiliar na manutenção preventiva de veículos e máquinas pesadas;  
Manter e conservar as ferramentas e equipamentos utilizados diariamente para a execução de trabalhos;  
Manter e conservar limpo e organizado seu local de trabalho;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

##### Borracheiro

Trocar e consertar pneus leves, médios e pesados de toda a frota municipal;  
Exercer suas atividades no local onde for solicitado, prestando

socorro aos veículos, máquinas e equipamentos em campo. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

Manter e conservar os pneus, ferramentas e equipamentos utilizados diariamente para a execução de trabalhos;

Manter e conservar limpo e organizado seu local de trabalho;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Carpinteiro

Selecionar e preparar madeira a ser empregada nos trabalhos;

Riscar, retalhar e montar peças e estruturas de madeira;

Confeccionar, reparar e conservar esquadrias, portas, janelas, móveis dos escritórios e de escolas, assoalhos, etc.

Instalar portas e janelas e outras em madeira;

Manter em condições para trabalho toadas as suas ferramentas para a execução de trabalhos;

Manter limpo e organizado o local de trabalho;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Mecânico

Revisar e consertar sistemas mecânicos de veículos e máquinas pesadas;

Montar e desmontar motores;

Substituir peças avariadas;

Regular motores, freios e demais componentes mecânicos;

Executar e orientar a manutenção preventiva de veículos pesados;

Manter e conservar as ferramentas e equipamentos utilizados diariamente para a execução de trabalhos;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Pedreiro

Executar serviços de pequenas reformas internas e externas;

Executar serviços de revestimentos das paredes, pisos e tetos;

Orientar no preparo de argamassa e concreto;

Executar assentamento de tijolos, pedras, telhas, etc.;

Participar de trabalhos de massa à base de cal, cimento e outros;

Manter em condições para trabalho toadas as suas ferramentas para a execução de trabalhos;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Vigia

Controlar a entrada e saída de veículos ou pessoas em instalações do Município;

Faz rondas nos prédios e repartições públicas;

Relatar ao seu substituto as ocorrências de seu período de trabalho, bem como informar ao chefe imediato qualquer irregularidade;

Atender ao público, prestando as devidas informações;

Executar outras atividades correlatas.

#### ENSINO MÉDIO

##### Auditor Fiscal

Realizar as ações de tribulações, arrecadação, constituição e cobranças administrativas das espécies tributárias de competência do Município;

Realizar as atividades de lançamentos, fiscalização e cobrança de tributos por outros, na forma de Lei ou Convênio.

Constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo;

Controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos em legislação específicas, inclusive os relativos à busca e à apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como o de lacrar bens móveis e imóveis, no exercício de suas funções;

Supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações

fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, mediante lei ou convênio;

Avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação. Com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;

Planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores;

Desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária;

Analisar, elaborar e proferir decisões em processos administrativo-fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, a solicitação de retificação de declaração, à imunidade, a quaisquer formas de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários previstos na Lei Federal nº 5.172. De 25 de outubro de 1966, à restituição ao ressarcimento é a redução de tributos e contribuição, bem como participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária;

Estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta;

Elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei referente à matéria tributária quando solicitado;

Supervisionar as atividades de disseminação de informações ao sujeito passivo, visando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e à formalização de processos;

Elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por decisão administrativa ou judicial

Prestar assistência extrajudicial, salvo em ação que figure como parte, aos órgãos encarregados de representação judicial do Município;

Informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, em processos analisados do termo prescricional;

Planejar, coordenar supervisionar, controlar e executar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições;

Realizar pesquisa e investigação relativa a inteligência fiscal;

Examinar documentos livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso.

Verificar livros e documentos fiscais que serviam de base para apuração dos repasses constitucionais;

Emitir parecer conclusivo sobre regularidades ou irregularidades fiscais de contribuintes. Pessoa Física e Jurídica de Direito Público e Privado, sujeitos à imposição tributária.

##### Auditor Sanitário

Registrar solicitações e notificações;

Executar atividades de vigilância sanitária;

Coordenar e executar atividades que busquem a orientação sobre saneamento básico junto à comunidade;

Auxiliar e executar atividades de vigilância epidemiológica;

Verificar e atender reclamações;

Executar a apreensão de produtos, alimentos e demais bens fora das condições legais de consumo, produção e armazenamento;

Inspecionar e vistoriar as condições higiênicas e de saúde para a expedição de documentos hábeis para a construção de estabelecimentos comerciais, indústrias e agropecuárias;

Elaborar relatórios pertinentes e lavrar os atos cabíveis: notificação, intimação, autos de infração e apreensão;

Constituir o crédito, mediante lançamento, dos tributos e multas vinculados à competência de fiscalização no âmbito da Vigilância Sanitária;

Executar outras atividades compatíveis com a função.

##### Auxiliar Administrativo

Executar registros, controle, arquivo de todo e qualquer serviço de

caráter administrativo, financeiro, pessoal ou material;  
Preparar índices de fichários, mantendo-os atualizados;  
Preencher formulários, fichas, cartões transcrever atos oficiais;  
Codificar dados e documentos;  
Providenciar material de expediente;  
Receber e orientar o público, informando sobre localização de pessoas em dependências do órgão;  
Encaminhar o público para o local correto conforme a solicitação;  
Manter local de trabalho limpo arejado para melhor comodidade do público;  
Receber ligações telefônicas;  
Fazer ligações telefônicas procedendo o competente controle;  
Atender a todos com dedicação, respeito e educação;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Auxiliar de Biblioteca

Executar trabalhos de auxílio aos docentes;  
Auxiliar nas tarefas da biblioteca;  
Recepcionar as crianças na entrada e saída durante o horário escolar;  
Organizar o local;  
Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças;  
Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.  
Auxiliar o professor com os alunos de inclusão social e demais alunos que demandem atenção especial;

#### Auxiliar de Ensino

Executar trabalhos de auxílio aos docentes do Ensino de Educação Infantil e Fundamental no tocante a:  
Auxiliar nas tarefas de sala de aula e dentro da Unidade Escolar;  
Recepcionar as crianças na entrada e saída durante o horário escolar;  
Realizar tarefas de banho e higiene das crianças;  
Fornecer alimentação das crianças nos horários determinados;  
Manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação;  
Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças;  
Auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças;  
Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.  
Auxiliar o professor com os alunos de inclusão social e demais alunos que demandem atenção especial para sua permanência e aprendizado na sala de aula.

#### Fiscal de Desenvolvidos Municipais

Realizar levantamentos fiscais junto aos contribuintes, elaborar relatórios pertinentes e lavrar os atos cabíveis: notificação, intimação e autos de infração e apreensão;  
Realizar levantamentos e campo por coleta das características físicas das unidades imobiliárias, que englobem dimensões do terreno e da edificação e os componentes dos materiais empregados na construção;  
Desenhar croqui das unidades imobiliárias e da quadra onde se localizam;  
Efetuar cálculos de áreas, do valor venal dos imóveis, dos tributos imobiliários e demais cálculos que se façam necessários;  
Orientar contribuintes quanto às suas obrigações;  
Informar pessoas físicas;  
Examinar pedidos de inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Serviços e da Taxa de Localização e Funcionamento de Estabelecimentos.  
Manter atualizado e completo o cadastro dos contribuintes do Imposto sobre Serviços e da Taxa de Licença para localização e

Funcionamento;  
Examinar pedidos de impressão e utilização de documentos fiscais de uso obrigatório;  
Efetuar levantamento de campo vistorias fiscais;  
Analisar documentos fiscais apresentados pelos contribuintes, com vistas à homologação dos lançamentos;  
Fiscalizar as obras particulares de maior porte, dentro dos moldes recomendados nas especificações;  
Inspeccionar a execução de construção em prédios próprios municipais;  
Redigir memorandos, ofícios, pequenos relatórios e demais documentos relativos a serviços de fiscalização efetuados;  
Colaborar na elaboração e atualização do Cadastro Urbanístico do Município;  
Instaurar processos de infração verificada pessoalmente ou por seus auxiliares e lavrar os atos cabíveis: notificação, intimação e autos de infração e apreensão;  
Praticar todos os atos necessários à instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;  
Coordenar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;  
Organizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;  
Organizar distribuir e inspecionar o trabalho da área sob jurisdição;  
Oferecer críticas e sugestão para melhor andamento dos trabalhos;  
Executar outras atividades compatíveis ao cargo.

#### Fiscal Sanitário

Registrar solicitações e notificações;  
Auxiliar e executar atividades de vigilância sanitária sob supervisão técnica;  
Auxiliar e executar atividades de vigilância epidemiológica sob supervisão técnica;  
Auxiliar na orientação e execução de operações e orientações sobre saneamento básico junto à comunidade;  
Verificar e atender reclamações;  
Auxiliar na apreensão de alimentos fora das condições, sob supervisão da chefia imediata;  
Auxiliar nas inspeções e vistorias das condições higiênicas e de saúde para todos os fins, inclusive para expedição de documentos hábeis para a construção/funcionamento de estabelecimentos comerciais, indústrias e agropecuárias;  
Elaborar os relatórios pertinentes e lavrar os atos cabíveis: notificação, intimação, autos de infração e apreensão;  
Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### Técnico de Enfermagem

Atender aos internados e pacientes em geral;  
Executar ações de controle e avaliação das condições vitais do indivíduo;  
Orientar e coordenar os serviços de acondicionamento e esterilização de material, seguindo técnicas adequadas;  
Fazer atendimento de enfermagem;  
Administrar medicamentos sob prescrição médica;  
Desenvolver atividade de orientação aos pacientes, bem como a coleta de materiais para exame mediante solicitação;  
Fazer registros e anotações das condições dos pacientes;  
Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### ENSINO SUPERIOR

##### Assistente Social

Planejar, coordenar, orientar, supervisionar, executar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;  
Prestar assessoria e consultoria técnica em assunto de natureza social;  
Elaborar assuntos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização;

Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos;  
Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário;  
Mobilizar recursos comunitários para que sejam devidamente utilizados em benefício da população;  
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e  
Executar outras atividades compatíveis o cargo.

#### Contador

Acompanhar, orientar e executar a contabilidade de atos e fatos de natureza orçamentária, patrimonial e financeira;  
Elaborar mapas, relatórios, demonstrativos e outros documentos de controle e exposição de atos e fatos contábeis;  
Participar da elaboração orçamentária e acompanhar sua execução;  
Inspeccionar e orientar assentamentos feitos em livros e documentos fiscais;  
Verificar procedimentos e elaborar documentação para atendimento de exigências legais e administrativas;  
Orientar autoridades e servidores de outras unidades sobre aplicação e cumprimento de normas legais e administrativas de caráter contábil;  
Assinar documentos de controle de registro contábil;  
Orientar os servidores que auxiliam na execução de atribuições típicas da classe;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Enfermeiro

Desenvolver tarefas de competência de enfermagem na execução de programas de saúde e no atendimento das necessidades dos pacientes doentes;  
Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado;  
Controlar sinais de pacientes;  
Receber, preparar, registrar e encaminhar pacientes para atendimento médico e odontológico;  
Preparar e esterilizar os materiais e instrumento médico odontológicos;  
Coletar material para exame laboratorial;  
Prestar primeiros socorros aos servidores no local de trabalho em caso de acidente ou doença, fazendo curativos ou imobilizações especiais, administrando medicamentos e providenciando o posterior atendimento médico;  
Participar das atividades de educação em saúde e treinamento do pessoal em enfermagem;  
Orientar os servidores que auxiliem na execução de atribuições de classe;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Engenheiro Agrimensor

Executar atividades relativas ao planejamento e estruturação de atividades relacionadas com as demandas dos usuários dos serviços públicos municipais, que dizem respeito aos objetivos da unidade organizacional e/ou à área a qual encontra-se habilitado;  
Executar estudos e levantamentos de obras topográficas em geral;  
Executar planilhamento planimétrico e planialtimétrico, terraplanagem e demarcação de área;  
Elaborar estudos e projetos de estradas, barragens e afins;  
Demarcação de áreas de reservas legais para fins de averbação em registro imobiliário;  
Regularização fundiária de áreas;  
Fornecer apoio na atualização de cadastro técnico de imóveis urbanos e rurais; projetos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos;  
Participação de planos diretores municipais;

Implantação de base cartográfica e cartografia digital;  
Elaboração de orçamentos ligados à área de engenharia agrimensora;  
Zelar pela padronização, mensuração e controle de qualidade nos serviços prestados;  
Execução das demais atividades compreendidas na regulamentação profissional do cargo, aplicável aos objetivos da administração pública municipal.

#### Engenheiro Civil

Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente;  
Executar estudo, planejamento, projeto e especificação;  
Executar estudos de viabilidade técnico-econômica;  
Prestar assistência, assessoria e consultoria;  
Dirigir obras e serviços técnicos;  
Executar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;  
Realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e extensão;  
Elaborar orçamento;  
Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade;  
Executar obras e serviço técnico;  
Fiscalizar obras e serviço técnico;  
Efetuar produção técnica e especializada;  
Conduzir trabalho técnico;  
Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção;  
Executar instalação, montagem e reparo;  
Operar e realizar manutenção de equipamentos e instalação;  
Executar desenho técnico;  
Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;  
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Fisioterapeuta

Planejar, organizar e executar serviços gerais e específicos;  
Avaliar elegibilidade do lesionado para ser submetido ao tratamento proposto;  
Fazer testes musculares, goniometria, perimetria, pesquisa de reflexos normais e patológicos, provas de esforço e sobrecarga para identificar a incapacidade do paciente;  
Elaborar plano de tratamento, orientando a família e o paciente no acompanhamento Domiciliar;  
Orientar, treinar o manuseio de aparelho e supervisionar na execução de plano de tratamento;  
Reavaliar o paciente para conotar recuperação, fazendo integração médico/paciente através de sugestão, alterações na conduta de tratamento e encaminhamento para alta definitiva;  
Fazer estudos junto à equipe técnica para definir melhor atuação para integração do indivíduo na sociedade;  
Promover cursos internos de atualização para técnicos e atendentes;  
Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos, laudos e pareceres;  
Fornecer laudos estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; e  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Fonoaudiólogo

Tratar pacientes: Eleger procedimentos terapêuticos; habilitar sistema auditivo; reabilitar o sistema vestibular; desenvolver percepção auditiva; tratar distúrbios vocais; tratar alterações da fala, de linguagem oral, leitura e escrita; tratar alterações de deglutição; tratar alterações de fluência; tratar alterações das funções orofaciais; desenvolver cognição; adequar funções percepto-cognitivas; avaliar resultados do tratamento.  
Aplicar procedimentos fonoaudiológicos: Prescrever atividades;



preparar material terapêutico; indicar e adaptar tecnologia assistiva; introduzir formas alternativas de comunicação; prescrever e adaptar órteses e próteses; aplicar procedimentos de adaptação pré e pós-cirúrgico; aplicar procedimentos específicos de reabilitação em UTI; aperfeiçoar padrões faciais, habilidades comunicativas e de voz; estimular adesão e continuidade do tratamento; reorientar condutas terapêuticas.

Orientar pacientes e familiares: Explicar procedimentos e rotinas; demonstrar procedimentos e técnicas; orientar técnicas ergonômicas; verificar a compreensão da orientação; esclarecer dúvidas. Desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida.

Promover campanhas educativas.

Produzir manuais e folhetos explicativos.

Elaborar relatórios e laudos de sua atividade.

Utilizar recursos de informática.

Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos; Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Médico Veterinário

Realizar atendimento aos animais na esfera municipal;

Examinar os animais para determinar o diagnóstico e se necessário requisitar exames complementares;

Analisar e interpretar exames e resultados de Raios-X;

Prescrever medicamentos;

Orientar os criadores e promover as vacinações dos animais periodicamente;

Proferir palestras educativas e fornecer dados estatísticos;

Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde animal;

Implementar programas de erradicação animais;

Outras ações inerentes ao cargo.

#### Nutricionista

Estabelecer normas e diretrizes administrativas dentro de serviço de nutrição;

Planejar, acompanhar e executar programas de nutrição na área de saúde pública;

Proceder ao planejamento e elaboração de cardápios para dietas normais e especiais desde a política de compras, abastecimentos, preparo e distribuição;

Proceder a cálculos de dietas especiais;

Elaborar mapa dietético de acordo com a prescrição médica, patologia, dados pessoais e laboratoriais do paciente;

Orientar pacientes e familiares sobre a necessidade da observância da dieta;

Fazer avaliação nutricional;

Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos;

Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;

Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Odontólogo

Elabora, juntamente com a equipe de saúde, normas técnicas e administrativas de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários;

Aplicar as normas técnicas que reagem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço;

Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas;

Examinar as condições buco-dentária do paciente, esclarecendo sob diagnóstico, prognóstico, e tratamento indicado;

Fazer encaminhamentos a serviços ou entidades dos casos que exijam tratamento especializado;

Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população, avaliando os resultados;

Promover a participação do programa de educação de doenças de boca, esclarecendo à população métodos eficazes para evitá-las;

Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;

Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental;

Diagnosticar e tratar afecções de boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos;

Fazer perícia odontolegal, examinando a cavidade bucal e os dentes, a fim de fornecer atestados para demissão, concessão de licença, abonos de falta e outros;

Fazer perícia odontolegal, examinando a cavidade legal bucal dos dentes para fornecer laudos, responder a requisitos e dar outras informações;

Treinar pessoal auxiliar deixando-o apto a realizar serviços de acordo com as necessidades do atendimento;

Realizar estudos sobre a frequência e características de afecções orais, analisando suas causas e consequências;

Divulgar pesquisas, experiência e informações técnicas que interpretam à categoria e à população em geral;

Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;

Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e

Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Professor de Artes

#### Professor de Educação Infantil

#### Professor de Espanhol

Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

#### Psicólogo

Avaliar comportamento individual, grupal e institucional;

Aprofundar o conhecimento das características individuais, situações e problemas;

Analisar a influência dos fatores hereditários, ambientais e psicossociais sobre o indivíduo, na sua dinâmica inter e intra-psíquica e suas relações sociais, para orientar-se no diagnóstico e atendimento psicológico.

Definir protocolos e instrumentos de avaliação, aplicar e mensurar os resultados;

Elaborar e executar estudos e projetos ou rotinas na área de gestão de pessoas;

Acompanhar paciente durante o processo de tratamento ou cura, tanto psíquica como física em atendimento individual ou grupal;

Proporcionar suporte emocional para paciente internado em hospital e seus familiares, auxiliando-os na elaboração de experiência de doença orgânica, crises e perdas;

Realizar acompanhamento terapêutico no pré, peri e pós-cirúrgico; Observar e propor mudanças em situações e fatos que envolvam a possibilidade de humanização do contexto hospitalar;

Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas; discussão de casos; reuniões administrativas; visitas domiciliares etc;

Realizar e coordenar atividades educativas e grupos de adesão com pacientes e familiares, especialmente em casos de doenças crônicas;

Proporcionar suporte emocional para a equipe de saúde em situações extremas;

Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;

Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;

Participar de programa de treinamento, quando convocado;  
Trabalhar segundo normas padrão de biossegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;  
Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;  
Desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;  
Elaborar relatórios e laudos de sua atividade;  
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;  
Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

### ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

#### CARGOS NÍVEL ALFBETIZADO e FUNDAMENTAL INCOMPLETO PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

##### LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); numerais; Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; encontros vocálicos; encontros consonantais; sílabas; tonicidade das sílabas. Substantivos, Noções de tempos verbais: presente, passado e futuro.

##### MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

##### CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

###### Auxiliar de Serviços Gerais

Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza dos diferentes espaços. Conhecimentos teóricos e práticos relacionados a faxina, manipulação de alimentos, copa. Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Recepção e armazenamento de materiais de limpeza. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Produtos de limpeza, produtos químicos de limpeza, símbolos e cuidados. Prevenção de Acidentes. Segurança no trabalho. Tipos de limpeza, varredura seca, úmida e molhada. Tipos de materiais (panos de limpeza, esponjas, Mops, rodos etc) e suas adequadas utilizações. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

###### Motorista

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito:

disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

###### Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

###### Operador de Máquinas Agrícolas

###### Operador de Máquinas Pesadas

Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

###### Servente

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos de limpeza. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos para limpeza; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho;

limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO e ENSINO MÉDIO INCOMPLETO

#### PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

##### LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Semântica; Verbos. Morfologia. Processos de formação de palavras. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Classes de Palavras. Substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes, preposições, verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação Gráfica.

Bibliografia Sugerida:

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

Livros didáticos da Língua Portuguesa de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Outras Gramáticas Normativas.

##### MATEMÁTICA

Bibliografia Sugerida:

Livros didáticos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, Benedito; GIOVANNI JR., José Ruy. A conquista da Matemática: 5ª a 8ª série. SP, Ed. FTD, 2008.

CAVALCANTE, Luiz G; SOSSO, Juliana; VIEIRA, Fabio; POLI, Edneia. Para Saber Matemática: 5ª. A 8ª. Série. SP Ed. Saraiva, 2008

SOARES, Eduardo Sarquis. Matemática com o Sarquis. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANCHES, Lucília Bechara, LIBERMAN, Marlúcia, WEY, Regina Lúcia Motta. Fazendo e compreendendo a Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANTOS, Ieda Medeiros C.E, DARIN Áurea Joana S. Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. IBEP.

SOUZA, Maria Helena Soares de. Matemática - série Brasil. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Ática.

#### CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

##### Agente de Defesa Civil

Sistema Nacional de Defesa Civil; Departamento da Defesa Civil e suas responsabilidades, planos de contingência; Segurança e Saúde ocupacional; Noções de geologia, meteorologia e hidrologia (micro bacias, acidentes geográficos, escorregamentos, influência das chuvas, enchentes); Atitudes de Liderança; Desastres e riscos ambientais; Interpretação de plantas e acidentes geográficos, topografia, croquis, mapas; Tipos de solos e peculiaridade dos solos; Comunicação persuasiva; Introdução Informática, mapas/GPS para saber buscar no sistema; Esferas do poder, relacionamento intersetorial; Interpretação de leis, conhecimentos de legislação pública; Legislação ambiental; Gestão de conflitos; Recursos e Projetos dos Ministérios das Cidades, políticas públicas; Questões sociais, psicológicas (comportamental); Estruturas de contenção (gabião, muro, utilização dos recursos); Cidadania; Noções de planejamento das ações de defesa civil: prevenção, preparação,

respostas aos desastres e reconstrução, conceitos, tipos e classificações de desastres; Educação ambiental; Prevenção de acidentes domésticos; Montagem e coordenação de abrigos; Noções de primeiros socorros, atendimento pré-hospitalar; busca terrestre, resgate veicular; salvamento em altura e aquático; prevenção e combate a incêndios; operações com produtos perigosos; Legislação de Trânsito. Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório, outros conteúdos inerentes ao cargo. Noções de ética e cidadania. Constituição Federal, e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75). BRASIL, Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde.

BRASIL, Legislação Federal, Leis Federais nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90.

BRASIL, Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde. 2ª edição. 2007.

- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

##### Auxiliar de Mecânico

Conhecimentos e utilização adequada das ferramentas; Conhecimentos da norma de segurança; Explosão; Óleos e lubrificantes; Motor; Transmissão; Suspensão; Ignição; Peças de reposição; Sistemas de medidas utilizadas para as peças, roscas e parafusos; Conhecimentos básicos da função. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções de Primeiros Socorros, ética e cidadania e outras conteúdos inerentes as atribuições do cargo e a execução das atividades que o mesmo exige. Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

##### Borracheiro

Conhecimento das técnicas de montagem e desmontagem de pneus; Calibragens; Medidas de segurança; Medidas de pneus e rodas. Noções sobre os diferentes tipos de pneus e câmaras de ar utilizados nos veículos. Conhecimento dos consertos e encapamento das partes avariadas dos pneus. Conhecimento sobre materiais e equipamentos e ferramentas utilizados na atividade. Normas de segurança: acidentes de trabalho: conceito, causas, prevenção. Normas básicas de higiene: vida saudável; CIPA. EPIS - Equipamento de Proteção Individual, Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções de Primeiros Socorros, ética e cidadania e outras conteúdos inerentes as atribuições do cargo e a execução das atividades que o mesmo exige. Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

##### Carpinteiro

Leitura e interpretação de desenhos. Ferramentas e equipamentos utilizados em carpintaria e suas utilizações. Nomenclatura de equipamentos e peças que são utilizadas pelo carpinteiro.



Conhecimento básico sobre projeto e condições para construção de móveis. Conhecimento em tipos de madeiras. Encaixes. Acabamentos: Produtos para dar acabamentos, Finalidades, seqüências usadas, Diluentes. Máquinas: Tipos, Funções e Utilizações. Projetos: Interpretação, Cortes, Ambientação, Perspectiva do ambiente. Formas de material para concreto: conhecimento e confecção; portas, janelas e caixilos: conhecimento, confecção e colocação; telhado: conhecimento e confecção; materiais e equipamentos utilizados na carpintaria/marcenaria: conhecimento, finalidade. Normas de segurança do trabalho. Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Mecânico

Identificação e uso de ferramentas para mecânica de máquinas pesadas, caminhões e automóveis. Motores a gasolina: Componentes. Funcionamento. Manutenção e reparos. Motores diesel: Componentes. Funcionamento. Manutenção e reparos. Sistemas elétricos de máquinas pesadas: Componentes. Funcionamento. Manutenção e reparos. Instrumentos de medição, tipos de peças e ferramentas. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções de segurança individual, coletiva e de instalações. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Pedreiro

Estabilidade de muros e arrimo. Permeabilidade. Materiais de construção: aglomerantes; cimento e agregados; preparos, utilização e controle do concreto. Alvenaria e revestimentos de paredes e pisos. Ferramentas e equipamentos utilizados. Medições utilizadas em uso adequado de ferramentas e materiais.. Acabamentos (pintura - vernizes). Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo;; Organização do local de trabalho; Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros; Noções básicas de segurança; Noções básicas de construção civil. . Noções de ética e cidadania. Atendimento e qualidade. Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Vigia

Noções de segurança no trabalho: EPIS - Equipamentos de Proteção Individual e coletiva; Regras de Segurança; Relações interpessoais; Ética profissional; Noções acerca das funções inerentes ao cargo, tais como: Técnicas e Métodos de Segurança e Vigilância; Prevenção de acidentes; Primeiros socorros; Atitudes diante de incêndios (uso de extintores); Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, especificamente sobre serviços de vigia e de vigilância (desarmada) de bens públicos móveis e imóveis, sejam patrimoniais ou de domínio público; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público, inclusive do patrimônio, histórico e cultural e das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas, guaritas, outros e outros acessos aos prédios públicos municipais; conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício das atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação; conhecimentos sobre o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos locais de vigilância e da forma e meios para a comunicação de anormalidades e ocorrências diversas, no local e horário de trabalho. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Bibliografia Sugerida: a critério do candidato, podendo ser

quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CARGOS DE ENSINO MÉDIO

#### COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

#### LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

Bibliografia Sugerida

GIOVANNI, José Ruy; BONJORN, José Roberto, GIOVANNI JR., J. Matemática Fundamental: 2º, Grau - volume único.. SP, Ed. FTD, 2008.

Outros Livros de Matemática do ensino médio

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática. A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS A TODOS OS CARGOS:

Temas gerais de Direito Administrativo: Regime jurídico administrativo. A Administração Pública. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos :classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### AUDITOR FISCAL

Lei tributária. Fato gerador. Base de cálculo. Alíquota. Lançamentos - modalidades: por declaração, de ofício e por homologação, revisão, atualização de valores imobiliários, recursos contra lançamentos. Crédito tributário - exigibilidade, extinção, pagamento, decadência, prescrição, exclusão, anistia, cobrança judicial. Imunidade e isenção - isenções: unilaterais, bilaterais, subjetivas e objetivas. Incidência e não incidência. Bitributação e "BIS IN IDEM". Parafiscalidade e extrafiscalidade. Normas gerais de direito financeiro e tributário. Tributos e outras receitas municipais. Impostos privativos - imposto predial urbano (IPTU): zona urbana - incidência, alíquotas, base de cálculo e contribuintes, imposto sobre transmissão "inter vivos" de imóveis e de direitos reais (ITBI), imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) - incidência, base de cálculo e contribuinte. Impostos partilhados - imposto de renda, imposto territorial rural (ITR), imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI), fundo de participação dos municípios (FPM) e outros fundos. Tributos comuns - taxas diversas e contribuição de melhoria. Outras receitas - preços, empréstimos, financiamentos, auxílios e subvenções. Tributos municipais: critérios estruturais; princípios constitucionais; da progressividade; isenções tributárias; do processo administrativo. Autonomia e competência tributária do município. Extinção do crédito tributário; Contribuição de melhoria; Lei 8.666; Código Tributário Nacional; Tributos na Constituição Federal; Legislação Tributária Municipal. Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Legislação: Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal,

Lei de Licitações, Gestão pública: técnicas, princípios e legislação pertinente. Noções de Hierarquia e relações humanas no trabalho e noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho; Noções de Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas. Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos. Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.; Constituição Federal, Código Tributário Municipal, Estatuto do Servidor, Lei Orgânica Municipal e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75).

#### AUDITOR SANITÁRIO

Vigilância Sanitária: conceitos. ANVISA. Noções de meio-ambiente: saneamento básico; poluição atmosférica e sonora. Coleta, transporte e destinação de lixo. Vigilância nutricional e de alimentos. Produção, armazenagem, distribuição e qualidade de alimentos. Condições nutricionais da população em geral. Enfermidades transmitidas por alimentos. Condições higiênicas-sanitárias de estabelecimentos de saúde e de uso coletivo. Condições de medicamentos e desinfetantes. Saúde do trabalhador. Equipamentos de segurança, situações de risco. Saúde pública. Notificação compulsória, imunização ativa e passiva, realização de visitas domiciliares, formação de inquéritos epidemiológicos, busca ativa, controle de zoonoses. Atividades educativas referentes à prevenção e bloqueio da disseminação de doenças transmissíveis. Epidemiologia. Principais Leis Federais, Estaduais e Municipais sobre vigilância sanitária. Noções de instalações hidrossanitárias e de coleta e tratamento e emissão de dejetos sólidos em edificações para fins habitacionais, comerciais, industriais e de prestação de serviços; Noções de tratamento de lixo orgânico, tóxico, poluente, danoso ao meio ambiente; Normas de higiene e de segurança para a saúde pública na produção, manuseio, armazenagem e comercialização de alimentos; Normas de comercialização de produtos como remédios e agrotóxicos; Normas de segurança para abate, distribuição e comercialização de carnes; Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil, A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis, Agentes infecciosos e suas propriedades, Conceitos Básicos usados em Epidemiologia, Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva., Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Lei Nº 037/92, de 14 de Dezembro de 1992, que Dispõe Sobre as Normas de Saúde e Vigilância Sanitária e Estabelece Penalidades e dá Outras Providências E suas alterações. Lei 607/2010 - Lei - 29/12/2010- Dispõe sobre o Código de Posturas e Meio Ambiente do Município de Jacinto Machado, Regulamentando o Poder de Polícia do Município e dá Outras Providências. Lei 75/1994 - Lei - 24/11/1994 - Institui o Código de Posturas do Município de Jacinto Machado E dá Outras Providências (leis citadas e suas alterações). A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

#### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial, Noções de Protocolo, técnicas de arquivo. Comportamento organizacional (motivação, liderança, comunicação, trabalho em equipe,

relacionamento interpessoal, relações humanas). Ética Profissional; Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Fraseologia adequada para o recepção. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso e funcionamento de equipamentos de escritório. Informática básica. Correio eletrônico e uso da internet. Técnicas e serviços bancários. Referências bibliográficas básicas:

- Brasil. Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
- DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. 23ª, Editora Atlas, 2010.
- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.
- MEDEIROS, João Bosco. Correspondência - Técnicas de Comunicação Criativa. 16ª ed. Atlas, 2003.
- VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Campus.
- CARVALHO, João Antônio. Noções de Informática para Concursos - Teoria e exercícios. Campus.
- Microsoft Corporation. Ajuda do Internet Explorer (Ajuda eletrônica integrada ao Programa Internet Explorer).
- Microsoft Corporation. Ajuda do Microsoft Excel (Ajuda eletrônica integrada ao Programa MS Excel).
- Microsoft Corporation. Ajuda do Microsoft Windows (Ajuda eletrônica integrada ao MS Windows).
- Microsoft Corporation. Ajuda do Microsoft Word (Ajuda eletrônica integrada ao Programa MS Word).

#### AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Unidades de informação: tipos de Biblioteca, Centros de Documentação e Informação; atuação do Auxiliar de Biblioteca. Processamento técnico do acervo. Técnicas e processos de aquisição. Tombamento. Representação descritiva: códigos nacionais e internacionais. Representação temática: sistemas e tabelas internacionais e nacionais de classificação. Localização das obras no acervo, conservação de materiais. Inserção de dados em bases impressas ou eletrônicas. Preparação de materiais para circulação. Organização, preparo do espaço físico: disposição de mobiliário. Comunicação visual: sinalização.

#### AUXILIAR DE ENSINO

Legislação: LDB, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Educação

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação; Princípios que fundamentam a prática na educação: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil - RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Métodos e processos no ensino da leitura. Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Celestin Freinet e a aula passeio. Código de Trânsito Brasileiro no que diz respeito à sinalização e cuidados com o pedestre.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### FISCAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial, Noções de Protocolo, técnicas de arquivo. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc. Noções de elaboração de relatórios e lavratura de atos cabíveis: notificação, intimação e autos de infração e apreensão; Noções de desenho Geométrico/Desenho de Paisagismo. Noções de. Cálculo de área e volume; Curva de Nível; Noções de Desenho topográfico e cartográfico; Noções de Tributação Municipal; cadastro de contribuintes do Imposto sobre Serviços e da Taxa de Localização e Funcionamento de Estabelecimentos; princípios fundamentais, do exercício e titularidade, da prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, do planejamento, da regulação, dos aspectos econômicos e sociais, dos aspectos técnicos, da participação de órgãos colegiados no controle social, da política federal de saneamento básico. Plano Diretor Municipal (Lei 601/2010), Leis Municipais: 602/2010, 603/2010; 604/2010; 605/2010; 606/2010; 607/2010; 691/2013; 712/2013; Lei Nº 35, de 30 de Dezembro De 1991, a qual Institui o Código Tributário Municipal e dá outras Providências e suas alterações. Lei 607/2010 - Lei - 29/12/2010- Dispõe sobre o Código de Posturas e Meio Ambiente do Município de Jacinto Machado, Regulamentando o Poder de Polícia do Município e dá Outras Providências. Lei 75/1994 - Lei - 24/11/1994 - Institui o Código de Posturas do Município de Jacinto Machado E dá Outras Providências. (leis citadas e suas alterações). A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

#### FISCAL SANITÁRIO

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial, Noções de Protocolo, técnicas de arquivo. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc. Noções de elaboração de relatórios e lavratura de atos cabíveis. Noções de saúde pública, epidemiologia, controle de poluição do ar. Sistemas de abastecimento de água, captação, tratamento e distribuição. Qualidade da água. Sistemas de esgoto sanitário, tratamento e disposição final. Controle de poluição da água, sistemas de drenagem urbana. Resíduos sólidos e limpeza pública. Controle de poluição do ar. Impactos ambientais/poluição e conservação dos recursos naturais. Manipulação, comercialização, Armazenamento e transporte de produtos de origem vegetal e animal. Plano Diretor Municipal (Lei 601/2010), Leis Municipais: 602/2010, 603/2010; 604/2010; 605/2010; 606/2010; 607/2010; 691/2013; 712/2013, Lei Nº 037/92, de 14 de Dezembro de 1992, que Dispõe Sobre as Normas de Saúde e Vigilância Sanitária e Estabelece Penalidades e dá Outras Providências E suas alterações. Lei 607/2010 - Lei - 29/12/2010- Dispõe sobre o Código de Posturas e Meio Ambiente do Município de Jacinto Machado, Regulamentando o Poder de Polícia do Município e dá Outras Providências. Lei 75/1994 - Lei - 24/11/1994 - Institui o Código de Posturas do Município de Jacinto Machado E dá Outras Providências (leis citadas e suas alterações). A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>



**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como do local de trabalho; conhecer Ética e legislação em enfermagem; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Técnicas básicas de enfermagem; Noções de rotinas administrativas ambulatoriais; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Assistência de urgência e emergência ambulatorial; Enfermagem materno-infantil, enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica; e Sanitária; enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso; Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem; Imunizações; Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

**CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS**

**LÍNGUA PORTUGUESA.**

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que

abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

**INFORMÁTICA BÁSICA**

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática. A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****LEGISLAÇÃO CARGOS DE:**

Contador; Engenheiro Agrimensor; Engenheiro Civil; Médico Veterinário;

Legislação: Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Estatuto do Servidor do Município de Jacinto Machado.

Bibliografia Sugerida

A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

Legislação federal pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

**COMUNS A TODOS OS CARGOS:**

Temas gerais de Direito Administrativo: Regime jurídico administrativo. A Administração Pública. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos :classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

**CONTADOR**

Conhecimentos de acordo com as atribuições exigidas para o cargo conforme Anexo I deste edital. Conceitos básicos de contabilidade pública e privada; Princípios fundamentais de Contabilidade. Elementos fundamentais para análise financeira; Complemento das Demonstrações Contábeis: Emitir notas explicativas, pareceres e relatórios contábeis. Lançamentos contábeis, formalidades e escrituração; Contabilização de inventários periódico e permanente; Elaboração e apresentação de balanço e critérios de contabilização. Ativo circulante, ativo realizável, ativo permanente; Receitas e despesas financeiras; Despesas operacionais e não operacionais. Demonstração de origens e aplicação de recursos; Inclusões e exclusões a serem feitas no lucro ou prejuízo do exercício. Técnica de elaboração; forma de apresentação; notas explicativas; notas previstas em lei e outros aspectos que justifiquem sua apresentação. Demonstrações contábeis consolidadas. Conceitos e objetivos da consolidação. Código de Ética do Profissional Contabilista. Apuração do resultado financeiro e econômico; Inventário; objetos e classificação; balancetes mensais de receita e despesa; Créditos adicionais; dívidas fluante e fundada; exercícios financeiros; conteúdo e forma da proposta orçamentária. Balanços.; Normas de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Definição e conteúdo do direito tributário, conceito de tributos, taxas, contribuição de melhorias. Sistema Constitucional Brasileiro, Princípios Constitucionais tributários, discriminação

das receitas tributárias, limitações ao poder de tributar. Tributos Municipais. Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101/2000; Lei de licitações n.º 8.666/93 e suas alterações; Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964; Código Tributário Nacional; Normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Noções de Hierarquia e relações humanas no trabalho e noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho;; Noções de ética e cidadania. E outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75). BRASIL, Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde.

- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

#### ENGENHEIRO AGRIMENSOR

NOÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO: Abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos. Decretos e leis regulatória; diretrizes nacionais para o saneamento básico; 1 Geodésia geométrica. 1.1 Conceitos introdutórios. 1.2 Geometria do elipse. 1.3 Cálculo direto e inverso. 1.4 Sistemas de referência em uso e usados no Brasil. 1.5 Sistemas geocêntricos de referência. 1.6 Transformação coordenadas entre sistemas de referência. 1.7 Tipos de coordenadas e conversões. 1.8 Geodésia tridimensional. 1.9 Altitudes. 2 Geodésia física. 2.1 Introdução a teoria do potencial. 2.2 Campo da gravidade normal. 2.3 Campo da gravidade terrestre. 2.4 Reduções gravimétricas. 2.5 Determinação da gravidade. 2.6 Determinação gravimétrica das ondulações geodais. 2.7 Outros métodos para determinação do geóide. 3 Ajustamento de observações. 3.1 Classificação dos erros. 3.2 Sistema de equações lineares e o M.M.Q. 3.3 Ajustamento de observações diretas. 3.4 Método dos parâmetros. 3.5 Variação de coordenadas. 3.6 Elipse dos erros. 3.7 Fotometria. 3.8 Atualização cartográfica por sensoriamento remoto. 3.9 Cartografia automatizada. 3.10 Cartas temáticas. 3.11 Levantamentos e atualização cartográfica (sede + UR). 4 Conceitos básicos. 4.1 Geodésia e cartografia. 4.2 Sistemas de projeção cartográfica. 4.3 Cartografia digital. 4.4 Sensoriamento remoto e fotogrametria. 4.5 Modelagem digital do terreno.. 4.7 Processamento digital de imagens. 4.8 Interpretação visual e automática de imagens óticas e de radar. 4.9 Posicionamento geodésico e reambulação. 4.10 Banco de dados. 5 Conceitos específicos. 5.1 Foto interpretação. 5.2 Levantamento aerofotogramétrico. 5.3 Fotogrametria analógica. 5.4 Fotogrametria analítica. 5.5 Aerotriangulação. 5.6 Posicionamento geodésico e reambulação. 5.7 Processamento digital de imagens. 5.8 Interpretação visual e automática de imagens óticas e de radar. 5.9 Estrutura e modelagem de dados e de metadados para produção cartográfica digital e de sistemas de informação geográfica - SIG. 5.10 Processos de produção cartográfica digital (levantamentos/aquisição de dados, compilação cartográfica, editoração cartográfica e geração de originais por reprodução eletrônica). 6 Sistemas de geoinformações. 7 Geoprocessamento. 8 Cadastramento georeferenciado. Plano Diretor e Código de Posturas, Código de Obras de Jacinto Machado. A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>.

#### ENGENHEIRO CIVIL

Fiscalização de obras; Medição, aplicação de recursos, controle de materiais e estoques, análise de contratos para execução de obras. Projetos civis; Arquitetônico; Estruturais (em madeira, aço e concreto). Projetos de fundações: Tipos de fundações suas aplicações e execução das mesmas. Projetos e execução de instalações elétricas e Hidráulicas em canteiros de obras e edificações (inclusive noções de segurança). Planejamento Urbano e Regional;

Planejamento de Engenharia de Infra-Estrutura, Projetos Dimensionamentos e execução de obras de Saneamento Básico; Alvenaria; Revestimento; Pinturas e pisos (tipos, aplicações e execução). Especificação de materiais e serviços. Orçamentos: Composição de custos e quantitativos de materiais. Elaboração de cronogramas físico-financeiros. Canteiros de obras; construção e organização. Execução de estruturas em concreto, madeira e aço (inclusive noções de impermeabilização de calhas e telhados). Execução de instalações de água, esgoto, eletricidade e telefone. Noções de tratamento de esgotos, construção de fossas sépticas, sumidouros e valas de infiltração (segundo normas da CPRH). Noções de projetos e execução de pavimentos graníticos (paralelepípedos). Vistorias e elaboração de laudos. Planejamento e elaboração de orçamentos públicos. Conhecimentos de AutoCAD, Código de ética do profissional e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Código de ética. Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas. Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos. Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança, Plano Diretor e Código de Posturas, Código de Obras de Jacinto Machado. A legislação municipal pode ser acessada através do seguinte link <http://www.jacintomachado.sc.leg.br/leis/legislacao-municipal/>.

Bibliografia sugerida:

ALONSO, Urbano Rodrigues. Exercícios de Fundações. São Paulo: Editora Edgard BlücherLtda,

ASSED; José Alexandre. Construção Civil Viabilidade, Planejamento e Controle. Rio de Janeiro:

BORGES, Ruth Silveira; BORGES, Wellington Luiz. Manual de Instalações Hidráulicas Brasileira. São Paulo: Editora PINI Ltda.

BRASILIA Constituição Federal, Título I e II Capítulo I e II.

BRASILIA, Lei nº9437/97 - Sistema Nacional de Recursos Hídricos, BRASILIA, Lei nº 6766/79 (Parcelamento do solo urbano).

GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil

JANSON, H. W. - História da Arte.

JUNGLES & AVILA. Gerenciamento na Construção Civil - Jungles&Avila/ Editora Universitária.

JUNIOR, Mário Massaro. Manual de Concreto Armado. São Paulo: Livraria Nobel S.A.

Livros Técnicos e Científicos Editora S. A.

MOLITERNO, Antônio. Caderno de Muros de Arrimo. São Paulo: Editora Edgard BlücherLtda, 2003.

MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico. Editora Edgard Blücher, 3ª edição revista e ampliada.

NETTO, José M. de Azevedo. Manual de Hidráulica. São Paulo: Editora Edgard BlücherLtda, 2003.

PETRUCCI, Eládio. G. R. Materiais de Construção. Porto Alegre: Globo Editora.

PETRUCCI, Eládio. G. R. Concreto de Cimento Portland. Porto Alegre: Globo Editora.

PRINZ, Dieter - Urbanismo I - Projecto Urbano. Editorial Presença ROGÉRIO; Paulo Ricardo Gomes. Problemas Resolvidos de Concreto Estrutural.

ZEVI, Bruno - Saber ver Arquitetura, Editora Martins Fontes

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75). BRASIL, Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde.

- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

**MÉDICO VETERINÁRIO**

Disciplinas básicas de graduação em medicina veterinária (curricular básica); Clínica médico-cirúrgica veterinária; Epidemiologia e saúde pública veterinária; Farmacologia e terapêutica médico veterinária; Inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; Legislações sanitárias (federal e estadual/SC); Microbiologia e imunologia; Nutrição animal; Parasitologia médico-veterinária; Patologia médico-veterinária; Reprodução e fisiologia da reprodução animal; Toxicologia; Zoonoses; Zootecnia; Específico: Ações de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental), Agravos à saúde provocados por alimentos (intoxicações e infecções); Higiene e higienização de estabelecimentos e de alimentos; Medidas de controle urbano de animais de fauna sinantrópica; Bioestatística; Legislação do SUS. Epidemiologia geral e aplicada. Conceitos de bioestatística; Principais doenças de importância em saúde pública animal: controle, prevenção e diagnóstico; Doenças de notificação obrigatória (OIE); Programas da Área Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Diagnósticos laboratoriais: principais técnicas oficiais, seus princípios e colheitas de material para diagnóstico; Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (legislação vigente). BPF, PPOH e APPCC; Intoxicações e toxi-infecções alimentares; •Legislação ambiental aplicada à piscicultura, •Água e limnologia, •Produção intensiva e super-intensiva de peixes, •Espécies exóticas e nativas de importância para a piscicultura brasileira, •Nutrição e alimentação dos peixes, •Reprodução artificial em peixes, •Tecnologia de pós-colheita em peixes, •Piscicultura ornamental Legislação sobre exercício da profissão. Biosegurança- Controle de doenças e maximização do bem-estar •Gestão e manejo •Monitorização e registro de dados, códigos de boas práticas e sistemas de autocontrole; doenças nos reprodutores e juvenis; forma de impedir a introdução de agentes patogênicos por parte de trabalhadores, visitantes, veículos e equipamento. Sanidade animal na exploração, elaboração de planos sanitários e terapêuticos para doenças específicas. Controle de doenças específicas; avaliação correta dos riscos para cada doença e estabelecer os regimes de tratamento adequados; prescrição de medicamentos como os antibióticos; formação e aconselhamento do produtor sobre os procedimentos de manejo e gestão mais adequados ao seu tipo de produção; qualidade da água; Princípios Básicos da Administração Pública. Noções de ética e cidadania.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75). BRASIL, Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde.

- Manuais, livros e apostilas relacionados aos temas descritos no conteúdo.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

CARGO	LEGISLAÇÃO COMUM
Assistente Social	Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso. Bibliografia Sugerida
Enfermeiro	Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), <a href="http://www.saude.gov.br">www.saude.gov.br</a>
Enfermeiro ESF	Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a>
Fisioterapeuta	Legislação federal pode ser encontrada em <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a>
Fonoaudiólogo	
Nutricionista	Outras obras a critério do candidato, podendo ser
Psicólogo	quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos
Odontólogo	especificados.

**ASSISTENTE SOCIAL**

Código de ética profissional do assistente social. Atuação dos conselhos municipais cuja instituição e atribuições sejam voltadas a atividades sociais; noções inerentes aos programas de assistência social pública, junto aos idosos, às crianças; conhecimentos das estruturas públicas de assistência social; atividades possíveis de execução junto às comunidades, objetivando melhorias de qualidade de vida dos indivíduos. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Medidas sócio-educativas, reinserção social, liberdade assistida e prestação de serviços. Direitos Humanos éticos e cidadania: Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social; Política Nacional do Idoso; Estatuto das Pessoas com Deficiência. Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de Assistência Social - CREAS.; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

**ENFERMEIRO**

Regulamentação da profissão e Código de Ética; Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação-rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas.- Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem;- Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas;- Assistência integral à Saúde do Adolescente;- Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino;- Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso;- Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental;- Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; AIDS;- Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase.- Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação;- Educação em Saúde.- .Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

**FISIOTERAPEUTA**

Política Nacional de Humanização; Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termo terapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia;



Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e Legislação Profissional. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### FONOAUDIÓLOGO

Audição: -Anatomia e fisiologia da audição; -Desenvolvimento normal da audição e da linguagem; -Avaliação auditiva no adulto e na criança; -Inspeção do meato acústico externo, audiometria, imitância acústica (fundamentos, técnicas, interpretação de resultados, patologias, conduta e discussão de casos); -Triagem auditiva em escolares; -Avaliação eletro fisiológica-EOA, BERA; -Processamento auditivo central; -Aparelhos auditivos: Princípios gerais na indicação, seleção e adaptação de aparelhos auditivos. Voz: -Anatomia e fisiologia dos órgãos envolvidos na fonação; -Desenvolvimento da fonação; -Avaliação perceptual e acústica da voz; -Atuação fonoaudiológica nas disfonias funcionais; -Atuação fonoaudiológica nas disfonias presentes na infância e terceira idade; -Atuação fonoaudiológica nas disfonias neurológicas; -Atuação fonoaudiológica nas seqüelas de cirurgia de cabeça e pescoço. Linguagem: -Desenvolvimento da linguagem oral na criança; -Desenvolvimento da linguagem escrita; Percepção auditiva e de fala. Fundamentos da lingüística; - Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de linguagem escrita; Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de fala e linguagem relacionados ao crescimento e desenvolvimento; -Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de fala e linguagem relacionados às lesões cerebrais. Motricidade Oral: - Crescimento maxilofacial; -Amadurecimento das funções orofaciais; -Sistema estomatognático; -Aleitamento materno no desenvolvimento da motricidade oral; -Acompanhamento fonoaudiológico em pacientes portadores de fissura lábio palatal; -Disfagia avaliação e tratamento. -Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Noções de Informática. - Humanização do atendimento -Lei Federal 8.080/90 Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Patologias dos Órgãos da Fala e Audição; Alterações da linguagem; Alteração da Motricidade Oral e Fonação; Alterações da linguagem escrita e leitura; avaliação do processo Auditivo; Ética; Neurofisiopatologia; Patologias dos órgãos da fala e audição. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### NUTRICIONISTA

Alimentos: conceito; características e qualidade dos alimentos; perigos químicos, físicos e biológicos. Planejamento dietético para indivíduos sadios. Técnicas adequadas para aquisição, seleção, conservação, preparação e armazenamento dos Alimentos. Planejamento, organização e execução de cardápios. Instalações físicas, equipamentos e utensílios em Unidades de Alimentação e Nutrição. Controle de Qualidade em Unidades de Alimentação e Nutrição (BPF, POP's, APPCC). Controle de Custos em Unidades de Alimentação e Nutrição. Avaliação Nutricional (métodos antropométricos clínicos, bioquímicos e dietéticos na Avaliação Nutricional). Doenças carenciais (etiologia, epidemiologia, diagnósticos, prevenção e conduta nutricional). Propriedades funcionais em alimentos vegetais. Programa Nacional de Alimentação Escolar Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### PSICÓLOGO

Psicologia Educacional. Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Bases fisiológicas do Comportamento. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde □ O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade;

Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira - Da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade - Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como "Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### ODONTÓLOGO

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.. Processo saúde - doença. . Noções de saneamento básico. Política Nacional de Humanização.. Sistemas de Informação em Saúde. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.



CARGOS	LEGISLAÇÃO E CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS
PROFESSORES	<p>Legislação: LDB, ECA, Plano Municipal de Educação, Estatuto Municipal do Magistério, Lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril De 2013, Dispõe Sobre o Sistema Municipal De Ensino De Jacinto Machado, Constituição Federal no que diz respeito à Educação</p> <p>Conhecimentos Comuns a todos os cargos:</p> <p>DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas.</p> <p>Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamento-ação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem, - Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.</p> <p>Bibliografia Sugerida</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), <a href="http://www.mec.gov.br">www.mec.gov.br</a></p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a></p> <p>Legislação federal pode ser encontrada em <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a></p> <p>Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.</p>

### EDUCAÇÃO INFANTIL

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do

tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

### ARTES (10 E 20H)

A trajetória do ensino de Arte no Brasil. A produção artística da humanidade. O currículo de Arte na Educação Infantil e Séries Iniciais. Didática do ensino de arte. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de arte. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. A expressão da criança e a construção do objeto artístico. A arte como manifestação artística da criança, do adolescente, do jovem e do adulto. O desenho como forma de representação. O processo de representação cognitiva e o papel mediador da Arte. As linguagens artísticas como formas de representação e expressão. As estruturas cognitivas da apreensão dos códigos da Arte. A formação da percepção artística. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte. Pintores famosos e suas obras. Aspectos artísticos e estéticos dos elementos da linguagem visual (linha, forma, cor, textura, volume); Práticas metodológicas da linguagem bi e tridimensional na educação básica. Consciência corporal; noções de movimento; expressão vocal e corporal; jogos teatrais relacionados ao ensino. Exercícios vocal e corporal especialmente para o desenvolvimentos das linguagens contemporâneas em artes visuais; As propriedades do som: altura, intensidade duração e timbre. A inserção da arte na historicidade da educação do homem; Pressupostos filosóficos e sociológicos da arte na educação. Aspectos conceituais da Arte na Educação; Tendências educacionais da arte na educação. Princípios teóricos da arte na educação (Lowelfeld, Dewey, Eisner, Read). Tendências do Ensino da Arte no Brasil (Barbosa, Pillar, Bueno, entre outras). A história do ensino da Arte no Brasil; Estudo e análise dos pressupostos conceituais e metodológicos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (RCNI - Referencial curricular para Educação Infantil. Arte - 1ª à 4ª série e 5ª à 8ª ensino fundamental e Ensino Médio) e Proposta Curricular de SC

### ESPAÑHOL

1. Compreensão e interpretação textual do espanhol: compreender/interpretar ideias/informações em textos de vários gêneros, com temática variada; inferir o sentido de palavras/expressões com base no contexto lingüístico e no conhecimento prévio sobre o tema de um texto; apreender o sentido global de um texto; identificar o tema principal de um texto; localizar informações pontuais e explícitas em textos; identificar recursos lingüísticos que promovem a coesão e a coerência das ideias em um texto: elementos de co-referência (palavras que se referem a uma mesma realidade lingüística, garantindo a manutenção e a progressão das ideias em um texto: sinônimos, pronomes, expressões definidas); 2. Aspectos da morfossintaxe: formação de palavras (sufixação e prefixação); o sintagma nominal (classes de substantivos, adjetivos, locuções adjetivas, pronomes, determinativos); o sintagma verbal (classes de verbos, sistemas de tempo, aspecto e modo, concordância verbal, aspecto perfectivo e modalidade, voz ativa e voz passiva); o sintagma adverbial (advérbios e adjuntos adverbiais); o sintagma preposicional (preposições simples e complexas, verbos frasais e preposicionais); coordenação e subordinação (conjunções e conectivos); estratégias de coerência e coesão textuais. 3. Metodologia do ensino da língua espanhol: Diferentes metodologias para o ensino de espanhol: metodologias pré-comunicativas; metodologias humanísticas; metodologias comunicativas (competência comunicativa).

## ANEXO IV

## REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

1 - ( ) Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

2) Condição Especial para realização da prova:  
a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte  
Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial  
Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

d) ( ) Amamentação.  
Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

f) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.  
Pede Deferimento.  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Requerente

ANEXO V  
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO  
CONCURSO PÚBLICO 001/2014- PM JACINTO MACHADO

Tipo de Recurso:	
[ ] 1 – Contra indeferimento de inscrição	
[ ] 2 - Contra questão da prova ou gabarito provisório	
[ ] 3 – Contra a classificação	
[ ] 4 – Outro: _____	
Nome do Candidato: _____	
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data \_\_\_\_\_. \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Candidato

**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO**

Ato 001/PMJM/ED001/14

**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público a primeira retificação do Edital n.º 001/2014, conforme segue:

**1. DO ANEXO I - DO VENCIMENTO DOS CARGOS, REMUNERAÇÃO**

a) Onde se lê:

CARGO	REMUNERAÇÃO
Engenheiro Agrimensor	R\$ 2.238,12
Engenheiro Civil	R\$ 2.238,12
Fonoaudiólogo	R\$ 2.471,06
Médico Veterinário	R\$ 2.471,06

(Remuneração constava de 40 horas)

Leia-se:

CARGO	REMUNERAÇÃO
Engenheiro Agrimensor	R\$ 1.119,06
Engenheiro Civil	R\$ 1.119,06
Fonoaudiólogo	R\$ 1.235,53
Médico Veterinário	R\$ 1.235,53

2. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Jacinto Machado, 03 de Novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

### TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

#### TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) SIBELE ORSATTO, Cargo de Técnico de Administração, referente ao edital n.º 001/2011, classificado em 75º lugar, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

#### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) MARCIO LUIZ VIANA, Cargo de Motorista Socorrista - SAMU, classificado em 3º lugar, referente ao Teste Seletivo n.º 005/2014/SMS, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

#### TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) VALMOR LOURENÇO, Cargo de Motorista Socorrista - SAMU, classificado em º lugar, referente ao Teste Seletivo n.º 005/2014/SMS, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 3302

PORTARIA Nº 3.302 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o (a) Sr. (a) FABIANO LUIZ BONATO, para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL I (LICENCIATURA) INGLÊS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20h no CERT e 20h na EM ROTARY FRITZ LUCHT, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial o não atendimento da convocação da Sra. Ana Paula Mellegari, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de outubro de 2014 (data do recebimento do A.R., obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010).

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 3303

PORTARIA Nº 3.303 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) CAMILA SALARDI, para exercer o cargo de Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a

aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial o pedido de demissão da Sra. Taliane Regina Hoff, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 29 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### PORTARIA N.º 3304

PORTARIA Nº 3.304 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
"CONTRATA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - CONTRATAR o(a) Sr.(a) CIANA ELISA LORASCHI, pelo período de 03 de novembro de 2014 a 02 de maio de 2015, para exercer o cargo de Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 008/2014/FMS, para substituição de atestado médico e posterior licença maternidade da Sra. Eliane Klotz.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### DECRETO Nº 4.663 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.663 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.537 de 29 de outubro de 2014,

DECRETA:

Artigo 1º Fica a Câmara de Vereadores de Joaçaba, autorizado a Anular a dotação orçamentária do Orçamento vigente conforme abaixo:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba  
Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba  
Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo  
3. 3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0-Aplicações Diretas .....  
..... 220.000,00  
Total .....  
..... 220.000,00

Artigo 2º O valor anulado de que trata o artigo 1º no valor total de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) desta Lei, servirá para suplementar o Orçamento vigente do Poder Executivo.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### PORTARIA N.º 3305

PORTARIA Nº 3.305 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º. - REDUZ A PEDIDO CARGA HORÁRIA do(a) Sr.(a) OUMAR CASSOL, Professor da Fundação, lotado(a) na Fundação Municipal de Cultura e Esporte, com amparo no art. 17, § 4º II da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme pedido protocolado sob n.º 136.109 de 29 de outubro de 2014, reduz a carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2014.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### PORTARIA N.º 3306

PORTARIA Nº 3.306 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR os servidores Sra. GABRIELA PRATTO e Sra. ADELAINE NETA MENDES DA SILVA para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 09/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 24/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 19/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.



Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3307**

PORTARIA Nº 3.307 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR os servidores Sra. SONIA APARECIDA PEROTTO ZABOTT e Sra. FERNANDA LUNARDI para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 10/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 46/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 33/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3308**

PORTARIA Nº 3.308 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Sra. ADELAIDE NETA MENDES DA SILVA para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 05/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 13/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 10/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3309**

PORTARIA Nº 3.309 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR os servidores Sr. JOSE LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO e Sra. GABRIELA PRATTO para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 07/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 15/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 12/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3310**

PORTARIA Nº 3.310 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR as servidoras Sra. ADELAIDE NETA MENDES DA SILVA e Sra. GABRIELA PRATTO para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 03/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 08/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 07/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3311**

PORTARIA Nº 3.311 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR os servidores Sr. JOSE LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO e Sra. GABRIELA PRATTO para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 04/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 14/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 11/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3312**

PORTARIA Nº 3.312 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR os servidores Sr. ILTON ANTONIO SCHMIDT e Sr. PAULO JOSE PALLA para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 01/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 02/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 02/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3313**

PORTARIA Nº 3.313 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR os servidores Sr. ILTON ANTONIO SCHMIDT e Sr. PAULO JOSE PALLA para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 02/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 130/2013/PMJ - Pregão Presencial n.º 74/2013/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3314**

PORTARIA Nº 3.314 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JAIR LEME DA SILVA, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente ao período de 01 de março de 1999 a 31 de dezembro de 2003 (86 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**SIMAE****ATA REGISTRO DE PREÇOS 0005/2014 - CIMENTO/CAL E AREIA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2014

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0020/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/05/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Brita Graduada e Pó de Pedra para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0020/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Brita Graduada, Quantidade - 1.200, Unidade de medida - Metro Cúbico.

1º. Colocado - Pedreira Triângulo Ltda ME, no valor de R\$ 45,00 (Quarenta e cinco reais);

Item 02 - Pó de Pedra, Quantidade - 500, Unidade de medida - Metro Cúbico.

1º. Colocado - Pedreira Triângulo Ltda ME, no valor de R\$ 48,00 (Quarenta e oito reais).

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Brita Graduada e Pó de pedra, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0020/2014 e seus anexos;
- Proposta da Licitante.

**3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

**4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 A Brita e pó de pedra deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE.

4.2 Após o recebimento da SE, por parte do fornecedor, a brita ou pó de pedra deverá ser entregue no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o recebimento da solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.2.1 Serão solicitadas entregas nos municípios de Joaçaba, Herval do oeste e Luzerna.

4.3 No ato da entrega da brita ou pó de pedra a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NF-e correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que a Brita e o pó de pedra serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade da brita e pó de pedra com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade da Brita e pó de pedra com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. A Brita ou pó de pedra que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição da Brita ou Pó de pedra recusada, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

**5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.



5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061  
FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.  
ELEMENTO: 3390.30.51.00

## 6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Efetuar a entrega da brita ou pó de pedra após solicitação em até 04 (quatro) horas, em horário comercial;
- providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, a brita e pó de pedra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa

fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 08 de maio de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio

Graciela Pratto Bordin da Rosa  
Mônica Saraiva Romani

Rudi Ohlweiler Junior  
Pedreira Triângulo Ltda

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 001/2014 - SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2014

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0005/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 14/02/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Asfalto Quente, Emulsão e Pó de Pedra para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0005/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Concreto Betuminoso Usinado a Quente - Asfalto (CBUQ), Quantidade - 200, Unidade de medida - Tonelada.

1º. Colocado - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor unitário de R\$260,00 (Duzentos e sessenta reais);

Item 02 - Emulsão Asfalto RR - 1C, Quantidade - 1.200, Unidade de medida - Litro.

1º. Colocado - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor unitário de R\$4,00 (Quatro reais);

Item 03 - Pó de Pedra, Quantidade - 50, Unidade de medida - Metro Cúbico (M³).

1º. Colocado - PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA, no valor unitário de R\$43,80 (Quarenta e três reais e oitenta centavos);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Asfalto Quente e Pó de Pedra, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0005/2014 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O Asfalto quente deverá ser retirado na usina conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Retirada.

4.2 O Pó de Pedra deverá ser entregue, conforme a necessidade do SIMAE, que procederá Solicitação de Entrega, na Rua Francisco Sartori em Herval do Oeste, próximo a Lagoa de Tratamento de Esgoto.

4.3 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NF'e correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Em até 05 (cinco) dias após entrega, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente a entrega do material, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3390.30.51.00

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:
  - 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
  - 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 14 de Fevereiro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier

Pregoeiro

Equipe de Apoio

Ana Paula Pereira

João Carlos Ungericht

Volnei Jorvani Fabrício

SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Rudi Ohlweiler Junior

PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA

## TOMADA DE PREÇOS JHL 0012/2014 SIMAE

Licitação nº 0059/2014

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0012/2014

PROTOCOLO 2680/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0012/2014 - Licitação 0059/2014, tipo Menor Preço Global (Empreitada Integral), que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo para ampliação da capacidade da ETA e projeto executivo de sistema de tratamento do lodo da ETA.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 21/11/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 21/11/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 06 de Novembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE

## TOMADA DE PREÇOS JHL 0011/2014 SIMAE

Licitação nº 0055/2014

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0011/2014

PROTOCOLO 2567/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0011/2014 - Licitação 0055/2014, tipo Técnica e Preço, na forma de execução direta, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para Realização de Revisão do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos (PCCV) do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 09/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 09/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 06 de Outubro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO PREGÃO 015/2014 - SOFTWARE**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente Senhor FRANCISCO MOREIRA LOPES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública integrados, com acesso simultâneo de usuários.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

CREDENCIAMENTO: Até às 14 horas do dia 19 de novembro de 2014, no Setor de Protocolo da Câmara de Vereadores.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 19 de novembro de 2014, às 14h30min na Câmara de Vereadores Rua Tiradentes, 872, Centro, Joaçaba, SC.

O Edital na íntegra se encontra disponível no site [www.cmj.sc.gov.br](http://www.cmj.sc.gov.br) e também na sede da

Câmara de Vereadores, telefone (49) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 04 de novembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

**BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO/2014****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	157.540,08
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	147.939,62
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	103.431,02
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.508,60
		Despesas Intra-orçamentárias	9.600,46
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.534,94
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65,52
Receita Extra - Orçamentária	435.995,11	Despesa Extra - Orçamentária	172.006,42
DEPÓSITOS	24.289,03	DEPÓSITOS	20.704,49
CONSIGNAÇÕES	19.443,26	CONSIGNAÇÕES	20.150,08
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.204,82	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.204,82
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.668,36	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.812,30
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÊ	3.290,15	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÊ	3.684,81
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.997,36	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.997,36
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.282,57	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.450,79
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.845,77	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	554,41
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	4.845,77	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	554,41
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	157.540,08	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	151.301,93
OBRIGAÇÕES A PAGAR	157.540,08	OBRIGAÇÕES A PAGAR	151.301,93
FORNECEDORES	44.574,12	FORNECEDORES	31.987,20
PESSOAL A PAGAR	100.488,94	PESSOAL A PAGAR	105.940,77
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	12.477,02	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	13.373,96
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	254.166,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	254.166,00		
REPASSE RECEBIDO	254.166,00		
Saldos anteriores	470.590,48	Saldos atuais	577.039,09
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	459.253,49	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	463.544,85
BANCO C/ MOVIMENTO	11.336,99	BANCO C/ MOVIMENTO	113.494,24
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	906.585,59	Total	906.585,59

Joacaba, 04/11/2014

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Francisco Moreira Lopes  
Presidente



**Lages****PREFEITURA****RERRATIFICAÇÃO TP 08-2014 SMS**  
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014 SMS  
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA  
CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO VILA MARIZA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados o adiamento da data da abertura da sessão do Edital em epígrafe, marcada para o dia 07/11/2014 às 14:30 horas, para o dia 21/11/2014 às 09:00 horas.

Em razão das alterações, às Empresas que já retiraram o Edital, está-se encaminhando cópia do Edital e de seus respectivos anexos, devidamente corrigidos, copiados em CD-ROM, em substituição ao retirado anteriormente, sem qualquer ônus.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 04 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**Lauro Muller****PREFEITURA****EDITAL PRORROGADO DE PREGAO Nº116/2014 - PMLM**

EDITAL PRORROGADO DE PREGAO Nº116/2014 - PMLM  
PROCESSO Nº116/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame agendado para 6 de novembro de 2014 às 11:30h esta prorrogado para a mesma data as 15:00hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação serviços de hora máquina, conforme condições fixadas na proposta 13267, programa de transferência nº2014003250 do Governo do Estado de Santa Catarina. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 3 de novembro 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE PREGAO Nº117/2014 - PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº117/2014 - PMLM  
PROCESSO Nº117/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 18 de novembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente para atendimento da Secretaria de Assistência Social do Município de Lauro Muller/SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 4 de novembro de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 088/2014

DECRETO Nº. 88/2014, 27 de Outubro de 2014  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Municipal nº 1492/2014 de 24 de Outubro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 2.151.120,00 (dois milhões cento e cinquenta e um mil cento e vinte reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação: 00011

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00020 - GABINETE DO PREFEITO

Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.000002

Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 60.000,00

Dotação: 00012

Unidade: 00020 - GABINETE DO PREFEITO

Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.000002

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 20.000,00

Dotação: 00017

Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.000010

Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 370.000,00

Dotação: 00019

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.000010

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 40.000,00

Dotação: 00025

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.000009

Natureza de Despesa: 3.3.3.5.0 Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 40.000,00

Dotação: 00036

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 00028 - ENCARGOS ESPECIAIS

Ação: 2.000003

Natureza de Despesa: 3.4.6.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 190.000,00

Dotação: 00038

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 00028 - ENCARGOS ESPECIAIS

Ação: 2.000005

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 65.000,00

Dotação: 00043

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO

Função: 00012 - EDUCAÇÃO

Ação: 2.000015

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 10.000,00

Dotação: 00045

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO

Função: 00012 - EDUCAÇÃO

Ação: 2.000016

Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 180.000,00

Dotação: 00049

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO

Função: 00012 - EDUCAÇÃO

Ação: 2.000017

Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 15.000,00

Dotação: 00058

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO

Função: 00012 - EDUCAÇÃO

Ação: 2.000053

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 32.000,00

Dotação: 00061

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO

Função: 00012 - EDUCAÇÃO

Ação: 2.000057

Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 779.120,00

Dotação: 00064

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO

Função: 00012 - EDUCAÇÃO

Ação: 2.000068

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 35.000,00

Dotação: 00098

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00065 - SECRET. JUVENTUDE LAZER E ESPORTES

Função: 00027 - DESPORTO E LAZER

Ação: 2.000014

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 20.000,00

Dotação: 00118

Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS

Função: 00015 - URBANISMO

Ação: 2.000032

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 30.000,00

Dotação: 00119

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS

Função: 00015 - URBANISMO

Ação: 2.000032

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas



Tipo: Suplementação Valor: R\$ 30.000,00  
 Dotação: 00124  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
 Função: 00026 - TRANSPORTE  
 Ação: 2.000034  
 Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Suplementação Valor: R\$ 80.000,00  
 Dotação: 00127  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
 Função: 00026 - TRANSPORTE  
 Ação: 2.000034  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Suplementação Valor: R\$ 100.000,00  
 Dotação: 00152  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 Função: 00020 - AGRICULTURA  
 Ação: 2.000036  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Suplementação Valor: R\$ 10.000,00  
 Dotação: 00176  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
 Função: 00015 - URBANISMO  
 Ação: 2.000032  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Suplementação Valor: R\$ 45.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária.

Dotação: 00002  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00010 - SECRETARIA INDÚSTRIA E COMERCIO  
 Função: 00022 - INDÚSTRIA  
 Ação: 1.000032  
 Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 1.000,00  
 Dotação: 00004  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00010 - SECRETARIA INDÚSTRIA E COMERCIO  
 Função: 00022 - INDÚSTRIA  
 Ação: 1.000033  
 Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00

Dotação: 00005  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00010 - SECRETARIA INDÚSTRIA E COMERCIO  
 Função: 00022 - INDÚSTRIA  
 Ação: 2.000038  
 Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 20.000,00  
 Dotação: 00008  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00010 - SECRETARIA INDÚSTRIA E COMERCIO  
 Função: 00022 - INDÚSTRIA  
 Ação: 2.000038  
 Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 29.900,00

Dotação: 00014  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.000007  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 4.900,00  
 Dotação: 00015  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO  
 Ação: 2.000007  
 Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 4.900,00  
 Dotação: 00020  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO  
 Ação: 2.000010  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.3 Transferências a Consórcios Públicos  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 6.000,00  
 Dotação: 00021  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO  
 Ação: 2.000010  
 Natureza de Despesa: 3.4.4.7.1 Transferências a Consórcios Públicos  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
 Dotação: 00023  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO  
 Ação: 2.000010  
 Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 8.900,00

Dotação: 00024  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO  
 Ação: 2.000008  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.5.0 Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Tipo: Redução Valor: R\$ 20.000,00

Dotação: 00026  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00006 - SEGURANÇA PÚBLICA  
 Ação: 2.000011  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
 Dotação: 00028  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00006 - SEGURANÇA PÚBLICA  
 Ação: 2.000011  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
 Dotação: 00034  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00006 - SEGURANÇA PÚBLICA  
 Ação: 2.000074  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.5.0 Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 24.000,00  
 Dotação: 00037  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
 Função: 00028 - ENCARGOS ESPECIAIS

Ação: 2.000004  
Natureza de Despesa: 3.3.2.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 25.000,00

Dotação: 00046  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000016  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 1.000.000,00  
Dotação: 00047  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
SubFunção: 00361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 00011 - Educação Básica  
Ação: 2.000016  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 110.000,00  
Dotação: 00050  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000017  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 80.000,00  
Dotação: 00052  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000017  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
Dotação: 00054  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000017  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 20.000,00  
Dotação: 00057  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000053  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 19.900,00  
Dotação: 00063  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000057  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 210.000,00  
Dotação: 00065  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 1.000045  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00

Dotação: 00067  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000018  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00  
Dotação: 00069  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000062  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00  
Dotação: 00071  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000019  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 3.000,00  
Dotação: 00072  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000019  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 1.000,00  
Dotação: 00073  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000020  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 25.000,00  
Dotação: 00077  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000021  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 50.000,00

Dotação: 00078  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Programa: 00014 - Educação Infantil  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 7.000,00

Dotação: 00080  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000022  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00  
Dotação: 00084  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 1.000008  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
Dotação: 00086  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00013 - CULTURA  
Ação: 2.000024  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 1.000,00

Dotação: 00087  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO

Função: 00013 - CULTURA  
Ação: 2.000024  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 1.000,00  
Dotação: 00166  
Unidade: 00060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO  
Função: 00012 - EDUCAÇÃO  
Ação: 2.000017  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 230.000,00

Dotação: 00094  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00065 - SECRET. JUVENTUDE LAZER E ESPORTES  
Função: 00027 - DESPORTO E LAZER  
Ação: 2.000013  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00

Dotação: 00100  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00015 - URBANISMO  
Ação: 1.000013  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
Dotação: 00103  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00015 - URBANISMO  
Ação: 1.000013

Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
Dotação: 00106  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00015 - URBANISMO

Ação: 2.000029  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00  
Dotação: 00107  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00015 - URBANISMO

Ação: 2.000029  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 2.000,00  
Dotação: 00108  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00015 - URBANISMO

Ação: 2.000031  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 2.620,00  
Dotação: 00112  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00015 - URBANISMO

Ação: 1.000012  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 35.000,00  
Dotação: 00115  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00015 - URBANISMO  
Ação: 1.000018  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00  
Dotação: 00122

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00026 - TRANSPORTE  
Ação: 2.000030  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00  
Dotação: 00123  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00026 - TRANSPORTE  
Ação: 2.000030  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00  
Dotação: 00125  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00026 - TRANSPORTE  
Ação: 2.000034  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
Tipo: Redução Valor: R\$ 15.000,00  
Dotação: 00159  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00015 - URBANISMO  
Ação: 2.000026  
Natureza de Despesa: 3.3.1.7.1 Transferências a Consórcios Públicos  
Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00

Dotação: 00161  
Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
Função: 00015 - URBANISMO  
Ação: 2.000026  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.3 Transf. a Consórcios Públicos  
Tipo: Redução Valor: R\$ 59.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis, 27 de outubro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 089/2014

DECRETO Nº. 89/2014, 27 de Outubro de 2014  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Municipal nº 1492/2014 de 24 de Outubro de 2014;  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 00003  
Órgão: 00094 - HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO

Unidade: 00010 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO  
 Função: 00010 - SAÚDE  
 Ação: 2.000065  
 Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Suplementação Valor: R\$ 75.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

Dotação: 00161  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
 Função: 00015 - URBANISMO  
 Ação: 2.000026  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.3 Transf. a Consórcios Públicos  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 75.000,00  
 Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
 Lebon Régis, 27 de outubro de 2014.  
 Ludovino Labas  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
 Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 090/2014

DECRETO Nº. 90/2014, 27 de Outubro de 2014  
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Municipal nº 1492/2014 de 2 de Outubro de 2014;  
 DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento do fundo Municipal de Saúde com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 00004  
 Órgão: 00091 - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE - LEBON REGIS  
 Unidade: 00010 - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE - LEBON REGIS  
 Função: 00010 - SAÚDE  
 Ação: 2.000041  
 Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Suplementação Valor: R\$ 220.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação das seguintes dotações orçamentarias.

Dotação: 00161  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
 Função: 00015 - URBANISMO  
 Ação: 2.000026  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.3 Transferências a Consórcios Públicos  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 7.000,00  
 Dotação: 00162  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
 Função: 00015 - URBANISMO  
 Ação: 2.000026  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.3 Transferências a Consórcios Públicos  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 60.000,00  
 Dotação: 00163  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
 Função: 00015 - URBANISMO  
 Ação: 2.000026  
 Natureza de Despesa: 3.4.4.7.1 Transferências a Consórcios Públicos  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
 Dotação: 00165  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS  
 Função: 00026 - TRANSPORTE  
 Ação: 2.000034  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 3.000,00

Dotação: 00129  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00085 - SECRETARIA PLANEJ. E HABITACAO  
 Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO  
 Ação: 2.000060  
 Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 25.000,00  
 Dotação: 00133  
 Unidade: 00085 - SECRETARIA PLANEJ. E HABITACAO  
 Função: 00004 - ADMINISTRAÇÃO  
 Ação: 2.000060  
 Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
 Dotação: 00135  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00085 - SECRETARIA PLANEJ. E HABITACAO  
 Função: 00016 - HABITAÇÃO  
 Ação: 2.000033  
 Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00  
 Dotação: 00137  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00085 - SECRETARIA PLANEJ. E HABITACAO  
 Função: 00016 - HABITAÇÃO  
 Ação: 2.000033  
 Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00

Dotação: 00138  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 Função: 00018 - GESTÃO AMBIENTAL  
 Ação: 2.000035  
 Natureza de Despesa: 3.3.1.7.1 Transferências a Consórcios Públicos  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 2.000,00  
 Dotação: 00139  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade: 00090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 Função: 00018 - GESTÃO AMBIENTAL  
 Ação: 2.000035  
 Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas  
 Tipo: Redução Valor: R\$ 43.000,00  
 Dotação: 00140  
 Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO



Unidade: 00090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 00018 - GESTÃO AMBIENTAL

Ação: 2.000035

Natureza de Despesa: 3.3.3.7.1 Transferências a Consórcios Públicos

Tipo: Redução Valor: R\$ 6.000,00

Dotação: 00143

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 00018 - GESTÃO AMBIENTAL

SubFunção: 00541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Programa: 00022 - Meio Ambiente

Ação: 2.000035

Natureza de Despesa: 3.4.4.7.1 Transferências a Consórcios Públicos

Tipo: Redução Valor: R\$ 1.000,00

Dotação: 00145

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 00018 - GESTÃO AMBIENTAL

Ação: 2.000035

Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00

Dotação: 00147

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 00020 - AGRICULTURA

Ação: 1.000027

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 8.000,00

Dotação: 00149

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 00020 - AGRICULTURA

Ação: 1.000027

Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00

Dotação: 00158

Órgão: 00002 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 00090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 00020 - AGRICULTURA

Ação: 2.000037

Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 27 de outubro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 091/2014

DECRETO Nº. 91/2014, 27 de Outubro de 2014.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Municipal nº 1493/2014 de 24 de Outubro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos créditos orçamentários no orçamento do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) nas seguintes classificações orçamentárias.

Dotação: 00006

Órgão: 00094 - HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO

Unidade: 00010 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO

Função: 00010 - SAÚDE

SubFunção: 00302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 00029 - Saúde Médica e Sanitária

Ação: 2.000065

Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação Valor: R\$ 140.000,00

Art. 2º - Para cobertura de crédito suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

Dotação: 00004

Unidade: 00010 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO

Função: 00010 - SAÚDE

Ação: 2.000065

Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 100.000,00

Dotação: 00005

Unidade: 00010 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO

Função: 00010 - SAÚDE

SubFunção: 00302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 00029 - Saúde Médica e Sanitária

Ação: 2.000065

Natureza de Despesa: 3.3.2.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00

Dotação: 00008

Órgão: 00094 - HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO

Unidade: 00010 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO

Função: 00010 - SAÚDE

SubFunção: 00302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 00029 - Saúde Médica e Sanitária

Ação: 2.000065

Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 15.000,00

Dotação: 00009

Órgão: 00094 - HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO

Unidade: 00010 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO

Função: 00010 - SAÚDE

SubFunção: 00302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 00029 - Saúde Médica e Sanitária

Ação: 2.000065

Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 5.000,00

Dotação: 00010

Órgão: 00094 - HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO

Unidade: 00010 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO

Função: 00010 - SAÚDE

SubFunção: 00302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 00029 - Saúde Médica e Sanitária

Ação: 2.000065

Natureza de Despesa: 3.4.6.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis, 27 de outubro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 092/2014

DECRETO Nº. 92 /2014, de 27 de Outubro de 2014  
"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme nº 1494/2013 de 24 de Outubro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos créditos orçamentários no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais) nas seguintes classificações orçamentárias.

Dotação: 00010  
Programa: 00026 - Assistência Social Geral  
Ação: 2.000039  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

Dotação: 00023  
Programa: 00026 - Assistência Social Geral  
Ação: 2.000039  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 2º - Para cobertura de crédito suplementar no valor de R\$. 91.000,00 (noventa e um mil reais) ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

Dotação: 00001  
Programa: 00026 - Assistência Social Geral  
Ação: 2.000075  
Natureza de Despesa: 3.3.3.5.0 Transferências A Instituições Sem Fins Lucrativos R\$ 1.000,00

Dotação: 00004  
Programa: 00026 - Assistência Social Geral  
Ação: 2.000076  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Dotação: 00006  
Programa: 00026 - Assistência Social Geral  
Ação: 2.000078  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Dotação: 00011  
Programa: 00026 - Assistência Social Geral  
Ação: 2.000039  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Dotação: 00014  
Programa: 00026 - Assistência Social Geral

Ação: 2.000039  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Dotação: 00022  
Programa: 00030 - Assistência Social  
Ação: 2.000066  
Natureza de Despesa: 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis, 27 de outubro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 093/2014

DECRETO Nº. 93 /2014, de 27 de Outubro de 2014  
"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme nº 1495/2013 de 24 de Outubro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos créditos orçamentários no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais) nas seguintes classificações orçamentárias.

Dotação: 00038  
Programa: 00028 - Saúde Básica  
Ação: 2.000042  
Natureza de Despesa: 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 69.000,00  
Dotação: 00039  
Programa: 00028 - Saúde Básica  
Ação: 2.000043  
Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 130.000,00  
Dotação: 00040  
Programa: 00028 - Saúde Básica  
Ação: 2.000044  
Natureza de Despesa: 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2013 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	3	64	329.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis, 27 de outubro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 094/2014

DECRETO Nº. 94/2014, de 27 de outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ ( ), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	50	004	122	002	2.010	3.1.71	0.1.00	10.000,00
02	50	004	122	002	2010	3.3.71	0.1.00	20.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	00	30.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis, 27 de outubro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 095/2014

DECRETO Nº. 95 /2014, 27 de Outubro de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	80	26	782	21	2.034	4490	0.1.24	20.000,00
91	10	10	301	28	2.044	3190	0.1.64	50.000,00
02	60	12	301	11	2010	3190	0.1.01	10.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	24	20.000,00
0	1	64	50.000,00
0	1	01	10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis, 27 de outubro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

### HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº PR41/2014

HOMOLOGAÇÃO Pregão Nº PR41/2014

Processo Administrativo: 59/2014

OBJETO: Aquisição e colocação de materiais de funilaria e serralheria, calhas, vidros e portões, para melhorias e reparos na Creche Municipal Walmor Carlin do Prado, para atendimento a Secretaria da Educação para o ano de 2014. Data de Homologação: 03/11/2014. Licitantes Homologados: FUNILARIA E SERRALHERIA ZANCANARO LTDA-ME - Valor total de R\$ 33.100,00. Lebon Régis, 03/11/2014. Ludovino Labas - Prefeito Municipal

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº 85/2014 Contratante: Município de Lebon Régis. Contratada: FUNILARIA E SERRALHERIA ZANCANARO LTDA-ME. Valor: R\$ 33.100,00

Vigência: 03/11/2014 Término: 31/12/2014

Nº da licitação: PR41/2014. Objeto: O Presente contrato tem por objeto o fornecimento de materiais de funilaria e serralheria, calhas, vidros, portas e portões, instalados ou colocados, com o objetivo de realizar melhorias e reparos na Creche Municipal Walmor Carlin do Prado, para atendimento a Secretaria da Educação para o ano de 2014



**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 30/2013**

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 30/2013  
Processo Licitatório nº 16/2013 - Tomada de Preços nº 04/2013  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC  
Contratado: J LOPES CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Objeto: O presente termo aditivo do contrato n. 30/2013, tem por finalidade aditar o prazo de entrega da obra em 60 (sessenta) dias. Amparo legal: inciso VI, parágrafo 1º, art. 57, da Lei 8666/93. Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditados. Departamento de Licitações.

**Lindóia do Sul****PREFEITURA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2014 - 1º TA 05/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a indicação de dotação orçamentária adicional, para pagamento das possíveis despesas, decorrentes de aquisições dos itens da Ata de registro de preços 05/2014.

Dotação:

Orgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 Diretoria de educação

Proj/ativ 2014 Manutenção do Ensino fundamental

38 3.3.90.00.00.00.00.0059 Aplicações diretas

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 20 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 132/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 132/2014 - 1º TA 109/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AUTO PEÇAS 4R LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014

Objeto: Fornecimento de peças e mão de obra adicionais, não previstas no contrato original, objetivando o conserto do caminhão VW 26.260 e, ano 2008/2009, placa MHC 1813.

Valor aditado: R\$ 595,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 10 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 133/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 133/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014  
Objeto: Aquisição de peças para conserto da retro escavadeira Caterpillar modelo 416e.  
Valor: R\$ 2.150,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 14 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 134/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 134/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE LINDÓIA DO SUL.  
Licitação: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2014  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para composição da merenda escolar.  
Valor: R\$ 4.505,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 15 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 135/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 135/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME.  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014  
Objeto: Contratação de empresa para execução de instalação de rede de iluminação pública na Rua Orestes Frare.  
Valor: R\$ 7.878,49  
Vigência: 13 de janeiro de 2015.  
Assinatura: 15 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 136/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 136/2014 - 1º TA 27/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 10/2014  
Objeto: Confecção de 2.500 notas de produtor rural.  
Valor: R\$ 450,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 16 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 137/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 137/2014 - 1 TA 98/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERMERCADO FAMA LTDA ME  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014  
Objeto: Acréscimo quantitativo de gêneros alimentícios previstos no contrato original, para composição da merenda escolar.  
Valor: R\$ 551,09  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 16 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 138/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 138/2014 - 1º TA 97/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE & CIA LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014  
Objeto: Acréscimo quantitativo de gêneros alimentícios previstos no contrato original, para composição da merenda escolar.  
Valor: R\$ 687,20  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 16 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 139/2014**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 139/2014 - 2º TA 21/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NEUSA DA SILVA FANTIN ME  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013  
Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência de acréscimo e de supressão quantitativa do objeto do Contrato.  
Valor reduzido do inicial: R\$ 2.210,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 20 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 140/2014**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 140/2014 - 1º TA 223/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONECT TURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2013  
Objeto: Transferência do link antes utilizado na comunidade de Linha Joana, até o centro administrativo municipal, para fins de implantação de uma "wi-fi zone free".  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 21 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 141/2014**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 141/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERMERCADO FAMA LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2014  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para ações de encerramento anual, com as famílias beneficiárias de programas sociais, gerenciados pelo CRAS do município.  
Valor: R\$ 12.621,39  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 24 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 142/2014**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 142/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE E CIA LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2014  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para ações de encerramento anual, com as famílias beneficiárias de programas sociais, gerenciados pelo CRAS do município.  
Valor: R\$ 1.376,51  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 24 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 143/2014**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 144/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ANDRADE, PASSINI COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014  
Objeto: Fornecimento de mangueiras de led para ornamentação natalina da cidade de Lindóia do Sul.  
Valor: R\$ 5.127,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 30 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 144/2014**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 144/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ANDRADE, PASSINI COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014  
Objeto: Fornecimento de mangueiras de led para ornamentação natalina da cidade de Lindóia do Sul.  
Valor: R\$ 5.127,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 30 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PL 126/2014 - PR 075/2014 - FILMAGEM - PML

#### AVISO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório nº 126/2014

Pregão nº 075/2014

O Município de Luzerna torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial nº 072/2014, cujo objeto é "a presente Licitação tem por objeto a contratação de empresas especializada para prestação de serviços de filmagem e cobertura de vídeo, destinados aos eventos a serem realizados pela Unidade Gestora - Prefeitura e os Fundos Especiais do Município de Luzerna".

1) Retificar a numeração descrita no modelo da proposta do anexo I do edital do certame;

2) As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Luzerna (SC), 03 de novembro de 2014.

Moises Diersmann

Prefeito

### LEI 1307

LEI Nº 1307 de 04 de novembro de 2014.

"INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ATLETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o PROGRAMA BOLSA ATLETA, com o objetivo de valorizar e beneficiar atletas amadores residentes e representantes do Município de Luzerna(SC) em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Parágrafo Único - O PROGRAMA BOLSA ATLETA atenderá às modalidades constantes dos Programas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O Programa de que trata esta Lei consistirá em apoio financeiro, fornecido pelo Município, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art.3º- Para a concessão do Bolsa Atleta, o atleta destinatário da bolsa deve preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I - possuir idade mínima de 16 (dezesseis) anos;

II - estar em plena atividade desportiva não-profissional de rendimento, por meio de declaração da entidade;

III - não receber salário na condição de atleta, apresentando-se como comprovante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - estar regularmente matriculado em curso de ensino público ou privado, devendo apresentar semestralmente atestado de frequência à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com exceção do atleta que comprovadamente já concluiu o terceiro grau;

V - apresentar plano anual de participação em competições da modalidade e de preparação ou treinamento;

VI - apresentar autorização do pai ou responsável, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade;

VII - apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes declaração do Técnico da Modalidade, atestando que o interessado está participando dos treinos e competições periodicamente, representando o Município;

VIII- não estar, o atleta, cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação das modalidades correspondentes

IX - o atleta deve também comprometer-se a representar o Município em competições e eventos promovidos ou considerados de interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, cedendo os direitos de imagem ao Município de Luzerna e utilizando, obrigatoriamente, em seu uniforme, distribuído pela entidade, O brasão do Município de Luzerna.

Art.4º- As solicitações de concessão do benefício deverão ser encaminhadas pelo atleta, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, dentro do prazo estipulado em Edital, composta de documentos que comprovem os requisitos do artigo 4º desta Lei.

§1º- As solicitações serão encaminhadas para a Comissão Municipal de Esportes - COMEL que fará a análise técnica do mérito, deliberação e decidirá quanto a sua aprovação ou rejeição, emitindo Parecer para esse fim.

§2º- As solicitações aprovadas retornarão para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes que fará a análise, levando em consideração as prioridades de atendimento à Política Municipal de Esporte, às disponibilidades orçamentárias e financeiras, e, após, será celebrado o respectivo Termo.

Art.5º- A concessão do Bolsa Atleta não implicará em qualquer vínculo empregatício entre os atletas beneficiados e a Administração Pública Municipal.

Art.6º- Será automaticamente desligado da Bolsa-atleta o atleta que:

I - não apresentar a documentação comprobatória de participação nas competições previstas no calendário da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

II - quando convocado, não participar das competições sem justificativa convincente;

III - não participar dos treinos sem justificativa;

IV - passar a representar outro Município, Estado ou País;

V - for dispensado de seleções representativas de Luzerna, por indisciplina ou a seu pedido;

VI - verificar-se o descumprimento de quaisquer das condições exigidas por esta Lei.

VII- for transferido para outro Município, Estado ou País, após avaliação do respectivo caso pela Comissão da Bolsa-atleta;

VIII- sofrer punição disciplinar aplicada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e federações ou entidades nacionais considerada grave pela Comissão da Bolsa-atleta;

IX - receber qualquer outra remuneração por prática desportiva de órgão ou entidade pública municipal, estadual ou federal.

Parágrafo Único - A concessão da Bolsa-atleta é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiário atender às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

Art. 7º- O valor do Bolsa Atleta será definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, tendo como teto o valor equivalente de até 05 (cinco) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) mensais, por atleta.

Parágrafo Único - O Bolsa Atleta será concedido pelo prazo máximo de 10 (dez) meses em cada exercício financeiro.

Art.8º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão

por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes consignados no orçamento de cada exercício financeiro.

Art.9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2014.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### LEI 1308

LEI Nº 1308 de 04 de novembro de 2014.  
"DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS ANEXOS QUE INTEGRAM O PLANO PLURIANUAL - PPA 2014/2017 DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º- Ficam atualizados os Anexos que integram o PLANO PLURIANUAL - PPA - 2014/2017 do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), aprovado pela Lei Municipal nº 1.104 de 23 de abril de 2013.

Art.2º - Integra a presente Lei, os anexos que oficializam/instituem Programas e ratificam programas, serviços e benefícios.

Art.3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2014.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### LEI 1309

LEI Nº 1309 de 04 de novembro de 2014.  
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a despende recursos financeiros até o valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) para a realização da COPA OESTE DE JEPP RAID 2014.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2014.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR 126

LEI COMPLEMENTAR Nº 126 de 04 de novembro de 2014.

"ALTERA A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS, INSERE RUAS E SEÇÕES NA TABELA III "PLANTA DE VALORES" (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LEI COMPLEMENTAR Nº 053 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR :

Art.1º - Na Tabela III "Planta de Valores" (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) do CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006 do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), fica alterada a denominação dos seguintes logradouros:

Nº	LOGRADOURO
69	SC 452 alterado para SC 130
70	SC 303 alterado para SC 453

Art.2º - Na Tabela III "Planta de Valores" (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) do CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006 do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), ficam inseridas as seguintes ruas e seções:

Nº	LOGRADOURO	SEÇÃO	VALOR R\$/M²
11	Rua Vigário Frei João	0009 da Sede Pequeno Paraíso até o limite do perímetro urbano próximo a Empresa CONCREARTE.	25,00
45	Rua Rui Barbosa	0010 da Rua da Limeira até o início da propriedade de Ricardo Anrain, no acesso ao Frigorífico Luzerna.	20,00
151	Rua Adriano Clemente Staudt	0001 Toda a sua extensão	25,00
152	Rua Allan Kardec Amado Sampaio	0001 Toda a sua extensão	33,00
153	Rua Frei Sérgio Hille-sheim	0001 Toda a sua extensão	33,00

Art.3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2014.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal



**DECRETO 1922**

DECRETO Nº 1922 de 04 de novembro de 2014.

**"ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"**

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 38.840,14 (trinta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e quatorze centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até 04 de novembro de 2014, nas Fontes abaixo relacionadas, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.12.306.0028.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar Fundamental  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE .....R\$ 4.643,66

Atividade - 0801.10.306.0043.2036- Manutenção do Programa da Merenda Escolar Infantil  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE .....R\$ 4.647,35

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 58 - Salário Educação R\$ 29.549,13

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 38.840,14**

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2014.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**DECRETO 1923**

DECRETO Nº 1923 de 04 de novembro de 2014.

**"CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica CONVOCADA a I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO, a qual tem como objetivo propiciar a reflexão, discussão e avaliação das ações dirigidas às pessoas idosas, dos espaços de participação e da forma como vem sendo realizada a gestão da política de garantia dos direitos da pessoa idosa.

Art.2º- A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO realizar-se-á em

Luzerna, no dia 17 de dezembro de 2014, no Auditório do Centro de Eventos São João Batista, com início às 13 horas e término às 17h30min.

Art.3º- O evento terá como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades"

Eixo 1 - Gestão (Programas, Projetos e Ações)  
Eixo 2 - Financiamento (Fundo do Idoso e Orçamento Público)  
Eixo 3 - Participação (Política e no Controle Social)

Art.4º- A designação de delegados e delegadas à Conferência Estadual do Idoso seguirá os critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual do Idoso.

Art.5º- Os resultados da Conferência Municipal subsidiarão a realização da Conferência Estadual do Idoso, a realizar-se em 2015, e esta, à Conferência Nacional.

Art.6º- Fica instituída a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal sob a coordenação do Presidente do Conselho Municipal do Idoso sendo composta pelos seguintes membros: Joviane Colombelli, Patricia Rosana Cordeiro, Lucélia Pires de Lima, Mauricio José Bittencourt, Iris Mores, Paula Buttner, Michele Tedesco e Silvia Pereira Miazzi.

Art.7º- O Conselho Municipal definirá o número de delegados a participarem da Conferência Municipal, além de normatizar o processo de inscrição e credenciamento dos delegados.

Art.8º- Caberá a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, os custos provenientes da referida Conferência, e ao Conselho Municipal do Idoso, a adoção de todas as medidas quanto ao cumprimento dos objetivos deste Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2014.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 131/14**

PORTARIA Nº 131/14 de 31 de outubro de 2014.

**"PROMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004,

**RESOLVE:**

Art.1º- PROMOVER, por mérito, o servidor MÁRCIO JOAREZ DUDAS, lotado no emprego público de Motorista II, Classe "A", Nível 06, Grupo II - ANO, para a Classe "B", do mesmo Nível e Grupo que ocupa, referente ao período de 17 de outubro de 2011 à 16 de outubro de 2014, por ter cumprido os requisitos dos arts. 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035 de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC).

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 31 de outubro de 2014.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 132/14**

PORTARIA Nº 132/14 de 03 de novembro de 2014.

**"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA".**

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, GIOVANA SORAIA PAZINI DIEHL, para exercer as funções de Farmacêutica, no Programa Estratégia Saúde da Família, 20 horas semanais, em conformidade com a Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores e com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 006/2013 de 30 de julho de 2013, homologado em 09 de setembro de 2013, a partir de 03 de novembro de 2014 condicionando-se sua duração à do Programa Estratégia Saúde da Família.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 03 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**PORTARIA 133/14**

PORTARIA Nº 133/14 de 03 de novembro de 2014.

**"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"**

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, ELIETE GRIGGIO TONIN, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 14 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, em substituição à Professora SANDRA MARA PILATTI SERENA, em auxílio doença, com remuneração equivalente a do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe "A", do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso II, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 008/2013 de 29 de novembro de 2013, homologado em 03 de fevereiro de 2014, a partir de 03 de novembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 03 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**PORTARIA 134/14**

PORTARIA Nº 134/14 de 03 de novembro de 2014.

**"ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"**

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até 19 de dezembro de 2014 ou o retorno da titular, o que ocorrer antes, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 20 horas semanais a servidora NOELI SALETE SCHEUER ZARDO, Professora Não Habilitada, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 28 horas de trabalho com alunos e 12 horas de trabalho pedagógico, em substituição a ELIZETE ZANINI ZARPELON, em licença saúde, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso II, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, a partir de 24 de outubro de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de outubro de 2014.

Luzerna(SC), 03 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 03/11/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZE**

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 03/11/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		4.018,12
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	1.789,09
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.586,84
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.586,84
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.552,10
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.034,74
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-357,81
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

Luzerna, 04/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AD

\_\_\_\_\_  
DREONE FELSKI MENDES

CONTADOR - CRC/SC 36.461

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/14 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
"INSTITUI TURNO ÚNICO PARA O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURÍ JOSÉ SCHLINDWEIN, Presidente da Câmara municipal de Luzerna/SC, dentro de suas atribuições descritas no Artigo 17, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os Artigos 283 e ss., e 159, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, e

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal já tem seu funcionamento fixado em tal regime;

CONSIDERANDO o exemplo dado por diversas Prefeituras da região que adotaram a medida, o horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais consolida em efetiva economia para o Município;

CONSIDERANDO que o rendimento dos serviços não sofrerá com a redução de carga horária, uma vez que o turno será ininterrupto, concentrando o atendimento e o desenvolvimento das atividades em um único turno;

CONSIDERANDO que o turno único não trará prejuízos para o bom atendimento e funcionamento das repartições públicas municipais, ao contrário, proporcionará acesso facilitado aos contribuintes que trabalham em horário comercial e precisam de serviços públicos administrativos municipais;

**DECRETA:**

Art.1º - Fica instituído TURNO ÚNICO contínuo de 06 (seis) horas diárias dos serviços da Secretaria da Câmara de Vereadores de Luzerna, a ser cumprido a partir de 05 de novembro de 2014 até 22 de fevereiro de 2015, no horário das 13h00 às 19h00, de segunda a sexta-feira.

§1º- O Poder Legislativo poderá, caso entenda conveniente, prorrogar o prazo de vigência do turno único.

Art. 2º - Na vigência do TURNO ÚNICO fica vedado o pagamento de horas extras, exceto aquelas que ultrapassarem a carga horária da jornada de trabalho de cada servidor fixada em lei ou em situações de urgência ou emergência com a autorização e justificativa da autoridade competente.

Art. 3º - O Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 04 de novembro de 2014.

Maurí José Schlindwein

Presidente da Câmara de Vereadores

João Batista Zamboni

Vice-Presidente

Sirlei Schumacher Recalcatti

Primeira Secretária

Ezair Terezinha Hoffmann

Segundo Secretário

Macieira

PREFEITURA

RELATÓRIO COMPRAS MÊS 10 - F.M.SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Fita mimosa	1000	2,000	4,5000	9,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Galhos Botões	1000	2,000	38,9000	77,80
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Galhos Flor	1000	1,000	29,8500	29,85
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Galhos mini Botões	1000	5,000	10,9000	54,50
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	TNT branco	1000	1,000	89,9000	89,90
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	TNT ROSA CLARO	1000	15,000	1,8000	27,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	TNT ROSA ESCURO	1000	15,000	1,8000	27,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Outdoor	1010	1,000	350,0000	350,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	FIL TRO	1078	1,000	20,0000	20,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	FILTRO DE AR	1017	1,000	22,0000	22,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro de carte	1017	1,000	20,0000	20,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1008	2,000	10,0000	20,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1016	1,000	10,0000	10,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1024	1,000	10,0000	10,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo motor	1078	4,000	23,5000	94,00
CASA BIANEMA LTDA	Bolo	1025	70,000	17,5700	1,230,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Cento de salgado	1001	1,000	50,0000	50,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Cucas	1001	8,000	14,0000	112,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	MINI LANCHE	1031	130,000	0,5000	65,00
DESINSETIZADORA PRISUL LTDA	Desinsetizar	1032	2,000	450,0000	900,00
EMBALAGENS CACADOR	Copo de vidro tamanho M e/ 100/u 180 ml	1018	10,000	3,2500	32,50
EMBALAGENS CACADOR	garfo	1018	10,000	2,2500	22,50
EMBALAGENS CACADOR	Guardanapo pacote com 50	1018	10,000	2,0000	20,00
EMBALAGENS CACADOR	Pacotes de balão	1018	10,000	5,9000	59,00
EMBALAGENS CACADOR	Pratos Descartáveis	1018	10,000	6,0000	60,00
FARMACIA GEREMIAS LTDA	Leite Pregominim Peti 400g	1007	4,000	104,9900	419,16
Farmacia Sagrado Coração	Leite Pregominim Peti 400g	1006	10,000	98,0000	980,00
GERMANO FOPPA E CIA LTDA	Litros de Refrigerantes	1019	160,000	1,6700	268,00
GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PADEGOC	Toalha de rosto	1067	400,000	3,2000	1,280,00
Hangtech Refrigeração Ltda	Carga de gás 13 Kg	1026	1,000	120,0000	120,00
JOACABA PNEUS LTDA	ALINHAMENTO	1048	1,000	40,0000	40,00
JOACABA PNEUS LTDA	Balanceamento	1048	4,000	10,0000	40,00
JOACABA PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1048	2,000	5,0000	10,00
MACI FARMA LTDA ME	Protetor Solar	1082	6,000	25,0000	150,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	BOLA	1083	250,000	2,5000	625,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	LAMPADA	1046	4,000	9,5000	38,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Lampada Pingão 12 V 5W	1046	1,000	20,0000	20,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de Deslocamento	1046	0,200	35,0000	7,00
RUBENS WALMORBIDA NETO	Manutenção do Aparelho de Foto Polimerização	1081	1,000	75,0000	75,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Refrigerante embalagem com 5 litros	1004	2,000	30,0000	60,00
Total Geral do Mês ---->					7.544,21

RELATÓRIO COMPRAS MÊS 10 - F.M.A.SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.686/93)

Página: 1/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	FITA MARROM	221	3,000	10,9900	32,97
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CARTOLINA	220	10,000	0,5000	5,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CERA LIQUIDA	227	15,000	7,6000	114,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Durex	220	5,000	2,9900	14,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	FITA MARROM	220	5,000	2,9900	14,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lápis de cor grande - cx com 12 unidades	220	5,000	3,9900	19,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Metro de Toalhas Branca	226	65,000	5,0000	325,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Refrigerante embalagem com 5 litros	195	42,000	3,5000	147,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	196	4,000	10,0000	40,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	196	2,000	15,0000	30,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	196	1,000	40,0000	40,00
JS PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	196	4,000	10,0000	40,00
JS PNEUS LTDA	Pneu 175/70 R 13	196	4,000	210,0000	840,00
JS PNEUS LTDA	Válvula	196	4,000	10,0000	40,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	JOGO DE LUDO	200	1,000	210,0000	210,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	COCHONETE	200	1,000	730,0000	730,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	JOGO DE CONTATO	200	1,000	294,0000	294,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	JOGO TRILHA	200	1,000	210,0000	210,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	Kit	200	1,000	521,0000	521,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	QUEBRA CABEÇA DE MODULO	200	1,000	178,0000	178,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	TIRO AO ALVO	200	1,000	294,0000	294,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	abraçadeira	211	50,000	1,5000	75,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Acionado Quebra Vidro	211	2,000	97,0000	194,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Adptador	211	8,000	1,3000	10,40
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Bateria para Alarme	211	1,000	99,0000	99,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Caixa Condutlete	211	4,000	12,5000	50,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Caixa Condutlete	211	20,000	19,8000	396,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Central de Alarme de Incendio	211	1,000	985,0000	985,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Curvas	211	6,000	4,5000	27,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Extintor 6 kg	211	3,000	150,0000	450,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Fio de instalação	211	200,000	0,9500	190,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	Luva. de Vinil para Procedimentos descartáveis - sem talco (Anti-Alérgica) - transparente, caixa contendo 100 luvas (50 pares), tamanho G	211	20,000	1,5000	30,00
SANTA FE COM. EQUIP. CONTRA INCENDIO LTD.	MÃO DE OBRA INSTALAÇÃO	211	1,000	1,125,0000	1.125,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sirene	211	2,000	65,0000	130,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	PORTA RETRATO 15 X 21	213	15,000	9,5000	142,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tabua de Cortar Carne	213	8,000	12,9000	103,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TRANSPORTE COLETIVO TERCILTA	Prestação de Serviço Transporte Escolar	214	1,000	400,0000	400,00
Total Geral do Mês ---->					8.547,92

RELATÓRIO COMPRAS MÊS 10 - PREFEITURA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 1/15

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ACM ANSILIERO CENTRAL DE MANT. LTDA	Conserto Bomba	2088	1,000	140,0000	140,00
ADELINO DALMINA	Acelga. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.		2,000	4,0000	8,00
ADELINO DALMINA	Alface americana, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte		15,000	2,0500	30,75
ADELINO DALMINA	Chicória, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte	4,000	5,000	1,9900	9,95
ADELINO DALMINA	Couve manteiga verde escuro, folhas integras e frescas. Embalados em plástico de polietileno transparente		4,000	4,3500	17,40
ADELINO DALMINA	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.		10,000	5,6000	56,00
ADELINO DALMINA	Tomate lisos, de tamanho uniforme, cor vermelho-vivo e ligeiramente mole. Vagem aparência fresca, terra, sem defeitos e cor verde ou verde com contorno marrom, embalados em plástico de polietileno transparente.	1954	9,000	4,3500	39,15
ADELINO DALMINA	Marmitas		1,000	5,5000	5,50
ADELINO DALMINA	Bolacha caseira, pacotes com 01 kg. Massa consistente, com sabor e aroma característicos, livre de contaminantes, coloração e tamanho uniforme, sem danos físicos. Acondicionados em sacos plásticos apropriados.		16,000	15,0000	240,00
ADEMAR BERTOTTO ME	Bolacha de fubá, pacotes com 01 kg. Massa consistente, com sabor e aroma característicos, livre de contaminantes, coloração e tamanho uniforme, sem danos físicos. Acondicionados em sacos plásticos apropriados.	1987	13,000	12,3000	159,90
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	MÃO DE OBRA		18,000	12,3000	221,40
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Peças		1,000	160,0000	160,00
AGRO DIVEI IND COM REPRES MAQ AGRIC LTD.	QUILOMETRAGEM	1987	1,000	550,0000	550,00
AGRO DIVEI IND COM REPRES MAQ AGRIC LTD.	Adubos Químico	1987	1,000	270,0000	270,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Chaveiro com Fotos	2065	1,000	79,0000	79,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Papel contact colorido	1952	33,000	4,7900	158,07
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Bateria	2031	10,000	6,0000	60,00
AUTO ELETRICA SANTELMO	Disco de lacógráfo 24 hs, km 125	2008	1,000	372,0000	372,00
AUTO POSTO FARENZENA LTDA	Aditivo	2009	15,000	33,5000	502,50
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	BICO	2024	12,000	20,0000	240,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	CONCERTO DE PNEU	2022	1,000	15,0000	15,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	CONCERTO DE PNEU	1973	1,000	20,0000	20,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	CONCERTO DE PNEU	2020	1,000	20,0000	20,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	CONCERTO DE PNEU	2021	1,000	15,0000	15,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	CONCERTO DE PNEU	2022	1,000	20,0000	20,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1962	2,000	20,0000	40,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante multiviscosidade á base sintética SAE 15W40, classificação API SN (litro)		4,000	23,4000	93,60
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante para motores a diesel viscosidade SAE 15W40 extra turbo classificação - API CG	1972	2,000	177,0000	354,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante para motores a diesel viscosidade SAE 15W40 extra turbo classificação - API CG	2057	1,000	177,0000	177,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante para transmissão viscosidade 85W140 classificação API GL-5	1977	1,000	207,0000	207,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante SAE 30 para direção hidráulica, classificação API CF-4	2056	1,000	163,0000	163,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 21 PARA IMPRESSORA HP		3,000	8,0000	24,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 21 PARA IMPRESSORA HP	2054	1,000	8,0000	8,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 22 PARA IMPRESSORA HP		1,000	10,0000	10,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 22 PARA IMPRESSORA HP	2054	1,000	10,0000	10,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 22 PARA IMPRESSORA HP		1,000	10,0000	10,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA TONNER BROTHER PARA IMPRESSORA BROTHER 8080	2067	1,000	41,0000	41,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA TONNER D 105 P/IMPRESSORA SANSUNG 4623		2,000	48,0000	96,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA TONNER TN420 P/IMPRESSORA BROTHER		2,000	43,5000	87,00
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Caixa de Chichetes	2089	1,000	4,9800	4,98
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Fitas	2084	1,000	5,9000	5,90
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Pacote de Balão Amarelo	2089	5,000	5,1000	25,50
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Pacote de Balão Azul	2089	5,000	5,1000	25,50
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Pacote de Balão Branco	2089	5,000	5,1000	25,50
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Pacote de Balão Laranja	2089	4,000	5,1000	20,40
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Pacote de Balão Preto	2089	8,000	5,1000	40,80
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Pacote de Balão Vermelho	2089	4,000	5,1000	20,40
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	PACOTE DE PIRULITO	2089	2,000	5,9000	11,80
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Pacote de Presente	2084	40,000	0,6000	24,00
CARLOS A BRANBILA	MUDAS DE FLOR	2066	400,000	0,5000	200,00
CASA DAS VEDACOES COM. LTDA	Mangueira Hidraulica	1974	1,650	32,0000	52,80
CASA DAS VEDACOES COM. LTDA	Terminal	1974	2,000	27,0000	54,00
CASA PREFERIDA	Chicote	2018	1,000	20,1500	20,15
CASA PREFERIDA	Inter freio	2018	1,000	52,9700	52,97
CASA PREFERIDA	LAMPADA	2018	5,000	9,9600	49,78
CASA PREFERIDA	Presilha plástica	2018	1,000	0,9700	0,97
CASA PREFERIDA	Rele	2018	1,000	17,9500	17,95
CASA PREFERIDA	Serviço conserto de motor de partida	2018	1,000	30,0000	30,00
CASA PREFERIDA	Serviço de instalação	2018	3,000	34,0000	100,00
CASA PREFERIDA	soquete diversos	2018	2,000	5,9700	11,94
CASA PREFERIDA	Terminal	2018	2,000	1,0000	2,00
CDM COM DESDOBRAMENTO MAD LTDA	Madeira p/ planchas na ponte	1953	6,800	550,0000	3,740,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST		1985	2,000	6,0000	12,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	AREIA	1985	1,000	100,0000	100,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	ARGAMASSA	1961	6,000	30,0000	180,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	ARGAMASSA	1985	2,000	31,0000	62,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Bocal	1985	5,000	4,0000	20,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cabo 3 x 2,5 mm	1985	40,000	2,9000	116,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cabo de enxada	1985	1,000	10,0000	10,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cabo de rolo 23cm	1985	2,000	6,0000	12,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	CAL FINO	1985	5,000	8,0000	40,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cera em pasta	1985	1,000	10,0000	10,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cimento	1985	8,000	28,0000	224,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	DESCARGA	1985	1,000	23,0000	23,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	FECHADURA	1985	3,000	27,5000	82,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fuga 3 mm	1961	1,000	4,0000	4,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	LAMPADA	1985	5,000	13,5000	67,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Luva 50mm	1985	1,000	3,0000	3,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Mangueira	1985	30,000	2,1000	63,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	PARAFUSO	1985	50,000	0,9000	45,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Pincel	1985	2,000	9,0000	18,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Piso	1961	21,000	26,0000	546,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Reajunte	1961	4,000	23,5000	94,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Rolo 23cm p/ pintura	1985	4,000	6,0000	24,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Tinta acrílex	1985	10,000	59,0000	590,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Verniz fluorenato 15 gramas	1985	2,000	78,0000	156,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	VIDRO	1985	1,500	60,0000	90,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Bebida láctea fermentada, pacotes com 900 ml, sabores diversos. A embalagem deve estar intacta, bem vedadae deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	2034	60,000	2,7000	162,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Mini-sanduíche natural, feito com pão integral, recheio de peito de frango, alface picada, cenoura ralada e queijo ralado. Deverá conter aproximadamente 50 gramas, devendo ser feito no dia da entrega		2,000	23,9500	47,90
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão de cachorro quente. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	1978	39,700	7,4900	297,35
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão doce com farofa e creme de confeiteiro. Características: 75 gramas, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável, devendo ser transportado em caixas plásticas apropriadas.		10,500	12,0000	126,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão doce com farofa e creme de confeiteiro. Características: 75 gramas, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável, devendo ser transportado em caixas plásticas apropriadas.		14,250	12,0000	171,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Queijo mussarela fatiado, de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	1978	12,000	21,9000	262,80
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Torta Salgada, com recheio de legumes, devendo ser feita na data da entrega.		5,000	11,9500	59,75
COMPE INFORMATICA LTDA	Switch 16 portas	2106	1,000	150,0000	150,00
CONSEST PRE-MOLDADOS LTDA- ME	Execução de obra de construção de quadra escolar coberta, poliesportiva, com área total de 980,40 m², a ser construída na sede do município de Macieira, abrangendo estrutura metálica, cobertura, pisos, paredes e revestimentos, arquibancadas, equipamentos esportivos, instalações elétricas, vestiários, sanitário e demais serviços, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projeto, Cronograma físico financeiro e Memorial Descritivo, através de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do PAC 2.		1,000	498,390,4000	498,390,40
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SALTO VELOS	Rordape	1975	3,000	18,0000	54,00
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRIN	Alho.Embalagem de até 100g		0,500	17,7000	8,85
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRIN	Cebola Branca de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.		5,000	2,6500	13,25
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRIN	Tomate lisos, de tamanho uniforme, cor vermelho-vivo e ligeiramente mole.		13,000	4,3500	56,55
Dallago Materiais de Construção Ltda	Pincel Atlas tam 24 chato	2103	1,000	7,6500	7,65
Dallago Materiais de Construção Ltda	Pincel Atlas tam 18 chato	2103	1,000	4,6400	4,64
Dallago Materiais de Construção Ltda	Pincel Atlas tam 12 chato	2103	1,000	2,3800	2,38
Dallago Materiais de Construção Ltda	Tinta base de Agua Amor	2103	1,000	94,6800	94,68
Dallago Materiais de Construção Ltda	Tinta Base de Agua Caralimur Zero	2103	1,000	18,7200	18,72
Dallago Materiais de Construção Ltda	Tinta Fosca Branca	2103	1,000	55,3500	55,35
Dallago Materiais de Construção Ltda	Tinta Verniz Brilhante	2103	1,000	20,0200	20,02
DANIELA UNTEMBERGER ME	BATENTE	2085	2,000	22,0000	44,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	BORRACHA DE ESTABILIZADOR	2085	2,000	12,5000	25,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	BUCHA AMORTECEDOR	2085	2,000	8,5000	17,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Bucha estabilizador	2085	2,000	22,0000	44,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Bucha Raco estabilizador	2085	4,000	8,5000	34,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Reparo Amortecedor	2085	2,000	24,0000	48,00
Debora Saccol mei	ALGODÃO DOCE	2062	1,000	340,0000	340,00
Debora Saccol mei	CAMA ELASTICA	2062	2,000	175,0000	350,00
Debora Saccol mei	FUTEBOL DE SABÃO	2062	1,000	400,0000	400,00
Debora Saccol mei	PISCINA DE BOLAS	2062	1,000	190,0000	190,00
Debora Saccol mei	PULA PULA CARA DE GATO	2062	1,000	230,0000	230,00
Debora Saccol mei	TOBOGA PANDA	2062	1,000	340,0000	340,00
Donilde Saletti Serighelli Grifani	Folhagens	2099	4,000	27,0000	108,00
FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Kit de Oring de ved	1967	1,000	8,0000	8,00
FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	ROLAMENTO	1967	1,000	41,9700	41,97
FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA		1967	2,000	27,8600	55,72

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	ROLAMENTO	1967	2,000	36,0000	72,00
FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	S	1967	4,000	169,7400	679,10
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Hobo	2028	10,000	12,0000	120,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Luva para ensimação	2028	1,000	35,0000	35,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Palacho	2028	5,000	12,0000	60,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Semem Proper-Et	2028	30,000	14,0000	420,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Semem Serenity	2028	20,000	14,0000	280,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1991	21,000	5,1000	107,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	2032	23,000	5,1000	117,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Apúcar cristal. Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses.	1970	2,000	8,1400	16,28
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Apúcar cristal. Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses.	1991	3,000	8,1400	24,42
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Apúcar cristal. Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses.	2032	2,000	8,1400	16,28
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Apúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		4,000	9,1300	36,52
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Apúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	2041	2,000	9,1300	18,26
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Apúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	2050	1,000	9,1300	9,13
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Apúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		3,000	9,1300	27,39
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral- 20 l.	2046	4,000	7,5100	30,04
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral- 20 l.	2047	2,000	7,5100	15,02
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Amaciante de roupas- embalagens de 5 litros	1976	1,000	11,5500	11,55
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Arroz parbolizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.		4,000	9,9800	39,92

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	2032	2,000	9,9800	19,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1970	20,000	1,7900	35,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1991	40,000	1,7900	71,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Barra de Chocolate	2030	15,000	4,9000	73,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bataia Inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	2032	4,000	2,1000	8,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce, tipo maria.. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.		4,000	6,7500	27,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caldo de galinha. Embalagem com 12 tabletes, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	1970	2,000	2,6500	5,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de maçã., acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	2041	1,000	4,4000	4,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de maçã., acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	2050	2,000	4,4000	8,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de maçã., acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade		2,000	4,4000	8,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1991	2,000	3,7500	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.		2,000	3,7500	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Copo de vidro tamanho médio com 100 ou 180 ml	2046	5,000	1,7400	8,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cuia média para chimarrão	2046	2,000	16,0000	32,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desentupidor de banheiro, composto com soda	1976	3,000	11,0000	33,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	2048	2,000	1,5000	3,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		10,000	1,5000	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		4,000	8,9900	35,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	2035	12,000	8,9900	107,88
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	2046	10,000	8,9900	89,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	2047	5,000	8,9900	44,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		4,000	8,9900	35,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Esponha de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades		3,000	1,9000	5,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial , tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.		4,000	10,9000	43,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de chimarrão c/ 2 unid	2039	8,000	1,7500	14,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de chimarrão c/ 2 unid	2048	2,000	1,7500	3,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo maço c/ 10 caixas	2035	1,000	1,9000	1,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo maço c/ 10 caixas	2046	4,000	1,9000	7,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo maço c/ 10 caixas		1,000	1,9000	1,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Laranja Péra. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1991	45,000	2,3500	105,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Laranja Péra. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	2032	40,000	2,3500	94,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	1991	14,000	2,5500	35,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	2032	12,000	2,5500	30,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	2041	12,000	2,5500	30,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1970	2,000	3,0500	6,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.		4,000	3,0500	12,20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enterrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	2032	5,000	3,0500	15,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pacote de bombom	2064	2,000	24,0000	48,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto	2039	4,000	3,4000	13,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto	2048	2,000	3,4000	6,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	2039	1,000	42,8900	42,89
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ponkan ou vergamota Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	1970	30,000	2,9000	87,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Prendedor de roupas de madeira c/ 12 unidades	1976	2,000	1,3000	2,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Querosene - 800 ml	2046	8,000	8,5000	68,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	2046	3,000	5,4000	16,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	2047	1,000	5,4000	5,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	2039	1,000	5,4000	5,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 l, pacote c/ 5 unidades	2039	8,000	2,2000	17,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 l, pacote c/ 5 unidades	2048	1,000	2,2000	2,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 l, pacote c/ 5 unidades	2039	7,000	2,2000	15,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades	2039	8,000	2,2000	17,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades	2048	1,000	2,2000	2,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades	2039	5,000	2,2000	11,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco	2052	3,000	8,8000	26,40
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Prestação de Serviço Retiro Escavadeira	2053	25,000	100,0000	2.500,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Prestação de serviços de trator de esteiras (horímetro), com peso mínimo de 13.600 kg, com lâmina anisilho, a serem realizados em propriedades de agricultores do município (baseado na Lei 546/2011 e Decreto 1138) e conforme especificações do edital.	2053	10,000	150,0000	1.500,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	Amarelinha	2092	2,000	196,0000	392,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	Blocos Logicos de Espuma	2092	2,000	120,0000	240,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	Dados do Alfabeto	2092	2,000	62,0000	124,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	Dados dos Numeros e Sinais	2092	2,000	62,0000	124,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	Jogo da Joainha	2092	2,000	130,0000	260,00
LDM COM.E REPRESENTAÇÕES	TIRO AO ALVO	2092	2,000	294,0000	588,00
Leonir Luiz Tiecker	CONCERTO DE PNEU	2055	1,000	20,0000	20,00
LIMA E PFERL LTDA - EPP	Perfuração de poço artesiano - Linha Scapin - Interior - no Município de Macieira, abrangendo todos os serviços para tal execução.		1,000	9,900,0000	9.900,00
Luzeforma Decorações Natalinas	TUBO CILINDRO COM 44 LEDS BRANCO COM MOVIMENTO SNOWFALL	2043	30,000	36,0000	1.080,00
Maiharia do Ruza	Metros de Drayt Favo	2098	3,000	10,9000	32,70
Maiharia do Ruza	Metros de Elanquinha	2098	25,330	8,9000	225,50
Maiharia do Ruza	Metros de malha Viscose	2098	3,000	10,9000	32,70
Maiharia do Ruza	Metros de Trilobal	2098	6,000	13,9000	83,40



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Malharia do Ruzza	Metros de Viciose	2098	4,500	10,9000	49,05
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Deslocamento	2107	196,000	2,4300	476,28
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Filtro Ar Externo	2107	1,000	214,2500	214,25
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Filtro Ar Interno	2107	1,000	153,5400	153,54
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Filtro Combustivel	2107	1,000	128,0000	128,00
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	filtro lubrificante	2107	1,000	75,1500	75,15
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Manutenção das horas	2107	3,000	175,0000	525,00
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Óleo motor	2107	1,000	328,0000	328,00
MANTOMAC COM PECAS E SERV LTDA	Pré- filtro	2107	1,000	196,1500	196,15
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	2090	1,000	100,0000	100,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Regulador	2090	1,000	65,0000	65,00
MECANICA FARENZENA LTDA	ROLAMENTO	2090	1,000	35,0000	35,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Solda	2090	1,000	15,0000	15,00
MECANICA ZAGO	Recuperação Caminhão Scania ADO 0498 - serviços de mão de obra, conforme relação do Anexo I do Edital.		1,000	2.460,9446	2.460,94
MECANICA ZAGO	Recuperação de caminhão Scania ADO 0498- aquisição de peças, conforme relação do Anexo I do Edital.		1,000	9.284,0554	9.284,06
MECANICA ZAGO	Recuperação de onibus MDC 0851 - aquisição de peças, conforme relação do Anexo I do Edital.		1,000	6.685,4906	6.685,49
MECANICA ZAGO	Recuperação de onibus MJA 5641 - aquisição de peças conforme relação do anexo I do Edital.		1,000	5.354,1774	5.354,18
MECANICA ZAGO	Recuperação de onibus MJA 5641 - serviços de mão de obra conforme a relação do Anexo I do Edital.		1,000	1.895,8226	1.895,82
MECANICA ZAGO	Recuperação onibus MDC 0851 - serviços de mão de obra, conforme relação do Anexo I do Edital.		1,000	1.364,5094	1.364,51
MECANICA ZAGO	Reparo Cabeçote Compressor de Ar	2105	1,000	438,5700	438,57
Mil Plantas Comercio e industria Me	Gramma	2097	30,000	11,1700	335,10
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS L	Nitrogênio líquido	2058	102,000	4,0000	408,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Dente Central	1964	3,000	79,0000	237,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Dente Lateral	1964	1,000	79,0000	79,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Dente Lateral	1964	1,000	79,0000	79,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	PARAFUSO	1964	10,000	3,5800	35,80
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Porca	1964	10,000	1,1800	11,80
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Alternador	2014	1,000	650,0000	650,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Automático	2010	1,000	101,7500	101,75
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Correia	2014	1,000	98,0000	98,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Deslocamento	2013	55,000	0,9000	49,50
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Fusivel	2011	2,000	0,5000	1,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Fusivel	2016	4,000	0,5000	2,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Fusivel lamina	2044	1,000	0,5000	0,50
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	FUSIVEL VIDRO	2044	4,000	1,0000	4,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Induzido	2086	1,000	173,0000	173,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	LAMPADA	2010	5,000	3,0600	15,30
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	LAMPADA	2011	2,000	3,2500	6,50
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	LAMPADA	2014	3,000	18,3400	55,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Lâmpada 69 24 v	2044	1,000	5,0000	5,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Lanterna Luz Piloto	2044	1,000	6,9000	6,90
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	PARAFUSO	2010	1,000	1,7800	1,78
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Porta	2086	1,000	25,0000	25,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Presilha plástica	2016	4,000	0,3500	1,40
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Prestação de Serviço Colocação de Peças	2044	1,000	288,0000	288,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	ROLAMENTO	2086	2,000	15,0000	30,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço	2014	1,000	40,0000	40,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço conserto de motor de partida	2086	1,000	40,0000	40,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de Deslocamento	2016	100,000	1,2000	120,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de Deslocamento Km	2014	59,000	0,9000	53,10
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de instalação	2011	0,120	35,0000	4,20
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de instalação	2013	1,000	35,0000	35,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de instalação	2016	1,000	60,0000	60,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de motor partida	2010	1,000	40,0000	40,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	soquete diversos	2010	1,000	11,5000	11,50
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Terminal	2086	2,000	0,5000	1,00
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP	Pedra brita mista	1998	100,000	56,0000	5.600,00
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP	Pedra brita tipo 01	1998	180,000	62,0000	11.160,00
RADIO TROPICAL FM LTDA	Contratação de empresa para divulgação de atos oficiais de interesse público do município de Macieira e festas tradicionais, através de programa de rádio com recepção de sinal e transmissão em todo o município, bem como divulgação de matérias de caráter informativo, educativo e orientação social. Divulgação de notícias semanais, sendo duas vezes por semana (terças e sextas feiras) em programas de até 10 minutos cada gravados por assessor de imprensa ou pessoa responsável da Prefeitura Municipal, nos horários entre 7 e 7 e 10 da manhã, incluindo retrospectivas de final de ano com programa de 2 horas para prestação de contas aos municípios.		48,000	129,0000	6.192,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	1990	5.000,000	2,5500	12.750,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	2002	5.000,000	2,5500	12.750,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	2095	343,000	2,5500	874,65
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	2096	5.588,000	2,5500	14.249,40
SPERANDIO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA/	Deslocamento	2026	1,000	240,0000	240,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolatado em pó instantâneo - Embalagens de 400 gramas. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 01 ano, informação nutricional e ingredientes.	2033	3,000	4,9500	14,85
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alcool 1 litro 90%	2036	3,000	10,8500	32,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	2040	4,000	4,7900	19,16
			8,000	2,4500	19,60

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz integral. Pacotes de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1971	7,000	4,1900	29,33
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz integral. Pacotes de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1992	5,000	4,1900	20,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo laminado de leite. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	1992	6,000	7,3000	43,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo laminado de leite. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	2033	5,000	7,3000	36,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo água e sal - pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 08 meses, informação nutricional e ingredientes.	2033	3,000	3,8500	11,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo água e sal - pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 08 meses, informação nutricional e ingredientes.	2033	10,000	3,8500	38,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	2033	4,000	7,0000	28,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	2033	2,000	7,0000	14,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	2042	12,000	7,0000	84,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.		3,000	7,0000	21,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Canjiquinha ou quirova de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1992	17,000	1,7500	29,75

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caqui. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente ou caixas plásticas		7,100	3,9500	28,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	2036	1,000	49,4000	49,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne suína para tipo lombinho, deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1992	14,000	9,9500	139,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de cidreira,, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	2042	3,000	4,3500	13,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de cidreira,, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	2051	2,000	4,3500	8,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de erva doce,, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.		2,000	4,3500	8,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1992	14,000	2,8500	39,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	2040	5,000	1,6500	8,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	2040	10,000	3,5500	35,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	2049	5,000	3,5500	17,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	2049	1,000	3,5500	3,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1992	20,000	3,5500	71,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	2033	15,000	4,9000	73,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros	2040	2,000	12,8500	25,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray	2040	3,000	12,8500	38,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray	2040	1,000	8,5000	8,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espuma de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	2040	2,000	8,5000	17,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espuma de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.		4,000	1,2500	5,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME			10,000	1,2500	12,50

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1992	8,000	3,0500	24,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	2033	6,000	3,0500	18,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	farinha de milho (fubá de milho amarelo), Pacotes de 5 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.		4,000	11,9500	47,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	F feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.		4,000	4,6500	18,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro de café 103	2040	2,000	2,9000	5,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro de café 103	2049	1,000	2,9000	2,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica 2 litros	2036	1,000	77,4500	77,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	2042	4,000	11,0000	44,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros - 500 ml	2040	2,000	4,9500	9,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Lustra móveis-100 ml	2036	1,000	3,1500	3,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1971	35,000	4,2500	148,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	2033	20,000	4,2500	85,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão co ovos tipo parafuso. Pacotes de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.		4,000	5,2000	20,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1971	30,000	3,3500	100,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Margarina com sal, embalagem de 500 gramas, de boa procedência e qualidade. A embalagem deve estar íntacta bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	1971	2,000	4,3500	8,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Milho verde, embalagem tetra pak ou sachê com 200g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Deverá constar o registro no Ministério da Saúde.	1971	4,000	1,8500	7,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuco composto aqual benzenero sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragancia e água- 5 litros		1,000	15,8500	15,85
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos		4,000	2,6500	10,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos	2040	4,000	2,6500	10,60

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 14/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos		24,000	2,6500	63,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.	2040	8,000	1,5000	12,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado.A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	1971	25,000	8,6000	215,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pó para pudim, diversos sabores contendo 05 unid. de 35g cada. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional. Apresentar registro no Ministério da Saúde.	2033	20,000	2,9500	59,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	2049	1,000	6,4500	6,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.		1,000	6,4500	6,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l, pacote c/ 10 unidades		7,000	2,1500	15,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	1971	2,000	1,2500	2,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes		4,000	1,2500	5,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	1992	2,000	1,2500	2,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas	2040	13,000	4,6000	59,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas	2049	2,000	4,6000	9,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas		5,000	4,6000	23,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Suco natural concentrado, diversos sabores: pessego, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500 ml. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade.	1971	16,000	8,7500	140,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho	2040	2,000	4,9500	9,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme	2040	2,000	6,7500	13,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme		3,000	6,7500	20,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	2040	1,000	10,2000	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vinagre tinto. - Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1971	2,000	2,7500	5,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vinagre tinto. - Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	2033	3,000	2,7500	8,25
TORTELLI MOTORES LTDA	CABO DE ACELERADOR	1958	1,000	45,0000	45,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Filtro Adicional	1958	1,000	15,0000	15,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Kit carburador	1958	1,000	30,0000	30,00
TORTELLI MOTORES LTDA	PARAFUSO	1958	1,000	15,0000	15,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 15/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TORTELLI MOTORES LTDA	Serviço	1958	1,000	20,0000	20,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Tela	1958	1,000	10,0000	10,00
TRANSPORTES VIDEIRENSE LTDA	Deslocamento	2104	104,000	4,0000	416,00
TRANSPORTES VIDEIRENSE LTDA	Diaria de Guindaste	2104	1,000	2,000,0000	2,000,00
VIDEBAND BANDEIRAS	BANDEIRA PARA FANFARRA	1968	1,000	100,0000	100,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Correia	2025	1,000	100,0000	100,00
VINHOS IOMERE LTDA	Vinho Bordo Suave	2029	15,000	12,2700	184,05
Total Geral do Mês ---->					640.242,56



# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 354.370.579-20

ALAUDIR MOREIRA

Recibo Referente ao Período 19/07/2014 a 19/08/2014 R\$ 1.800,93

Recibo Referente ao Período 19/08/2014 a 19/09/2014 R\$ 1.800,93

Valor Total: R\$ 3.601,86

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de imóvel destinado à Instalação e Funcionamento do Programa PETI e Programa CRE-AS, através da Secretaria Municipal da Criança e Ação Social, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 05 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.807.994/0001-06

RIOMAFRA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA

Recibo 038/12 R\$ 1.277,93

Recibo 037/12 R\$ 1.277,93

Recibo 036/12 R\$ 1.204,94

Recibo 039/12 R\$ 1.277,93

Valor Total: R\$ 5.038,73

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de imóvel destinado à Instalação e Funcionamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), através da Secretaria Municipal da Criança e Ação Social, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 05 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CPF: 988.077.069-20

MAURÍCIO PRÜESS

Recibo referente ao período de 12/07/2014 à 11/08/2014 - Valor R\$ 858,50

Recibo referente ao período de 12/08/2014 à 11/09/2014 - Valor R\$ 858,50

Recibo referente ao período de 12/09/2014 à 11/10/2014 - Valor R\$ 858,50

Valor Total: R\$ 2.575,50

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de aluguel para instalação e funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), através do Fundo Municipal de Assistência Social, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 05 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

# Maravilha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 139/2014

DECRETO Nº 139, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a baixa de dívida junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizado o Setor de Tributação a proceder à baixa de dívida em decorrência da Lei Complementar nº 10/2003, Lei Municipal nº 2.918/2004, art. 25 da Lei Municipal nº 1.942/1993, Lei Municipal nº 3.001/2005 e Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 25/2009, conforme relação e valores abaixo discriminados:

Cadastro	Contribuinte	Ano	Imposto	Valor R\$
281505-0	Adolfo Arndt	2014	Predial territorial urbano	213,70
124500-0	Ari Renato Schittler	2010	Contribuição de melhorias	3.875,30
23500-0	Armindo Macalli	2009 a 2014	Predial territorial urbano	1.725,84
23500-0	Armindo Macalli	2012	Contribuição de melhorias	1.893,12
4684-0	Caroline Kinner Lago - MEI	2013	Taxa de vistoria anual	170,52
4044-0	Daniela Bag-nara ME	2010 a 2013	Taxa de vistoria anual	1.079,57
285000-0	Ediclemar Debortoli	2011	Territorial urbano	102,81
29800-0	Espólio de Ernani Appelt	2013 e 2014	Predial territorial urbano	1.000,06
4583-0	Gisele Dagostin	2013	Taxa de vistoria anual	298,38
494700-0	Gladis Irma Becker	2014	Predial territorial urbano	337,09
281609-0	João Alves dos Santos	2007 a 2014	Predial territorial urbano	838,10
2447-0	Jorge Augusto Rigo	2002 a 2007	ISS fixo / Taxa de vistoria anual	1.533,49
231800-0	José Marcan-zoni Provin	2014	Predial territorial urbano	184,19
1377-0	Luiz Zat Transportes Ltda ME	2012 e 2013	Taxa de vistoria anual	494,89
269102-0	Nilo Carlos Valgoi	2014	Predial territorial urbano	368,74
447900-0	Pedro Edvino Wesner	2014	Predial territorial urbano	242,07
849300-0	Selvino Gonçalves da Silva	2012 a 2014	Territorial urbano	323,75
4486-0	Silvio João Marafon - MEI	2012 e 2013	Taxa de vistoria anual	219,95

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de outubro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Massaranduba

## PREFEITURA

### LEI Nº 1630/2014

LEI Nº 1630/2014

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.302.0191.2103 - Manutenção da Unidade Hospitalar  
0602 - 3190000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
..... R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), dos seguintes programas e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0701.008.244.0180.1087 - Construção da Capela Mortuária  
0701 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0701 - 10000 - Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 200.000,00

0701.008.244.018.2090 - Manutenção do Tele-centro Casa da Juventude  
0701 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0701 - 10000 - Recursos Ordinários .....  
.....R\$ 5.000,00  
0701 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0701 - 10000 - Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 5.000,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
0702.008.243.0181.2093 - Orientação e Apoio Sócio Familiar  
0702 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0702 - 10000 - Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 5.000,00  
0702 - 33500000 - Transferência a Entidades sem fins lucrativos  
0702 - 10000 - Recursos Ordinários .....  
.....R\$ 10.000,00  
0702 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0702 - 10000 - Recursos Ordinários .....  
.....R\$ 20.000,00  
0702 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0702 - 10000 - Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 03 de Novembro de 2014  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

CAMILA ROSSI  
Auxiliar Administrativo

### LEI Nº 1628/2014

LEI Nº 1628/2014

Denomina Via Municipal

Mario Fernando Reinke, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Rua 085 passa a se denominar de Rua José Loubavsky, cuja Rua inicia na Rodovia SC 108 e termina na Rod. SC 108, km 12, com uma extensão de aproximadamente 820 metros, localizada na área industrial do Município de Massaranduba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 03 de Novembro de 2014.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

CAMILA ROSSI  
Auxiliar Administrativo

### LEI Nº 1627/2014

LEI Nº 1627/2014

Institui e regulamenta a jornada de trabalho no regime de 12x36 no âmbito do funcionalismo publico da Prefeitura Municipal de Massaranduba e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei institui e regulamenta a jornada de trabalho no regime 12x36 horas no âmbito do funcionalismo publico do Município de Massaranduba - SC.

Art. 2º A jornada de trabalho 12x36 refere-se à jornada de trabalho onde servidor exercerá suas funções por 12 horas seguidas e obterá folga à 36 horas consecutivas e imediatamente posteriores às horas exercidas.

Art. 3º Os ingressos de servidores nas jornadas de trabalho a que se refere o artigo primeiro, se darão mediante Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º O servidor após escalonado na jornada 12x36, poderá requerer seu retorno a jornada normal, desde que devidamente justificado.

Parágrafo Único O requerimento de que trata o caput do artigo é passível de deferimento ou indeferimento pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Os casos de faltas sem comunicação prévia sob a alegação de emergência e que gerem dúvidas serão analisados em processo administrativo disciplinar por comissão processante, seguindo o

estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 6º Poderão ser abrangidos por esta lei na jornada de trabalho 12x36 horas os servidores alocados na secretaria de Saúde.

Art. 7º É vedado considerar nesta lei os médicos plantonistas, que estão sujeitos à legislação específica.

Art. 8º É vedado computar como horas extras os dias laborados, com base nesta lei, no sábado e domingo.

Art. 9º Serão computadas horas extras ao servidor submetido a esta lei somente, quando este:

I - Por motivo de urgência justificada for escalado para trabalho em dia de folga estipulado em escala;

II - Quando este exceder a jornada de trabalho a que estiver submetido mediante escala e estipulada nesta lei;

III - Quando o dia em que o mesmo estiver escalado coincidir com feriados municipais e federais, excluindo-se os pontos facultativos.

Art. 10 O servidor está obrigado à marcação de ponto, seja eletrônico ou registro manual.

Parágrafo Único Somente será permitido registro manual para os servidores que exercerem atividade que inviabilize a presença no local do ponto eletrônico, sob autorização da chefia imediata.

Art. 11 O período de trabalho noturno será remunerado com adicional noturno, conforme legislação municipal específica.

Art. 12 O servidor sob a jornada de trabalho 12x36 terá direito a período diário de descanso e alimentação de 01 (Uma) hora, não computadas na sua jornada.

Parágrafo Único Será considerado para cumprimento do caput do artigo o tempo de descanso que ocorrer no interior do veículo ou do setor de trabalho na impossibilidade deste se ausentar do local de trabalho.

Art. 13 Os horários de alimentação serão estabelecidos pelo Secretário Municipal responsável.

Art. 14 A escala de trabalho dos servidores submetidos à jornada de trabalho de que trata a presente lei deverá ser confeccionada de modo que este possa gozar de no mínimo um domingo de folga por mês.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 03 de Novembro de 2014.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

CAMILA ROSSI  
Auxiliar Administrativo

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2014 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

### 1 - PREÂMBULO:

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 346/2014, de 10 de Fevereiro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando a aquisição de condicionadores de ar tipo Split e refrigeradores tipo frigobar para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, conforme especificações do anexo II deste edital.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentação de Habilitação e os Documentos necessários para o Credenciamento deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

DATA DE ABERTURA:	19 de novembro de 2014.
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC. Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	08:00h
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	08:30h

### 2 - OBJETO:

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando a aquisição de condicionadores de ar tipo Split e refrigeradores tipo frigobar para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, conforme especificações e quantidades estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Massaranduba e no site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba – SC, 04 de novembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE F. REINKE
Prefeito	Gestora do Fundo Mun. Saúde

**CÂMARA MUNICIPAL****CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014**

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria n. 093, de 04 de novembro de 2014, torna público a realização de Concurso Público para provimento de vagas para cargos públicos efetivos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Massaranduba, mediante as condições previstas no edital que encontrasse no site [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno).

As inscrições serão realizadas no período de 06/11/2014 a 05/12/2014, no site [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno).

Cargo: Nível Superior: Procurador Jurídico.

Requisitos para o exercício do cargo: Graduação em Direito, com regular inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, exigindo-se no mínimo especialização (lato sensu), em Direito Público ou Direito Administrativo, em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC ou Conselho Estadual de Educação.

Mauro Bramorski  
Presidente da Câmara de Vereadores de Massaranduba

**CONTRATO Nº. 10/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 010/2014

Objeto: Contratação de entidade capacitada com condições materiais, humanas e pedagógicas ao planejamento, organização e execução de concurso público para o cargo de Procurador Jurídico a ser preenchido na Câmara de Vereadores de Massaranduba (SC).

Contratante: Câmara de Vereadores de Massaranduba/SC

Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

Valor: R\$ 8.495,00 (Oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais)

Data de Assinatura: 05/11/2014.

Termino da Vigência: 23/12/2014.

**PORTARIA Nº 093/2014**

PORTARIANº093/2014

04/11/2014

Mauro Bramorski, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

RESOLVE:

NOMEAR A COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 1º. Nomear os senhores citados abaixo como membros da Comissão Especial para supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público 01/2014 da Câmara Municipal de Vereadores

do Município de Massaranduba.

Presidente : Almir Trevisani

Equipe de Apoio : Dionisio Kemczynski

Equipe de Apoio : Marilu Maiochi Ziehlsdorff

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC),  
EM 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Mauro Bramorski

Presidente

Publicado no Expediente da data supra

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo



# Modelo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO, 47/2014

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Contrato n. 47/2014  
Contratada: Carlos Kessler  
Valor: R\$ 1.400,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou contrato n. 47/2014, objetivando a aquisição, por parte do município, de cascalho a ser retirado do imóvel de propriedade do vendedor, localizado na Linha Saudades, interior do Município de Modelo. O objeto do presente contrato será retirado do local pelas máquinas e equipamentos da municipalidade, sendo controlado pelo Diretor do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem.

Modelo (SC), 04 de novembro de 2014  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 282/2014

DECRETO Nº 0282/2014 DE 29.10.2014  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada nesta data, a Sra. NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA, portadora do CPF nº 015.893.119-06, RG nº 3.601.602, para desempenho do cargo em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, com lotação no Departamento Municipal de Saúde do município de Modelo/SC.

Art. 2º - A Servidora nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC - 03, do quadro de servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,  
aos 29 de outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 030/2014  
REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0282/2014  
Cargo em Comissão: Assessora Administrativa

Aos vinte e nove dias do mês de Outubro de dois mil e quatorze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu a Senhora NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA, portadora do CPF nº 015.893.119-06, RG nº 3.601.602, a fim de tomar posse no cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0282/2014, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde do município de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 29 de outubro de 2014.  
NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA  
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 283/2014

DECRETO Nº 0283/2014 de 29.10.2014.  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANGELA NEU, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a partir desta data, a Servidora ELISANGELA NEU, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Departamento, do serviço público do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 29 de outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Ciente e de acordo:  
ELISANGELA NEU

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

### DECRETO Nº 284/2014

DECRETO Nº 0284/2014 DE 29.10.2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELISANGELA NEU PARA O CARGO DE ENFERMEIRA ACT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.468/2001 e alterações subsequentes e demais normas relativas ao Programa de Saúde da Família - PSF/ACT - Admissão em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público e igualmente as Leis Municipais 971/90; 1.468/2001; 1.513/2002; 1.593/2005; 1.960/2010 e 2.132/2014,

Considerando a necessidade especial de excepcional interesse público, para manutenção do PSF - Programa Saúde da Família, no Município de Modelo - SC, conforme convênio com o Ministério da Saúde, havendo assim a necessidade do atendimento de enfermeira no quadro funcional para o ESF I,  
Considerando que conforme atestado médico, a Enfermeira titular está em tratamento conservador de rupreme pré-termo, impossibilitada de trabalhar até o final da gestação, sendo que ficará internada até o parto,  
Considerando a previsão em ato contínuo do afastamento da Servidora para Licença Maternidade,  
Considerando a emergência do afastamento e o prazo para Processo Seletivo em andamento,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada ELISANGELA NEU, portadora do CPF nº 986.637.559-53, RG nº 2.430.893 no cargo de ENFERMEIRA - ESF, Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com lotação no Departamento Municipal de Saúde, conforme determinações do Programa, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Parágrafo Único - A Jornada de Trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Saúde.

Art. 2º - A nomeação de que trata este decreto, poderá ser rescindida a qualquer tempo por iniciativa do Município e/ou do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional.

Art. 3º - A vigência deste contrato é de 30.10.2014 a 31.01.2015, podendo ser antecipado ou prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial até homologação final do Processo Seletivo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30.10.2014.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 29 de outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 357/2014 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 357/2014 - Modalidade Registro de Preços  
Pregão Presencial n. 013/2014

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MÁRCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Registro de Preços Pregão Presencial n. 013/2014, com o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO QUANDO EM DESLOCAMENTO ÀS CIDADES DE SÃO MIGUEL DO OESTE E CHAPECÓ. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 17/11/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 04 de Novembro de 2014.  
MÁRCIA TERESINHA JACOBY  
Gestora FMS

### PORTARIA Nº 159/2014

PORTARIA Nº 0159/2014 de 03.11.2014

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZETE GAMBA FRANA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.132/2014 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### RESOLVE:

Art.1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal ELIZETE GAMBA FRANA, nomeada pelo Decreto nº 184/2014, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde do Município de Modelo/SC.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 03 de novembro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR



**PORTARIA Nº 161/2014**

PORTARIA Nº 0161/2014 de 03.11.2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JACINTA NELI DILL RAUBER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus conforme requerido, de acordo com recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Jacinta N. Dill Rauber	01.10.2013 a 30.09.2014	05.11.2014 a 14.11.2014 (10 dias)

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 03 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

**Morro da Fumaça****PREFEITURA****PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA - SC. PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2014. A Comissão do Processo Seletivo Nº 002/2014, nomeada pelo Decreto Nº 097/2014, torna público que se encontram abertas as inscrições no período de 14 de Novembro de 2014 a 17 de Novembro de 2014, das 08:00 às 13:00h, na Secretaria Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, relativos a admissão dos profissionais para os cargos de Médico Psiquiatra, Dentista, Enfermeiro, Nutricionista, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Dentista, Músico, Cozinheira, Motorista e Zelador para os Programas vinculados a área da saúde e do quadro geral, para preenchimento de cargos constantes do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, para admissão em caráter temporário, através de aplicação de prova escrita de acordo com as instruções constantes no Edital disponível na Secretaria de Saúde, Rua Deputado Antônio Guglielmi Sobrinho, 367, Centro, Morro da fumaça - SC.

Morro da fumaça em 03 de Novembro de 2014.

MABEL MAGAGNIN POSSAMAI

Presidente da Comissão de Processo Seletivo.

**DECRETO Nº 097/2014**

DECRETO Nº 097/2014, em 17 de Outubro de 2014.

"NOMEIA COMISSÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA Programas vinculados a área da saúde e do quadro geral DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento dos cargos públicos vagos;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir a maior transparência possível ao Processo Seletivo Simplificado de candidatos para o preenchimento de ditas vagas, coisa que aconselha a Constituição Federal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de candidatos para o provimento dos cargos públicos de Médico Psiquiatra, Enfermeiro, Dentista, Nutricionista, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Dentista, Músico, Cozinheiro, Motorista e Zelador para Programas vinculados a área da saúde e do quadro geral, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas, todos servidores desta municipalidade, sob a presidência do primeiro:

- 1.Mabel Magagnin Possamai
- 2.Cristina Pereira Maccari
- 3.Renata Dagostin

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 17 de Outubro de 2014.

Aginaldo David Maccari  
Prefeito Municipal

## REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Michel Antônio Maccari  
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## Navegantes

## PREFEITURA

**EXTRATO DECISÃO ADMINISTRATIVA SUPRIMOVEIS EIRELI PREGÃO 156/2014 PMN**

## CERTIDAO

CERTIFICO, para os devidos fins que, em data de 30/10/2014 neste Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, foi publicado e afixado no Mural Ofício do Município o extrato a seguir transcrito:

Prefeitura Municipal de Navegantes - Extrato Decisão Administrativa SUPRIMOVEIS EIRELI EPP - inscrita no CNPJ: 04.563.256/0001-68 - Procedimento Administrativo nº 46/2014 - uma das vencedoras do Pregão nº 156/2014, é o que restou prejudicado, conforme e-mail da Secretaria Municipal de Administração, e AF 2655/2014, qual foi recebida pela empresa, através do e-mail enviado no dia 16/09/2014, e não foram cumpridos os prazos de entrega, mediante a isto, foi enviada uma notificação para a empresa nº 46/2014, para que a empresa prestasse esclarecimentos, garantindo assim o direito a ampla defesa e o contraditório, conforme prevê o artigo 5º, inc. LV da Constituição Federal, sob pena de arcar com todas as possíveis penalidades contratuais e editalícias. Notificação enviada por AR, no dia 08 de outubro de 2014, foi instaurado, por este departamento de processos administrativos, o processo de nº 46/2014 no dia 16/09/2013, juntada todos os documentos, e-mail, notificação, AF, etc.

No dia 23/10/2014, as 10:00 hrs da manhã chegou ao Departamento de Processos Administrativos da Administração, o retorno da AR, recebido pela empresa no dia 13/10/2014, ficando precluso, visto que a empresa não respondeu a notificação, no prazo interposto, contudo esta administração, veio a receber uma respectiva resposta sobre a Notificação nº 46/2014, no dia 23/10/2014 as 11:15 da manhã, defesa esta que foi analisada e anexada aos autos para apreciação. A empresa respondeu após o prazo estipulado na respectiva notificação, mesmo assim a defesa foi apreciada pela Comissão de Licitação e por este departamento de Processos Administrativos a qual foi apreciada e serviu de base para que a penalidade fosse mais branda.

A cláusula desrespeitada do Pregão 156/2014 foi a Clausula 13 e seus incisos com fundamento no alegado pela Secretaria tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste Ente em garantir a supremacia do interesse publico, ante todo exposto, com base na lei 8.666/93 e penalidades previstas em lei. Isto Posto, DETERMINAMOS A APLICAÇÃO DE ADVERTENCIA, Decisão que será enviada por AR para a empresa SUPRIMOVEIS EIRELI EPP, a publicação desta decisão estará disponível no Diário Oficial dos Município (DOM) e site Municipal, diante de todos os fatos e fundamentos expostos, julga-se procedente esta Decisão Administrativa. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 30 de Outubro de 2014.

BENILDE PERÃO

Secretária da Secretaria de Administração e Logística.

**EXTRATO DECISÃO ADMINISTRATIVA MOVEIS ANDREI LTDA PREGÃO 86/2014 PMN**

CERTIDAO

CERTIFICO, para os devidos fins que, em data de 27/10/2014 neste Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, foi publicado e afixado no Mural Ofício do Município o extrato a seguir transcrito:

Prefeitura Municipal de Navegantes - Extrato Decisão Administrativa MOVEIS ANDREI LTDA ME - inscrita no CNPJ: 14.282.205/0001-11- Procedimento Administrativo nº 29/2014 - uma das vencedoras do Pregão nº 86/2013, é o que restou prejudicado, conforme e-mail da Secretaria Municipal de Educação CI - SE 1042/2014, deste Município, bem como a AF que restou prejudicada, AF de nº 308/2014, qual foi recebida pela empresa, através do e-mail enviado no dia 11/02/2014, e não foram cumpridos os prazos de entrega, teve atraso de mais de noventa dias, inclusive na hora de entregar a Af 308, a empresa, foi irresponsável, pois chegou depois da hora do expediente do órgão público, deixou os moveis na casa de uma terceira pessoa, a qual não tinha autorização do município para receber a mercadoria, bem como na conferencia no outro dia pela Diretora da Escola, apurou-se que o que constava na Nota fiscal, não era compatível com a mercadoria entregue, pois faltaram vários itens a serem entregues da AF e até a presente data, o problema não foi solucionado pela empresa, mediante a isto, foi enviada uma notificação para a empresa nº 29/2014, para que a empresa prestasse esclarecimentos, garantindo assim o direito a ampla defesa e o contraditório, conforme prevê o artigo 5º, inc. LV da Constituição Federal, sob pena de arcar com todas as possíveis penalidades contratuais e editalícias. Notificação enviada por AR, no dia 03 de junho de 2014, foi instaurado, por este departamento de processos administrativos, o processo de nº 29/2014 no dia 03/06/2014, juntada de todos os documentos, CI, e-mail, notificação, AF, etc.

No dia 30/06/2014, as 16:00 hrs da tarde chegou ao Departamento de Processos Administrativos da Administração, o retorno da AR, recebido pela empresa no dia 23/06/2014, ficando revel e precluso, visto que a empresa não respondeu a notificação, tomando assim esta administração como verdadeiros os fatos alegados na exordial.

A cláusula desrespeitada do Pregão 86 foi a Clausula 17 e seus incisos com fundamento no alegado pela Secretaria tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste Ente em garantir a supremacia do interesse publico, ante todo exposto, com base na lei 8.666/93 que prevê multa diária limitada ao valor de 20% sobre o valor total do contrato, e outras penalidades previstas em lei.

Isto Posto, DETERMINAMOS A APLICAÇÃO DE 20% DE MULTA DE MORA, SOBRE O VALOR DOS ITENS FALTANTES DA AF 308/2014, bem como sua Rescisão Total e fica por este ato impedido de licitar pelo prazo de 3 meses com este ente publico, multa representada através de Boleto no valor de R\$ 277,00 (Duzentos e setenta e sete reais) que será enviado por AR para a empresa Moveis Andrei, com prazo para pagamento de 30 dias, após a publicação desta decisão, diante de todos os fatos e fundamentos expostos, julga-se procedente esta Decisão Administrativa. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 27 de Outubro de 2014.

BENILDE PERÃO

Secretária da Secretaria de Administração e Logística.

**ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS E FINALIZAÇÃO DA ANÁLISE DE AMOSTRAS 21/2014 F.M.V.**

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014 F.M.V E AVISO DE FINALIZAÇÃO DA FASE DE COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS.

AOS 10 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2014 REUNIRAM-SE OS RESPONSÁVEIS PELA ANALISE DAS AMOSTRAS REFERENTE O PREGÃO Nº 21/2014 F.M.V.

CB PM AUX P- 4 DO 25º BPM FLAVIO LEFFER DA SILVA E O 2º SGT AUX P 4 CLAUDIO SCHULLER OS QUAIS VERIFICARM A APROVAÇÃO/ REPROVAÇÃO REFERENTE A LICITANTE CONFORME SE-GUE:

LINEAR INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

ITENS:

11 E 96

APROVADOS:

SEM MAIS ENCERRA-SE ASSIM A ETAPA DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS. DANDO CONTINUIDADE AO CERTAME.

Pregoeiro e equipe de apoio.

Navegantes 03 de novembro de 2014.

**DECRETO 466 VANTAGENS PECUNIÁRIAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 466 DE 12 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARILDA MARIA DE SOUZA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013 e 1/2014.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 12 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 467 DE 12 DE JUNHO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora EUSEMARIE COELHO DE SOUZA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 12 de junho de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 468 DE 12 DE JUNHO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MIROSLAVA MARIN do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências de 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013,

1/2014, 2/2014 e 3/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a abril de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 12 de junho de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 519 DE 21 DE JULHO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora DIANDRA PEREIRA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências de 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014, 4/2014 e 5/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a junho de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE JULHO DE 2014.  
Emílio Vieira  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 21 de julho de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500



DECRETO N º 523 DE 25 DE JULHO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora ALESSANDRA MÜLLER do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014 e 3/2014.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a abril de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira  
PREFEITO EM EXERCÍCIO  
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 524 DE 25 DE JULHO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor JULIANO DE AMORIM BUSANA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira  
PREFEITO EM EXERCÍCIO  
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 525 DE 25 DE JULHO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora LÚCIA HELENA DE SOUZA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira  
PREFEITO EM EXERCÍCIO  
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 526 DE 25 DE JULHO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011,  
DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora GISELE MENDES SERAFIM DA SILVA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014, 4/2014 e 5/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a junho de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 527 DE 25 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor SÉRGIO NEY DA CRUZ JÚNIOR do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014, 4/2014 e 5/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a junho de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão

## SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 528 DE 25 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora LEILA APARECIDA MATIAS PACHECO do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014 e 4/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a maio de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 529 DE 25 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor CELSO VICENTE TAMAGNO

do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014 e 2/2014. .

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 530 DE 25 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor EDERSON DIAS VICTOR do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 4/1023, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 531 DE 25 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora VANDERLEIA SILVA ADRIANO do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/1023, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 540 DE 5 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora LEDAIR REGINA DOS SANTOS MATHIOLA do quadro de pessoal de provimento efetivo.



Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013 e 4/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE AGOSTO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 541 DE 5 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014 e 4/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a maio de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE AGOSTO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 542 DE 5 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora SANDRA MERY BRANDL HEMMER do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014 e 4/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a maio de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE AGOSTO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 543 DE 5 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora FABRÍCIA GISELE PEREIRA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/1023, 9/2013, 10/2013 e 11/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE AGOSTO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO Nº 544 DE 5 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar nº 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor MAIRON ATÍLIO ARCENO do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 8/1023, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014, 4/2014, 5/2014, 6/2014 e 7/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a agosto de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE AGOSTO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO Nº 545 DE 5 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar nº 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor SÉRGIO SOARES do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 6/2013, 7/2013, 8/1023, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014, 4/2014 e 5/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a junho de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE AGOSTO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO Nº 549 DE 7 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar nº 106 de 2/8/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora JOICE LARGURA DE OLIVEIRA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências

de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012 e 11/2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 7 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO Nº 550 DE 7 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar nº 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora JOICE LARGURA DE OLIVEIRA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014 e 2/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a março de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 7 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO Nº 554 DE 11 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar nº 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora JOICE LARGURA DE OLIVEIRA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013 e 11/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a dezembro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO Nº 562 DE 15 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar nº 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARISTELA REISER ROSA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012 e 9/2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 563 DE 15 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,  
DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARISTELA REISER ROSA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 564 DE 15 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,  
DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação

da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor RAFAEL SILVA XAVIER do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014 e 3/2014, 4/2014, 5/2014 e 6/2014.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a julho de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 565 DE 15 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,  
DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora FERNANDA HASMANN CONSTÂNCIO do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014 e 3/2014, 4/2014 e 5/2014.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a junho de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 566 DE 15 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora SUELI MAFRA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências de 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO  
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 567 DE 15 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor DANIEL NAZÁRIO DE SOUZA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências de 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013,

1/2014, 2/2014, 3/2014, 4/2014 e 5/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a junho de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO  
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 568 DE 15 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor EDUARDO LEAL NETO do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências de 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014, 4/2014 e 5/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a junho de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO  
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 569 DE 15 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor HUMBERTO GALVEZ JÚNIOR do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014 e 3/2014.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 570 DE 15 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARISTELA REISER ROSA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012 e 9/2012.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 571 DE 15 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARISTELA REISER ROSA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 574 DE 19 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação

da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora FERNANDA DOS SANTOS do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 19 de agosto de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 45/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA AS SALAS DE VACINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, CONFORME DELIBERAÇÃO 397 DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE 2014 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SC. Data da entrega dos envelopes: 17/11/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 17/11/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 04 de novembro de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### **NOMEAÇÃO 1342/2013**

PORTARIA Nº. 1342 DE 11 DE MARÇO DE 2013.  
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 -Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 003/2009 a SR. MAURO CESAR DE BORBA, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na Disciplina de História, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos, no período noturno, regida pelo Estatuto dos

Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 01/03/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de março de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,  
11 DE MARÇO DE 2013.

Sr. Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.  
Fernando Sedrez Silva  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 264/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 264/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA.

Valor: R\$ 67.231,49 (sessenta e sete mil duzentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos).

Vigência ..... : Início: 29/10/2014 Término: 26/02/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:196/2014.

Recursos ..... : Dotação:. 1.034 4.4.90.00.

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO RESERVATÓRIO APOIADO DE 2000 M³, LOCALIZADO NA RUA RUDOLF GAIR, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 196/2014.

Navegantes, 29 de outubro de 2014.



# Nova Trento

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 071/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 028/2014 - Modalidade: Tomada de Preço Nº 003/2014; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF Nº 85.115.053/0001-00, estabelecida na Rua SL 021, 500, Santa Luzia, cidade de Brusque/SC, CEP 88357-217. Objeto do Contrato: Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 071/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93.

Nova Trento, 14 de outubro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 087/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 028/2014 - Modalidade: Tomada de Preço Nº 003/2014; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA. - ME, CNPJ nº 00.853.660/0001-15, estabelecida na rua Dr. Heitor Blum, 373, Sala 03, Estreito - cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.075-110. Objeto do Contrato: Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 087/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93. Novo prazo de execução: 03/11/2014 a 01/03/2015.

Nova Trento, 03 de novembro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 088/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 028/2014 - Modalidade: Tomada de Preço Nº 003/2014; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: RINALDO MANOEL DA SILVEIRA, CPF 654.626.969-49, CREA Nº 031.576-7, estabelecido na rua Frederico Afonso, 4036 - cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP 88.200-000. Objeto do Contrato: Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato nº 088/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93. Novo prazo de execução: 14/10/2014 a 14/02/2015.

Nova Trento, 14 de outubro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### PORTARIA Nº 945/2014

PORTARIA Nº 945/2014

Credencia Servidor para Dirigir Veículo do Município.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e com fundamento na Lei nº 2.518 de 17 de dezembro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Credenciar o Servidor Eduardo Fabris da Silva, nomeado no cargo em Comissão de Diretor da Defesa Civil, matrícula 5556, para dirigir o veículo, placa MMA 1774, Caminhonete/AB/C, marca/modelo MMC/1200 - Triton 3.2 D, Ano de Fab.: 2013, Ano Mod.: 2013, Categoria: Oficial, Cor: Branca, quando em viagem a serviço da municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 04 de novembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 922/2014

PORTARIA Nº 922/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 861/2014, que Prorrogou a Admissão em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, EDILENE MICHELI BASSI, matrícula nº 6408, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Área IV), na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin, Município de Nova Trento, a contar de 24 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
27 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

**TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDILENE MICHELI BASSI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, nº 334, Bairro Velha, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 918.336.559-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Área IV), na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 24 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pela Secretária Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Edilene Micheli Bassi

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 923/2014**

PORTARIA Nº 923/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Outubro/2014, à Servidora Pública Municipal ADRIANA BORRALHO GONÇALVES SANTOS, matrícula nº 80, ocupante do cargo de Nutricionista, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 18/06/2013 a 17/06/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 28 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 28 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 926/2014**

PORTARIA Nº 926/ 2014

Prorroga Portarias

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR as Portarias de Designações dos Servidores, ocupantes dos cargos de Assistente Administrativo, Atendente de Creche, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista de Transporte Escolar, Nutricionista e Psicólogo, atuantes na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 28 de outubro de 2014 a 25 de abril de 2015, podendo ser rescindido antes do prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, previsto pela Cláusula Primeira, do TAC firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014, conforme especificações do quadro abaixo:

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 28 de outubro 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria, em 28 de outubro 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 928/2014**

PORTARIA Nº 928/ 2014

Prorroga Admissão

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 271/2014 "B", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, LUANA DARÓS, matrícula nº 6120, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Pré Escolar), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 28 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
28 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 28 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUANA DARÓS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Santo Inácio, nº 255, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 065.848.119-30, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Pré Escolar), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.019,46 (hum mil e dezenove reais e quarenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 28 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação

e Esportes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 28 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Luana Darós  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 28 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 929/2014

PORTARIA Nº 929/ 2014  
Prorroga Admissão

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 271/2014 "A", que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, EDILENE MICHELI BASSI, matrícula nº 6087, para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, 20 (vinte) horas semanais (Educação Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 28 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
28 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 28 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

#### TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDILENE MICHELI BASSI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, nº 334, Bairro Velha, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 918.336.559-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, 20 (vinte) horas semanais (Educação Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 854,01 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 28 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.



**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 28 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Edilene Micheli Bassi

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato,  
em 28 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 932/2014**

PORTARIA Nº 932/ 2014  
Concede Licença Maternidade

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 94, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal ROSILENE MELO KAIPPER, matrícula nº 5035, ocupante do cargo de Diretor Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola E. F. Padre José da Poain - Salto, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de outubro de 2014 a 25 de fevereiro de 2015, conforme atestado médico datado de 29/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 29 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 936/2014**

PORTARIA Nº 936/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 480/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, BENTO MARCHIORI, matrícula nº 6371, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 03 de novembro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor BENTO MARCHIORI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Florianópolis, nº 790, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 245.933.119-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Bento Marchiori

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 937/2014**

PORTARIA Nº 937/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 478/2014, que Admitiu em caráter Temporário, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, FERMINO INÁCIO FUMAGALLI, matrícula nº 6369, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 03 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor FERMINO INÁCIO FUMAGALLI, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Beco dos Marcollas, nº 471, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 351.108.999-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40

(quarenta) horas semanais, atuante na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e terminos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Fermino Inacio Fumagalli

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de novembro

de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 938/2014**

PORTARIA Nº 938/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 479/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 072/2014, MARIA BERNARDETE FUMAGALLI, matricula nº 6370, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha Claraíba, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,

em 03 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA BERNARDETE FUMAGALLI, brasileira, casada, residente e domiciliada no Beco dos Marcollas, nº 471, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 057.438.619-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha Claraíba, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de novembro de 2014 a 29 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Maria Bernardete Fumagalli

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 939/2014**

PORTARIA Nº 939/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 296/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, JUCIANE SILVANO ZANDONAI, matrícula nº 6187, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 01 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014 (Desdobramento de Turma).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JUCIANE SILVANO ZANDONAI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Luiz Zandonai, nº 160, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 740.303.109-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO

POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.019,46 (hum mil e dezenove reais e quarenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Juciane Silvano Zandonai  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:  
Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 940/2014

PORTARIA Nº 940/ 2014

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, ROSILDA MARIA DALRI MERIZIO, matrícula nº 5964, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### PORTARIA Nº 941/2014

PORTARIA Nº 941/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 309/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 05/2014, de 07/03/2014, convocado conforme Decreto nº 070/2014, MARCIO RODRIGO REUTER, matrícula nº 6200, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no laboratório de informática (Ensino Fundamental), na Escola de Educação Fundamental Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 01 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
03 de novembro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MARCIO RODRIGO REUTER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na EST Geral de Aguti, Distrito de Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 086.226.159-79, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**  
Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**  
O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no laboratório de informática (Ensino Fundamental), na Escola de Educação Fundamental Aguti, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**  
O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.466,09 (hum mil quatrocentos e sessenta e seis reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**  
Este contrato é firmado pelo período de 01 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**  
Este contrato poderá ser rescindido:  
I - por acordo entre as partes;  
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;  
III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;  
V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na

lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**  
As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**  
O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**  
O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**  
Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de novembro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Marcio Rodrigo Reuter  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**  
Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 943/2014**

PORTARIA Nº 946/ 2014  
Dispõe Sobre Nomeação de Cargo Comissionado

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**  
NOMEAR a Servidora Pública Municipal, ROSILDA MARIA DALRI MERIZIO, matrícula 6490, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola E. F. Padre José da Poain - Salto, do Quadro de Servidores Comissionado deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de novembro de 2014 a 25 de fevereiro de 2015, em substituição a titular Rosilene Melo Kaipper, afastada conforme a Portaria nº 932/2014 (Licença Maternidade).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de novembro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 946/2014**

PORTARIA Nº 946/ 2014  
Dispõe Sobre Nomeação de Cargo Comissionado

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

NOMEAR a Servidora Pública Municipal, ROSILDA MARIA DALRI MERIZIO, matrícula 6490, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola E. F. Padre José da Poain - Salto, do Quadro de Servidores Comissionado deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de novembro de 2014 a 25 de fevereiro de 2015, em substituição a titular Rosilene Melo Kaipper, afastada conforme a Portaria nº 932/2014 (Licença Maternidade).

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
04 de novembro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## Novo Horizonte

**PREFEITURA****EXTRATO TA 003 AO CA Nº 026/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº ..... : 003 ao Contrato Administrativo Nº: 026/2013  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA  
Valor ..... : 1.562,50 (um mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2013  
Recursos ..... : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (39) Saldo: 14.098,73  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento do quantitativo do item 02 em 31.250 (trinta e um duzentos cinquenta) cópias para a prestação de serviços de impressão, c/ fornecimento de Impressoras c/ tecnologia de impressão a laser e manutenção relativa aos mesmos - Contrato Administrativo Nº 026 de 05 de Março de 2013, do Processo Licitatório Nº 025/2013 - Convite Nº 007/2013.

Novo Horizonte/SC, 03 de Novembro de 2014



# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 2937/2014.**

PORTARIA Nº. 2937/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO LEANDRO BORGES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2938/2014.**

PORTARIA Nº. 2938/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANDREIA VOGT MELLO DE LIMA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2939/2014.**

PORTARIA Nº. 2939/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO INEZ TEREZINHA GUARNIERI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2940/2014.**

PORTARIA Nº. 2940/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO CATIUSCIA ALVES REYNAUD, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2941/2014.**

PORTARIA Nº. 2941/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LISANDRA MELLO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta

por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/08/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2942/2014.**

PORTARIA Nº. 2942/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA DA GRAÇA SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Suelen Bianchin, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2943/2014.**

PORTARIA Nº. 2943/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR CRISTIANE LOURDES DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem

de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Denise de Souza, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2944/2014.**

PORTARIA Nº. 2944/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA MARTINS DE LIMA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade,, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/08/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2945/2014.**

PORTARIA Nº. 2945/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR CLAUDIA TELES DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração



Direta desta Prefeitura, no período de 07/08/2014 a 26/11/2014, face ao impedimento da titular Saionara Maria Seibert, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2946/2014.**

PORTARIA Nº. 2946/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA IVETE DE SOUZA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 29/08/2014 a 28/09/2014, face ao impedimento da titular Margarete Paulina Maria S. Neto, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2947/2014.**

PORTARIA Nº. 2947/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR NATANAEL BURIGO COELHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/08/2014 a 20/09/2014, face ao impedimento da titular

Cleusa Oliveira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2948/2014.**

PORTARIA Nº. 2948/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR CRISTIANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Reunida Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/08/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2949/2014.**

PORTARIA Nº. 2949/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIANA LAMINN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Sandra C. Saibert, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **ERRATA 01 TOMADA DE PREÇOS 209-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE ERRATA 01  
TOMADA DE PREÇOS Nº 209/2014

O Município de Palhoça comunica que houve alterações no Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 209/2014, ficando apazado para o dia 26/11/2014 às 14:00 hs para sessão de abertura e abertura dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou no site palhoca.atende.net.

Palhoça, 04 de Novembro de 2014.  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

#### **PORTARIA Nº. 2950/2014.**

PORTARIA Nº. 2950/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR ELIANI MARQUES PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/09/2014 a 19/12/2014. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2951/2014.**

PORTARIA Nº. 2951/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR FERNANDA RAMOS GASPAR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Reunida Rincão, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/08/2014 a 12/11/2014, face ao impedimento da titular Edna Clarice V. Fernandes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 2952/2014.**

PORTARIA Nº. 2952/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR TALISNEIA SOUSA CANDIDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Reunida Rincão, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/08/2014 a 12/11/2014, face ao impedimento da titular Edna Clarice V. Fernandes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2953/2014.**

PORTARIA Nº. 2953/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SABRINA DE SOUZA MACHADO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vó Laura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Lucia Isolina da Silva, que se Aposentou.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2954/2014.**

PORTARIA Nº. 2954/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TERESINHA FERREIRA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/07/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Ivanilma G. S. Tinoco, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2955/2014.**

PORTARIA Nº. 2955/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SOLANGE ENEDINA SILVEIRA SOUSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Isolada Rincão, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Fernanda Julia dos Santos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2956/2014.**

PORTARIA Nº. 2956/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VIRGINIA SIMONE PIRES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Reunida Daniel Carlos Weingartner, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2014 a 14/09/2014, face ao impedimento da titular Juçara Silvério, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2957/2014.**

PORTARIA Nº. 2957/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALCILENE MARIA DA SILVEIRA BATISTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da GE Mara Luzia de Souza, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2958/2014.**

PORTARIA Nº. 2958/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FRANCIELI ANDRADE DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Valquíria T. Castro, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2959/2014.**

PORTARIA Nº. 2959/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2014 a 21/09/2014, face ao impedimento da titular Telis dos Santos Custodio, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2960/2014.**

PORTARIA Nº. 2960/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSANGELA LIBERATO FERNANDES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Eliete Nunes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2961/2014.**

PORTARIA Nº. 2961/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ZELY DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo Weingartner, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/08/2014 a 01/09/2014, face ao impedimento da titular Fernanda de Fátima Dias Velho, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 2962/2014.**

PORTARIA Nº. 2962/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA LUCIA BESERRA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Nova Esperança, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Daniela Rodrigues, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2963/2014.**

PORTARIA Nº. 2963/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO REGINA VIEIRA MARCELINO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Terezinha Maria Espindola Martins, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Andreia L. Macário, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2964/2014.**

PORTARIA Nº. 2964/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ELAINE GARCIA PAES, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2965/2014.**

PORTARIA Nº. 2965/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 0206 de 31 de janeiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SABRINA FRANCISCO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser até 21/09/2014, e não como consta na referida portaria, sendo que a servidora encontra-se em LG.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2966/2014.**

PORTARIA Nº. 2966/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR WILLIANN SCHVARTZ, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, bem como Processo Seletivo 002/FMP/2012, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Projeto Formação Matemática/IDEB, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/09/2014 à 14/12/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

PERCI DE FREITAS  
Diretor Executivo

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2967/2014.**

PORTARIA Nº. 2967/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIA CORREIA MARQUES DE MIRANDA MOREIRA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, bem como Processo Seletivo 002/FMP/2012, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Projeto Formação Língua Portuguesa/IDEB, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/09/2014 à 14/12/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

PERCI DE FREITAS  
Diretor Executivo

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2968/2014.**

PORTARIA Nº. 2968/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ESTER ANGELA LEAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 016/2014, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/09/2014 a 10/09/2015.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2969/2014.**

PORTARIA Nº. 2969/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALTHAIR ATHAIDE LEAL, matrícula nº. 128442-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2000 a 30/06/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/09/2014 à 15/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2970/2014.**

PORTARIA Nº. 2970/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCELO PEREIRA, matrícula nº. 500398-4, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/01/1998 a 28/01/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 10/09/2014 à 10/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral



**CÂMARA MUNICIPAL****PROJETO DE LEI Nº. 393/2014**

PROJETO DE LEI Nº. 393/2014.

DOAÇÃO. Autoriza receber por doação imóvel localizado no Passa Vinte, neste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação de Raulino Martinho Dias, um imóvel, localizado no Passa Vinte, neste Município, com as seguintes características: área de 221,50m² (duzentos e vinte e um metros e cinquenta centímetros quadras, com as seguintes medidas: frente para o leste medindo 4,37m; de um lado para o sul medindo 87,00m e do outro lado para o norte em 3 lances: 1º 21,65m, o 2º 24,38 e o 3º medindo 21,00, saindo da matrícula nº 17,832, fls 054 do livro 2 CU, conforme projeto em anexo, conforme memorial descritivo e planta topográfica em anexo.

Art. 2º O imóvel em questão é cortado pela Rua Arcendino dos Santos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 337/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 337/2014.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMDCA/FIA E O CONSELHO COMUNITÁRIO DA PONTE DE IMARUIM - CCPI.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o Conselho Comunitário da Ponte de Imaruim - CCPI, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 105/2014.

**PROJETO DE LEI Nº 408/2014**

PROJETO DE LEI Nº 408/2014.

EDUCAÇÃO. Cria o Centro de Educação Infantil Professora Inês Marta da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil para atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos, completados até 31 de março, integradas à Rede Municipal de Educação, na comunidade do Bela Vista, sob a denominação de "Centro de Educação Infantil Professora Inês Marta da Silva.

Art. 2º Ficam igualmente criadas 77 (setenta e sete) vagas, no Centro de Educação Infantil a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º As matrículas serão efetuadas no decorrer deste exercício.

Art. 4º A despesa de custeio de que trata esta lei corre por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

**PROJETO DE LEI Nº 409/2014**

PROJETO DE LEI Nº 409/2014.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83720631/0001-02, com sede na Rua Trinta e Um de Março, s/nº, CEP 88130-350, bairro Ponte do Imaruim, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16.247,00 (dezesseis mil duzentos e quarenta e sete reais) com o objetivo de manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto ADOLESCER, visando oferecer um Espaço de Referência para os Adolescentes na Comunidade, promovendo ações para uma Adolescência protegida e orientada. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação 659

Órgão 23 FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 001 FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Função 0008 Assistência Social

Subfunção 0243 Assistência à Criança e ao Adolescente  
Programa 0038 Proteção à infância e ao adolescente  
Ação 2077 Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento 3335000000000000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativo  
Vínculo 030003000 Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2014.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

### **PROJETO DE LEI Nº 410/2014**

PROJETO DE LEI Nº 410/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Altera o Anexo (croqui) da Lei Municipal 1.932, de 22 de setembro de 2004.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo (croqui) da Lei Municipal nº 1.932, de 22 de setembro de 2004 que denomina a Servidão Campos, via pública situada no bairro Aririú, neste Município.

Art. 2º O Anexo (croqui) da Lei Municipal nº 1.932, de 22 de setembro de 2004 deverá observar o traçado constante no Anexo Único (croqui) que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2014.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

### **PROJETO DE LEI Nº 425/2014.**

PROJETO DE LEI Nº 425/2014.

CONVÊNIO. APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.398.966/0001-28, com sede na Rua Manoel Cantalicio Vidal, S/N, CEP 88131-110, bairro Centro Palhoça, Palhoça/SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 15.000,00

conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

### **PROJETO DE LEI Nº 426/2014.**

PROJETO DE LEI Nº 426/2014.

CONVÊNIO. Associação Pró-Brejarú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO PRÓ-BREJARU, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 07.104.903/0001-61, com sede na Rua Pascoal Mazili, nº 10, Bairro Brejaru/ Palhoça/SC, CEP 88.133-600, no valor de R\$ 13.453,50 (treze mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$13.453,50 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

**PROJETO DE LEI Nº 427/2014**

PROJETO DE LEI Nº 427/2014.

CONVÊNIO. CERENE - Centro de Recuperação Nova Esperança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o CERENE - Centro de Recuperação Nova Esperança, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79.372.108/0002-46, com sede na Rua Verde Vale, 600, CEP 88138-247, bairro Praia de Fora, Palhoça/SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

**PROJETO DE LEI Nº 428/2014.**

PROJETO DE LEI Nº 428/2014.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Alto Aririu.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Alto Aririu, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 76.276.591/0001-96, com sede na Rua Cesar René Wagner, S/N, CEP 88135-720, bairro Alto Aririu, Palhoça/SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

**PROJETO DE LEI Nº 429/2014.**

PROJETO DE LEI Nº 429/2014.

CONVÊNIO. Fundação Fé e Alegria do Brasil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 46.250.411/0008-02, com sede na Rua Américo Vespúcio, 350, CEP 88134-420, bairro - Barra do Aririu, Palhoça/SC, no valor de R\$ 14.950,80 (catorze mil novecentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 14.950,80 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

**PROJETO DE LEI Nº 430/2014**

PROJETO DE LEI Nº 430/2014.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririu da Formiga.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririu da Formiga, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79.524.625/0001-02, com sede na Rua Aurélio Maria Maia, 578, CEP 88134-770, bairro Aririu da Formiga, Palhoça/SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$15.000,00

conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferên-  
cia a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta  
dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

### **PROJETO DE LEI Nº 431/2014.**

PROJETO DE LEI Nº 431/2014.

CONVÊNIO. AEBAS- Associação Evangélica Beneficente de Assis-  
tência Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Ca-  
tarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara  
Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a  
firmar Convênio com a AEBAS- Associação Evangélica Beneficente  
de Assistência Social, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita  
no CNPJ/MF, sob o nº 83.932.608.0004-24 com sede na Rua Ricar-  
do Schlemper, S/N, CEP 88133-652, bairro Frei Damião, Palhoça/  
SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nes-  
ta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de  
Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 15.000,00  
conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferên-  
cia a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta  
dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

### **PROJETO DE LEI Nº 437/2014**

PROJETO DE LEI Nº 437/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. SERVIDÃO PEDRO ESTEVÃO FELISBI-  
NO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Ca-  
tarina.

Faço saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vere-  
adores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada SERVIDÃO PEDRO ESTEVÃO FELISBINO,  
com extensão de 218 metros de comprimento e 7 metros de lar-  
gura, com início na Rua: Pai Nosso (conhecida como rua 777). Via  
Pública localizada no Bairro Bela Vista, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata  
o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta  
lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta  
dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 64/2014**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 64/2014.

ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 145, de 18 de outubro de 2013,  
que dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos e Salários dos  
Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Ca-  
tarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara  
de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 8º da Lei Complementar nº 145,  
de 18 de outubro de 2013, os seguintes cargos:

Cargo	Nível de Escolaridade	Número de Vagas
Analista Legislativo – Especialidade Direito	Curso Superior em Direito e inscrição na OAB	01
Analista Legislativo – Especialidade Contador	Curso Superior em Ciências Contábeis e inscrição no CRC	01

Art. 2º Fica acrescido ao Anexo I da Lei Complementar nº 145, de  
18 de outubro de 2013, os seguintes cargos e atribuições:

## ANEXO I

## CARGOS – ATRIBUIÇÕES – HABILITAÇÕES - VAGAS

## ATIVIDADE DE COMPLEXIDADE SUPERIOR

(ANS – ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR – curso superior completo e registro em entidade de classe)

CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE DIREITO - Desenvolver e executar atividades de nível superior, de execução qualificada, envolvendo consultas e elaboração de pareceres, prestar consultoria técnica às Comissões Técnicas deste Poder Legislativo, acerca de questões constitucionais, legais e regimentais atinentes ao processo e procedimentos legislativos, através da elaboração de pareceres, e demais atividades correlatas ao cargo, bem como àquelas delegadas pela Procuradoria Jurídica Legislativa e pela Presidência.

HABILITAÇÃO: Curso Superior em Direito e inscrição na OAB.

CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE CONTADOR - Desenvolver e executar atividades de nível superior, abrangendo serviços relativos à contabilidade financeira e patrimonial da Câmara, bem como a elaboração de balancetes, balanços, registros, demonstrações contábeis, orçamento fiscal, ordenar, por expressa delegação, as despesas sujeitas ao regime de prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado a fim de atender ao sistema de controle interno e externo da execução financeira e orçamentária Câmara Municipal de Palhoça; assessorar as Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, e demais atividades correlatas ao cargo, bem como àquelas delegadas pela Procuradoria Contábil e pela Presidência.

HABILITAÇÃO: Curso Superior em Ciências Contábeis e inscrição no CRC.

Art. 3º Fica acrescido ao Anexo II da Lei Complementar nº 145, de 18 de outubro de 2013, os seguintes cargos e vencimentos:

CARGOS	A	B	C	D	E	F	G
Analista Legislati- vo – Especialidade Direito	1.800,00	2.016,00	2.257,92	2.528,87	2.832,33	3.172,21	3.552,88
Analista Legislati- vo – Especialidade Contador	1.800,00	2.016,00	2.257,92	2.528,87	2.832,33	3.172,21	3.552,88

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

### SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 066/2014

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 066/2014.

Dispõe sobre a criação de função gratificada de responsabilidade técnica aos procuradores, ENGENHEIROS E ARQUITETOS LOTADOS NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E ACRESCENTA FUNÇÕES EXECUTIVAS DE CONFIANÇA AO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 149, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada a Função Gratificada de Responsabilidade Técnica, a ser exercida por todos os servidores efetivos da Administração Direta, investidos nos cargos de Procurador do Município, Engenheiro e Arquiteto.

§ 1º O valor mensal da Responsabilidade Técnica prevista no presente artigo será de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento nível B do cargo efetivo no qual o servidor é investido, que será pago a partir de 01 de janeiro de 2015.

§ 2º A partir de 01 de janeiro de 2016 o valor mensal da Responsabilidade Técnica prevista no caput do presente artigo será de 100 % (cem por cento) sobre o vencimento nível B do cargo efetivo no qual o servidor é investido.

§3º A Responsabilidade Técnica mencionada no presente artigo, será automaticamente incorporada ao cargo na qual o servidor é investido para todos os fins e efeitos legais, podendo inclusive ser cumulada com função gratificada, cargo em comissão ou produtividade.

Art. 2º Fica acrescido ao Anexo IV, da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, nove (09) Funções Executivas de Confiança, vinculadas à Secretaria Municipal de Finanças, Código FEC I, no valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) cada uma.

Parágrafo Único. A Função Executiva de que trata o caput deste artigo deverá ser ocupada por servidor de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.



Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, estando revogadas, no que couberem eventuais disposições contrárias.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

### PROJETO DE LEI Nº 417/2014

PROJETO DE LEI Nº 417/2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Associação Esportiva Recreativa e Cultural trail os Biriteiros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL TRAIL OS BIRITEIROS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.076.479/0001-29, localizada na Rua Treze de Maio, 138, Brejarú, Palhoça/SC, CEP 88.133-650 .

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

### AQUISIÇÃO DE 09 (NOVE) APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO MINI SPLIT 9000 BTUS CICLO QUENTE E FRIO, AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO MINI SPLIT 12000 E INSTALAÇÃO COMPLETA INCLUINDO CAPAS E ACABAMENTO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E GABINETES DA CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 20/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

#### OBJETO:

AQUISIÇÃO DE 09 (NOVE) APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO MINI SPLIT 9000 BTUS CICLO QUENTE E FRIO, AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO MINI SPLIT 12000 E INSTALAÇÃO COMPLETA, INCLUINDO CAPAS E ACABAMENTO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E GABINETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

TIPO: LOTE ÚNICO - MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DA SESSÃO: 18/11/14 HORA: 09:00

LOCAL: COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - RUA JOCI JOSÉ MARTINS, Nº 101- PAGANI - PALHOÇA/SC

CREDENCIAMENTO: 18/11/2014

HORÁRIO: 09h00

LOCAL: COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - RUA JOCI JOSÉ MARTINS, Nº 101- PAGANI - PALHOÇA/SC

ABERTURA DA SESSÃO DE PREGÃO COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES "PROPOSTA" Nº 1 E "HABILITAÇÃO" Nº 2, NA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - RUA JOCI JOSÉ MARTINS, Nº 101- PAGANI - PALHOÇA/SC, MEDIANTE PROTOCOLO.

Dia: 18/11/2014 Hora: 09:00h

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS, NO MÍNIMO.

A Câmara Municipal de Palhoça - CMP, CNPJ nº 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins nº 101, Pagani - Palhoça - SC, CEP 88132-282, através de sua Coordenadoria de Licitações torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL/MENOR LANCE, para aquisição do objeto especificado neste Edital e em seus anexos.

#### FUNDAMENTO LEGAL:

- Lei nº 10.520 de 17/07/2002;
- Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, que regulamentam o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988;
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Subsidiariamente o Decreto Federal 3931/2001 alterado pelo Decreto 3.432/2002 e,

Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo que impossibilite a realização da Sessão Pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora acima citados.

#### 1- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão à conta dos itens orçamentários 3.3.90.39.25 (serviço de instalação de máquinas, equipamentos e afins) e 4.4.90.52.34 (máquinas, utensílios e equipamentos diversos), do Orçamento da CMP.

#### 2. DA RETIRADA DO EDITAL

2.1. A retirada do Edital poderá ser feita na Coordenadoria de Licitações da CMP, localizada na RUA JOCI JOSÉ MARTINS, Nº 101- PAGANI - PALHOÇA/SC, telefones: (48) 32421501, no horário de expediente compreendido entre 8 e 18h e no sítio eletrônico da CMP ([www.compras@cmp.sc.gov.br](http://www.compras@cmp.sc.gov.br)).

2.2. Os esclarecimentos e informações às LICITANTES sobre o Edital serão prestados pela Coordenadoria de Licitações, na RUA JOCI JOSÉ MARTINS, Nº 101- PAGANI - PALHOÇA/SC, telefones: (48) 32421501, no horário de expediente compreendido entre 8 e 18h e no sítio eletrônico da CMP ([www.compras@cmp.sc.gov.br](http://www.compras@cmp.sc.gov.br)).

#### 3. DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição DE 15 (QUINZE) APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO MINI SPLIT 9000 BTUS/H E 12000 BTUS/H ciclo quente e frio, e instalação completa incluindo capas e acabamento em diversos setores da CMP, conforme descrição e especificações constantes no ANEXO I do presente Edital.

#### 4. DOS ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL



		Descrição do Objeto (Termo de Referência)
Anexo	I	Planilha contendo o preço unitário médio que a CMP se propõe a pagar
Anexo	II	Modelo de Proposta Comercial
Anexo	III	Modelo Termo de Credenciamento
Anexo	IV	Modelo de Declaração (inexistência de fato impeditivo de habilitação)
Anexo	V	Modelo de Declaração que atenda o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666.
Anexo	VI	Modelo de Declaração de Regularidade Fiscal
Anexo	VII	Modelo de Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte
Anexo	VIII	Minuta do Contrato
Anexo	IX	ATESTADO DE VISTORIA
Anexo	X	

## 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderá participar da presente licitação qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital;

5.2. Não será admitida a participação de:

5.2.1. Empresas em consórcio;

5.2.2. Empresas concordatárias ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

5.2.3. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o Poder Público;

5.2.4. Cooperativas de trabalho;

5.2.5. Empresas que incorrerem em outros impedimentos previstos em lei;

5.3. A participação neste Pregão importa para a licitante a aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto aos recursos.

## 6. DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. As interessadas deverão apresentar no ato da abertura da Sessão Pública do Pregão Presencial, na Coordenadoria de Licitações, na Rua Joci José Martins nº 101, Pagani - Palhoça - SC, CEP 88132-282, MEDIANTE PROTOCOLO, dois envelopes lacrados em cuja parte externa deverá constar:

- ENVELOPE PROPOSTA (ENVELOPE Nº 1)  
CMP/COORDENADORIA DE LICITAÇÕES  
- PREGÃO CL Nº /2014  
- NOME DA LICITANTE:  
- NÚMERO DO CNPJ:  
- DATA E HORA DA ABERTURA:

- ENVELOPE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)  
CMP/COORDENADORIA DE LICITAÇÕES  
- PREGÃO CL Nº /2014  
- NOME DA LICITANTE:  
- NÚMERO DO CNPJ:  
- DATA E HORA DA ABERTURA:

6.2. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, assim considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, que será comprovado por meio do protocolo da CMP.

## 7. DA REPRESENTAÇÃO LEGAL DA LICITANTE (CREDENCIAMENTO)

7.1. O representante da licitante deverá comprovar na Sessão Pública do Pregão Presencial a existência dos necessários poderes para a formulação de proposta/lance e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme modelo ANEXO IV (art. 4º, inciso VI, da Lei nº 10.520/02).

7.2. Se a licitante se fizer representar pelo seu sócio, deverá este apresentar documento que comprove tal condição por meio do

Contrato Social.

7.3. NO ATO DE CREDENCIAMENTO o representante da licitante deverá identificar-se mediante a apresentação de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento, acompanhado do Contrato Social da empresa.

7.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante, salvo quando participar de lotes distintos, que não caracterize concorrência entre as proponentes.

7.5. Somente poderá participar da fase de lances verbais e demais atos relativos a este Pregão o representante da licitante que estiver devidamente credenciado, tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular deve estar com firma reconhecida em cartório, que comprove os poderes do mandante para a outorga em nome da empresa representada.

7.6. O credenciamento far-se-á por meio do termo próprio de credenciamento, na forma do ANEXO IV deste Edital, devendo ser apresentado em separado, ou seja, fora dos envelopes de proposta ou de habilitação, no qual devem estar expressos os poderes do subscritor credenciado.

7.7. No momento do credenciamento, por intermédio de seus representantes legais, as licitantes deverão declarar que estão em situação regular perante as FAZENDAS NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E A SEGURIDADE SOCIAL (INSS E FGTS), bem como atendem às exigências do Edital quanto à habilitação na forma do modelo ANEXO VII, respeitadas as prerrogativas concedidas através da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte (art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/02).

7.8. APRESENTAR DECLARAÇÃO, NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, confirmando a condição de micro ou pequena empresa, se for o caso, conforme modelo constante do ANEXO VIII (art. 11 do Decreto Federal 6.204/2007).

7.9. As declarações anteriormente referidas DEVERÃO ESTAR SEPARADAS dos demais documentos, não devendo ser inseridas nos envelopes de proposta ou de habilitação.

## 8. DA PROPOSTA

8.1. A PROPOSTA COMERCIAL contida no ENVELOPE Nº 1 devidamente fechado, deverá ser emitida em uma via, podendo o modelo do ANEXO III ser utilizado pela licitante ou ser a mesma apresentada na forma e requisitos a seguir indicados:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, preferencialmente emitida por computador ou datilografada, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável junto à empresa;

8.1.2. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente; o mesmo da Nota Fiscal;

8.1.3. Descrição detalhada do objeto a ser fornecido de acordo com as especificações constantes do presente Edital, com indicação da respectiva marca, valor unitário e o valor TOTAL de cada item, bem como o valor total do lote, consignando o preço unitário de todos os seus itens, em moeda corrente nacional, em algarismos - duas casas decimais após a vírgula e também por extenso;  
8.1.3.1. O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computadas todas as despesas, incluindo mão de obra para a instalação, seguro, peças, os equipamentos necessários à realização dos serviços e os impostos que incidam sobre o Contrato, as quais (despesas) ficarão a cargo da licitante vencedora.

8.1.4. Indicar o nome do Banco, número da agência e número da conta bancária através da qual deverá ser processado o pagamento.

8.2. Em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso serão levados em consideração os últimos.

8.3. Oferecer garantia de no mínimo um ano para os serviços, equipamentos e materiais, conforme mencionado no item 10.1.

8.4. A licitante DEVE JUNTAR NO ENVELOPE DE PROPOSTA, OBRIGATORIAMENTE, DECLARAÇÃO DE VISTORIA FORNECIDA PELA COORDENADORIA DE LICITAÇÃO DA CMP, COMPROVANDO QUE COMPARECEU NO LOCAL DAS RESPECTIVAS INSTALAÇÕES,

CONFERIU OS TRABALHOS A SEREM REALIZADOS PARA A INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (APARELHOS DE AR-CONDICIONADO) E RECEBEU AS DEMAIS INFORMAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO, (art. 30, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

8.4.1. A Declaração de Vistoria descrita no item 8.4 deverá ser obtida na Coordenadoria de Licitação localizada na sede da CMP, na Rua Joci José Martins nº 101, Pagani - Palhoça - SC, até o dia 14/11/2014, às 18h.

8.5. Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas que comprometam a legalidade do certame serão resolvidos pelo Pregoeiro.

8.6. Preferencialmente e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, sugerimos às licitantes que apresentem suas propostas nos moldes do ANEXO III.

8.7. Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta.

8.8. A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias a contar da data da abertura da licitação.

8.9. Observação: A Câmara Municipal de Palhoça exigirá, quando aplicável, o desconto correspondente ao imposto dispensado a título de isenção na operação interna, observado o art. 1º, inciso XI, do Anexo II do Regulamento do ICMS.

8.10. As empresas que efetuam vendas de materiais ou serviços ao Poder Público, ficam obrigadas a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A.

8.11. Os preços deverão ser cotados em reais e serão irrevogáveis.

8.12. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

#### 9. PRAZO E ENTREGA DO OBJETO

9.1. A CMP, convocará a licitante vencedora para assinar/retirar a autorização de fornecimento (ou o termo de contrato ou o instrumento que o substitua) no prazo de dois dias, permitindo-se a prorrogação por igual período desde que solicitada, devidamente justificada pela licitante e aceita a justificativa pela CMP. Referida convocação será feita por meio de notificação, preferencialmente via e-mail, via correio ou através fac-símile.

9.2. Caso a licitante vencedora se recuse a retirar a autorização de fornecimento (ou o termo de contrato ou o instrumento que o substitua) no prazo estabelecido, ou o fizer fora das especificações e ou condições pré-determinadas, a CMP poderá adjudicar o objeto às licitantes remanescentes na forma da lei, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente.

9.3. O prazo para a entrega e instalação do objeto da presente licitação é de até 03 (três) dias úteis para os dois aparelhos de 12.000 btu/h e 15 (quinze) dias úteis para os aparelhos de 9.000 btu/h, contados da expedição da Autorização de Fornecimento (ou o termo de contrato ou instrumento que o substitua), mediante prévio contato com a direção da Coordenadoria de Licitações pelo fone (048) 32421501.

9.4. A execução dos serviços deverá ser realizada por pessoal técnico-especializado, treinado e capacitado para tal, os quais deverão estar devidamente uniformizados e identificados, sendo que a instalação dos equipamentos dar-se-á às expensas da licitante vencedora, à qual incumbe, ainda, todas as despesas decorrentes de fornecimento dos materiais necessários para a conclusão do objeto da licitação.

9.5. Antes da instalação dos aparelhos de ar condicionado, a licitante vencedora deverá comprovar, através de atestado de responsabilidade técnica (ART) e CREA-SC, que os seus profissionais executaram serviços com características semelhantes às do objeto da presente licitação, sob pena de cancelamento do contrato e convocação da segunda licitante para o pleno atendimento.

9.6. A licitante vencedora providenciará a efetiva execução dos serviços com os devidos materiais requisitados, respeitando e obedecendo todas as normas de segurança de trabalho, com acompanhamento do setor de informática da CMP, que efetivarão os testes finais de aceitação para que possa ser lavrado a Autorização de Fornecimento.

9.6.1. A licitante vencedora fica responsável pela retirada de todo o material que for considerado como entulho pela CMP, proveniente do serviço realizado.

9.7. A fiscalização dos serviços será feita pelo setor de informática que fará anotação em ficha própria das faltas e defeitos ocorridos, se houver, que deverão ser sanados pela licitante vencedora, devendo esta proceder às correções e substituição dos equipamentos, serviços e materiais solicitados pela CMP.

9.8. O objeto será recusado nos seguintes casos:

9.8.1. Se entregue com as especificações técnicas diferentes das contidas na proposta da licitante vencedora e do Edital;

9.8.2. Se apresentar mais de quatro defeitos durante os testes.

9.9. A licitante contratada terá o prazo de 72 horas para providenciar a substituição do equipamento/serviço recusado a partir da comunicação feita pela CMP.

9.10. O recebimento provisório dar-se-á mediante termo circunstanciado e o recebimento definitivo será efetuado no prazo de até quinze dias, mediante termo de aceitação, ambos elaborados pela Comissão de Licitação.

9.11. A entrega pura e simples não caracteriza recebimento, mesmo que atestado junto ao documento fiscal.

9.12. Todo dano causado à CMP ou a terceiros pela licitante vencedora, mesmo que em área que não seja objeto desse Edital, será de sua responsabilidade.

9.13. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o equipamento, material e ou serviço que for recusado por defeito ou que estiverem em desacordo com o disposto neste Edital e seus Anexos.

#### 10. GARANTIA E FUNCIONAMENTO

10.1. A garantia deve ser de no mínimo um ano para os aparelhos de ar-condicionado e também para a mão de obra empregada (devendo prevalecer a garantia do fabricante se for maior), cujo prazo será contado do recebimento definitivo do objeto e de acordo com as demais condições previstas neste Edital.

10.2. Durante o prazo de garantia a licitante contratada prestará serviços de assistência técnica aos equipamentos/materiais através de manutenção corretiva, sem ônus para a CMP.

10.3. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos e materiais em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para o equipamento/material.

10.4. A manutenção corretiva será realizada em dias úteis no horário compreendido entre 07:00 e 19 horas, mediante requisição da CMP.

10.5. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de três horas, contadas a partir da solicitação efetuada pela CMP, sob pena de multa.

10.6. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento/material.

10.7. O término do reparo dos equipamentos e dos materiais não poderá ultrapassar o prazo de 24 horas, contado a partir do início do atendimento.

10.7.1. Havendo necessidade de estender o prazo do reparo, a licitante substituirá o equipamento/material por um de sua propriedade, com características idênticas ou superiores ao objeto ofertado;

10.8. Entende-se por término de reparo do equipamento/material a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado.

#### 11. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1. Para fazerem jus às prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 123/06 a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP), além dos documentos citados no item HABILITAÇÃO, deverão apresentar certidão expedida pela

Junta Comercial ou pela Receita Federal, comprovando a sua condição de ME ou de EPP.

11.1.1. A certidão mencionada no item anterior DEVERÁ SER INSERIDA NO ENVELOPE Nº 2 HABILITAÇÃO.

11.2. As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) para fazerem jus às prerrogativas que lhes são outorgadas pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar declaração, NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, confirmando essa condição, conforme modelo constante do ANEXO VIII (art. 11 do Decreto Federal 6.204/2007).

11.2.1. A declaração anteriormente referida DEVERÁ ESTAR SEPARADA dos demais documentos, NÃO DEVENDO SER INSERIDA NOS ENVELOPES DE PROPOSTA OU DE HABILITAÇÃO.

11.3. Será interpretada como renúncia ao direito de preferência a falta de cumprimento do requisito descrito no item anterior.

11.4. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas neste Edital.

11.5. Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, art. 45, § 3º, após a classificação final dos preços propostos, COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE (EMPATE FICTO), será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

11.5.1. O empate anteriormente mencionado será verificado nas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa ou empresa de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores às propostas melhor classificadas em cada lote/item, ocasiões nas quais, proceder-se-á da forma prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06:

11.5.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada no lote SERÁ CONVOCADA, NO PRAZO DE ATÉ CINCO MINUTOS após o encerramento dos lances, para apresentar, sob pena de preclusão, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 45, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

11.5.1.2 não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito, as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida como EMPATE (art. 45, II, da Lei Complementar nº 123/06).

11.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria Sessão Pública, após verificação da documentação de habilitação (art. 45, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06).

11.7 As microempresas e empresas de pequeno porte DEVERÃO APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA FINS DE HABILITAÇÃO, ainda que apresente alguma restrição, SOB PENA DE INABILITAÇÃO (art. 43 da Lei Complementar nº 123/06).

11.8. As microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem documentação de regularidade fiscal com restrição, DEVERÃO SUPRIR ESTA DEFICIÊNCIA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CERTIDÕES REGULARIZADAS no prazo de até dois dias úteis, que poderá ser prorrogado por igual período a critério da CMP.

11.8.1. A contagem desse prazo inicia-se A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE VENCEDOR DO CERTAME (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06).

## 12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

12.1. O processo de julgamento das propostas será efetuado pelo menor preço/menor lance pelo lote global. Será classificada pelo Pregoeiro para a etapa de lances a licitante que apresentar proposta com menor preço e as demais licitantes que apresentarem propostas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela de menor preço.

12.1.1. Entenda-se por lote a proposta que consignar todos os

itens listados no lote.

12.2. Caso não resultem no mínimo três propostas escritas nas condições do item ANTERIOR, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três.

12.3. Em seguida será dado início à etapa de apresentação de lances verbais por item, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.4. O Pregoeiro convidará, individualmente e de forma sequencial, as licitantes classificadas para apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço por lote, e as demais, em ordem decrescente de valor.

12.5. A desistência em apresentar lance, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais, ficando mantido o último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

12.6. Caso não se realizem lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

12.7. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando convocadas pelo Pregoeiro as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

12.8. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, sendo observado, para efeitos da Lei Complementar nº 123/06, o disposto no item 10 deste Edital, intitulado "PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE".

12.9. Sendo considerada aceitável a proposta da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO.

12.10. Constatada a conformidade da documentação com as exigências do Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

12.11. Preferencialmente e exclusivamente para agilizar o processo, as licitantes deverão portar documento eletrônico em formato "DOC", contendo logotipo, dados da empresa e especificações, para apresentação da nova proposta por escrito, desde que tenha promovido alteração de preços do objeto ofertado.

12.11.1. A licitante vencedora poderá utilizar recursos tecnológicos diversos para apresentação do documento eletrônico (e-mail, pen drive, CD, etc.), desde que se permita promover os ajustes necessários à nova proposta.

12.11.2. Caso não haja possibilidade de alteração da nova proposta originada do documento eletrônico, dar-se-á o prazo de até dois dias para apresentação da nova proposta por escrito, sob pena de desclassificação.

12.12. Faculta-se ao representante legal presente suprir ausência de data ou rubrica/assinatura na proposta;

12.13. As propostas serão franqueadas aos credenciados para conferência e rubrica.

12.14. Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, a mesma será desclassificada e o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

12.15. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro poderá convocar todas as licitantes para, no prazo de até oito dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

12.16. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora objetivando obter melhor preço.

12.17. Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, excepcionalmente, o Pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto ou da documentação apresentada.

12.18. A ausência da licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.



12.20. A Ata deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todas às licitantes presentes.

### 13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

13.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade fiscal e trabalhista;
- c) Qualificação econômica e financeira;
- d) Qualificação técnica;
- e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.2 - A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

13.2.1 - Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

13.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

13.2.3 - Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

13.2.4 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; e

13.2.5 - Em caso a habilitação jurídica for apresentada no credenciamento, não necessita a apresentação na habilitação.

13.3 - A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

13.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão conjunta quanto a débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 1.º do Decreto Federal 6.106/2007;

13.3.3 - Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

13.3.3.1 - Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal; e Municipal.

13.3.3.2 - Certidão negativa expedida pela Fazenda Municipal.

13.3.4 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

13.3.5 - Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida no § 3.º do art. 195 da Constituição Federal, com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.

13.3.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº .452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 - DOU de 08/07/2011.

13.4 - A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação do seguinte documento:

13.4.1 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.5 - A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

13.5.1 - Declaração de pleno conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços.

13.5.2 - Atestado de capacidade técnica, fornecida por empresa que esteja prestando serviços atualmente, de que desenvolve o serviço do objeto licitado.

13.5.3 - Registro ou inscrição do responsável técnico na entidade profissional competente.

13.5.4 - Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos") em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8.666/93.

13.5.5 - Visita técnica no local até a data marcada antes da abertura do edital, devidamente protocolada.

13.6 - Disposições gerais sobre habilitação:

13.6.1 - A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Palhoça, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.

13.6.2 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que apresente o Certificado de Registro Cadastral "CRC" em situação regular no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Palhoça. Exceto o documento solicitado no subitem 13.3.6 (Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº .452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 - DOU de 08/07/2011).

13.7 - A regulamentação a que se refere o subitem 13.6.2, poderá ser feita junto as Comissões de Licitação.

13.7.1 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.7.2 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

13.7.3 - Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

13.7.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

13.7.5 - Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

13.8 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte conforme estabelecida no artigo 43 caput e parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 6.204/07, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, poderão apresentar os documentos com restrição.

13.8 .1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.8.2 - A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitante remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

### NOTAS QUANTO À DOCUMENTAÇÃO

a) Quando o certificado (ou certidão) for emitido por sistema eletrônico, aceitar-se-á tanto em "original" quanto em "fotocópia", condicionada a aceitação, contudo, à conferência da autenticidade via "internet" ou junto ao órgão emissor.

b) Todos os documentos exigidos deverão estar dentro de seus prazos de validade.

c) Para o documento no qual não conste prazo de validade (vencimento) será considerado o prazo de 90 dias a contar da data da sua emissão.

d) Serão aceitos documentos em fotocópias desde que autenticados em cartório competente ou antes da abertura da Sessão Pública do Pregão Presencial. Para que as cópias sejam autenticadas antes da abertura da Sessão, deverão estar acompanhadas do documento original no envelope próprio (art. 32 da Lei nº 8.666/93).

e) Os documentos cuja autenticidade pode ser verificada através da internet estão dispensados da autenticação a que se refere à nota anterior.

f) Documento matriz/filial: Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante responsável pelo Contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo.

g) Os documentos de proposta e habilitação (envelopes nos 1 e 2) preferencialmente deverão ser encadernados.

h) A não regularização da documentação no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 implicará decadência do direito à contratação, podendo a CMP adjudicar fornecimento às licitantes remanescentes na forma da Lei, sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital.

#### 14. DA ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1. Após a declaração da vencedora, não se registrando a intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado àquela licitante e, posteriormente, submeterá o processo ao Presidente da CMP para homologação, respeitadas as regras do contrato (art. 4º da Lei 10.520/02).

14.2. Havendo a interposição de recurso, somente após o seu julgamento será o resultado da licitação submetido ao Presidente da CMP para os procedimentos de adjudicação e homologação (art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93).

14.3. A CMP não fica obrigada a firmar contratações com a licitante vencedora nem adquirir o bem licitado. Ao beneficiário do Pregão fica assegurada apenas a preferência de contratação, cujos objetos poderão ser adquiridos, independentemente de item, na sua totalidade ou parcialmente por item de acordo com as necessidades da CMP (art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93).

#### 15. PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado após o recebimento, conferência e aceite definitivo (Termo do Aceite Definitivo) dos equipamentos e dos serviços entregues através de crédito bancário na conta corrente informada pela licitante;

15.1.1. Referido pagamento será feito no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo que no primeiro mês o pagamento será proporcional a data da assinatura do contrato, obedecendo as condições deste Edital e as constantes da proposta vencedora, mediante ainda a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente e de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

15.2. Os preços são fixos e irredutíveis, exceto quando revistos por força de disposição legal, especialmente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei nº 8.666/93.

15.3. Ocorrendo atraso no pagamento fica assegurada a atualização do débito, conforme preconizado no artigo 117 da Constituição do Estado, aplicando-se critério idêntico ao exigido pelo Estado no recolhimento dos créditos tributários.

#### 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Se a LICITANTE for convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não firmar o Contrato, se deixar de entregar a documentação ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada do SICAF e de outros sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais

aplicáveis (art. 7º da Lei 10.520).

16.2. A CMP poderá aplicar à LICITANTE, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou Contrato resultante deste Pregão.

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa de 1% (um por cento) do valor da proposta para cada dia ou fração de atraso do fornecimento do objeto licitado;

16.2.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência do fornecimento ou execução;

16.2.4. Será considerada como desistência contratual o atraso injustificado superior a 10 dias do término do prazo de entrega do objeto contratado, assim como a suspensão dos serviços ou de fornecimento por igual período.

16.3. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, a LICITANTE ficará sujeita ainda às seguintes penalidades:

16.3.1. 10% (dez por cento) do valor do Contrato atualizado pela alocação de materiais em desconformidade com o especificado;

16.3.2. 1% (um por cento) ao dia do valor do Contrato atualizado pela não substituição do equipamento e serviços recusados pela Contratante, no prazo estipulado até o limite de 10% (dez por cento);

16.3.3. 10% (dez por cento) do valor do Contrato atualizado pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Edital, exceto nos casos previstos nos itens 19.2.2 e 19.3.2.

16.3.4. Sem prejuízo das sanções dispostas nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa injustificada por parte da licitante ou cuja justificativa não seja aceita pela Contratante em a mesma retirar a Ordem de Serviço/Autorização para o Fornecimento do Objeto/Nota de Empenho de Despesa/Contrato, será interpretada como ruptura e sujeitará a LICITANTE ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da requisição ou da adjudicação.

16.4. Havendo justificativa por parte da empresa (motivo de força maior ou comprovado impedimento), respectiva multa poderá deixar de ser aplicada, cuja justificativa poderá ou não ser aceita pela Administração.

16.5. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, não terão caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

16.6. As multas referidas neste Edital serão deduzidas pela CMP por ocasião do pagamento da nota fiscal/fatura respectiva, ou cobradas administrativa ou judicialmente.

#### 17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Depois de declarada a vencedora faculta-se a qualquer empresa licitante manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias consecutivos para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais empresas licitantes, desde logo, intimadas a apresentar, querendo, contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002).

17.2. A ausência de imediata e motivada intenção de recorrer na Sessão do Pregão importa a decadência desse direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro à vencedora (art. 4º, inciso XX, da Lei 10.520/2002).

17.3. Os autos do processo de licitação estarão com vista franqueada às interessadas na Coordenadoria de Licitações.

17.4. As razões e as contrarrazões dos recursos serão protocolizadas pelas empresas licitantes na Gerência de Protocolo no piso térreo do prédio da CMP.

17.5. Os recursos porventura interpostos serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da CMP por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão em cinco dias úteis ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo àquela autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão no mesmo

prazo que será contado do seu recebimento (art. 109, § 4º, Lei nº 8.666/93).

17.6. Os recursos terão efeito suspensivo apenas no tocante ao item objeto do mesmo.

17.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.8. Da aplicação das penalidades previstas no item 19 deste Edital caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da data da intimação (§ 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93).

17.9. Os resultados dos recursos serão divulgados mediante afixação no quadro de avisos da CMP e comunicado a todas as licitantes via fax e/ou e-mail.

#### 18. DAS RESPONSABILIDADES DA LICITANTE CONTRATADA

18.1. A licitante contratada ficará obrigada a entregar o objeto nas condições, no preço e no prazo estipulados na sua proposta.

18.2. A garantia deverá compreender a substituição global ou parcial dos equipamentos e dos serviços (adaptações/alterações), conforme o caso.

18.3. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ou indiretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação.

18.4. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a Contratada e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

#### 19. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO

19.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta (art. 49 da Lei nº 8.666/93).

19.2. Dar-se-á a anulação por ilegalidade de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado da Autoridade, ficando assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

19.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato (§ 1º do art. 49 da Lei nº 8.666/93).

#### 20. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

20.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital de Licitação, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes (artigo 41, § 1º, da Lei nº 8.666/93).

20.2. Decairá o direito de impugnar os termos do Edital a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes (art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93).

20.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

20.4. Eventuais impugnações deverão ser dirigidas à Coordenadoria de Licitações da CMP localizado na Rua Joci José Martins, nº 101, Residencial Pagani, Palhoça/ SC, CEP 88132-282.

#### 21. DAS CONDIÇÕES GERAIS

21.1. A CMP reserva-se o direito de promover diligência para verificação, esclarecimento e complementação de informações prestadas, obrigando-se a empresa licitante a pronunciar-se dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

21.2. A licitante CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

21.3. No interesse da Administração da CMP e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderão ser alteradas as condições do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º

do art. 21 da Lei nº 8.666/93 e, especialmente, adiada a abertura da licitação.

21.4. Caso excepcionalmente seja suspensa ou encerrada a Sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes, devidamente rubricados pelo pregoeiro e pelas licitantes, ficarão sob a guarda daquele, sendo exibidos às licitantes na reabertura da Sessão ou na nova Sessão previamente marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

21.5. Incumbe ao Pregoeiro zelar pela regularidade da Sessão, especialmente advertir e, se renitente o comportamento incompatível do representante ou qualquer outro presente, determinar seu afastamento do ambiente, implicando a perda do direito de oferecer lances, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

21.6. Para fins de cumprimento do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e dos artigos 3º, 16, 21 e 61, no seu parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, que se referem ao princípio da publicidade, disponibiliza-se aos interessados na página da CMP ([www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)), no link - "Licitação", as informações relacionadas com os processos licitatórios.

21.7. Os documentos e os envelopes que não forem abertos na Sessão de licitação e que não forem incluídos no processo ficarão à disposição das empresas licitantes por um período de trinta dias decorridos os prazos recursais, após os quais serão inutilizados pela CMP.

21.8. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, com alterações nela introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, da Lei Federal 10.520/02 e os demais diplomas legais aplicáveis, desde que não colidentes com as referidas leis. Subsidiariamente serão aplicados os princípios gerais de Direito e o Decreto Federal nº 3931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002.

Palhoça (SC), 04 de novembro de 2014.

Nirido Artur Luz

Presidente da CMP

ANEXO I

PREGÃO Nº ...../2014

#### TERMO DE REFERÊNCIA

A presente licitação tem como objeto a aquisição de 15 (quinze) aparelhos de ar condicionado tipo MINI SPLIT, ciclo quente e frio, e instalação completa com capas e acabamento em diversas repartições da CMP, incluindo acabamento, conforme descrição e especificações, a saber:



LOTE ÚNICO			
ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
01	SV	201	Mão de obra para instalação completa com capas e acabamento de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h e 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, retirada do ar de janela, instalação ponto de energia com tomada sobrepor, fixação da tampa acabamento ar janela e fixação da caixa fibra da condensadora externa .
02	UN	209	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, consumo "A" de energia, cor branca.
03	UN	006	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, compressor rotativo, consumo "A" de energia, cor branca.
04	UN	009	Capa externa para condicionador de ar Mini Split 9.000 BTU/h.
05	UN	006	Capa externa para condicionador de ar Mini Split 12.000 BTU/h.

**OBSERVAÇÕES:**

- a) O valor dos serviços deverá ser global, incluindo mão de obra, peças e equipamentos necessários à realização dos serviços.
- b) A CMP somente irá referenciar o ponto da rede elétrica (quadro de disjuntores) onde os equipamentos serão ligados, sendo de responsabilidade da licitante contratada entregar os equipamentos instalados e em perfeito estado de funcionamento.
- c) Todo dano causado a área da Câmara Municipal de Palhoça será de responsabilidade da empresa vencedora.
- d) Fornecimento e instalação dos condicionadores de ar no local previsto;
- e) A empresa deverá fixar as unidades condensadoras e evaporadoras (suportes, parafusos, etc.);
- f) A empresa deverá fazer a limpeza e teste de vazamentos com pressurização das linhas de cobre com nitrogênio;
- g) Toda interligação frigorígena entre as unidades evaporadoras e condensadoras - tubos de cobre e isolamento térmico em polietileno expandido blindado 10 metros, a instalação de sifão na linha frigorígena de sucção a cada 04 metros de desnível, bem como toda interligação elétrica entre as unidades evaporadoras e condensadoras (eletroduto corrugado e fiação elétrica flexível), deverão estar em perfeito estado de acabamento e funcionamento.
- h) A empresa deverá executar a complementação de gás refrigerante (R-22) 40 g/m linear conforme tabela do fabricante, bem como do óleo para o sistema de refrigeração conforme tabela do fabricante.
- i) A execução dos serviços deverá ser realizada por pessoal treinado e capacitado para tal, com supervisão de engenheiro responsável.
- j) A empresa deverá executar todos os drenos necessários para água, com ralo sanfonado junto às unidades evaporadoras.
- k) É de responsabilidade da licitante contratada todos os reparos de ordem civil, tais como recuperação de alvenaria, pintura, gesso, todos os acabamentos que forem necessários.
- l) Especificar o prazo de execução dos serviços;
- m) Conferir serviços e medidas no local;

n) As dúvidas técnicas serão esclarecidas pela Coordenadoria de Licitações da CMP, fone (48) 3242-1501;  
ANEXO II

PREGÃO Nº ...../2014

Planilha contendo o preço unitário médio para efeito de aquisição (art. 9º, inciso III, do Decreto nº 3.931/01)

1. O valor unitário médio estimado para aquisição dos itens é aquele que consta no demonstrativo abaixo:

LOTE ÚNICO				
ITEM	UNID	QDE	MATERIAL	VALOR MÉDIO PARA EFEITO DE AQUISIÇÃO
01	SV	201	Mão de obra para instalação completa com capas e acabamento de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h e 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, retirada do ar de janela, instalação ponto de energia com tomada sobrepor, fixação da tampa acabamento ar janela e fixação da caixa fibra da condensadora externa .	R\$ 7.500,00
02	UN	009	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, consumo "A" de energia, cor branca.	R\$ 13.320,00
03	UN	206	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, compressor rotativo, consumo "A" de energia, cor branca.	R\$ 9.090,00
04	UN	009	Capa externa para condicionador de ar MINI SPLIT 9.000 BTU/h	R\$ 4.500,00
05	UN	006	Capa externa para condicionador de ar MINI SPLIT 12.000 BTU/h	R\$ 3.000,00
			Valor total estimado para este processo e de:	R\$ 37.410,00

ANEXO III  
PREGÃO Nº ...../2014  
MODELO - PROPOSTA

NOME DA EMPRESA: .....  
ENDEREÇO: .....  
CIDADE: ..... CEP: .....  
ESTADO: .....  
FONE/FAX DA EMPRESA: .....  
FONE/FAX DO REPRESENTANTE: .....  
CNPJ Nº: .....  
BANCO: ..... AGÊNCIA: .....  
CONTA CORRENTE: .....  
EMAIL: .....

A presente proposta tem como objeto o fornecimento do item

abaixo discriminado, de acordo com as especificações constantes do Edital Licitatório de Pregão nº ...../2014, ANEXO I.

LOTE ÚNICO					
Item	QTD	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	201	Mão de obra para instalação completa com capas e acabamento de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h e 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, retirada do ar de janela, instalação ponto de energia com tomada sobrepor, fixação da tampa acabamento ar janela e fixação da caixa fibra da condensadora externa .			
02	209	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, consumo "A" de energia, cor branca.			
03	006	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, compressor rotativo, consumo "A" de energia, cor branca.			
04	009	Capa externa para condicionador de ar MINI SPLIT 9.000 BTU/h			
05	006	Capa externa para condicionador de ar MINI SPLIT 12.000 BTU/h			
TOTAL GERAL DO LOTE UNICO.					

- a) validade da proposta:  
b) prazo para entrega:  
c) concordo com todas as exigências do Edital:

Assinatura do Responsável e Carimbo da Empresa.  
LOCAL/DATA  
ANEXO IV

PREGÃO Nº ...../2014

#### MODELO - TERMO DE CREDENCIAMENTO

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

Por este instrumento credenciamos o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação acima referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Assinatura do Responsável.

LOCAL/DATA

NOTA: Documentos a serem apresentados:

- 1.Em caso de firma individual, o registro comercial;
- 2.Nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou Contrato social em vigor);
- 3.Em se tratando de pessoa física, a apresentação de cédula de identidade.

ANEXO V

PREGÃO Nº ...../2014

MODELO  
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO.

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistente fato impeditivo de sua habilitação no presente certame licitatório acima destacado, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura do Responsável e Carimbo da Empresa.

LOCAL/DATA  
ANEXO VI

PREGÃO Nº ...../2014

MODELO

DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ART 27 DA LEI Nº 8.666/93

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), com sede na \_\_\_\_\_ (endereço da empresa), CNPJ \_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 anos em qualquer trabalho exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Assinatura do Responsável e Carimbo da Empresa.

LOCAL/DATA  
ANEXO VII

PREGÃO Nº 000/2014

DECLARAÇÃO REGULARIDADE FISCAL  
(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), com sede na \_\_\_\_\_ (endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, licitante no certame acima destacado, promovido pela CMP, declara, por meio de seu representante legal infra-assinado, R.G. nº \_\_\_\_\_, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as exigências de habilitação constantes do Edital próprio.

Assinatura do Responsável.

LOCAL/DATA  
ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 000/2014

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

\_\_\_\_\_ (nome/razão social), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para todos os fins e efeitos legais, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Assinatura do Responsável e Carimbo da Empresa.

LOCAL/DATA  
ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº ...../2014

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2014

Pelo presente instrumento reuniram-se nesta data na sala de reuniões da Coordenadoria de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça as partes abaixo identificadas que ajustam estabelecer o presente contrato, cuja finalidade é a aquisição e instalação completa de equipamentos de ar-condicionado e sistema de drenagem, todos novos e de primeiro uso, mediante as cláusulas e condições que se seguem, com perfeita observância dos termos contidos no artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente, no Decreto Federal nº 3.931/2001 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº ...../2014, ÓRGÃO GERENCIADOR: Câmara Municipal de Palhoça -CMP, com sede na Rua Joci José Martins, nº 101, Residencial Pagani, Palhoça/SC, CEP 88132-282, fone/fax (48) 3242-1501, e-mail compras@

cmp.sc.gov.br, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado por seu Presidente Nirdo Artur Luz. CONTRATADA: XXXXX, endereço, CNPJ, neste ato representado por XXXXXXX

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O presente contrato tem por objeto a aquisição de 15 (quinze) aparelhos de ar condicionado tipo MINI SPLIT ciclo quente e frio, e instalação completa com acabamento em diversas repartições da CMP, através do Pregão firmado com a licitante supramencionada, devidamente quantificados e especificados no LOTE ÚNICO - Anexo I do Edital de Pregão Presencial 000/2014 e na proposta pela mesma apresentada, conforme segue:

	LOTE ÚNICO/ITEM X	MARCA	QTDE	VLR UNIT R\$	VLR. TOTAL R\$
01	Valor dos equipamentos				
02	Valor da mão de obra				
03	Valor das capas				
04	VALOR TOTAL				

1.2. O valor total do contrato é aquele que consta na proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, sendo R\$ XXXX de matérias/equipamentos e R\$ XXXX de mão de obra, perfazendo o valor global de R\$ XX.XXX,00 ( ..... ), fixo e irrevogável, inclusive todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza.

1.3. A existência dos preços registrados não obriga a CMP firmar as contratações que deles poderão advir, sendo que as aquisições, independentemente de item, obedecerão à conveniência e às necessidades da CMP, facultando-lhe a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Pregão preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE

2.1. O presente contrato terá vigência de no mínimo um ano para os aparelhos de ar-condicionado e também para a mão de obra empregada (devendo prevalecer a garantia do fabricante se for maior), cujo prazo será contado do recebimento definitivo do objeto e de acordo com as demais condições previstas neste Edital, contando a partir da data da sua assinatura, podendo ser aditada na forma da Lei.

2.1.1. Poderá excepcionalmente ser admitida a prorrogação da vigência do contrato, nos termos do § 2º do art. 4º do Decreto nº 3.931/2001, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

2.1.2. O presente contrato poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas, as quais serão procedidas mediante Termo Aditivo ou Apostila, que farão parte da mesma como se nela estivessem transcritos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DA RESPONSABILIDADE DA LICITATE REGISTRADA

3.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades

decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas.

3.1.1. Dentro do prazo de vigência do presente contrato, a CONTRATADA estará obrigada ao fornecimento do material e ou à prestação de serviços, obedecidas as condições do ANEXO I ou da requisição de fornecimento do Pedido de Compra (Autorização de Fornecimento), conforme previsão do Edital.

3.1.2. A CONTRATADA se obriga a manter durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital como condição para o fornecimento dos materiais/serviços, comprometendo-se a apresentar, devidamente atualizados, os seguintes comprovantes:

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Fornecedor, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto à Dívida Ativa - ou outras equivalentes na forma da Lei - expedidas em cada esfera de governo pelo órgão competente;
- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito;
- Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do CRS - Certificado de Regularidade de Situação, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- Certidão Negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (art. 29, inciso V, da Lei nº 8.666/93).
- Atestado de responsabilidade técnica (ART) do profissional da empresa
- Certidão de registro/visto Profissional junto ao CREA-SC.

3.1.3. Caso a CONTRATADA não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou documento equivalente (de requisição de fornecimento), serão convocadas as demais licitantes registradas para celebrá-lo, observada a ordem de classificação.

3.1.4. São de responsabilidade da empresa vencedora todos os reparos de ordem civil, tais como recuperação de alvenaria, pintura, gesso e todos os acabamentos que forem necessários.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

4.1. Este contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, admitindo-se a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

4.2. O preço lançado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado ou da elevação do custo dos materiais registrados.

4.3. Os preços lançados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do lance.

4.4. A CMP promoverá ampla pesquisa no mercado de forma a comprovar que os preços lançados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição e/ou publicação periódica no Site da CMP.

4.5. Quando o preço inicialmente lançado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a CMP convocará a CONTRATADA visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.6. Frustrada a negociação com a CONTRATADA, esta será liberado do compromisso assumido. Nesta hipótese a CMP convocará as demais licitantes visando a iguais oportunidades de negociação.

4.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços lançados e a CONTRATADA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a CMP poderá:

4.7.1. Liberar a CONTRATADA do compromisso assumido sem

aplicação de penalidade se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, neste caso, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

4.7.2. Convocar as demais licitantes visando a iguais oportunidades de negociação;

4.8. Não havendo êxito nas negociações, a CMP procederá à revogação do Contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DO FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento do produto e a prestação do serviço cujo preço estão registrado será solicitado mediante a apresentação do Pedido de Compra/Autorização de Fornecimento correspondente.

5.1.1. A contratação decorrente deste contrato será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa e a competente Autorização de Fornecimento, a qual deverá ser assinada e retirada pela CONTRATADA no prazo máximo de dois dias úteis a contar da comunicação da CMP.

5.1.3. Quando a solicitação de fornecimento for enviada via fax ou e-mail, a CONTRATADA deverá acusar o recebimento no mesmo dia.

5.1.4. Com a retirada da Nota de Empenho e Autorização de Serviço/Material estará caracterizada o compromisso de entrega dos equipamentos/material.

5.1.5. A CMP somente irá referenciar o ponto da rede elétrica (quadro de disjuntores) onde os equipamentos serão ligados, sendo de responsabilidade da CONTRATADA entregar os equipamentos instalados e em perfeito estado de funcionamento.

5.1.6. Caberá a CONTRATADA o fornecimento e instalação dos condicionadores de ar no local previsto pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

5.1.7. A CONTRATADA deverá fixar as unidades condensadoras e evaporadoras (suportes, parafusos, etc.), sendo que para isso deverá, quando necessário, retirar o equipamento existente, fechando todos os vãos necessários conforme materiais empregados no local, e guardar em local determinado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

5.1.8. A CONTRATADA deverá fazer a limpeza e teste de vazamentos com pressurização das linhas de cobre com nitrogênio.

5.1.9. Toda interligação frigorígena entre as unidades evaporadoras e condensadoras, compreendendo os tubos de cobre e isolamento térmico em polietileno, expandido blindado 10 metros, a instalação de sifão na linha frigorígena de sucção a cada 4 metros de desnível, bem como toda interligação elétrica entre as unidades evaporadoras e condensadoras (eletroduto corrugado e fiação elétrica flexível), deverão estar em perfeito estado de acabamento e funcionamento.

5.1.10. A CONTRATADA deverá executar a complementação de gás refrigerante (R-22) 40 g/m linear conforme tabela do fabricante, bem como do óleo para o sistema de refrigeração.

5.1.11. A execução dos serviços deverá ser realizada por pessoal treinado e capacitado para tal.

5.1.12. A CONTRATADA deverá executar todos os drenos necessários para água, com ralo sanfonado junto às unidades evaporadoras.

5.1.13. Todos os equipamentos deverão ser entregues nos locais designados pelos técnicos da Coordenadoria de Licitações e Contratos, instalados, testados e deixados em pleno funcionamento, com todos os acabamentos necessários sem qualquer tipo de ônus para a CMP.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DA GARANTIA

6.1. A garantia a ser fornecida é de no mínimo um ano para os aparelhos de ar-condicionado e também para a mão de obra empregada (devendo prevalecer a garantia do fabricante se for maior), que será contado do recebimento definitivo do objeto e de acordo com as demais condições previstas no Edital.



6.2. Durante o prazo de garantia a CONTRATADA prestará serviços de assistência técnica aos equipamentos/materiais através de manutenção corretiva, sem ônus para a CMP.

6.3. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos e materiais em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para o equipamento/material.

6.4. A manutenção corretiva será realizada em dias úteis no horário compreendido entre 7 e 8h, mediante requisição da CMP.

6.5. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de três horas, contadas a partir da solicitação efetuada pela CMP, sob pena de multa.

6.6. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento/material.

6.7. O término do reparo dos equipamentos e dos materiais não poderá ultrapassar o prazo de 24 horas contadas a partir do início do atendimento.

6.7.1. Havendo necessidade de estender o prazo do reparo previsto, a CONTRATADA substituirá o equipamento/material por um de sua propriedade, com características idênticas ou superiores ao objeto ofertado;

6.8. Entende-se por término de reparo do equipamento/material a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento à CONTRATADA será correspondente à quantidade dos materiais/serviços fornecidos e será creditado no quinto dia útil contado a partir da apresentação da nota fiscal, devidamente conferida e aceita pela CMP, sendo que no primeiro mês o pagamento será proporcional a data da assinatura do contrato, e será realizado através de crédito em conta corrente informada pela mesma.

7.1.1. Caso constatada alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas à CONTRATADA, devidamente acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

7.1.2. Por ocasião do pagamento serão retidos na fonte os eventuais tributos e contribuições.

7.1.3. A CONTRATADA deverá destacar no documento de cobrança as alíquotas e respectivos valores dos impostos e contribuições a serem retidos.

7.1.4. - A CMP pagará para a CONTRATADA o preço do objeto solicitado, especificado na proposta, multiplicado pela quantidade constante da solicitação de fornecimento/serviço.

#### CLÁUSULA OITAVA DA ENTREGA

8.1. A entrega do objeto ocorrerá no local, no endereço e horário previstos no respectivo Edital/Pedido de Compra.

8.2. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas com embalagem, seguro e transporte do material até o local de entrega.

8.3. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendem às especificações constantes do ANEXO I do Edital que precedeu a formalização do contrato, poderá a CMP rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a providenciar a substituição do material não aceitos no prazo de até 72 horas.

#### CLÁUSULA NONA DO INADIMPLEMENTO

9.1. O inadimplemento de qualquer item do Edital, da Proposta, do Pedido de Compra e do contrato, ensejará, a critério da CMP, o cancelamento do contrato da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades previstas neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

#### DAS SANÇÕES

10.1. As seguintes sanções, previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CMP;

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o montante requisitado, em caso de inexecução total ou parcial do Contrato;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CMP pelo período de até 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. O atraso na entrega do objeto ou dos serviços sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de multa correspondente a 1% (um por cento) do valor da pendência, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor devido, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato ou no Edital que precedeu a elaboração deste instrumento de compromisso.

10.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não tendo caráter compensatório, e a respectiva cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

11.1. A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) recusa injustificada em retirar o Pedido de Compra ou documento equivalente dentro do prazo estabelecido pela CMP;
- c) reincidência de descumprimento das obrigações assumidas no contrato acarretando prejuízos à CMP, especialmente aquelas relativas às características dos bens, qualidade, quantidade, prazo ou recusa de fornecimento ou entrega, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados;
- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que acarretem prejuízo à CMP, ensejando frustração do Pregão ou impedindo a realização de ato administrativo por parte da CMP;
- f) ações com intuito de tumultuar licitações ou prejudicar a execução do Pregão;
- g) prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para licitar e contratar com a CMP.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO

12.1. A inexecução total ou parcial do Pregão enseja seu cancelamento com as consequências contratuais e as previstas em lei.

12.2. Constituem motivos de cancelamento do Pregão, formalmente motivados nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- a) o descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA de quaisquer das obrigações/responsabilidades previstas no Pregão;
- b) a dissolução da sociedade;
- c) quando a CONTRATADA não retirar o Pedido de Compra no prazo estabelecido e a CMP não aceitar sua justificativa;
- d) quando os preços lançados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela CMP;
- f) demais motivos especificados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.

12.3. Havendo o cancelamento do Pregão cessarão todas as atividades da CONTRATADA relativamente ao objeto do respectivo contrato.

12.4. Caso a CMP não se utilize da prerrogativa de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça (SC) com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões oriundas do presente Contrato.

13.2. E, por estarem justos e acordes, assinam as partes o presente Contrato.

Palhoça, XX de XXXX de 2014.

Contratante	Contratada
Vereador	Representante Legal
Presidente Nirdo Artur Luz	

Testemunha:  
CPF:

Testemunha:  
CPF:

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº ...../2014

#### ATESTADO DE VISTORIA

Declaro para atendimento ao disposto no subitem 13.5.5, do Edital do Pregão nº XXX/2014 promovida pela CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA que a empresa .....  
....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., Cidade ..... /UF ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do Sr. ...., responsável técnico da empresa supracitada, visitou e tomou conhecimento das condições da área determinada, onde serão executados os serviços, bem como do recebimento de documentos e informações complementares para a elaboração da proposta para a referida Licitação.

..... /SC, ..... de ..... de 2014.

Comissão Especial de Licitação

Representante da Empresa

## Papanduva

### PREFEITURA

#### CONTRATO Nº 075/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 075/2014, Referente à Chamada Pública nº 002/2014.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: MARIA URBANEK GMACH, totalizando o montante de R\$ 3.960,00 (três mil, novecentos e sessenta reais). Vigência: A contagem do prazo se iniciará no dia da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2014, ou até a entrega total da quantidade adquirida.

Papanduva/SC, 30 de junho de 2014

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Dispensa de Licitação nº 122/2014. Objeto Aquisição de Óleo Diesel Comum, para o uso da frota de máquinas e veículos do município. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratado: AUTO POSTO GIRARDI LTDA. Justificativa: A presente contratação se faz necessária devido ao término no dia 30/10/2014 do contrato de aquisição do referido produto e Considerando que o Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 121/2014 que contemplava a aquisição de combustível tipo Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 realizado no dia 29/10/2014 não teve interessados participantes para o Óleo Diesel Comum; Considerando não haver tempo hábil para a realização do processo licitatório, e para dar continuidade aos serviços do transporte escolar e para que sejam mantidos os serviços essenciais a população, podendo a falta destes colocar em risco a vida de pessoas, ou interromper o direito de ir e vir do cidadão, o que caracterizam-se interesse publico. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada. Valor total: R\$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais).

Papanduva, 03 de novembro de 2014

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal



**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2014 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2014 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2014.

Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis destinados aos veículos, máquinas, caminhões e ônibus da frota municipal. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 17 de novembro de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 17/11/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 03 de novembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

**Penha****PREFEITURA****PP28/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS VISITAS DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NASF E TRANSPORTE DAS EQUIPES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/11/2014

HORÁRIO ATÉ AS: 17h00min.

Local de Entrega: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, no Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/11/2014

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 03 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**PP55/2014 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE TUBO DE CONCRETO E LAJOTA SEXTAVADA, PARA SEREM UTILIZADOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 17/11/2014 às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 18/11/2014 às 14:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 05 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**PP29/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 18/11/2014

HORÁRIO ATÉ AS:17h00min.

Local de Entrega: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, no Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/11/2014

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 04 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Peritiba****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 75/2014 – TP 04/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de preço, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 75/2014 - Tomada de preço 04/2014.

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de Conclusão do Barracão Industrial, com área total de 1.340,91 m², situado à Rua do Comércio, lote urbano, centro, Peritiba - SC.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h45min do dia 24/11/2014.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e as documentações deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h30min do dia 24/11/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba - SC em 04 de Novembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO 76/2014 – PP 41/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 76/2014 - Pregão Presencial 41/2014, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de produtos para confecção de Cestas básicas para distribuição aos Servidores Municipais.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 19/11/2014.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 19/11/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba - SC em 04 de Novembro de 2014.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

#### **AVISO DE LICITAÇÃO 77/2014 – PP 42/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 77/2014 - Pregão Presencial 42/2014.

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos para o Centro Educacional Professor José Arlindo Winter e Centro de Educação Infantil Mateus Petter.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 19/11/2014.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e as documentações deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 19/11/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba - SC em 04 de Novembro de 2014.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## **Petrolândia**

### **PREFEITURA**

#### **TOMADA DE PREÇOS 04/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2014

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 46/2014 na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2014, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE ÔNIBUS NAS LOCALIDADES O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA: 2014003046, CONFORME PROPOSTA SIGEF Nº 13.140/2014, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 20/11/2014, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone (47) 3536-1151.

Petrolândia, 05 de novembro de 2014.

JOEL LONGEN  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO Nº 58/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2014

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Petrolândia e o Sr. Melvio Batista, CPF nº 807.766.129-72. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO PARA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA ACADEMIA AO AR LIVRE NA PRAÇA EMÍLIA MEURER MOMM, LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 05/11/2014. Valor dos Serviços: R\$ 2.375,00.

Joel Longen  
Prefeito Municipal.

#### **CONTRATO Nº 59/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2014

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Petrolândia e o Sr. Nilson Schappo, CPF nº 027.195.699-25. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO PARA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA ACADEMIA AO AR LIVRE NA PRAÇA EMÍLIA MEURER MOMM, LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 05/11/2014. Valor dos Serviços: R\$ 1.500,00.

Joel Longen  
Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 60/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2014

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Petrolândia e o Sr. Jair Schappo, CPF nº 807.766.989-15. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO PARA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA ACADEMIA AO AR LIVRE NA PRAÇA EMÍLIA MEURER MOMM, LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 05/11/2014. Valor dos Serviços: R\$ 1.750,00.

Joel Longen  
Prefeito Municipal.

**Pinheiro Preto****PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 293/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 293/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de EMPRESA PARA ARBITRAGEM,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 189/2014.

EMPRESA CONTRATADA: LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE DE FUTSAL

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço, no valor de R\$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais).

DATA DO CONTRATO: 29 de outubro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 294/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 294/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de Locação de brinquedos para o dia das crianças,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 190/2014.

EMPRESA CONTRATADA: RECREANDO VIDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço, no valor de R\$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais).

DATA DO CONTRATO: 29 de outubro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 292/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 292/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria da Educação Agricultura e obras,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 188/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 3.078,00 (tres mil e setenta e oito reais.)

DATA DO CONTRATO: 29 de outubro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 296/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 296/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria da Educação e Agricultura,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 192/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 2.528,60 (dois mil quinhentos e vinte e oito reais e sessenta centavos.)

DATA DO CONTRATO: 29 de Outubro de 2014.  
PREFEITO: Euzebio Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 295/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 295/2014.  
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONCERTO NO EQUIPAMENTO CARREGADEIRA DA SECRETARIA DE TRASPORTES E OBRAS,  
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 191/2014.  
EMPRESA CONTRATADA: MIRANDA E MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. DE MÁQ. PES. LTDA  
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 1.249,00 (um mil duzentos e quarenta e nove reais).

DATA DO CONTRATO: 29 de Outubro de 2014.  
PREFEITO: Euzebio Vieceli

**PORTARIA Nº.342, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº.342, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONCEDE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA ROSANGELA GALLAS OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92;

CONSIDERANDO o atestado médico emitido em 03 de Novembro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora Rosangela Gallas, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, licença para Tratamento de Saúde, pelo prazo de 30(trinta) dias, compreendido entre os dias 03 de Novembro de 2014 à 01 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal,  
03 de Novembro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Pomerode

**PREFEITURA****EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 049/2014 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 049/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 103/2014.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA RESTAURAÇÃO E REFORMA DE CASAS EM ESTILO ENXAIMEL DO MUNICÍPIO DE POMERODE, PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 10:00 horas do dia 19/11/2014.  
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 10:00 horas do dia 19/11/2014.  
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 04 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2014

Processo Administrativo n.º 027/2014.  
Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES NA UNIDADE DE SAÚDE ROSITA ZIMMER EM RIBEIRÃO AREIA E NA UNIDADE DE SAÚDE NELSON RIEMER EM TESTO ALTO, CONFORME DESCRIÇÃO TÉCNICA CONSTANTE NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 19/11/2014.  
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 19/11/2014.  
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).



Pomerode/SC, 04 de Novembro de 2014.  
WALTRAUD HINKELDEY  
Secretária Municipal de Saúde

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
N.º 056/2013 RENOVAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º  
056/2013  
RENOVAÇÃO

Processo Administrativo n.º 105/2013.  
Dispensa de Licitação n.º 017/2013.  
Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Locadores: ANA MARIA ROHLING e PORTO AÇO CONSTRUTORA  
INCORPORADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME.  
Objeto: LOCAÇÃO DE CINCO (05) SALAS COMERCIAIS DO IMÓ-  
VEL LOCALIZADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 649 - CENTRO,  
POMERODE/SC, PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA  
DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA.  
Valor aluguel mensal - reajuste INPC- R\$4.689,88 (quatro mil,  
seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).  
Valor total 12 meses - R\$56.278,56 (cinquenta e seis mil, duzentos  
e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Pomerode/SC, 02 de Outubro de 2014.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

---

**SAMAE**

---

**PORTARIA 79/2014**

PORTARIA Nº 079/2014 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014  
"INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE VERÃO NO ÂMBITO DA USINA  
DE TRIAGEM DE RECICLADOS E NO ÂMBITO DA COLETA DE RESÍ-  
DUOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

O Presidente do SAMAE — Serviço Autônomo Municipal de Água e  
Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas  
atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,  
resolve, instituir horário especial de verão no âmbito da Autarquia  
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, que  
será realizado da seguinte forma:

1. Fica instituído em regime excepcional, o horário especial de  
verão no âmbito da usina de triagem de reciclados do Serviço  
Autônomo Municipal de Água e Esgoto entre o horário das 05h as  
14h00, com intervalo intrajornada entre as 11h00min as 12h00min.
2. Igualmente fica instituído em regime excepcional, o horário es-  
pecial de verão no âmbito da coleta de resíduos realizado pelo  
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto entre o horário  
das 05h as 14h00min, com intervalo intrajornada de 1 (uma) hora  
para alimentação e repouso.
3. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e  
produz seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2014, com vali-  
dade expressa até o dia 20/03/2015, data em que os servidores  
da Usina de Triagem de Reciclados e dos Servidores da Coleta de

Resíduos voltaram a cumprir habitual jornada de trabalho.

4. Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpre-se.

Município de Pomerode - SC, 30 de outubro de 2014.  
MÁRCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE



## Ponte Serrada

### PREFEITURA

#### PROCESSO 0101/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 00101/2014  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 009/2014

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA objetivando A SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA SER INCENTIVADA COM CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, A QUEM POSSA INTERESSAR, DE UMA ÁREA DE TERRA COM 4.314,93 M² LOCALIZADO NO DISTRITO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO, REGISTRADO JUNTO AO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PONTE SERRADA, SOB A MATRÍCULA Nº 5.755

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 08/12/2014.  
Abertura: às 09h00min horas do dia 08/12/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [compras01@gmail.com](mailto:compras01@gmail.com).

Ponte Serrada, 04 de novembro de 2014.  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 047/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 047/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de roçadeiras para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I (Termo de Referência) do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 13/11/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 13/11/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 03 de novembro de 2014.  
CHIRLEY LAURENCIO  
Secretária de Administração

#### MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO – 004/2014 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço - 004/2014 FMEDUCA  
Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: "Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a reforma do Ginásio de Esporte da Escola Olinda Peixoto localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital".

Recebimento das Propostas: Até as 14:00 horas do dia 01/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 01/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 31 de outubro de 2014.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito Municipal

CHIRLEY LAURENCIO  
Secretária de Administração

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 048/2014 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 048/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de tintas para pintura de meio-fio das vias públicas do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I (Termo de Referência) do edital.

Recebimento das Propostas: Até 16:00 horas do dia 13/11/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 16:01 horas do dia 13/11/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 03 de novembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 049/2014 PMPB - 036/2014 FMS - 022/2014 FMAS - 026/2014 FMEDUCA - 016/2014 FME - 014/2014 FMC - 018/2014 FUMTUR - 013/2014 FAMAP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 049/2014 PMPB - 036/2014 FMS - 022/2014 FMAS - 026/2014 FMEDUCA - 016/2014 FME - 014/2014 FMC - 018/2014 FUMTUR - 013/2014 FAMAP

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de solução de conectividade sem fio, área de registro na cidade de Porto Belo - SC, para acesso à Internet, correio eletrônico, mensagens de texto, por meio de aparelhos móveis e serviços de telefonia, nas modalidades de Serviço Móvel Pessoal, para comunicação de voz e dados, com características de serviço pós-pagos, via rede móvel, com tecnologia digital. Devendo os serviços oferecer as facilidades de roaming nacional e internacional automático e dispositivos móveis de acessibilidade à internet, fornecidos em regime de comodato para atender a Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 17/11/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 17/11/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 03 de novembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**Porto União****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 003/2014 - IMPRESS**

Extrato de Termo Aditivo nº 003/2014

IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União

1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 0015/2013.

Partes: IMPRESS e AMX ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

Adita-se para 12 (doze) meses a partir da data da assinatura deste termo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União, SC, 01 de novembro de 2014.

MARGARETH FLISSAK

Presidente IMPRESS

Contratante

AMX ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA

Contratada

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 83/2013

EXTRATO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 83/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SPIELMANN & SPIELMANN LTDA EPP
OBJETO/ALTERAÇÃO:	Esta alteração tem por objeto alterar o nome empresarial de Spielmann & Spielmann Ltda EPP passando a ser nomeada como Atitude Ambiental Ltda, não alterando no mais suas cláusulas contratuais.
DATA:	03/11/2014

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
OBJETO:	O presente Contrato tem por objeto, a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S500), para os veículos, máquinas e equipamentos da municipalidade, para o exercício de 2014, sob regime de entrega parcelada, cujos setores interessados são as Secretarias Municipais do Município de Presidente Castello Branco/SC. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item óleo diesel S500.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do item óleo diesel S500, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 249.300,00 (duzentos e quarenta e nove mil, com trezentos reais), para R\$ 302.175,00 (trezentos e dois mil, cento e setenta e cinco reais) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	04/11/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO NR. 134/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 134/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CELSO VILMAR BRANCHER
OBJETO:	Aquisição de alevinos nº 01, da espécie tilápia, jundiá e carpa húngara, a fim de atender ao disposto na Lei Municipal nº 1.502/2010, de 17 de novembro de 2010, para o desenvolvimento do Programa Municipal de Piscicultura no Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 3.930,00 (três mil, novecentos e trinta reais).
VIGÊNCIA:	24/10/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO NR. 135/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 135/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALERT SEGURANÇA LTDA – ME
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na área de Prestação de Serviços de Segurança Patrimonial no Evento de Abertura Natalina no Município de Presidente Castello Branco, a se realizar no dia 14 de novembro de 2014, na Praça Municipal Prefeito Severino Matiole, localizado na Avenida 17 de Fevereiro, com início às 20 hrs. atendendo até às 02 hrs do dia 15 de novembro de 2014.
VALOR R\$:	R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA:	04/11/2014 a 15/11/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 1.140/2014

PORTARIA Nº. 1.140/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercerem a supervisão sobre o Controle de Ponto Eletrônico e Manual da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, os seguintes servidores:

I - EDSEL NEUMANN, ocupante do cargo em comissão de Diretor Departamento de Gestão Administrativa;

II - DAIANA PETRY DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, na ausência do(a) servidor(a) designada no inciso I.

Art. 2º Os servidores designados exercerão atividades administrativas referentes ao controle de ponto, tais como: cadastramento de novos servidores, encaminhamento de justificativas, concessões e abonos, verificação do funcionamento do equipamento e as situações expressas no Decreto nº 1.989 de 18 de julho de 2011, sob supervisão do Secretário Municipal da referida pasta.

Art. 3º Pelo desenvolvimento das atividades expressas nesta Portaria os designados não serão remunerados, sendo consideradas tais atribuições como serviço público relevante.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

### PORTARIA Nº. 1.142/2014

PORTARIA Nº. 1.142/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercerem a supervisão sobre o Controle de Ponto Eletrônico do equipamento localizado no prédio da Guarda Municipal:

I - PAULO EVANDRO SOARES RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, atualmente designado para exercer as atribuições do cargo em comissão de Guarda Municipal Inspetor;

II - RODRIGO SIMON RUTZEN, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na ausência do(a) servidor(a) designado(a) no inciso I.

Art. 2º Os servidores designados exercerão atividades administrativas referentes ao controle de ponto, tais como: cadastramento de novos servidores, encaminhamento de justificativas, concessões e abonos, verificação do funcionamento do equipamento e as situações expressas no Decreto nº 1.989 de 18 de julho de 2011, sob supervisão do Assessor Especial de Defesa do Cidadão.

Art. 3º Pelo desenvolvimento das atividades expressas nesta Portaria os designados não serão remunerados, sendo consideradas tais atribuições como serviço público relevante.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

### PORTARIA 1148/RH

PORTARIA Nº 1148/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 09/09/2014 até 25/10/2014, ao servidor municipal SILVIO TOBIAS BRANDALIZE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

### PORTARIA 1149/RH

PORTARIA Nº 1149/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 10/10/2014 até 23/11/2014, a servidora municipal ELAINE CRISTINA BUDAG, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA 1150/RH**

PORTARIA Nº 1150/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 27/10/2014 até 23/02/2015, concedida por meio da Portaria n. 0981/RH, de 29/08/2014, a servidora municipal NILVA WESSNER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA 1152/RH**

PORTARIA Nº 1152/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 11/11/2014 a 09/01/2015, a servidora municipal SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA 1153/RH**

PORTARIA Nº 1153/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Corrigir e convalidar a Portaria n. 1119/RH, de 20/10/2014, publicada no DOM dia 23/10/2014, referente Licença para Tratamento de Saúde da servidora ROSELI TENFEN, sendo o período correto da Licença: De 30/09/2014 a 28/11/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**DECRETO Nº 4394, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4394, de 31 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 049/2014 - FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 049/2014, FMS de 01.10.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CLINICA MÉDICA ALTO VALE LTDA S/S.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ADALGISA VENDRAMI DA SILVA FEIJO

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4394

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2014 - FMS, de 01.10.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS PARA ATENDER NECESSIDADE DOS PACIENTES DO SUS ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Participantes:

- ENDOCENTER CLINICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA;  
- CLINICA MÉDICA ALTO VALE LTDA S/S.

Decisão: Pelo critério menor preço os Pregoeiros declaram vencedores os licitantes:

- CLINICA MÉDICA ALTO VALE LTDA S/S.  
- POSTO R4 LTDA.



**DECRETO Nº 4383, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4383, de 28 de outubro de 2014.

**"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO - PROVA PRÁTICA"**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, Edital nº 009/2014, para avaliação da PROVA PRÁTICA dos candidatos à função de Motorista de Caminhão, em caráter temporário, em conformidade com a Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º - Ficam designados os servidores a seguir identificados para compor a Comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:

- Luis Carlos Visentainer
- Sidnei Picoli
- Maicon Patrick Farias

Art. 3º - À referida Comissão, compete a avaliação dos candidatos na realização da Prova Prática.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

28 de outubro de 2014.

**GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4386, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4386, de 29 de outubro de 2014.

**"INSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO, DEFINE ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI do Art. 37, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no Decreto nº 2.323, de 30 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Avaliação da Progressão Funcional do Magistério, com a finalidade de elaborar o Edital Interno de Progressão Funcional do Magistério; analisar os certificados para a qualificação profissional, com vistas à progressão na carreira do magistério, bem como a avaliação e julgamento de eventuais recursos apresentados relativos ao certame.

Art. 2º - A Comissão de que trata o Artigo 1º deste Decreto será composta pelos seguintes membros:

I - Laiana da Silva Ossemer de Souza - representante do Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal;

II - Amauri de Sousa Freitas Junior- representante do Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal;

III - Sandra Aparecida Dela Justina - representante da Secretaria

Municipal de Educação;

IV - Marlise Fronza - representante da Secretaria Municipal de Educação;

V - Arlete de Souza - representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SINSPURS;

VI - Márcia Eliana Chiquetti - representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SINSPURS.

Parágrafo Único - Fica designada a servidora pública municipal, Laiana da Silva Ossemer de Souza, para presidir os trabalhos da Comissão ora constituída.

Art. 3º - O prazo para a conclusão das atividades da comissão será de 90 (noventa) dias úteis.

Art. 4º - Pelo desenvolvimento das atividades expressas no presente Decreto, os membros que integram a Comissão não serão remunerados, sendo consideradas tais atribuições como serviço público relevante.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

29 de outubro de 2014.

**GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**GIVANILDO SILVA**

Secretário Municipal de Administração

**REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE MATRÍCULA 01/04 SME - ORIENTAÇÕES PARA MATRÍCULA ANO LETIVO 2015 NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL**

ORIENTAÇÕES PARA A MATRÍCULA - ANO LETIVO 2015

NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

**EDITAL DE MATRÍCULA 01/14**

Fixa datas e estabelece orientações e critérios para a matrícula e rematrícula da Rede Pública Municipal de Ensino de Rio do Sul, para o ano letivo de 2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, torna público as normas e os procedimentos destinados à matrícula nos Centros Educacionais, Escolas Modelo em Tempo Integral e Centros de Educação Infantil no município de Rio do Sul, para o ano letivo de 2015, na Rede Pública Municipal de Ensino, considerando:

- a garantia da renovação de matrícula dos alunos que já frequentam os Centros Educacionais, Escolas Modelo em Tempo Integral e Centros de Educação Infantil vinculados à Secretaria Municipal de Educação;

- a efetuação da matrícula de novos alunos não atendidos pelos Centros Educacionais, Escolas Modelo e Centros de Educação Infantil, cumprindo-se o que dispõe este Edital.;

- a realização, sempre que houver vaga, de matrícula de alunos transferidos de instituição vinculada à Rede Pública Municipal de Ensino de Rio do Sul;



- a organização, de acordo com a distribuição de vagas disponíveis, de novas matrículas nos Centros Educacionais, Escolas Modelo em Tempo Integral e Centros de Educação Infantil, obedecendo aos critérios deste Edital;

- a legislação e as normas federais, estaduais e municipais da Educação Básica;

- as diretrizes para a oferta de diferentes currículos na Educação Básica.

## 1 DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

1.1 A renovação de matrícula para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino será validada mediante a presença dos pais e/ou responsáveis, na Unidade Educacional em que o educando já se encontra matriculado, sob orientações dos critérios estabelecidos por este Edital.

1.2 A transição da criança da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental será garantida no período de renovação de matrícula.

1.3 As matrículas novas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil serão feitas mediante a presença dos pais e/ou responsáveis na Unidade Educacional mais próxima da residência do aluno ou do trabalho dos pais.

1.4 A matrícula não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de taxa de matrícula e/ou contribuição financeira.

1.5 A divulgação da matrícula será realizada pela Secretaria Municipal de Educação através de mídia local e pelas próprias Unidades Educacionais.

1.6 O horário de atendimento para a realização da matrícula e rematrícula está diretamente vinculado ao horário de funcionamento e/ou outras formas de organização da Unidade Educacional.

## 2 DO CRONOGRAMA DE RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA DE ALUNOS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS

2.1 Período de 03 a 21 de novembro de 2014, para as rematrículas.

2.2 Período de 24 a 28 de novembro de 2014, para organização de alunos nas turmas da Educação Infantil, Escolas Modelo em Tempo Integral e Ensino Fundamental.

## 3 DO CRONOGRAMA DE MATRÍCULA DE ALUNOS NOVOS

3.1 Primeiro período: de 17 a 21 de novembro de 2014.

3.2 Segundo período: de 04 a 13 de fevereiro de 2015.

## 4 DOS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS NÍVEIS DE ENSINO

### 4.1 DA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1.1 As vagas existentes para as novas matrículas na Educação Infantil serão preenchidas prioritariamente considerando a lista de espera de cada Unidade, conforme os itens do dispositivo 5.1 deste Edital.

4.1.2 O atendimento será em período integral e será realizado a partir dos 4 (quatro) meses de vida do bebê, respeitando, assim, o período de licença-maternidade, aleitamento materno e vacinas, conforme dispõe a Normativa da Educação Infantil desta Secretaria.

4.1.3 Para efetivação de matrículas novas, são necessários os seguintes documentos:

- a) Cópia da certidão de nascimento da criança;
- b) Cópia da carteira de identidade da criança, se houver;
- c) Cópia do CPF dos pais e/ou responsáveis;
- d) Cópia da carteira do SUS e do cartão nacional do SUS, se houver;
- e) Cópia do cartão do Bolsa Família, se for beneficiário;
- f) Cópia de comprovante de residência;
- g) Cópia da carteira de vacinação da criança, devidamente atualizada.
- h) Laudo médico da criança, quando necessário;
- i) Se trabalhador formal, os três últimos recibos de pagamento, e para trabalhador informal, declaração.

4.1.4 O critério para composição de turma é estabelecido conforme Resolução nº 09/2000 do Conselho Municipal de Educação deste município, sendo o qual:

Creche (Berçário) – Crianças até 2 (dois) anos
Creche (Maternal I) – Crianças de 2 (dois) a 3 (três) anos
Creche (Maternal II) – Crianças acima de 3 (três) anos
Pré-Escola (Jardim) – Crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos

4.1.5 De acordo com a Resolução nº 07/2010/CNE/CEB, a criança que completar 6 (seis) anos após 31 de março de 2015, permanecerá na Educação Infantil.

## 4.2 DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.2.1 A Rede Pública Municipal de Ensino deverá matricular toda criança a partir de 6 (seis) anos de idade, a completar até a data de 31 de março, nas turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental, conforme Resolução nº 01/2010/CNE/CEB.

4.2.2 Os critérios para composição de turmas serão:

a) Na distribuição de alunos por turma deve-se seguir o que consta na Lei Complementar nº 170/1998, art. 67, incisos VI e art. 82, inciso VII, alíneas a, b, e c, e o Parecer Técnico nº 27/2013/CIP/GAM, do Ministério Público de Santa Catarina:

1º, 2º e 3º ano: máximo de 25 (vinte e cinco) alunos por turma
4º e 5º ano: máximo de 30 (trinta) alunos por turma
6º, 7º, 8º e 9º ano: máximo de 35 (trinta e cinco) alunos por turma

As turmas do 3º ano serão compostas por no máximo 25 (vinte e cinco) alunos, por tratar-se da última etapa do Ciclo de Aprendizagem do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino.

b) Considerar o zoneamento, garantindo a Unidade mais próxima da residência do aluno ou do trabalho dos pais, seja estadual ou municipal, para oferta de matrícula.

c) Quanto à metragem da sala de aula, seguir-se-á o Parecer Técnico nº 27/2013/CIP/GAM, oficializado pelo Ministério Público de Santa Catarina, que está de acordo com a legislação vigente, sendo:

Sala com 48 m²: 30 alunos
Sala com 56 m²: 35 alunos

d) Observar o número máximo de alunos constante na Lei nº 9394/96, no art. 82.

e) Nos casos em que houver turma única e lista de espera,

seguir-se-á o que dispõe o item 5.2 deste Edital.

4.2.3 Para efetivação de matrículas novas serão necessários os seguintes documentos:

- a) Cópia da certidão de nascimento e/ou carteira de identidade;
- b) Cópia da carteira de vacinação, devidamente atualizada;
- c) Cópia do CPF dos pais e/ou responsáveis;
- d) Cópia do comprovante de residência e/ou local de trabalho dos pais;
- e) Cópia do cartão do Bolsa Família, se for beneficiário;
- f) Cópia da carteira do SUS e do cartão nacional do SUS, se a criança possuir;
- g) Laudo médico do aluno, quando necessário;
- h) Atestado de vaga e histórico escolar, no caso de aluno transferido.

4.2.4 Nas Escolas Modelo em Tempo Integral, será previsto semanalmente um período de formação para os profissionais da educação, não havendo atividades pedagógicas com os alunos.

4.2.5 É permitido à Secretaria Municipal de Educação, em caso de necessidade, devido à redução de turmas, e desde que previamente justificável pela mesma e comunicada aos pais pela direção, a reenturmação e absorção de turmas no corrente ano letivo de 2015, inclusive com a alteração de turno de atendimento.

4.2.6 Cabe à direção dar ciência da possibilidade de que trata o dispositivo 4.2.5 aos pais no ato da matrícula e através de disposição na ficha de matrícula, ou em documento anexo, contendo a assinatura dos pais e/ou responsáveis.

## 5 DA LISTA DE ESPERA

### 5.1 DA EDUCAÇÃO INFANTIL

5.1.1 Esgotando-se o número de vagas por turma em cada Unidade Educacional, os pais ou responsáveis poderão incluir o nome da criança na lista de espera.

5.1.2 Poderão se inscrever na lista de espera, crianças a partir da data de nascimento, mediante comprovação por meio de certidão de nascimento e comprovante de residência, respeitando o item 4.1.1 e 4.1.2 deste Edital.

5.1.3 Gestantes não poderão deixar previamente o nome na lista de espera.

5.1.4 Somente serão aceitos os nomes de crianças mediante comprovação de que os pais e/ou responsáveis sejam moradores do município de Rio do Sul.

5.1.5 Nos casos de transferência para outra Unidade Educacional, os pais e/ou responsáveis deverão solicitar o Atestado de Vaga na unidade de seu interesse e, se não houver vaga, a criança permanecerá com o nome em lista de espera.

5.1.6 A transferência, conforme Normativa desta Secretaria, será concedida mediante comprovação de mudança de endereço residencial, condicionada à existência de vaga, sendo que, na ausência de vaga imediata, terá prioridade na lista de espera.

5.1.7 As vagas pleiteadas pelo Conselho Tutelar serão atendidas conforme disponibilidade de oferta na Unidade Educacional mais próxima da residência dos pais e/ou responsáveis da criança. Caso não haja possibilidade de atendimento na Unidade pleiteada ou nas demais, o nome da criança permanecerá em lista de espera.

5.1.8 A lista de espera terá validade anual, sendo de compromisso

dos pais e/ou responsáveis a renovação do pedido.

5.1.9 É de exclusiva responsabilidade da família e/ou responsável atualizar os dados cadastrais da criança, sempre que houver necessidade, tais como endereço, telefone, local de trabalho dos responsáveis e demais informações relevantes e por meio das quais seja possível entrar em contato com estes.

## 5.2 DO ENSINO FUNDAMENTAL

5.2.1 Para a abertura de novas turmas, respeitar-se-á um número mínimo de 15 (quinze) alunos na lista de espera.

5.2.2 Nos casos em que dispõe o item 5.2.1, articular-se-á com escolas públicas próximas, tanto da rede estadual quanto da rede municipal, oferecendo a turma em apenas uma das escolas. Não sendo possível agrupar os alunos de diferentes escolas, solicitar à Secretaria Municipal de Educação, mediante justificativa, a autorização para a implantação de turma.

## 6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As matrículas novas da Educação Infantil para crianças até 3 (três) anos de idade serão priorizadas preferencialmente aos pais trabalhadores.

6.2 As crianças com 2 (dois) anos e 6 (seis) meses completos frequentando, em 2014, o CEI Favo de Mel I, terão vagas asseguradas para o ano letivo de 2015, no CEI Favo de Mel II e CEI Sebastião Back e as crianças do CEI Adelaide Ledra para o CEI Sebastião Back.

6.3 A Secretaria Municipal de Educação prevê o fechamento das Unidades de Educação Infantil no período correspondente ao Natal e Ano Novo, de 23 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015.

6.4 A partir de 05 de janeiro de 2015 a 06 de fevereiro de 2015, o atendimento da Educação Infantil será por meio de demanda reduzida, com a oferta de polos previamente divulgados pela Secretaria Municipal de Educação.

6.5 O atendimento da demanda de que trata o dispositivo 6.4 deste Edital será tão somente às crianças matriculadas no ano letivo de 2014.

6.6 As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsáveis no ato da matrícula serão de inteira responsabilidade dos signatários e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão em conformidade com a legislação vigente.

6.7 Os casos omissos por este Edital serão resolvidos por uma comissão multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação.

6.8 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

6.9 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2014.  
Regina Garcia Ferreira  
Secretária Municipal de Educação

**LEI COMPLEMENTAR 289**

LEI COMPLEMENTAR Nº 289, de 03 de novembro de 2014.

“ACRESCENTA O §5º AO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 207, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º-**

Acrescenta o §5º ao art. 10 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 10. ...**

[...]

§ 5º- Os editais de concurso público dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo Municipal deverão prever isenção da taxa de inscrição para o candidato que, nos termos do edital, comprovar renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo ou idade igual ou superior 60 (sessenta) anos.

**Art. 2º-**

Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO**

03 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul.

**LEI 5.519**

LEI Nº 5.519, de 03 de novembro de 2014.

“CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO À UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE RIO DO SUL - UABRS.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º-**

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um repasse financeiro à União das Associações de Bairros de Rio do Sul - UABRS, inscrita no CNPJ nº 79.368.908/0001-02, entidade declarada de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 2.885, de 13 de maio de 1994.

Parágrafo único - O valor total do auxílio financeiro é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e será repassado a entidade da seguinte forma:

I - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em forma de parcela única, devendo o repasse da parcela ocorrer em até 15 (quinze) dias após a publicação da presente Lei.

**Art. 2º-**

Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor: 02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

**Art. 3º-**

O auxílio financeiro objeto da presente Lei destina-se ao pagamento das despesas com a manutenção da sede da União das Associações de Bairros de Rio do Sul - UABRS.

**Art. 4º-**

A entidade fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.

**Art. 5º-**

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º-**

Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

03 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul.

**LEI 5.518**

LEI Nº 5.518, de 03 de novembro de 2014.

“CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DO BAIRRO SANTANA.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º-**

Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder um repasse financeiro à Associação de Idosos do Bairro Santana, inscrita no CNPJ nº 72.566.011/0001-44, entidade declarada de Utilidade Pública, através da Lei Municipal nº 5.500, de 06 de agosto de 2014.

Parágrafo único. O valor total do auxílio financeiro é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e será repassado a entidade da seguinte forma:

I - R\$ 3.000,00 (três mil reais) em forma de parcela única, devendo o repasse da parcela ocorrer em até 15 (quinze) dias após a publicação da presente Lei.

**Art. 2º-**

Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:

02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

**Art. 3º-**

O auxílio financeiro objeto da presente Lei destina-se ao pagamento das despesas de manutenção da sede da Associação de Idosos do Bairro Santana.

**Art. 4º-**

A entidade fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.

**Art. 5º-**

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º-**

Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

03 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul.

**LEI 5.520**

LEI Nº 5.520, de 03 de novembro de 2014.

"ACRESCENTA O ART. 22-A À LEI Nº 4.201, DE 11 DE JULHO DE 2005, QUE INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º-**

Acrescenta o art. 22-A à Lei nº 4.201, de 11 de julho de 2005, que institui o plano municipal de incentivos às empresas e dá outras providências, com a seguinte redação:

Art. 22-A - A Prefeitura Municipal irá disponibilizar no seu Portal da Transparência o número do decreto da concessão do incentivo, o nome e o CNPJ das empresas que receberam os benefícios desta Lei, incluindo ainda informações quanto ao tipo de incentivo.

Parágrafo único - Quando o incentivo for físico, a informação deverá conter, ainda, o endereço da execução do serviço e a previsão de sua realização, complementada posteriormente com a data da efetiva execução.

**Art. 2º-**

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

03 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

**CONTRATO Nº.071/2014**

CONTRATO Nº.071/2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) JANAÍNA LESSMANN REIS VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLÍNICA MÉDICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado (a) neste ato pelo (a) Gestor em Exercício do Fundo Municipal de Saúde, Adalgisa V.S. Feijó, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Janaína Lessmann Reis inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 059.910.039-71, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010064	Consulta Médica em Atenção Básica	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico (a) Janaína Lessmann Reis inscrito (a) no CPF sob nº 059.910.039-71 com registro no conselho CREMESC sob o nº. 18403, e deverá ser executado nas dependências físicas do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) do município de Rio do Sul.

**CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS**

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

**CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO**

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.



Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total

acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS**

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO**

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2014 com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 03 de Novembro de 2014.

Adalgisa V.S.Feijó

Secretária Municipal de Saúde em Exercício

Janaína Lessmann Reis

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 882.569.600-00

1) Fabíola kreusch

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 037.134.899-47



# Salto Veloso

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 35/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa para realização da Exposalto, Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 17/11/2014 até as 09h00min.

Abertura: 17/11/2014, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 04 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 63/2014

DECRETO Nº 063 - DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: de 2014.

GARIBALDI ANTÔN4.046 - MANUT. DAS ATIV. ATIVIDADES ES-PORTIVAS

Categoria Econômicade 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicaçãode 2014.

GARIBALDI ANTÔN90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

Fonte: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN01.00.00000

RED: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN23

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: de 2014.

GARIBALDI ANTÔN4.046 - MANUT. DAS ATIV. ATIVIDADES ES-PORTIVAS

Categoria Econômicade 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN4.4 - DESPESAS de 2014.

GARIBALDI ANTÔNDE CAPITAL

Modalidade de Aplicaçãode 2014.

GARIBALDI ANTÔN90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

Fonte: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN01.00.00000

RED: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN24

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 23 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 64/2014

DECRETO Nº 064 - DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e Dez Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: de 2014.

GARIBALDI ANTÔN3.034 - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

4.4 - DESPESAS DE CAPITAL

Modalidade de Aplicação: de 2014.

GARIBALDI ANTÔN4.4.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

Fonte: 01.0119

RED: 98

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 23 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 66/2014**

DECRETO Nº 066 - DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: de 2014.

GARIBALDI ANTÔN4.005 - MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Categoria Econômica de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação de 2014.

GARIBALDI ANTÔN90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: de 2014.

GARIBALDI ANTÔN R\$ 4.000,00

Fonte: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN01.00.00000

RED: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN6

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: de 2014.

GARIBALDI ANTÔN4.005 - MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Categoria Econômica de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação de 2014.

GARIBALDI ANTÔN90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: de 2014.

GARIBALDI ANTÔN R\$ 4.000,00

Fonte: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN01.00.00000

RED: de 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔNde 2014.

GARIBALDI ANTÔN8

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 03 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA CV 86/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Aviso de Licitação fracassada PL nº 86/2014-Carta Convite

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul comunica que o Processo de Licitação nº 86/2014-CV, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de troféus e medalhas para premiação no Campeonato Municipal de Futebol de Campo, exercício 2014, foi DECLARADA FRACASSADA, motivo: número insuficiente de empresas participantes na sessão Pública marcada para o dia 04/11/2014 às 14h:00min.

Santa Rosa do Sul, 04/11/2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira

Presidente da CPL

### EDITAL Nº 87/2014 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87/2014-PR Nº 87/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de pessoa jurídica/física visando a prestação de serviços administrativos/jurídicos especializados na recuperação de recursos junto ao INSS sobre pagamentos de contribuição social sobre verbas indenizatórias e mediante a redução tributária da contribuição denominada RAT (Riscos Ambientais no Trabalho), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), que faz parte integrante deste edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 13h:45min do dia 17 de novembro de 2014, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113. E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 04 de novembro de 2014.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### ORDEM DE SERVIÇO EDITAL 54/2014-CT Nº 128/2014

#### ORDEM DE SERVIÇO

Autorizo a Empresa COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede Rod. Luiz Rosso, nº 1050 - Bairro São Luiz, cidade de Criciúma/SC, CEP: 88803-470, inscrita no CNPJ sob o nº 83.648.220/0001-53, dar início a execução das etapas de drenagem, terraplenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, na continuação da estrada Municipal que liga a cidade de Santa Rosa do Sul ao IFC Instituto Federal Catarinense - campus Santa Rosa do Sul, entre as estacas 00 e 110, com extensão de 2,2km. De acordo com Edital nº 54/2014\_CC, Contrato nº 128/2014 e em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro.

Santa Rosa do Sul - SC, 03 de novembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Ciente em 03/11/2014.

COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

José de Assis Correia

CPF: 851.540919-49

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 286/2014

DECRETO Nº 286/2014

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei nº 1161 de 27 de Novembro de 2013;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Departamento de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades estradas de rodagem				
604	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Departamento de Serviços Urbanos				
175120040.2.034000 Manut. amp. e adm. Dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
732	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	450,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde				
1512	0164	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Departamento de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades estradas de rodagem				
608	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Departamento de Serviços Urbanos				
175120040.2.034000 Manut. amp. e adm. Dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
736	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	450,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde				
907	0164	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 27 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

### DECRETO N. 288/2014

DECRETO N. 288/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e o disposto na Lei nº 1161 de 27 de Novembro de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.33.00.00.00 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

171 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde				
951	0171	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 27 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8

**DECRETO Nº 290/2014**

DECRETO Nº 290/2014

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1227/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000				
140	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
208	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123630018.2.019000 Apoio ao ensino médio				
429	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 29 de Outubro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8

**DECRETO Nº 291/2014**

DECRETO Nº 291/2014

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional especial, no orçamento vigente da Câmara Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1228/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, no orçamento vigente, da Câmara Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais).

01.00 Câmara Municipal de Vereadores				
01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
010310001.2.001000 Manutenção das atividades do Poder Legislativo				
	0100	3.3.93.00.00.0000	Aplicações Diretas	395,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial, orçamento vigente, da Câmara Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

01.00 Câmara Municipal de Vereadores				
01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
010310001.2.001000 Manutenção das atividades do Poder Legislativo				
29	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	395,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 29 de Outubro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8



**DECRETO Nº 292/2014**

DECRETO Nº 292/2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a licença maternidade da servidora Vanilde Guarnieri;

Considerando a necessidade da continuação da prestação de serviços básicos e manutenção dos programas na área da Assistência Social;

Considerando a impossibilidade de realização imediata de teste seletivo e/ou concurso público para suprir a referida vaga:

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. CARLA MARINA TREMARIN, CPF: 907.372.029.04, RG: 2.942.910 para desempenhar a função de Assistente Social, 40 horas semanais, lotada no CRAS- Secretaria Municipal de Assistência Social .

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 03 de Novembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

**PORTARIA Nº 138/2014**

PORTARIA Nº 138/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. ADEMIR ANTONIO DETOFOL, matricula nº 80/9, ocupante do cargo de Contador Geral, lotado na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico, relativamente ao período aquisitivo 02/01/2012 a 01/01/2013, a serem gozadas no período de 04 de Novembro de 2014 a 03 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de Novembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1268/8



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 6737/2014

PORTARIA Nº 6737, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores ANDRÉ LUIZ GROSSI, PAULO ROBERTO SIGNORELI, FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO e ALESSANDRO ROBERTO SCHARF, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Renault/Sandero, placas QHA 0857.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 6738/2014

PORTARIA Nº 6738, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal ACYR LEAL DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00020/12-3, de 10 anos, 02 meses e 03 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6870, de 22 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 6739/2014

PORTARIA Nº 6739, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal DEYSE MARGARETH PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00118/13-1, de 10 anos, 07 meses e 13 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6798, de 17 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 6740/2014

PORTARIA Nº 6740, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal RENATA LEOCADIA AMAZILDA WEDEKIND, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00121/14-0, de 07 anos, 03 meses e 04 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6967, de 27 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 6741/2014

PORTARIA Nº 6741, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ROSANGELA

OSZIKA, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00015/14-6, de 10 anos, 07 meses e 28 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6969, de 27 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 6747/2014**

PORTARIA Nº 6747, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 23 de outubro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada LIZIONETE PEDROSO DO AMARAL BEPPLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental, Nível II, Classe F, matrícula nº 5490, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6109/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Fica revogada a portaria nº 6710, de 24 de outubro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 6748/2014**

PORTARIA Nº 6748, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores ALCIONE TERESINHA HINKE, DAGUEMA JOSEANE GLATZ, EDRIANGELA MARTINS WIGGERS GALKOWSKI, ROSELI ROSENSCHECK SCHLOGL, ELIANE BERGMANN RANK, MAURICIO BERTOTTI e MARCELO LAYNES MILLA, da Secretaria Municipal de Educação, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Renault/Clio, placas QHC 1467.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **LISTAGEM PORTARIAS 11/2014**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6711, de 27 de outubro de 2014. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 13 de outubro de 2014. Jaime João Alquini. Lanterneiro.

Portaria nº 6712, de 27 de outubro de 2014. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 16 de outubro de 2014. Vera Aparecida Ribeiro. Atendente Educativo.

Portaria nº 6713, de 27 de outubro de 2014. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 16 de outubro de 2014. Alvani Grosch. Professor Anos Iniciais.

Portaria nº 6714, de 27 de outubro de 2014. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 16 de outubro de 2014. Inez Porpeta. Atendente Educativo.

Portaria nº 6715, de 27 de outubro de 2014. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 16 de outubro de 2014. Maria Antônia Fuckner. Auxiliar de Serviços.

Portaria nº 6716, de 27 de outubro de 2014. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 20 de outubro de 2014. Rosangela Maria Wedderhoff Mettegang. Oficial Administrativo.

Portaria nº 6717, de 27 de outubro de 2014. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 23 de outubro de 2014. Lizionete Pedroso do Amaral Beppler. Professor Anos Iniciais.

Portaria nº 6718, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 16 de outubro de 2014. Jane Cristina Kwitschal Miranda. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6719, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 13 de outubro de 2014. India Nara Siqueira. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 6720, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 20 de outubro de 2014. Luciana Ribeiro dos Santos. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6721, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 16 de outubro de 2014. Solange Cristina Nogueira. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 6722, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 22 de outubro de 2014. Vanessa Taschek. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6723, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 23 de outubro de 2014. Tairine Aparecida Ferreira. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6724, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 22 de outubro de 2014. Sandra da Luz. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6725, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 13 de outubro de 2014. Michele Hackbarth Carlini. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 6726, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 24 de outubro de 2014. Adrieli Maria Almeida. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6727, de 27 de outubro de 2014. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 30 de outubro de 2014. Mileine de Carvalho. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6728, de 27 de outubro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 15 de outubro de 2014. Celene Karla Tiehm Mielke. Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 6729, de 27 de outubro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 27 de outubro de 2014. Tania Panneitz de Barros. Oficial Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 6730, de 27 de outubro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 23 de outubro de 2014. Adriana Taschek Schreiner. Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 6734, de 28 de outubro de 2014. Exonera Chefe de Divisão, a partir de 01 de novembro de 2014. Judite Morini. Chefe de Divisão de Secretaria. GAPRE.

Portaria nº 6736, de 28 de outubro de 2014. Nomeia Chefe de Divisão, a partir de 01 de novembro de 2014. Judite Morini. Chefe de Divisão de Empregos e Renda. SECON.

Portaria nº 6742, de 29 de outubro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 29 de outubro de 2014. Janaina Doerlitz. Especialista em Assuntos Educacionais, Grupo Ocupacional Gestão Educacional - Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6743, de 29 de outubro de 2014. Revoga, a partir de 29 de outubro de 2014, a Portaria nº 6585/14 que nomeou servidora pública municipal Luiza Kasmierczak, no cargo de Assistente

Administrativo, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 6744, de 29 de outubro de 2014. Revoga, a partir de 30 de outubro de 2014, a Portaria nº 6607/14 que nomeou servidora pública municipal Suzana Beatriz Kotovicz Moreira, no cargo de Professor Anos Finais, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 6745, de 29 de outubro de 2014. Opera Remoção de Servidor, a partir de 22 de outubro de 2014. Carina Cristine da Luz, Oficial Administrativo, da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 6746, de 29 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2011/2014, período de 20/11/14 a 19/12/14. Claudia Beleski Carneiro. Odontólogo. SEMUS.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL.

# São Domingos

## PREFEITURA

### EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014 PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014  
PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de São Domingos/SC, no uso de suas atribuições legais, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos descritos na Tabela abaixo, amparado em excepcional interesse público devidamente reconhecido por intermédio da Lei Complementar Municipal nº 018, de 28 de janeiro de 2008 atualizada; n.º 0042, de 04 de abril de 2012 atualizada; nº 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada e Lei Municipal nº 1.132, de 11 de dezembro de 1998 atualizada, em conformidade art. 100 da Lei Orgânica Municipal e com fulcro no art. 37, IX, da Constituição Federal e pelo Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o município de São Domingos e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina firmado em 22 de agosto de 2012, TORNA PÚBLICO que realizará Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e pela Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26 de julho de 2012.

Tabela de Cargos:

Cargos	Vagas Legais	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o cargo na contratação	Carga Horária Semanal	Salário outubro/14 R\$	Valor de inscrição R\$
Agente Educativo	01	Curso de Magistério em nível médio, Curso Superior na Licenciatura Plena de Pedagogia ou Normal Superior ou a comprovação de estar cursando magistério em nível médio. (1)	40 horas	1.020,47	30,00
Engenheiro Agrônomo	01	Diploma de Engenheiro Agrônomo, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	40 horas	3.343,20	100,00
Professor de Educação Infantil	CR	Diploma de Histórico Escolar de Conclusão de curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Infantil, Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Séries Iniciais ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Magistério Ensino Médio; ou Certificado de Frequência, a partir da 5ª Fase, em curso de Graduação em em Licenciatura Plena em Pedagogia em Educação Infantil. (1)	20 horas	Conforme Habilitação	50,00
			40 horas	Conforme Habilitação	
Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais	CR	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de curso Superior de Licenciatura Plena de Pedagogia em Séries Iniciais, Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Educação Infantil ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Magistério Ensino Médio; ou Certificado de Frequência, a partir da 5ª Fase, em curso de Graduação em em Licenciatura Plena de Pedagogia em Séries Iniciais. (1)	20 horas	Conforme Habilitação	50,00
			40 horas	Conforme Habilitação	
Professor Ensino Fundamental - Artes	CR	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes; ou Certificado de Frequência, a partir da 5ª Fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena de Educação Artística ou Artes,. (1)	10 horas 20 horas	Conforme Habilitação	50,00
			30 horas 40 horas	Conforme Habilitação	
Professor Ensino Fundamental - Educação Física	CR	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física ou certidão de frequência, a partir da 5ª Fase, em curso de graduação em Licenciatura Plena em Educação Física.	10 horas 20 horas 30 horas	Conforme Habilitação	50,00
			40 horas	Conforme Habilitação	

CR - Cadastro Reserva  
DA INSCRIÇÃO PELA INTERNET:  
PERÍODO: 05/11/2014 a 04/12/2014.

As inscrições via Internet poderão ser realizadas a partir das 9h do dia 05 de novembro de 2014 até às 23h59min, do dia 04 de dezembro de 2014, pelo site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br).

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em qualquer agência bancária ou terminal de autoatendimento, até o dia 05 de dezembro de 2014, com o boleto bancário impresso (NÃO será aceito pagamento por meio de agendamento, banco postal, cheque, depósito ou transferência entre contas).

Edital completo e maiores informações podem ser obtidas junto à Objetiva Concursos Ltda., pelo Tel.51-3335-3370 ou em caráter meramente informativo, pela internet, pelos sites [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br) e [www.saodomingos.sc.gov.br](http://www.saodomingos.sc.gov.br), a partir da data de abertura das inscrições.

De Brasília (DF), para São Domingos, SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

### EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014 PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014 PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de São Domingos/SC, no uso de suas atribuições legais, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos empregos descritos na Tabela abaixo, amparado em excepcional interesse público, devidamente reconhecido por intermédio da Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21 de dezembro de 2007, Lei Complementar Municipal n. 0018, de 28 de janeiro de 2008, Lei Complementar Municipal nº 042, de 04 de abril de 2012 atualizada, pela Lei Complementar Municipal 045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, pelo Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o município de São Domingos e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina firmado em 22 de agosto de 2012, em conformidade com o art. 100, da Lei Orgânica Municipal e com fulcro no art. 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que realizará Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e pela Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26 de julho de 2012.

Tabela de Empregos:

Empregos	Vagas Legais	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o emprego na contratação	Carga Horária Semanal	Salário outubro/14 R\$	Valor de inscrição R\$
Agente Comunitário de Saúde	05	Ensino Fundamental completo;(1) Residir na área da comunidade em que atuar desde a data de publicação do edital de processo seletivo simplificado; Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.(2)	40 horas	1.014,00	30,00
Odontólogo	01	Diploma de Odontólogo, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	40 horas	3.342,20	100,00

(1) Não se aplica a exigência da conclusão do Ensino Fundamental aos que, na data da publicação da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, estavam exercendo atividades próprias do emprego, nos termos do § 1º, do Art. 6º, da Lei nº 11.350/06, para o emprego de Agente Comunitário de Saúde.

(2) O Município proporcionará aos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, que não estavam exercendo as atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde, o curso de qualificação básica, devendo os candidatos concluir o referido curso com aproveitamento satisfatório, como condição para que se efetive a contratação, sendo que as convocações observarão a ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado.

2.1.2. DA LOCALIZAÇÃO e ABRANGÊNCIA das MICROÁREAS:

MICROÁREA	ABRANGÊNCIA	VAGAS
Microárea 04	ESF 004 - UBS Esperança, partes do Bairro Esperança	01
Microárea 03	ESF 004 - UBS Esperança, partes do Centro.	01
Microárea 02	ESF 003 - Centro de Saúde Santa Paulina, bairro São José, Partes do Centro	01
Microárea 04	ESF 002 - Centro de Saúde Santa Paulina, partes do Bairro Nossa Senhora Aparecida	01
Microárea 01	ESF 002 - ESF 002 Linha São Brás, Linha Rota-va, Alto da Serra, Linha Baitaca, Linha Berthier	01

DA INSCRIÇÃO PELA INTERNET:

PERÍODO: 05/11/2014 a 04/12/2014.

As inscrições via Internet poderão ser realizadas a partir das 9h do dia 05 de novembro de 2014 até às 23h59min, do dia 04 de dezembro de 2014, pelo site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br).

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em qualquer agência bancária ou terminal de autoatendimento, até o dia 05 de dezembro de 2014, com o boleto bancário impresso (NÃO será aceito pagamento por meio de agendamento, banco postal, cheque, depósito ou transferência entre contas).

Edital completo e maiores informações podem ser obtidas junto à Objetiva Concursos Ltda., pelo Tel.51-3335-3370 ou em caráter meramente informativo, pela internet, pelos sites [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br) e [www.saodomingos.sc.gov.br](http://www.saodomingos.sc.gov.br), a partir da data de abertura das inscrições.

De Brasília (DF) para São Domingos, SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



# São João do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.736 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.736 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 129.091,31 (cento e vinte e nove mil, noventa e um reais e trinta e um centavos), com a seguinte classificação:

#### 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas .... R\$ 129.091,31

TOTAL ..... R\$ 129.091,31

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas das seguintes dotações orçamentárias:

#### 0201 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0122.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito e Assessorias

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.973,74

#### 0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0123.2004 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .... R\$ 19.015,23

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 510,00

#### 0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.1030 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas.... R\$ 48.772,03

12.306.0128.2035 - Alimentação Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 4.048,90

12.361.0128.2031 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.617,00

#### 0801 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0125.2013 - Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 597,05

08.244.0126.2015 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 911,99

08.241.0126.2018 - Apoio a Pessoa Idosa

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 294,00

08.243.0126.2019 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 543,00

#### 02 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0125.2014 - Atendimento a Criança e Adolescente em Situação de Risco

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.525,00

#### 0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

15.452.0124.2010 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 16.328,03

26.782.0135.2051 - Manutenção da Rede Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 774,03

#### 1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0133.2046 - Assistência ao Produtor Rural, Pecuáristas e Pescadores

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 12.131,31

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50,00

TOTAL ..... R\$ 129.091,31

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
04 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

### LEI Nº 1.737 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.737 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a seguinte classificação:

#### 0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2036 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada parcialmente da seguinte dotação orçamentária:

#### 0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2029- Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00



TOTAL ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
04 de novembro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

### **LEI Nº. 1.738 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº. 1.738 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera dispositivo da Lei Municipal nº. 1.725 de 01 de julho de 2014, que Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS SÃO JOÃO 2014 no Município de São João do Sul e, dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:  
Art. 1º - O art. 11 da Lei Municipal nº. 1.725 de 01 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"...

Art. 11 - Os contribuintes terão até a data de 10 de dezembro de 2014 para aderirem ao Programa.

..."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 04 de novembro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

# São José

## **PREFEITURA**

### **PORTARIA Nº 25/2014**

PORTARIA Nº: 25/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Comissão de sindicância para apurar, as reiteradas vezes que o Guarda Municipal L.A.F matrícula 19.035, não cumpriu com o dever de servidor, conforme Art.146, II, Lei nº 2248/91 (estatuto dos servidores municipais de São José/SC).

Art. 2º Ficam nomeados, como membros da Comissão respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei 5215/2013;

I - Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula. 15.714, como presidente;

II - Guarda Municipal, GUILHERME MARTINS DA SILVA, matrícula 19.034, como Secretário;

III - Guarda Municipal, IVANDRO DE LIMA, matrícula 23.190, como Vogal.

Art. 3º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art.4 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

### **CONTRATO/CT: Nº 229/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 229/2014 - IN 015/2014 - Processo 213/2014 - Contratado: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA. Objeto: Contratação da empresa para fornecimento de 35 (trinta e cinco) assinaturas do jornal notícias do dia - impresso, e 01 (uma) assinatura impressa com digital, conforme termo de referência e demais anexos que instruem o processo nº 213/2014. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Autorização de Fornecimento. Valor: R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais). Data da Assinatura do Contrato: 10 de outubro de 2014.

**CONTRATO/CT: Nº 200/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 200/2014 - IN 012/2014 - Processo 179/2014  
- Contratado: CLIK TECNOLOGIA ASSISTIVA LTDA. Objeto: Fornecimento de materiais de tecnologia assistiva para acesso ao computador e comunicação alternativa, destinados aos alunos de educação especial da Rede Municipal de Ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 60 (sessenta) dias. Valor: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). Data da Assinatura do Contrato: 01 de setembro de 2014.

**CONTRATO/CT: Nº 204/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 204/2014 - IN 017/2014 - Processo 259/2014  
- Contratado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARRASTA ILHA. Objeto: Contratação da ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARRASTA ILHA para apresentação artística de um "Cortejo de Maracatu" na Feira da Freguesia de São José, com show previsto para 13h30min do dia 14/09/2014, na Praça Hercílio Luz - Centro Histórico de São José/SC. Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais). Data da Assinatura do Contrato: 12 de setembro de 2014.

**CONTRATO/CT: Nº 214/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 214/2014 - DL 028/2014 - Processo 252/2014  
- Contratado: CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANÇAS. Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Otto Julio Malina, nº 1.306, esquina com a Rua Emilio Macedo, Bairro Ipiranga - Barreiros - São José/SC, destinado à implantação do serviço de acolhimento institucional. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses. Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Data da Assinatura do Contrato: 26 de setembro de 2014.

**CONTRATO/CT: Nº 221/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 221/2014 - CV 012/2014 - Processo 237/2014  
- Contratado: ARABRINDES COMÉRCIO DE BRINDES LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais diversos, destinados ao movimento Outubro Rosa, no Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias. Valor: R\$ 73.212,00 (setenta e três mil, duzentos e doze reais). Data da Assinatura do Contrato: 29 de setembro de 2014.

**ERRATA A NOVA ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA A NOVA ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2014 - Processo nº 238/2014 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 04/11/2014, ONDE SE LÊ: "Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/11/2014 às 14h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/11/2014 às 14h15min." LEIA-SE: "Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 17/11/2014 às 14h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 17/11/2014 às 14h15min."

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

**RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2014 - HABILITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 270/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução da reforma e ampliação do CEI José Nitro, compreendendo refeitório / pátio coberto, direção, sala de professores, lavanderia, playground - Serraria, Município de São José/SC. EMPRESAS HABILITADAS: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI - EPP; SMO EMPREITEIRA PRECISÃO LTDA - EPP; ASTECA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP; e MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP; e. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br).

Carlos Alfredo Schmidt,  
Presidente/CPL.

**DECRETO Nº 3362/2014**

DECRETO Nº 3362/2014  
CRIA E NOMEIA A COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VI da Lei Orgânica Municipal, e considerando as disposições do artigo 23, inciso IV, combinado com os artigos 32 e seguintes, todos da Lei nº 4.609, de 07 de fevereiro de 2008, e

CONSIDERANDO que o lançamento de procedimento licitatório para a concessão do serviço de transporte coletivo do Município de São José somente se tornará possível, por razões técnicas e econômicas, após a divulgação do resultado do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis - PLAMUS pela SC Parcerias e pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que os valores das tarifas praticadas no serviço de transporte coletivo do Município de São José não são reajustados desde o ano de 2011;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Análise da Tarifa do Transporte Coletivo do Município de São José, com o objetivo de:

I - avaliar a metodologia e os procedimentos para cálculo tarifário estabelecidos nos contratos de concessão do Transporte Coletivo vigentes no Município;

II - elaborar relatório com as conclusões do estudo tarifário, tendo por base a planilha de custos, e apresentar propostas para reajuste da tarifa do Transporte Coletivo ou outra forma de remuneração que permita o melhoramento e a expansão dos serviços e assegure o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos membros das seguintes Instituições:

I - Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

II - Câmara Municipal de Vereadores de São José.

III - Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

IV - Sindicato das empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis.

§1º A Comissão será presidida pela Secretária Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito, e terá como seu relator, o membro escolhido pelos demais membros.

§2º As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas, mas serão consideradas como prestação de serviço público relevante.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta), prorrogáveis, para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Art. 4º - A Comissão definirá a forma como se dará a participação da sociedade no desenvolvimento dos trabalhos, bem como os procedimentos que deverão ser adotados para a formalização das sugestões advindas dessa participação.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço municipal em São José (SC), 03 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal
---

ANDRÉA IRANY PACHECO Secretária Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito	CLÓVIS RENATO SQUIO Procurador-Geral do Município
--	--

**PORTARIA Nº 1.649/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.649/2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 66, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR a Comissão responsável pela avaliação de desempenho anual dos servidores efetivos e estáveis integrantes dos quadros permanentes e suplementares de Pessoal do Poder executivo municipal, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 3.125, de 28 de agosto de 2014, integrada pelos seguintes membros:

ANA BRASIL DE OLIVEIRA  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
KELEN BITTENCOURT  
JENAIR MARIA PATRÍCIO  
SÉRGIO HENRIQUE COELHO

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2014.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

São José - SC

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1923/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 023 1923/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQE7757	55542060E	6599/2	05/09/2014	230 * V
CVR2030	55539268E	6408/0	19/09/2014	221
CVR2030	55539269E	5045/0	19/09/2014	162 * V
DEL3561	55823058E	6599/2	03/10/2014	230 * V
DFY7421	55823810E	6599/2	09/10/2014	230 * V
GOZ0034	55823727E	5045/0	09/10/2014	162 * V
GOZ0034	55823728E	6912/0	09/10/2014	232
GRN5546	55822825E	6726/1	22/09/2014	230 * XVIII
IAT3535	55822538E	5010/0	25/09/2014	162 * I
IAT3535	55822539E	6556/1	25/09/2014	230 * I
LXS1637	55821407E	6726/1	29/09/2014	230 * XVIII
LXS1637	55821408E	5010/0	29/09/2014	162 * I
LXT9096	55822742E	6912/0	14/10/2014	232
LXT9096	55822743E	6637/1	14/10/2014	230 * IX
LXU7547	55821675E	5010/0	20/09/2014	162 * I
LXU7547	55821676E	6726/1	20/09/2014	230 * XVIII
LYB2527	55822749E	6599/2	14/10/2014	230 * V
LYD1823	55822299E	5010/0	14/09/2014	162 * I
LYQ9132	55823878E	6726/1	15/10/2014	230 * XVIII
LZH5108	55823732E	6556/4	09/10/2014	230 * I
LZH8612	55823513E	6700/0	13/10/2014	230 * XVI
LZV3587	55823241E	6599/2	12/09/2014	230 * V
MAH9622	55823672E	6726/1	13/10/2014	230 * XVIII
MAH9622	55823673E	6637/2	13/10/2014	230 * IX
MAO0692	55822517E	6912/0	23/09/2014	232
MAO0692	55822518E	5045/0	23/09/2014	162 * V

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAO0692	55822519E	6726/1	23/09/2014	230 * XVIII
MAV7356	55915292D	6599/2	01/10/2014	230 * V
MBA1644	55542058E	5010/0	05/09/2014	162 * I
MBL7290	55823520E	5010/0	17/10/2014	162 * I
MBL7290	55823521E	6637/1	17/10/2014	230 * IX
MCC5138	55823906E	6416/0	21/10/2014	221 § Único
MCC5138	55823907E	6912/0	21/10/2014	232
MCC7663	55823623E	6599/2	17/10/2014	230 * V
MCC7663	55823625E	6726/1	17/10/2014	230 * XVIII
MCF5061	55823634E	6700/0	20/10/2014	230 * XVI
MCM2989	55158497C	6700/0	23/09/2014	230 * XVI
MCT7977	55539110E	6599/2	17/10/2014	230 * V
MCT7977	55539112E	5010/0	17/10/2014	162 * I
MCX2492	55823158E	5010/0	30/09/2014	162 * I
MDI5306	55823643E	6599/2	20/10/2014	230 * V
MDK6567	55823628E	6599/2	17/10/2014	230 * V
MDK6567	55823629E	6637/2	18/10/2014	230 * IX
MDK6567	55823630E	6602/0	18/10/2014	230 * VI
MEE4923	55823649E	6599/2	20/10/2014	230 * V
MEE4923	55823650E	6912/0	20/10/2014	232
MEN5212	55087538E	5010/0	11/10/2014	162 * I
MEN5212	55087539E	6599/2	11/10/2014	230 * V
MEN5212	55087540E	6726/1	11/10/2014	230 * XVIII
MEN5212	55087541E	6637/2	11/10/2014	230 * IX
MES9372	55087642E	6912/0	08/10/2014	232
MFH1925	55822735E	6599/2	14/10/2014	230 * V
MFQ4424	55822837E	6599/2	23/09/2014	230 * V
MFQ4424	55822838E	6912/0	23/09/2014	232
MFS1500	55822733E	6726/1	08/10/2014	230 * XVIII
MFW5538	55822300E	5010/0	14/09/2014	162 * I
MGL0306	55822515E	6599/2	23/09/2014	230 * V
MGN0237	55821072E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MGN8111	55822745E	5045/0	14/10/2014	162 * V
MGW1600	55542065E	6912/0	05/09/2014	232
MGZ4390	55821788E	6408/0	03/10/2014	221
MHQ0474	55823600E	6599/2	11/10/2014	230 * V
MHR0961	55823606E	6599/2	15/10/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHU3042	55823913E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MIS3766	54931867E	6637/2	16/09/2014	230 * IX
MIS3766	54931868E	5010/0	16/09/2014	162 * I
MIY9492	55823910E	6912/0	21/10/2014	232
MJA7306	55823882E	5010/0	15/10/2014	162 * I
MJA7306	55823883E	6610/2	15/10/2014	230 * VII
MJA7306	55823884E	6726/1	15/10/2014	230 * XVIII
MJA7306	55823885E	6700/0	15/10/2014	230 * XVI
MJQ0908	55158494C	6416/0	20/09/2014	221 § Único
MJQ8945	55821409E	6599/2	11/10/2014	230 * V
MJS4838	55909214D	6726/1	14/10/2014	230 * XVIII
MJS8170	55542691E	6610/2	08/10/2014	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1925/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1925/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGK6853	55539084E	7358/0	22/07/2014	R\$ 85,12	252 * V
AMJ5411	55820948E	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
APW1071	54769684E	6599/2	14/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
APW1071	54769687E	5274/1	14/08/2014	R\$ 191,53	175
BMK8451	55087946E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
BMK8451	55087947E	5045/0	16/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
CBQ4062	55912893D	6920/0	03/07/2014	R\$ 127,69	233
CMC1416	55822602E	6599/2	05/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
CTA4446	55820762E	6912/0	13/08/2014	R\$ 53,20	232
DBO9277	55541361E	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
DEZ3287	55912871D	6920/0	03/07/2014	R\$ 127,69	233
GYZ3433	55538369E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
IAV4215	55082785E	6599/2	27/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
IAV4215	55082787E	6416/0	27/06/2014	R\$ 85,12	221 § Único
IAZ7614	55820926E	6556/1	14/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
IAZ7614	55820927E	6599/2	14/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
IAZ7614	55820928E	6416/0	14/08/2014	R\$ 85,12	221 § Único
IQM6943	55821010E	6599/2	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
IQM6943	55821011E	6602/0	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * VI
KNG7329	55912888D	6920/0	03/07/2014	R\$ 127,69	233
LBZ0893	54769690E	6912/0	18/08/2014	R\$ 53,20	232
LXJ1495	55919089D	5010/0	30/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYH9046	55538443E	5010/0	08/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYH9046	55538444E	6700/0	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
LYI2599	55088546E	6912/0	04/07/2014	R\$ 53,20	232
LYY6601	55541984E	6637/1	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYY6601	55541985E	6912/0	19/08/2014	R\$ 53,20	232
LYY6601	55541986E	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZN4375	55541039E	6599/2	29/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBK9655	55820807E	6408/0	15/08/2014	R\$ 85,12	221
MBM5792	55821801E	6726/1	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBO1349	55912878D	6920/0	03/07/2014	R\$ 127,69	233
MBO9776	55538212E	5010/0	08/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCB3455	55821015E	6726/1	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCI1119	55541975E	6599/2	15/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCI1119	55541976E	6726/1	15/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCI1119	55541977E	6580/0	15/08/2014	R\$ 191,53	230 * IV
MCJ9999	55542563E	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDN2959	55820919E	6726/1	14/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDN3043	55538474E	6726/1	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDW8598	55821314E	6610/2	22/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDY1477	55088979E	6912/0	05/07/2014	R\$ 53,20	232
MEP1083	54769680E	6599/2	14/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEP1083	54769681E	6637/1	14/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFD0410	55542237E	6700/0	25/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MFI2567	55086379E	5045/0	08/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFI2567	55086380E	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
MFR5861	55542317E	6599/2	21/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFY9962	55088132E	6637/1	23/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFY9962	55088133E	6637/2	23/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFY9962	55088134E	6610/2	23/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MHL4378	55821007E	5010/0	07/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHL4378	55821009E	5061/0	08/08/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHS0938	55540294E	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHS0938	55540295E	6912/0	20/08/2014	R\$ 53,20	232
MHS0938	55540296E	6700/0	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MHS0938	55821623E	6637/2	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHT0076	55088592E	6912/0	15/07/2014	R\$ 53,20	232
MHX6113	55542434E	5045/0	02/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHX6113	55542435E	6556/1	02/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MIF5761	55542804E	6912/0	25/07/2014	R\$ 53,20	232
MKE7715	55542711E	5010/0	23/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKI1435	55539661E	6912/0	14/08/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKU9797	55538494E	6700/0	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MLQ2812	55088241E	6912/0	18/08/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1446/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 714 1446/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DWP5167	55673413C	5010/0	14/09/2014	162 * I
DWP5167	55673414C	6637/2	14/09/2014	230 * IX
DWP5167	55673415C	6726/1	14/09/2014	230 * XVIII
DWP5167	55673416C	6700/0	14/09/2014	230 * XVI
MDC7548	55673425C	5010/0	18/09/2014	162 * I
MDU1125	55672509C	5010/0	07/09/2014	162 * I
MDU1125	55672510C	5010/0	07/09/2014	162 * I
MDU1125	55672511C	6599/2	07/09/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1448/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1448/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAN6671	55671144C	6637/2	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AJP2147	55672289C	5169/1	07/08/2014	R\$ 1.915,38	165
AJP2147	55672290C	5045/0	07/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJD8770	55672555C	6599/2	23/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 109/2014**

PORTARIA Nº 109/2014

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - NOMEAR O Senhor ANTENÓGENES ADOLFO TEIXEIRA, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Parlamentar II, lotado no Gabinete do Vereador Amauri Valdemar da Silva, conforme Lei nº. 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 03 de Novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA 108**

PORTARIA Nº 109/2014

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR O Senhor ,MOZART GONÇALVES JÚNIOR do cargo em comissão de Coordenador Parlamentar II, lotado no Gabinete do Vereador Amauri Valdemar da Silva, conforme Lei nº. 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 03 de Novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 107/2014**

PORTARIA Nº 109/2014

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - CONCEDER (30) trinta dias de Férias ao servidor(a) ,LUCINEI-DE BITTENCOURT, a partir de 07/11/2014 a 07/12/2014, referente o período aquisitivo 2013/2014.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 31 de Outubro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 106/2014**

PORTARIA Nº 106/2014.

Considerando que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art. 67 da lei 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar;

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

I - NOMEAR - O Servidor MAURICIO LUIZ SCHMITT, para fiscalizar o Contrato nº 085/2014, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 17 de Outubro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 362, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 362, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802877532, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lúcia De Fatima Barzan Lovera, CPF nº 814.568.599-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726V8L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9713, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 362, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lúcia De Fatima Barzan Lovera - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

### EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 363, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 363, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1100133817, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Dominanda Pintos Dos Santos, CPF nº 021.131.769-12.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572715V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9716, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 363, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Dominanda Pintos Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

### EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 364, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 364, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502356170, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marisa Nascimento, CPF nº 028.834.009-46.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SZ4H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9992, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 364, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marisa Nascimento - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

### EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 365, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 365, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702664537, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Bandeira, CPF nº 043.654.869-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726B6N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9718, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 365, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Bandeira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

### EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 366, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 366, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 405723652, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Evonete Quadra, CPF nº 007.652.881-25.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726H0B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9721, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 366, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Evonete Quadra - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

### EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 367, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 367, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601682106, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marta Bazzo Melere, CPF nº 025.636.629-60.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726W3Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9724, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 367, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marta Bazzo Melere - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 368, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 368, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 405723660, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lucimar Jeremias Toss, CPF nº 005.060.420-14.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726G8C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9725, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 368, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lucimar Jeremias Toss - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 369, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 369, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1200058939093, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Tatiane Villa Destri, CPF nº 045.098.719-10.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5727700, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9729, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 369, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Tatiane Villa Destri - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 370, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 370, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702666734, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Silvana Giordani de Lima, CPF nº 027.955.859-79.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726X5C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9730, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 370, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Silvana Giordani de Lima - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 371, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 371, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 405725671, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eliane Miranda De Moraes, CPF nº 065.609.019-71.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703S41, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9636, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 371, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eliane Miranda De Moraes - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 372, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 372, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1300134605033, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Zenita Soares, CPF nº 808.296.359-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570377P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9773, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 372 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Zenita Soares - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 373, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 373, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600392147, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Gessi Aparecida Kocovick, CPF nº 258.223.819-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703177, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9774, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 373 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Gessi Aparecida Kocovick - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 374, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 374, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600596028, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Delci Teresinha Dias, CPF nº 062.020.309-92.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570408G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9775, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 374 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Delci Teresinha Dias - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 375, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 375, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601681703, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clarice Savi Mondo, CPF nº 039.398.999-25.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703H6E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9776, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 375 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Clarice Savi Mondo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 376, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 376, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502355654, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Angela Piran Menin, CPF nº 048.450.859-84.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703H80, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9777, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 376 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Angela Piran Menin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 377, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 377, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 901994405, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Leidi Comerlato, CPF nº 033.204.869-18.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703720, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9778, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 377 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Leidi Comerlato - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 379, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 379, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802877737, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Simone Talgatti, CPF nº 061.851.579-85.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703265, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9784, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 379 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Simone Talgatti - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 380, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 380, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 405724098, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Vilson Antônio De Oliveira Rodrigues, CPF nº 031.727.239-09.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5702W9V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9785, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 380 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Vilson Antônio De Oliveira Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 381, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 381, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601672330, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Loreni Martins Lara, CPF nº 048.610.099-52.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703F9N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9787, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 381 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Loreni Martins Lara - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 382, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 382, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1300134605040, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Do Carmo Lara Macedo, CPF nº 034.916.880-06.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SC5P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9791, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 382 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Do Carmo Lara Macedo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 383, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 383, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1200134605062, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Zilto João Alexandre, CPF nº 838.570.109-59.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570S7Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9792, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 383 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Zilto João Alexandre - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 384, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 384, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802877389, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marli Ferreira Mendes Orlandi, CPF nº 064.418.039-09.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SN4H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9799, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 384 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marli Ferreira Mendes Orlandi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 385, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 385, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702480282, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Geferson de Andrade, CPF nº 047.311.8999-85.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SN3C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9800, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 385 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Geferson de Andrade - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 386, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 386, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1400134605021, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Gilmara Nunes Silva, CPF nº 009.554.825-42.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SM93, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9801, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 386 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Gilmara Nunes Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.



**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 387, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 387, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601681860, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Vera Lucia De Camargo Zobot, CPF nº 041.655.769-48.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SM8Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9802, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 387 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Vera Lucia De Camargo Zobot - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 388, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 388, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800504216, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jucemar De Brites Melo, CPF nº 024.636.059-36.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SN81, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9803, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 388 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jucemar De Brites Melo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 389, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 389, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802765866, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marisa Da Silva, CPF nº 981.376.899-15.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SP03, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9804, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 389 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marisa Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 390, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 390, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1300134605081, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jaqson Rocha, CPF nº 983.766.919-53.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SN6R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9806, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 390 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jaqson Rocha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 391, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 391, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800514653, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adeirde Dos Santos, CPF nº 023.167.399-03.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SN7W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9807, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 391 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adeirde Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 392, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 392, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600598381, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivanir Krauss, CPF nº 039.777.079-19.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703K5I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9808, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 392 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivanir Krauss - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 393, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 393, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702664545, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cintia Mara Soletti Dos Santos, CPF nº 045.136.959-94.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703L6Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9809, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 393 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Cintia Mara Soletti Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 395, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 395, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800513282, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marta Rosa, CPF nº 056.684.289-07.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703L4G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9815, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 395 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marta Rosa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 396, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 396, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302234616, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Veroni de Fatima Maciel, CPF nº 047.915.739-19.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703J20, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9816, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 396 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Veroni de Fatima Maciel - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 397, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 397, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 70266688, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elania Mírian Klassmann Mendes, CPF nº 026.852.299-57.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SR09, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9818, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 397 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Elania Mírian Klassmann Mendes - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 398, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 398, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800515102, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Olinda Quilhan De Paula, CPF nº 031.488.119-09.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SH54, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9917, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 398 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Olinda Quilhan De Paula - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 399, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 399, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 503689092, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clairei Fátima Lara Tatto, CPF nº 022.531.749-47.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SR4T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9819, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 399, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Clairei Fátima Lara Tatto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.



**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 400, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 400, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702664596, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Aparecida Gonçalves de Almeida, CPF nº 838.567.819-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SQ8A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9820, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 400, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Aparecida Gonçalves de Almeida - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 401, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 401, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 405723865, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lucivani Giachini Rigon, CPF nº 031.474.089-90.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SQ9F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9821, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 401, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lucivani Giachini Rigon - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 402, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 402, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600598349, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Claudete Dal Bello Sutili, CPF nº 981.456.579-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SS7B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9822, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 402, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Claudete Dal Bello Sutili - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 403, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 403, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802252206, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Genecy José Farias, CPF nº 525.794.339-53.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SQ4Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9823, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 403, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Genecy José Farias - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 404, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 404, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502900369, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdecir Antônio De Santi, CPF nº 814.018.179-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SR2J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9824, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 404, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdecir Antônio De Santi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 405, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 405, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 211687162, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neusa Dos Santos Gonçalves, CPF nº 059.669.079-78.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TX2V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9829, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 405, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neusa Dos Santos Gonçalves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 406, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 406, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502356596, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sirlei Medeiros, CPF nº 047.763.319-69.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569VZ05, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9830, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 406, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sirlei Medeiros - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 407, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 407, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 405723849, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Claudete Begnini Tarso, CPF nº 021.392.049-21.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TW57, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9831, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 407, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Claudete Begnini Tarso - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 408, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 408, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1100064300, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Dirceu Conte, CPF nº 386.285.549-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TT8D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9832, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 408, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Dirceu Conte - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 409, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 409, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502356219, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivone Soares Da Silva, CPF nº 040.235.059-60.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569V31M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9833, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 409, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivone Soares Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 410, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 410, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 503688860, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sirlei Kunzler, CPF nº 894.783.129-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TW1N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9838, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 410, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sirlei Kunzler - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 411, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 411, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 503688789, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clovis Spodotto, CPF nº 034.970.839-84.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569W63C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9839, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 411, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Clovis Spodotto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 412, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 412, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1300058939047, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rozane Bandeira, CPF nº 112.032.829-23.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TQ3F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9840, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 412, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rozane Bandeira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 413, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 413, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 503688703, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivone Conte Ferreira, CPF nº 054.091.089-90.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TQW43, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9841, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 413, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivone Conte Ferreira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 414, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 414, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1001524192, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Leonice Canabarro, CPF nº 038.555.889-96.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569V09H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9842, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 414, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Leonice Canabarro - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 415, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 415, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802877583, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Mariozete De Oliveira Smaniotto, CPF nº 020.451.379-02.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569VB1A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9843, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 415, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Mariozete De Oliveira Smaniotto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 416, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 416, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601681690, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jacir Dalla Valle, CPF nº 577.473.349-15.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SR5Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9849, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 416, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jacir Dalla Valle - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 417, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 417, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 211687081, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clarice Maria da Silva Lazzarotto, CPF nº 052.378.879-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SN12, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9850, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 417, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Clarice Maria da Silva Lazzarotto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 418, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 418, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601681665, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lorena Da Silva Cordeiro, CPF nº 062.810.739-08.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SP9C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9851, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 418, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lorena Da Silva Cordeiro - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 419, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 419, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800514297, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marilei Cambruzzi, CPF nº 024.005.229-36.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570S71Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9853, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 419, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marilei Cambruzzi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 420, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 420, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502356251, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Amauri Sauer Teles, CPF nº 618.532.759-72.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SH4Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9855, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 420, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Amauri Sauer Teles - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 421, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 421, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1001564798, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Roseli Fátima Muller, CPF nº 938.397.239-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SD5S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9856, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 421, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roseli Fátima Muller - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 422, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 422, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502356073, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Solange Chaves, CPF nº 097.183.799-67.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SK33, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9857, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 422, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Solange Chaves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 423, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 423, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800513231, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ledir de Oliveira, CPF nº 097.183.799-67.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SF09, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9862, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 423, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ledir de Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.



**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 424, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 424, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601672704, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marilete Oliveira, CPF nº 053.341.619-10.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SJ7K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9865, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 424, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marilete Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 425, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 425, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600988082, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Edeana Ariati, CPF nº 905.270.469-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SK48, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9867, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 425, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Edeana Ariati - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 426, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 426, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 503688908, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cleonice Luiza Bauer Da Silva, CPF nº 961.214.089-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SP5S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9868, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 426, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Cleonice Luiza Bauer Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 427, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 427, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 405725752, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cleci Terezinha Wolfart Link, CPF nº 834.246.609-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SP6X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9869, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 427, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Cleci Terezinha Wolfart Link - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 428, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 428, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800515005, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Nadir Borsoi, CPF nº 023.178.769-39.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SP4N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9871, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 428, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Nadir Borsoi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 429, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 429, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502355476, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sonia Mara de Lima Rosa, CPF nº 986.822.230-53.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570WZ0P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9878, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 429, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sonia Mara de Lima Rosa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 430, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 430, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1400134605003, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivan Regis Ziem, CPF nº 729.869.489-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SQ1B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9874, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 430, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivan Regis Ziem - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 431, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 431, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1400134605033, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marisonia Antunes Moreira, CPF nº 021.220.869-12.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570X95F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9883, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 431, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marisonia Antunes Moreira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 432, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 432, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 4057244306, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Anelino Dos Santos Silva, CPF nº 938.396.009-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569W48V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9835, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 432, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Anelino Dos Santos Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 433, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 433, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1400134605037, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Abelina Dos Santos De Lima, CPF nº 051.744.719-33.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SB5M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9896, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 433, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Abelina Dos Santos De Lima - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 434, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 434, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1400134605019, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Leonilda Freitas de Lima, CPF nº 911.638.469-53.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570YF8J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9757, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 434, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Leonilda Freitas de Lima - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 435, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 435, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1400134605029, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Indianara Antunes De Carvalho, CPF nº 046.893.299-23.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570S94B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9907, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 435, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Indianara Antunes De Carvalho - responsável legal pelo Usuário-Aluno.



**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 436, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 436, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 405724144, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria de Fatima Prezzi Perão, CPF nº 049.763.579-88.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SG8G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9911, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 436, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria de Fatima Prezzi Perão - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 437, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 437, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 100134605042, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Melissa Aparecida Penha, CPF nº 000.634.020-25.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SF4T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9927, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 437, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Melissa Aparecida Penha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 438, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 438, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601000463, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Claudio Adriano Silvério, CPF nº 724.394.409-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VG6R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9999, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 438, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Claudio Adriano Silvério - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 439, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 439, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1400134605043, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Isabel Fernanda Dos Santos, CPF nº 017.187.239-89.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SF63, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9924, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 439, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Isabel Fernanda Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 440, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 440, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601000480, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Alcides Paloschi, CPF nº 457.779.352-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SH90, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9914, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 440, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Alcides Paloschi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 441, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 441, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1400134605015, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Wilson Carlos Da Silva, CPF nº 131.578.339-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SK8S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9899, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 441, de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Wilson Carlos Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 217/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 217/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Origem: Processo Licitatório nº 121/2014, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Clima Service Refrigeração Ltda - EPP, CNPJ nº 73.211.393/0001-56.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE AR FORÇADA TIPO COIFAS DA COZINHA INDUSTRIAL(01) NO CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO Nº 01.399/2012-4, VINCULADO AO PROJETO PTEC 01590/2012.

Valor: R\$ 118.907,60 (cento e dezoito mil, novecentos e sete reais e sessenta centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados de acordo com as liberações dos recursos financeiros do Convênio PTEC nº 01.399/2012-4, firmado com o Estado de Santa Catarina Sistema Estadual de Incentivo à Cultura ao Turismo e ao Esporte SEITEC e contrapartida do Município.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, relativos ao contrato, serão oriundos do Convênio PTEC nº 01.399/2012-4, firmado com o Estado de Santa Catarina através de Incentivo a Cultura ao Turismo e ao Esporte SEITEC e contrapartida do Município.

Rubrica orçamentária: D - 203/2014 - 09.01.13.392.4511.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 - Construção Centro de Eventos.

Data de Assinatura: 30/10/2014.

Vigência: de 30/10/2014 a 27/02/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Luiz Benjamin Sandi - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2014, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2014, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 295/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 158/2013, Modalidade Tomada de Preços nº 005/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ nº 14.730.976/0001-24.

Objeto: Dilação do prazo de execução do Contrato nº 295/2013, de 13/11/2013, por 60 (sessenta) dias, eis que na data de 27 de agosto de 2014 a Contratada foi notificada a realizar as correções das patologias apresentadas nos serviços, no entanto as correções não foram realizadas em sua totalidade, portanto faz-se necessário a dilação do prazo de execução, retro mencionado, a fim de possibilitar a Contratada tempo suficiente para a realização dos serviços que ainda restam.

Data de Assinatura: 13/10/2014.

Vigência: de 13/10/2014 a 12/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Talita Karine Soares - pela Contratada.

**DECRETO Nº 4.974, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.974, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

16.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
16.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
16.01.28.846.0000.0.001		Aplicação	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	190	Direta	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

16.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
16.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
16.01.28.846.0000.0.001		Aplicação	
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	191	Direta	R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.975, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.975, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a fonte de recursos, e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 52.737,39 (cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e sete reais e trinta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

17.00	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL		
17.01	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL		
13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000		Aplicação	
	04	Direta	R\$ 52.737,39

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade

com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.976, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.976, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 60.430,00 (sessenta mil, quatrocentos e trinta reais), na seguinte dotação orçamentária:

17.00	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL		
17.01	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL		
13.392.4516.2.031 .3.3.9.0.	02	Aplicação	R\$ 60.430,00
00.00.00.00.00.0.1.0000		Direta	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

17.00	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL		
17.01	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL		
13.392.4516.2.031	01	Aplicação	R\$ 45.000,00
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000		Direta	
13.392.4516.2.031 4.4.90.0.00.00.00.	03	Aplicação	R\$ 15.430,00
00.00.0.1.0000		Direta	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

## São Miguel do Oeste

### PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1774 - (HUGO ERNO LANG) EXONERAÇÃO

PORTARIA ADM/DRH Nº 1774/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe conferem o art. 72, incisos VIII e X da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, c/c 54, 'd', da LCM n. 009/2012, e,

Considerando que o servidor público municipal Hugo Lang encontra-se aposentado desde 04/04/2007, e que somente agora o Poder Executivo Municipal tomou conhecimento de tal situação.

Considerando que a Constituição Federal veda o servidor público aposentado continuar na ativa do serviço público.

Considerando o parecer jurídico n. 078/2014, e o ofício do Controle Interno n. 039/2014, que opinou pela imediata exoneração do servidor público Hugo Lang.

Considerando que o Art. 54 "d", da Lei Complementar 009/2012 de 02 de Abril de 2012, estabelece que o cargo público ficará vago em decorrência da aposentadoria;

#### RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR POR APOSENTADORIA HUGO ERNO LANG ocupante do cargo de FISCAL DE TRIBUTOS DA FAZENDA PÚBLICA II, lotado na Secretaria de Fazenda do Poder Executivo Municipal em decorrência de aposentadoria junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, a partir da presente data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na presente data.

Registre-se, publique-se e comunique-se.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de novembro de 2014.

João Carlos Valar  
Prefeito Municipal

Pedro José de Conto  
Secretário da Fazenda

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2014

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para projetar a adequação das instalações elétricas e dos sistemas preventivos, SPDA, alarme de incêndio e iluminação de emergência, de uma edificação para reunião de público com aproximadamente 2.815m² no Parque de Exposições Rineu Gransotto, de acordo com o Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 18 de novembro de 2014.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 04 de novembro de 2014.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

#### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 53/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de material hospitalar e de enfermagem destinado ao almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde para posterior destinação as Unidades Básicas de Saúde para atendimento da população do nosso município, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 18 de novembro de 2014.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 04 de novembro de 2014.  
AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO  
Gestor do Fundo

## **São Pedro de Alcântara**

### **PREFEITURA**

#### **AVISA DA ABERTURA DO PROCESSO Nº 101/2014**

##### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 101/2014 - MODALIDADE: Pregão Presencial - TIPO: Menor Preço Global.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto fornecimento de solução de tecnologia da informação para Gestão Pública, compreendendo licenças de uso de softwares, temporárias e não exclusivas, a prestação de serviços de planejamento, instalação, implantação e customização do sistema, migração de dados oriundos de sistemas legados, treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva do sistema, conforme especificação do objeto constante do Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO COM ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 18/11/2014 às 08:45. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br) e [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07h às 13h.

São Pedro de Alcântara, 04/11/2014  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal.



# Schroeder

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 248/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 248/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 98/2014-PMS

Processo nº. 213/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CJM COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.985.597/0001-00, estabelecida na Rua 15 de Novembro nº. 4.862, Vila Nova, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.237-003.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás GLP 13 e GLP 45 para as Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Recarga de gás - GLP 13 kg	80	Unid.	49,50	3.960,00
02	Recarga de gás - GLP 45 kg	180	Unid.	188,00	33.840,00
TOTAL R\$					37.800,00

Valor do contrato: R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais)

Data da Assinatura: 04/11/2014 - Vigência: 04/11/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### ERRATA Nº 01 AO EDITAL Nº 002-2014 - CMDCA

EDITAL Nº 002/2014 - EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2015

ERRATA N.º 001

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 1.628/07, bem como suas alterações, torna público que o Item 3.1 do Edital n.º 002/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição n.º 1605, de 31 de outubro de 2014, passa a vigor com a redação abaixo determinada:

(...)

3.1. O CMDCA destinará a quantia de R\$ 60.000,00 (sessenta mil

reais), assim divididos:

- R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para projetos de entidades não governamentais;
- R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para projetos de entidades governamentais;

Mantêm-se inalteradas as demais disposições editalícias.

Schroeder, 04 de novembro de 2014.

Fabiane Heller

Vice Presidente do CMDCA

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2014

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. RENATA MOREIRA FERACIN ORCIOLI, inscrita no CPF sob nº. 061.342.409-31, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014, para o cargo de PSICÓLOGA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 08 de novembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 30 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde e Assistência Social

### PORTARIA Nº 5.776/2014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 5.776/2014, de 3 de novembro de 2014

DELEGA RESPONSABILIDADE PELA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE AIH, TFD, APAC E CONSULTAS DO CIS/AMUNESC.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Delegar à médica Camila Sartori Martins, CRM nº20864, CPF nº064.326.519-80, Carteira de Identidade nº9.332.477-3, a responsabilidade de médica autorizadora dos laudos de Internação Hospitalar (AIH), Tratamento Fora de Domicílio (TFD), Procedimentos de Alta Complexidade (APAC) e consultas/exames/procedimentos do CIS/NORDESTE, aos usuários do Município de Schroeder.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **TERMO ADITIVO Nº. A53/2014 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A53/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 201/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 19.338.878/0001-60, estabelecida na Rua Dr. Maruri nº. 1427 apto 201, Bairro Centro, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.700-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Marcos Roberto Borsatti, inscrito no CPF sob o nº. 070.707.899-71, portador da carteira de identidade nº. 4.319.272 - SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 201/2014-PMS, celebrado em 24 de setembro de 2014 proveniente do Processo de licitação nº. 168/2014 - PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 80/2014-PMS, para contratação de empresa de engenharia para efetuar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015 a vigência do contrato.

Cláusula 2ª- Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 201/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Marcos Roberto Borsatti

CPF nº. 070.707.899-71

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

### **EDITAL Nº. 001/2014/SECEL/PMS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

EDITAL Nº. 001/2014/SECEL/PMS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, através da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Plano de Matrículas para o ano letivo de 2015 para as Unidades de Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

#### **1. DA APRESENTAÇÃO**

1.1 - A Secretaria Municipal de Educação, como parte integrante das atividades programadas, estabelece por meio do presente edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2015.

1.2 - Com o processo de matrícula para o ano de 2015, espera-se garantir a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, oportunizando o acesso à escola para as crianças do município, na faixa etária a partir dos 4 (quatro) anos, conforme prevê a Lei 9.394/96 - LDB (Lei de Diretrizes e Bases); Resolução n. 05/2009; Resolução n. 01/2010 do CNE/CEB; Lei 12.796/13, Lei nº. 11.274/06, Parecer nº 239/05CEE/SC; Nota Técnica do Conselho Nacional de Educação - CNE de 05/06/2012 e Decreto Municipal nº 2.603/2013; Lei n. 11.700/2005.

1.3 - Matrículas para crianças da pré-escola em período de 4 (quatro) horas a partir dos 3 (três) anos até 5 (cinco) anos, obedecendo aos critérios estabelecidos neste edital.

1.4 - Inscrições para crianças dos Centros de Educação Infantil, a partir dos 04 (quatro) meses até 3 (três) anos, obedecendo aos critérios estabelecidos neste edital.

#### **2. DOS OBJETIVOS**

O Plano de Matrículas tem por objetivo:

##### **2.1 - GERAL**

2.1.1- Assegurar matrícula na Educação Infantil e no Ensino Fundamental a toda criança em idade escolar, inclusive para as que não tiveram acesso na idade própria.

##### **2.2 - ESPECÍFICOS**

2.2.1- Efetuar a renovação da matrícula dos alunos que já estão matriculados na Rede Municipal de Ensino, independente da:

a) Condição física, mental e sensorial;

b) Série/ano;

c) Segmento de Ensino (Educação Infantil ou Ensino Fundamental);

d) Matricular todas as crianças que ao ingressarem na Rede Municipal de Ensino no ano de 2015, que completarem 6 (seis) anos de idade até 31 de março de 2015 no Ensino Fundamental de Nove Anos;

e) Reconduzir à escola o aluno evadido;

f) Matricular as crianças da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino, conforme o número de vagas disponíveis e Lei n. 12.796 de 04/04/2013.



### 3. DA CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

#### 3.1 - ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.1 - A matrícula será para os alunos do Ensino Fundamental, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, garantindo a inclusão de todos.

3.1.2 - Para o primeiro ano do Ensino Fundamental, terão preferência pela vaga as crianças que estejam matriculadas e frequentando a Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino no ano letivo de 2014.

#### 3.2 - EDUCAÇÃO INFANTIL

3.2.1 Deverá ser implementado progressivamente, até 2016, a educação básica obrigatória e gratuita a toda criança, a partir do dia que completar 4 (quatro) anos de idade, garantindo a vaga na escola pública de educação infantil.

3.2.2 - O ingresso de crianças nas classes de centros de educação infantil e pré-escola, constituir-se-á de:

#### 3.2.3 - CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- a) Berçário I - 4 meses a 1 ano
- b) Berçário II - 1 ano e 1 mês até 1 ano e 10 meses
- c) Maternal I - 1 ano e 11 meses até 2 anos e 6 meses
- d) Maternal II - 2 anos e 7 meses até 3 anos completos ou a completar no ano da matrícula.

3.2.4 - A matrícula da criança inscrita ou pré-inscrita no Centro Municipal de Educação Infantil, somente será efetivada mediante vagas disponíveis, sendo que a Direção Escolar entrará em contato com os pais ou responsáveis pela criança para efetuar a matrícula.

3.2.5 - A criança no Centro Municipal de Educação Infantil será enturmada nas turmas acima citadas conforme a idade e o seu desenvolvimento.

#### 3.3 - PRÉ-ESCOLA

- a) Crianças com 5 anos completos ou a completar até 31 de março de 2015;
- b) Crianças com 4 anos completos ou a completar até 31 de março de 2015;
- c) Crianças com 3 anos completos ou a completar até 31 de março de 2015, de acordo com a disponibilidade de vagas, nas Unidades Escolares que poderão oferecer turmas para a idade de 03 anos.

### 4. DIRETRIZES BÁSICAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE MATRÍCULAS

As diretrizes básicas para a execução do plano de matrículas são as seguintes:

#### 4.1 - DA RENOVAÇÃO DE MATRÍCULAS E MATRÍCULAS NOVAS

- a) O sistema de renovação de matrícula destina-se a garantir a vaga ao aluno que já está regularmente matriculado no Ensino Fundamental de Nove Anos e na Educação Infantil, mediante a confirmação dos pais ou responsáveis pelo educando.
- b) As matrículas para o Ensino Fundamental de Nove Anos serão efetuadas na série/ano indicados pelo resultado aferido no processo de avaliação em vigor.

c) Cabe, portanto, à escola, efetuar a renovação de matrícula de todos os seus alunos já matriculados no Ensino Fundamental de Nove Anos e na Educação Infantil, complementando, se houver necessidade, os dados na ficha de matrícula já existente na unidade escolar via sistema informatizado, sem necessidade de preenchimento de nova ficha quando o aluno renovar sua matrícula para o mesmo segmento de Educação.

d) Para o aluno que ingressar no Ensino Fundamental no ano de

2015, a escola deverá efetuar o preenchimento de uma nova ficha de matrícula.

e) Será de compromisso da família comunicar à escola qualquer alteração dos dados existentes na matrícula. Para tanto, é necessário que os pais ou responsáveis compareçam à unidade escolar para a confirmação dos dados.

f) As crianças que ingressarem no Ensino Fundamental e na Pré-escola em 2015 na Rede Municipal de Ensino serão matriculadas de acordo com as novas orientações, ou seja, deverão completar a idade prevista neste edital até 31 de março de 2015.

#### 4.2 - DA EFETIVAÇÃO DAS MATRÍCULAS

a) A matrícula deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis pelo aluno, por meio do preenchimento da ficha de matrícula e anexo da ficha de matrícula para alunos que serão matriculados na Educação Infantil.

b) O aluno evadido, que não possuir documentos comprobatórios de seu grau de escolarização, será submetido a teste de verificação de aprendizagem e será matriculado no Ensino Fundamental, de acordo com o seu desempenho na verificação (Lei nº 9.394/96, art. 24, inciso II, alínea C).

c) c) A matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental de Nove Anos, para os alunos que não frequentaram a Educação Infantil deverá ser efetivada pelos pais ou responsáveis obedecendo aos critérios estabelecidos neste edital.

d) Em caso de não existência de vaga na unidade escolar para a Educação Infantil, os pais ou responsáveis serão orientados a buscar vaga em outro estabelecimento de ensino, ou ainda, solicitar que o nome da criança e contato do responsável seja incluído em lista de espera, no caso de surgir eventual vaga no decorrer do ano letivo.

### 5. DA ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES

As classes ficarão assim constituídas:

#### 5.1 - ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

1º ANO	25 alunos
2º ANO	25 alunos
3º ANO	25 alunos
4º ANO	30 alunos
5º ANO	30 alunos
6º ANO	35 alunos
7º ANO	35 alunos
8º ANO	35 alunos
9º ANO	35 alunos

5.1.1 - Será criada uma nova classe quando o número de alunos matriculados exceder, observando-se os critérios acima estabelecidos, existência de espaço físico e avaliação da equipe técnica pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, desde que exista a efetiva permanência do aluno na classe sem oscilação do número de alunos por turma.

5.1.2 - Considerando ainda a Lei Complementar nº 170/98, em seu Art. 63 e a Resolução nº 112 CEE/SC sobre a Educação Especial, o Poder Público deverá disponibilizar na Rede Regular de Ensino, quando necessário, um Professor Colaborador em turma, que atuará com o Professor Regente nas turmas onde exista matrícula de educandos, de que trata a Lei e a Resolução acima citada, visando a integração dos educandos nas classes comuns de ensino. Cada caso será discutido e analisado pela equipe técnica da Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação, juntamente com demais órgãos vinculados à Educação Especial.

5.1.3 - Para as turmas onde estão matriculados educandos com deficiências e/ou com transtornos globais do desenvolvimento, e que necessitem de apoio do Professor Colaborador, considerar-se-á o número de 1(uma) matrícula como índice redutor do número total máximo de matrículas na turma. O índice redutor terá como referência cada Professor Colaborador presente na turma.

## 5.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	PRÉ-ESCOLA
Berçário I – Mínimo 12 e máximo 15 alunos	
Berçário II - Mínimo 12 e máximo 15 alunos	Jardim I- Mínimo 10 e máximo 15 alunos
Maternal I - Mínimo 12 e máximo 15 alunos	Jardim II- Mínimo 10 e máximo 18 alunos
Maternal II – Mínimo 12 e máximo 15 alunos	Jardim III- Mínimo 12 e máximo 20 alunos

5.2.1 - Para atender ao número citado para as turmas de Berçário I e II e Maternal I e II no quadro acima, considerar-se-á sempre 02 (dois) profissionais da área para desempenhar o trabalho docente com os alunos, exigindo-se que 1 (um) profissional seja professor habilitado em nível médio ou superior para a docência na educação infantil, bem como a quantidade máxima de crianças por turma deverá ser proporcional ao tamanho das salas que ocupam.

5.2.2 - Levar-se-á em consideração o PPP (Projeto Político Pedagógico)/Regimento Escolar estabelecido em cada Unidade de Ensino.

5.2.3 - Em caso do número de matrículas não alcançar o mínimo ou exceder o número de alunos por turma, esta Secretaria analisará toda a estrutura funcional e infra-estrutura da Rede Municipal de Ensino, de forma a estabelecer a relação adequada entre o número de alunos por turma e por docente.

5.2.4 - Em casos de extrema necessidade ou por motivos de transferências de alunos no caso da turma ter atingido o máximo de alunos por turma, poderão ser matriculados até 3 (três) alunos nas turmas de Maternal I e Maternal II e 5 (cinco) alunos na Pré-escola e Ensino Fundamental.

## 6. DA DOCUMENTAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DE MATRÍCULAS

a) Requerimento de Renovação de Matrícula;  
b) declaração atualizada de trabalho dos pais, fornecido pelo empregador, ou declaração acompanhada de alvará, comprovando a atividade como autônomo;

c) comprovante de residência (Fatura de energia elétrica, água ou telefone do mês de setembro ou outubro de 2014).

d) documento de guarda de menor, expedido pelo órgão competente, quando houver.

e) Laudos ou diagnósticos médicos ou de outros profissionais da saúde para comprovação de deficiências/transtornos, quando houver.

f) Apresentação do número de Número de Identificação Social (NIS). É um número de cadastro atribuído pela Caixa às pessoas que serão beneficiadas por algum projeto social e ainda não possuem cadastro no PIS. (Exemplo: Bolsa Família)

## 6.1 DA DOCUMENTAÇÃO PARA MATRÍCULAS NOVAS

a) fotocópia da certidão de nascimento da criança ou Carteira de Identidade;  
b) declaração atualizada de trabalho dos pais, fornecido pelo empregador, ou declaração acompanhada de alvará, comprovando a atividade como autônomo;  
c) fotocópia da carteira de vacinação da criança;  
d) comprovante de residência (Fatura de energia elétrica, água ou telefone do mês de setembro ou outubro de 2014).

e) atestado de frequência e/ou histórico escolar.

f) documento de guarda de menor, expedido pelo órgão competente, quando houver.

g) Laudos ou diagnósticos médicos ou de outros profissionais da saúde para comprovação de deficiências/transtornos, quando houver.

h) Apresentação de Número de Identificação Social (NIS). É um número de cadastro atribuído pela Caixa às pessoas que serão beneficiadas por algum projeto social e ainda não possuem cadastro no PIS. (Exemplo: Bolsa Família)

6.1.1 - A Escola deverá manter atualizado o registro da vida escolar do aluno, porém se, no ato da matrícula, o aluno não apresentar a documentação exigida, terá o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo. Porém, a escola deverá buscar todas as informações possíveis acerca do processo escolar do aluno, evitando erro na etapa/série no ato da matrícula.

6.1.2 - Se o aluno não possuir documentação, a unidade escolar o encaminhará aos órgãos competentes, objetivando auxiliar aos pais ou responsáveis na regularização de sua documentação.

6.1.3 - A Unidade Escolar oferecerá a vaga conforme as turmas no item 3, porém não assegurará o turno desejado pelos pais ou responsáveis, exigindo-se assim a Declaração de Trabalho atualizada dos pais ou responsáveis pela criança para assegurar o número de alunos por turma estabelecido neste edital.

## 7. DO CRONOGRAMA

7.1 De 10 de novembro a 14 de novembro de 2014 ocorrerão as renovações de matrículas (2014) de acordo com o horário de expediente das unidades escolares para:

a) Alunos já matriculados no Ensino Fundamental de Nove Anos;  
b) Alunos já matriculados na Educação Infantil.

7.2 - De 17 de novembro a 21 de novembro de 2014 ocorrerão as novas matrículas (2015) de acordo com o horário de expediente das unidades escolares para:

a) Alunos já matriculados na Rede Municipal de Ensino e que solicitarão transferência para outra Unidade Escolar.

7.2.1 - Os pais/responsáveis tem a obrigação de cumprir com o cronograma para o disposto nos itens 7.1 e 7.2, sob pena de ficar sem a vaga quando da Educação Infantil.

7.3 - De 24 de novembro a 28 de novembro de 2014 ocorrerão as novas matrículas para os alunos que ingressarão na Rede Municipal de Ensino em 2015, de acordo com o horário de expediente das Unidades Escolares para:

a) Alunos do Ensino Fundamental;  
b) Alunos da Pré-escola.

7.4 - Durante todo o ano letivo os pais/responsáveis poderão realizar pré-inscrição para crianças nos Centros de Educação Infantil a partir dos 04 (quatro) meses até 3 (três) anos, obedecendo aos critérios estabelecidos neste Edital.

7.4.1 - Só poderão ser inscritas crianças nos Centros de Educação Infantil que já foram registradas nos órgãos oficiais.

7.4.2 - No ato da pré-inscrição os pais/responsáveis deverão apresentar:

a) documento original da certidão de nascimento da criança (incluir fotocópia da Carteira de Identidade e CPF quando houver);  
b) declaração atualizada de trabalho dos pais, fornecido pelo empregador, ou declaração acompanhada de alvará, comprovando a

atividade como autônomo. Para os casos de outros serviços autônomos ou sem registro, os pais/responsáveis deverão apresentar declaração firmada em Cartório;

c) comprovante de residência (Fatura de energia elétrica, água ou telefone de dois meses anteriores ao da data da pré-inscrição).

7.4.3- A matrícula da criança inscrita somente será efetivada mediante vagas disponíveis, onde a Direção Escolar do Centro de Educação Infantil entrará em contato com os pais ou responsáveis pela criança para efetuar a matrícula.

7.4.4- As pré-inscrições serão realizadas diretamente nos Centros de Educação Infantil, conforme horário de expediente das mesmas.

## 8. DA DIVULGAÇÃO

8.1 - A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto pela Secretaria Municipal de Educação.

8.2 - A Secretaria Municipal de Educação e as unidades de ensino serão responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula e deverão utilizar todos os meios de comunicação disponíveis no município.

## 9. DO RELATÓRIO

9.1 - Após o prazo estipulado para a realização das matrículas serão elaborados relatórios pelas unidades de ensino e enviados à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de avaliar o alcance do objetivo proposto.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1- As unidades de ensino deverão envolver todas as entidades organizadas das comunidades para a divulgação, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

10.2 - Ficam sujeitos às presentes diretrizes, todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Município de Schroeder.

10.3 - No ato de renovação de matrícula ou novas matrículas na Unidade Escolar, devem ser observados os parâmetros e orientações contidas no Parecer nº. 005/2012, de 25 de outubro de 2012 do Conselho Municipal de Educação - COMED que estabelece parâmetros para a implementação da oferta de transporte escolar gratuito e as respectivas áreas de abrangência por Unidades Escolares aos alunos do Ensino Fundamental e Médio vinculados ao Sistema Municipal e Estadual de Ensino do município de Schroeder.

10.4 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

10.5 - Os casos omissos serão analisados pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Direção da Unidade de Ensino.

Schroeder, 28 de outubro de 2014.

MAYKEL ROBERTO LAUBE Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	OSVALDO JURCK Prefeito Municipal
---	-------------------------------------

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Processo Seletivo nº. 004/2014- SECEL/PMs

Edital de Processo Seletivo nº. 004/2014

O Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, Sr. Osvaldo Jurck, por meio de suas atribuições legais, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO

I- A homologação das inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo de Professores, Auxiliares de Sala, Psicopedagogo, Serventes e Auxiliar de Serviços Gerais I de Provas escritas, para os cargos em que for requisito, para preenchimento dos cargos no quadro de servidores ou cargos que venham a existir ou forem criados dentro do prazo de validade deste processo seletivo conforme necessidade da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo n.º 004/2014.

II- A convocação dos candidatos, que tiveram suas inscrições homologadas, para a realização da prova objetiva, a ser aplicada no dia 9 de novembro de 2014. Os candidatos deverão comparecer no Centro Técnico Educacional Werner Ricardo Voigt, Rua Marechal Castelo Branco, 3909 - Centro Norte, Schroeder, SC, com fechamento dos portões às 8h50min, e início das provas objetivas às 9h. Preferencialmente o candidato deve estar no local da prova com 30 minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões.

III - Para realizar a prova os candidatos deverão estar munidos de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sendo que é imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação, com fotografia, para ingresso na sala de provas.

Inscricao	Nome	Cargo	Especialidade	RG
17574	ALANA GOMES	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5016883
16799	ANA CLAUDIA FEO	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	128917870
17060	CAROLINE GAEDTKE	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	6093810
19941	CHRISTIANE KARVAT	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5428116
17302	CLAUDETE DUARTE	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	6973930
19070	DAMYANA TAMARA BORCHARDT	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5920065
16861	DOMINIQUEA COSMO DE SOUZA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5985743
18414	EDCLEIA RAMOS DOS SANTOS HUBNER	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5442160-8
19089	FABIANA DO ROSARIO	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	36884928
20087	FABIANA SUSY DE SOUZA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	6093531

16616	GABBI CRISTINA JAHN	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	2763969
17124	GABRIELE WACHSMANN	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	52743535
19739	GENY FERREIRA D NASCIMENTO GOMES	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	245743303
17400	GISELE SOARES DOS SANTOS	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5849186
19593	GISELIA APARECIDA PEREIRA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	4190617
20770	GISLAINE MIRLEIA CORREA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	424911164
19720	IVANE LEU	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	45327971
16640	JESSICA MARIA ALEXA DA SILVA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5849842
19496	KARIN SHIRLEY LINK GUALBERTO	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	2762926
19909	KELI CRISTINA SZABELSKI	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5196120
20249	KELLY NATASHA BOOS	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	52401448
18783	LOHAINE GIULIANE POMMERENING	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5596130
17094	LUCIANA RIEDEL DELIMA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	49194909
18708	LUCILENE PEREIRA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	6158039
17523	LUCIMARA SOARES MARCONDES	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	4.920.712-1
20206	MARIA ANGELA DEE TOLEDO	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	5645010
18260	MIRIAN DA SILVA BREMM	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	9142471
18376	NADIELI PRISCILA AVANCE	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	4633971
19801	NELCI REJANE NUNES BERGMANN	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	6760084
16594	PAOLA MAROSITICA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	6688043
17221	PATRÍCIA SANDY NOGUEIRA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	6414428
18767	PRISCILA BARBOZA AMORIM DE OLIVEIRA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	0993571352

19860	RITA DE CASSIA APARECIDA FRANCO	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	16511001
19810	ROSANGELA ALMEIDA PAZ	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	92229505
17736	SHÁLLY KATLEM PISKE	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	4408691
20800	SHEILA DE CARVALHO VILELA ENTHOLZER	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	22837821
17582	SOLANGE LAUERMANN	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	44560419
17760	VIVIANE BOLDUAN DA SILVA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	50054040
18244	VIVIANE CARLA BRAGA TAVARES	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	4343734
19607	ZENILDA MARIANO FERREIRA	Professor A (Nível Médio)	Ensino de Educação Infantil	22402705
19577	ANDRESSA ANITA DOS SANTOS	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	53866860
20427	BRUNA KUNZE	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	6057752
17108	CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	4544614
19208	DÉBORA KURZAWSKI	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	5084835
16624	FERNANDA KARRINA PELLIM	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	3440190
16918	GRAZIELA MENDES	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	51818167
17426	GUILHERME ARTUR CORREA	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	45322996
20370	JOELMA MAIA BRANDAO	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	549325323
20109	JONATHAN ALBERTO PIVA	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	4930658
18597	JOSIANE APARECIDA RIOS	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	103533899
20729	JOSIE VARGAS DA SILVA ROEHRS	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	3073173423
20265	KAREN DOMENICA SUDÁRIO NEVES	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	51971321
18953	LUCIANA GUIMARÃES OPPA	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	2000061
18813	LUCINÉIA PRAXEDES NUNES	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	5596609



18287	LUZIA DOS PASSOS CRIS-TOFOLINI	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	6991897
19631	MAIRA CAROLINE DA ROCHA	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	5645449
16675	NADIA CRISTINA GAEDKE RAITER	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	5164484
17680	PATRICIA DE ALMEIDA PAULI	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	3551024
19798	PATRÍCIA HASSE ONOFRE	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	1980689-2
18252	RITA DE CÁSSIA BENTHIEN PEREIRA	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	3917058
18970	SEMIRAMIS BAIER PUTTENDORF MUNDEL	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	3688020
17116	SILVANA VOLLES	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	2982744
17159	TAMARA DARTOLT	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	4690139
18236	VIVIANE MARIA SOARES RICARDO	Professor A (Nível Médio)	Ensino Fund. (Anos Iniciais)	7134491
18872	ADRIANA MARIA DA COSTA	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	5240891
20168	ADRIANE DOS SANTOS CAMARGO NARDELLI	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4756681
16586	ANA CARLA VOGEL	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4407818
17140	APARECIDA DE CAMPOS RODRIGUES	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	6.108.479
17450	CAMILA TRAMPUSCH CAVALHEIRO	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	5430879
19151	CINTIA RODRIGUES	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	370118030
18635	CLAIR BELISKI	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	51791916
19160	CRISTIANE DECKER STEINBACH	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	3576145
17817	DENISE DA COSTA BARREIROS LOPES	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4875210
19771	ELAINE DESOUZA TOMELIN	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4723778
18422	ELIANE PEREIRA DE ALMEIDA CAVALHEIRO	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	36952664
18309	ENEKELY ZIMMERMANN	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	6051707

17078	ERIVETE DA SILVA MARTINS	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	2475696
17850	ESTELA RODRIGUES WOLTER	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4522734
18171	EVAINE PARECIDA CHELNE	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	86191210
18201	FERNANDA DOS SANTOS	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	3875108
20583	GLADIS INES ULSENHEIMER	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	7094259673
16888	GRASIELLE SANTOS DE OLIVEIRA	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	5005900-9
17612	ILETE RIEGEL JUNKES	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	1581726
16950	JULIANA NASARIO NASCIMENTO FAGUNDES MACHADO	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	5985424
17256	LILIA KLAUMANN RENKAVESKI	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	5645102
18015	MAGALÍ KUBNIK	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	5.005.814
17213	MARIA ELIANE PEREIRA DE SOUZA	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	20070747029
18546	MICHELLY MONIQUE PINHEIRO	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	3440132
19585	MORGANA PATRICIA GEBHARDT PONATH	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4919596
18732	NATACIANE OLIVEIRA IDELFONSO	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	03564228520081
18279	PAMELLA SUELÉN RIBEIRO	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	5294695
18775	PRISCILA GRACIEOLA RONCHI	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4633642
17264	ROMI KLEBBER DA SILVA	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4660775
20222	ROSANA FERNANDES	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	7.786.4024
18066	RUBIAN PRADI	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	50736680
20796	SAMYRA VILELA ENTHOLZER	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	32348470-0
18902	SANDRA APARECIDA FERREIRA	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4723248

16926	SIRLEI LOM-BARDI	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	44086903
19755	SUZANE ALVES CORREA	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	4875077
20451	TCHAIANY ALINY COSTA	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	5390612
19682	TERESINHA PEREIRA PACHECO	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	1686358
17957	VANESSA STACK DO AMARAL	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	43391400
16780	VILMA DA APARECIDA BUENO	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	47908906
18031	VIVIANE NEVES DE LARA	Professor B (Nível - Graduação)	Ensino de Educação Infantil	92103510
16705	ADRIANA TABORDA RIBAS	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	44074301
19844	ALESSANDRA FISCHBORN	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	6158270
18899	ARIANA ANDREZA MAFFEZZOLLI EICHSTADT	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	4832513
18511	ARIELA M S GONCALVES	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	14817148
18317	ASTA SCHROEDER KRETZER	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	1988734
20494	CLARICE TOMASELLI BORCHARDT	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	19822359
19291	CLAUDIA APARECIDA DA COSTA FERNANDES	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	2441769
16810	CRISTIANE LESSMANN DE ARAUJO	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	2983247
19666	DAIANE RAQUEL RITA	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	4407805
19763	DEISE KETLIN STIEGLER BALENA	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	4316216
19119	EDICLÉIA ALVES DA LUZ	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	001526943
16934	FABIANI MÜLLER	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	100672898
20010	GISELE CRISTINA DIAS	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	69752292
20036	JANY RAMOS BITTENCOURT RIBEIRO	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	33141274

17310	JULIANE CARINA DE SOUZA	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	52407926
20435	LUCIANA FIGUEIREDO DE SOUZA	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	32403615
19984	MARCELO GOMES DE SOUZA	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	7 288 522
19950	MARGARETE REGINA TRINDADE	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	4037 578707
16829	PRISCILA GONÇALVES DE ALBUQUERQUE	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	9187120
18457	SIMONE JUSTEN	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	45978255
20079	SOLANGE INÊS FENERICH ASTOLFI	Professor B (Nível - Graduação)	Ens. Fundamental Anos Iniciais	33115699
20737	CARLOS ALBERTO GOMES	Professor B (Nível Graduação)	Artes – Ens. Ed. Inf. e Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	11375981
17191	FÁTIMA ROSA FRANCO	Professor B (Nível Graduação)	Artes – Ens. Ed. Inf. e Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	433549403
19003	ISOLDE TAMBOSETTI PRAXEDES	Professor B (Nível Graduação)	Artes – Ens. Ed. Inf. e Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	1981638
18333	JAIME ISRAEL BARBOZA AMORIM	Professor B (Nível Graduação)	Artes – Ens. Ed. Inf. e Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	72782222
17353	JULIANE FEUSTEL MICHAELSEN	Professor B (Nível Graduação)	Artes – Ens. Ed. Inf. e Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5.645.251
19348	ROSENILDA SOUZA	Professor B (Nível Graduação)	Artes – Ens. Ed. Inf. e Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3721831
18180	ANDRÉA MAFFEZZOLLI	Professor B (Nível Graduação)	Ética e Cidadania – Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3772159-3
19283	BERNADETE DO PRADO TAMBOSI	Professor B (Nível Graduação)	Ética e Cidadania – Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	58955019



18104	GIOVANI CUNHA REPLE	Professor B (Nível Graduação)	Ética e Cidadania – Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	1330581
19542	IZABELLA WAGNER	Professor B (Nível Graduação)	Ética e Cidadania – Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	47843731
16667	MARIA DAS GRAÇAS FARIAS DE SOUZA	Professor B (Nível Graduação)	Ética e Cidadania – Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	161944116
18929	PATRICIA JANAINA HORN-BURG	Professor B (Nível Graduação)	Ética e Cidadania – Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	50051709
20303	CARINE RORATO DE OLIVEIRA	Professor B (Nível Graduação)	Língua Estrangeira Alemã – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	1031076274
20257	JANAINE POMATTI JUNGLAUS	Professor B (Nível Graduação)	Língua Estrangeira Inglês – Ens. Fundamental (Anos Finais)	4219557
16659	ANTONIO MARCOS PADILHA	Professor B (Nível Graduação)	Ensino Religioso – Ens. Fundamental (Anos Finais)	8106751574
17442	ELICACIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ZAZULA	Professor B (Nível Graduação)	Ensino Religioso – Ens. Fundamental (Anos Finais)	6731508
18147	ADRIANO BORGES	Professor B (Nível Graduação)	História – Ensino Fundamental (Anos Finais)	5.947.083
19275	CAMILA MICHELE WACKERHAGE	Professor B (Nível Graduação)	História – Ensino Fundamental (Anos Finais)	5509706
17795	MÁRCIO ROBERTO DE OLIVEIRA	Professor B (Nível Graduação)	História – Ensino Fundamental (Anos Finais)	37497990
19100	PATRICIA PEIREIRA	Professor B (Nível Graduação)	História – Ensino Fundamental (Anos Finais)	26222035

19500	ARYKLECIA PEREIRA DOS SANTOS STRICKER	Professor B (Nível Graduação)	Intérprete de Libras – Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	6763976
18660	FRANCIELE MARTINS DE ABREU	Professor B (Nível Graduação)	Intérprete de Libras – Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4390887
17647	GUSTAVO LUÍS DERETTI	Professor B (Nível Graduação)	Ciências – Ensino Fundamental (Anos Finais)	5.105.908-8
18058	JÉSSICA RODRIGUES DE MELO	Professor B (Nível Graduação)	Ciências – Ensino Fundamental (Anos Finais)	2085114979
18937	JONATAN MICHEL	Professor B (Nível Graduação)	Ciências – Ensino Fundamental (Anos Finais)	45883289
17841	JULIANA WINTRICH	Professor B (Nível Graduação)	Ciências – Ensino Fundamental (Anos Finais)	54286557
20745	MARIANE GEHLEN CASTRO	Professor B (Nível Graduação)	Ciências – Ensino Fundamental (Anos Finais)	82628665
16896	PAHOLA ANDRESSA DE LIMA BAKOVICZ	Professor B (Nível Graduação)	Ciências – Ensino Fundamental (Anos Finais)	107837434
17280	TAMI ELISE MICHALAK	Professor B (Nível Graduação)	Ciências – Ensino Fundamental (Anos Finais)	4875296
19615	FÁTIMA AHMAD MOHAD ABDALA JUBRIE SALEH	Professor B (Nível Graduação)	Matemática – para o Ensino Fundamental (Anos Finais)	322532
16748	ADOLFO HARMEL ALVES	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	53286871
20320	ALÈSSIO EUGÊNIO KNEBEL	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	1075646826

18490	ALEXANDRA PATSCH	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5683062
18503	ALINE MAYARA ALVES	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5765073
19178	CARLOS JOSE FERNANDES JUNIOR	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3840463
16691	CLEITON MOREIRA	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4919893
20214	DANUBIA MARCELA WESSLER	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	2917079
17345	DIOGO LUÍS LOMBARDI	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3973580
18007	ELIANE DE ANDRADE DOS SANTOS	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5061515
19313	JANDERSON ROBERTO DOS SANTOS	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5509031
19526	LUCAS BAGATOLI	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5.645.471
20567	MAIKON QUINTINO DE SOUZA	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3.772.769
19640	MARTINA LARISSA DUVE	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4292916

17868	MAX DANILO BORGES CAVILHA	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	88137221
20125	MAYLON CASTILHOS	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5645698
17299	MOACIR FABRÍCIO NUNES SILVA	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4158014
18295	MONICA GONÇALVES	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5058312
18864	PAOLO ROSSI BONA	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3635431
19461	PATRÍCIA CRISTINA DOS SANTOS GERALDO BIALLI	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	68519543
18074	RAFAEL DOS SANTOS DA SILVEIRA	Professor B (Nível Graduação)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5817585
20150	OLÍVIO CORREIA NETO	Professor B (Nível Graduação)	Geografia – Ens. Fundamental (Anos Finais)	4439422-5
16632	REGINALDO MOURA SILVA	Professor B (Nível Graduação)	Geografia – Ens. Fundamental (Anos Finais)	4568809
19704	CLEIDE DO CARMO RODRIGUES	Professor B (Nível Graduação)	Língua Portuguesa – Ens. Fundamental (Anos Finais)	6819423
19518	KEZIA FERNANDES GARCES MARTINS	Professor B (Nível Graduação)	Língua Portuguesa – Ens. Fundamental (Anos Finais)	015658 1120005

19305	MARIA PAULA VIEIRA OLIVEIRA	Professor B (Nível Graduação)	Língua Portuguesa – Ens. Fundamental (Anos Finais)	4521277
18686	TIAGO ALVES DE OLIVEIRA	Professor B (Nível Graduação)	Língua Portuguesa – Ens. Fundamental (Anos Finais)	107490078
16837	ULLYN KAUANA GREFT	Professor B (Nível Graduação)	Língua Portuguesa – Ens. Fundamental (Anos Finais)	5810433
18996	ADRIANA MADER	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	27641775
20656	ANDRÉA CRISTINA GAULKE	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	54794013
20052	DAIANE CRISTINA DE SOUZA	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	4919058
19879	DANMILES DA SILVA SANTOS	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	7065337
18384	ELIANE MARIZE OLSEN DEPNER	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	6703742
18198	ELSINIRA PORATH BORGMANN	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	2444513
16730	ESTELA CORDEIRO MATEUS	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	50245813
17051	FRANCIS LOIZE ZOZ COELHO	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	4832101
18821	HELAINE HERRMANN	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	51513242
20753	JANAINA JUNKS	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	44567049
17272	JAQUELINE PEREIRA	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	5666999
18392	JÉSSICA VOLLES	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	4190759
18600	LOSANGELA BELERS	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	5666695
20460	MARGALISE TOWE KNEUBÜHLER	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	2448238
18350	MARIA APARECIDA DA SILVA FONCECA	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	66845818
19992	MARIA IZABEL DE BARROS ALBUQUERQUE	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	3040923901

18880	MARILENE KÁTIA MIELKE	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	1.982.517-0
17744	MIRIAN RAMOS	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	45325030
17876	PATRÍCIA DE LIMA	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	5509622
17728	RITA DE CÁSSIA DA SILVA HILDEBRANDO POHL	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	1308127
16802	ROSILMA DE FÁTIMA BUENO GRACIOLI	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	6051434
19852	SAIONARA CRISTINE DE MIRA ZIMMERMANN	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	47234199
20621	VALDIRENE FÁTIMA DE LIMA	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	6683445
18163	VERIDIANA MICHELLE METZNER	Professor C (Especialização)	Ensino de Educação Infantil	49305107
19534	CESAR AUGUSTO VIEIRA	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	49303970
19054	CLARITE DASOLER DE RÉ	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4733565
17833	CRISTIANE GONÇALVES DE JESUS	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4.057.104
19380	EDELTRAUD ROEPKE GRETER	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	10024395
19038	EDINA PICCOLI CEZÁRIO	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3727408
18341	ELISANE DE LOURDES MORSCH	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	2762539
18520	ELISANGELA MARIS PIRES DALLAGNOLO	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3311526
20508	IVANICE DIAS FURTADO	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	48325467
20400	LAURECI DA SILVA FROGEL	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	1795169
17396	LINDOMAR SILVA DE JESUS	Professor C (Especialização)	Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4846389

18570	LONI MARLICE KOCH	Professor C (Especialização)	Ens Fundamental (Anos Iniciais)	2854803
17949	MARIA ALICE DA LUZ JAHN	Professor C (Especialização)	Ens Fundamental (Anos Iniciais)	19639834
20605	MARJA PRUSSE REBELATO	Professor C (Especialização)	Ens Fundamental (Anos Iniciais)	1588985
19780	MARLENE INES SIMON	Professor C (Especialização)	Ens Fundamental (Anos Iniciais)	36257060
17671	PATRICIA DE LIMA	Professor C (Especialização)	Ens Fundamental (Anos Iniciais)	7120679
17752	ROSE MARLI TOMASELLI	Professor C (Especialização)	Ens Fundamental (Anos Iniciais)	7656653
20141	SABRINA KOLL-ROSS FERNANDES	Professor C (Especialização)	Ens Fundamental (Anos Iniciais)	4627998
18740	SUSIANE PATRICIA DOS SANTOS BLASIUS	Professor C (Especialização)	Ens Fundamental (Anos Iniciais)	3884527
18945	TADEU ARBIGAUS	Professor C (Especialização)	Ens Fundamental (Anos Iniciais)	4403386
18449	CAREN APARECIDA MAFRA	Professor C (Especialização)	Artes – Ens. Ed. Inf. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4307996
18473	DÉBORA KISTENMACHER POTT	Professor C (Especialização)	Artes – Ens. Ed. Inf. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4083329
19135	FRANCIELE STEN RONCHI	Professor C (Especialização)	Artes – Ens. Ed. Inf. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4099323
18430	ROZENILDA MEURER VENTURI	Professor C (Especialização)	Artes – Ens. Ed. Inf. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3884242
20419	KLAUDINEI ENGELMANN	Professor C (Especialização)	Ética e Cidadania – Ens. Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4019283
17205	EVELYN STOCKCHNEIDER	Professor C (Especialização)	Língua Estrangeira Inglês – Ens. Fundamental (Anos Finais)	4281522

19364	JOSÉ APARECIDO FÉLIX	Professor C (Especialização)	Ensino Religioso – Ens. Fundamental (Anos Finais)	3973517
20001	MAURO PANFIL	Professor C (Especialização)	Ensino Religioso – Ens. Fundamental (Anos Finais)	1459739
17477	RAFAEL VICTOR BATISTA DE OLIVEIRA	Professor C (Especialização)	Ensino Religioso – Ens. Fundamental (Anos Finais)	5920403
17388	LUÍS FERNANDO GÓIS DA LUZ	Professor C (Especialização)	História – Ens. Fundamental (Anos Finais)	2894162
17337	ELAINE MARA KICHELESKI KLODZINSKI	Professor C (Especialização)	Ciências – Ensino Fundamental (Anos Finais)	4581797
20516	JANI JOÃO POSSAMAI	Professor C (Especialização)	Matemática – Ensino Fundamental (Anos Finais)	24467995
18716	ADEMAR JOSÉ OTTO JUNIOR	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	40191010
17507	ANA MARA KLOWASKI ALVES	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4705438
20133	ANIBAL RUVIARO DANTAS	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3009978176
18589	CARINA COSTA TEPASSÉ	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	47234334
20702	CARLA ROCINEI ROTT	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3592827
20443	CINTIA FRACAROLLI	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	206958122

19895	INES LINDE-MANN PINNOW	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	5177137
19712	IREZ FERREIRA	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3772025
20664	JANAÍNA FIRMO	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4292746
16993	JAYSON LUCIAN CORRÊA	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	50585436
17434	KAMILA DOMINGUES	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4240938
17183	NATASHA CAMPOS FAGUNDES	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4456963
18805	SALIMAR SANTOS SCHETTER	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	3.577.189
19410	YURI DOLBERTH LEITE	Professor C (Especialização)	Educação Física – Ens. Ed. Inf. e Fund. (Anos Iniciais e Finais)	4093450
17663	RAFAEL BERNARDO SILVEIRA	Professor C (Especialização)	Geografia – Ensino Fundamental (Anos Finais)	3790978
20044	LILIAN DE OLIVEIRA	Professor C (Especialização)	Língua Portuguesa – Ens. Fundamental (Anos Finais)	4224714
17981	ADRIANA PRESSES DE SOUZA	Auxiliar de Sala	Geral	6414091
17540	ANTONIO CÉZAR NOBRE DOS SANTOS	Auxiliar de Sala	Geral	6777509
20273	BEATRIS OELKE	Auxiliar de Sala	Geral	29206634
19186	BERNADET KOBERNOVICZ	Auxiliar de Sala	Geral	102184343

17825	BIANCA GOMES	Auxiliar de Sala	Geral	6093458
18562	BRUNA CAROLINA CORREIA	Auxiliar de Sala	Geral	5765377
17175	BRUNA DOS SANTOS FARIAS	Auxiliar de Sala	Geral	6771951
16942	BRUNA VERBENEN GRODISKY	Auxiliar de Sala	Geral	6339075
18678	CARINA ALVES DE OLIVEIRA	Auxiliar de Sala	Geral	93135121
19488	CRISTIANE MACHADO	Auxiliar de Sala	Geral	4057720
19429	CRISTINE AMORIM	Auxiliar de Sala	Geral	5683419
18856	DAIANE PETRY	Auxiliar de Sala	Geral	4920005
16845	DANIELA CRISTINA HESS	Auxiliar de Sala	Geral	6624610
18759	DEBORA MICHELLY OLIVEIRA DA SILVA BORTOLINI	Auxiliar de Sala	Geral	6886119
17710	DEISI CRISTINA DE MEIRA DA SILVA KUCHLER	Auxiliar de Sala	Geral	6339734
17019	ELISABETE HORN	Auxiliar de Sala	Geral	4153322
17809	FABIANE STUY	Auxiliar de Sala	Geral	4544106
20486	FLAVIANA KRAHN COLPINI	Auxiliar de Sala	Geral	4153107
17655	FRANCINE CARNEIRO DA SILVA	Auxiliar de Sala	Geral	6804012
18481	GISLAINE MARCIA PEROTONI	Auxiliar de Sala	Geral	126867565
20184	GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE	Auxiliar de Sala	Geral	6622113
16683	GLEISA OPALOSKI DA SILVA	Auxiliar de Sala	Geral	87695425
16608	GRACIELLA STRELOW	Auxiliar de Sala	Geral	6038786
16772	JANICE VOLKMANN DA SILVA	Auxiliar de Sala	Geral	48756873
20648	JÉSSYKA AMANDA PINTER	Auxiliar de Sala	Geral	5985340
20028	JOCIELE APARECIDA TRAVASSOS DA SILVA BORGES	Auxiliar de Sala	Geral	4930300
20575	JOICE CRISTIANE LEMKE ROCHA	Auxiliar de Sala	Geral	5430157
18651	JOSIANI MAIOLI DE ANEVÃO	Auxiliar de Sala	Geral	6.476.918 9
17027	JULIANA SILVA DOS SANTOS GONÇALVES	Auxiliar de Sala	Geral	4089714
19399	KEROLYN MAYARA BATISTA	Auxiliar de Sala	Geral	7045582
20699	KETLEEN TAIS KRUGER	Auxiliar de Sala	Geral	6239521
17493	LAILA JAISZA MONTEIRO	Auxiliar de Sala	Geral	6240763
19330	LAURA THALITA BRUCH	Auxiliar de Sala	Geral	53245768



19372	LINÉIA FERNANDA CORA	Auxiliar de Sala	Geral	53906985
16756	LUANA VAZ	Auxiliar de Sala	Geral	6414211
19968	MARCIANE FATIMA DE CARVALHO	Auxiliar de Sala	Geral	107784934
17469	MARLISE DE FATIMA DE OLIVEIRA JULIÃO	Auxiliar de Sala	Geral	6452898
17990	MÉLANI MURARA	Auxiliar de Sala	Geral	5715709
18791	NÁDIA DE FÁTIMA MACHADO GROSSKLAGS	Auxiliar de Sala	Geral	19828608
20591	OLGA TELES DE SOUZA VIERO	Auxiliar de Sala	Geral	2662268
20540	PATRICIA APARECIDA DA SILVA ERDMANN	Auxiliar de Sala	Geral	4544406
19321	PRICILA LOURENÇO	Auxiliar de Sala	Geral	4532659
18538	PRISCILA CAROLINA FRANZENER FREIBERGER	Auxiliar de Sala	Geral	49206702
17604	ROSA DE SOUZA BRITO LOPES	Auxiliar de Sala	Geral	7132147
18120	ROSELI LOPES FRITZEN	Auxiliar de Sala	Geral	7081703
18643	ROSENILDA DOS SANTOS	Auxiliar de Sala	Geral	7083743
19658	ROSICLEIA ENGELMANN	Auxiliar de Sala	Geral	5683461
19747	SANDRA MARA BECKER DA SILVA	Auxiliar de Sala	Geral	7209369
17914	SILVANE DEORASKI OLIVEIRA	Auxiliar de Sala	Geral	38302217
18139	TATIANE OLCZYK	Auxiliar de Sala	Geral	4723051
17370	VANESSA BONETT DE ANDRADE	Auxiliar de Sala	Geral	4341499
18961	VOLNEIA APARECIDA JURCK	Auxiliar de Sala	Geral	78108959
20060	ALISON ALIXANDRE CARDOSO	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	5572240
19046	CARIN LANGE	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	2984302
20192	ELIANE ALVES DA CRUZ GONÇALVES	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	255412393
18848	ERANDI ANTONIO PEREIRA	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	1987529
16713	INES ECCHECK	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	2057497
17930	IVONETE GAEDKE FERREIRA	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	6511702
20362	JOÃO CARLOS NASCIMENTO	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	2.356.811
18619	JOSIELY DA LUZ	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	127750203

17906	KAIO JUNIOR RIBEIRO	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	6093803
18082	LEONIDA APARECIDA PINHEIRO LOTH	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	19R/1589296
18465	LEONILDA FERREIRA DE SOUZA HANG	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	20173334
16985	MARILEIA TEREZINHA DO AMARAL MONTEIRO	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	3262790
19917	MARILUCIA NARDELLI RODEL	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	4.723.986-7
20478	ROSANE DE SOUZA	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	7095536
18694	TEREZA YARA VAZ DE JESUS	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	1583370
18368	VANESSA APARECIDA PRESTES	Auxiliar de Serviços Gerais I	Geral	34.307.685-8
19232	ANA MARIA COSTA	Servente	Geral	2440451
20818	ANTONIA MARIA DO NASCIMENTO SILVA	Servente	Geral	1.093.505
19445	CHARLENE APARECIDA DALPIAZ	Servente	Geral	3973899
20710	EDILAINÉ APARECIDA DOS SANTOS	Servente	Geral	5683043
20117	FABIANA SILVA BREMM	Servente	Geral	108639431
19216	FRANCIELE KATAFESTA	Servente	Geral	6013741
16721	IRENI GOMES DA SILVA	Servente	Geral	5604566
20346	IVANA PEREIRA DE SOUZA	Servente	Geral	8.396.872.9
19224	LUCIANE KATAFESTA	Servente	Geral	5133300
18554	MARIA DE LURDES PINHEIRO	Servente	Geral	411865
17035	MARIA ELANE SOUZA MENDES	Servente	Geral	1379875285
17531	MÔNICA LAÍS NASCIMENTO	Servente	Geral	6511652
20354	NIVANA PEREIRA GOMES	Servente	Geral	8.393.095.0
16870	ROSIANE CRISTINA PETRI DE SOUZA	Servente	Geral	2985446
20338	SALETE DE QUEIROZ MAGALHAES DE ANEVAO	Servente	Geral	53087540
19887	SANDRA KELLY LINZMEYER	Servente	Geral	3695765
16900	THAÍS CRISTINA NASCIMENTO	Servente	Geral	6013777
17590	VERA LÚCIA WEIGERT	Servente	Geral	1458601



18023	ELIS LAINE MARTINS CHELNI	Psicopedagogo	Geral	83266155
19011	ELISIANA REGINA KURTH KINAS	Psicopedagogo	Geral	721353
18325	FABIOLA OLIVEIRA DOS SANTOS ENGEL-MANN	Psicopedagogo	Geral	6093393
19062	JOSIANE MARCONDES COSTA	Psicopedagogo	Geral	57548800
17698	SALETE DE FATIMA KRANKEL	Psicopedagogo	Geral	48877591
17965	SARITA BEHLING	Psicopedagogo	Geral	47054620
17701	ADRIANA RIBEIRO DE FREITAS	Auxiliar de Biblioteca	Geral	6539762
17892	ADRIANE LUIS LIMAS MOREIRA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	3804679
20281	ALINE CRISTINA DE SOUZA CAETANO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5005615-8
20559	ALINE DOS SANTOS	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5596390
20397	ALINE GONÇALVES COLLING	Auxiliar de Biblioteca	Geral	6.661.512
16969	ANA CAROLINA CARDOSO SIAS	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4340465
18724	ANA PAULA CHIODINI OTTO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5073629
17132	BIANCA SCHUMMACHER	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5379871
18830	BRENDA DIAS MORAIS DE ARAUJO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5105110
18627	BRUNA BARBI DA SILVA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5920401
19470	BRUNA ERICA BRITO DA SILVA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	7161385
19453	CARLOS ROGÉRIO DE ANDRADE	Auxiliar de Biblioteca	Geral	671114
17329	CLACY INEZ BARATER GOMES	Auxiliar de Biblioteca	Geral	51509849
17230	CLARICE APARECIDA DA SILVA NOGUEIRA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	1793736
19267	CLAUDINEI SANTOS DE LIMA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4320906
18155	CLÉIA APARECIDA BUDAL	Auxiliar de Biblioteca	Geral	3148144
20389	CLEIDE TEIXEIRA DOS SANTOS	Auxiliar de Biblioteca	Geral	170145712
17973	CLEITON DOS SANTOS BRITO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	7039841
17248	DANIELA APARECIDA KLAUMANN	Auxiliar de Biblioteca	Geral	6414256
19259	DEIZIANE PEDROSO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	52536718
20230	DENISE KURTEN	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4407750

20834	EDGAR DE SOUZA ORTIZ	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4099706
17043	EDIVANIO APOLINARIO CONSTANTE	Auxiliar de Biblioteca	Geral	93983092
19402	EGILDO DE ANEÃO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5.132.784.5
17566	FERNANDA LINZMEYER DA LUZ	Auxiliar de Biblioteca	Geral	6677049
18090	FRANCIELE DE CAMPOS	Auxiliar de Biblioteca	Geral	6.511.854
19356	GABRIEL SERAFIM	Auxiliar de Biblioteca	Geral	51711532
19143	GIOVANA STIPP	Auxiliar de Biblioteca	Geral	6240432
18988	GISELLE BAMBORA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	46600752
17620	GRACIELA LORENZO DE SOUSA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	320808944
17000	GRACIELE DE MIRANDA FLORES	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4722678
17779	GREICE MERI FERREIRA DOS SANTOS	Auxiliar de Biblioteca	Geral	51052113
19623	JAQUELINE ELISABETH HENCKE	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5240376
19127	JAQUELINE MÉLO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	6158613
18210	JELSON CLEBER CORRÊA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	47058072
19925	JIVAGO CAMPOS OLIVEIRA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	103786657
19194	JOAO ANTONIO SILVEIRA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5526339
18228	JORGE ALEXANDRE ROSA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	128560378
17086	JULIA GRAZIELA DA SILVA CASTRO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	6687976
20311	KATIA AMANDA FISCHER FURLANI	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4875898
17485	KELLY BEATRIZ PIGOSSO DO NASCIMENTO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	46604545
17787	LEANDRO ROGALA BRITZ	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4519910
20826	LENI FAURO ORTIZ	Auxiliar de Biblioteca	Geral	2447305
20630	LUAN MIRANDA RIBEIRO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5952098
20290	LUAN VICTOR DE MOURA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5920598
20761	LUANARA SABRINA CARDOSO BOOS	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5151719
17167	LUCIMAR ONEDA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	1305848 - 7
19437	MARCIA CRISTINA DUTRA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4970240

19933	MARIA DAS GRAÇAS CAM- POS OLIVEIRA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	7070804
20532	MARILENE VIEI- RA BODENBERG CORRÊA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	1580514
19569	MARIO ROGE- RIO INÁCIO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4532519
20680	NILVANE DE OLIVEIRA DA SILVA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5294014
19690	PÂNDORA MICHELE PIE- CHONTCOSKI	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5666745
17639	PATRICIA APA- RECIDA CARLET	Auxiliar de Biblioteca	Geral	3450434
19240	PAULA CRIS- TINA GÓIS DA LUZ FERREIRA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	3888316
20524	RAFAEL ANTÔN- IO RODRI- GUES BELOLI	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5985453
19836	SANDILUIR JAMES NEUBUR- GER	Auxiliar de Biblioteca	Geral	3.169.780
18910	SANDRA VON DEN BYLAARDT	Auxiliar de Biblioteca	Geral	19 R/646573
20176	SILMARA DE FÁTIMA CORDEIRO NEUBURGER	Auxiliar de Biblioteca	Geral	3.169 .915-4
18406	SIMONE CRIS- TINA WILL DA SILVA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	17054761
17361	SOLANGE FERNANDES DE OLIVEIRA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4534575
17515	TAMILIN MARI JUCKE	Auxiliar de Biblioteca	Geral	4703730
20672	THAINÁ GA- BRIELE BAIL	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5509119
19674	VALDILENA NE- VES DA SILVA LIMA	Auxiliar de Biblioteca	Geral	7286484
20095	VANESSA CAM- PESTRINI	Auxiliar de Biblioteca	Geral	5860564
17884	VANESSA VEIGA DO PADO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	80947348
20788	WAGNER VIEI- RA RIBEIRO	Auxiliar de Biblioteca	Geral	309264881

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 4 de Novembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

FABIANE HELLER  
Presidente  
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

## PORTARIA Nº 5.777/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.777/2014, de 04 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08/08/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

### RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Patrícia Sandy Nogueira para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 003/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

## PORTARIA Nº 5.778/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.778/2014, de 4 de novembro de 2014  
NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE SCHROEDER - CMDR.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 1.892/2012, de 8 de maio de 2012,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a designar os membros abaixo para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Schroeder - CMDR, a saber:

#### I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal da Agricultura ou órgão similar:

Efetivo: Flávio Pegoraro

Suplente: Volmir Inácio Kraemer

b) Quadro Técnico Municipal relacionado à Agropecuária:

Efetivo: Kamile Leoni Molina Negherbon

Suplente: Ana Paula Kreis

## II - REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS PROFISSIONAIS DA ÁREA AGROPECUÁRIA:

a) Sindicato Rural e/ ou dos trabalhadores rurais:

Efetivo: Adário Laube

Suplente: Renata Scherer

## III - REPRESENTANTES DE ENTIDADES LIGADAS À AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

a) Órgão de extensão rural:

Efetivo: Richard William Junglaus (EPAGRI)

Suplente: Karla Janaine Diedrich Conceição (EPAGRI)

b) Órgãos de fiscalização vegetal/animal/ambiental:

Efetivo: Valdemar dos Santos (Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental)

Suplente: Saulo dos Santos Zini (Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental)

Efetivo: Sigmundo Preissler (CIDASC)

Suplente: Edina da Luz (CIDASC)

c) Associações de produtores agrícolas:

Efetivo: Ricardo Egon Voigt (ABS)

Suplente: Dorival Afonso Jahn (ABS)

Efetivo: Valquirio Steinert (COOPER SCHROEDER)

Suplente: Jaison Ricardo Mendonça (COOPER SCHROEDER)

Efetivo: Harivald Walter Obenaus (CRESOL)

Suplente: Romeu Volles (CRESOL)

## IV - REPRESENTANTES DO MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS OU GRUPOS ORGANIZADOS DE MULHERES AGRICULTORAS:

Efetivo: Selma Draeger

Suplente: Rosilene Kinelt Döge

## V - REPRESENTANTES DOS JOVENS AGRICULTORES:

Efetivo: Sidinei Jair Streit

Suplente: Amarildo Hackbarth

## VI - REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES RURAIS:

Comunidade - Rancho Bom/Tomaselli

Efetivo: Ademir Döge

Suplente: Rubens Ehlert

Comunidade - Bracinho

Efetivo: Alfonso Pommerening

Suplente: Sandro Edemir Campregher

Comunidade - Braço do Sul

Efetivo: Adolar Klitzke

Suplente: Rafael Pasquali

Comunidade - Duas Mamas

Efetivo: João Luis Brumüller

Suplente: Valério Pedro Wolf

Comunidade - Rio Hern

Efetivo: Valfrido Pedro dos Santos

Suplente: Florentino Geraldo Salomon

Comunidade - Schroeder I

Efetivo: Gustavo Ristau

Suplente: Adilson Kluck

Comunidade - Centro Norte/Sul

Efetivo: Vinézio Setter

Suplente: Cloves Moisés Rech

Comunidade - Itoupava-Açú

Efetivo: Jean Carlos Mohr

Suplente: Islaus Dunker

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 4 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

## LEI Nº 2.051/2014

LEI Nº2.051/2014

INSTITUI O PROGRAMA EDIFICAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a adotar o programa de interesse social voltado a permitir edificações em lotes individualizados que tenham iniciado o processo de regularização fundiária, no ano de 2014, projeto Lar Legal do Governo do Estado, ou programas municipais.

Art. 2º Poderá o possuidor do imóvel, com a anuência do proprietário e de seus vizinhos confrontantes, solicitar aprovação de seus projetos de edificação ou regularização de edificação, obter alvará de construção ou certidão de regularização, atendendo os seguintes requisitos:

I - que o possuidor do imóvel, possua apenas um imóvel em seu nome a regularizar;

II - que o possuidor do imóvel, comprove que se encontra cadastrado no projeto de regularização fundiária, bem como apresente o croqui do referido lote.

Art. 3º As autorizações desta Lei, só poderão ser conferidas para uma única pessoa, não podendo o lote e nem construções futuras, serem revendidos para terceiros, antes da individualização das matrículas imobiliárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 4 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.052/2014**

LEI Nº2.052/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina através do Corpo de Bombeiros Militares para Execução de Serviços de Bombeiros, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes nas vistorias para a execução dos serviços de segurança contra sinistros, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, desenvolvidas pela corporação de acordo com o art. 108 da Constituição Estadual.

Art. 2º Os recursos arrecadados no cumprimento do convenio serão depositados diretamente na conta PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES deste município, para garantir os investimentos necessários á julgamento do Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 4 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**DECRETO Nº 3.135/2014 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.135/2014 de 31 de outubro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 30,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 30,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 31 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**DECRETO Nº 3.137/2014 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.137/2014 de 4 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 50,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0066 - . Material de Consumo R\$ 50,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PRESENCIAL 98/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 71/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 71/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás GLP 13 e GLP 45 para as Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás - GLP 13 kg	UN	CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME (12799)		0	49.5000	1

0 49.5000 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 71/2014

Número do Registro de Preços: 71/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás GLP 13 e GLP 45 para as Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Recarga de gás - GLP 45 kg	UN	CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME (12799)		0	188,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 71/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 71/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás GLP 13 e GLP 45 para as Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2014  
PROCESSO Nº 213/2014

(12799) - CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME

Schroeder, 4 de Novembro de 2014.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 67/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2014

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 67/2014

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Contratação de empresa para a Execução da Obra de Pavimentação de Passeios Públicos em paver, a ser executada no Município de Serra Alta na Rua Marechal Deodoro da Fonseca (conforme Planta de Localização em anexo ao Projeto de Engenharia), totalizando uma área de 553,63m².

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2014.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 21 de novembro de 2014.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 05 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO DE SERRA ALTA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2014

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de Empresa para a Execução da Mão de Obra da Pintura Externa do Prédio do Centro Administrativo Municipal, a ser executada no Município de Serra Alta. A obra compreende uma área aproximada de 825,88m², de dois pavimentos, em alvenaria, localizada na Av. Dom Pedro II, 830, centro, e objetiva revitalizar a infraestrutura do prédio, protegendo e conservando o imóvel contra os efeitos da ação do tempo e clima que causaram trincas e fissuras no mesmo.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 19 de novembro de 2014.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 19 de novembro de 2014.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 05 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 177/2014

DECRETO Nº 177/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre a estabilidade dos servidores municipais aprovados no estágio probatório, e da outras providencias".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 498/01 de 10/09/2001 e Lei Complementar nº 014/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado estabilidade aos Servidores abaixo relacionados, por ter atingido a média de pontos exigidos nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no Artigo nº 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do município de Serra Alta.

NOME DO SERVIDOR(A) CARGO CARGA HORARIA

CLEITON ALGAYER.	Controlador Interno	40 horas
MARISTELA MORGENSTERN	Agente de Saúde	40 horas
DORIANA FLORES	Agente de Saúde	40 horas
CRISTIANE FRÂNCIO	Assistente Administrativo	40 horas
RONNY KUFNER	Fisioterapeuta	20 horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

### LEI Nº. 2178/2014

LEI Nº 2178, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR, AMIGÁVEL OU JUDICIALMENTE, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial, do imóvel que especifica: Um terreno rural, situado no lugar Retiro, município de Sombrio/SC, Cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob nº 810.061.010.243-7, medindo (7.767,22m²), dentro de uma área maior de (85.461,90m²) de propriedade de René Tiscoski e Irene Eyng Tiscoski, parte integrante da matrícula nº 35.526, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas, confrontações e Coordenadas Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1 de coordenadas N 6.780.603,08 e E 628.013,94 deste segue em 63,55 metros onde confronta com Rodovia Learcino João Pereira até o ponto P2 de coordenadas N 6.780.620,42 e E 628.075,08 deste segue em 170,13 metros onde confronta com a projeção rua da nova escola, e com área remanescente da matrícula 35.526 até o ponto P3 de coordenadas N 6.780.779,23 e E 628.013,33 deste segue em 19,75 metros onde confronta com área remanescente da matrícula 35.526 até o ponto P4 de coordenadas N 6.780.766,20 e E 627.998,50 deste segue em 66,92 metros onde confronta com área de João Batista Stuart matrícula 5.443 até o ponto P5 de coordenadas N 6.780.699,53 e E 628.004,29, deste em 22,92 metros onde confronta com área de João Batista Stuart matrícula 5.443 até o ponto P6 de coordenadas N 6.780.694,59 e E 627.981,76 deste segue em 10,32 metros onde confronta com a rua sem denominação, até o ponto P7 de coordenadas N 6.780.685,63 e E 627.986,89 deste segue em 86,87 metros onde confronta com a rua sem denominação, até o ponto P1 inicio desta descrição, perfazendo o perímetro de 376,27 metros, e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciados ao Meridiano Central 51º WGR, tendo como Datum o SIRGAS 2000.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para futuras instalações de uma Praça Pública de Esportes.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 04 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### LEI Nº. 2179/2014

LEI Nº 2179, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER, EM DOAÇÃO, A ÁREA DE TERRAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica autorizado, o Chefe do Poder Executivo, a proceder à incorporação de bem imóvel de área de terras urbanas a seguir identificadas, por meio de doação do Sr. Arlindo Edílio da Rosa, Brasileiro, casado, escrivão notarial, inscrito no CPF nº103.160.789-72 e RG nº 144.3674 SSP/SC, residente e domiciliado a avenida Nereu Ramos, 1300, bairro Centro, Sombrio/SC, CEP 88960-000 e sua esposa a Srª Ceny Souza da Rosa, Brasileira, casada, do lar, residente e domiciliado a avenida Nereu Ramos, 1300, bairro Centro, Sombrio/SC, CEP 88960-000, a área de terras de 4.707,38 m², nos moldes do mapa e memorial descritivo anexo que é parte integrante e inseparável desta lei.

§ 1º A área mencionada no caput é parte do imóvel objeto da matrícula imobiliária nº 424 do Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio - SC, que dispõe de área total de 46.720 m² (quarenta e seis mil, setecentos e vinte metros quadrados)

§ 2º A área objeto da doação tem as seguintes descrição:

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1 de coordenadas N 6.779.579,18 e E 634.080,91 deste segue em 96,24 metros onde confronta com rua Alcides José Amorim até o ponto P2 de coordenadas N 6.779.519,31 e E 634.156,26 deste segue em 49,22 metros onde confronta com Arlindo Edílio da Rosa matrícula 424 até o ponto P3 de coordenadas N 6.779.558,35 e E 634.186,32 deste segue em 101,41 metros onde confronta com área da Prefeitura Municipal de Sombrio matrícula 42.408 até o ponto P4 de coordenadas N 6.779.617,54 e E 634.111,09 deste segue em 48,81 metros onde confronta com área de Arlindo Edílio da Rosa matrícula 62.142 e Cristiana Matos de Borba e João Ernando de Oliveira matrícula 46.818 até o ponto P1 inicio desta descrição, perfazendo o perímetro de 295,68 metros, e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciados ao Meridiano Central 51º WGR, tendo como Datum o SIRGAS 2000.

Art. 2º Compete ao Município de Sombrio/SC promover o desmembramento da área objeto de doação da matrícula imobiliária nº 424 do Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio - SC.

Art. 3º a referida área será incorporada ao patrimônio público municipal para edificação de unidade básica de saúde que atenderá as comunidades adjacentes.

Art. 4º A doação é celebrada com o encargo de o Município doatário receber a referida gleba como área pública, sendo esta oposta a qualquer tempo como exigência a implementação da subdivisão de área urbana em lotes para edificações da área de terras matrícula nº424, conforme previsão legal do art. 195-A da Lei 6.015/73 que trata da abertura de matrícula dos imóveis públicos, ainda que o loteamento não esteja inscrito ou registrado.

Art. 5º A administração municipal fica autorizada a assinar o Termo de cessão e dominialidade, após publicação desta lei para efeito de comprovação de domínio da referida área, antes das efetiva regularização nos órgão de registro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 04 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### JUSTIFICATIVA

PROJETO DE LEI Nº. ....../2014.

Projeto de Lei Exec. 047/2014.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Submeto a elevada consideração de Vossas Excelências, o presente projeto de Lei que visa obter autorização legal para dar impulso ao processo de incorporação de área de terras localizada no perímetro urbano do Município de Sombrio/SC, de propriedade de Arlindo Rosa e Ceni da Rosa.

A referida área será utilizada para construção de unidade de saúde no bairro São Luiz.

Município de Sombrio- SC, 13 de outubro de 2014

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

#### LEI Nº. 2180/2014

LEI Nº 2180, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL À RECEBER POR DOAÇÃO, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação o Imóvel com benfeitorias (Colégio Municipal de Retiro da União), livre e desembaraçado de quaisquer ônus, constituído pelo terreno Rural, situado em Retiro da União, Distrito e Município de Sombrio - SC, nesta Comarca, com área de 10.125,00m<sup>2</sup> (dez mil cento e vinte metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Ao Sul, com 75 metros Lineares, com a Estrada Municipal; ao Leste com 135 metros, com terras dos doadores; ao Norte, com 75 metros, e Oeste com 135 metros, também com terras dos doadores, sendo de propriedade da Fazenda do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis-SC, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio, sob Transcrição nº 20.680.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 04 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### LEI Nº. 2181/2014

LEI Nº 2181, DE 04 DE NOVEMBRO 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR, AMIGÁVEL OU JUDICIALMENTE, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial, do imóvel que especifica: Um terreno rural, situado em Com-Com, Distrito de Boa Esperança, município de Sombrio/SC, Cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob nº 810.061.011.061-8, medindo (4.655,00m<sup>2</sup>), dentro de uma área maior de (101.819,80m<sup>2</sup>) de propriedade de Gentil Antonio Silveira e sua mulher Benta da Rosa Silveira, parte integrante da matrícula nº 14.335, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas, confrontações e Coordenadas Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1 de coordenadas N 6.778.685,726 e E 628.766,330 deste segue em 160,16 metros onde confronta com área de Gentil Antonio Silveira, parte ideal da matrícula nº 14.335 até o ponto P2 de coordenadas N 6.778.588,923 e E 628.893,928 deste segue em 29,10 metros onde confronta com área de Gentil Antonio Silveira, parte ideal da matrícula nº 14.335 até o ponto P3 de coordenadas N 6.778.611,753 e E 628.911,971 deste segue em 160,20 metros onde confronta com área da Prefeitura Municipal de Sombrio área de posse da matrícula 14.335 até o ponto P4 de coordenadas N 6.778.708,624 e E 628.784,384 deste segue em 29,16 metros onde confronta com área de Gentil Antonio Silveira, parte ideal da matrícula nº 14.335 até o ponto P1 inicio desta descrição, perfazendo o perímetro de 378,62 metros, e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciados ao Meridiano Central 51º WGR, tendo como Datum o SIRGAS 2000.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para futuras instalações de um Colégio Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 04 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 01 - LOA; CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere e de conformidade com o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, faz saber a quem possa interessar, que o Município de Timbé do Sul realizará Audiência Pública para Apresentação e Discussão do Projeto de Lei LOA - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2015, no seguinte local, data e horário:

Local - Sala de reuniões na sede da Prefeitura  
Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro - Timbé do Sul  
Data - 10 de Novembro de 2014  
Horário - 09:00 Horas

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Timbé do Sul, SC, 04 de Novembro de 2014.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

### DECRETO 180/2014

DECRETO Nº. 180, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica contratado Diego Fornaza Tonetto, CPF nº 079.758689-06 e RG nº 4.261.095, no Cargo de Motorista, no Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul - SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 04 de Novembro de 2014.  
Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 181/2014

DECRETO Nº. 181, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
INSERE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes  
2.025 - Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo  
176 -3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento por conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recurso 60, na Conta Corrente 011.105-8; Banco do Brasil, Agência 5.300-7, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), na dotação abaixo:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes  
2.025 - Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo  
176 -3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0060 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 27.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 04 de novembro de 2014.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 182/2014

DECRETO Nº. 182, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada Claiciane Candido Boeira, matrícula nº 2427, ocupante do Cargo de Chefe do Serviço de Análise e Licenciamento Ambiental, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e tem efeitos retroativos a 03/11/2014.

Timbé do Sul/SC, 04 de novembro de 2014.  
Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças



**DECRETO 183/2014**

DECRETO Nº. 183, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais):

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.50.00.00.00.00.0080(10) - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos ..... R\$ 19.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080(12) - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 19.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 04 de novembro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças



**Timbó****PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 109/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 109/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADP4557	55556820	23/07/1999	69120	232	53.20
LXJ9956	55556816	23/07/1999	73070	251 * II	85.12
LYZ4926	55557069	24/07/1999	65800	230 * IV	191.53
LZQ6596	55556829	08/08/1999	51690	165	957.69
MBG7259	55556488	27/07/1999	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 87/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 87/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KBO8928	55558156	03/07/1998	69470	235	127.69
LWT1129	55558031	03/07/1998	72340	250 * I * a	85.12
LXJ2987	55557866	09/07/1998	67690	230 * XXII	85.12
LYZ8318	55557776	28/05/1998	54100	181 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 281/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 281/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDJ3614	54581419A	28/08/2003	69200	233	127.69
LWX3225	54581701A	17/08/2003	70480	244 * II	191.53
LXQ0347	54581715A	31/08/2003	57380	186 * II	191.53
LYU7534	54581519A	29/08/2003	53980	181 * II	53.20
MAG1888	54579874A	21/08/2003	65990	230 * V	191.53
MEF1280	54581314A	20/08/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 151/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 151/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXZ0979	55557493	20/09/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 136/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 136/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVW9191	55557341	04/04/2000	67690	230 * XXII	85.12
LWU2656	55557159	27/03/2000	51850	167	127.69
LXG9249	55557158	27/03/2000	62110	218 * I * a	127.69
LXO6162	55557418	27/04/2000	51850	167	127.69
LXP1959	55557153	26/03/2000	52740	175	191.53
LZA5058	55555742	13/04/2000	51850	167	127.69

LZV6060	55557277	15/04/2000	51850	167		127.69
LZZ3146	55557346	05/04/2000	65990	230 * V		191.53
MAE3182	55555733	11/04/2000	62110	218 * I * a		127.69
MAM7798	55555638	22/03/2000	62200	218 * I * b		574.61
MBC8588	55557181	31/03/2000	65990	230 * V		191.53
MBQ3520	55555655	13/03/2000	50100	162 * I		574.61
MBQ3520	55555656	13/03/2000	50610	163 c/c 162 * I		574.61
MDK2280	55555842	13/03/2000	61220	214 * I		191.53
RE410	55555709	18/03/2000	50100	162 * I		574.61
RE410	55555709	18/03/2000	65990	230 * V		191.53
RE410	55555710	18/03/2000	69120	232		53.20
RE410	55555710	18/03/2000	70300	244 * I		191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 106/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 106/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW7780	55553249	28/05/1999	65990	230 * V	191.53
LXW7780	55553249	28/05/1999	69120	232	53.20
LZE9288	55558621	28/05/1999	62380	218 * II * a	127.69
MAD8905	55553245	28/05/1999	67260	230 * XVIII	127.69
MAF4732	55555242	17/05/1999	63940	220 * XIV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 207/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 207/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAC2239	54578494A	14/03/2002	55410	181 * XVII	53.20
GQU9617	54577626A	22/03/2002	51850	167	127.69
LWR8232	54578954A	22/03/2002	73660	252 * VI	85.12
LWT9757	54578316A	01/04/2002	65990	230 * V	191.53
LWT9757	54578316A	01/04/2002	65800	230 * IV	191.53
LWW1674	54579061A	26/03/2002	69200	233	127.69
LWZ7724	54579063A	26/03/2002	69200	233	127.69
LXJ6719	54578957A	22/03/2002	73660	252 * VI	85.12
LXP8926	54578532A	21/03/2002	51850	167	127.69
LYF8433	54578314A	21/03/2002	70300	244 * I	191.53
LYF8433	54578314A	21/03/2002	50100	162 * I	574.61
LYF8433	54578314A	21/03/2002	65990	230 * V	191.53
LYF8433	54578315A	21/03/2002	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYY7549	54578816A	25/03/2002	70480	244 * II	191.53
LZA7792	54579058A	26/03/2002	69200	233	127.69
LZH8157	54579069A	29/03/2002	73400	252 * IV	85.12
LZN6748	54578646A	22/03/2002	66530	230 * XI	127.69
LZN6748	54578646A	22/03/2002	66370	230 * IX	127.69
MBG4241	54578904A	26/03/2002	73400	252 * IV	85.12
MBZ4739	54579060A	26/03/2002	69200	233	127.69
MCY8480	54578539A	21/03/2002	69120	232	53.20
MCY8480	54578539A	21/03/2002	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
 FABIANO MARTINS ADRIANO  
 AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 154/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 154/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU4535	55556113	23/11/2000	65640	230 * II	191.53
LXG1542	55556228	05/11/2000	65990	230 * V	191.53
LXK7627	55556269	30/11/2000	65990	230 * V	191.53
LZV1384	55556114	23/11/2000	51850	167	127.69
MAE0193	55556279	02/12/2000	62200	218 * I * b	574.61
MAE0193	55556278	02/12/2000	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 122/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 122/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABN1175	55555501	05/11/1999	73660	252 * VI	85.12



LXX6176	55555602	24/11/1999	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYI8393	55555350	24/11/1999	61220	214	*	I			191.53
LYU9951	55555531	22/11/1999	72340	250	*	I	*	a	85.12
LZD5830	55555553	23/11/1999	61220	214	*	I			191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 95/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 95/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYB5398	55558530	26/11/1998	73070	251 * II	85.12
LYC8357	55558540	26/11/1998	73070	251 * II	85.12
LYY3820	55558534	26/11/1998	73070	251 * II	85.12
MAD6943	55553032	03/12/1998	50100	162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 144/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 144/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABR5776	55555912	30/06/2000	62200	218 * I * b	574.61
AKI3939	55555693	30/06/2000	69120	232	53.20
LWT8339	55555904	30/06/2000	65990	230 * V	191.53
LWY1279	55556521	06/07/2000	51850	167	127.69
LXB4448	55555687	26/06/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXD3150	55555700	06/07/2000	69120	232	53.20
LYH7323	55555699	05/07/2000	51850	167	127.69
LYV6170	55555911	30/06/2000	62110	218 * I * a	127.69
LZD6724	55555695	30/06/2000	67690	230 * XXII	85.12
LZP7440	55555686	25/06/2000	52740	175	191.53
LZS6282	55556059	29/06/2000	73400	252 * IV	85.12
MAK8098	55555696	04/07/2000	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 127/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 127/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYI2540	55555593	28/01/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 113/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 113/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWS6464	55556788	29/08/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LXE8902	55556862	10/09/1999	61220	214 * I	191.53
LXL1237	55555249	09/09/1999	55410	181 * XVII	53.20
LZD3923	55558750	03/09/1999	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 137/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 137/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AED4179	55557216	27/03/2000	51850	167	127.69
AEW6337	55557429	27/04/2000	62110	218 * I * a	127.69
BOP8550	55557390	27/04/2000	52740	175	191.53
BPM2045	55557215	27/03/2000	62110	218 * I * a	127.69
LXW1767	55557389	26/04/2000	62110	218 * I * a	127.69
LYO2494	55557027	02/03/2000	52070	169	53.20
LYQ4744	55555721	10/04/2000	62110	218 * I * a	127.69
LZA5283	55555843	05/04/2000	62110	218 * I * a	127.69
MAB8357	55557428	27/04/2000	62110	218 * I * a	127.69
MAH4160	55557287	02/05/2000	62110	218 * I * a	127.69
MAQ6610	55556714	19/04/2000	62110	218 * I * a	127.69
MAV3451	55557293	03/05/2000	51850	167	127.69
MAW0319	55557280	22/04/2000	69120	232	53.20
MAX5956	55557427	27/04/2000	62110	218 * I * a	127.69
MAZ5862	55557432	27/04/2000	62110	218 * I * a	127.69
MBF6968	55556724	26/04/2000	62110	218 * I * a	127.69
MBV4670	55557422	27/04/2000	51850	167	127.69
MEA8090	55557431	27/04/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 291/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 291/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWS7308	54581673A	24/10/2003	51690	165	957.69
LWS7308	54581672A	24/10/2003	65560	230 * I	191.53
LXI2944	54581534A	03/11/2003	65560	230 * I	191.53
LYX1072	54581198A	30/10/2003	67690	230 * XXII	85.12
LZG9643	54581872A	30/10/2003	69200	233	127.69
LZY6587	54581867A	30/10/2003	69200	233	127.69
MBB3242	54581873A	30/10/2003	69200	233	127.69
MBF2322	54581876A	30/10/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 81/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 81/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAZ2633	55557762	23/04/1998	51690	165	957.69
ADP6415	55554590	25/04/1998	62110	218 * I * a	127.69

BAY0040	55557723	27/03/1998	73660	252	* VI	85.12
BBZ0652	55557714	21/03/1998	51690	165		957.69
BBZ0652	55557715	21/03/1998	52400	173		574.61
BFA1555	55554942	27/04/1998	55250	181	* XV	85.12
HQ239	55554217	23/02/1998	50100	162	* I	574.61
HQ239	55554216	23/02/1998	65990	230	* V	191.53
LWS1534	55553636	14/02/1998	51850	167		127.69
LWS1534	55554447	08/03/1998	72340	250	* I * a	85.12
LWU6760	55554488	12/04/1998	63190	220	* VI	127.69
LWV0116	55557744	20/04/1998	62110	218	* I * a	127.69
LWV8958	55554935	18/04/1998	50100	162	* I	574.61
LWW5326	55555101	20/02/1998	62380	218	* II * a	127.69
LXC3951	55554476	27/03/1998	65560	230	* I	191.53
LXE2100	55557755	23/03/1998	65990	230	* V	191.53
LXF8204	55554436	15/02/1998	50100	162	* I	574.61
LXG4783	55557719	23/03/1998	51690	165		957.69
LXI6396	55557704	05/03/1998	69120	232		53.20
LXI6396	55557705	05/03/1998	70480	244	* II	191.53
LXI6396	55557703	05/03/1998	50100	162	* I	574.61
LXP4164	55554834	11/04/1998	62110	218	* I * a	127.69
LXS0782	55554940	27/04/1998	65990	230	* V	191.53
LXS0782	55554941	27/04/1998	50100	162	* I	574.61
LXS5719	55554833	07/04/1998	55680	181	* XIX	127.69
LXS6304	55554999	11/02/1998	62380	218	* II * a	127.69
LXU4868	55554433	11/02/1998	65990	230	* V	191.53
LXV3561	55554882	08/02/1998	70300	244	* I	191.53
LXX4736	55555061	01/03/1998	70300	244	* I	191.53
LXX4874	55554443	23/02/1998	52820	176	* I	957.69
LXX7558	55554980	26/01/1998	62380	218	* II * a	127.69
LXZ0209	55553642	14/03/1998	57380	186	* II	191.53
LXZ0209	55553641	14/03/1998	50450	162	* V	191.53
LXZ0209	55553642	14/03/1998	69120	232		53.20
LXZ0209	55553641	14/03/1998	73400	252	* IV	85.12
LXZ4650	55553647	08/04/1998	55500	181	* XVIII	85.12
LYC2731	55554487	11/04/1998	62110	218	* I * a	127.69
LYE2570	55553639	14/03/1998	50100	162	* I	574.61
LYE5273	55555158	14/03/1998	57380	186	* II	191.53
LYF1919	55554483	08/04/1998	65990	230	* V	191.53
LYF3598	55553633	14/02/1998	57200	186	* I	127.69
LYL0640	55555153	01/03/1998	65990	230	* V	191.53
LYM4903	55554990	08/02/1998	62380	218	* II * a	127.69
LYN4458	55554427	01/02/1998	62380	218	* II * a	127.69
LYO4610	55553634	14/02/1998	51850	167		127.69
LYQ7509	55553637	03/03/1998	70300	244	* I	191.53
LYQ7509	55553637	03/03/1998	65800	230	* IV	191.53
LYR6838	55554578	26/03/1998	52740	175		191.53
LYS9809	55554076	11/04/1998	62110	218	* I * a	127.69
LYT7874	55553643	14/03/1998	73400	252	* IV	85.12
LYT7874	55553643	14/03/1998	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LYW6063	55554976	26/01/1998	70300	244	* I	191.53
LYW6063	55554977	26/01/1998	54520	181	* VIII	127.69
LYW6063	55554977	26/01/1998	65990	230	* V	191.53
LYZ1154	55557708	07/03/1998	58350	195		127.69
LZA8133	55554425	24/01/1998	70300	244	* I	191.53
LZA8633	55554922	25/01/1998	69120	232		53.20
LZA8633	55554380	25/01/1998	50100	162	* I	574.61
LZA8633	55554922	25/01/1998	70300	244	* I	191.53
LZB3774	55555118	06/03/1998	51690	165		957.69
LZD3355	55557813	24/03/1998	73150	252	* I	85.12
LZE3722	55553415	21/02/1998	67260	230	* XVIII	127.69
LZE3722	55553416	21/02/1998	69120	232		53.20
LZE3722	55553415	21/02/1998	50100	162	* I	574.61
LZE3722	55553416	21/02/1998	65800	230	* IV	191.53



LZE5494	55557824	10/04/1998	51690	165		957.69
LZH8920	55554378	24/01/1998	70300	244 * I		191.53
LZI0779	55554571	05/03/1998	55500	181 * XVIII		85.12
LZI8378	55554075	11/04/1998	62110	218 * I * a		127.69
LZP6201	55555070	26/03/1998	70300	244 * I		191.53
LZR6400	55557720	27/03/1998	65990	230 * V		191.53
MAC3770	55557746	21/04/1998	65990	230 * V		191.53
MBN4090	55554463	18/02/1998	62380	218 * II * a		127.69
MCA1760	55554927	10/03/1998	73400	252 * IV		85.12
MCE7060	55553225	28/02/1998	65990	230 * V		191.53
PU998	55554215	23/02/1998	65990	230 * V		191.53
QU794	55557725	04/04/1998	70300	244 * I		191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 149/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 149/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZK0152	55556073	20/09/2000	51850	167	127.69
LZY1428	55557499	20/09/2000	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1771/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1771/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

HRA8713	54722955E	15/10/2014	65480	229
LYG2824	54722928E	12/10/2014	66371	230 * IX
LYG2824	54722927E	12/10/2014	66102	230 * VII
MBH7381	54573015E	15/10/2014	69120	232
MBN9270	54572862E	27/09/2014	50100	162 * I
MBU8918	54722920E	12/10/2014	50100	162 * I
MDO4987	54572908E	15/10/2014	65992	230 * V
MDO6773	54572909E	15/10/2014	69120	232
MFN7304	54572859E	15/10/2014	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2014.  
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 192/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 192/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACN7196	54577911A	16/11/2001	69120	232	53.20
JYB0190	54577856A	21/11/2001	69200	233	127.69
LWS7516	54578090A	22/11/2001	65990	230 * V	191.53
LXC3460	54577768A	14/11/2001	54520	181 * VIII	127.69
LXE3900	54578094A	22/11/2001	62110	218 * I * a	127.69
LXG1697	55555897	15/11/2001	70300	244 * I	191.53
LYP8738	54578075A	14/11/2001	69200	233	127.69
LYT1957	55555765	19/11/2001	62110	218 * I * a	127.69
MAA5986	54577874A	21/11/2001	51850	167	127.69
MAS4367	54578074A	14/11/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 177/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 177/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACV2574	55555172	06/05/2001	53800	181 * I	85.12
BWJ2763	55556345	18/05/2001	52820	176 * I	957.69
LXC6527	55556300	13/07/2001	69200	233	127.69
LXF9760	55558625	08/04/2000	51690	165	957.69
LXG7356	55557630	03/08/2001	50100	162 * I	574.61
LYO3438	55557692	09/07/2001	54600	181 * IX	85.12
LZH7721	55556282	11/03/2001	70300	244 * I	191.53
MAS5192	55556053	28/06/2000	50100	162 * I	574.61
MAW2868	55552899	14/11/2000	65990	230 * V	191.53
MBQ5628	55556280	02/12/2000	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 255/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 255/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC1358	54579660A	16/02/2003	54520	181 * VIII	127.69
LYC4315	54580115A	14/02/2003	55410	181 * XVII	53.20
LYM9864	54580066A	15/02/2003	59400	203 * III	191.53
LYV7439	54580619A	19/02/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LZD9139	54580620A	19/02/2003	50100	162 * I	574.61
LZD9139	54580620A	19/02/2003	72340	250 * I * a	85.12
LZF5109	54580038A	20/02/2003	65990	230 * V	191.53
LZF5109	54580038A	20/02/2003	67260	230 * XVIII	127.69
MAG0135	54580806A	16/02/2003	70480	244 * II	191.53
MBO9159	54578706A	18/02/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.  
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 139 2014 PMT - MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 139/2014

OBJETO: registro de preço para contratação de empresa para manutenção de equipamentos de informática para atender as necessidades de órgãos da administração direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 18 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 18 de novembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 04/11/2014  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES  
Secretária de Assistência Social

JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente Fundação Cultural

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente SAMAE

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 142 2014 PMT - AQUISIÇÃO MINI BUS 15 LUGARES**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 142/2014

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de 1 (um) veículo (tipo mini bus, mínimo 15 lugares), novo, sem uso, especificado no Anexo I (termo de referência) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 18 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 18 de novembro de 2014 as 09:10 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 28/10/2014  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

**AVISO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 48 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

REFERENTE: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 48/2014 - PMT

OBJETO: Contratação de Agência de Publicidade, para prestação dos serviços de planejamento, criação, distribuição, veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no caput do artigo 2º e em seu §1º da Lei nº 12.232/2010, para divulgação das atividades institucionais do Município e da Fundação Cultural de Timbó.

A Prefeitura de Timbó, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para conhecimento dos licitantes, participantes da Concorrência nº 48/2014, que o processo encontra-se suspenso devido ao recurso administrativo interposto pela empresa:

- EDSON ANTONIO BRITEMBACH (Prodiz Comunicação).

Ficam as empresas intimadas da interposição de recurso para, querendo apresentar contrarrazões, nos termos do art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), ou desistência do mesmo, viabilizando o julgamento do feito e a continuidade do certame.

O recurso será digitalizado e encaminhado para o e-mail das empresas participantes do certame e, estará disponível também, mediante requerimento junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 04 de novembro de 2014.  
CARMELINE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

**EXTRATO CONTRATO 2014.160 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/160

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Metalúrgica Koehler Ltda .

OBJETO: Execução, de serviços de reforma da cobertura do Complexo Esportivo. Área total: 2.775,25m², conforme memorial descritivo, cronograma físico financeiro, quantitativo, orçamento estimativo, constante do Edital de Carta Convite nº. 06/2014 FME. VALOR: R\$ 24.350,00 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 27/10/2014  
MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO N.º 20 2014 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 20/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda Me.

OBJETO: Acréscimo de 125 horas ao item 003 - contratação de serviços de horas-máquina de retroescavadeira para manutenção das redes de abastecimento de água (escavação e reaterro de valas) e serviços diversos pertinentes à obra e urbanos; junto ao serviço de horas-máquina terá que estar incluso o operador,



manutenção, combustível e traslado se houver. observação: a empresa deverá possuir 02 (duas) retroescavadeiras, de modo a conseguir atender de maneira concomitante as necessidades tanto do SAMAE quanto da Secretaria de Obras.

DATA DA ASSINATURA: 27/10/2014.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

### **EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.159 SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/159

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADO: Terrabase Terraplenagem e Transporte LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo da execução da recuperação do Aterro Sanitário de Timbó/SC até 06/11/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2014.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

### **EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.159 SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/159

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADO: Terrabase Terraplenagem e Transporte LTDA.

OBJETO: Acréscimo ao objeto e ao preço no valor de R\$ 75.590,12 (setenta e cinco mil quinhentos e noventa reais e doze centavos) na obra de recuperação do Aterro Sanitário de Timbó/SC

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2014.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

## **SAMAE**

### **PORTARIA N. SAMAE- 127, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 127, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de

22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JOEL OLIVEIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/09/1990	074.855.929-98	44 horas	03/11/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### **PORTARIA NO SAMAE -128 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA No SAMAE -128 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Exoneração, a pedido, ao Servidor CRISTIANO ROEPKE STEFFEN, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 01/11/2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal CRISTIANO ROEPKE STEFFEN, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 031 de 26 de fevereiro de 2014, a contar de 01 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente



# Tunápolis

## PREFEITURA

### LEI 1197/2014

Lei nº 1.197/2014 de 05 de novembro de 2014.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL	
Proj./Ativ	12.361.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (46)	5.000,00
	3.3.90.00.00.00.00.00.0124	Aplicações Diretas (47)	25.000,00

Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Proj./Ativ	22.661.0014.1.018	Construção, Ampliação e Conservação de Área Industrial	
	4.4.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (109)	35.000,00

TOTAL ..... R\$ 65.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE	
Proj./Ativ	04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (3)	12.000,00

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FINANÇAS	
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ	04.122.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (22)	5.000,00

Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.01	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	
Proj./Ativ	12.361.0005.1.006	Aquisição de Veículos de demais Materiais Permanentes	
	4.4.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (32)	5.000,00

Unidade:	04.04	ENSINO MÉDIO	
Proj./Ativ	12.362.0004.2.013	Manutenção do Transporte Escolar	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0121	Aplicações Diretas (63)	25.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (89)	13.000,00

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ	08.224.0003.2.003	Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (122)	5.000,00

TOTAL ..... R\$ 65.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 05 de novembro de 2014.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer  
Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

### DECRETO 1652/2014

Decreto nº 1652/2014 de 05 de novembro de 2014.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.197/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL	
Proj./Ativ	12.361.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (46)	5.000,00
	3.3.90.00.00.00.00.00.0124	Aplicações Diretas (47)	25.000,00

Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Proj./Ativ	22.661.0014.1.018	Construção, Ampliação e Conservação de Área Industrial	
	4.4.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (109)	35.000,00

TOTAL ..... R\$ 65.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE	
Proj./Ativ	04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (3)	12.000,00

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FINANÇAS	
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ	04.122.0000.2.007	Pecatórios e Sentenças Judiciais	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (22)	5.000,00

Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.01	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	
Proj./Ativ	12.361.0005.1.006	Aquisição de Veículos de demais Materiais Permanentes	
	4.4.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (32)	5.000,00

Unidade:	04.04	ENSINO MÉDIO	
Proj./Ativ	12.362.0004.2.013	Manutenção do Transporte Escolar	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0121	Aplicações Diretas (63)	25.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (89)	13.000,00

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ	08.224.0003.2.003	Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (122)	5.000,00

TOTAL ..... R\$ 65.000,00  
 Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 05 de novembro de 2014.  
 ENOI SCHERER  
 Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado  
 em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer  
 Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N. 082/2014

DECRETO Nº 082/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do processo seletivo simplificado nº 003/2014, para contratação temporária, do seguinte cargo:  
OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
004	Agnoir da Silva Lemes	5,0	1º
002	Airton Luiz Santos	5,0	2º
001	Airton Fernandes de Abreu	5,0	3º
003	André Sanches	5,0	4º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 04 de novembro de 2014.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 05/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.083/2014

DECRETO Nº 083/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL QUE ESPECIFICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO PÚBLICA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

CONSIDERANDO a necessidade de abertura/regularização de rua para aos habitantes de Vargem Bonita, para a execução de plano de urbanização, parcelamento do solo, com ou sem edificação e com fundamento no DECRETO-LEI Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente no artigo 5º, alínea "i" DECRETA:

Artigo 1º Fica desapropriado parte da matrícula nº 3548, com área total de 709,46 m², conforme memorial descritivo, mapa e matrícula em anexo, o que faz parte integrante da presente decreto.

Artigo 2º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 04 de novembro de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 05/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### LEI N.1017/20144

LEI Nº 1.017/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"AUTORIZA CONCESSÃO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a firmar e efetivar a concessão real de uso de uma área com 2.000 m² (dois mil metros quadrados), no denominado Distrito Industrial de Vargem Bonita (SC), à RGS Montagem Industrial, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.128.618/0001-31, representada por Genival Albino de Abreu, empresário, CPF nº 848.270.539-72 e RG nº 2.635.553, para instalação de fábrica de máquinas e equipamentos para uso industrial.

Artigo 2º - Fica também a Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder no que couber, os benefícios/incentivos, previstos na Lei 257/97 de 06 de outubro de 1997, com exceção por ora a doação.

Artigo 3º - O prazo da concessão será de 10(dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período, através de termo aditivo, no interesse da administração pública.

Parágrafo Único. O descumprimento das obrigações, por parte de Concessionária, contida na Lei 257/97, bem como dos termos da presente concessão e da proposta apresentada, implicará na revogação da mesma, com a imediata reversão da posse e domínio do bem a favor do Município, independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 4º - Fica a presente concessão real de uso dispensada de licitação ante a existência do interesse público devidamente justificado.

Artigo 5º - As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 04 de novembro de 2014.  
Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 05/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suelen Favretto  
Secretária de Administração e Finanças

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 84/2014 - AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTICIOS CESTAS DE NATAL**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 84/2014

**OBJETO:** Constitui objeto do presente AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTICIOS E SIMILARES PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS DE NATAL DESTINADA A DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 84/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09:00 hrs do dia 17 de novembro de 2014.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES:** Às 09:00 hrs do dia 17 de novembro de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 05 de novembro de 2014.  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 85/2014 - EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E CONserto VEÍCULO EDUCAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
Setor de Compras  
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 85/2014

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a EVENTUAL Contratação de empresa para fornecimento de peças e prestação de serviços de recuperação de peças, pintura e mão de obra para consertar Veículo PALIO WEEKEND, da Secretaria de Educação.

**REGIMENTO:** A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos

interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 85/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 11:00 hrs do dia 17 de novembro de 2014.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES:** Às 11:00 hrs do dia 17 de novembro de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 03 de novembro de 2014.  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DO PR 51/2014 - FMS - 2º COLOCADOS

#### LAUDO DAS AMOSTRAS

2ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
06	Unidade	Bolsa vazia para pano de chão, 100% algodão, trama bem fechada, Alvejado liso; Tamanho mínimo: 50cm x 70cm, dobra dupla, com costura (acabamento).	mARTINS PANO	aprovada

Videira (SC), 28 de outubro de 2014.

Camila Strapazzon Secretaria de Saúde	

#### LAUDO DAS AMOSTRAS

2ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
54	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 30 litros, espessura de 0,10 micras – pacote c/ no mínimo 10 unidades.	pEGA IIXO - TIPO b	reprovada não CONSTA A ESPESSURA E RASGA MUITO FACILMENTE
56	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade para 15 litros, com espessura de 0,08 micras, - pacote com no mínimo 20 unidades.	peGA LIXO – TIPO A	reprovada não CONSTA A ESPESSURA E RASGA MUITO FACILMENTE
60	UNIDADE	Vassoura de nylon com cabo, cerdas macias E LONGAS.	PREFERIDA	apROVADA

Videira (SC), 28 de outubro de 2014.

Camila Strapazzon Secretaria de Saúde	
--	--

#### LAUDO DAS AMOSTRAS

2ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa Mercado RZ Ltda, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
61	Unidade	VASSOURA DE PALHA, DE 1ª QUALIDADE, COM CABO DE MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 90CM, ESTRUTURA PIRAMIDAL DE PALHA, COM BASE MEDINDO NO MÍNIMO 50CM.	colonial	aprovada

Videira (SC), 28 de outubro de 2014.

Camila Strapazzon Secretaria de Saúde	
--	--

#### LAUDO DAS AMOSTRAS

2ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita sob CNPJ nº 07.814.016/0001-87, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
58	Frasco	Saponáceo cremoso 300ml, composição: Lineal alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, abrasivo, perfume e água.	Class IIMÃO	aprovada

Videira (SC), 28 de outubro de 2014.

Camila Strapazzon Secretaria de Saúde	
--	--

#### LAUDO DAS AMOSTRAS

2ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa SCS COMERCIO LTDA ME, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
15	FRASCO	Detergente concentrado, embalagem mínima contendo 500ml.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS
16	UNIDADE	Detergente em pó com amaciante, com a seguinte composição: Tensoativo alquil benzeno; Sulfato de sódio; Coadjuvantes; Sinergista; Branqueadores ópticos; Enzima; Tamponastes; Carga, corante, perfume, silicone e água; Caixa/pacote com 1kg.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS



53	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 100 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 05 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS
55	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 50 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 10 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS

Videira (SC), 28 de outubro de 2014.

Camila Strapazon Secretaria de Saúde	
---	--

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 070/14

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 070/2014  
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADO	CARGO
1 – Roque Panigaz	Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 03 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### ADITIVO Nº 117-2014-PMV

Aditivo nº 117-2014-PMV  
Contrato/Ata nº: CT 283/2012  
Licitação: TP 38/2012-PMV

Contratada: GL CONSTRUTORA E IN CORPORADORA LTDA  
Objeto: Restabelecer a relação pactuada inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração, corrigindo o valor pelo INCC - Índice Nacional da Construção Civil e prorrogação do prazo de vigência do contrato e de entrega da obra com efeitos a partir de 01/11/2014 a 02/05/2015, conforme solicitação da Secretaria de Planejamento.  
Data: 31/10/2014  
Valor: R\$ 43.552,05

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº 700074/11

Extrato de Termo Aditivo ao Convênio nº 700074/2011  
CONCEDENTE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE  
CNPJ: 00.378.257/0001-81  
CONVENIADO: Município de Videira  
CNPJ: 83.039.842/0001-84  
OBJETO: Aditivo ao Convênio nº 700074/2011 que tem por objetivo alterar os cronogramas de execução de desembolso e prorrogação de vigência do respectivo convênio.  
PREVISÃO LEGAL: Lei Complementar nº 101/00; Decreto nº 93.872/86; Decreto nº 6.170/07; Portaria Interministerial nº 127/08, Lei nº 8.666/93.  
VIGÊNCIA: O presente Convênio ora aditado fica prorrogada por 365 dias a partir de 14/10/2014, vencendo em 13/10/2015.

Videira, 26 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO ADITIVO 110-2014-FMS

Aditivo nº 110-2014-FMS  
Contrato/Ata nº: CT 237/2013  
Licitação: PR 55/2013-FMS  
Contratada: CLÍNICA MÉDICA GOMES E FONTINELE S/S  
Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2014 até 31 de outubro de 2015; e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª através do IGP-M (FGV) acumulado dos últimos doze meses no percentual de 3,5414200%, conforme item 2.2 do Contrato.  
Data: 16/10/2014  
Valor: R\$ 457.238,52

### ADITIVO Nº 118/2014 - PMV

Aditivo nº: 118/2014.  
Contrato/Ata nº: 198/2014.  
Licitação: DL 18/2014.  
Contratado: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
Objeto: Contratação de empresa para fornecer material e mão de obra para troca de bomba e reparo no quadro de comando do poço artesiano do centro de educação infantil bela vista, localizado na comunidade de vista alegre, da secretaria municipal de educação. As partes acordam aditar o Contrato nº 198/2014, com o fim de alterar o disposto na Cláusula 4ª.  
Data: 03/11/14.



**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 008/2014 - EDUC**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 008/2014

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, por meio da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, nos termos do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2014, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVOS À NOTA DA PROVA DE TÍTULOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR: conforme pareceres da Banca Examinadora, foram julgados procedentes parte dos recursos impetrados e fica RETIFICADO o Relatório de Classificação Final para o cargo de Professor Séries Iniciais - Habilitado, conforme Anexo I deste Edital. Os pareceres estão à disposição dos candidatos na Prefeitura Municipal, inclusive para os recursos julgados improcedentes.

2. HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO: fica HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO para o provimento dos cargos de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - ARTES (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - ENSINO RELIGIOSO (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - INGLÊS (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO E NÃO HABILITADO), PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA (HABILITADO E NÃO HABILITADO) e PSICÓLOGO, conforme Relatório de Classificação Final, Anexo II deste Edital, divulgado no Painel de Publicação da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) e [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br).

Município de Videira, 06 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANEXO I - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR - Após Recursos

## PROFESSOR SÉRIES INICIAIS HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS	SITUAÇÃO
6801055	CAMILA REGINA ROSTIROLA	12,00	12,00	7,20	7,20	32,00	70,40	8,00	78,40	1	APROVADO
6800254	BEATRIZ PADILHA DOS SANTOS	16,80	7,20	7,20	4,80	28,80	64,80	11,00	75,80	2	APROVADO
6800543	JOICE FATIMA BORLIN GRIGOLO	12,00	7,20	7,20	4,80	32,00	63,20	11,00	74,20	3	APROVADO
6800428	GIOVANA CARDOSO PATRICIO	7,20	9,60	9,60	7,20	32,00	65,60	8,00	73,60	4	APROVADO
6800763	BERENICE PERETTI	9,60	9,60	9,60	4,80	28,80	62,40	11,00	73,40	5	APROVADO
6800154	ROSANGELA SOARES RUBINI	12,00	7,20	4,80	4,80	32,00	60,80	11,00	71,80	6	APROVADO
6800780	ANA MARIA SETTI	7,20	9,60	7,20	4,80	32,00	60,80	11,00	71,80	7	APROVADO
6800340	SIRLEI APARECIDA DAL LAGO CENCI	4,80	7,20	9,60	7,20	32,00	60,80	11,00	71,80	8	APROVADO
6800427	CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE	12,00	4,80	9,60	4,80	28,80	60,00	11,00	71,00	9	APROVADO
6800736	MARIELLI SOARES	14,40	4,80	9,60	4,80	28,80	62,40	8,00	70,40	10	APROVADO
6801086	KARINA VEIGA	9,60	9,60	9,60	4,80	28,80	62,40	8,00	70,40	11	APROVADO
6800114	MIRIA APARECIDA GUZI	7,20	12,00	7,20	7,20	28,80	62,40	7,88	70,28	12	APROVADO
6800011	SANDRA ROSILENE STOEKLE FRANCOZO	9,60	7,20	9,60	7,20	25,60	59,20	11,00	70,20	13	APROVADO
6800675	GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA BUSANELLO	7,20	9,60	9,60	7,20	25,60	59,20	11,00	70,20	14	APROVADO
6800381	ELEANE TERESINHA KOEFFER BOESING	12,00	9,60	7,20	7,20	25,60	61,60	8,00	69,60	15	APROVADO
6800816	LEONICE PIMEL SALGADO	9,60	7,20	7,20	2,40	32,00	58,40	11,00	69,40	16	APROVADO
6800658	MAYARA MARIA ARIOTTI	9,60	4,80	7,20	7,20	28,80	57,60	11,00	68,60	17	APROVADO
6800666	FERNANDA CRISTINA POZZAN	7,20	4,80	9,60	7,20	28,80	57,60	11,00	68,60	18	APROVADO
6800300	MARLI TEREZINHA RIEDI	14,40	7,20	9,60	7,20	19,20	57,60	11,00	68,60	19	APROVADO
6800821	JOCEANE FURCKEL	14,40	7,20	4,80	4,80	25,60	56,80	11,00	67,80	20	APROVADO
6801059	CIBELLE CERON DA ROSA	12,00	4,80	7,20	7,20	25,60	56,80	11,00	67,80	21	APROVADO
6800535	GLACI BUSANELLO GANASINI	4,80	9,60	9,60	7,20	25,60	56,80	11,00	67,80	22	APROVADO
6800720	SOLANGE AP DIAS DE CAMPOS	9,60	9,60	9,60	4,80	25,60	59,20	8,00	67,20	23	APROVADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS	SITUAÇÃO
6800573	ELIZETE VESCOVI SOERGER	12,00	4,80	7,20	7,20	32,00	63,20	3,80	67,00	24	APROVADO
6800329	FRANCIELE TESTOLIN	4,80	7,20	4,80	7,20	32,00	56,00	11,00	67,00	25	APROVADO
6800865	TEOLINDA PADILHA SCHNEIDER KAUL	2,40	7,20	7,20	7,20	32,00	56,00	11,00	67,00	26	APROVADO
6800079	KATIA GOTTSSELIG	12,00	7,20	7,20	7,20	22,40	56,00	11,00	67,00	27	APROVADO
6800089	JANAINA APARECIDA REQUES	9,60	7,20	9,60	7,20	22,40	56,00	11,00	67,00	28	APROVADO
6800665	SANDRA DE FATIMA DE SOUZA	9,60	4,80	7,20	4,80	28,80	55,20	11,00	66,20	29	APROVADO
6800819	DAISY NICE UGOLINI RIGO	4,80	7,20	7,20	7,20	28,80	55,20	11,00	66,20	30	APROVADO
6800690	ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA MEZA-ROBA.	2,40	12,00	4,80	7,20	28,80	55,20	11,00	66,20	31	APROVADO
6801050	ELIZABETE MAZIERO	9,60	4,80	9,60	4,80	25,60	54,40	11,00	65,40	32	APROVADO
6800360	JOSIANE APARECIDA ZAGO	4,80	7,20	9,60	7,20	32,00	60,80	4,44	65,24	33	APROVADO
6801107	JULIANA NUNES	9,60	9,60	9,60	7,20	28,80	64,80	-	64,80	34	APROVADO
6800972	JONASSA MEZAROBBA	9,60	7,20	7,20	7,20	25,60	56,80	8,00	64,80	35	APROVADO
6800729	GRAZIELE BOGO	9,60	7,20	7,20	7,20	22,40	53,60	11,00	64,60	36	APROVADO
6800080	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	12,00	2,40	7,20	2,40	28,80	52,80	11,00	63,80	37	APROVADO
6800059	CLAUDIA MEDEIROS	4,80	4,80	9,60	4,80	28,80	52,80	11,00	63,80	38	APROVADO
6800333	GISELE TRANCOSO DOS SANTOS	7,20	4,80	7,20	7,20	32,00	58,40	5,00	63,40	39	APROVADO
6801024	NILSEIA APARECIDA LEMOS	9,60	7,20	4,80	4,80	28,80	55,20	8,00	63,20	40	APROVADO
6800858	BRUNA GAIO SERAFINI	4,80	9,60	7,20	4,80	28,80	55,20	8,00	63,20	41	APROVADO
6800655	FABIANE JARDIM	4,80	7,20	7,20	7,20	28,80	55,20	8,00	63,20	42	APROVADO
6800030	IVANA REGINA BELLINCANTA	9,60	4,80	7,20	4,80	25,60	52,00	11,00	63,00	43	APROVADO
6800826	ANTONIA MARIA ANTUNES	7,20	4,80	7,20	7,20	25,60	52,00	11,00	63,00	44	APROVADO
6800696	MIRTE POLI	4,80	7,20	7,20	7,20	25,60	52,00	11,00	63,00	45	APROVADO
6800319	FABIANE SOVRANI FERNANDES	7,20	9,60	9,60	2,40	25,60	54,40	8,00	62,40	46	APROVADO
6800524	IVANIR SALETE WARTHA BALBINOT	9,60	4,80	7,20	7,20	22,40	51,20	11,00	62,20	47	APROVADO
6800733	TIANE BRANCHER	9,60	7,20	7,20	7,20	22,40	53,60	8,00	61,60	48	APROVADO
6800939	MARIA LEDA FURLIN ZARDO	7,20	4,80	7,20	7,20	25,60	52,00	9,40	61,40	49	APROVADO
6800938	MARILENE PEREIRA DE FREITAS	7,20	4,80	4,80	4,80	28,80	50,40	11,00	61,40	50	APROVADO
6800456	EVANILDE MRIA MANTOANI CONTE	4,80	4,80	7,20	4,80	28,80	50,40	11,00	61,40	51	APROVADO
6800510	LUCIANE DA ROSA	4,80	4,80	7,20	4,80	28,80	50,40	11,00	61,40	52	APROVADO
6800148	FERNANDA DE BORTOLI	2,40	4,80	9,60	4,80	28,80	50,40	11,00	61,40	53	APROVADO
6800827	DANIELLA BISCOLLI RIBEIRO	9,60	4,80	7,20	2,40	28,80	52,80	8,00	60,80	54	APROVADO
6800640	SUSANA SALETE DA SILVA SOMMER	7,20	2,40	7,20	7,20	25,60	49,60	11,00	60,60	55	APROVADO
6800221	OLIVETE PEROZA DE MELLO	4,80	7,20	4,80	7,20	25,60	49,60	11,00	60,60	56	APROVADO
6800855	FRANCIELE FATIMA WEBER	7,20	7,20	9,60	2,40	22,40	48,80	11,00	59,80	57	APROVADO
6800579	JUCELIA DAS GRACAS RIBEIRO	7,20	7,20	7,20	4,80	22,40	48,80	11,00	59,80	58	APROVADO
6800484	SABRINA PESSIN	7,20	9,60	7,20	4,80	22,40	51,20	8,00	59,20	59	APROVADO
6800947	EDINA MARIA MORO	7,20	4,80	4,80	2,40	28,80	48,00	11,00	59,00	60	APROVADO
6800103	ROSIMAR PEREIRA DA SILVA	9,60	4,80	7,20	7,20	19,20	48,00	11,00	59,00	61	APROVADO
6800509	ADILES SALUTE STIRMA BEVILACQUA	7,20	7,20	7,20	4,80	32,00	58,40	-	58,40	62	APROVADO
6800165	VANIA NEZI	7,20	4,80	7,20	7,20	32,00	58,40	-	58,40	63	APROVADO
6800407	SILVANA LINS BERGAMO	4,80	4,80	7,20	7,20	25,60	49,60	8,00	57,60	64	APROVADO
6800170	TAIS CRESTANI	4,80	7,20	9,60	2,40	22,40	46,40	11,00	57,40	65	APROVADO
6800869	FERNANDA APARECIDA FERREIRA DE DEUS.	4,80	7,20	4,80	7,20	22,40	46,40	11,00	57,40	66	APROVADO
6800065	ADAIANA CAMILA WEISS FALETTI	7,20	9,60	4,80	2,40	25,60	49,60	7,60	57,20	67	APROVADO
6801019	LELI JANAINA CENCI	7,20	4,80	7,20	7,20	22,40	48,80	8,00	56,80	68	APROVADO
6800820	SIMONE LUIZA MANENTI SERAFINI	12,00	4,80	4,80	4,80	19,20	45,60	11,00	56,60	69	APROVADO
6800856	IVETE DE LIMA ELEUTERIO	9,60	4,80	4,80	4,80	28,80	52,80	3,00	55,80	70	APROVADO
6800908	MONALISA APARECIDA BATISTA	7,20	4,80	4,80	4,80	25,60	47,20	8,00	55,20	71	APROVADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS	SITUAÇÃO
6800808	JULIANA SILVA DOMINGOS	7,20	7,20	4,80	4,80	19,20	43,20	11,00	54,20	72	APROVADO
6800337	DAYANE SOPPELSA DA SILVA	7,20	7,20	7,20	7,20	19,20	48,00	5,60	53,60	73	APROVADO
6800047	MARCELE RIBEIRO	4,80	4,80	4,80	2,40	25,60	42,40	11,00	53,40	74	APROVADO
6800014	CELIA TEREZINHA GUZI ANZANELLO	4,80	2,40	7,20	4,80	22,40	41,60	11,00	52,60	75	APROVADO
6801096	ELAINE APARECIDA LESNIESKY MAUS	9,60	7,20	7,20	4,80	22,40	51,20	-	51,20	76	APROVADO
6801069	CARLA MORO BALDISSERA	9,60	7,20	7,20	7,20	19,20	50,40	-	50,40	77	APROVADO
6801105	MARIA SALETE BETTEGA	9,60	4,80	4,80	4,80	16,00	40,00	9,40	49,40	78	APROVADO
6800122	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS	4,80	4,80	7,20	4,80	19,20	40,80	8,00	48,80	79	APROVADO
6800683	FRANCIELE ALVES DE GOIS	7,20	2,40	4,80	4,80	25,60	44,80	0,00	44,80	80	APROVADO
6800521	DANIELA SCHULTZ	4,80	2,40	7,20	4,80	22,40	41,60	3,00	44,60	81	APROVADO
6800359	SILVANA DE SOUZA	7,20	2,40	7,20	4,80	22,40	44,00	0,00	44,00	82	APROVADO
6800975	MARIDALVA DI DOMENICO CONSONI	4,80	9,60	4,80	2,40	19,20	40,80	3,00	43,80	83	APROVADO
6801123	CLEUSI ELISE ROCHA	12,00	4,80	7,20	4,80	12,80	41,60	-	41,60	84	APROVADO

ANEXO II - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL  
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS
6800055	MIRIANE DA SILVA SERAFINI	29,00	14,50	11,60	33,60	88,70	1
6800013	ANA PAULA XAVIER DE OLIVEIRA	29,00	17,40	11,60	29,40	87,40	2
6800591	LILIANI FORTES	23,20	17,40	8,70	37,80	87,10	3
6800453	CARINE TEREZINHA ROSA	26,10	17,40	8,70	33,60	85,80	4
6800259	ROSELI GONCALVES	26,10	14,50	11,60	33,60	85,80	5
6800032	SABRINA ROBERTA BRUNETTA	26,10	14,50	11,60	33,60	85,80	6
6800298	ISABEL NOEMI ANDRIN	23,20	17,40	11,60	33,60	85,80	7
6801100	ALINE TARUHN GHELLER	26,10	17,40	11,60	29,40	84,50	8
6800326	LUCIA FERNANDES	23,20	11,60	11,60	37,80	84,20	9
6800633	GRISILDA LIESEMBERG BERGAMO	20,30	14,50	11,60	37,80	84,20	10
6800342	SIMONE CZERVINSKI	23,20	14,50	11,60	33,60	82,90	11
6800113	SIRLEY APARECIDA ADADA BARICHELLO	20,30	17,40	11,60	33,60	82,90	12
6801093	ELISANE BENEDETTI	20,30	17,40	11,60	33,60	82,90	13
6800959	MAYARA NATASCHA PADILHA	20,30	17,40	11,60	33,60	82,90	14
6800081	NORANEI CARMEN LOOF	17,40	11,60	11,60	42,00	82,60	15
6800973	NEILA DO CARMO LEMOS	29,00	11,60	11,60	29,40	81,60	16
6800201	MARLY ELENICE ZWIEREWICZ	29,00	11,60	11,60	29,40	81,60	17
6800861	ELIZANGELA APARECIDA RIBEIRO	23,20	17,40	11,60	29,40	81,60	18
6800184	LUCIA DEON TREIS	23,20	8,70	11,60	37,80	81,30	19
6801124	SINTYA MARIA CHAGAS	20,30	14,50	8,70	37,80	81,30	20
6800210	KELLY ANA MUHLBRANDT	26,10	17,40	11,60	25,20	80,30	21
6800120	SAMANTA DE SOUZA	26,10	11,60	8,70	33,60	80,00	22
6800086	GIOVANA MOTTA	26,10	8,70	11,60	33,60	80,00	23
6801084	FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS	26,10	8,70	11,60	33,60	80,00	24
6800106	KATIA DALLAGO	23,20	11,60	11,60	33,60	80,00	25
6800522	CLAUDIA FERNANDA WALZ	23,20	11,60	11,60	33,60	80,00	26
6800057	VALDETE LUCIA FRANZOSI	20,30	14,50	11,60	33,60	80,00	27
6800586	GEISA ZANOTTI	20,30	14,50	11,60	33,60	80,00	28
6801127	ELIZABETE CRISTIANE DE ANDRADE	23,20	14,50	11,60	29,40	78,70	29
6801222	MARGARETE	23,20	14,50	11,60	29,40	78,70	30
6800187	ELIANE BISOL	20,30	17,40	11,60	29,40	78,70	31
6800518	ELIANE CAREGNATO ADADA	23,20	5,80	11,60	37,80	78,40	32

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS
6800551	ANDRESSA GUZZI	17,40	11,60	11,60	37,80	78,40	33
6800688	LARISSE FABIOLA BRESSIANI	26,10	14,50	11,60	25,20	77,40	34
6800418	VIVIANE APARECIDA GRANDO	23,20	8,70	11,60	33,60	77,10	35
6800248	EVELINE CRISTINE RIBEIRO	23,20	8,70	11,60	33,60	77,10	36
6800136	ROSANGELA MARIA MORESCO SONALHO	20,30	14,50	8,70	33,60	77,10	37
6800777	MARCIA APARECIDA DE MORAES	20,30	14,50	8,70	33,60	77,10	38
6800261	TATIANE FANTIN MENEGON	20,30	11,60	11,60	33,60	77,10	39
6800098	DEISI FERNANDA BELEGANTE GIRIOLI	17,40	14,50	11,60	33,60	77,10	40
6800887	MARILICE ALVES MOREIRA	23,20	11,60	11,60	29,40	75,80	41
6800203	MARILISA TEREZINHA MEIRA	23,20	11,60	11,60	29,40	75,80	42
6800390	IRACEMA MOREIRA PARANNA	23,20	11,60	11,60	29,40	75,80	43
6800552	MICHELE TASSILA DE OLIVEIRA SILVA	23,20	11,60	11,60	29,40	75,80	44
6800815	ZANETE ALVES DE SOUZA SILVA	20,30	14,50	11,60	29,40	75,80	45
6800701	ANGELA DIAS DOS SANTOS	20,30	14,50	11,60	29,40	75,80	46
6801077	MARIA FRANCIELI DE ANDRADE	20,30	14,50	11,60	29,40	75,80	47
6800351	SABRINA PIROLI	20,30	14,50	11,60	29,40	75,80	48
6801035	SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES	20,30	14,50	11,60	29,40	75,80	49
6800009	SIMIONE DOS REIS BAZZAN	20,30	14,50	11,60	29,40	75,80	50
6800223	SIRLEI MARIA TOMAZ SILVA	17,40	8,70	11,60	37,80	75,50	51
6800872	MALGARETE DE LIMA PINTO	23,20	14,50	11,60	25,20	74,50	52
6800561	KARINE FERNANDES DA SILVA	23,20	8,70	8,70	33,60	74,20	53
6800249	EDENIR SCHMITE DE LIMA RIBEIRO	20,30	8,70	11,60	33,60	74,20	54
6800766	MARCIA MENEGHEL SCRAMOCIM	20,30	8,70	11,60	33,60	74,20	55
6801205	CAMILA GAVASSO MOREIRA	20,30	8,70	11,60	33,60	74,20	56
6800157	CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA	20,30	8,70	11,60	33,60	74,20	57
6800431	ANA CAROLINA LASCOSKI	17,40	14,50	8,70	33,60	74,20	58
6800060	SILVANA TEREZINHAPERAZZOLI	17,40	11,60	11,60	33,60	74,20	59
6800038	NOEMI LANZANA	17,40	11,60	11,60	33,60	74,20	60
6800691	MARIZETE PEREIRA DA SILVA	17,40	11,60	11,60	33,60	74,20	61
6800885	ISABELA GAMBATO	17,40	11,60	11,60	33,60	74,20	62
6800817	KEIDE DAIANE ALVES	14,50	14,50	11,60	33,60	74,20	63
6800933	ELIANE SCHUCK	11,60	17,40	11,60	33,60	74,20	64
6800416	CRISTIANE RIBEIRO	26,10	8,70	8,70	29,40	72,90	65
6800806	SIRLEI MARIA DA FONSECA	23,20	11,60	8,70	29,40	72,90	66
6800034	PATRICIA FERNANDES FRANCA	23,20	8,70	11,60	29,40	72,90	67
6800791	MONICA GRANDO	20,30	14,50	8,70	29,40	72,90	68
6800160	VITORINA VIECELI	14,50	8,70	11,60	37,80	72,60	69
6800843	SOELI APARECIDA DE OLIVEIRA	14,50	8,70	11,60	37,80	72,60	70
6800845	CIDIANE ORSATTO MANENTI	14,50	8,70	11,60	37,80	72,60	71
6800517	MARILENA CALZA	26,10	8,70	11,60	25,20	71,60	72
6800610	CLEUDES PEDROSO DE QUADROS	26,10	8,70	11,60	25,20	71,60	73
6800442	IRIA INES GOULARTE	23,20	11,60	11,60	25,20	71,60	74
6800940	LUCIANA DALVES BEVILAQUA	20,30	14,50	11,60	25,20	71,60	75
6800681	ALCIONE APARECIDA DA SILVA	23,20	2,90	11,60	33,60	71,30	76
6800090	ELIANE ALVES MOREIRA BETIATO	23,20	2,90	11,60	33,60	71,30	77
6801185	IVETE PEREIRA DOS SANTOS AMORIM	17,40	8,70	11,60	33,60	71,30	78
6801120	LUCINEI OLIVEIRA BARTH DA COSTA	17,40	8,70	11,60	33,60	71,30	79
6800946	EDIANE MORES	17,40	8,70	11,60	33,60	71,30	80
6800612	ELIANE RUTE ANDRIN ALVES	14,50	11,60	11,60	33,60	71,30	81

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS
6800082	JAQUELINE APARECIDA MEDEIROS THIBES RISSARDI	11,60	14,50	11,60	33,60	71,30	82
6800746	JAINÉ PATRÍCIO	8,70	17,40	11,60	33,60	71,30	83
6800868	VANESSA TREVISOL DA SILVA	23,20	14,50	11,60	21,00	70,30	84
6800793	MAIRALLINE PEREIRA FRAGOZO	26,10	8,70	5,80	29,40	70,00	85
6800694	PRISCILA DAYANA ALVES	23,20	5,80	11,60	29,40	70,00	86
6801095	LUANA CARVALHO DOS ANJOS	20,30	11,60	8,70	29,40	70,00	87
6800716	GERUZA LINS RODRIGUES	20,30	8,70	11,60	29,40	70,00	88
6801220	EDIANA DE OLIVEIRA PINTO DOMINGUES	17,40	11,60	11,60	29,40	70,00	89
6800984	MARIA ELENA ARCONTI	17,40	11,60	11,60	29,40	70,00	90
6800391	JEFERSON DA SILVA	17,40	11,60	11,60	29,40	70,00	91
6800689	CARLA JOSIANI BRESSIANI	17,40	11,60	11,60	29,40	70,00	92
6800762	DAIANA DA SILVA CORDEIRO	17,40	11,60	11,60	29,40	70,00	93
6800483	SONIA MARIA FERNANDES DA ROCHA RIBEIRO	17,40	2,90	11,60	37,80	69,70	94
6800415	DAIANE DIAS PRESTES	11,60	11,60	8,70	37,80	69,70	95
6800406	ANGELITA DE FÁTIMA GODOI GRIS	11,60	8,70	11,60	37,80	69,70	96
6801193	ADILES NATÁLIA SCHONS	8,70	11,60	11,60	37,80	69,70	97
6800739	THAIS TESCK	23,20	11,60	8,70	25,20	68,70	98
6800491	JESSICA DIANA CARDOSO FERREIRA	17,40	11,60	5,80	33,60	68,40	99
6800143	CLEILA SALETE VINK CLOSS DE MORAIS	17,40	5,80	11,60	33,60	68,40	100
6800061	ELISA CAVALHEIRO MACHADO	17,40	5,80	11,60	33,60	68,40	101
6800039	JENIFER DIANA BALDISSARELLI	17,40	5,80	11,60	33,60	68,40	102
6801223	MARIA DANIELI BRIDI	17,40	5,80	11,60	33,60	68,40	103
6800788	CARMEM ALEXANDRA PINTO	14,50	11,60	8,70	33,60	68,40	104
6800299	MARIA MADALENA LINS	11,60	14,50	8,70	33,60	68,40	105
6801020	CLARISSE TEREZINHA DONADEL POGGERE	26,10	8,70	11,60	21,00	67,40	106
6800842	HELLEN CRISTINA KUNZE	20,30	5,80	11,60	29,40	67,10	107
6800572	NILCEIA PADILHA CHAVES	20,30	5,80	11,60	29,40	67,10	108
6800802	JULIA PETRINA MACCARINI	17,40	14,50	5,80	29,40	67,10	109
6800443	SALETE BAZEI FRANCISCATTO	17,40	11,60	8,70	29,40	67,10	110
6801194	EDI GRAFF	17,40	11,60	8,70	29,40	67,10	111
6800519	LEONIDA WUERZIUS PETRY	17,40	8,70	11,60	29,40	67,10	112
6800639	DIRLEIA HONORATO FERREIRA	17,40	8,70	11,60	29,40	67,10	113
6800775	SALETE BONIATTI GRASSI	14,50	11,60	11,60	29,40	67,10	114
6801056	FRANCIELE MATTOS MACHADO	14,50	11,60	11,60	29,40	67,10	115
6800198	ANA PAULA DALZOTTO PAULETTI DE GOIS	11,60	14,50	11,60	29,40	67,10	116
6800881	GISLAINE FERREIRA DE OLIVEIRA	14,50	5,80	8,70	37,80	66,80	117
6800303	SUELEN RISSARDI ZARPELON	14,50	5,80	8,70	37,80	66,80	118
6800196	SIRLENE MARIA TURCO SCHULTE	26,10	8,70	5,80	25,20	65,80	119
6800183	MIRIAM RIGO DEMORI	20,30	8,70	11,60	25,20	65,80	120
6800367	ANA CAROLINE COSTA LOPES	20,30	8,70	11,60	25,20	65,80	121
6800771	JESSICA APARECIDA DA SILVA	17,40	14,50	8,70	25,20	65,80	122
6800384	VIVIANE ARACI DE ANDRADE FIDENCIO	17,40	11,60	11,60	25,20	65,80	123
6800590	MARIA SALETE MORIGGI	14,50	14,50	11,60	25,20	65,80	124
6800500	EDIR RIBEIRO DA SILVA	17,40	5,80	8,70	33,60	65,50	125
6801028	ANGELINA DE PAULA HOLLER	17,40	5,80	8,70	33,60	65,50	126
6800969	LUCIANI CRISTINI GOMES	17,40	5,80	8,70	33,60	65,50	127
6800498	ANA PAULA RODRIGUES	17,40	5,80	8,70	33,60	65,50	128
6800379	CLARISSA MARIA MEISTERLIM	17,40	2,90	11,60	33,60	65,50	129
6800968	REGIANE MACIEL	14,50	5,80	11,60	33,60	65,50	130



INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS
6800685	FERNANDA ZANIVAN	14,50	5,80	11,60	33,60	65,50	131
6800523	DELIRES PIRAN	14,50	5,80	11,60	33,60	65,50	132
6800891	ANA SCHEILA GABRIELI ZORNITTA	11,60	11,60	8,70	33,60	65,50	133
6800717	REGINA PALAVRO	8,70	11,60	11,60	33,60	65,50	134
6800129	IARA NOVELLO ZAGO GHELLER	23,20	8,70	11,60	21,00	64,50	135
6800244	LUANA CRISTINA MOREIRA	20,30	5,80	8,70	29,40	64,20	136
6800918	KETTLIN SABRINE OZORIO	17,40	8,70	8,70	29,40	64,20	137
6800787	CRISTIANE SOUZA	17,40	5,80	11,60	29,40	64,20	138
6800558	FABIANE SUELYN ALVES FOLGIARINI	17,40	5,80	11,60	29,40	64,20	139
6800560	ANA CAROLINE SOARES DOS SANTOS	17,40	5,80	11,60	29,40	64,20	140
6800257	LORINES TEREZINHA REOLON	14,50	11,60	8,70	29,40	64,20	141
6800782	IZOLETE CASTILHO DOS SANTOS	14,50	8,70	11,60	29,40	64,20	142
6800853	ALESSANDRA SILVANA DIAS	14,50	8,70	11,60	29,40	64,20	143
6800076	ADRIANA BRESCIANI	11,60	11,60	11,60	29,40	64,20	144
6800020	CRISTIANE BRANCALEONI	11,60	11,60	11,60	29,40	64,20	145
6801083	SANDRA MARA MATTOS MEIRA	14,50	0,00	11,60	37,80	63,90	146
6800197	FRANCIMARI ALVES DOS SANTOS VALIERI	11,60	2,90	11,60	37,80	63,90	147
6801165	ALBERTINA DE MATOS	8,70	11,60	5,80	37,80	63,90	148
6800894	ALESSANDRA APARECIDA VALKARENGHI	23,20	11,60	11,60	16,80	63,20	149
6800506	POLIANA ANTUNES DE LIMA	23,20	5,80	8,70	25,20	62,90	150
6800596	FRANCIELLE DOS SANTOS	20,30	5,80	11,60	25,20	62,90	151
6800469	CLEUSA ZANOTTI	17,40	11,60	8,70	25,20	62,90	152
6800852	GLACIA GUIOMAR PEREIRA DA SILVA	17,40	11,60	8,70	25,20	62,90	153
6801168	MARIZETE SALETE HHADESTANI	17,40	11,60	8,70	25,20	62,90	154
6800516	FABIANI BREZOLIN	14,50	11,60	11,60	25,20	62,90	155
6800297	ELIZETE ANTUNES MOREIRA	14,50	11,60	11,60	25,20	62,90	156
6800073	SANDRA IARA BAVARESCO SANDRI	11,60	14,50	11,60	25,20	62,90	157
6800461	ADELITA DEVES BANDT	11,60	14,50	11,60	25,20	62,90	158
6801073	JUCARA RODRIGUES DA SILVA	17,40	0,00	11,60	33,60	62,60	159
6800841	INES RODRIGUES	14,50	8,70	5,80	33,60	62,60	160
6800177	CELIA DONATTI MACEDA	14,50	5,80	8,70	33,60	62,60	161
6800520	DANIELA TEIXEIRA CHAVES	14,50	5,80	8,70	33,60	62,60	162
6800033	ANA PAULA DIAS	14,50	2,90	11,60	33,60	62,60	163
6800383	PATRICIA MENDES DOS SANTOS	11,60	5,80	11,60	33,60	62,60	164
6800749	PATRICIA DE OLIVEIRA	11,60	5,80	11,60	33,60	62,60	165
6800536	MARIA SALETE PIN MORREIRA	20,30	8,70	11,60	21,00	61,60	166
6801060	ALINI BETTONI	23,20	2,90	5,80	29,40	61,30	167
6800532	ELIANE SALETE DELAZZARI	20,30	0,00	11,60	29,40	61,30	168
6800877	LUANA REGINA CONTE FAVERO	17,40	8,70	5,80	29,40	61,30	169
6800626	JOELMA FERNANDA PAZ DE OLIVEIRA	17,40	2,90	11,60	29,40	61,30	170
6800215	RAFAELA PIMENTEL DA SILVA	17,40	2,90	11,60	29,40	61,30	171
6800295	BRUNA DE OLIVEIRA	14,50	8,70	8,70	29,40	61,30	172
6800430	NEIVA PEROTTONI LOPES DUARTE	14,50	5,80	11,60	29,40	61,30	173
6800602	MIRANDA ROBERTI DE CASTRO	14,50	5,80	11,60	29,40	61,30	174
6800823	ANA PAULA MONARI	14,50	5,80	11,60	29,40	61,30	175
6800700	MARIZA WILMSEN	11,60	8,70	11,60	29,40	61,30	176
6800597	ADRIANA CORREA DE MENEZES	11,60	8,70	11,60	29,40	61,30	177
6800107	NOELI FATIMA BOTEAL PERETTI	11,60	2,90	8,70	37,80	61,00	178
6800493	TATIANA DA SILVA MUNZLINGER	11,60	2,90	8,70	37,80	61,00	179



INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS
6800105	TALIANE PIROLI DA SILVA BENEDETTI	23,20	5,80	5,80	25,20	60,00	180
6800576	DEJANIR CAMPOLIM DE JESUS	17,40	8,70	8,70	25,20	60,00	181
6800207	CARLA MARLENE GASPARELLO RIZZOLLI	17,40	5,80	11,60	25,20	60,00	182
6800499	SUELEN BATISTA DEVENS	17,40	5,80	11,60	25,20	60,00	183
6800258	RENATA DOS ANJOS	14,50	11,60	8,70	25,20	60,00	184
6800996	DAIANE MACIEL	14,50	11,60	8,70	25,20	60,00	185
6800049	DEBORA PONTES	14,50	11,60	8,70	25,20	60,00	186
6800131	LAURA SILVANA MARTINEZ BELLO	14,50	8,70	11,60	25,20	60,00	187
6801210	TERESINHA PARECIDA DO AMARAL	14,50	8,70	11,60	25,20	60,00	188
6800437	IRIS MARIA SANTANA DEVES	11,60	11,60	11,60	25,20	60,00	189
6801198	SANDRA MARIA MARTINS	14,50	2,90	8,70	33,60	59,70	190
6800836	CASSIA FERREIRA	14,50	2,90	8,70	33,60	59,70	191
6800117	ADRIANA LELIS DONADEL	11,60	5,80	8,70	33,60	59,70	192
6800294	ELIANE ANTUNES MOREIRA	11,60	5,80	8,70	33,60	59,70	193
6800575	FERNANDA DE OLIVEIRA	23,20	5,80	8,70	21,00	58,70	194
6800194	MARILDA BRUCH	23,20	5,80	8,70	21,00	58,70	195
6800594	ELIZABETE NUNES	14,50	2,90	11,60	29,40	58,40	196
6800376	ANA CLAUDIA DA MOTTA	11,60	11,60	5,80	29,40	58,40	197
6800661	GIOVANA ESTER DE LIMA	11,60	11,60	5,80	29,40	58,40	198
6800324	DIRLEI ZUFFO	11,60	8,70	8,70	29,40	58,40	199
6800179	VANESSA ALVES DOS SANTOS GIRIOLI	11,60	8,70	8,70	29,40	58,40	200
6800455	LAIES MARIA ZANELLA	11,60	5,80	11,60	29,40	58,40	201
6800514	MONICA PAULA DANIELLI KUNZE	11,60	5,80	11,60	29,40	58,40	202
6800274	PATRICIA DIAZ DE GOIS	20,30	2,90	8,70	25,20	57,10	203
6800235	MARISTELA ALVES DOS SANTOS	20,30	2,90	8,70	25,20	57,10	204
6800044	MARIA JOCELI P.DA LUZ DE ANDRADE	17,40	8,70	5,80	25,20	57,10	205
6800962	CAROLINE KOZLOW	17,40	5,80	8,70	25,20	57,10	206
6800386	VERA LUCIA UGOLINI	14,50	5,80	11,60	25,20	57,10	207
6800118	DEBORA HONORATO FERREIRA	11,60	8,70	11,60	25,20	57,10	208
6800071	MICHELE DE SOUZA	8,70	11,60	11,60	25,20	57,10	209
6800932	DIANA KONFLANZ DA SILVA	8,70	11,60	11,60	25,20	57,10	210
6800764	DIVANIR APARECIDA FERREIRA	14,50	2,90	5,80	33,60	56,80	211
6800433	IVONETE PEREIRA DOS SANTOS	11,60	2,90	8,70	33,60	56,80	212
6801134	DANIELA SCHWANTZ DE OLIVEIRA	8,70	5,80	8,70	33,60	56,80	213
6800769	JESSICA ALVES RODRIGUES	8,70	5,80	8,70	33,60	56,80	214
6800280	MARINES DA SILVA	17,40	5,80	11,60	21,00	55,80	215
6801116	ROSANA SALETE BOLZAN SABADIN	14,50	11,60	8,70	21,00	55,80	216
6800530	SOLANGE RISSARDI ZARPELON	14,50	8,70	11,60	21,00	55,80	217
6800037	LUCIANA RAMOS DA CUNHA	14,50	8,70	11,60	21,00	55,80	218
6801190	JAQUELINE DELFES DOS SANTOS	14,50	8,70	11,60	21,00	55,80	219
6800978	SARA GONCALVES RYBANDT	17,40	5,80	2,90	29,40	55,50	220
6800010	RICELE MARIA DUARTE SARTOREL	14,50	5,80	5,80	29,40	55,50	221
6800454	ISAMARA MOREIRA MARTINELI	14,50	2,90	8,70	29,40	55,50	222
6801156	ANDREIA MACHADODASILVEIRA	11,60	8,70	5,80	29,40	55,50	223
6800578	ROSENILDA DOMINGUES DE SOUZA	11,60	5,80	8,70	29,40	55,50	224
6800961	LARISSA RIBEIRO DA SILVA	11,60	5,80	8,70	29,40	55,50	225
6801175	ADELIRE ROSSI GIRIOLI	8,70	11,60	5,80	29,40	55,50	226
6800040	SONIA SALETE DA SILVA BALDISSARELLI	8,70	8,70	8,70	29,40	55,50	227
6801087	HELENA GAVASSO	8,70	5,80	11,60	29,40	55,50	228

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS
6800641	MARIA EORELIA RISSARDI PIROLI	8,70	5,80	11,60	29,40	55,50	229
6800593	ALINE GASPAR DA SILVA PIROLI	8,70	5,80	11,60	29,40	55,50	230
6800892	CRISTIANE RIGO TOMAZI	17,40	8,70	11,60	16,80	54,50	231
6800338	SCHERON MARIA POLETTO GIANELLO	17,40	8,70	11,60	16,80	54,50	232
6800218	ROSENEI KRIEGER PEREIRA	14,50	5,80	8,70	25,20	54,20	233
6800537	BIANCA MARIA ALBUQUERQUE	11,60	8,70	8,70	25,20	54,20	234
6800305	ELI DE FATIMA GREEF	11,60	5,80	11,60	25,20	54,20	235
6801164	IDA MARCIANA BIRIVA	11,60	5,80	11,60	25,20	54,20	236
6800502	MARGARIDA DE FATIMA CORREA	11,60	5,80	11,60	25,20	54,20	237
6800012	FRANCIELI BLOOT	11,60	5,80	11,60	25,20	54,20	238
6801142	SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS	11,60	5,80	11,60	25,20	54,20	239
6800603	MARISA RODRIGUES MACHADO	8,70	2,90	8,70	33,60	53,90	240
6801030	CENILDA DOS SANTOS LIVERIO	8,70	2,90	8,70	33,60	53,90	241
6801130	KELI CRISTINA BOROSK	5,80	2,90	11,60	33,60	53,90	242
6800949	JAQUELINE CAMILA FIDENCIO	17,40	11,60	11,60	12,60	53,20	243
6800035	SANDRA NATALI	23,20	0,00	8,70	21,00	52,90	244
6801104	EUCLERIA ALVES DUARTE	17,40	2,90	11,60	21,00	52,90	245
6801106	STELA ALVES DUARTE	14,50	8,70	8,70	21,00	52,90	246
6800365	NEIVA PALHANO	14,50	5,80	11,60	21,00	52,90	247
6800790	MARILINDA BRUCH FANTIN	14,50	5,80	11,60	21,00	52,90	248
6800773	TATIANA ANTUNES	11,60	11,60	8,70	21,00	52,90	249
6801075	ALINE CARDOSO DA SILVA	11,60	11,60	8,70	21,00	52,90	250
6801173	JULIANA VIEIRA	11,60	8,70	11,60	21,00	52,90	251
6800175	FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT	14,50	2,90	5,80	29,40	52,60	252
6800334	LUIZA FATIMA DEON	11,60	0,00	11,60	29,40	52,60	253
6800702	DEBORA DE PAULA MIRANDA BASE	11,60	0,00	11,60	29,40	52,60	254
6800798	MARIA ELIZ DIAS	8,70	5,80	8,70	29,40	52,60	255
6800006	JESSICA CRISTIANE FERREIRA PRIGOL	8,70	5,80	8,70	29,40	52,60	256
6801041	RITA SALETE HAFNER	5,80	8,70	8,70	29,40	52,60	257
6801072	MARINES GOMES	5,80	8,70	8,70	29,40	52,60	258
6800036	ANTONIA MIOTELLI RISSARDI	5,80	8,70	8,70	29,40	52,60	259
6800264	FRANCIELLE APARECIDA HELEODORO DE BAIRROS	20,30	5,80	8,70	16,80	51,60	260
6800851	IVANA ROSE FANTIN	20,30	5,80	8,70	16,80	51,60	261
6800251	IVANI DO NASCIMENTO	14,50	8,70	11,60	16,80	51,60	262
6800070	ELENITE N IURKEVICZ FANTIN	17,40	0,00	8,70	25,20	51,30	263
6800582	SIBELE CAON TURMINA	14,50	2,90	8,70	25,20	51,30	264
6800580	SIMONE CAON TURMINA	14,50	2,90	8,70	25,20	51,30	265
6800385	IVONE FABER	11,60	8,70	5,80	25,20	51,30	266
6800438	MARLI DE LIMA STRAUSS	11,60	5,80	8,70	25,20	51,30	267
6800507	SOELI APARECIDA CORREA	11,60	5,80	8,70	25,20	51,30	268
6800614	SANDRA ROBERTI DEMICIANO	11,60	5,80	8,70	25,20	51,30	269
6800400	LOIRI DE FATIMA DE OLIVEIRA SALGADO	11,60	5,80	8,70	25,20	51,30	270
6800335	FABIANA CARDOSO PAES	11,60	5,80	8,70	25,20	51,30	271
6800905	JUCIELE MEZZARI	11,60	5,80	8,70	25,20	51,30	272
6800349	LINDAMIR DE FATIMA PONTES	11,60	2,90	11,60	25,20	51,30	273
6800181	MIRIA FERNANDES DA ROCHA	11,60	2,90	11,60	25,20	51,30	274
6800807	ALESSANDRA RIBEIRO PONTES	11,60	2,90	11,60	25,20	51,30	275
6801112	KARLA PEREIRA DE SOUZA	11,60	2,90	11,60	25,20	51,30	276
6800977	DAIANA DA SILVA LAIDNES	11,60	2,90	11,60	25,20	51,30	277

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS
6801109	ROSALIA FATIMA SUZIN	11,60	2,90	11,60	25,20	51,30	278
6800369	SILUANA MAIARA PEREIRA DE CAMPOS CRUZ	11,60	2,90	11,60	25,20	51,30	279
6800799	ADELAIDE FARIAS VIEIRA	8,70	8,70	8,70	25,20	51,30	280
6800503	MAGDA APARECIDA DE MORAIS DOS SANTOS	8,70	5,80	11,60	25,20	51,30	281
6801184	TEREZINHA SALETE BAVARESCO	5,80	8,70	11,60	25,20	51,30	282
6800325	ANDREIA SANDRI	8,70	2,90	5,80	33,60	51,00	283
6800814	RAFAELA PIRES DOS SANTOS	14,50	2,90	11,60	21,00	50,00	284
6801202	SILVANA BATISTA	11,60	5,80	11,60	21,00	50,00	285
6800486	MARIA DORVALINA DOMINGUES DE SOUZA	11,60	5,80	11,60	21,00	50,00	286

## ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800866	FABIANA CANDIDO BONEZ DE MELLO	9,60	7,20	9,60	7,20	22,40	56,00	11,00	67,00	1
6800087	ADILSO BENELLI	9,60	7,20	7,20	4,80	19,20	48,00	15,00	63,00	2
6800600	ARIELLY DE KASSIA DURLI FONSECA	9,60	4,80	7,20	4,80	16,00	42,40	11,00	53,40	3
6800447	ARICLER DOMINGUES PEPES	4,80	4,80	4,80	4,80	22,40	41,60	8,00	49,60	4
6801103	ESTER ALVES DUARTE	7,20	7,20	7,20	4,80	19,20	45,60	3,60	49,20	5
6800141	MARILDA WOLINGER DE PAULA	4,80	7,20	7,20	4,80	16,00	40,00	-	40,00	6

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800224	ANDREIA TERESINHA MORESCO	12,00	7,20	9,60	7,20	25,60	61,60	11,00	72,60	1
6800618	MARILENE DE FATI-MA DO PRADO	7,20	9,60	9,60	7,20	25,60	59,20	11,00	70,20	2
6800396	ROSE SCHOFFEN PERGHER	4,80	12,00	9,60	7,20	25,60	59,20	11,00	70,20	3
6800178	ALINE MEZARROBA	9,60	12,00	9,60	4,80	25,60	61,60	8,00	69,60	4
6800794	FLAVIANE MARAFON BALEM CANONICA	12,00	9,60	9,60	4,80	22,40	58,40	11,00	69,40	5
6800016	PATRICIA FABIULA BRESCIANI	9,60	9,60	9,60	7,20	22,40	58,40	10,68	69,08	6
6800052	TATIANE OGLIARI	7,20	12,00	7,20	4,80	25,60	56,80	11,00	67,80	7
6800559	SANDRA APARECIDA DOS SANTOS	12,00	9,60	9,60	2,40	22,40	56,00	11,00	67,00	8
6800318	DANIELA GEMELLI PIACENTINI	9,60	9,60	7,20	7,20	22,40	56,00	11,00	67,00	9
6800956	SIRLEI CRISTINA ZAGO	2,40	7,20	9,60	7,20	28,80	55,20	11,00	66,20	10
6800643	ROSANA APARECIDA COMACHIO	7,20	7,20	7,20	7,20	25,60	54,40	11,00	65,40	11
6800987	CERES MIDDING	4,80	9,60	7,20	7,20	25,60	54,40	11,00	65,40	12
6800003	VANUSA APARECIDA CORREA	12,00	7,20	7,20	4,80	25,60	56,80	8,00	64,80	13
6800191	GISELE APARECIDA CARELLI	12,00	7,20	7,20	4,80	22,40	53,60	11,00	64,60	14
6800368	IVANIR BRIDI LAN-STEINER	7,20	9,60	7,20	7,20	22,40	53,60	11,00	64,60	15
6800525	LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA	12,00	12,00	7,20	7,20	25,60	64,00	0,00	64,00	16
6800128	JANETE BATISTA DOS SANTOS	12,00	7,20	7,20	7,20	22,40	56,00	8,00	64,00	17
6800619	MARILI APARECIDA DO PRADO	7,20	9,60	4,80	4,80	25,60	52,00	11,00	63,00	18
6800072	CLAUDIA RAQUEL DA SILVA	12,00	9,60	7,20	7,20	16,00	52,00	11,00	63,00	19

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800007	JEDELI TAIANE MAR- CHETI	12,00	4,80	7,20	4,80	22,40	51,20	11,00	62,20	20
6800015	ALINE APARECIDA DA SILVA TEDESCO	12,00	4,80	7,20	4,80	22,40	51,20	11,00	62,20	21
6800409	REGINA MARIA ZANON LARA	9,60	4,80	7,20	7,20	22,40	51,20	11,00	62,20	22
6801064	ROSA CRISTINA AL- VES DE MELLO RECH	12,00	7,20	7,20	4,80	25,60	56,80	4,48	61,28	23
6800740	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	7,20	7,20	9,60	4,80	28,80	57,60	3,00	60,60	24
6800995	SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELI	9,60	7,20	4,80	4,80	25,60	52,00	8,60	60,60	25
6800429	MARCIA APARECIDA FERRANTI GEMELLI	14,40	4,80	7,20	7,20	16,00	49,60	11,00	60,60	26
6800182	MARCIA DALLA PICCOLA LEONARDO GAIO	7,20	7,20	4,80	7,20	25,60	52,00	8,00	60,00	27
6800621	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON	4,80	7,20	7,20	7,20	22,40	48,80	11,00	59,80	28
6800884	MARIZETE FATIMA GAIO	9,60	2,40	7,20	7,20	22,40	48,80	10,92	59,72	29
6800041	DRIELI FINGER MORESCO	12,00	9,60	9,60	4,80	16,00	52,00	7,00	59,00	30
6800330	MAIULI KELI DA SILVA	4,80	7,20	4,80	2,40	28,80	48,00	11,00	59,00	31
6801094	GEANE CRISTINA FERREIRA MENDES	9,60	9,60	4,80	4,80	19,20	48,00	11,00	59,00	32
6800492	ROSELI DE ASSIS HAUPT	9,60	7,20	7,20	7,20	16,00	47,20	11,00	58,20	33
6800347	GISELE PONTES BOEIRA	9,60	2,40	7,20	4,80	22,40	46,40	11,00	57,40	34
6801011	SONIA SIQUEIRA DE GODOY	12,00	9,60	9,60	4,80	16,00	52,00	5,00	57,00	35
6800374	ANA CAMILA RIBEI- RO DE DEUS	12,00	4,80	7,20	7,20	25,60	56,80	-	56,80	36
6800225	BRUNA MANTOANI	9,60	4,80	7,20	4,80	19,20	45,60	11,00	56,60	37
6800902	GRACIELI MEZAROBA GUERRA	7,20	7,20	7,20	4,80	19,20	45,60	11,00	56,60	38
6800199	ANILDE ANZANELLO DE BORTOLI	4,80	4,80	9,60	7,20	19,20	45,60	11,00	56,60	39
6800886	SUSAN CORREA	12,00	4,80	7,20	4,80	19,20	48,00	8,00	56,00	40
6800526	ANDREA SANTOS DE OLIVEIRA	9,60	9,60	9,60	2,40	19,20	50,40	4,60	55,00	41
6800893	MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL	2,40	7,20	7,20	7,20	19,20	43,20	11,00	54,20	42
6800425	ROSANA APARECIDA TESTA DE OLIVEIRA	9,60	4,80	7,20	4,80	19,20	45,60	8,00	53,60	43
6800445	ROSELI DE OLIVEIRA DIAS DA MOTTA	4,80	9,60	4,80	7,20	16,00	42,40	11,00	53,40	44
6800162	LUCIMARA BARON- CELLO	9,60	2,40	7,20	7,20	19,20	45,60	7,60	53,20	45
6800467	PATRICIA GONCAL- VES DIAS	12,00	7,20	4,80	7,20	12,80	44,00	9,00	53,00	46
6800901	VANICE FRARAO	12,00	7,20	9,60	4,80	19,20	52,80	-	52,80	47
6801177	CLEVIANI RIGO NU- NES DOS SANTOS	7,20	12,00	7,20	2,40	16,00	44,80	8,00	52,80	48
6800389	JULHANA CRISTINA DE MATTOS	4,80	4,80	4,80	4,80	22,40	41,60	11,00	52,60	49
6800979	DILMA RODRIGUES BUENO	2,40	9,60	7,20	7,20	25,60	52,00	0,00	52,00	50
6800276	AMANDA GODNHO	7,20	4,80	7,20	4,80	19,20	43,20	8,00	51,20	51
6800088	CRISTIANE DE FREI- TAS CASAGRANDE	2,40	4,80	9,60	7,20	25,60	49,60	0,00	49,60	52

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800862	REJEANE ARIOTTI	4,80	7,20	9,60	7,20	16,00	44,80	4,64	49,44	53
6800803	ROSALINA FELCHIL- CHER DEMENECHI	7,20	7,20	4,80	7,20	19,20	45,60	3,80	49,40	54
6800650	ELIZETI ZANI FRA- RAO	7,20	7,20	4,80	7,20	22,40	48,80	-	48,80	55
6800151	TACIANY RIBEIRO ALVES	9,60	7,20	7,20	4,80	16,00	44,80	3,00	47,80	56
6801182	ROSENILDA APARE- CIDA FERREIRA	9,60	7,20	4,80	2,40	22,40	46,40	0,00	46,40	57
6800459	MARISTELA DAL MOLIN PEROSA	12,00	7,20	9,60	4,80	12,80	46,40	-	46,40	58
6800742	DIRLEI FADANNI	4,80	7,20	7,20	7,20	19,20	45,60	-	45,60	59
6800140	LILIAN APARECIDA VON MUHLEN	7,20	7,20	9,60	4,80	16,00	44,80	0,00	44,80	60
6800857	JULIANE DE CAMAR- GO ZIMMERMANN	2,40	12,00	7,20	7,20	16,00	44,80	-	44,80	61
6801204	ELIANE APPI LEITE	2,40	4,80	9,60	4,80	22,40	44,00	0,00	44,00	62
6801140	DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO	9,60	4,80	7,20	2,40	16,00	40,00	-	40,00	63

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800686	EDICLEIA MACKIEVICZ	9,60	9,60	9,60	4,80	28,80	62,40	8,00	70,40	1
6800253	VANESSA CRISTINA DA SILVA	16,80	9,60	9,60	7,20	25,60	68,80	-	68,80	2
6800147	CRISTIANE ALVES DOS SANTOS	16,80	12,00	9,60	2,40	22,40	63,20	0,80	64,00	3
6801097	CLAUDIA FELCHICHER	7,20	7,20	7,20	7,20	22,40	51,20	8,00	59,20	4
6800109	JOSIANE MOREIRA RODRIGUES	9,60	7,20	9,60	4,80	25,60	56,80	1,68	58,48	5
6800174	CATIA MARIA BOCCA PIRES	7,20	4,80	9,60	7,20	25,60	54,40	-	54,40	6
6800636	MARYNDIA LUANA MARCHETTI MACHADO	9,60	9,60	4,80	4,80	22,40	51,20	3,20	54,40	7
6800676	AMABILE GUEDES MACHADO	9,60	7,20	7,20	7,20	19,20	50,40	4,00	54,40	8
6801009	ELIZANGELA DE ALMEIDA SANTOS	7,20	7,20	9,60	7,20	22,40	53,60	-	53,60	9
6801032	FABIANA PONTES THIBES DE CAMPOS	4,80	9,60	7,20	4,80	25,60	52,00	-	52,00	10
6800719	ANA PAULA CANDIAGO	9,60	4,80	7,20	7,20	22,40	51,20	-	51,20	11
6800262	ADRIANA FERLIN	14,40	9,60	4,80	2,40	19,20	50,40	-	50,40	12
6800937	ADELAIDE ROSSI	7,20	4,80	7,20	7,20	16,00	42,40	8,00	50,40	13
6800903	CLAUDETE DE MEDEIROS	7,20	7,20	7,20	2,40	19,20	43,20	6,40	49,60	14
6801062	DIVONETE THIBES ESTREME DUARTE	7,20	7,20	7,20	4,80	19,20	45,60	3,68	49,28	15
6800533	ZENAIR SPETIT	9,60	2,40	9,60	4,80	22,40	48,80	-	48,80	16
6800279	JERUSA ALVES DA SILVA	9,60	2,40	7,20	7,20	22,40	48,80	-	48,80	17
6801167	JUCILENE MARIA FAVARIN	9,60	4,80	7,20	7,20	19,20	48,00	-	48,00	18
6800656	KALME APARECIDA CORDEIRO	7,20	4,80	9,60	7,20	19,20	48,00	-	48,00	19
6801176	JOCENEIA MARIA GELINSKI BORGES	7,20	4,80	7,20	4,80	16,00	40,00	8,00	48,00	20
6800190	MARTA FERNANDES DA ROCHA	7,20	7,20	9,60	4,80	16,00	44,80	3,12	47,92	21
6801203	SONIA MARA DE BAIRÓS OZORIO	12,00	7,20	4,80	7,20	16,00	47,20	-	47,20	22
6800228	TACIANE NESI	7,20	7,20	9,60	7,20	16,00	47,20	-	47,20	23
6800227	JOELMA ADRIANA DE JESUS	9,60	4,80	9,60	2,40	16,00	42,40	2,48	44,88	24
6800362	LUANA VIECELI	4,80	7,20	9,60	7,20	16,00	44,80	-	44,80	25
6800909	CLESIANE LIMA OLIVEIRA	9,60	7,20	4,80	4,80	16,00	42,40	-	42,40	26
6800997	JOSIANE APARECIDA MACHADO BALDO BEAL	9,60	2,40	9,60	4,80	16,00	42,40	0,00	42,40	27

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800657	KARINA MEGGIOLARO CASSA-NEGO	9,60	2,40	9,60	4,80	16,00	42,40	-	42,40	28
6800652	LEIA REGINA BEHREND	2,40	2,40	7,20	7,20	22,40	41,60	-	41,60	29
6801037	ANGELA MARIA GALDINO	7,20	4,80	4,80	4,80	19,20	40,80	0,00	40,80	30
6801042	MARCIA ALVES DA SILVA	2,40	7,20	7,20	4,80	19,20	40,80	-	40,80	31
6800308	SONIA MARA ALBUQUERQUE PADILHA	7,20	4,80	7,20	4,80	16,00	40,00	-	40,00	32

## PROFESSOR SÉRIES INICIAIS HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6801055	CAMILA REGINA ROSTI-ROLA	12,00	12,00	7,20	7,20	32,00	70,40	8,00	78,40	1
6800254	BEATRIZ PADILHA DOS SANTOS	16,80	7,20	7,20	4,80	28,80	64,80	11,00	75,80	2
6800543	JOICE FATIMA BORLIN GRIGOLO	12,00	7,20	7,20	4,80	32,00	63,20	11,00	74,20	3
6800428	GIOVANA CARDOSO PATRICIO	7,20	9,60	9,60	7,20	32,00	65,60	8,00	73,60	4
6800763	BERENICE PERETTI	9,60	9,60	9,60	4,80	28,80	62,40	11,00	73,40	5
6800154	ROSANGELA SOARES RUBINI	12,00	7,20	4,80	4,80	32,00	60,80	11,00	71,80	6
6800780	ANA MARIA SETTI	7,20	9,60	7,20	4,80	32,00	60,80	11,00	71,80	7
6800340	SIRLEI APARECIDA DAL LAGO CENCI	4,80	7,20	9,60	7,20	32,00	60,80	11,00	71,80	8
6800427	CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE	12,00	4,80	9,60	4,80	28,80	60,00	11,00	71,00	9
6800736	MARIELLI SOARES	14,40	4,80	9,60	4,80	28,80	62,40	8,00	70,40	10
6801086	KARINA VEIGA	9,60	9,60	9,60	4,80	28,80	62,40	8,00	70,40	11
6800114	MIRIA APARECIDA GUZI	7,20	12,00	7,20	7,20	28,80	62,40	7,88	70,28	12
6800011	SANDRA ROSILENE STOEKLE FRANCOZO	9,60	7,20	9,60	7,20	25,60	59,20	11,00	70,20	13
6800675	GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA BUSANELLO	7,20	9,60	9,60	7,20	25,60	59,20	11,00	70,20	14
6800381	ELEANE TERESINHA KOEFFER BOESING	12,00	9,60	7,20	7,20	25,60	61,60	8,00	69,60	15
6800816	LEONICE PIMEL SALGADO	9,60	7,20	7,20	2,40	32,00	58,40	11,00	69,40	16
6800658	MAYARA MARIA ARIOTTI	9,60	4,80	7,20	7,20	28,80	57,60	11,00	68,60	17
6800666	FERNANDA CRISTINA POZZAN	7,20	4,80	9,60	7,20	28,80	57,60	11,00	68,60	18
6800300	MARLI TEREZINHA RIEDI	14,40	7,20	9,60	7,20	19,20	57,60	11,00	68,60	19
6800821	JOCEANE FURCKEL	14,40	7,20	4,80	4,80	25,60	56,80	11,00	67,80	20
6801059	CIBELLE CERON DA ROSA	12,00	4,80	7,20	7,20	25,60	56,80	11,00	67,80	21
6800535	GLACI BUSANELLO GANASINI	4,80	9,60	9,60	7,20	25,60	56,80	11,00	67,80	22
6800720	SOLANGE AP DIAS DE CAMPOS	9,60	9,60	9,60	4,80	25,60	59,20	8,00	67,20	23
6800573	ELIZETE VESCOVI SOERGER	12,00	4,80	7,20	7,20	32,00	63,20	3,80	67,00	24
6800329	FRANCIELE TESTOLIN	4,80	7,20	4,80	7,20	32,00	56,00	11,00	67,00	25
6800865	TEOLINDA PADILHA SCHNEIDER KAUL	2,40	7,20	7,20	7,20	32,00	56,00	11,00	67,00	26
6800079	KATIA GOTTSSELIG	12,00	7,20	7,20	7,20	22,40	56,00	11,00	67,00	27
6800089	JANAINA APARECIDA REQUES	9,60	7,20	9,60	7,20	22,40	56,00	11,00	67,00	28
6800665	SANDRA DE FATIMA DE SOUZA	9,60	4,80	7,20	4,80	28,80	55,20	11,00	66,20	29
6800819	DAISY NICE UGOLINI RIGO	4,80	7,20	7,20	7,20	28,80	55,20	11,00	66,20	30



INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800690	ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA MEZAROBBA.	2,40	12,00	4,80	7,20	28,80	55,20	11,00	66,20	31
6801050	ELIZABETE MAZIERO	9,60	4,80	9,60	4,80	25,60	54,40	11,00	65,40	32
6800360	JOSIANE APARECIDA ZAGO	4,80	7,20	9,60	7,20	32,00	60,80	4,44	65,24	33
6801107	JULIANA NUNES	9,60	9,60	9,60	7,20	28,80	64,80	-	64,80	34
6800972	JONASSA MEZAROBBA	9,60	7,20	7,20	7,20	25,60	56,80	8,00	64,80	35
6800729	GRAZIE TE BOGO	9,60	7,20	7,20	7,20	22,40	53,60	11,00	64,60	36
6800080	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	12,00	2,40	7,20	2,40	28,80	52,80	11,00	63,80	37
6800059	CLAUDIA MEDEIROS	4,80	4,80	9,60	4,80	28,80	52,80	11,00	63,80	38
6800333	GISELE TRANCOSO DOS SANTOS	7,20	4,80	7,20	7,20	32,00	58,40	5,00	63,40	39
6801024	NILSEIA APARECIDA LEMOS	9,60	7,20	4,80	4,80	28,80	55,20	8,00	63,20	40
6800858	BRUNA GAIO SERAFINI	4,80	9,60	7,20	4,80	28,80	55,20	8,00	63,20	41
6800655	FABIANE JARDIM	4,80	7,20	7,20	7,20	28,80	55,20	8,00	63,20	42
6800030	IVANA REGINA BELLINCANTA	9,60	4,80	7,20	4,80	25,60	52,00	11,00	63,00	43
6800826	ANTONIA MARIA ANTUNES	7,20	4,80	7,20	7,20	25,60	52,00	11,00	63,00	44
6800696	MIRTE POLI	4,80	7,20	7,20	7,20	25,60	52,00	11,00	63,00	45
6800319	FABIANE SOVRANI FERNANDES	7,20	9,60	9,60	2,40	25,60	54,40	8,00	62,40	46
6800524	IVANIR SALETE WARTHA BALBINOT	9,60	4,80	7,20	7,20	22,40	51,20	11,00	62,20	47
6800733	TIANE BRANCHER	9,60	7,20	7,20	7,20	22,40	53,60	8,00	61,60	48
6800939	MARIA LEDA FURLIN ZARDO	7,20	4,80	7,20	7,20	25,60	52,00	9,40	61,40	49
6800938	MARILENE PEREIRA DE FREITAS	7,20	4,80	4,80	4,80	28,80	50,40	11,00	61,40	50
6800456	EVANILDE MRIA MANTOANI CONTE	4,80	4,80	7,20	4,80	28,80	50,40	11,00	61,40	51
6800510	LUCIANE DA ROSA	4,80	4,80	7,20	4,80	28,80	50,40	11,00	61,40	52
6800148	FERNANDA DE BORTOLI	2,40	4,80	9,60	4,80	28,80	50,40	11,00	61,40	53
6800827	DANIELLA BISCOLLI RIBEIRO	9,60	4,80	7,20	2,40	28,80	52,80	8,00	60,80	54
6800640	SUSANA SALETE DA SILVA SOMMER	7,20	2,40	7,20	7,20	25,60	49,60	11,00	60,60	55
6800221	OLIVETE PEROZA DE MELLO	4,80	7,20	4,80	7,20	25,60	49,60	11,00	60,60	56
6800855	FRANCIELE FATIMA WEBER	7,20	7,20	9,60	2,40	22,40	48,80	11,00	59,80	57
6800579	JUCELIA DAS GRACAS RIBEIRO	7,20	7,20	7,20	4,80	22,40	48,80	11,00	59,80	58
6800484	SABRINA PESSIN	7,20	9,60	7,20	4,80	22,40	51,20	8,00	59,20	59
6800947	EDINA MARIA MORO	7,20	4,80	4,80	2,40	28,80	48,00	11,00	59,00	60
6800103	ROSIMAR PEREIRA DA SILVA	9,60	4,80	7,20	7,20	19,20	48,00	11,00	59,00	61
6800509	ADILES SALUTE STIRMA BEVILACQUA	7,20	7,20	7,20	4,80	32,00	58,40	-	58,40	62
6800165	VANIA NEZI	7,20	4,80	7,20	7,20	32,00	58,40	-	58,40	63
6800407	SILVANA LINS BERGAMO	4,80	4,80	7,20	7,20	25,60	49,60	8,00	57,60	64
6800170	TAIS CRESTANI	4,80	7,20	9,60	2,40	22,40	46,40	11,00	57,40	65
6800869	FERNANDA APARECIDA FERREIRA DE DEUS.	4,80	7,20	4,80	7,20	22,40	46,40	11,00	57,40	66
6800065	ADAIANA CAMILA WEISS FALETTI	7,20	9,60	4,80	2,40	25,60	49,60	7,60	57,20	67
6801019	LELI JANAINÉ CENCI	7,20	4,80	7,20	7,20	22,40	48,80	8,00	56,80	68
6800820	SIMONE LUIZA MANENTI SERAFINI	12,00	4,80	4,80	4,80	19,20	45,60	11,00	56,60	69
6800856	IVETE DE LIMA ELEUTERIO	9,60	4,80	4,80	4,80	28,80	52,80	3,00	55,80	70

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800908	MONALISA APARECIDA BATISTA	7,20	4,80	4,80	4,80	25,60	47,20	8,00	55,20	71
6800808	JULIANA SILVA DOMINGOS	7,20	7,20	4,80	4,80	19,20	43,20	11,00	54,20	72
6800337	DAYANE SOPPELSA DA SILVA	7,20	7,20	7,20	7,20	19,20	48,00	5,60	53,60	73
6800047	MARCIELE RIBEIRO	4,80	4,80	4,80	2,40	25,60	42,40	11,00	53,40	74
6800014	CELIA TEREZINHA GUZI ANZANELLO	4,80	2,40	7,20	4,80	22,40	41,60	11,00	52,60	75
6801096	ELAINE APARECIDA LES-NIESKY MAUS	9,60	7,20	7,20	4,80	22,40	51,20	-	51,20	76
6801069	CARLA MORO BALDISSERA	9,60	7,20	7,20	7,20	19,20	50,40	-	50,40	77
6801105	MARIA SALETE BETTEGA	9,60	4,80	4,80	4,80	16,00	40,00	9,40	49,40	78
6800122	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS	4,80	4,80	7,20	4,80	19,20	40,80	8,00	48,80	79
6800683	FRANCIELE ALVES DE GOIS	7,20	2,40	4,80	4,80	25,60	44,80	0,00	44,80	80
6800521	DANIELA SCHULTZ	4,80	2,40	7,20	4,80	22,40	41,60	3,00	44,60	81
6800359	SILVANA DE SOUZA	7,20	2,40	7,20	4,80	22,40	44,00	0,00	44,00	82
6800975	MARIDALVA DI DOMENICO CONSONI	4,80	9,60	4,80	2,40	19,20	40,80	3,00	43,80	83
6801123	CLEUSI ELISE ROCHA	12,00	4,80	7,20	4,80	12,80	41,60	-	41,60	84

## PROFESSOR SÉRIES INICIAIS NÃO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800250	DANIELI JULIANE BERTI PANIGAZ	12,00	9,60	9,60	7,20	28,80	67,20	8,00	75,20	1
6800768	ELIANE MARIA TUCLINO-VICTCH	12,00	4,80	7,20	7,20	32,00	63,20	8,00	71,20	2
6800158	ROSELI SCHOFFEN	9,60	12,00	7,20	7,20	25,60	61,60	8,00	69,60	3
6800290	VLADENISE REOLON BORTOLOZO	12,00	12,00	7,20	4,80	28,80	64,80	0,80	65,60	4
6800173	SINCLAIR DOS SANTOS PAUVELS	7,20	7,20	4,80	7,20	32,00	58,40	4,32	62,72	5
6800354	FRANCIELLE POSSERA	9,60	9,60	7,20	7,20	28,80	62,40	-	62,40	6
6800718	JANIELI DA SILVA ANDRIQUE THIBES	12,00	9,60	9,60	4,80	25,60	61,60	-	61,60	7
6800627	SIMONI APARECIDA FURTADO	9,60	9,60	9,60	7,20	25,60	61,60	-	61,60	8
6801144	DANIELLA GUILL	7,20	12,00	7,20	4,80	28,80	60,00	-	60,00	9
6800408	JONAS ZAGO	7,20	9,60	9,60	4,80	28,80	60,00	-	60,00	10
6801018	ADRIANA REGINA SCHNEIDER PERGHER	9,60	7,20	7,20	7,20	22,40	53,60	5,84	59,44	11
6800238	ELISANGELA SILVEIRA	7,20	4,80	9,60	4,80	28,80	55,20	2,86	58,06	12
6801051	GABRIELA CARMINATTI SAMISTRARO	9,60	4,80	9,60	7,20	25,60	56,80	-	56,80	13
6800102	ITAMARA ZILDA BENTO BRUNETO	7,20	4,80	9,60	4,80	28,80	55,20	-	55,20	14
6801038	THAIS HELENE GALDINO BISOL	9,60	2,40	4,80	7,20	28,80	52,80	1,28	54,08	15
6800051	SANDRA LUIZA CARLESSO	2,40	7,20	7,20	4,80	28,80	50,40	3,04	53,44	16
6800974	ELIANE FAGHERAZZI	9,60	2,40	4,80	7,20	28,80	52,80	-	52,80	17
6800042	ADRIANA CRISTINA DA CRUZ SCHENEIDER	2,40	4,80	9,60	7,20	28,80	52,80	-	52,80	18
6801057	KATIANE ROBERTI	9,60	4,80	7,20	7,20	19,20	48,00	2,88	50,88	19
6800145	DIANNA GUILL	7,20	4,80	4,80	7,20	25,60	49,60	-	49,60	20
6800405	JOSELAINE ANDREA DA SILVA FRANCISCO DOS SANTOS	4,80	7,20	7,20	7,20	22,40	48,80	-	48,80	21
6800067	ANDRESSA RIBEIRO DOS SANTOS	4,80	4,80	7,20	7,20	22,40	46,40	-	46,40	22
6800094	JULIANA ELOISA SINIGAGLIA	2,40	7,20	7,20	7,20	22,40	46,40	-	46,40	23
6800624	LEDIANE VERMOLHEN TESK	7,20	7,20	4,80	7,20	19,20	45,60	-	45,60	24

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800623	NADJA MARQUES JANUARIO DA SILVA	2,40	4,80	7,20	4,80	25,60	44,80	-	44,80	25
6800951	FRANCIELI FERRARI	4,80	4,80	9,60	4,80	19,20	43,20	-	43,20	26
6800917	ADRIANA DE LIMA OLIVEIRA	2,40	4,80	7,20	4,80	22,40	41,60	-	41,60	27
6800613	ROSILENE MARIA DALL'AGNOL	4,80	7,20	2,40	7,20	19,20	40,80	-	40,80	28
6801178	MARILI SALETE CAMARGO	7,20	4,80	4,80	7,20	16,00	40,00	-	40,00	29

## PROFESSOR ARTES HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800245	LETICIA THOMAZI	12,00	2,40	4,80	7,20	25,60	52,00	5,40	57,40	1
6800364	IVANIA APARECIDA DE OLIVEIRA SCHUCK	9,60	7,20	7,20	7,20	22,40	53,60	-	53,60	2
6800747	CLACIR STIEVEN ARALDI	4,80	4,80	4,80	2,40	25,60	42,40	11,00	53,40	3
6800293	MARCIA FERREIRA LOSS	7,20	4,80	4,80	2,40	25,60	44,80	8,00	52,80	4
6801102	ELIANE CRIATINA ANTUNES SALLES	14,40	4,80	7,20	4,80	19,20	50,40	-	50,40	5
6801074	CINTIANA APARECIDA RODRIGUES REINHOLD	2,40	4,80	4,80	7,20	22,40	41,60	8,00	49,60	6
6800734	NILCILEI APARECIDA PEREIRA PERDUN	4,80	4,80	4,80	7,20	19,20	40,80	8,00	48,80	7
6801139	DEBORA MARIA GOULART BUDO LORENZZONI	9,60	4,80	9,60	2,40	19,20	45,60	0,00	45,60	8
6801179	MARIA LUIZA DELUQUE DE OLIVEIRA	4,80	7,20	2,40	7,20	22,40	44,00	-	44,00	9

## PROFESSOR ARTES NÃO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6801006	DAIANE GUZZI	4,80	4,80	9,60	7,20	16,00	42,40	8,00	50,40	1
6800460	RAFAELLA IRENE CARPENEDO CAVON	7,20	4,80	2,40	4,80	22,40	41,60	0,00	41,60	2

## PROFESSOR CIÊNCIAS HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800255	CRISTIANE CARINHATO	12,00	12,00	9,60	4,80	25,60	64,00	11,00	75,00	1
6800677	FRANCIELI MARTINI	7,20	12,00	9,60	4,80	22,40	56,00	11,00	67,00	2
6800414	MARIA CRISTIANE ALVES	14,40	9,60	4,80	7,20	19,20	55,20	8,00	63,20	3
6801015	JULIANA MARIA SOARES DOS SANTOS	7,20	4,80	9,60	4,80	25,60	52,00	11,00	63,00	4
6800944	KATIA ZICKUHR PERAZZOLI	4,80	7,20	7,20	4,80	25,60	49,60	11,00	60,60	5
6800812	DENISE CAREGNATO NERES	2,40	4,80	7,20	7,20	22,40	44,00	11,00	55,00	6
6800993	EDNEIA ANA UNGARATTO	12,00	9,60	7,20	2,40	9,60	40,80	11,00	51,80	7
6800439	KATLIN APARECIDA HARTMANN	9,60	4,80	4,80	4,80	22,40	46,40	-	46,40	8

## PROFESSOR CIÊNCIAS NÃO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800095	ALINE MARIA TURCO	12,00	9,60	2,40	4,80	22,40	51,20	0,00	51,20	1

## PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800024	ANA PAULA MECABO	9,60	9,60	7,20	7,20	32,00	65,60	8,00	73,60	1
6800411	RITCHELE PIRES DE BRITO	4,80	9,60	9,60	7,20	28,80	60,00	11,00	71,00	2
6800457	JAQUELINE MARIA MENEGUZZI	7,20	4,80	9,60	4,80	32,00	58,40	11,00	69,40	3

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800352	DEBORA TURMINA	7,20	7,20	9,60	4,80	28,80	57,60	11,00	68,60	4
6800214	CARINA DE SOUZA MACHADO	7,20	4,80	9,60	7,20	28,80	57,60	11,00	68,60	5
6800622	GISLEI SAGAI S ZORNITTA	7,20	4,80	9,60	7,20	28,80	57,60	11,00	68,60	6
6800825	ALYSSON WOIGT	7,20	9,60	9,60	4,80	32,00	63,20	4,20	67,40	7
6800266	WAGNER FERNANDO BOGONI	12,00	12,00	9,60	7,20	25,60	66,40	-	66,40	8
6800091	MARIANE LUIZA VANZ	9,60	9,60	7,20	4,80	28,80	60,00	4,00	64,00	9
6800670	ANDRIELY GUSI	14,40	9,60	2,40	4,80	32,00	63,20	-	63,20	10
6800481	RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA	7,20	9,60	9,60	7,20	28,80	62,40	0,00	62,40	11
6800097	ELIZANDRO MARTINS DE MELLO	9,60	9,60	9,60	7,20	25,60	61,60	-	61,60	12
6800316	LARESSA PAZIN	7,20	4,80	7,20	7,20	22,40	48,80	11,00	59,80	13
6800914	DAMIANA BENEDETTI	9,60	12,00	4,80	7,20	22,40	56,00	3,52	59,52	14
6800965	DOUGLAS WANDERSON ULIANO	9,60	12,00	7,20	4,80	25,60	59,20	-	59,20	15
6801098	ANA CLAUDIA CARVALHO DOS ANJOS	9,60	7,20	9,60	4,80	19,20	50,40	8,00	58,40	16
6800312	MARINA EPELING	9,60	12,00	4,80	4,80	25,60	56,80	-	56,80	17
6800534	VALDECIR SOARES DOS SANTOS	7,20	2,40	9,60	7,20	28,80	55,20	-	55,20	18
6800004	THAISE ZANOTTI	0,00	9,60	9,60	7,20	28,80	55,20	-	55,20	19
6800025	SABRINA DO AMARAL	4,80	4,80	7,20	4,80	25,60	47,20	8,00	55,20	20
6800831	GIOVANA CROTTI	7,20	7,20	9,60	4,80	22,40	51,20	3,00	54,20	21
6800653	ROBERTO SAMUEL DE CASTRO	7,20	7,20	9,60	7,20	22,40	53,60	-	53,60	22
6800606	EDDON BARRETO DE GOIS	4,80	7,20	7,20	4,80	28,80	52,80	-	52,80	23
6800587	SIBELE SANTIN	4,80	2,40	7,20	4,80	22,40	41,60	11,00	52,60	24
6800164	MARINA ELENA BUSS	7,20	7,20	4,80	4,80	25,60	49,60	2,88	52,48	25
6800684	GISELE MARIA ARENHART	9,60	7,20	2,40	2,40	22,40	44,00	8,00	52,00	26
6800501	DAIANY DA SILVA MONTAR-ROYOS	4,80	9,60	4,80	2,40	22,40	44,00	8,00	52,00	27
6800435	LUCIANA KRAMER	7,20	4,80	4,80	4,80	19,20	40,80	11,00	51,80	28
6800784	CINDI CRISTINA ESPIG	2,40	7,20	4,80	7,20	25,60	47,20	3,00	50,20	29
6801013	JAQUELINE SELZLEIN	4,80	4,80	9,60	4,80	25,60	49,60	-	49,60	30
6800146	DIONATA BACHER	7,20	7,20	7,20	4,80	22,40	48,80	-	48,80	31
6800915	JULIANA BENEDETTI	4,80	9,60	7,20	4,80	22,40	48,80	-	48,80	32
6800697	JOSIANE BISOL	7,20	7,20	4,80	2,40	22,40	44,00	-	44,00	33
6800206	ALEX BRUNO GASPARELLO RIZZOLLI	12,00	4,80	4,80	2,40	19,20	43,20	-	43,20	34
6800477	KARINI MARIA DOS SANTOS	12,00	4,80	4,80	2,40	19,20	43,20	-	43,20	35
6800230	SERGIO ANTONIO OZELAMI	2,40	4,80	7,20	4,80	22,40	41,60	-	41,60	36

## PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6801148	JEFFERSON FIORELLI	12,00	12,00	7,20	7,20	22,40	60,80	-	60,80	1
6800110	MANOELI JENDRASSIAK	12,00	7,20	9,60	7,20	16,00	52,00	-	52,00	2
6800093	JACSON ANDREI CARDOSO	9,60	7,20	4,80	7,20	22,40	51,20	-	51,20	3
6800155	AMARILDO ANTONIO ZARPELON	7,20	7,20	9,60	4,80	22,40	51,20	-	51,20	4
6800171	ALAN DHIONNI RIBAS MUELER	4,80	7,20	9,60	7,20	22,40	51,20	-	51,20	5
6800096	THAIS PERETTI PERONDI	7,20	7,20	9,60	7,20	19,20	50,40	-	50,40	6
6800542	JAQUELINE ANDREIA PRIGOL	14,40	4,80	7,20	4,80	16,00	47,20	-	47,20	7
6801213	ANDRE KUBIAK	4,80	7,20	2,40	4,80	22,40	41,60	-	41,60	8

## PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS	SITUAÇÃO
6801061	DOGLAS ANSILIERO	9,60	4,80	7,20	4,80	25,60	52,00	8,00	60,00	1	APROVADO

## PROFESSOR GEOGRAFIA HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800125	VANDERLEI PIRES	7,20	7,20	9,60	4,80	28,80	57,60	8,00	65,60	1
6800306	DEJANDIR OLIVIO	7,20	9,60	2,40	4,80	22,40	46,40	8,00	54,40	2
6800611	ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA OLIVARI	4,80	2,40	7,20	4,80	22,40	41,60	11,00	52,60	3
6801158	MONICA LOPES SCHNEIDER	9,60	9,60	4,80	4,80	19,20	48,00	-	48,00	4

## PROFESSOR GEOGRAFIA NÃO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800846	EUNICE APARECIDA GUARNIERI	12,00	4,80	9,60	7,20	25,60	59,20	-	59,20	1
6800169	MARLENE WEISS PEREIRA DE JESUS	7,20	7,20	2,40	4,80	28,80	50,40	1,44	51,84	2

## PROFESSOR HISTÓRIA HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800413	JULIANA NAGANO	12,00	4,80	7,20	7,20	22,40	53,60	11,00	64,60	1
6800859	DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA	9,60	9,60	7,20	7,20	22,40	56,00	8,00	64,00	2
6800046	RAFAEL ASCARI	4,80	9,60	7,20	7,20	25,60	54,40	7,52	61,92	3
6800897	ELIAS MACHADO	12,00	9,60	7,20	7,20	25,60	61,60	-	61,60	4
6801141	RONI PEREIRA	12,00	9,60	7,20	7,20	25,60	61,60	-	61,60	5
6801001	GEISE ELIZANA BRANDINO	14,40	4,80	7,20	7,20	25,60	59,20	0,00	59,20	6
6801016	SIBELE APARECIDA APPI	12,00	7,20	7,20	7,20	19,20	52,80	-	52,80	7
6800864	SARA TRINDADE DIAS	4,80	9,60	7,20	4,80	16,00	42,40	8,00	50,40	8
6801183	CRISTIANE FRANCA DOS SANTOS	9,60	7,20	4,80	7,20	19,20	48,00	-	48,00	9
6800426	MAURICIO PENSO	7,20	9,60	4,80	7,20	19,20	48,00	0,00	48,00	10

## PROFESSOR INGLÊS HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800745	CAMILA DALMOLIN	12,00	12,00	7,20	4,80	32,00	68,00	4,00	72,00	1
6800233	MIRIAN TEREZINHA DELLANI	12,00	7,20	7,20	7,20	25,60	59,20	11,00	70,20	2
6800150	LUCIANE BALESTIERI MOURA	7,20	7,20	9,60	7,20	25,60	56,80	11,00	67,80	3
6800315	KELLY SERAFINI	16,80	7,20	7,20	4,80	22,40	58,40	7,92	66,32	4
6800100	ELETICIA MARCIANE DAL MAGRO PERAZZOLI	7,20	7,20	4,80	4,80	19,20	43,20	11,00	54,20	5

## PROFESSOR INGLÊS NÃO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800066	GIEDRA REGINA PASQUALIN	4,80	2,40	7,20	7,20	19,20	40,80	0,40	41,20	1

## PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800874	VANIA REGINA FRIZON DOS SANTOS	14,40	7,20	4,80	7,20	22,40	56,00	11,00	67,00	1
6801166	GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA	12,00	4,80	4,80	7,20	22,40	51,20	11,00	62,20	2
6800540	FABIANE BERTE	7,20	4,80	9,60	7,20	22,40	51,20	11,00	62,20	3
6801053	ANDREA CAROLINE SILVA	12,00	9,60	9,60	4,80	25,60	61,60	-	61,60	4

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800757	VANDERLEIA CONCEICAO DE OLIVEIRA	14,40	4,80	7,20	7,20	22,40	56,00	5,60	61,60	5
6800761	MARLOVA RAMOS MEZALIRA	12,00	4,80	9,60	2,40	16,00	44,80	0,00	44,80	6

## PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA NÃO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800488	ISABELA CRISTINA FRANCO JACO	7,20	7,20	9,60	4,80	22,40	51,20	-	51,20	1

## PROFESSOR MATEMÁTICA HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6800547	LEIDI CRISTINA KNECHT	14,40	12,00	9,60	7,20	28,80	72,00	11,00	83,00	1
6800878	MELITIA SONIA DE MARCO MISTURINI	14,40	9,60	4,80	4,80	22,40	56,00	11,00	67,00	2
6800166	VALERIA WEISS SOMMARIVA	7,20	12,00	7,20	4,80	22,40	53,60	11,00	64,60	3
6800795	EDUARDO ESTEVAO DE BARROS FILHO	14,40	12,00	7,20	4,80	25,60	64,00	-	64,00	4
6800452	LAIS BONIATTI	9,60	12,00	9,60	7,20	16,00	54,40	8,00	62,40	5
6801026	LEONICE MARIA COITO	7,20	9,60	9,60	4,80	19,20	50,40	11,00	61,40	6
6800180	CESAR DACOL	7,20	9,60	7,20	4,80	25,60	54,40	6,00	60,40	7
6800449	TATIANA CRISTINA ELSNER DE OLIVEIRA	7,20	7,20	9,60	7,20	25,60	56,80	-	56,80	8

## PROFESSOR MATEMÁTICA NÃO HABILITADO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6801031	FRANCIELI INES GRIGOLO	12,00	9,60	7,20	7,20	19,20	55,20	-	55,20	1
6800818	LUCAS PANAZZOLO	12,00	12,00	9,60	4,80	16,00	54,40	-	54,40	2
6800417	OLIR ESTEVAO TURCO	7,20	9,60	7,20	4,80	22,40	51,20	0,00	51,20	3
6801132	DANIELI ELOISA GRIGOLO	7,20	7,20	9,60	7,20	19,20	50,40	-	50,40	4
6800785	JULIANI RAMOS	9,60	9,60	9,60	4,80	9,60	43,20	-	43,20	5

## PSICÓLOGO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6801088	SUELEN PARAVISI	9,60	9,60	7,20	7,20	25,60	59,20	11,00	70,20	1
6800029	JANE MARIA ANDRETTA	9,60	9,60	9,60	7,20	19,20	55,20	11,00	66,20	2
6800341	POLIANA GOMES GOSLAR	16,80	9,60	9,60	7,20	12,80	56,00	3,00	59,00	3
6800941	MARIZA KOFFERMANN	14,40	7,20	7,20	4,80	22,40	56,00	-	56,00	4
6801054	KARINE CAMPAGNARO MATIAS	7,20	9,60	9,60	2,40	16,00	44,80	11,00	55,80	5
6800019	IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN	7,20	4,80	7,20	4,80	19,20	43,20	11,00	54,20	6
6800099	MARINA BASEGGIO CANDIAGO	7,20	9,60	9,60	7,20	19,20	52,80	-	52,80	7
6800054	DENISE DE MARCH	9,60	4,80	4,80	7,20	16,00	42,40	9,24	51,64	8
6800473	JOANA BRUGNARA	9,60	7,20	4,80	4,80	22,40	48,80	-	48,80	9
6800528	IOHANA MARIA SPORR ARALDI	7,20	4,80	9,60	4,80	22,40	48,80	-	48,80	10
6800563	JULIANA APARECIDA MODENA	7,20	7,20	9,60	4,80	16,00	44,80	-	44,80	11
6800967	MAIARA LAMB	7,20	7,20	7,20	2,40	19,20	43,20	-	43,20	12
6800056	MICHELE REUS ELIAS	12,00	4,80	4,80	4,80	16,00	42,40	-	42,40	13
6800085	ERICA TOMAZI RIBEIRO	9,60	7,20	7,20	2,40	16,00	42,40	-	42,40	14
6801217	MACLEISE TRENTO	9,60	4,80	4,80	4,80	16,00	40,00	-	40,00	15



# Xavantina

## PREFEITURA

### TP 09/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 09/2014 PMXV

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia para realização de obra de pavimentação asfáltica da Rua Praça Rio Branco e Rua Tiradentes, conforme Memorial Descritivo constante no Anexo "E" deste Edital. Tipo: Menor Preço Global. Prazo para protocolo dos envelopes: 20/11/2014, às 08:30 horas. Abertura da licitação: dia 20/11/2014, às 09:00 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 05 de novembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTI,

Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAVANTINA
CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO DE CONTRATO
Processo Dispensa de Licitação Nº 004/2014
Contrato Nº 009/2013, de 17 de Outubro de 2014
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA.
Contratada: SANTOS PELIZZA
Objeto: Locação de uma garagem localizada Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, nº 182, Centro, em Xavantina-SC, para fins de estacionamento do veículo da locatária,
O prazo da presente locação é de 03 (três) meses. O valor de R\$130,00 (cento e trinta reais) mensais, Totalizando o Valor: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais)
Xavantina-SC, 17 de Outubro de 2014.
Eugenio João Comin – Presidente

### CONTRATO 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAVANTINA
CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO DE CONTRATO
Processo Dispensa de Licitação Nº 005/2014
Contrato Nº 010/2014, de 24 de Outubro de 2014
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA.
Contratada: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.
Objeto: Prestação de Serviços destinados a efetuar o levantamento físico e o recadastramento dos bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público da Câmara Municipal de Xavantina, identificando um a um com valor unitário e total, digitação em sistema informatizado, especificando os bens, valor, localização e emissão de Termo de Responsabilidade para cada setor, e fornecimento de Relatório Geral
O valor total do presente Contrato é de R\$ 2.100,00 (dois e cem reais)
Xavantina-SC, 24 de Outubro de 2014.
Eugenio João Comin – Presidente

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE CANCELAMENTO DE ITENS LEILÃO 001 AVISO DE CANCELAMENTO DE ITENS LEILÃO 001/2014

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições, torna público - conforme orientação do Prefeito Municipal, tendo em vista que tais itens poderiam ainda ser utilizados pela Administração Pública, o CANCELAMENTO dos lotes 02, 04, 06, 07, 13 e 15 do Leilão nº 001/2014, cujo objeto é a alienação de bens móveis de propriedade da Administração Municipal; sendo os lotes cancelados, e que não farão parte do leilão aprazado para o dia 06/11/2014, os seguintes:

LOTE 02 - Descrição - Caminhão Basculante MB 1113, combustível à diesel, 19.00t, 130cv, cor azul, Placas MAA-8426, RENAVAL 556364694, Chassi 34401412671231, Ano e Modelo 1985/1985, Frotas nº 06, Patrimônio nº 9098; LANCE INICIAL: R\$ 18.000,00  
LOTE 04 - Descrição - Caminhão Basculante VW 23.210, combustível à diesel, 23.00t, 206cv, cor branca, Placas MBZ-5724, RENAVAL 807419788, Chassi 9BWWF82T73H316189, Ano e Modelo 2003/2003, Frotas nº 12, Patrimônio nº 9102; LANCE INICIAL: R\$ 35.000,00

LOTE 06 - Descrição - Carregadeira Michigan 75, Ano 1982, Frotas nº 21, Patrimônio nº 9108; LANCE INICIAL: R\$ 35.000,00

LOTE 07 - Descrição - Motoniveladora Caterpillar 120-B, Ano 1984, Frotas nº 22, Patrimônio nº 9110; LANCE INICIAL: R\$ 40.000,00

LOTE 13 - Descrição - Retroescavadeira CASE 580M Turbo, Ano 2008, Frotas nº 110, Patrimônio nº 9141; LANCE INICIAL: R\$ 30.000,00.

LOTE 15 - Descrição - Veículo Uno Mille Fire - SUCATA, combustível à álcool/gasolina, 5p, 66cv, cor branca, Placas MGT-3192, RENAVAL 912876239, Chassi 9BD15822774943676, Ano e Modelo 2007/2007, Frotas nº 104, Patrimônio nº 9191. LANCE INICIAL: R\$ 2.500,00

Xaxim, 04 de novembro de 2014.  
Marinilse de Freitas Fin  
Membro da Comissão de Licitações

### DECRETO 444

DECRETO nº 444/2014

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e com embasamento legal fundado na Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores, torna público o presente Decreto de Revogação Parcial do Edital da Licitação, sob a modalidade de leilão, do tipo "maior lance", visando a venda de bens móveis e veículos inservíveis para o município, em conformidade com a Lei Municipal nº 4014, de 07 de outubro de 2014, de acordo com o interesse público superveniente.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica Revogado Parcialmente o Edital de Leilão Público, excluindo os seguintes LOTES de referido Edital,

LOTE 02 - Descrição - Caminhão Basculante MB 1113, combustível à diesel, 19.00t, 130cv, cor azul, Placas MAA-8426, RENAVAL 556364694, Chassi 34401412671231, Ano e Modelo 1985/1985, Frotas nº 06, Patrimônio nº 9098; LANCE INICIAL: R\$ 18.000,00  
LOTE 04 - Descrição - Caminhão Basculante VW 23.210, combustível à diesel, 23.00t, 206cv, cor branca, Placas MBZ-5724,

RENAVAM 807419788, Chassi 9BWWF82T73H316189, Ano e Modelo 2003/2003, Frotas nº 12, Patrimônio nº 9102; LANCE INICIAL: R\$ 35.000,00

LOTE 06 - Descrição - Carregadeira Michigan 75, Ano 1982, Frotas nº 21, Patrimônio nº 9108; LANCE INICIAL: R\$ 35.000,00

LOTE 07 - Descrição - Motoniveladora Caterpillar 120-B, Ano 1984, Frotas nº 22, Patrimônio nº 9110; LANCE INICIAL: R\$ 40.000,00

LOTE 13 - Descrição - Retroescavadeira CASE 580M Turbo, Ano 2008, Frotas nº 110, Patrimônio nº 9141; LANCE INICIAL: R\$ 30.000,00.

LOTE 15 - Descrição - Veículo Uno Mille Fire - SUCATA, combustível à álcool/gasolina, 5p, 66cv, cor branca, Placas MGT-3192, RENAVAL 912876239, Chassi 9BD15822774943676, Ano e Modelo 2007/2007, Frotas nº 104, Patrimônio nº 9191. LANCE INICIAL: R\$ 2.500,00

Art. 2º O Interesse Público que recai sobre os bens acima identificados, que após nova avaliação, entendeu-se que poderão ser úteis a Administração Pública.

#### Art. 3º DO LOCAL, DATA E HORÁRIO

O local, data e horário permanecem inalterados, qual seja:

#### Art. 4º. DO OBJETO

Os demais bens declarados inservíveis, permanecerão inalterados fazendo parte dos bens a serem leiloados. Os referidos bens serão vendidos no estado e condições em que se encontram, pressupondo-se tenham sido previamente examinados pelos interessados, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior.

#### Art. 5º. DEMAIS ITENS:

Os demais itens como: PAGAMENTO; ENTREGA DOS BENS; BENS NÃO RETIRADOS; PENALIDADES; DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, permanecerão inalterados, não cabendo alegações de desconhecimento das Cláusulas do Edital, para se eximirem de obrigações geradas pelo Edital.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de novembro de 2014.  
IDACIR ANTONIO ORSO  
Prefeito Municipal

RODRIGO VERIATO MORÁS  
Secretário da Administração

FÁBIO JOSÉ DAL MAGRO  
Procurador Geral do Município.  
Registrado e Publicado na data supra.

### PORTARIA 1323

PORTARIA Nº 1323/2014

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 151 da Lei 1.729/94 - Estatuto dos Servidores Públicos, em peculiar aos incisos I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa, no

desempenho da função e na convivência comunitária e XI - tratar com urbanidade as pessoas;

CONSIDERANDO que, a desobediência às ordens de superior hierárquico; a recusa de exercer as funções que lhe foram delegadas, bem como o desacato e o desrespeito à superior e colegas de trabalho caracterizam grave afronta ao disposto no art. 152, IV, V e XVIII, da Lei 1.729/94;

CONSIDERANDO o comunicado encaminhado pelo Setor de Infraestrutura e Serviços Urbanos desta Administração, no qual o relato sobre a conduta perpetrada pelo Servidor G. A. P considera-se incompatível ao exercício do cargo e ambiente de trabalho, bem como configura desacato às autoridades públicas;

CONSIDERANDO o Boletim de Ocorrência oriundo da Delegacia de Polícia Civil desta cidade, o qual demonstra ameaça feita pelo Servidor à colega de trabalho;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos VI, VII e VIII do art. 168 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pelo Servidor G. A. P, acerca dos fatos acima relatados.

Parágrafo único. Com base no art. 3º, caput e no art. 181, caput e parágrafo único, da Lei 1.729/94 - Estatuto dos Servidores Públicos -, o Servidor processado permanecerá afastado de suas atribuições, inicialmente pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo de sua remuneração, para assegurar a lisura do Processo Administrativo Disciplinar, que apurará as supostas faltas funcionais com vistas a restaurar a regularidade da atividade administrativa (conforme dispõe o 'caput' do art. 37 da Constituição Federal), e em vista de que, eventual permanência do Processado no exercício das funções, possa implicar tumulto na averiguação, interferência na instrução processual e a possível interferência na colheita de provas.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

- I - Fabiane Paula Giroto Rissi;
- II - Catiane Curtarelli;
- III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.  
Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de novembro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

## Zortéa

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 069/2014 - DELEGA COMPETÊNCIAS

DECRETO Nº 069/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

DELEGA COMPETÊNCIAS A SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTEA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

#### DECRETA

Art 1º - Delega competências aos servidores abaixo relacionados, os quais ficam autorizados a realizar as movimentações financeiras de todas as contas da Prefeitura Municipal de Zortéa e dos Fundos Municipais;

a) Paulo José Francescki - Prefeito Municipal de Zortéa, como ordenador de despesas, podendo realizar os seguintes atos de movimentação financeira da Prefeitura Municipal e demais fundos municipais:

EMITIR CHEQUES;  
ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;  
AUTORIZAR COBRANÇA;  
UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;  
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;  
SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;  
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;  
AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVA A OPERAÇÕES;  
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;  
ENDOSSAR CHEQUES;  
REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO;  
MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTÃO ELETRÔNICO;  
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;  
CANCELAR CHEQUES;  
BAIXAR CHEQUES;  
EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;  
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;  
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;  
EFETUAR SAQUES - BB RURAL RÁPIDO;  
EFETUAR SAQUES - POUPANÇA;  
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;  
EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;  
SOLICITAR MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS NO EXTERIOR;  
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG;  
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;  
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP;  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;  
EMITIR COMPROVANTES;  
EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE - MEIO ELETRÔNICO;  
EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALÍVIO DE NUMERÁRIO COBAN;  
FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS;  
ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS;  
CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA;  
CARTÃO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSFERÊNCIA MEIO ELETRÔNICO.

b) Marcia Aparecida da Silva Jung - Vice-Prefeita Municipal de Zortéa, como ordenadora secundária de despesas, podendo realizar os seguintes atos de movimentação financeira da Prefeitura Municipal e demais fundos municipais:

EMITIR CHEQUES;  
 ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;  
 AUTORIZAR COBRANÇA;  
 UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;  
 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;  
 SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;  
 REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;  
 AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVA A OPERAÇÕES;  
 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;  
 ENDOSSAR CHEQUES;  
 REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO;  
 MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTÃO ELETRÔNICO;  
 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;  
 CANCELAR CHEQUES;  
 BAIXAR CHEQUES;  
 EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;  
 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;  
 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;  
 EFETUAR SAQUES - BB RURAL RÁPIDO;  
 EFETUAR SAQUES - POUPANÇA;  
 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;  
 EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;  
 SOLICITAR MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS NO EXTERIOR;  
 EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG;  
 CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;  
 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP;  
 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;  
 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;  
 EMITIR COMPROVANTES;  
 EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE - MEIO ELETRÔNICO;  
 EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALÍVIO DE NUMERÁRIO COBAN;  
 FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS;  
 ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS;  
 CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA;  
 CARTÃO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSFERÊNCIA MEIO ELETRÔNICO.

c) Paulo Cesar Beloto - Secretário de Administração e Finanças, com atribuições para coadjuvante com os ordenadores de despesas, podendo realizar os seguintes atos de movimentação financeira da Prefeitura Municipal;

EMITIR CHEQUES;  
 ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;  
 AUTORIZAR COBRANÇA;  
 UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;  
 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;  
 SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;  
 REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;  
 AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVA A OPERAÇÕES;  
 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;  
 ENDOSSAR CHEQUES;  
 REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO;  
 MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTÃO ELETRÔNICO;  
 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;  
 CANCELAR CHEQUES;  
 BAIXAR CHEQUES;  
 EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;  
 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;  
 EFETUAR SAQUES - BB RURAL RÁPIDO;  
 EFETUAR SAQUES - POUPANÇA;  
 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;  
 EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;  
 SOLICITAR MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS NO EXTERIOR;  
 EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG;  
 CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;  
 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP;  
 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;  
 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;  
 EMITIR COMPROVANTES;  
 EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE - MEIO ELETRÔNICO;  
 EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALÍVIO DE NUMERÁRIO COBAN;  
 FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS;  
 ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS;  
 CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA;  
 CARTÃO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSFERÊNCIA MEIO ELETRÔNICO.

d) Analu Chiamolera Schmidt - Secretária Municipal de Saúde, com atribuições para coadjuvante com os ordenadores de despesas, podendo realizar os seguintes atos de movimentação financeira do Fundo Municipal de Saúde de Zortéa;

EMITIR CHEQUES;  
 ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;  
 AUTORIZAR COBRANÇA;  
 UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;  
 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;  
 SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;  
 REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;  
 AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVA A OPERAÇÕES;  
 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;  
 ENDOSSAR CHEQUES;  
 REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO;  
 MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTÃO ELETRÔNICO;  
 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;  
 CANCELAR CHEQUES;  
 BAIXAR CHEQUES;  
 EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;  
 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;  
 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;  
 EFETUAR SAQUES - BB RURAL RÁPIDO;  
 EFETUAR SAQUES - POUPANÇA;  
 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;  
 EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;  
 SOLICITAR MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS NO EXTERIOR;  
 EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG;  
 CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;  
 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP;  
 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;  
 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;  
 EMITIR COMPROVANTES;  
 EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE - MEIO ELETRÔNICO;  
 EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALÍVIO DE NUMERÁRIO COBAN;  
 FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS;  
 ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS;  
 CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA;

**CARTÃO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSFERÊNCIA MEIO ELETRÔNICO.**

Art. 2º - As movimentações financeiras serão realizadas sempre através de assinatura/autorizações conjunta de dois ordenadores, da seguinte forma:

Pela Prefeitura:

I - Sr. Paulo José Francescki e Sra. Marcia Aparecida da Silva Jung;

II - Sr. Paulo José Francescki e Sr. Paulo Cesar Beloto.

III - Sra. Márcia Aparecida da Silva Jung e Sr. Paulo Cesar Beloto.

Pelo Fundo de Saúde:

I - Sr. Paulo José Francescki e Sra. Marcia Aparecida da Silva Jung;

II - Sr. Paulo José Francescki e Sra. Analu Chiamolera Schmidt;

III - Sra. Márcia Aparecida da Silva Jung e Sra. Analu Chiamolera Schmidt.

Pelo Fundo de Assistência Social:

I - Sr. Paulo José Francescki e Sra. Marcia Aparecida da Silva Jung;

II - Sr. Paulo José Francescki e Sr. Paulo Cesar Beloto.

III - Sra. Márcia Aparecida da Silva Jung e Sr. Paulo Cesar Beloto.

Art. 3 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa - SC, 03 de novembro de 2014.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 03 de novembro de 2014.

ALESANDRA AP. CARNEIRO MAGRINELLI

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## Associações

### AMAVI

#### **HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

José Constante, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, no uso de suas atribuições, considerando a proclamação por parte do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio do resultado final do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 02/2014 que tem como objeto a contratação de serviços de pintura e fornecimento de materiais para reforma da parte externa do prédio da AMAVI, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos e considerando ainda o constante no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93 e no artigo 4º, inciso XXII da Lei 10.520/2002, HOMOLOGA o resultado da sobredita licitação.

Rio do Sul, 4 de novembro de 2014.

José Constante

Presidente da AMAVI



# Consórcios

## AGIR

### RESOLUÇÃO Nº 046/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 046/2014  
INSTAURA PROCEDIMENTO TÉCNICO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

#### RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Procedimento Técnico cujo objeto é a apuração de irregularidades nos processos de manutenção e operação das grades e comportas do canal adutor da Usina do Salto, da Celesc Geração S.A, que também servem de captação de água bruta e adução para a Estação de Tratamento de Água - ETA II, do SAMAE de Blumenau.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 31 de outubro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR

### RESOLUÇÃO Nº 044/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 044/2014  
PRORROGA EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO O MANDATO DOS CONSELHEIROS QUE ENUMERA E QUE COMPÕEM O COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 29 e 30 e pelo Artigo 35 e seguintes do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO o lançamento e publicação do Edital de Convocação nº 001/2014 - que convocou os interessados para concorrerem à indicação de Conselheiro Titular e Suplente do Comitê de Regulação da AGIR;

CONSIDERANDO a Resolução nº 039/2014 da AGIR, publicada no DOM/SC - Edição Nº 1555, do dia 22/08/2014, que regulamenta a convocação e inscrição dos interessados/indicados para a composição de membro titular e para suplência do Comitê de Regulação da AGIR;

CONSIDERANDO a realização da Assembleia Geral da AGIR a realizar-se no dia 21.10.14, a qual aprovará o nome dos indicados a concorrerem às vagas do Comitê de Regulação da AGIR, para votação e aprovação "ad referendum" do Comitê;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar em caráter excepcional e temporário, com prazo de término para o dia 29.10.2014, o mandato dos Conselheiros

Titular: Douglas Frankenberger - indicado pela Agir e representando a AMMVI; Maria de Fátima Martins - indicada pelos Usuários e representando a OAB/SC de Blumenau/SC; Ricardo Alexandre da Silva - indicado pelos Prestadores e representando o Samae de Gaspar/SC, cujos mandatos expiraram aos 29.07.2014; e por fim o mandato do Presidente do Comitê de Regulação da AGIR - Sr. Anísio Fantini -, que por sua expirou aos 09.08.2014; Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 30.07.2014.

Blumenau (SC), em 20 de outubro de 2014.

MATIAS KOHLER  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

### DECRETO Nº 012/2014 - AGIR

DECRETO Nº 012/2014

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO RODRIGO PAULO GARCIA.

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, Artigo 30 Inciso XI e Artigo 81 e parágrafos seguintes, e demais dispositivos legais aplicáveis:

#### DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação do candidato conforme quadro abaixo, em virtude de não ter tomado posse dentro do prazo legal:

CANDIDATO	CARGO	DECRETO DE NOMEAÇÃO
RODRIGO PAULO GARCIA	ECONOMISTA	Decreto nº 011/2014 de 11 de setembro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 03 de novembro de 2014.

MATIAS KOHLER  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

### DECRETO Nº 013/2014 - AGIR

DECRETO Nº 013/2014

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, Artigo 30 Inciso XI e Artigo 81 e parágrafos seguintes, e demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando a realização de todos os trâmites legais e inerentes à realização do Concurso Público nº 001/2014 - AGIR, o qual se pautou e transcorreu dentro da estrita legalidade, e de acordo com o que preconiza o seu Estatuto e Regimento Interno; culminando ao final com sua Homologação e cuja publicação foi veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, de 12 de agosto de 2014, Edição nº 1547 pags. 553 à 555;

Considerando o Parecer exarado pelo Consultor Jurídico da Fecam, em resposta à Consulta nº 5214 da AGIR, no sentido de que: "Desta forma, verifica-se que a conduta vedada (art. 73, inciso V da Lei n. 9.504/97), não se aplica aos municípios na eleição de 2014, em consequência, aos consórcios públicos intermunicipais";



Considerando o que dispõe o Prejulgado 0567 do TCE-SC, que já decidiu assim: "A legislação eleitoral não veda a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos pelo Município no período eleitoral, que compreende os três meses antes das eleições até a posse dos eleitos. As nomeações, contratações ou admissões dos servidores são proibidas no período eleitoral, exceto, no âmbito municipal, nos seguintes casos expressamente permitidos nas alíneas "a", "c" e "d" do inciso V do artigo 73 da Lei Federal nº 9.504/97: - a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções; - a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo; - a nomeação ou contratação necessária à instalação ou funcionamento inadiável de serviços essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo"; Considerando enfim que esta Agência de Regulação, possui âmbito intermunicipal, não se enquadrando, portanto, na abrangência dos cargos postulados no Pleito Eleitoral de 2014 (estadual e federal), não lhe aplicam as proibições e vedações insitas no artigo 73 da Lei nº 9.504/97;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária, referência e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	REF.	C/H	LOTAÇÃO
ADEMIR MANOEL GONCALVES	Economista	2º	53 a 62	40	Diretoria Administrativa

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 04 de novembro de 2014.  
MATIAS KOHLER  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

**RESOLUÇÃO Nº 047/2014 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº 047/2014  
INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é a revisão da taxa de coleta de lixo no município de Gaspar, encaminhada pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 31 de outubro de 2014.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR

**DECISÃO FINAL PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 005/2014 - AGIR****DECISÃO FINAL**

Procedimento Administrativo nº 005/2014.

OBJETO: Acompanhamento do cumprimento de Ata proferida pelo PROCON Municipal de Guabiruba em Audiência realizada em 21 de fevereiro de 2014, no município de Guabiruba, fixando prazos para execuções e manifestações da empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda.

SOLICITANTE: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR.

INTERESSADOS: Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o Município de Guabiruba.

Relatório e decisão.

Por determinação da Direção Geral da AGIR foi aberto o procedimento acima citado, através do Termo de Abertura datado de 12/03/2014, com força na Resolução nº 026/2014, de 17 de março de 2014 e que foi publicada no DOM/SC Edição nº 1450, de 20/03/2014, pg. 616, tendo como documento inicial cópia da ata da audiência realizada pelo PROCOM/GUABIRUBA entre as partes (Consumidores x RECICLE Catarinense de Resíduos Ltda.). A Agência naquela ocasião se fez presente tão somente como assistente, sendo posteriormente intimada para sua manifestação formal quando expôs seu entendimento sobre os fatos, destacando que estava de acordo com parte das recomendações do PROCOM e que foram aceitas pelas partes. Não se pronunciou a Agência sobre outros temas mais relevantes tendo em vista que não são de sua alçada. O PROCOM de Guabiruba, após as manifestações das partes, proferiu a sua decisão e a encaminhou ao Ministério Público. Este por sua vez encaminhou pedido de informações que foi respondido em 12/08/2014, através do Ofício nº 238/2014, reiterando o parecer já apresentado no procedimento do PROCOM e ainda informado que o contrato está sendo revisto através de Procedimento próprio (PA 009/2014). A Diretoria Geral em despacho apartado determinou que o procedimento fosse suspenso, para aguardar o pronunciamento e posicionamento do Ministério Público. Em data de 13/10/2014 o PROCOM de Guabiruba encaminha a decisão do MP de Brusque/SC, onde em seu Extrato de Conclusão, assim se expressa:

Conclusão: Não constatada a irregularidade da cobrança da cobrança da tarifa de coleta de lixo na forma realizada pela concessionária de serviço público Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. Desnecessidade da adoção de medidas judiciais. Arquivamento

Na análise do mérito, cabe atentar que o Representante do M.P. se manifestou no sentido de esposar os entendimentos que já vinham sendo observados pela Agência em outros procedimento e manifestações, ou seja, os débitos dos concessionários tem prazo decadencial decenal, a simples oferta dos serviços (disponibilização) já outorga direito à cobrança das tarifas e que havendo duas ou mais unidades, é devida a cobrança em dobro e de acordo com a classe e outros pontos que também convergem para os entendimentos dominantes na área de regulação. Por isso, sem medo de errar, a decisão proferida pelo Ministério Público, SMJ., deve e pode ser aproveitado para ilustrar e fortalecer as ações desta agência.

Diante de todos os documentos que instruem esse procedimento e diante da decisão do Ministério Público, tem-se como concluído o procedimento e determino o seu arquivamento.

Intimem-se as partes interessadas (Recicle e Município de

Guabiruba). Após, elabore-se o Termo de Encerramento e a numeração das folhas.

Blumenau, 23 de outubro de 2014.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

## CIMCATARINA

### EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2014 - MEDICAMENTOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, Municípios: Caçador, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira, durante o período de 30 de outubro à 30 de novembro de 2014.

#### FORNECEDORES:

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3650;  
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3651;  
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3652;  
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3653;  
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3654;  
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3655;  
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3656;  
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3657.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 30.10.2014 à 30.11.2014. PAL nº: 0025/2014. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0021.

Fraiburgo (SC), 04 de novembro de 2014.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

### EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0021\_2014 (CIMCATARINA) CORREIOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO ADITIVO Nº-0021/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS Nº 9912336461. CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA. CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT OBJETO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS OBJETO DO ADITIVO: VALOR ESTIMADO DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS) NOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO ORIGINÁRIO PARA COBERTURA DAS DESPESAS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE 29/10/2014 ATÉ

28/10/2015.DISPENSA DE LICITAÇÃO

FRAIBURGO (SC), 04/11/2014  
ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA

### EXTRATO DO CONTRATO CT2014\_ CIMCATARINA\_012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATOS DO CONTRATO Nº-0012/2014-CIMCATARINA  
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA. CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEFONIA MÓVEL (SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP), PARA COMUNICAÇÃO DE VOZ E DADOS, VIA REDE MÓVEL DISPONÍVEL NACIONALMENTE COM TECNOLOGIA DIGITAL, NA MODALIDADE TIPO PLANO CORPORATIVO PÓS-PAGO, COM FORNECIMENTO DE SIMCARDS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA E ATRAVÉS DELE ÀS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DOS ENTES DA FEDERAÇÃO CONSORCIADOS E OU COOPERADOS. VALOR ESTIMADO R\$ 21.565,45 (VINTE E UM MIL, QUINHENTOS E SESENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS) MENSAIS, E O VALOR TOTAL PARA OS 24 (VINTE QUATRO) MESES DE CONTRATAÇÃO É DE R\$ 517.570,80 (QUINHENTOS E DEZESSETE MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS). DATA: 17/10/2014. VIGÊNCIA: 17/10/2014 A 16/10/2016. CONTRATO VINCULADO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2014 - CIMCATARINA, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006A/2014.

FRAIBURGO (SC), 04/11/2014  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA